FIGUEIRÓ DOS VINHOS

DIAGNÓSTICO SOCIAL 2019

Documento aprovado na Reunião do Conselho Local de Ação Social de Figueiró dos Vinhos em 15/05/2019.

Ficha Técnica

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Maio, 2019

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Programa da Rede Social

Elaboração:

Núcleo Executivo do CLAS de Figueiró dos Vinhos

Redação/Composição/Análise de Dados: Maria de Fátima dos Santos Carnoto - Gabinete de Ação Social e Educação – Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

Colaboração:

Conselho Local de Ação Social de Figueiró dos Vinhos

Coordenação/Supervisão:

Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes – Vereadora com o Pelouro da Ação Social

ÍNDICE

ÍNDICE **4**

INTRODUÇÃO **14**

1. TERRITÓRIO **16**
1.1 - APONTAMENTOS HISTÓRICOS DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 17
1.2 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 18

2 - AS FREGUESIAS **20**
2.1 - FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 21
2.1.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO 21
2.1.2 - FESTAS E ROMARIAS 22
2.1.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO 22
2.1.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS 22
2.1.5 - CONFRONTAÇÕES 22
2.1.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR (Fonte: UFFVB, 2015) 22
2.1.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 24
2.1.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 25
2.1.9 - PRIORIDADES 25
2.1.10 - NECESSIDADES 25
2.2 - FREGUESIA DE AREGA 26
2.2.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO 26
2.2.2 - FESTAS E ROMARIAS 26
2.2.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO 26
2.2.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS 26
2.2.5 - CONFRONTAÇÕES 26
2.2.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (de acordo com os Censos 2011) 27
2.2.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE AREGA 28
2.2.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 28
2.2.9 - PRIORIDADES 28
2.2.10 - NECESSIDADES 28
2.3 - FREGUESIA DE AGUDA 29
2.3.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO 29
2.3.2 - FESTAS E ROMARIAS 29
2.3.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO 29
2.3.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS 30
2.3.5 - CONFRONTAÇÕES 30
2.3.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR (Fonte: JFA, 2015) 30
2.3.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE AGUDA 31
2.3.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 31
2.3.9 - PRIORIDADES 32
2.3.10 - NECESSIDADES 32
2.4 - FREGUESIA DE CAMPELO 33
2.4.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO 33
2.4.2 - FESTAS E ROMARIAS 33
2.4.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO 34
2.4.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS 34

2.4.5 - CONFRONTAÇÕES 34
2.4.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (Fonte: JFC - 2012) 34
2.4.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE CAMPELO 35
2.4.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 35
2.4.9 - NECESSIDADES 35
2.4.10 - PRIORIDADES 36
2.5 - FREGUESIA DE BAIRRADAS 37
2.5.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO 37
2.5.2 - FESTAS E ROMARIAS 37
2.5.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO 37
2.5.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS 37
2.5.5 - CONFRONTAÇÕES 38
2.5.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (Fonte: UFFVB, 2015) 38
2.5.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE BAIRRADAS 38
2.5.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 38
2.6 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS 39
2.6.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO 39
2.6.2 – ANÁLISE SWOT DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS 40

3 – DEMOGRAFIA 41
3.1 – ANÁLISE SWOT DA DEMOGRAFIA 42
3.2 - DEMOGRAFIA – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 42
3.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 42
3.4 - ANÁLISE ESTATÍSTICA 44
3.5 - DINÂMICAS FAMILIARES 53
3.6 - FLUXOS MIGRATÓRIOS 60
3.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 62

4 – HABITAÇÃO 63
4.1 - ANÁLISE SWOT - HABITAÇÃO 64
4.2 - HABITAÇÃO – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 64
4.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 64
4.4 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DISPONÍVEL 68
4.5 - EDIFICADO 69
4.6 - ALOJAMENTO E FORMA DE OCUPAÇÃO 70
4.7 - MERCADO DE ARRENDAMENTO 73
4.8 - RECURSO A HABITAÇÃO PRÓPRIA 75
4.9 - IDADE DO PARQUE HABITACIONAL 77
4.10 - INDICADORES DE CONFORTO, HIGIENE E SALUBRIDADE 79
4.11 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL 81
4.12 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS 83
4.13 - EDIFÍCIOS LICENCIADOS E CONCLUÍDOS PARA HABITAÇÃO 84
4.14 - RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS 85
4.15 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 86

5 – EDUCAÇÃO 89
5.1 - ANÁLISE SWOT – EDUCAÇÃO 90
5.2 - EDUCAÇÃO – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS: 91
5.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 91
5.4 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO 91

5.5 - REDE ESCOLAR E OFERTA EDUCATIVA 92
5.6 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS/AS NO CONCELHO 92
5.7 – POPULAÇÃO DOCENTE E NÃO DOCENTE 94
5.8 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR 96
5.9 - ENSINO BÁSICO 97
5.10 - ENSINO SECUNDÁRIO 99
5.11 - ENSINO PROFISSIONAL 101
5.12 - ENSINO SUPERIOR 102
5.13 – ANALFABETISMO 103
5.14 - ABANDONO ESCOLAR 104
5.15 - NECESSIDADES EDUCATIVAS 106
5.16 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA 108
5.17 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 109
5.18 – OUTROS APOIOS 111
5.19 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 112

6 - SAÚDE 113
6.1 - ANÁLISE SWOT DA SAÚDE 114
6.2 - SAÚDE - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 114
6.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 114
6.4 - PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE 115
6.5 - RECURSOS HUMANOS AO SERVIÇO DA SAÚDE 117
6.6 - ESTATÍSTICAS DO CENTRO DE SAÚDE DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 119
6.7 - CONSULTAS POR PRINCIPAIS VALÊNCIAS EXISTENTES NO CENTRO DE SAÚDE E POLOS 123
6.8 - INDICADORES DA SAÚDE NO CONCELHO 126
6.9 - SAÚDE MENTAL 129
6.10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 134

7 - EMPREGO/DESEMPREGO 136
7.1 - ANÁLISE SWOT DO EMPREGO/DESEMPREGO 137
7.2 - EMPREGO/DESEMPREGO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 137
7.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 137
7.4 - ESTRUTURA DO EMPREGO NO CONCELHO 138
7.5 – PANORAMA DO DESEMPREGO NOS CONCELHOS DO NORTE DO DISTRITO 142
7.6 – DESEMPREGO REGISTADO NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 147
7.7 - Atividade Formativa desenvolvida no Concelho de Figueiró dos Vinhos, pelo CEFP de Leiria – Serviço de Formação Profissional 150
7.8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 152

8 - ATIVIDADE ECONÓMICA 153
8.1 - ANÁLISE SWOT DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS 154
8.2 - ATIVIDADES ECONÓMICAS - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 154
8.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 155
8.4 - ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL - EMPRESAS E SOCIEDADES 157
8.5 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE 159
8.6 - ATIVIDADE AGRÍCOLA E FLORESTAL 160
8.7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS 162
8.8 - MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO 163
8.9 - PODER DE COMPRA CONCELHIO 163
8.10 - ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS 164

8.11 - ESPAÇOS DE INSTALAÇÃO EMPRESARIAL 166
8.12 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 167

9 – AMBIENTE 169
9.1 – ANÁLISE SWOT DO AMBIENTE 170
9.2 - AMBIENTE - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS: 171
9.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 171
9.4 - EVOLUÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA 173
9.5 – DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS 174
9.6 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS 175
9.7 - A FLORESTA 177
9.8 - INCÊNDIOS FLORESTAIS 178
9.9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 182

10 - AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL 185
10.1 - ANÁLISE SWOT DA AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL 186
10.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS: 186
10.3 – CONTEXTUALIZAÇÃO 186
10.4 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS: 187
10.5 - TAXA DE COBERTURA E UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS: 191
10.6 - APOIOS SOCIAIS 191
10.7 - COMPLEMENTO SOLIDÁRIO A IDOSOS/AS – CSI 194
10.8 - CARTÃO FIGUEIROENSE SENIOR 195
10.9 - UNIVERSIDADE SENIOR 195
10.10 - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - RSI 197
10.11 – ATIVIDADES SOCIALMENTE ÚTEIS - ASU 199
10.12 - SUBSÍDIO DE DESEMPREGO 200
10.13 - INFÂNCIA E JUVENTUDE 201
10.14 – INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA - IPI 202
10.15 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - CPCJ 203
10.16 – POAPMC – PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS 210
10.17 – BALCÃO DA INCLUSÃO 210
10.18 – POPULAÇÃO IDOSA 213
10.19 - ESPAÇO SOCIAL 218
10.20 - ARMAZÉM SOCIAL 219
10.21 – GABINETE DE APOIO AO JOVEM - GAJ 220
10.22 – CONFERÊNCIA VICENTINA DE S. JOSÉ 220
10.23 – APOIO SOCIAL PRESTADO NO PÓS INCÊNDIOS DE 2017 221
10.24 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 223

11 – ACESSIBILIDADES 224
11.1 – ANÁLISE SWOT DAS ACESSIBILIDADES 225
11.2 – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 225
11.3 – CONTEXTUALIZAÇÃO 225
11.4 – CARACTERIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA 226
11.5 – MOVIMENTOS PENDULARES 228
11.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 230

12 – RENDIMENTOS/DESIGUALDADES 233
12.1 – ANÁLISE SWOT DOS RENDIMENTOS E DESIGUALDADES 234

12.2 – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 234
12.3 – CONTEXTUALIZAÇÃO 234
12.4 – INDICADORES DE RENDIMENTO E DESIGUALDADE 235
12.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 241

13 - ASSOCIATIVISMO E DESPORTO 242
13.1 - ANÁLISE SWOT DO ASSOCIATIVISMO E DESPORTO 243
13.2 - ASSOCIATIVISMO E DESPORTO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS 243
13.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 243
13.4 – MOVIMENTO ASSOCIATIVO 245
13.5 – DESPORTO - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS 251
13.6 – PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS 253
13.7 – DESPORTO: PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESPORTIVAS 253
13.8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 253

14 - TURISMO, CULTURA e GASTRONOMIA 255
14.1 – ANÁLISE SWOT DO TURISMO, CULTURA E GASTRONOMIA 256
14.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS: 257
14.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 257
14.4 - PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO NO CONCELHO 259
14.5 – ALOJAMENTO 260
14.6 – GASTRONOMIA 261
14.7 - CULTURA 261
14.8 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS 262
14.9 - ACTIVIDADES CULTURAIS 262
14.10 - EFEMÉRIDES 263
14.11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 263

15 – SEGURANÇA 265
15.1 – ANÁLISE SWOT DA SEGURANÇA 266
15.2 - SEGURANÇA - PROBLEMAS IDENTIFICADOS 266
15.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO 266
15.4 – GNR DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 267
15.5 - CRIMINALIDADE 267
15.6 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 272
15.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 273

16 - ANÁLISE SWOT CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 275

17 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO (PRINCIPAIS INDICADORES) 277

18 – CONCLUSÃO 284

19 - EIXOS PRIORITÁRIOS 286

BIBLIOGRAFIA 288

ÍNDICE DE GRÁFICOS

G. 1 - Densidade Populacional 1991/2017 45
G. 2 - Pirâmide Etária 1991-2017 47
G. 3 - Taxa Bruta de Natalidade 2007-2017 (‰) 48
G. 4 - Taxa Bruta de Mortalidade 2007-2017 (‰) 48
G. 5 - Saldo natural 1940-2017 49
G. 6 - Taxa de crescimento Natural 2007-2017 50
G. 7 - Índice de Envelhecimento 2007-2017 50
G. 8 - Índice de dependência de idosos/as 51
G. 9 - Índice de Dependência de Jovens 52
G. 10 - Índice de Dependencia total 52
G. 11 – Evolução do Número de Famílias Clássicas (Concelhos Norte do Distrito de Leiria) - 1991-2011 54
G. 12 - Número de Famílias Clássicas por Freguesia 54
G. 13 - Taxa Bruta de Divórcio 2007-2017 55
G. 14 - Taxa Bruta de Nupcialidade 2007-2017 55
G. 15 - Proporção de núcleos familiares monoparentais 2001-2011 56
G. 16 - Proporção de nucleos monoparentais por freguesia 2001-2011 56
G. 17 - Proporção de famílias clássicas unipessoais 2001-2011 57
G. 18 - Proporção de famílias clássicas unipessoais por freguesia 2001-2011 57
G. 19 - Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos 2001-2011 58
G. 20 - Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos por freguesia 2001-2011 58
G. 21 - Proporção de Núcleos familiares de casais com filhos/as 2001-2011 59
G. 22 - Proporção de Núcleos familiares de casais com filhos/as por freguesia 2001-2011 59
G. 23 - Dimensão média das Famílias 2001-2011 60
G. 24 – Taxa de crescimento migratório 2007-2017 61
G. 25 - N.º de Edifícios por Km² 2001/2011 68
G. 26 - N.º de Edifícios por Km² 2001/2011, Figueiró dos Vinhos, por freguesia 69
G. 27 - N.º de Edifícios por tipologia - 2011 69
G. 28 - N.º de Edifícios por ano de construção 70
G. 29 - Número de Alojamentos por Tipologia e Forma de Ocupação, segundo os Censos 71
G. 30 – Evolução do N.º de Alojamentos Familiares em Figueiró dos Vinhos 2011-2017 71
G. 31 – Percentagem de Alojamentos Familiares por freguesia e forma de Ocupação - 2011 72
G. 32 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal 2001-2011 73
G. 33 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal por freguesia 2001/2011 73
G. 34 - Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados 2001-2011 74
G. 35 - Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados por freguesia 2001-2011 74
G. 36 - Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€) por localização geográfica – 2001-2011 75
G. 37 - Proporção de Alojamentos do Próprio com encargos 2001 a 2011 76
G. 38 - Proporção de Alojamentos do Próprio com encargos por freguesia 2001 a 2011 76
G. 39 - Encargos médios mensais por aquisição de habitação própria (€) - 2001-2011 77
G. 40 - Idade Média dos Edifícios 2001-2011 77
G. 41 - Proporção de Edifícios construídos 2001-2011 78
G. 42 - Proporção de Edifícios construídos, por freguesia 2001/2011 78
G. 43 - Proporção de alojamentos familiares sem pelo menos uma infraestrutura básica 2001-2011 79
G. 44 - Proporção de alojamentos familiares sem pelo menos 1 infraestrutura básica, por freguesia 2001/2011 80
G. 45 - Proporção de Edifícios superlotados 2001-2011 80
G. 46 - Proporção de Edifícios superlotados por freguesia 2001-2011 81

G. 47 - Edifícios por Estado de Conservação, Concelho de Figueiró dos Vinhos e freguesias, 2011 81
G. 48 - Proporção de Edifícios muito degradados 2001-2011 82
G. 49 - Proporção de Edifícios muito degradados por freguesia 2001/2011 82
G. 50 - Índice de Envelhecimento dos Edifícios 2001/2011 83
G. 51 - N.º Habitações Apoiadas ao Abrigo do Regulamento, total e por Freguesia, 2014-2018 86
G. 52 - Evolução do N.º de alunos/as, 2009/2010 a 2018/2019 93
G. 53 - Evolução do n.º de alunos/as por Ciclo de Ensino, 2009/2010 a 2018/2019 93
G. 54 - Evolução do Pessoal Docente, 2009/2010 a 2018/2019 94
G. 55 - Evolução do pessoal não docente (Min. Educação), 2008/2009 a 2018/2019 95
G. 56 - Evolução da Taxa de Analfabetismo 1991, 2001 e 2011 103
G. 57 - Evolução da Taxa de Analfabetismo, por Freguesia, 1991, 2001 e 2011 104
G. 58 - População residente analfabeta com 10 ou + anos, por género, 2011 104
G. 59 - Taxa de Abandono Escolar por local de residência, 1991, 2001 e 2011 105
G. 60 - Taxa de Abandono Escolar por freguesia, 1991, 2001 e 2011 105
G. 61 - N.º de alunos/as com Necessidades Educativas – NE – 2009/10 a 2018/19 107
G. 62 - Evolução do n.º de alunos/as subsidiados/as (% do total), 2009/10 a 2018/19 110
G. 63 – Médicos/as por 1000/habitantes 2007-2017 117
G. 64 – Enfermeiros/as por 1000/habitantes 2007-2017 118
G. 65 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000/habitantes 2007-2017 118
G. 66 - Evolução do número de inscritos/as no Centro de Saúde - 2007-2017 119
G. 67 - Evolução do número de Inscritos/as no Centro de Saúde por sexo 2007-2017 120
G. 68 – Percentagem de inscritos/as por faixa etária 2007-2017 120
G. 69 - Número de Utentes inscritos/as setembro 2018 121
G. 70 – Distribuição de Utentes por médico/a de família % – 2017 121
G. 71 – Distribuição de Utentes por freguesia % – 2017 122
G. 72 – Distribuição de Utentes por sexo e faixa etária % – 2017 122
G. 73 – Índice de dependência dos utentes relativamente à saúde % – 2017 123
G. 74 - Consultas realizadas por Habitante – 2001-2011 123
G. 75 - Número de Consultas total e por tipologia - 2017 124
G. 76 - Consultas de Adultos/Medicina Geral e Familiar por sexo e faixa etária - 2017 124
G. 77 – Consultas por especialidade 2017 125
G. 78 - Consultas Urgentes – Atendimentos por horário da consulta 2017 125
G. 79 – Destino dos doentes assistidos na CAC, 2017 126
G. 80 - Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil 126
G. 81 - Nados-vivos e Óbitos – 2007-2017 127
G. 82 – Óbitos por doenças do aparelho circulatório %, 2011-2016 128
G. 83 – Óbitos por tumores malignos %, 2011-2016 129
G. 84 - Evolução do N.º de Consultas de Psiquiatria Geral e Utentes observados, 2011-2016 130
G. 85 - Evolução do N.º de Consultas de Regime compulsivo e Utentes observados, 2011-2016 131
G. 86 – Número de Episódios de Internamento antes e depois da criação da USMC – Leiria Norte, 2008-2016 . 132
G. 87 - Evolução do N.º Internamentos por concelho – 2008-2016 132
G. 88 - N.º de Utentes seguidos pelo serviço domiciliário 01/03/2015 a 31/12/2017 133
G. 89 - N.º de Utentes com contacto com a Equipa da USMC – Leiria Norte de 01/03/2015 a 31/12/2017 133
G. 90 - Taxa de Desemprego e Atividade 2001-2011 138
G. 91 - População desempregada por género, 2011 139
G. 92 - População desempregada por principal meio de vida (% do total), 2011 140
G. 93 - Taxa de Desemprego por freguesia 2011 142
G. 94 - Desempregados/as inscritos/as nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%) 143

G. 95 - Desempregados/as inscritos/as nos centros de emprego e de formação profissional (total em dezembro) 144
G. 96 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, total e por sexo, 2014-2017 147
G. 97 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, faixa etária, 2014-2017 147
G. 98 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, nível de escolaridade, 2014-2017 148
G. 99 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, situação face ao emprego, 2014-2017 149
G. 100 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, tempo de inscrição, 2014-2017 149
G. 101 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, total e por sexo, 2014-2017 150
G. 102 – Formandos/as Abrangidos entre 2015 e 2018, por modalidade, Total e % 151
G. 103 – Formandos/as Abrangidos por modalidade de formação, 2015-2018, concelho de Figueiró dos Vinhos 152
G. 104 - População empregada por setor de atividade em Figueiró dos Vinhos 2001-2011 160
G. 105 - População Abastecida e Qualidade da Água para Consumo Humano – 2011-2016 173
G. 106- Resíduos Total e por tipo de recolha, 2011-2017 176
G. 107 - Resíduos urbanos produzidos: total e por tipo de operação de destino (ton.), 2011-2017 176
G. 108 - Incêndios florestais no concelho de Figueiró dos Vinhos no período 1990/2017. 180
G. 109 – Taxa de Ocupação Mensal da UCCI da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos (2018). 189
G. 110 - Taxa de Cobertura e Utilização das respostas sociais para idosos/as (centros de dia, ERPI e SAD) 191
G. 111 - Pensões da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice 2011-2017 192
G. 112 - Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa – 2011-2017 193
G. 113 - Pensionistas da SS e CGA no total da população residente com 15 e mais anos (%) – 2017 193
G. 114 - Evolução do valor médio das pensões da Segurança Social (€) por Local de residência 2011-2016 194
G. 115 - N.º de Beneficiários/as de CSI do concelho de Figueiró dos Vinhos, 2008-2018 195
G. 116 - Beneficiárias/os do RSI por Local de residência (2011-2017) 197
G. 117 - Beneficiárias/os do RSI por 1000 habitantes em idade ativa (2011-2017) 198
G. 118 - Beneficiários/as RSI em % da população residente - 2013 198
G. 119 - Beneficiários/as de RSI por género e faixa etária – Figueiró dos Vinhos – 2011-2017 199
G. 120 - Beneficiários/as de ASU – Figueiró dos Vinhos – 2016-2019 199
G. 121 - Beneficiários/as de subsídio de desemprego no total de beneficiários/as ativos 2011-2017 200
G. 122 - Proporção de beneficiários/as do subsídio de desemprego com 55 ou mais anos 2011-2016 201
G. 123 - Taxa de Cobertura e utilização da valência de Creche 2011-2017 202
G. 124 – Volume global de Processos (e por % Transitados, Instaurados e Reabertos no ano), 2010-2017 205
G. 125 - Arquivamento, 2010-2017 205
G. 126 - Crianças/Jovens acompanhados por Sexo, 2010-2017 206
G. 127 - Crianças/Jovens acompanhados por faixa etária, 2010-2017 206
G. 128 - Acordos de Promoção e Proteção celebrados no ano, por medida, 2010-2017 209
G. 129 - Processos Arquivados por motivo, 2010-2017 209
G. 130 – População portadora de deficiência por género e freguesia, 2017 211
G. 131 - População portadora de deficiência por género e tipo de deficiência, 2017 211
G. 132 - População portadora de deficiência por Sexo e faixa etária, 2017 212
G. 133 - População Idosa em Aguda, Bairradas e Campelo, total e por género, 2014 214
G. 134 - População Idosa em Aguda, Bairradas e Campelo, total e por faixa etária, 2014 214
G. 135 - População Idosa em Aguda, Bairradas e Campelo, total e por estado civil, 2014 215
G. 136 - População Idosa em Aguda, Bairradas e Campelo, total e por tipo de família, 2014 215

G. 137 - População Idosa em Figueiró dos Vinhos e Arega, total e por Sexo, 2018 216
G. 138 - População Idosa em Figueiró dos Vinhos e Arega, total e por faixa etária, 2018 216
G. 139 - População Idosa em Figueiró dos Vinhos e Arega, total e por estado civil, 2018 217
G. 140 - População Idosa em Figueiró dos Vinhos e Arega, total e por coabitação, 2018 217
G. 141 - N.º de Indivíduos apoiados pelo Espaço Social 2015-2018 219
G. 142 - N.º de Famílias apoiadas pelo Armazém Social 2016-2018 220
G. 143 – Apoio prestado às vítimas do incêndio entre julho/2018 a fevereiro/2019 222
G. 144 - Movimentos pendulares – População que entra e sai do concelho, 2001-2011 228
G. 145 - Proporção de população que trabalha ou estuda noutro município (concelho e freguesias), 2011 229
G. 146 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%), concelho e freguesias, 2011 230
G. 147 - Duração média dos movimentos pendulares em minutos, concelho e freguesias, 1991, 2001 e 2011 .. 230
G. 148 - Ganho médio mensal, 2011-2016 236
G. 149 - Proporção do poder de compra concelhio, 2011-2015 237
G. 150 - Disparidade do ganho médio mensal entre géneros 2011-2016 238
G. 151 - Disparidade do ganho médio mensal entre níveis de habilitação 2011-2016 238
G. 152 - Disparidade do ganho médio mensal entre profissões 2011-2016 239
G. 153 - Disparidade do ganho médio mensal entre setores de atividade 2011-2016 240
G. 154 – Poder de Compra *per capita* 2011-2015 240
G. 155 - Total de Dormidas, hóspedes e média de noites, 2013-2017 261
G. 156 - Taxa de Criminalidade Total (‰), 2011-2017 267
G. 157 - Taxa de criminalidade total e por categoria de crime (‰) em Figueiró dos Vinhos, 2011-2017 268
G. 158 – Crimes contra a Integridade Física, 2011-2017 269
G. 159 - Furto/Roubo por esticão na via pública, 2011-2017 269
G. 160 - Furto de veículo e em veículo motorizado, 2011-2017 270
G. 161 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l, 2011-2017 270
G. 162 - Condução sem habilitação legal, 2011-2017 271
G. 163 - Crimes Contra o Património, 2011-2017 271
G. 164 - Evolução dos crimes de violência doméstica, Figueiró dos Vinhos 2011-2017 273

ÍNDICE DE TABELAS

T. 1 - Ritmo de Crescimento da População do Concelho 1960-2011 45
T. 2 - Evolução da População do Concelho por Sexo e Faixa Etária – 1991-2017 46
T. 3 - Famílias Clássicas por local de Residência NUT I, II e III 53
T. 4 - Edifícios licenciados para habitação familiar: total e por tipo de obra 2011-2017 84
T. 5 - Edifícios licenciados para habitação familiar por freguesia: total e por tipo de obra 2011-2017 85
T. 6 - Edifícios concluídos para habitação familiar: total e por tipo de obra, 2011-2017 85
T. 7 - População residente por nível de instrução, 2001-2011 92
T. 8 - Evolução do N.º Crianças em Jardim-de-Infância (Público e Privado) Idade e Ano letivo 2009/2019 96
T. 9 - Evolução da Taxa Bruta de Pré-escolarização, 2008/2017 97
T. 10 - Alunos/as Matriculados/as por nível de ensino e ano letivo em Figueiró dos Vinhos 2009/2019 98
T. 11 - Taxas de Retenção e Desistência por nível de ensino e ano letivo 99
T. 12 - Evolução da Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Básico 2008/2017 99
T. 13 - Alunos/as Matriculados no Ensino Secundário por ano letivo em Figueiró dos Vinhos 100
T. 14 - Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário por Ano Letivo em Figueiró dos Vinhos 100
T. 15 - Taxa Bruta Escolarização Ensino Secundário 2008/2017 101

T. 16 - Alunos/as Matriculados/as em percursos alternativos de Formação 2009/19 102
T. 17 - População Residente Ensino Superior Completo, por local de Residência, aos Censos 2001 e 2011 102
T. 18 - Evolução do Rácio Aluno/Computador, com e sem Internet, por ano letivo 109
T. 19 – Equipamentos da Saúde no Concelho, 2014-2017 116
T. 20 - N.º de Consultas de Psiquiatria Geral por ano (totais – 1ªs consultas e consultas subsequentes) utentes e média consultas/utente USCM – Leiria Norte, 2011-2016 130
T. 21 - Taxa de Atividade e de Desemprego por Freguesia 2001-2011 139
T. 22 - Desempregados/as por condição perante a procura de emprego, 2011 140
T. 23 - Taxa de Emprego por género 2001-2011 141
T. 24 - Taxa de Desemprego por género 2001-2011 142
T. 25 - Desempregados/as inscritos/as nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo, 2011-2018 144
T. 26 - Desempregados/as inscritos/as nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário, 2011-2018 145
T. 27 - Desempregados/as inscritos/as nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo, 2011-2018 145
T. 28 - Desempregados/as inscritos/as nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): total e por grandes setores de atividade económica, 2011-2018 146
T. 29 - Desempregados/as inscritos/as nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego, 2011-2018 146
T. 30 - Desempregados/as inscritos/as nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição, 2011-2018 146
T. 31 - Empresas com sede no Concelho de Figueiró dos Vinhos, pessoal ao serviço e volume de negócios – 2013-2016 157
T. 32 - Empresas e Sociedades com sede no Concelho de Figueiró dos Vinhos – 2016 158
T. 33 - Empresas e Sociedades com sede no Concelho de Figueiró dos Vinhos – 2016 158
T. 34 - Percentagem da população empregada por setor de atividade 2001-2011 159
T. 35 - Poder de Compra *per capita* 2000-2015 163
T. 36 - Utentes dos Serviços da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos (2018). 188
T. 37 - Utentes dos Serviços da Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega. 190
T. 38 - Evolução do número de alunos/as da USFIG e caraterização por género 196
T. 39 - Crianças/Famílias abrangidas dos Concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande - 2017 203
T. 40 - Caraterização processual da CPCJ, 2010-2017 204
T. 41 - Tipologia da situação de perigo, 2010-2017 207
T. 42 - Problemática Diagnosticada, 2010-2017 208
T. 43 - Distribuição das Associações por tipo e freguesia 245
T. 44 - Equipamentos Desportivos 252
T. 45 – Pontos de Interesse Turístico do Concelho de Figueiró dos Vinhos 259
T. 46 – Alojamento e N.º Quartos por Freguesia 260
T. 47 - Distribuição dos Equipamentos de Restauração e similares, por freguesia 261
T. 48 – Equipamentos culturais 262

INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Social é por natureza um Documento que reflete um processo de elaboração e sistematização de informação em que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a sua evolução ao longo do tempo, bem como os fatores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis.

Em teoria este trabalho visa, além do mais, discriminar esses mesmos fatores consoante a importância que revestem, tendo em vista o estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e atores sociais envolvidos nas mesmas.

De facto, o Diagnóstico Social torna-se o primeiro instrumento de um bom plano de intervenção. O seu carácter dinâmico possibilita-nos compreender as causas dos problemas, permite ver a realidade e interpretá-la, identificar as vulnerabilidades e as ameaças mas também as potencialidades e oportunidades.

Começaremos por aí mesmo: identificando as ameaças, as oportunidades, as forças e as fraquezas com que o nosso Território é confrontado na atualidade, detendo-nos particularmente na análise de 14 áreas de atuação, que nos parecem aquelas que melhor refletem a realidade do concelho de Figueiró dos Vinhos.

O trabalho que empreendemos em 2015 e que agora conhece uma nova atualização, resulta precisamente do carácter dinâmico deste Documento, que traduz uma outra característica da sua génese, o seu carácter inacabado. O Diagnóstico Social é um momento do processo metodológico que não se encontra fechado num tempo e numa história, na medida em que, e temos de o assumir com toda a naturalidade, nenhum diagnóstico é definitivo.

Dito isto, procuraremos ao longo das páginas subsequentes, capítulo a capítulo, sistematizar informação, analisar causas, fatores tendenciais, não deixando de refletir sobre as mesmas quando se julgar conveniente, ao mesmo tempo que apontaremos caminhos que eventualmente possam vir a ser percorridos, com a necessária conjugação de esforços de todas as Entidades e atores envolvidos neste Processo Social, desde a Administração Central à Regional e Local, para além de outras Instituições da Sociedade Civil.

Naturalmente que este Documento surge numa conjuntura dominada ainda pelos acontecimentos verificados na região e no concelho de Figueiró dos Vinhos vividos em Junho de 2017, quando fomos atingidos pela tragédia dos fogos florestais que aqui tiveram uma incidência sem precedentes na nossa memória coletiva.

Por essa mesma razão e pela dimensão que atingiu em termos ambientais, paisagísticos, humanos, económicos e sociais, imperioso se torna dar-lhe o devido destaque, procedendo ao levantamento da realidade sociológica que se viveu recentemente, e que ainda hoje se vive, numa perspetiva de que ao invés de nos resignarmos, encararmos o futuro deste nosso Território com coragem, esperança, trabalho e determinação.

Facilmente entenderemos que aqueles acontecimentos acabam por ter um reflexo direto e indireto na generalidade das áreas que nos propomos abordar e desenvolver, pelo efeito transversal que assumiram.

É esta planificação estratégica que ousamos aqui empreender, cientes que estamos, cada vez mais, da necessária conjugação de esforços, ideias e contributos devidamente articulados entre os diversos parceiros que integram a Rede Social do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Mais do que nunca, todos não somos demais para concretizarmos em conjunto esse superior objetivo de contribuir para um desenvolvimento local sustentado no combate às situações de pobreza e exclusão social com que estruturalmente ainda nos debatemos.

Estamos em crer que o trabalho em parceria que tão bons resultados tem dado, aliado ao trabalho em equipa que poderemos aperfeiçoar e consolidar, contribuirá para uma intervenção ainda mais eficaz, mobilizadora e consequente, na ação que importa prosseguir.

1. TERRITÓRIO

1.1 - APONTAMENTOS HISTÓRICOS DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

O concelho de Figueiró dos Vinhos foi fundado em 1204, por D. Sancho I, após confirmação do foral concedido por D. Pedro Afonso, baseado no foral de Tomar, redigido em 1174.

Em 1514, D. Manuel renovou-lhe o seu primeiro foral, sendo este um período em que o concelho atinge uma apreciável prosperidade económica, donde resultou o incremento urbano da vila, ainda visível nos edifícios da zona histórica e seus envolventes.

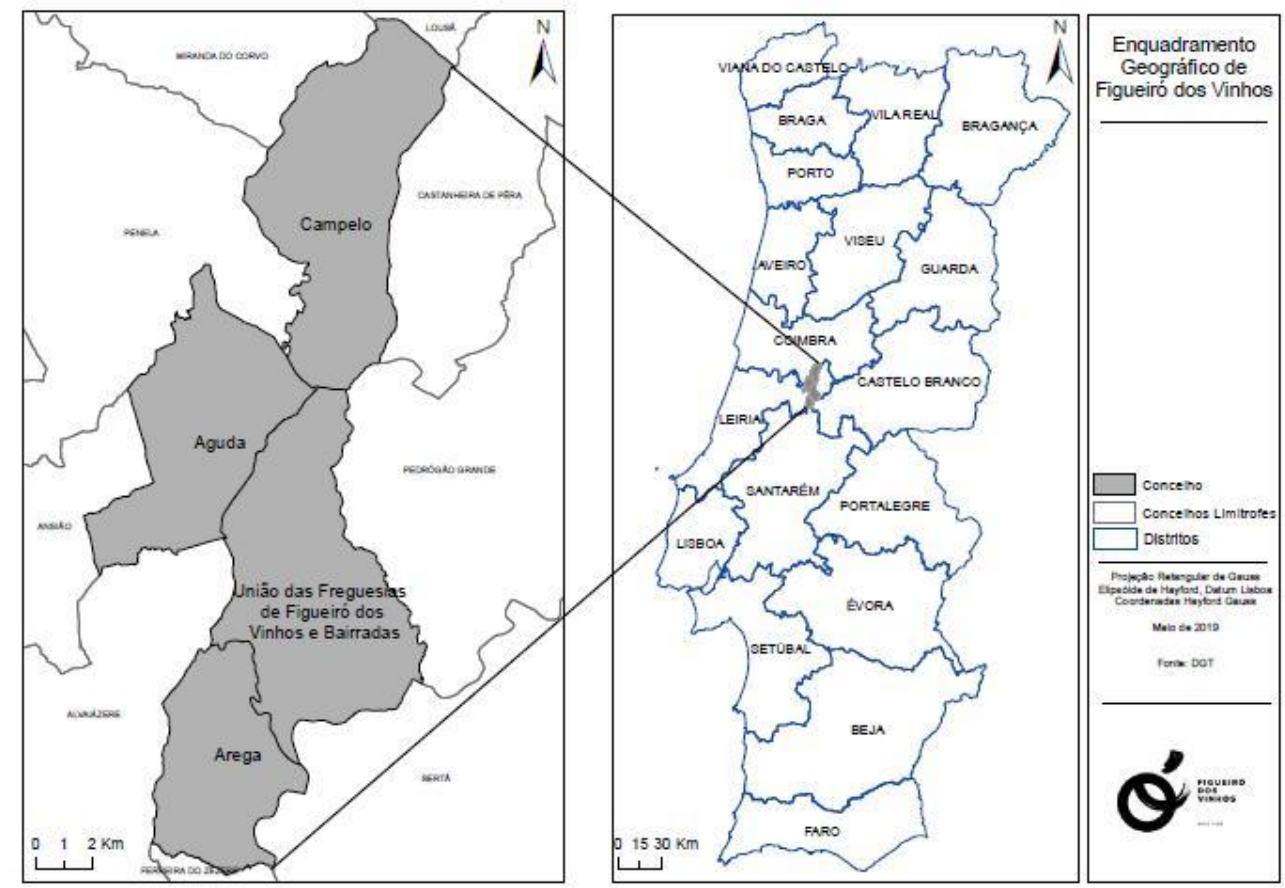
No século seguinte, foi reconstruída a Igreja Matriz, já de cunho renascentista, de traço arquitetónico cuidado, destacando-se no seu interior várias obras de arte que se foram avolumando no século XVIII, com o esplendor Barroco.

No século XIX, com as revoluções liberais, a população participa ativamente nos ideários políticos, o que provoca o desencadear de inúmeras alterações e revoltas. A nobreza e o clero perdem então o seu antigo estatuto e a nova burguesia em ascensão, adquire as grandes propriedades das antigas classes privilegiadas. O novo "regime senhorial" irá imperar até meados do século XX, sempre baseado numa economia fundiária, reanimada por um incremento comercial no final dos anos vinte e ao longo dos anos trinta, época em que o tecido urbano da vila se renova com novas construções e novas avenidas, sendo de realçar a construção do Jardim Parque, que lhe deu nova face, tanto ao gosto do estilo romântico, então ainda vigente no nosso país.

A decadência dos anos sessenta, caracterizada por forte emigração e consequente decréscimo populacional, provocou a desertificação das aldeias serranas e um forte desequilíbrio económico, levando ao declínio dos setores secundário e terciário e à estagnação da agricultura.

Detentor de um património natural e cultural construído e etnográfico de grande riqueza, que concilia com uma gastronomia tradicional, Figueiró dos Vinhos, designado por Malhoa como "Sintra do Norte", elevado a "Estância de Turismo", na década de 30 do século XX e declarado "Vila Florida da Europa" em 1998, tem conhecido nos últimos anos um processo de desenvolvimento sustentado, traduzido na resolução das necessidades básicas e na construção de equipamentos sociais, desportivos, culturais e urbanos de referência, em respeito pela preservação ambiental e pelas tradições, aliada a uma grande aposta no turismo cultural e de natureza, que se reflete na continuada melhoria da qualidade de vida das populações, permitindo receber com distinção quem visita o nosso concelho.

1.2 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



Localizado a Norte do Distrito de Leiria, do qual faz parte, o concelho de Figueiró dos Vinhos, situa-se geograficamente no centro do país (província da Beira Litoral), inserindo-se na sub-região do Pinhal Interior Norte (NUT III).

O concelho de Figueiró dos Vinhos, anteriormente constituído por cinco freguesias, Figueiró dos Vinhos, Arega, Aguda, Campelo e Bairradas, foi recentemente abrangido pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, da reorganização administrativa do território das freguesias e assistiu à agregação/união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.Com uma área geográfica de cerca de 173,44 km², o concelho possui atualmente um efetivo populacional de 6169 habitantes[1].

É limitado a Norte pelos concelhos de Miranda do Corvo e Lousã, a Sul com Ferreira do Zêzere e Sertã, a Este por Castanheira de Pera e Pedrógão Grande e a Oeste por Alvaiázere, Ansião e Penela.

Nos termos da Lei n.º 75/2013[2], de 12 de setembro, o concelho de Figueiró dos Vinhos, passou a integrar a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – CIM-RL, da qual fazem parte mais 9 concelhos da região[3].

Relativamente às acessibilidades, fator essencial ao desenvolvimento, beneficia de uma localização privilegiada no contexto regional, fruto das boas acessibilidades externas que o servem (IC8 e A13) permitindo a rápida ligação à A1 (Autoestrada do Norte) e à A23 (Autoestrada da Beira Interior), bem como à Linha Ferroviária do Norte em Pombal, e a Centros Urbanos como Coimbra,

[1] INE – Censos 2011.
[2] Que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.
[3] A CIMRL é composta pelos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão Grande, Pombal e Porto de Mós.

Tomar, Leiria e Castelo Branco. Pode afirmar-se que esta melhoria progressiva em termos de acessibilidades, proporcionou uma quebra significativa do isolamento geográfico de outros tempos.

O concelho de Figueiró dos Vinhos encontra-se incluído na bacia hidrográfica do Rio Zêzere, sendo atravessado quase totalmente no sentido Norte/Sul pela Ribeira de Alge, afluente do Rio Zêzere e principal curso de água do concelho.

A sua orografia acidentada, onde prevalecem montanhas com declives profundos e uma densa rede hidrográfica, favorecem a predominância da atividade florestal e agrícola, sendo esta última mais incipiente devido ao carácter acidentado do solo.

2 - AS FREGUESIAS

2.1 - FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Área Geográfica: 41,87 km2

População em 1991: 3799 habitantes

População em 2001: 3835 habitantes

População em 2011: 3428 habitantes

Densidade Populacional em 1991: 90,7 hab/km2

Densidade Populacional em 2001: 91,6 hab/km2

Densidade Populacional em 2011: 81,9 hab/km2

Orago: S. João Baptista

2.1.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

Remonta ao século XII o primeiro documento referente ao território do atual concelho de Figueiró dos Vinhos, mormente a doação da Herdade do Pedrógão passada a 17 de maio de 1135. Esta doação foi feita a "Uzbert et Monioni Martiniz et Fernando Martiniz pro seruicio quod michi fecistis et facietis.", ou seja, a "Uzbert", a Monio Martins e a Fernando Martins, em recompensa pelos serviços prestados e a prestar.

Todavia permanece obscuro o facto de a "herdade do Pedrógão" que tinha sido doada, em 1135, a "Uzbert et Monioni Martiniz et Fernando Martiniz", aparecer em 1200, como propriedade do rei, com a designação de Reguengo de Monsalude.

D. Pedro Afonso, senhor do grande Reguengo de Monsalude, coincidente com a antiga "hereditate" do Pedrógão, (re)organizou o povoamento de todo este espaço, nomeadamente, ao incentivar a fundação e estabelecimento de novas povoações concelhias às quais outorgou cartas de foral, como seja, Arega (1201), Figueiró (1204) e Pedrógão (1206).

Figueiró dos Vinhos foi na Idade Média uma vila que crescendo gradualmente atingiu na Época Moderna com a renovação da sua carta de Foral passada a 16 de Abril de 1514 por D. Manuel I, uma manifesta prosperidade económica, social, e cultural. Hoje podemos ainda ver no centro histórico alguns edifícios desse período, dos quais se destacam, entre outros, a Torre do Relógio ou da Cadeia, diversas casas quinhentistas, ou mesmo alguns elementos arquitetónicos ainda nesse núcleo histórico ou ainda no interior da Igreja Matriz desta vila.

Os séculos XVI e XVII foram por excelência o período mais representativo da robustez de uma economia vigorosa, através do florescimento de novas indústrias, nomeadamente das Reais Fábricas das Ferrarias Foz de Alge ou da Machuca e do fabrico do papel com Francisco Dufour e seu filho, Pedro Dufour. Algumas construções demonstram o aspeto cultural, religioso e social dessa época, tais como o Convento de Nossa Senhora da Consolação ou de Santa Clara ou Convento de Nossa Senhora do Carmo, entre tantos outros.

É com as transformações sociais e económicas ocorridas no século XIX-XX neste território que Figueiró dos Vinhos adquire uma projeção nacional com alguns vultos do mundo das Artes, nomeadamente com os escultores Simões de Almeida, Tio e Sobrinho, os pintores José Malhoa e Manuel Henrique Pinto.

Figueiró dos Vinhos contínua a ser uma vila com desenvolvimento económico, social e cultural, onde o turismo juntamente com promoção de políticas sociais consistentes, aos níveis da Educação, Saúde e Ação Social, têm contribuído para marcar a diferença no que concerne ao aumento dos níveis e indicadores de qualidade de vida e bem-estar.

2.1.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de S. João Baptista, S. Pantaleão, Nossa Senhora dos Remédios, S. Sebastião, Nossa Senhora da Conceição, Madre de Deus, Bom Jesus da Sobreira, Nossa Senhora de Penha de França, Santa Luzia, Santa Quitéria, Nossa Senhora da Nazaré, S. Pedro e as festas de Carnaval.

2.1.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Miradouro do Cabeço do Peão, Convento de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz, Torre da Cadeia, Casulo de Mestre Malhoa, Ermida de S. Sebastião, Ermida da Madre de Deus, Nossa Senhora dos Remédios, Fonte de Guimarães, Capelinha de Nossa Senhora da Conceição, Jardim Municipal, Fonte das Freiras, Cruz de Ferro, Capela de Nossa Senhora da Penha de França, Praia Fluvial de Aldeia Ana de Aviz, Museu e Centro de Artes e Museu do Xadrez, entre outros.

2.1.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

Sociedade Musical Instrução e Recreio de Figueiró dos Vinhos; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos; Grupo Coral de S. João Baptista; Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos; Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento nº 148; Grupo de Estudos e Divulgação das Artes Musical e Teatral – Jograis e Trovadores; Centro Hípico de Figueiró dos Vinhos; Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos; Comelca – Comissão de Melhoramentos do Carapinhal; Centro de Convívio de Aldeia de Ana de Aviz; Terractividade – Associação Recreativa e Cultural de Figueiró dos Vinhos; Associação Cultural e Musical Sintonia Consequente; APEMEA – Associação de Promotores do Ensino da Música e Outras Expressões Artísticas e Associação dos Amigos de Vale do Rio.

2.1.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com freguesia de Campelo,

Sul: com Rio Zêzere,

Este: com freguesia de Bairradas e concelho de Pedrógão Grande,

Oeste: com freguesia de Aguda e freguesia de Arega.

2.1.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR (Fonte: UFFVB, 2015)

Agria Grande - 28	Carapinhal - 75	Colmeal - 39
Agria Pequena - 25	Casal de Alge - 19	Coutada - 22
Aldeia da Cruz - 84	Casal de Santarém - 67	Cova da Eira - 7
Aldeia Ana de Aviz - 149	Casal dos Ferreiros da Ribeira - 2	Douro - 85
Bairrão - 40	Castanheira de Figueiró - 112	Douro Fundeiro - 3
Barro Negro - 0	Cerejal - 10	Eiras Novas - 35
Cabeças - 38	Chão da Vinha - 4	Enchecamas - 12
Caldeireiro - 1	Chãos de Baixo - 52	Ervideira - 54
Caparito - 34	Chãos de Cima - 22	Figueiró dos Vinhos - 1550
Carameleiro - 56	Chavelho - 115	Fontainha - 2

Fonte da Guisa - 12
Fonte do Velho - 5
Forno Telheiro - 9
Horta do Lagar - 11
Lameiras - 11
Lâmpada - 8
Laranjeira - 3
Lavandeira - 79
Linhares - 5
Mações - 2
Milhariça - 10
Olivais - 0
Pedreira - 42
Poisia - 4
Portelão - 30
Porto Douro - 17
Quinta do Mouchão - 73
Ribeira de São Pedro - 90
Ribeira do Douro - 0
Ribeiro Travesso - 59
Salgueiro - 12
Senhora dos Remédios - 4
Serrada - 12
Telhada - 11
Valada - 5
Vale da Cruz - 4
Vale das Zebras - 1
Vale de Joanas - 5
Vale do Rio - 17
Vale Fernandes - 1
Várzea Redonda - 28
Zereiro – 43

2.1.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

FORÇAS

- Diversidade de equipamentos na área da Saúde (Centro de Saúde, Farmácias, UCCI, Fisioterapia, Análises Clínicas, Clínicas Privadas, Unidade Saúde Mental, Bombeiros Voluntários, viatura INEM, Helipista; etc.);

- Diversidade de equipamentos e serviços de apoio social e à comunidade (Lares de Idosos/as, UCCI, SAD, Centro Comunitário, CAO, Creche, Lar Residencial para Deficientes, projetos, Serviço Local da Segurança Social, etc.);

- Apoios à natalidade por parte da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas;

- Diversidade de equipamentos culturais, desportivos e de lazer (Museu e Centro de Artes, Casa da Cultura, Biblioteca, Estádio e Piscina Municipal, Cabeço do Peão, Parque do Vale da Pipa, Jardim Municipal, Praias Fluviais, etc.);

- Diversidade de serviços (Finanças, Tribunal, Conservatória, Espaço Cidadão, Correios, GNR, Bombeiros Voluntários, etc.);

- Património histórico, cultural e natural;

- Zona industrial com capacidade para atração de novas empresas/industria;

- Incubadora de empresas;

- IEFP e Pólo de Formação;

- Acessibilidades (IC3, IC8, A13, proximidade da A1 e A23);

- Doces conventuais – Pão-de-Ló;

-Diversidade e quantidade de ofertas de alojamento, nomeadamente no turismo rural;

- Área de Reabilitação Urbana – ARU.

FRAQUEZAS

- Comércio e indústria incipiente;

- Desemprego estrutural;

- Diminuição da população;

- Envelhecimento da população;

- Baixas qualificações escolares e profissionais da população em idade ativa;

- Dificuldade na fixação de médicos no Centro de Saúde;

- Redução do horário do Serviço de Atendimento Permanente;

- Insuficiência da rede de cobertura da fibra ótica;

- Oferta hoteleira (capacidade das unidades existentes e insuficiência de restaurantes);

- Espaços de diversão noturna;

- Dinamização dos espaços culturais existentes;

- Ausência de uma marca distintiva em termos gastronómicos;

- Insuficiência de rendimentos da população;

- Mercado imobiliário (escassez de habitação para arrendamento, inexistência de terrenos a preços acessíveis que permitam o desenvolvimento da construção, habitação para venda excessivamente cara, inexistência de habitação a custos controlados e inexistência de habitação social);

- Barreiras arquitetónicas.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020;

- Escola Profissional;

- Relativa proximidade dos hospitais centrais;

- Rede de Praias Fluviais;

- Turismo do Centro de Portugal;

- CIMRL, CCDRC, Pinhais do Zêzere, etc.;

- Valorização do património natural, cultural e arquitetónico;

- Projeto ALJIA.

AMEAÇAS

- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;

- Diminuição dos apoios sociais (RSI, CSI, Subsídio de Desemprego e de Doença, etc.);

- Contexto de crise económica e social;

- Concorrência de outros municípios na fixação da população;

- Encerramento de serviços;

- Envelhecimento da população;

- Baixa natalidade.

2.1.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Reduzida cobertura da rede de saneamento;
- Instabilidade do corpo médico e técnicos de saúde;
- Habitação degradada;
- Falta de habitação social/custos controlados/fraco mercado de arrendamento.

2.1.9 - PRIORIDADES

- Habitação;
- Alargamento da rede de saneamento.

2.1.10 - NECESSIDADES

- Lar para Doentes de Alzheimer;
- Criação de zonas pedonais seguras na vila/circuito urbano;
- Revitalização de zona de lazer e espaços verdes;
- Reforço do combate ao isolamento da população idosa.

2.2 - FREGUESIA DE AREGA

Área Geográfica: 28,64 km2

População em 1991: 1290 habitantes

População em 2001: 1154 habitantes

População em 2011: 870 habitantes

Densidade Populacional em 1991: 45 hab/km2

Densidade Populacional em 2001: 40,3 hab/km2

Densidade Populacional em 2011: 30,4 hab/km2

Distância da Sede de Concelho: 10 km

Orago: Nossa Senhora da Conceição.

2.2.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

Em 1071 já Arega teria recebido foral de D. Afonso VI rei de Leão e Castela, mas foi em 1201 que D. Pedro Afonso lhe outorgou carta de foral, passando por isso a concelho. Foi o primeiro concelho da atual comarca de Figueiró dos Vinhos; isto sugere que na altura, Arega seria a povoação mais importante desta região.

Em 1758 Arega tinha dois Juízes Ordinários, três Vereadores, um Procurador, um Escrivão da Câmara, dois Tabeliães do Judicial e de Notas, um Alcaide, um Contador da Câmara, um Capitão de Ordenança, um Alferes e um Ajudante com uma Companhia.

Com a nova organização do país em 1836 Arega, Maçãs de Dona Maria e Aguda passam a formar o concelho de Maçãs de Dona Maria. O concelho de Chão de Couce era constituído por chão de couce, Avelar e Pousaflores. Todas estas localidades formavam a Comarca das Cinco Vilas e Arega.

Em Outubro de 1855 passou para o concelho de Figueiró dos Vinhos com a extinção do concelho de Maçãs de Dona Maria.

2.2.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de Nossa Senhora da Conceição, Santa Ana, S. João e St. Amaro.

2.2.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Foz de Alge, zona ribeirinha, ruinas da Fábrica da Fundição de Ferro da Foz de Alge e Igreja Matriz.

2.2.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Arega; Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega e Centro Recreativo e Cultural "O Cantinho da Foz de Alge".

2.2.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com a freguesia de Figueiró dos Vinhos e Aguda,

Sul: com Ferreira do Zêzere,

Este: com Sertã,

Oeste: com o concelho de Alvaiázere.

2.2.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (de acordo com os Censos 2011)

Arega - 114
Brejo - 161
Braçais - 87
Carreira - 109
Casalinho - 20
Castanheira - 54
Portela - 38
Portela do Brás
Jarda - 28
Avelais
Foz de Alge - 49
Casais de Arega - 29
Casais Fundeiros - 17
Casa Nova
Pegudas
Pereiro
Brunhal - 28
Vale do Prado - 20
Valbom
Lameirão
Venda do Henrique
Poeiro
Janalvo
Caboucos
Casalinho de Santana
Lameira
Confrarias
Casal do Macedo
Casal da Eira

* NOTA: A população apresentada por lugar, foi retirada do site do INE e foi colocada apenas a título exemplificativo, uma vez que não retrata a realidade. Efetivamente, verifica-se (erradamente) pelos dados apresentados, que alguns lugares não têm qualquer população registada. Este facto deve-se, essencialmente, à dificuldade de delimitação dos próprios lugares ou seja, parece-nos que a população inexistente em determinados lugares, possa estar ligeiramente inflacionada noutros. Refira-se, ainda que, relativamente à freguesia de Arega, é apresentado um valor residual de 89 habitantes, que não foram distribuídos pelos respetivos lugares.

2.2.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE AREGA

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Floresta e atividades ligadas à floresta; - Infraestruturas de apoio à comunidade (Lar Idosos/as, SAD, Centro de Dia e Centro de Convívio); - Oferta diversificada de serviços (ATM, farmácia, Ext. Centro Saúde, etc.); - Infraestruturas de apoio ao turismo (parque de campismo, pista de pesca do Poeiro, ancoradouro/plataforma náutica da Foz de Alge, percursos pedestres, oferta de alojamento, etc.); - Gastronomia rica em peixe do rio; - Locais de interesse turístico (Foz de Alge, zona ribeirinha, ruínas da Fábrica de Fundição de Ferro da Foz de Alge).	- Desemprego; - Diminuição da população; - Envelhecimento da população; - Desertificação de lugares rurais; - Incêndios; - Comércio e indústria incipiente; - Caminhos florestais.
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
- Portugal 2020; - Grande Rota do Zêzere; - Projeto para a Gestão Integrada da Ribeira de Alge – ALJIA.	- Contexto de crise económica e social; - Diminuição dos apoios sociais às famílias (RSI, CSI, Subsídio de Desemprego e de Doença, etc.); - Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia; - Encerramento de serviços; - Envelhecimento da população; - Baixa natalidade.

2.2.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Desemprego (mais feminino),
- Economia incipiente,
- Emigração/imigração (deixa os lugares quase desertos),
- Falta de saneamento.

2.2.9 - PRIORIDADES

- Criação de emprego;
- Reabilitação dos caminhos florestais.

2.2.10 - NECESSIDADES

- Criação de emprego.

2.3 - FREGUESIA DE AGUDA

Área Geográfica: 39,67 Km2

População em 1991: 1698 habitantes

População em 2001: 1394 habitantes

População em 2011: 1106 habitantes

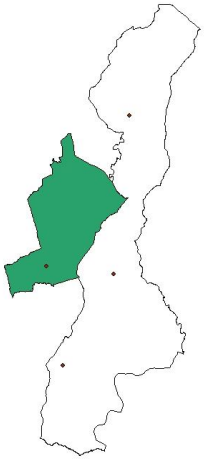
Densidade Populacional em 1991: 42,8 hab/km2

Densidade Populacional em 2001: 35,1 hab/km2

Densidade Populacional em 2011: 27,8 hab/km2

Distância da Sede de Concelho: 15 km

Orago: Nossa Senhora da Graça.



2.3.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

"Situada na Serra homónima, a sede da freguesia de Aguda dista cerca de 16 Km da sede do concelho.

Apesar da falta de documentação, sabe-se que no território da freguesia de Aguda já existia população desde o tempo dos mouros. As provas documentais referentes a este território remontam ao século XIII. Almofala de Aguda é a partir de 1221 uma vila com uma vida municipal ténue e rudimentar com Juiz e Mordomo.

Numa carta de 1434 verifica-se que o Conde de Vila Real D. Pedro de Meneses, filho do rei D. Duarte possuía os direitos da vila de Aguda. Foi-lhe concedido Novo Foral em 1514 por D. Manuel I. Em 1641 a família Meneses foi acusada de conspiração e os seus bens passaram para a Coroa do Reino de Portugal, incluindo os direitos da vila de Aguda.

Antes da divisão territorial de 1836, Chão de Couce, Avelar, Pousaflores, Maçãs de Dona Maria e Aguda formavam a "Comarca das Cinco Vilas". A partir desta data as freguesias de Maçãs de Dona Maria, Aguda e Arega formavam o concelho de Maçãs de Dona Maria.

Em 1855 passou esta freguesia a integrar o concelho de Figueiró dos Vinhos".

In http://cm-figueirodosvinhos.pt/c/o-concelho-freguesia-de-aguda.html.

2.3.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de Nossa Senhora da Graça, S. Pedro, Nossa Senhora da Piedade e S. Simão – Feira das Nozes.

2.3.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Ribeira de Alge, Fragas do Cercal, Fragas de S. Simão, Casal de S. Simão, Miradouro de S. Simão, Ermida de S. Simão;Pelourinho, Igreja Matriz, Museu da Casa Agrícola Rego Vasconcelos (Almofala de Cima), Casa Velha / Brás Curado Center – Turismo de Habitação (Saonda), Casa da Lomba – Turismo Habitação (Salgueiro da Lomba), Quintinha do Casal Ruivo – Turismo Habitação (Casal Ruivo) e Rota Malhoa – Turismo Habitação (Casal de São Simão).

2.3.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

Rancho Folclórico Flores da Alegria de Almofala de Baixo; Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda; Associação "O Convívio" da Região de Chimpeles, ARCRA – Associação Recreativa e Cultural da Ribeira d'Alge, Refúgios de Pedra – Associação de Moradores do Casal de S. Simão, Associação Cultural "Escola dos Moninhos", Associação Colher para Semear – Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais – Quinta do Olival, Associação Almofala Bombas Club, Associação Fragas Bike Team e Associação Pegadas e Bigodes.

2.3.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com Campelo, Cumieira e Espinhal,

Este: com Figueiró dos Vinhos,

Sul: com Maçãs de D. Maria,

Oeste: com Chão de Couce e Avelar.

2.3.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR (Fonte: JFA, 2015)

Abrunheira - 29

Aguda - 164 (JFA)

Além da Ribeira - 1 (JFA)

Almofala de Baixo - 182 (JFA)

Almofala de Cima - 67

Azeitão - 16 (JFA)

Bacelo - 9 (JFA)

Bairro Industrial - 72 (JFA)

Casal de São Simão – 5

Casal Castanheiro - 17 (JFA)

Casal do Pedro – 30 (JFA)

Casal S. Pedro – 11 (JFA)

Casal Ruivo - 30 (JFA)

Casal Velho - 27 (JFA)

Cercal – 57 (JFA)

Chimpeles - 39 (JFA)

Coelheira - 37 (JFA)

Fato - 39 (JFA)

Lameirinha - 53 (JFA)

Lomba da Casa – 4 (JFA)

Martingago - 13 (JFA)

Moninhos Cimeiros - 11 (JFA)

Moninhos Fundeiros - 33 (JFA)

Olival - 32 (JFA)

Pereira - 8 (JFA)

Ponte Brás Curado - 4 (JFA)

Ponte S. Simão - 16 (JFA)

Ribeira de Alge - 23 (JFA)

Salgueiro da Lomba – 8 (JFA)

Salgueiro da Ribeira – 10 (JFA)

Saonda – 11 (JFA)

Sigoeira de Baixo - 28 (JFA)

Vale da Pousada - 7 (JFA)

Vale de Tábuas – 7 (JFA)

2.3.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE AGUDA

FORÇAS

- Proximidade das principais vias de comunicação (A13, IC8, IC3; A1);
- Apoios á natalidade por parte da Junta de Freguesia;
- Equipamentos sociais de apoio à população idosa e à comunidade (SAD, CC e CATL);
- Proximidade de outros pólos de apoio à saúde (Fundação N.ª Sr.ª da Guia e hospitais centrais);
- Oferta diversificada de serviços (ATM, farmácia, Ext. Centro Saúde, etc.);
- Potencialidade para o turismo de aventura e da natureza;
- Aldeia de Xisto do Casal de S. Simão;
- Praia Fluvial das Fragas de S. Simão;
- Percursos pedestres;
- Percursos de BTT;
- Escola de Escalada (Fragas do Cercal);
- Projeto para a Gestão Integrada da Ribeira de Alge – ALJIA;
- Apoio no Município nos transportes Escolares para todos os Alunos do Agrupamento de Escolas do Município.

FRAQUEZAS

- Desemprego;
- Envelhecimento da população;
- Desertificação de lugares rurais;
- Emigração de agregados familiares jovens;
- Habitação degradada e sem infraestruturas básicas;
- Fraco tecido empresarial;
- Incêndios florestais;
- Degradação dos equipamentos desportivos;
- Idosos/as em situação de isolamento sociogeográfico;
- Famílias em situação de pobreza e/ou com insuficiência de rendimentos;
- Alcoolismo;
- Falta saneamento;
- Pouca oferta na rede de transportes públicos.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020;
- Rede Aldeias de Xisto;
- Passadiços do Casal de S. Simão e requalificação das Fragas;
- Turismo do Centro de Portugal;
- Revisão do PDM.

AMEAÇAS

- Contexto de crise económica e social;
- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;
- Diminuição dos apoios sociais (RSI, CSI, Subsídio de Desemprego e de Doença, etc.);
- Eventual encerramento de escolas na freguesia devido à diminuição do número de nascimentos;
- Concorrência de outros municípios na fixação da população;
- Envelhecimento da população;
- Baixa natalidade.

2.3.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Falta de saneamento;
- Pouca indústria e comércio;
- Envelhecimento da população;
- Incêndios.

2.3.9 - PRIORIDADES

- Construção da Zona Industrial (o que permitirá a criação de novos postos de trabalho e consequente fixação da população).

2.3.10 - NECESSIDADES

- Reabilitação dos equipamentos desportivos;
- ERPI – Estrutura Residencial para Idosos/as;
- Mercado.

2.4 - FREGUESIA DE CAMPELO

Área Geográfica: 51,64 Km2

População em 1991: 465 habitantes

População em 2001: 359 habitantes

População em 2011: 278 habitantes

Densidade Populacional em 1991: 9 hab/km2

Densidade Populacional em 2001: 7 hab/km2

Densidade Populacional em 2011: 5,4 hab/km2

Distância da Sede de Concelho: 17 km

Orago: Nossa Senhora da Graça.

2.4.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

Campelo é a maior freguesia em extensão territorial do concelho de Figueiró dos Vinhos e uma das mais povoadas no passado. Hoje é a freguesia mais afetada pela desertificação, tendo a maioria dos seus habitantes migrado para outras zonas do país, e alguns emigrado para o estrangeiro.

A região de Campelo pertenceu desde o reinado de D. Sancho I ao concelho de Miranda do Corvo, e desde a sua doação aos Condes de Miranda do Corvo, sempre lhes pertenceu, e só deve ter deixado de o ser depois de 1805, quando acabaram os privilégios de "juro e herdade", altura em que certamente também passou a ser administrativamente do concelho de Figueiró dos Vinhos, talvez no começo do regime liberal.

As populações começaram a fixar-se junto da ribeira de Alge, formando pequenos povoados cristãos onde construíam simples santuários ou capelas. Toda a região era designada por "Terras da Ribeira de Alji".

No século XII criou-se a Paróquia de Alge e o local eleito para sede da paróquia foi o Casal da Ponte pela sua situação geográfica (ficava no meio da região, muita água e boas terras) e por já ter nessa altura uma pequena capela e cemitério. No entanto, a capela era pequena para o culto, pelo que durante algum tempo este continuou a praticar-se na capela do lugar de Alge que era muito maior.

Por influência de Frei Gaspar de Campelo, mestre de noviços carmelitas, foi autorizada a construção de uma igreja com espaço suficiente para o culto dos fiéis sobre a antiga capela do Casal da Ponte, e a ampliação do cemitério; as obras foram custeadas pelos Condes de Miranda. Frei Gaspar de Campelo benzeu a nova igreja e ofereceu a imagem de Nossa Senhora da Graça, passando a ser a Padroeira. Pensa-se que foi por esta razão e também por vontade dos Condes de Miranda, que o nome da terra foi mudado de Casal da Ponte para Campelo.

2.4.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de Nossa Senhora da Graça (1º domingo de agosto), Nossa Senhora da Saúde (3º domingo de julho), Nossa Senhora do Pranto (domingo de Pascoela), Divino Espírito Santo (2º domingo de agosto), Nossa Senhora de Fátima (2º domingo de maio), Nossa Senhora da Boa Viagem (3º domingo de agosto), S. Joãozinho (dia de S. João) e S. Tiago (4º domingo de julho).

2.4.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Viveiro de trutas de Campelo, piscina de Vilas de Pedro, piscinas fluviais de Campelo e Alge, aldeias junto à ribeira (Singral, Porto de Oliveira, Moinho Novo e Vale Salgueiro).

2.4.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

Campelo – O Convívio – Associação Cultural e recreativa de Campelo; Ribeira Velha – A Lareira – Associação Cultural, Recreativa e de Melhoramentos; Fontão Fundeiro – CBEFF – Centro de Bem Estar do Fontão Fundeiro; Alge – O Penico - Casa de Convívio, Desporto, Cultura e Recreio; Comissão dos Compartes dos Baldios de Alge e lugares anexos e Comissão de Melhoramentos e Apoio Social de Alge; Singral – ACCPS – Associação Casa de Convívio do Povo do Singral.

2.4.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com concelho da Lousã,

Sul: com Figueiró dos Vinhos,

Este: com os concelhos de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande,

Oeste: com os concelhos de Penela e Miranda do Corvo.

2.4.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (Fonte: JFC - 2012)

Aldeia Fundeira - 6
Alge – 16
Alto do Carvalho - 2
Barreira - 0
Campelo - 33
Campelinho - 7
Carvalho - 2
Casal - 2
Casas Velhas - 5
Castelo – 4
Coito - 0
Corticinhos - 0
Eiras - 4
Entre Águas - 6
Estaleiro – 0
Fontão Cimeiro - 0
Fontão Fundeiro – 24
Fonte da Corte - 0
Goladinha - 2
Linhar - 0
Moinho Novo – 2
Outeiro do Casal - 4
Pé de Ingote - 0
Pé de Janeiro - 2
Peralcovo - 2
Poço Negro - 1
Poisia - 0
Ponte Fundeira – 2
Portela - 0
Porto Oliveira - 2
Póvoa - 21
Ribeira Velha – 24
Ribeiro - 0
Ribeiro do Coito - 1
Searas - 0
Serrada - 7
Singral Cimeiro – 2
Singral Fundeiro - 0
Torgal - 11
Trespostos - 8
Vale da Lameira – 2
Vale das Ameixoeiras – 0
Vale do Salgueiro - 0
Vale Vicente – 7
Vale – 7
Vaz Pinheira - 0
Vilas de Pedro - 35

* NOTA: De acordo com o levantamento efetuado pela Junta de Freguesia de Campelo, por lugar, o total da população da freguesia é de 253 habitantes, o que contraria os 278 registados pelos Censos de 2011.

2.4.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE CAMPELO

FORÇAS

- Floresta e atividades ligadas à floresta;
- Qualidade de vida;
- Potencialidades turísticas (turismo de natureza/rural);
- Produção de Energia Eólica;
- Movimentos populacionais sazonais (regresso de migrantes e emigrantes nos períodos de férias e fins de semana);
- Viveiro das Trutas de Campelo;
- Piscina fluvial de Campelo e Alge e Vilas de Pedro;
- Reserva de caça.

FRAQUEZAS

- Envelhecimento da população;
- Diminuição da população;
- Desertificação de lugares rurais;
- Isolamento sociogeográfico;
- Falta de emprego;
- Dificuldades na fixação e atração de jovens;
- Habitação degradada e sem infraestruturas básicas de agregados familiares carenciados;
- Rede rodoviária;
- Distância da sede de concelho;
- Fraca rede de transportes públicos;
- Incêndios florestais;
- Limpeza, manutenção e ordenamento dos caminhos florestais;
- Emigração/migração;
- Inexistência de pequeno comércio;
- Ribeira de Alge Inexplorada.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020;
- Proximidade da EN 347;
- Turismo do Centro de Portugal;
- Projeto para a Gestão Integrada da Ribeira de Alge – ALJIA.
- Aprovação do projeto CRER – Criação de Trutas assilvestradas.

AMEAÇAS

- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;
- Diminuição dos apoios sociais (RSI, CSI, Subsídio de Desemprego e de Doença, etc.);
- Contexto de Crise económica e social;
- Envelhecimento da população.

2.4.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Desertificação,
- Comércio incipiente,
- Falta de infraestruturas (telecomunicações, saneamento, turísticas, etc.);
- Desemprego.

2.4.9 - NECESSIDADES

- Turismo Rural;

- Recuperação dos açudes ao longo da Ribeira de Alge.

2.4.10 - PRIORIDADES

- Melhoria das infraestruturas ao nível da rede viária, telecomunicações (GSM, Cabo, Fibra) e saneamento;
- Fixação de indústria, que permita a criação de postos de trabalho (e fixação da população na freguesia);
- Apoio à dinamização do pequeno comércio existente e à criação de novos estabelecimentos (nomeadamente da área da restauração).

2.5 - FREGUESIA DE BAIRRADAS

Área Geográfica: 11,62 km2

População em 1991: 760 habitantes

População em 2001: 610 habitantes

População em 2011: 487 habitantes

Densidade Populacional em 1991: 64,8 hab/km2

Densidade Populacional em 2001: 52,5 hab/km2

Densidade Populacional em 2011: 41,9 hab/km2

Distância da Sede de Concelho: 6 km

Orago: Santo António.

2.5.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

A freguesia de Bairradas foi uma das mais recentes do concelho, criada em 1985, por separação da freguesia de Figueiró dos Vinhos.

Apesar da sua juventude, diz-se que o seu povoamento é anterior à Nacionalidade. De acordo com a toponímia, Bairradas provem de uma palavra árabe – barrio – que significava terreno inculto e despovoado, mas com condições para deixar de o ser. O lugar de Marvila terá sido o primeiro a ser povoado.

O crescimento de Bairradas iniciou-se a partir do Séc. XII ou XIII. Nos séculos seguintes, o desenvolvimento iria continuar com a anexação de novos lugares até então despovoados.

A capela, geralmente designada por "Porta do Sol", é um importante testemunho do passado de Bairradas. Terá sido construída em 1665 por Maria Temuda Bolinha, mulher donzela de 76 anos, onde investiu todo o seu dote numa obra para a posteridade.

Em 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, foi agregada à freguesia de Figueiró dos Vinhos, tendo sido então criada a União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, com sede em Figueiró dos Vinhos.

2.5.2 - FESTAS E ROMARIAS

Festa de Nossa Senhora do Livramento, Santo António e Nossa Senhora de Fátima.

2.5.3 - LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

Barragem da Bouçã, Ponte da Bouçã sobre o Rio Zêzere e Igreja Matriz.

2.5.4 - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

ABCD - Associação Bairradense Cultura e Desporto; Clube dos Caçadores Bairradense e Comissão de Melhoramentos de Bairradas.

2.5.5 - CONFRONTAÇÕES

Norte: com a freguesia de Figueiró dos Vinhos,

Sul: pelo Rio Zêzere,

Este: com o concelho de Pedrógão Grande e Ribeira de Bouçã,

Oeste: com Figueiró dos Vinhos e Ribeira da Prudência.

2.5.6 - LUGARES E POP. RESIDENTE POR LUGAR* (Fonte: UFFVB, 2015)

Aldeia Cimeira - 40	Aldeia Fundeira - 60	Casal dos Vicentes - 59
Marvila - 66	Bouçã - 18	Jogo da Bola - 0
Casal dos Ferreiros - 60	Corisco - 37	Casal de Santo António - 7
Casal da Fonte - 91	Retiro - 55	Chãs - 5

2.5.7 – ANÁLISE SWOT DA FREGUESIA DE BAIRRADAS

FORÇAS

- Potencialidades turísticas (Bairro da Bouçã; zona ribeirinha, zona de lazer, etc.);
- Forte concentração populacional em relação ao concelho de Figueiró dos Vinhos;
- Forte componente agrícola;
- Património arquitetónico quinhentista;
- Proximidade ao Rio e ao concelho da Sertã.

FRAQUEZAS

- Encerramento da Extensão do Centro de Saúde;
- Diminuição da população;
- Famílias em situação de pobreza;
- Emigração;
- Incêndios Florestais;
- Desaproveitamento do Bairro da Bouçã.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020;
- Grande Rota do Zêzere;
- Projeto ALJIA;
- Turismo.

AMEAÇAS

- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;
- Diminuição dos apoios sociais (RSI, CSI, Subsídio de Desemprego e de Doença, etc.);
- Contexto de Crise económica e social;
- Envelhecimento da população.

2.5.8 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

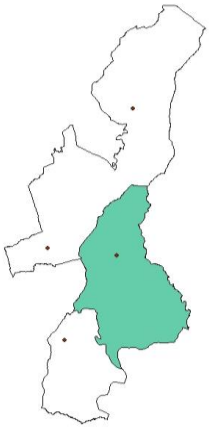
- Desemprego,
- Emprego precário,
- Alcoolismo,
- Envelhecimento da população,
- Falta de saneamento.

2.6 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS

Área Geográfica: 53,49 km2

População em 2011: 3915 habitantes

Densidade Populacional em 2011: 73,2 hab/km2.



2.6.1 - BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

A União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, sediada em Figueiró dos Vinhos, foi constituída em janeiro de 2013, fruto da reorganização administrativa do território das freguesias, de acordo com a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro. A justificação que esteve na origem desta união, prendeu-se, essencialmente com o facto de Bairradas ter um efetivo populacional de apenas 487 habitantes e também pela sua proximidade à sede do Município.

2.6.2 – ANÁLISE SWOT DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS

FORÇAS

- Diversidade de equipamentos na área da Saúde (Centro de Saúde, Farmácias, UCCI, Fisioterapia, Análises Clínicas, Clínicas Privadas, Unidade Saúde Mental, Bombeiros Voluntários, viatura INEM, Helipista; etc.);

- Diversidade de equipamentos e serviços de apoio social e à comunidade ERPI's, UCCI, SAD, Centro Comunitário, CAO, Creche, Lar Residencial para Deficientes, Serviço Local da Segurança Social, etc.);

- Diversidade de equipamentos culturais, desportivos e de lazer (Museu e Centro de Artes, Casa da Cultura, Biblioteca, Estádio e Piscina Municipal, Cabeço do Peão, Jardim Municipal, Praias Fluviais, etc.);

- Diversidade de serviços (Finanças, Tribunal, Conservatória, Correios, GNR, Bombeiros Voluntários, etc.);

- Património histórico, cultural e natural;

- Potencialidades turísticas (Bairro da Bouçã, zona ribeirinha, zonas de lazer, etc.);

- Parque empresarial com capacidade para atração de novas empresas/industria;

- Centro Investe;

- IEFP e Pólo de Formação;

- Acessibilidades (IC3, IC8, A13, proximidade da A1 e A23);

- Doces conventuais – Pão-de-Ló;

- Diversidade e quantidade de ofertas de alojamento, nomeadamente no turismo rural;

- Área de Reabilitação Urbana – ARU;

- Forte concentração populacional relativamente ao resto concelho;

- Forte componente agrícola (zona de Bairradas);

- Revisão do PDM;

- Intervenções ao nível da requalificação urbana: Plano de Pormenor Centro Histórico.

FRAQUEZAS

- Comércio e indústria incipiente;

- Desemprego estrutural;

- Diminuição da população;

- Envelhecimento da população;

- Baixas qualificações escolares e profissionais da população em idade ativa;

- Dificuldade na fixação de médicos no Centro de Saúde;

- Redução do horário do Serviço de Atendimento Permanente;

- Insuficiência da rede de cobertura da fibra ótica;

- Oferta turística (capacidade das unidades existentes e insuficiência de restaurantes);

- Falta de espaços de diversão noturna;

- Dinamização dos espaços culturais existentes;

- Ausência de uma marca distintiva em termos gastronómicos;

- Insuficiência de rendimentos da população;

- Mercado imobiliário (escassez de habitação para arrendamento, inexistência de terrenos a preços acessíveis que permitam o desenvolvimento da construção, habitação para venda excessivamente cara, inexistência de habitação a custos controlados e inexistência de habitação social);

- Necessidade de requalificação da Casa do Povo (para futura instalação da Junta de Freguesia);

- Existência de barreiras arquitetónicas;

- Incêndios florestais;

- Emigração;

- Famílias em situação de pobreza;

- Desaproveitamento turístico do Bairro da Bouçã e área envolvente;

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020;

- Escola Profissional;

- Relativa proximidade dos hospitais centrais;

- Rede de Praias Fluviais;

- Turismo do Centro de Portugal;

- CIMRL, CCDRC, Pinhais do Zêzere, etc;

- Grande Rota do Zêzere;

- Projeto ALJIA;

- Valorização do património natural, cultural, arquitetónico e turístico.

AMEAÇAS

- Restrições orçamentais à atividade das Juntas de Freguesia;

- Diminuição dos apoios sociais (RSI, CSI, Subsídio de Desemprego e de Doença, etc.);

- Contexto de crise económica e social;

- Concorrência de outros municípios na fixação da população;

- Risco de encerramento de serviços;

- Envelhecimento da população;

- Perda de população.

3 – DEMOGRAFIA

3.1 – ANÁLISE SWOT DA DEMOGRAFIA

FORÇAS

- Boa oferta de equipamentos sociais, educativos, culturais e desportivos;
- Boa oferta de equipamentos públicos;
- Recursos naturais, hídricos e florestais;
- Empresa de gestão florestal Florestgal;
- Qualidade de vida;
- Custo de vida acessível;
- Condições para a fixação e aumento do número de famílias;
- Políticas de apoio à natalidade (Freguesia de Aguda e UFFVB);
- Revisão do PDM;
- Área de Reabilitação Urbana - ARU;
- Operação de Reabilitação Urbana - ORU;
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável - PAMUS.

FRAQUEZAS

- Diminuição da população (saldo natural negativo);
- Envelhecimento da população;
- Desertificação de lugares rurais;
- Isolamento sociogeográfico de alguns lugares;
- Baixa densidade populacional;
- Movimentos populacionais (emigração, migração, emigração sazonal);
- Diminuição da taxa de natalidade;
- Desemprego e Desemprego de Longa Duração – DLD;
- Fraco desenvolvimento económico;
- Baixa fixação da população jovem e mais qualificada;
- Escassez de incentivos à fixação da população.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020;
- Melhoria das acessibilidades com a conclusão da A13 e IC8;
- Qualidade de vida no meio rural.

AMEAÇAS

- Escassez de políticas nacionais que privilegiem o investimento nas zonas economicamente deprimidas;
- Contexto de crise socioeconómica;
- Declínio das políticas sociais nacionais;
- Aumento da tendência crescente para o envelhecimento da população e diminuição da taxa de natalidade;
- Fecho de serviços públicos de influência estratégica.

3.2 - DEMOGRAFIA – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Diminuição da população/Baixa densidade populacional;
- Envelhecimento da população;
- Desertificação e isolamento de lugares rurais;
- Emigração/migração/emigração sazonal;
- Diminuição da Taxa de Natalidade.

3.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Em termos demográficos, não se observaram, desde a elaboração do primeiro Diagnóstico Social do Concelho (2002), evoluções positivas relativamente à tendência então apresentada.

O concelho de Figueiró dos Vinhos continua a acompanhar e a apresentar características e constrangimentos que são comuns a outros concelhos do interior do país, nomeadamente no que se refere à acentuada diminuição da População.

Esta realidade transversal ao interior do país é, em boa parte, explicada pelos fluxos migratórios que se têm vindo a verificar, fruto da conjuntura económica recessiva e da escassez de oportunidades de trabalho que identificamos no presente Diagnóstico.

O decréscimo populacional pode ser facilmente comprovado pela quebra significativa da natalidade, associada a uma nova mentalidade e posicionamento, no que à estrutura familiar diz respeito, a par da cada vez maior inserção da mulher no mercado de trabalho, que naturalmente condiciona a dimensão familiar.

Importa neste contexto, evidenciar que a tragédia que atingiu o concelho de Figueiró dos Vinhos em Junho de 2017, em que uma área muito significativa do seu território foi devastada pelos incêndios florestais, veio adensar o já problemático quadro social e económico, que os poderes públicos procuravam atenuar e contrariar, que poderá vir também a refletir-se, num futuro próximo, em termos demográficos, se nada for feito.

De facto esta ocorrência provocou danos consideráveis com imediato impacto psicológico, económico e financeiro, em dezenas de famílias, de povoações rurais, na agricultura e na floresta, setores de atividade estes com enorme expressão e relevância para o sustento de muitos que dali extraiam o rendimento, em muitos casos único, para a sobrevivência minimamente digna dos respetivos agregados familiares.

Na verdade, a floresta constituía uma fonte de riqueza inestimável para muitas famílias que dali esperavam retirar o rendimento que haviam planeado e projetado em tempo oportuno para equilibrar e orientar os seus orçamentos familiares.

O mesmo se diga da área agrícola, também ela fortemente atingida por este flagelo, verificando-se que uma parte importante dos campos agrícolas foram definitivamente abandonados em virtude da destruição do solo, árvores de fruto, oliveiras, videiras e pastagens, que até ali eram cultivados sobretudo por gente idosa que, perante este quadro, em muitas circunstâncias, foram forçados a optar pelo abandono definitivo das culturas.

Finalmente o Turismo, considerado por muitos a indústria do presente e do futuro, sofreu naturalmente com todos estes impactos descritos, havendo necessidade de repensar toda uma estratégia que conduza à promoção deste concelho e região e concomitantemente à sua reabilitação económica.

Acresce que a racionalidade face às condições de vida, obriga os jovens casais a ponderar e a planear o número de filhos/as que podem gerar, de modo a não colocar em causa a estabilidade do agregado e a qualidade de vida que ambicionam ter.

O concelho de Figueiró dos Vinhos também não está imune às vicissitudes que se fazem sentir em muitas outras regiões do País e da Europa, e que decorrem do envelhecimento da população, decorrente da necessidade sentida pela população ativa mais jovem e em regra mais capacitada, de procurar noutras regiões novos modos de vida e meios de subsistência, que legitimamente ambicionam para a sua realização pessoal, familiar, social e económica.

Noutro âmbito, tem-se assistido ao aumento da esperança média de vida, resultado do incremento de políticas de bem-estar social ao nível da higiene, saúde, salubridade e assistência social, porém, não se tem evoluído no aumento do número de nascimentos, que contribuísse para um maior equilíbrio e rejuvenescimento populacional.

Esta problemática terá necessariamente que ser equacionada numa perspetiva global e inserida, articulada e englobada em conjunto com outras matérias tratadas neste Documento, de modo a atenuar e corrigir um conjunto de consequências económicas e sociais que acabam por atingir a sociedade no seu todo.

Afigura-se preocupante a desertificação do meio rural, que associada à baixa densidade populacional, contribui para o isolamento geográfico e social, fenómeno este mais visível e acentuado na população idosa, como veremos de seguida através dos dados estatísticos que pudemos verificar, circunstância esta também agravada pelas ocorrências de Junho de 2017, evidenciadas anteriormente.

O esforço que o concelho tem vindo a fazer no sentido de disponibilizar um conjunto de infraestruturas e equipamentos sociais diversos, não tem sido por si só suficiente para inverter esta realidade, importando uma vez mais que a administração central acompanhe solidariamente esta preocupação, contribuindo para o encontro das sinergias indispensáveis e capazes de enfrentar com vontade e determinação este grave problema, desde logo por via de uma nova estratégia no que ao ordenamento do território diz respeito, bem como adotando medidas de descriminação positiva para incentivar a fixação da população.

Importa assinalar que as preocupações deixadas no Diagnóstico Social precedente, no que há Demografia diz respeito, e que naturalmente se refletem no desenvolvimento económico desejado que permita estagnar o êxodo populacional e concomitantemente a fixação de pessoas, parecem começar a ter eco junto dos poderes públicos centrais.

Na verdade, importa sublinhar que recentemente foram publicados um conjunto de diplomas legais que evidenciam uma nova sensibilidade para a realidade vivida no interior do País, nomeadamente a Lei do Orçamento de Estado para 2019 que contempla medidas no contexto de valorização de um território coeso e mais equilibrado, como um pilar fundamental para a criação de riqueza, a que nos referiremos mais adiante, a par da alteração também introduzida pela Portaria n.º 178/2018, de 20 de junho, respeitante ao Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego.

De enorme importância para a problemática que abordamos foi ainda a aprovação e publicação em Diário da República da Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2018, de 3 de janeiro, tendo em vista o Programa de Revitalização do Pinhal Interior e ainda a Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro que aprovou o Programa de Valorização do Interior.

Consideramos ainda pertinente acrescentar-se, neste domínio, a importância de que se reveste o Decreto-Lei nº. 111/2018, de 11 de dezembro, que criou e regulamentou o Programa de Captação de Investimento para o interior (PC2II) e mais recentemente a criação do estatuto de "Jovem Empresário Rural", consagrado no Decreto-Lei n.º 9/2019, de 18 de janeiro, definindo-se o respetivo procedimento de reconhecimento.

Por último, não podemos deixar de reforçar que a diminuição da taxa de natalidade, quer por questões económicas quer por alteração dos padrões culturais (as famílias têm cada vez menos filhos/as), influência de forma crescente o envelhecimento populacional que temos vindo a observar nas últimas décadas. Se tivermos ainda em consideração que a taxa de mortalidade tem sido superior à taxa de natalidade, tal facto origina um saldo natural negativo, o que só por si potencia o envelhecimento e a diminuição da população existente.

3.4 - ANÁLISE ESTATÍSTICA

Fazendo uma retrospetiva desde a década de sessenta até aos nossos dias, verificamos um decréscimo da população bastante acentuado entre as décadas de 60/70[4], fator este explicado pela forte emigração para França, Alemanha e outros países da Europa, bem como pelo êxodo rural para as grandes cidades do país. Este fenómeno, podemos dizer que foi transversal a um grande número de concelhos do interior do país, fruto da procura de melhores condições de vida.

Relativamente à evolução da população entre 1960 e 2011, verificamos nos períodos intercensitários apresentados, um decréscimo constante da população, sendo que, em seis décadas, o concelho perdeu cerca de 46,6% da sua população, não tendo havido nos anos intermédios sinais evidentes de crescimento.

[4] Durante este período o Concelho perdeu 2400 habitantes, uma diminuição da população equivalente a 20,8%.

T. 1 - Ritmo de Crescimento da População do Concelho 1960-2011

Freguesias	1960	1970	1981	1991	2001	2011	% pop. perdida 1960/2011
Figueiró dos Vinhos	5781	4764	4726	3799	3835	3428	-40,7
Bairradas	0	0	0	760	610	487	-35,9
Aguda	2272	1653	1940	1698	1394	1106	-51,3
Arega	2013	1762	1440	1290	1154	870	-56,8
Campelo	1479	966	648	465	359	278	-81,2
Total Concelho	11545	9145	8754	8012	7352	6169	-46,6
População perdida		-2400	-391	-742	-660	-1183	

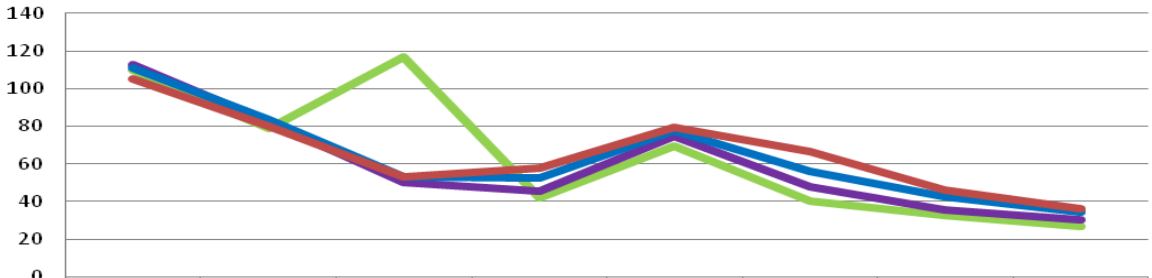
Fonte: INE - Censos (dados definitivos - vários anos).

Da análise do ritmo de crescimento da população por freguesia, verifica-se que o decréscimo da população é superior a 50% nas freguesias de Aguda e Arega e superior a 80% na freguesia de Campelo. As freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, apesar de terem registado também uma significativa perda de população, registaram valores inferiores a 50% nestas seis décadas. A freguesia de Figueiró dos Vinhos, sede de concelho, perdeu 40,7% da população e a freguesia de Bairradas foi a que menos população perdeu, 35,9%, fruto da sua instituição administrativa mais recente[5].

Da consulta dos dados estatísticos mais recentes publicados pelo INE no seu sítio oficial, podemos constatar que, em 2017, a estimativa da população residente no concelho é de 5696 habitantes (-473 que os registados nos últimos Censos) o que evidencia uma perda de população significativa e a continuidade da tendência recessiva a que temos assistido nas últimas décadas.

Analisando a evolução da densidade populacional a nível nacional, regional e dos concelhos do norte do distrito de Leiria, onde Figueiró dos Vinhos se insere, verifica-se, em 2017, uma diminuição ainda que pouco acentuada do número de habitantes por quilómetro quadrado.

G. 1 - Densidade Populacional 1991/2017



	Contin.	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pêra	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	109,9	79,1	116,9	41,8	69,7	40,3	32,8	27
2011	112,8	82,5	50,2	45,4	74,5	47,8	35,6	30,4
2001	110,8	83,3	52,9	52,6	77,9	55,9	42,4	34,2
1991	105,3	80,1	53,3	58,0	79,6	66,5	46,2	36,1

Fonte: INE – Censos 1991, 2001, 2011 e Estimativas 2017.

Na NUT III, observamos um aumento atípico deste indicador, fruto da entrada em vigor em janeiro de 2015 da nova versão das NUT (NUTS 2013). Com esta alteração, a NUT anteriormente designada por Pinhal Interior Norte e da qual faziam parte 14 concelhos do interior, deixa de existir, e os concelhos que a integravam passam a fazer parte da Região de Coimbra e da Região de Leiria, conforme a localização. Da Região de Leiria (à qual o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a pertencer), fazem parte 10 concelhos, porém, as suas características e localização são muito mais heterogéneas. Para além dos 5 concelhos do Norte do Distrito (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande), passam também a fazer parte desta

[5] A freguesia de Bairradas foi instituída administrativamente em 1985.

NUT concelhos mais do litoral do distrito e, consequentemente muito mais populosos (Pombal, Leiria, Batalha, Marinha Grande e Porto de Mós), contribuindo assim para o pseudo aumento deste indicador, comparativamente aos resultados dos Censos dos anos anteriores.

Nos concelhos do norte do distrito assistimos a uma diminuição gradual e preocupante da densidade populacional nos anos em análise, registando-se nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande os valores mais reduzidos (32,8 e 27/hab. Km², respetivamente).

Fazendo referência à evolução da população do concelho por sexo, verificamos uma ligeira vantagem de elementos do sexo feminino observável em todas as séries temporais apresentadas, atingindo representatividades percentuais na ordem dos 52/53% contra 47% do sexo masculino.

T. 2 - Evolução da População do Concelho por Sexo e Faixa Etária – 1991-2017

	1991		2001		2011		2017	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pop. resid. total	**8012**	**100**	**7352**	**100**	**6169**	**100**	**5696**	**100**
Homens	3835	47,9	3489	47,5	2892	46,9	2657	46,6
Mulheres	4177	52,1	3863	52,5	3277	53,1	3039	53,4
0-14 Total	**1360**	**17**	**992**	**13,5**	**657**	**10,7**	**537**	**9,4**
0-14 H	707	8,8	491	6,7	344	5,6	295	5,2
0-14 M	653	8,2	501	6,8	313	5,1	242	4,2
15-24 Total	**1037**	**12,9**	**895**	**12,2**	**592**	**9,6**	**526**	**9,2**
15-24 H	538	6,7	463	6,3	296	4,8	271	4,8
15-24 M	499	6,2	432	5,9	296	4,8	255	4,5
25-64 Total	**3882**	**48,5**	**3592**	**48,9**	**3095**	**50,2**	**2815**	**49,4**
25-64 H	1846	23	1755	23,9	1507	24,4	1357	23,8
25-64 M	2036	25,4	1837	25	1588	25,7	1458	25,6
65 + anos Total	**1733**	**21,6**	**1873**	**25,5**	**1825**	**29,6**	**1818**	**31,9**
65 e mais H	744	9,3	780	10,6	745	12,1	734	12,9
65 e mais M	989	12,3	1093	14,9	1080	17,5	1084	19,0

Fonte: INE – Censos 1991, 2001, 2011 e Estimativas 2017.

Relativamente à distribuição da população do concelho por faixa etária, verifica-se uma diminuição significativa da população dos 0-14 anos relativamente ao ano de 1991, representando esta, em 2017, um peso inferior a 10% da população total (9,4%), sendo que em 1991 correspondia a 17%. A representatividade de géneros é aproximada (5,2% H, 4,2% M).

A mesma tendência se verifica na faixa etária dos 15-24 anos, apesar da perda de população ter sido ligeiramente menor (3,7%). A representatividade entre géneros é idêntica.

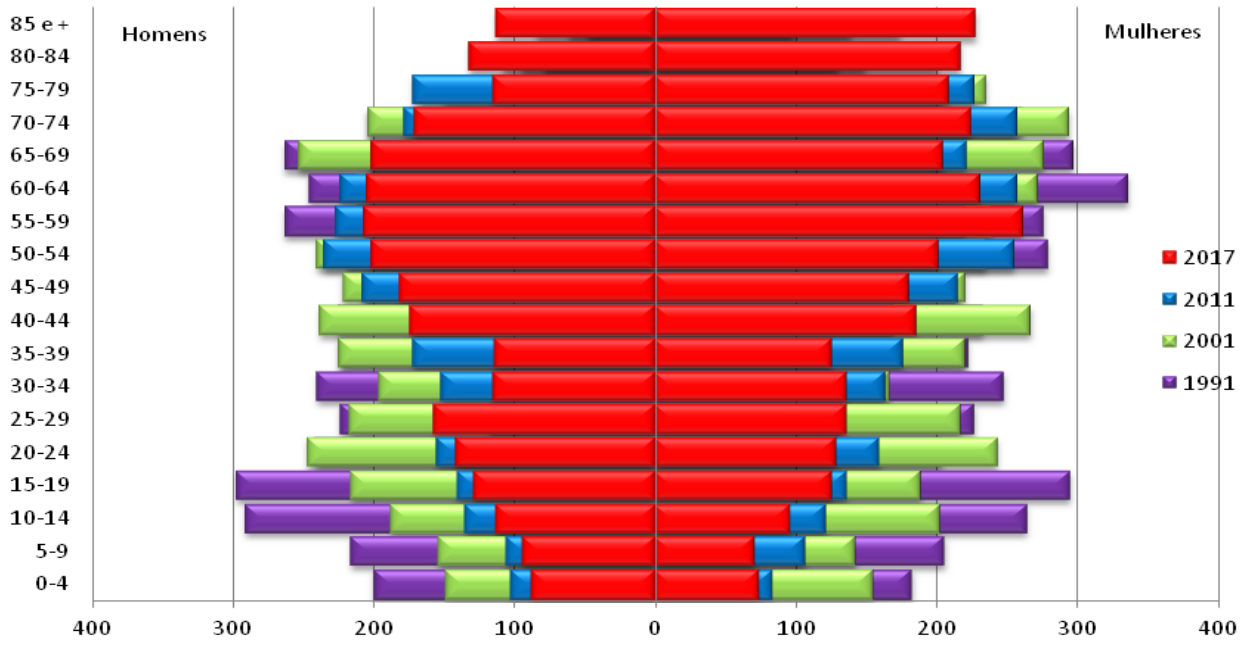
Ao avançarmos na faixa etária, verificamos uma alteração da tendência até aqui demonstrada. Se antes a redução do efetivo populacional, representava também uma diminuição destes em termos percentuais, resultado da diminuição da taxa de natalidade nos anos subsequentes, quando se analisa a faixa etária dos 25-64 anos, verificamos não só um efetivo decréscimo da população mas também um correspondente aumento percentual relativamente ao verificado nos Censos de 1991, o que evidencia o envelhecimento da população.

Na faixa etária dos 65 e mais anos, assistimos a um acréscimo gradual da população com algum significado quando comparadas as séries temporais apresentadas. Em termos percentuais assistimos a um aumento de cerca de 10%, representando, em 2017, 31,9% da população total. Verifica-se ainda uma esperança média de vida mais elevada nas mulheres.

Em suma, a população do concelho divide-se em 2017 da seguinte forma: 9,4% dos 0-14 anos, 9,2% dos 15-24 anos, 49,4% dos 25-64 anos e 31,9% com 65 e mais anos.

Para uma mais fácil compreensão destes dados, observe-se a evolução da população do concelho entre 1991-2017, através da pirâmide etária[6] que a seguir se apresenta.

G. 2 - PIRÂMIDE ETÁRIA 1991-2017



Fonte: INE – Censos 1991, 2001;2011 e 2017, adaptado.

A sua forma (pirâmide em urna) é o reflexo do comportamento populacional de uma sociedade típica dos países desenvolvidos, uma vez que "os níveis de natalidade e de mortalidade são muito baixos" [7].

Este comportamento é facilmente comprovado aquando da análise da pirâmide, pois a tendência é no sentido do estreitamento acentuado da base da pirâmide em resultado da diminuição do número de nascimentos, uma diminuição acentuada da população em idade ativa e alargamento, ainda que pouco significativo do topo da pirâmide, consequência do envelhecimento da população.

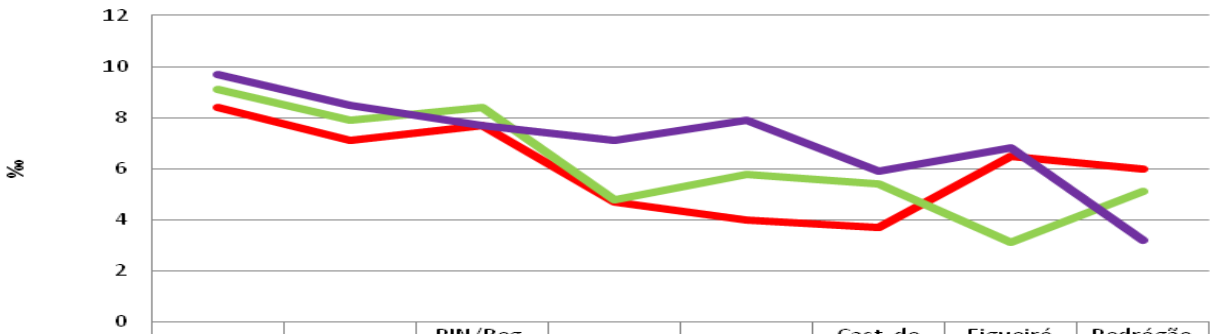
A perda constante de população a que o concelho de Figueiró dos Vinhos tem continuamente assistido, não evidencia que possa haver uma regeneração natural da pirâmide etária do concelho, quer devido à fraca capacidade atrativa de migrantes, quer à perda progressiva de população devido à emigração e à diminuição da taxa de natalidade.

O gráfico seguinte mostra-se a evolução da taxa de natalidade nos últimos 10 anos.

Na NUT I e II, a taxa de natalidade tem apresentado um decréscimo gradual. Em 2017 nasciam em Portugal Continental 8,4 crianças por cada 1.000 habitantes (-1 que em 2007). Na NUT II (Região Centro) nasciam, em 2017, 7,1 crianças por cada 1.000 habitantes (-1 que em 2007), valor inferior ao registado a nível nacional. Na NUT III a taxa de natalidade aproxima-se na registada na Região Centro (7,7 nascimentos por 1.000 habitantes).

[6] A pirâmide etária é uma forma de representação gráfica que pretende dar a conhecer a estrutura etária de uma população, tendo, também, em conta a divisão por géneros. Neste caso as idades da população são consideradas em grupos etários de quatro anos.
[7] Nazareth, 2004.

G. 3 - Taxa Bruta de Natalidade 2007-2017 (‰)



	Contin.	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pêra	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	8,4	7,1	7,7	4,7	4	3,7	6,5	6
2011	9,1	7,9	8,4	4,8	5,8	5,4	3,1	5,1
2007	9,7	8,5	7,7	7,1	7,9	5,9	6,8	3,2

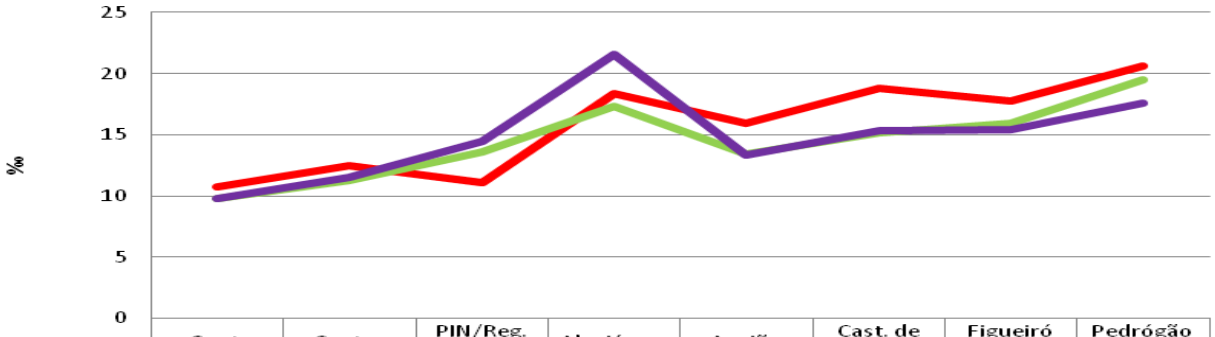
Fonte INE – Anuários Estatísticos.

Nos concelhos da zona norte do Distrito de Leiria registaram-se, em 2017, taxas brutas de natalidade bastante inferiores às registadas nas NUT I, II e III, principalmente quando nos referimos aos concelhos de Alvaiázere, Ansião e Castanheira de Pera (esta ultima com a taxa bruta de natalidade mais baixa em 2017 – 3,7‰), cujo decréscimo foi gradual e acentuado, quando comparados os resultados apresentados com os de 2007. Em Pedrógão Grande assistimos a um aumento gradual da taxa bruta de natalidade de 3,2‰ em 2007 para 6‰, em 2017. Figueiró dos Vinhos registava, em 2017, uma taxa bruta de natalidade de 6,5‰, valor bastante acima do registado nos últimos Censos (3,1‰), mas ligeiramente abaixo do registado em 2007 (6,8‰).

Relativamente à Taxa Bruta de Mortalidade[8] para o mesmo período, podemos verificar pelo gráfico abaixo apresentado, um ligeiro acréscimo desta na NUT I, de 9,8‰ (em 2007) para 10,7‰ (em 2017).

A NUT II regista, em 2017, uma Taxa Bruta de Mortalidade acima da registada a nível nacional (12,5‰), verificando-se também um acréscimo quando comparadas as séries temporais apresentadas.

G. 4 - Taxa Bruta de Mortalidade 2007-2017 (‰)



	Cont.	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pêra	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	10,7	12,5	11,1	18,4	15,9	18,8	17,8	20,6
2011	9,8	11,3	13,6	17,3	13,4	15,2	15,9	19,5
2007	9,8	11,5	14,5	21,6	13,3	15,3	15,4	17,6

Fonte: INE – Anuários Estatísícos.

Na NUT III verifica-se um resultado mais atípico, observando-se um decréscimo da Taxa Bruta de Mortalidade entre 2007 e 2017 de 14,5‰ para 11,1‰, quando o oposto seria mais previsível. Porém, relembre-se que os dados de 2007 e 2011 dizem respeito ao Pinhal Interior Norte, enquanto que 2017, se refere já à Região de Leiria com o peso das assimetrias concelhias e interior/litoral.

[8] "Número de óbitos observados num determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes) ".

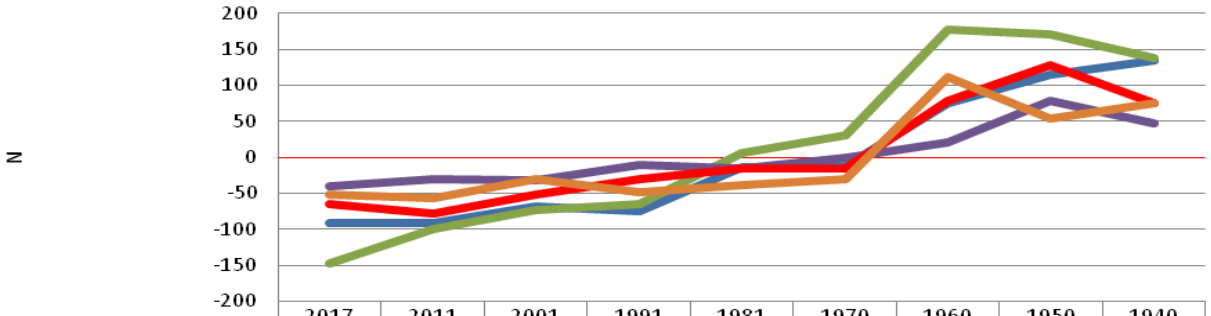
Nos concelhos do Norte do distrito de Leiria, os picos mais elevados da Taxa Bruta de Mortalidade foram observados em 2017, com acréscimo gradual e significativo relativamente aos valores registados em 2007. Apenas no concelho de Alvaiázere se observou um decréscimo desta taxa entre 2007 e 2017 mas, ainda assim, as Taxas Brutas de Mortalidade registadas em todos eles, em 2017, centraram-se entre os 15‰ e os 20‰ (valores bastante superiores aos registados a nível nacional e regional).

Em 2017, a Taxa Bruta de Mortalidade atingiu, em Figueiró dos Vinhos, os 17,8‰, valor bastante superior ao registado a nível nacional e regional.

Observando o gráfico seguinte verificamos que o Saldo Natural[9] da população tem vindo a decrescer sistematicamente nas últimas décadas, em todos os concelhos do norte do distrito. A partir da década de 70, começam a registar-se os primeiros saldos naturais negativos (à exceção do concelho de Ansião que se manteve com um saldo natural positivo até à década de 80, diminuindo progressivamente a partir daí). Um Saldo Natural negativo evidencia um abrandamento no ritmo de crescimento da população.

Este decréscimo acentuado e progressivo, expressa bem a diminuição do número de nascimentos (dependente também do aumento da emigração de parte da população em idade ativa e fértil registada nesta década) e o aumento do número de óbitos.

G. 5 - SALDO NATURAL 1940-2017



	2017	2011	2001	1991	1981	1970	1960	1950	1940
Alvaiázere	-92	-91	-68	-75	-14	-12	75	115	134
Ansião	-147	-100	-74	-65	6	30	177	171	138
Castanheira de Pêra	-41	-31	-32	-11	-15	-1	21	78	48
Figueiró dos Vinhos	-65	-79	-52	-31	-16	-16	78	128	76
Pedrógão Grande	-51	-56	-31	-48	-39	-30	112	53	76

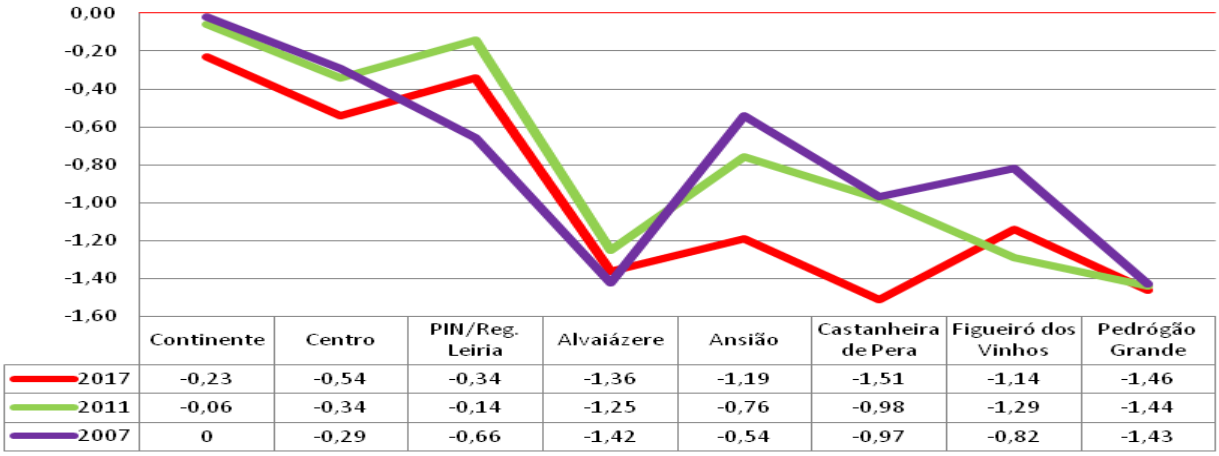
Fonte: INE

Consequentemente, a Taxa de Crescimento Natural[10] da população, registada entre 2007 e 2017, tem vindo a diminuir e a manter-se em percentagens negativas. Efetivamente, desde 2007 que se verifica um abrandamento da Taxa de Crescimento Natural a nível nacional, que começa a apresentar, a partir deste ano, valores negativos. O mesmo se verifica nas NUT II e III e em todos os concelhos do norte do Distrito de Leiria, sem perspetivas de qualquer inversão positiva.

De facto, o envelhecimento da população apresenta-se hoje como um dos fenómenos mais complexos, preocupantes e desafiantes para a sociedade atual e pode ser analisado sobre duas grandes perspetivas: individualmente e na perspetiva demográfica. Individualmente, o envelhecimento assenta na maior longevidade dos indivíduos, ou seja, traduz-se no aumento da esperança média de vida. Na perspetiva demográfica, define-se pelo aumento da proporção de idosos/as no conjunto da população total. Esse aumento consegue-se em detrimento da população jovem e/ou em idade ativa.

[9] O Saldo natural expressa a diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos num dado período.
[10] A Taxa de Crescimento Natural expressa o saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente 1 ano civil, referida à população média desse período (habitualmente expressa em % ou ‰).

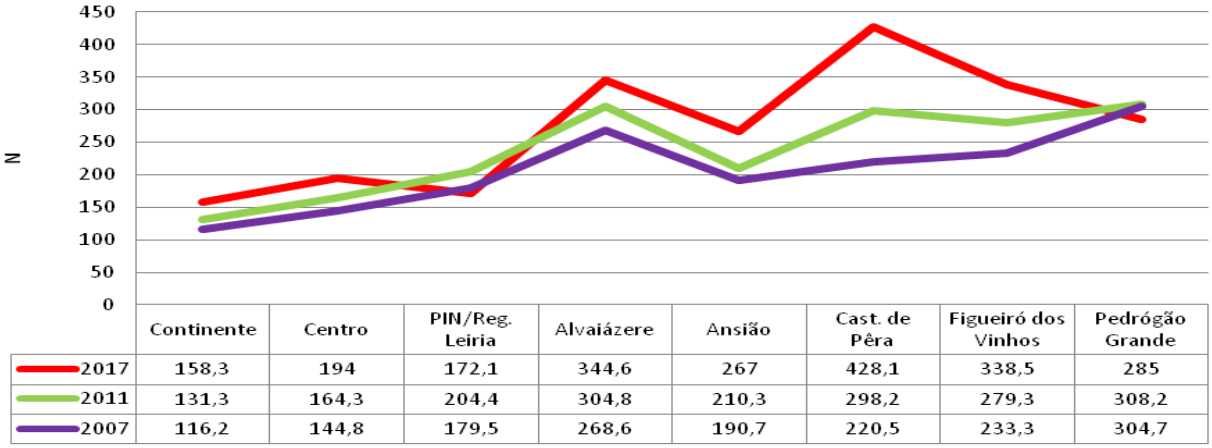
G. 6 - Taxa de crescimento Natural 2007-2017



Fonte: INE

No gráfico seguinte podemos observar expressamente o envelhecimento da população através da análise do Índice de Envelhecimento da População[11] nos últimos 10 anos.

G. 7 - Índice de Envelhecimento 2007-2017



Fonte: INE

Se tivermos em conta que segundo as estimativas mais recentes do INE (2017), a proporção de pessoas com 65 e mais anos atingia os 21,8% em Portugal Continental, podemos facilmente aferir que o envelhecimento da população deixou de ser um fenómeno apenas localizado no interior do país e tem vindo a ocorrer de uma forma generalizada em todo o território nacional.

De facto, e centrando-nos no gráfico acima apresentado, o índice de envelhecimento da população tem aumentado significativamente quer em Portugal Continental quer na Região Centro, nos últimos 10 anos. Em 2017, para cada 100 jovens, corresponderiam cerca de 158 idosos/as em Portugal Continental, número que viria a inflacionar quando se limita a análise à Região Centro onde, para cada 100 jovens corresponderiam 194 idosos/as (praticamente o dobro). Na NUT III, salientamos novamente o enviesamento dos dados em função das alterações das NUT. A aparente diminuição observada do Índice de Envelhecimento relacionar-se-á apenas com a alteração das NUT, já referenciada.

É nos concelhos do Norte do Distrito de Leiria que se verificam as maiores assimetrias, quer nos elevados aumentos registados nos últimos 10 anos, quer nos valores observados, que nalguns casos mais do que duplicam a média nacional.

[11] "Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 10^2) pessoas dos = aos 14 anos)".

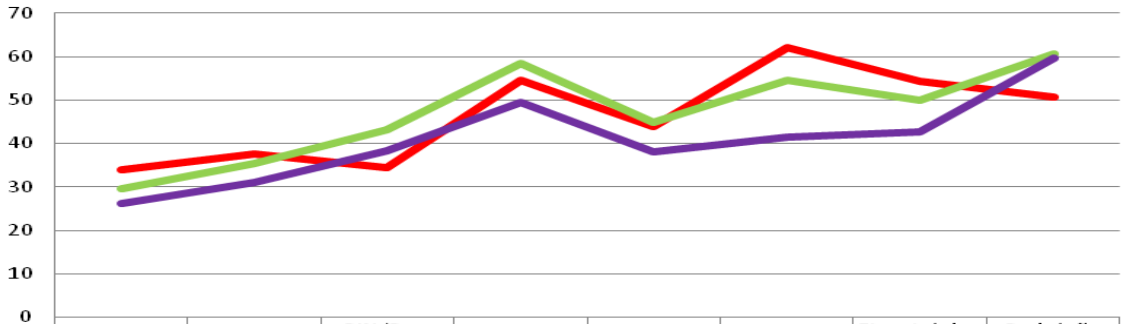
No concelho de Figueiró dos Vinhos, a percentagem de pessoas com 65 e mais anos atingiu, em 2017, os 31,9%. No mesmo período, o Índice de Envelhecimento registava 338,5, ou seja, para 100 jovens corresponderiam 338 idosos/as. Este número assume ainda maiores proporções quando comparado com o registado em 2007 – 233,3.

Nos outros concelhos em análise observa-se tendência idêntica à registada em Figueiró dos Vinhos, à exceção de Pedrogão Grande onde se observa um decréscimo, ainda que pouco relevante, no Índice de Envelhecimento registado nos últimos 10 anos.

Ao observarem-se os resultados registados quer pelos Censos de 2011, quer nas últimas estimativas de 2017, para o Continente, verifica-se que Portugal tem hoje mais população idosa do que jovem.

O estreitamento observado no centro da pirâmide etária atrás apresentada, pode ser facilmente explicado através do Índice de Dependência de Idosos/as[12].

G. 8 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS/AS



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast.de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	33,9	37,7	34,5	54,5	43,8	62,2	54,4	50,6
2011	29,5	35,3	43,1	58,5	44,8	54,6	49,9	60,6
2007	26,3	31	38,3	49,5	38,2	41,4	42,7	59,6

Fonte: INE

A diminuição da população em idade ativa apresenta-se como uma realidade incontestável em Portugal Continental, fruto dos fenómenos atrás mencionados. No período em análise, o Índice de Dependência de Idosos/as sofreu um aumento considerável, quer em Portugal Continental, quer na Região Centro. Na NUT III, observamos uma vez mais o que consideramos uma aparente melhoria, tendo em conta a já referida alteração das NUT.

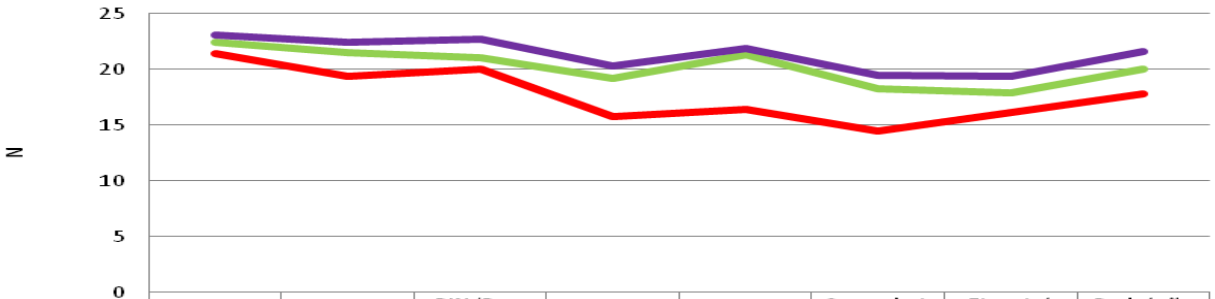
Em Figueiró dos Vinhos, o Índice de Dependência de Idosos/as aumentou de 42,7 em 2007, para 54,4 em 2017. A tendência de aumento é seguida pelos outros concelhos em análise, à exceção de Pedrógão Grande, que regista uma diminuição deste indicador em 2017.

Quando observamos o Índice de Dependencia de Jovens, verificamos uma inversão da tendência devido à diminuição progressiva do numero de nascimentos. Nos últimos 10 anos a diminuição deste indicador tem sido gradual em todas as NUT e concelhos em análise, sem perspetivas de melhoria. Mesmo na NUT III onde se têm verificado alguns enviesamentos de dados devido à alteração das NUT (enviesamentos esses que se têm manifestado em aparentes situações de recuperação), verifica-se uma diminuição deste indicador.

Em Portugal Continental, por cada 100 pessoas em idade idade ativa registavam-se, em 2017, apenas 21 jovens. Em Figueiró dos Vinhos o Índice de Dependencia de Jovens diminuiu de 19,4 em 2007, para 16,1 em 2017 (por cada 100 pessoas em idade ativa existiam apenas 16 jovens).

[12] Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 e mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

G. 9 - Índice de Dependência de Jovens[13]



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Castanheira de Pêra	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	21,4	19,4	20	15,8	16,4	14,5	16,1	17,8
2011	22,4	21,5	21,1	19,2	21,3	18,3	17,9	20
2007	23,1	22,4	22,7	20,3	21,9	19,5	19,4	21,6

Fonte: INE

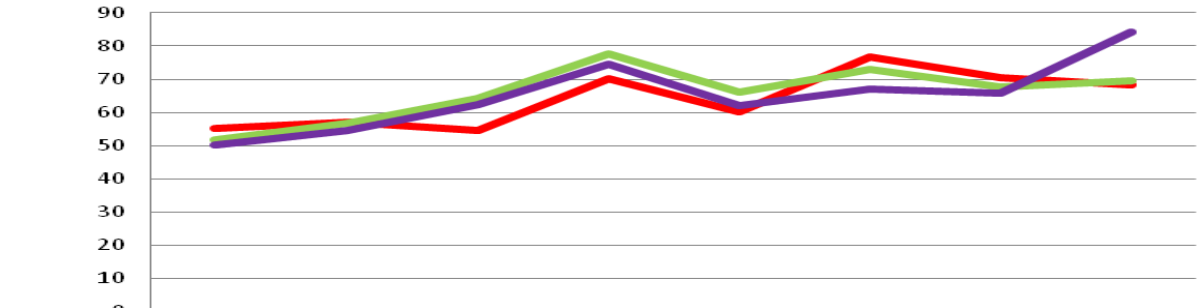
Como resultado das alterações da estrutura etária da população já apresentada, quer a nível nacional, quer das NUT II e III e concelhos do Norte do Distrito de Leiria, pudemos já aferir um aumento do Índice de Envelhecimento.

Os resultados opostos dos Índices de Dependência de Idosos/as e de Jovens explica a tendência generalizada de um duplo envelhecimento da população, mais acentuado quando observamos os resultados dos concelhos situados na zona interior norte do Distrito de Leiria, onde a população é cada vez mais envelhecida e a sua capacidade de rejuvenescimento é menor.

Com efeito, o aumento do número de idosos/as e a diminuição da Taxa de Natalidade reflete-se numa diminuição do número de ativos, dificultando a sustentabilidade social e económica. Por sua vez, aumentam as despesas com saúde, com o apoio a idosos/as e pensões de reforma, enquanto que diminuem as contribuições da população ativa, com consequências no desequilíbrio crescente das contas públicas em matéria de segurança social.

Observando o Índice de Dependência Total, ou seja, a relação entre a população dependente (jovens e idosos/as) e a população em idade ativa, verificamos um aumento, ainda que ligeiro, a nível nacional e da região centro nos últimos 10 anos. Em 2017, por cada 100 pessoas em idade ativa, registavam-se 55 em situação de dependência a nível nacional e 57 na Região Centro.

G. 10 - Índice de Dependencia total[14]



	Contin.	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	55,3	57,1	54,5	70,3	60,2	76,7	70,5	68,4
2011	51,9	56,9	64,2	77,7	66,1	73	67,8	69,6
2007	50,1	54,6	62,4	74,4	62,1	67,2	65,7	84,3

Fonte: INE

[13] O Índice de Dependência de Jovens expressa a relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas dos 0-14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

[14] O Índice de Dependência Total expressa a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas dos 0-14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 e mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15-64 anos.

Nos concelhos do norte do distrito, os Índices de Dependência Total atingem um mínimo de 60 (em Ansião) e um máximo de 76 (em Castanheira de Pera).

Em Figueiró dos Vinhos, o número de jovens e idosos/as para cada 100 indivíduos em idade ativa aumentou de 65,7 em 2007, para 70,5 em 2017, valor bastante superior ao registado a nível nacional e regional.

3.5 - DINÂMICAS FAMILIARES

Independentemente do tipo de família, ela é sempre um conjunto de pessoas consideradas como um todo sistémico, onde os seus membros se relacionam uns com os outros e com o meio onde estão inseridos. A família deve ser vista como um sistema dinâmico e, por isso, sujeita à evolução e à mudança.

Fatores económico-sociais, políticos, culturais, demográficos e tecnológicos, têm contribuído de forma decisiva para as alterações na estrutura, na dinâmica familiar e na sua organização interna, como por exemplo na diminuição do número médio de filhos/as, diminuição da fecundidade, aumento do número de pessoas a viverem sós, diminuição das famílias numerosas, aumento das famílias monoparentais e recompostas em virtude do aumento do número de divórcios, aumento das uniões de facto e, mais recentemente, o aparecimento de famílias homossexuais e outras tipologias.

Em termos de análise da informação estatística, os dados relativos às famílias são apenas trabalhados pelo INE aquando da realização dos Censos, pelo que, neste parâmetro, se optou por manter a informação constante no Diagnóstico Social de 2015, cujos indicadores mais recentes reportam ao ano de 2011.

Assim, pode verificar-se pela tabela a seguir apresentada, que o número de famílias clássicas[15] aumentou nas últimas 2 décadas, nas NUT I, II e III.

Esta tendência altera-se quando nos dirigimos para o interior do país.

T. 3 - Famílias Clássicas por local de Residência NUT I, II e III

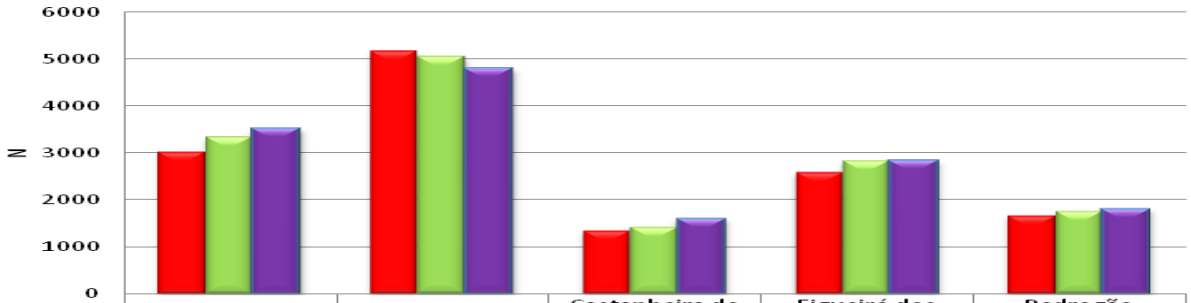
	2011	2001	1991
Portugal	4043726	3650757	3147407
Continente	3869188	3505292	3018093
Centro	904770	847265	752866
Pinhal Interior Norte	51964	51488	48529

Fonte: INE – Censos 1991, 2001 e 2011.

Ao observarmos o gráfico que a seguir se apresenta, verificamos uma diminuição do número de famílias clássicas em todos os concelhos da zona norte do distrito de Leiria, nas últimas duas décadas. Figueiró dos Vinhos perdeu, em 20 anos, cerca de 246 famílias.

[15] Famílias Clássicas – Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também família clássica qualquer pessoa independente, que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

G. 11 – Evolução do Número de Famílias Clássicas (Concelhos Norte do Distrito de Leiria) - 1991-2011

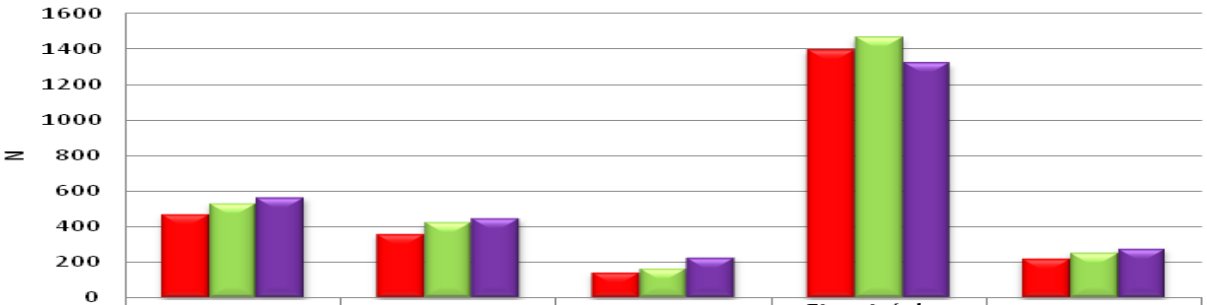


	Alvaiázere	Ansião	Castanheira de pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrogão Grande
2011	3023	5163	1336	2586	1669
2001	3341	5051	1425	2835	1752
1991	3506	4785	1587	2832	1790

Fonte: INE - Censos

Observando a realidade do concelho de Figueiró dos Vinhos, verificamos que houve também uma diminuição do número de famílias em todas as freguesias, relativamente aos dados de 1991. A freguesia com o maior número de famílias é obviamente aquela onde se concentra o maior número de habitantes, a de Figueiró dos Vinhos (sede de concelho). Nesta verificamos, inclusive, um aumento considerável do número de famílias em 2001, relativamente aos dados dos Censos 1991.

G. 12 - Número de Famílias Clássicas por Freguesia



	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	470	358	140	1394	219
2001	531	422	163	1466	251
1991	565	447	224	1320	276

Fonte: INE (Censos)

As alterações da estrutura familiar e do próprio conceito de família, têm sofrido uma mutação ao longo dos anos e o fator divórcio tem contribuído para um acelerar destas mudanças, dando origem a outros tipos de família, que não a nuclear ou simples[16], quer devido a transformações sociais originadas por uma mudança de mentalidade onde a vida familiar, o fator de autonomia e liberdade individual no plano da vida privada e a forma como é encarada hoje a sexualidade, quer devido ao maior protagonismo e autonomia financeira da mulher.

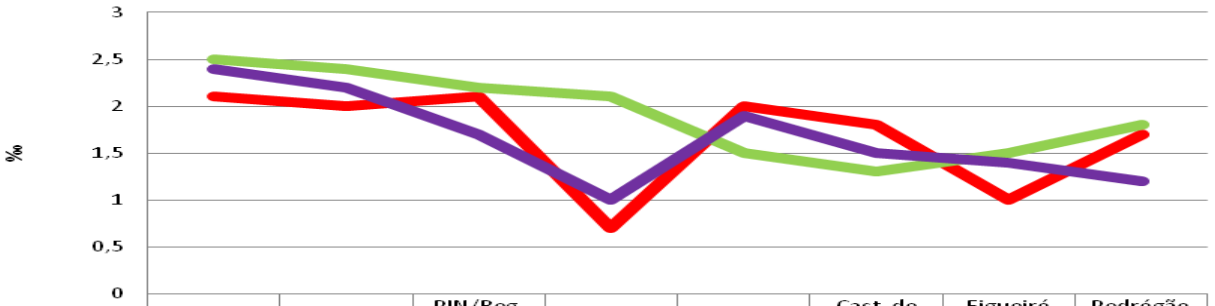
Analisando o gráfico seguinte, que representa evolução da Taxa Bruta de Divórcio nos últimos 10 anos, podemos verificar um aumento desta taxa entre 2007 e 2011 em todas as NUT, seguido de uma redução da mesma entre 2011 e 2017, ainda que pouco significativa. Em 2017 a taxa bruta de divórcio era de 2,1‰ em Portugal Continental e seguia tendência idêntica nas NUT II e III.

Esta tendência assume menor proporção quando analisamos a realidade dos concelhos do norte do distrito de Leiria. De facto, em meios predominantemente rurais, podemos observar que o número de divórcios, para além de ser ligeiramente inferior à média nacional, nalguns concelhos até teve uma ligeira descida nos últimos 10 anos, como é o caso de Figueiró dos Vinhos (de 1,4‰ para

[16] Uma só união entre adultos e um só nível de descendência, pais e seus filhos/as.

1‰) e Alvaiázere (de 1‰ para 0,7‰). Em Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Ansião, observou-se um ligeiro acréscimo, aproximando-se, este último, da média nacional.

G. 13 - Taxa Bruta de Divórcio 2007-2017[17]



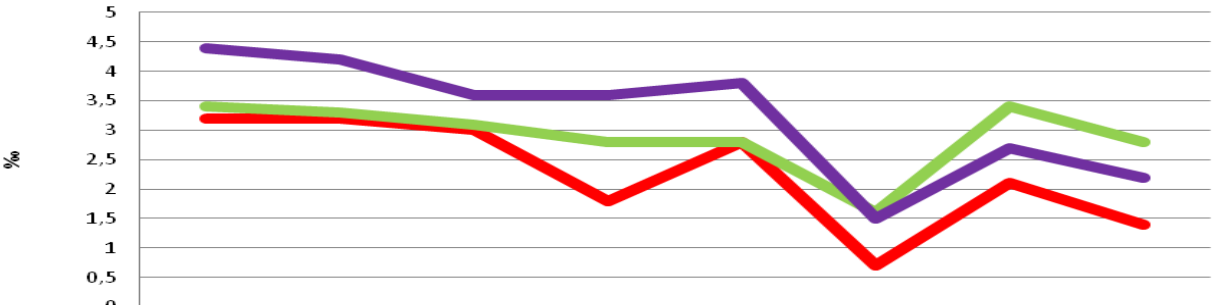
	Contin.	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pêra	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	2,1	2	2,1	0,7	2	1,8	1	1,7
2011	2,5	2,4	2,2	2,1	1,5	1,3	1,5	1,8
2007	2,4	2,2	1,7	1	1,9	1,5	1,4	1,2

Fonte: INE

Para melhor entender o padrão de divórcio, importa também observar a evolução da Taxa Bruta de Nupcialidade[18] para o mesmo período, procurando aferir se a redução da Taxa Bruta de Divórcio se deve a uma mudança de mentalidades ou, se pelo contrário, se deve também à diminuição da Taxa Bruta de Nupcialidade.

Observando o gráfico que a seguir se apresenta, podemos verificar uma efetiva redução da Taxa Bruta de Nupcialidade em todas as NUT.

G. 14 - Taxa Bruta de Nupcialidade 2007-2017



	Cont.	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	3,2	3,2	3	1,8	2,8	0,7	2,1	1,4
2011	3,4	3,3	3,1	2,8	2,8	1,6	3,4	2,8
2007	4,4	4,2	3,6	3,6	3,8	1,5	2,7	2,2

Fonte: INE

Em Portugal Continental esta taxa caiu de 4,4‰ em 2007 para os 3,2‰ em 2017. As NUT II e III seguiram a mesma tendência, o que nos leva a crer que a diminuição do número de divórcios poderá estar relacionada com a diminuição do número de casamentos.

Nos concelhos do norte do distrito de Leiria a Taxa Bruta de Nupcialidade apresenta valores abaixo da média nacional e regional, verificando-se também um decréscimo desta, quando comparados os valores registados em 2007 e 2017. O Concelho de Ansião é o que se aproxima mais da média nacional, registando, em 2017, 2,8‰.

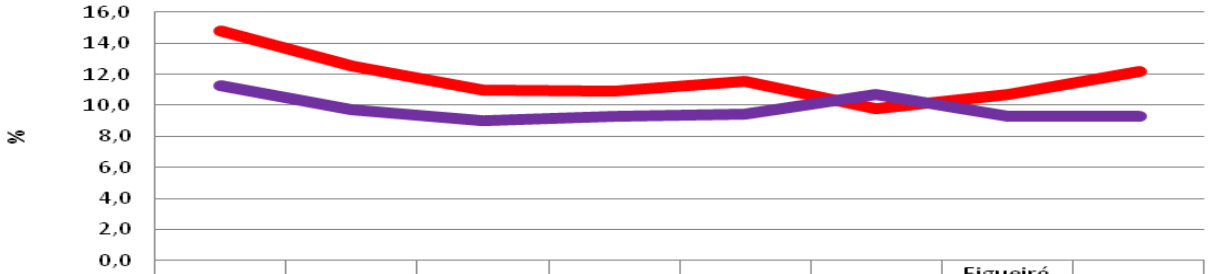
[17] Número de divórcios observado num determinado período de tempo, em relação à população média nesse período, por 1000 habitantes.
[18] Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, em relação à população média desse período, por 1000 habitantes.

No Concelho de Figueiró dos Vinhos, a taxa bruta de nupcialidade atingiu os 2,1‰ em 2017.

Os divórcios dão origem a novos tipos de família, sendo as mais comuns as monoparentais[19], as unitárias[20]e as reconstituídas, combinadas ou recombinadas[21].

Sendo certo que as famílias ou nucleos monoparentais não dependem só do fator divórcio, o seu aumento, quando comparados os dois últimos períodos intercensitários, é uma realidade e, à semelhança do divórcio, assume maiores proporções a nível nacional, perdendo expressão nas NUT II e III. Porém, nalguns concelhos do norte do distrito de Leiria, houve um aumento deste tipo de família entre 2001 e 2011, superior ao verificado na NUT III, como é o caso de Ansião e Pedrógão Grande.

G. 15 - Proporção de núcleos familiares monoparentais 2001-2011



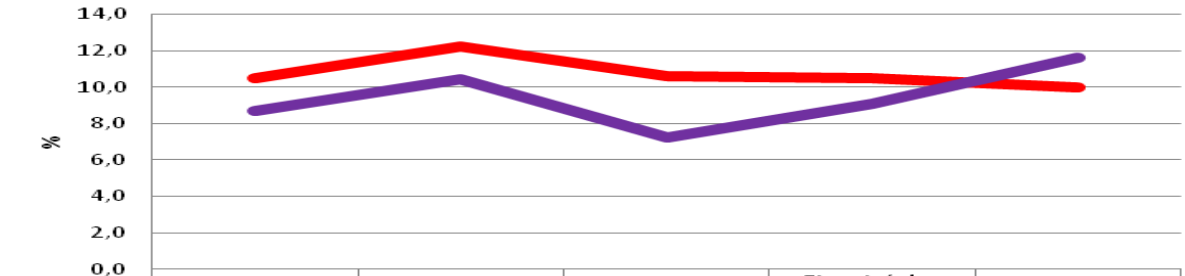
	Contin.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	14,8	12,6	11,0	10,9	11,6	9,8	10,7	12,2
2001	11,3	9,7	9,0	9,3	9,4	10,7	9,3	9,3

Fonte: INE

No concelho de Figueiró dos Vinhos, o numero de familias monoparentais aumentou no período em análise, de 9,3% para 10,7%. Apesar de não se conseguirem dados atualizados que nos permitam relacionar o aumento da proporção de famílias monoparentais com a Taxa Bruta de Divórcio atual, podemos avançar com a possibilidade de uma eventual relação com o óbito do conjuge (tendo em conta o envelhecimento da população) ou com situações de separação de facto.

Fazendo uma análise mais detalhada desta realidade a nível concelhio, verificamos que, entre 2001 e 2011, houve um aumento do número de famílias monoparentais em todas as freguesias, à exceção de Bairradas, onde se verificou um ligeiro decréscimo.

G. 16 - Proporção de nucleos monoparentais por freguesia 2001-2011



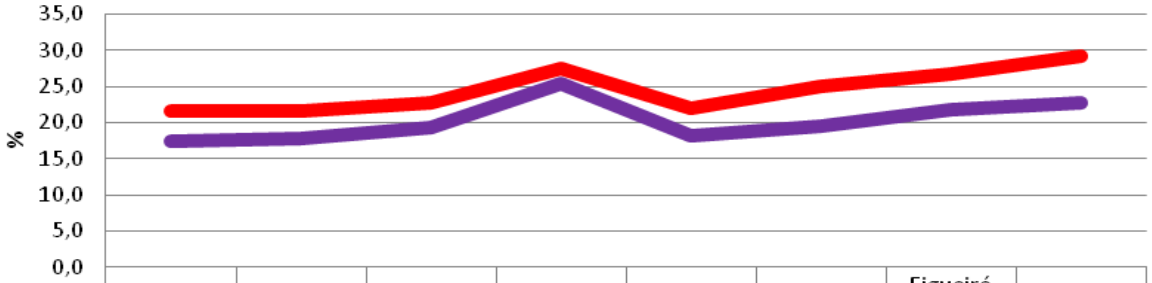
	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	10,5	12,2	10,6	10,5	10,0
2001	8,7	10,4	7,2	9,1	11,6

Fonte: INE

A proporção de famílias unipessoais ou unitárias sofreu também um aumento generalizado no período intercensitário em análise, sendo que a média verificada a nível nacional é acompanhada pelas NUT II e III.

[19] Famílias constituídas por um progenitor que coabita com o(s) filho(s) seus descendentes:
[20] Família constituída por uma pessoa que vive sozinha, independentemente da relação conjugal, sem coabitação.
[21] Famílias em que existe uma nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores, de um ou dos dois cônjuges.

G. 17 - Proporção de famílias clássicas unipessoais 2001-2011



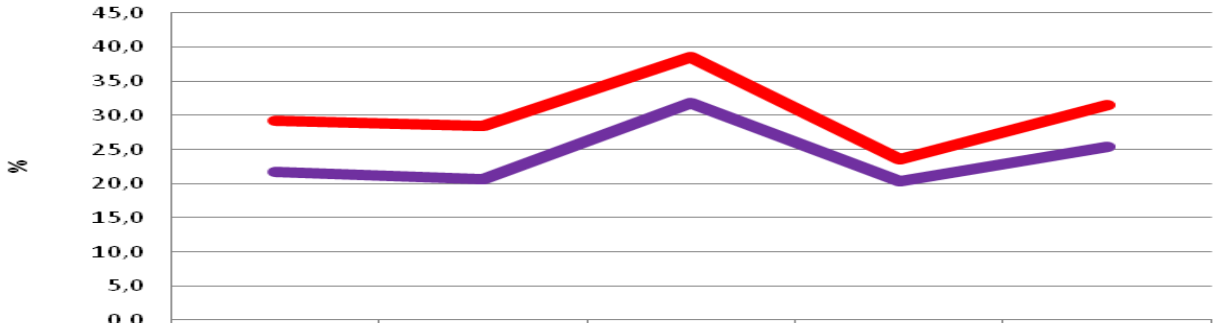
	Contin.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	21,6	21,6	22,7	27,4	21,9	25,1	26,7	29,3
2001	17,4	17,9	19,4	25,4	18,1	19,5	21,7	22,7

Fonte: INE

A nível concelhio, verifica-se um aumento considerável deste tipo de famílias em todos os concelhos do norte do distrito, sendo este mais evidente nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, cuja proporção de famílias unitárias era, em 2011, de 26,7% e 29,3%, respetivamente.

Quando analisamos de forma mais detalhada a realidade do concelho de Figueiró dos Vinhos, para além de se verificar um aumento das famílias unitárias em todas as freguesias, verificamos que a concentração destas é maior nas freguesias mais envelhecidas (Aguda, Arega e Campelo) e menor nas freguesias de Figueiró dos Vinhos (a mais populosa e jovem) e Bairradas.

G. 18 - Proporção de famílias clássicas unipessoais por freguesia 2001-2011



	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	29,2	28,5	38,6	23,5	31,5
2001	21,8	20,6	31,9	20,3	25,4

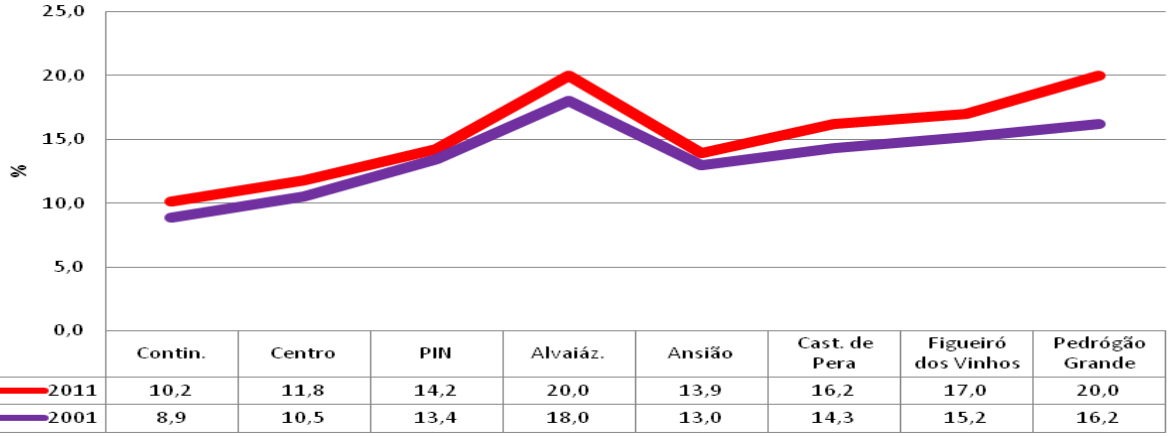
Fonte: INE

Fruto do envelhecimento da população e do aumento da esperança média de vida, assistimos, cada vez mais, à proliferação de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 e mais anos.

Ao analisarmos o gráfico a seguir apresentado verificamos que entre 2001 e 2011, estas famílias tiveram uma tendência generalizada para aumentar em todas as áreas geográficas apresentadas, no entanto, os concelhos do norte do Distrito de Leiria apresentam uma proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, consideravelmente superior à registada a nível nacional e regional.

Em Figueiró dos Vinhos, a proporção de famílias clássicas unipessoais com indivíduos com 65 e mais anos atingia os 17% (registando um acréscimo de 1,8% relativamente ao ano de 2001), valor superior ao registado a nível nacional e regional.

G. 19 - Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos 2001-2011



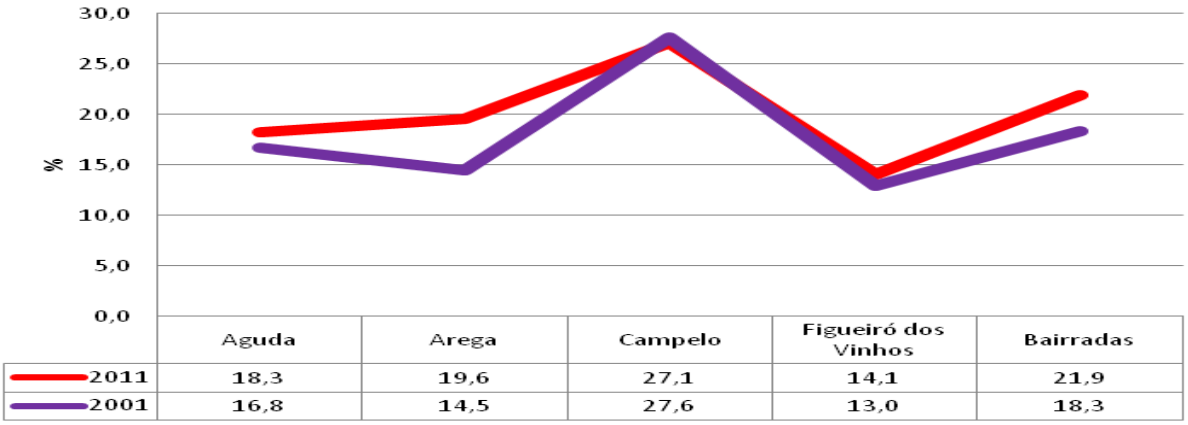
Fonte: INE

O gráfico seguinte permite-nos aferir com maior detalhe a evolução deste tipo de famílias no concelho de Figueiró dos Vinhos e a sua distribuição por freguesias, entre 2001 e 2011.

Verifica-se de imediato que houve um aumento com alguma expressão da proporção de famílias unipessoais constituídas por pessoas com 65 ou mais anos, a viver sozinhas, em todas as freguesias, exceto em Campelo onde se registou um decréscimo residual. A freguesia de Campelo, para além de ser a menos povoada e mais envelhecida, é também a que regista uma maior proporção deste tipo de família, registando, em 2011, 27,1%, valor bastante superior ao registado em todas as unidades territoriais em análise e também das restantes freguesias do concelho.

A freguesia de Figueiró dos Vinhos é a que regista, em 2011, a menor proporção de famílias clássicas de indivíduos com 65 ou mais anos – 14,1%, valor aproximado ao registado na NUT III.

G. 20 - Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos por freguesia 2001-2011



Fonte: INE

Uma das consequências da diminuição da Taxa de Natalidade e da própria conceção do modelo e dimensão da família prende-se, não só com a redução do número de famílias com filhos/as, como também com a diminuição do número de filhos/as por família. Consequentemente, assistimos à diminuição das chamadas famílias com prole extensa ou numerosa[22].

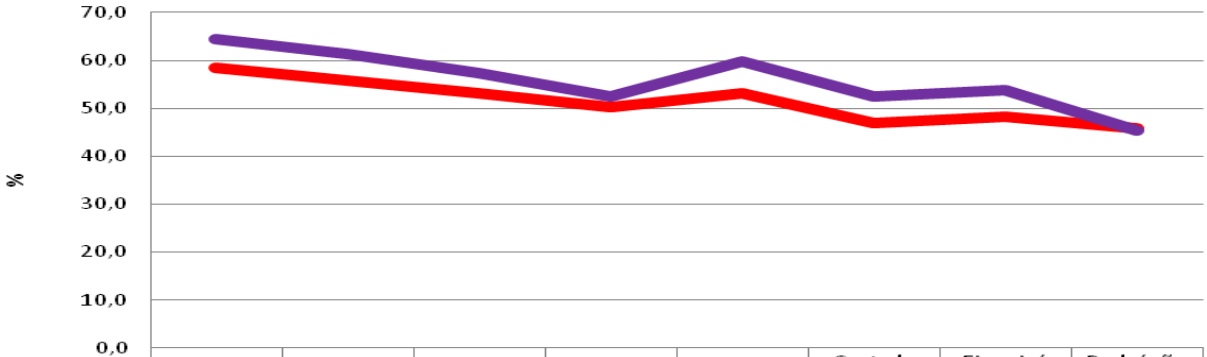
Ao analisarmos o gráfico que a seguir se apresenta, podemos verificar que no período em análise, houve uma diminuição significativa do número de núcleos familiares de casais com filhos/as nas NUT I, II, III e também nos concelhos do norte do distrito

[22] São consideradas famílias com prole extensa ou numerosa, aquelas com crianças e jovens de idades muito diferentes, independentemente da restante estrutura familiar.

de Leiria, sendo que, neste caso, a proporção destes núcleos se apresenta sempre inferior à média nacional. A exceção verifica-se em Pedrógão Grande, que viu a proporção de núcleos familiares com filhos/as aumentar (ainda que de forma muito residual), de 45,4% em 2001, para 45,8%, em 2011.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, assistimos a uma diminuição da proporção de núcleos familiares de casais com filhos/as na ordem dos 5,7%, entre 2001 e 2011. Em 2011 a proporção de núcleos familiares de casais com filhos atingiu os 48,2%, valor abaixo do registado a nível nacional e regional.

G. 21 - Proporção de Núcleos familiares de casais com filhos/as 2001-2011

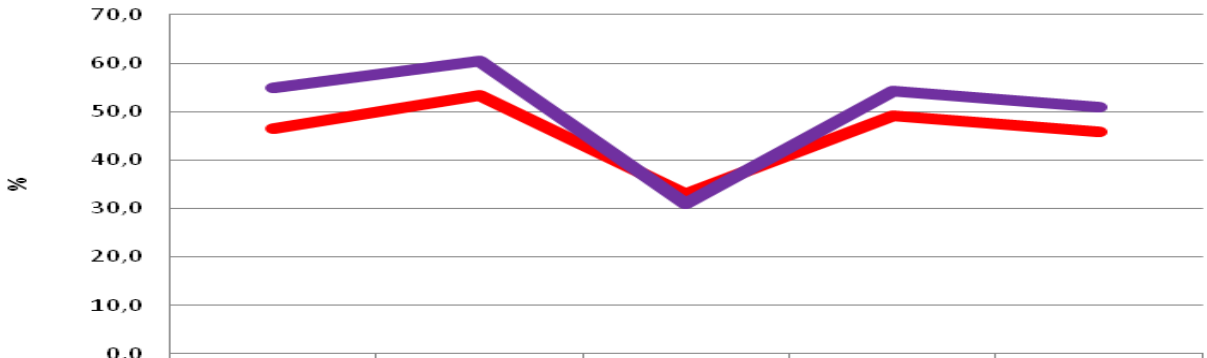


	Contin.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	58,4	55,8	53,1	50,3	53,2	46,8	48,2	45,8
2001	64,4	61,3	57,4	52,6	59,7	52,5	53,9	45,4

Fonte: INE

Empreendendo uma análise mais detalhada à situação concelhia, por freguesia, verificamos que a proporção de núcleos familiares de casais com filhos/as diminuiu consideravelmente em todas as freguesias no período em análise, à exceção da freguesia de Campelo, onde se verificou um aumento de 1,9% durante este período.

G. 22 - Proporção de Núcleos familiares de casais com filhos/as por freguesia 2001-2011



	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	46,6	53,4	32,9	49,1	45,9
2001	54,8	60,4	31,0	54,3	50,9

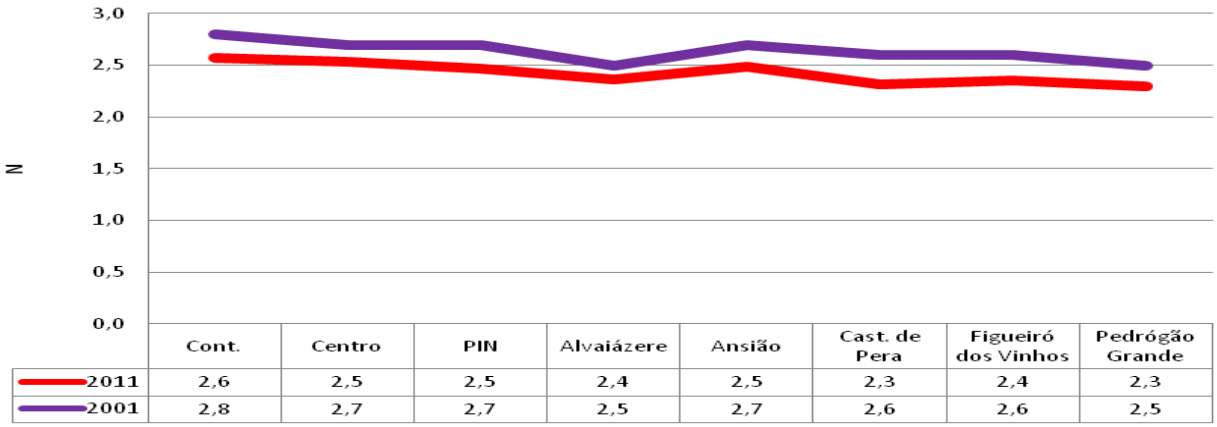
Fonte: INE

Apesar de se ter verificado, entre 2001 e 2011, um aumento do número de famílias clássicas (essencialmente quando nos referimos às NUT I, II e III)[23], a dimensão média das famílias diminuiu no mesmo período, como se pode verificar no gráfico seguinte.

Este indicador demonstra a alteração da estrutura familiar verificada no país e comum também a quase todos os concelhos.

[23] Ver tabela n.º 3, página 52.

G. 23 - DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS 2001-2011



	Cont.	Centro	PIN	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	2,6	2,5	2,5	2,4	2,5	2,3	2,4	2,3
2001	2,8	2,7	2,7	2,5	2,7	2,6	2,6	2,5

Fonte: INE e PORDATA

A variação da dimensão média das famílias dos concelhos da zona norte do Distrito de Leiria segue a tendência nacional e regional, se bem que com menor amplitude.

O aumento do número de divórcios registado nas últimas décadas, aliado à diminuição do número de nascimentos e ao aumento do número de óbitos, ajuda-nos a compreender melhor estes números e explicam, em parte, o seu decréscimo.

3.6 - FLUXOS MIGRATÓRIOS

Designa-se por fluxo migratório, todos os grupos de pessoas que se deslocam do seu país de origem para outros locais, à procura de melhores oportunidades e condições de vida.

Até meados dos anos 60, Portugal era um país de emigrantes, sobretudo de emigrantes transoceânicos levados para o Brasil, devido à falta de oportunidades e ao clima de pobreza que pontificava no auge do antigo regime.

A partir dos anos 60 estes fluxos começaram a centrar-se nas economias em franco crescimento da Europa Ocidental, carentes de mão-de-obra não especializada e com condições laborais mais atrativas que as existentes em Portugal. França, Alemanha e Suíça passaram então a ser o destino dos emigrantes portugueses. Foi também nesta altura que o Estado português abriu as portas aos imigrantes das colónias portuguesas (sobretudo de Cabo Verde).

Em 1975, cerca de meio milhão de portugueses radicados principalmente em Angola e Moçambique regressaram a Portugal para, 11 anos depois, com a entrada de Portugal na então CEE, se voltar a incentivar a saída de trabalhadores nacionais para um espaço europeu comum que continuava com carência de mão-de-obra.

Apesar de se ter verificado, nesta altura, um novo aumento da emigração, a integração de Portugal na União Europeia fez com que o país se tornasse especialmente atrativo como destino de imigrantes oriundos do Brasil, dos PALOP e da Europa Central e Oriental. Na década de 90 a imigração volta a mudar de rosto, e começam a chegar a Portugal imigrantes provenientes dos países de Leste e Ásia.

Na viragem do século assistiu-se a uma nova vaga de imigração, desta vez, proveniente do Brasil.

Assistiu-se também a um aumento da emigração, essencialmente nas últimas duas décadas, para alguns países da União Europeia, países africanos, Brasil e Médio Oriente, devido à crise económica que se veio a instalar no país, mais acentuada a partir de 2011. Porém, esta emigração representa contornos mais prejudiciais para o país, quer em termos de fuga de "cérebros"[24] por se

[24] Brain drain.

tratar de uma emigração mais qualificada, quer em termos de diminuição da população ativa que, conjugada com a baixa natalidade e o aumento da esperança média de vida, pode, a longo prazo, comprometer a renovação das gerações[25] e colocar em risco o nosso sistema de Segurança Social.

Os fluxos migratórios, como não podia deixar de ser, fazem parte da história do concelho de Figueiró dos Vinhos.

A vaga de emigração que se registou nas décadas de 60/70 a nível nacional, fez-se sentir também no concelho, tendo-se registado, nesta altura, uma grande diminuição da população em idade ativa e fértil, bem assim como um aumento circunstancial da população envelhecida, que se mantém até aos dias de hoje. Verificou-se também um aumento da migração para centros mais atrativos, com mais oferta de emprego e de condições de vida, essencialmente para Lisboa e outras cidades do país.

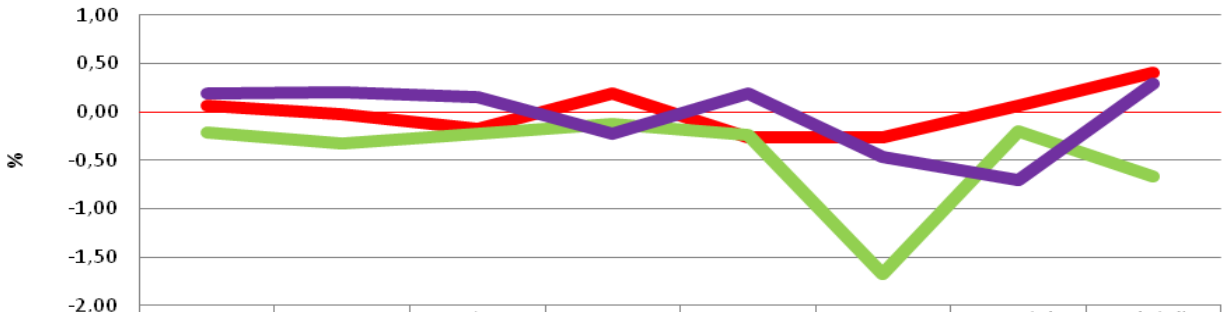
O gráfico que a seguir se apresenta mostra-nos a evolução da Taxa de Crescimento Migratório[26] nos últimos 10 anos.

Numa primeira análise verificamos um decréscimo considerável dos resultados apresentados em todas as NUT, quando comparadas as séries temporais apresentadas, ou seja, entre 2007 e 2011 assistimos a uma redução da taxa de crescimento migratório para valores negativos. Portugal atinge os -0,21%, a Região Centro -0,32% e a Região de Leiria -0,23%, o que significa que, neste período de tempo, o número de emigrantes superou o número de imigrantes.

Nos concelhos do norte do distrito de Leiria, as Taxas de Crescimento Migratório já registavam valores negativos em 2007 na maioria dos concelhos (exceto no concelho de Ansião e Pedrógão Grande) e, em 2011, o cenário mantém-se mas com descidas ainda mais acentuadas em Castanheira de Pera (que atinge o valor mais elevado -1,68%), Pedrógão Grande e Ansião (que passam a registar taxas negativas). Em Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere, apesar de se continuarem a registar Taxas de Crescimento Migratório negativas, os dados apresentados revelam alguma melhoria.

Em 2017 observam-se alguns sinais de recuperação. Portugal Continental apresenta uma Taxa de Crescimento Migratório positiva de 0,06% e a Região Centro de -0,02%. Nos concelhos em análise e pese embora a dificuldade que se reconhece aos territórios do interior na atração de população, salientamos Figueiró dos Vinhos, com uma taxa de 0,07%, valor bastante aproximado do registado a nível nacional, o que revela, por um lado a diminuição da emigração e, por outro, algum retorno de imigrantes.

G. 24 – TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO 2007-2017[27]



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast.de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	0,06	-0,02	-0,17	0,19	-0,26	-0,26	0,07	0,40
2011	-0,21	-0,32	-0,23	-0,12	-0,24	-1,68	-0,20	-0,67
2007	0,19	0,20	0,16	-0,23	0,19	-0,47	-0,70	0,29

Fonte: INE

[25] Para que possa haver uma renovação de gerações, é preciso acima de tudo que haja um valor de nascimentos superior ao valor de óbitos.
[26] Saldo migratório (diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo) observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, por 100 habitantes.
[27] A Taxa de Crescimento Migratório é o saldo migratório (diferença entre as pessoas que entram e as que saem do país) observado num determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente à população média desse período. Geralmente é expressa por 100 ou por 1000 habitantes.

3.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, o cenário do concelho de Figueiró dos Vinhos, no que aos aspetos demográficos diz respeito, continua a assumir contornos de envelhecimento e desertificação preocupantes, marcados não só pela diminuição da natalidade, mas também pelos fenómenos de emigração/migração, que têm levado, nos últimos anos à desertificação de lugares e à diminuição da densidade populacional no seu todo.

O envelhecimento da população e o seu isolamento sociogeográfico assume, como não pode deixar de ser, fator de preocupação, não só pelas carências desta população em termos de recursos, serviços e acessibilidades aos mesmos, como também pelo "abandono", que tem de ser dirimido, através da oferta de serviços e atividades de proximidade dirigidas a esta faixa etária, numa lógica de retardamento do envelhecimento e de envelhecimento ativo, saudável e mais autónomo.

Sendo certo que no curto/médio prazo, não se torna possível reverter a realidade da recessão populacional, quer em termos concelhios, quer nacionais e europeus, tornar-se-á certamente fundamental acatar um conjunto de estratégias e medidas que permitam o seu regresso aos locais de origem ou a sua manutenção nestes, só possível se forem criadas, nestes meios mais rurais, condições de atratividade, emprego, dinamismo cultural e qualidade de vida.

Finalmente e reiterando a convicção que manifestámos no inicio deste capitulo, afigura-se-nos decisivo olhar para a tragédia que atingiu o concelho de Figueiró dos Vinhos em 2017, e que provocou danos irreparáveis em dezenas de famílias, para além do impacto psicológico negativo que atingiu inúmeros agregados familiares e populacionais, como uma oportunidade conjuntural única para reverter a tendência que se tem vindo a acentuar em termos demográficos.

A produção legislativa a que tivemos oportunidade de nos referir, que finalmente parece apostar numa estratégia de desenvolvimento que atenue definitivamente as assimetrias existentes há décadas entre o Litoral e o Interior, constituem indicadores muito positivos que uma vez potenciados e consubstanciados na prática, poderão rasgar novos horizontes, contribuindo para uma maior esperança para este território, invertendo o ciclo recessivo a que gerações sucessivas têm vindo a assistir.

A Autarquia não deixará de pugnar para que esta nova realidade assente numa nova visão Estatal relativamente aos territórios de baixa densidade, possa ser prosseguida com a coragem e determinação que se impõem, tendo em linha de conta os desafios presentes e futuros que se nos colocam.

4 – HABITAÇÃO

4.1 - ANÁLISE SWOT - HABITAÇÃO

FORÇAS

- Serviços técnicos e administrativos da Câmara Municipal;
- Revisão do PDM;
- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação,
- Programa de Incentivos à recuperação de habitações na zona histórica;
- Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada;
- Conferência de S. Vicente de Paulo.

FRAQUEZAS

- Existência de habitações degradadas, devolutas e sem infra estruturas básicas;
- Desinvestimento dos proprietários na reabilitação/recuperação das suas habitações;
- Perda de um número considerável de segundas habitações nos incêndios de junho de 2017;
- Inexistência de Habitação Social ou a custos controlados;
- Elevado custo da habitação/terrenos;
- Fraco mercado de arrendamento;
- Rendas elevadas;
- Inexistência de financiamento/projetos que permitam fazer face às situações mais urgentes;
- Baixos rendimentos das famílias;
- Barreiras arquitetónicas em habitações e área urbana.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020 – Programas Operacionais Temáticos no Continente;
- Plano de reabilitação urbana (ARU e ORU);
- Programa Solarh;
- Programa Porta 65 (arrendamento jovem);
- Área de reabilitação Urbana – ARU.
- Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível;
- IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas;
- Novas políticas de habitação;
- Plano Estratégico Local de Habitação.

AMEAÇAS

- Dificuldades acrescidas no recurso ao crédito à habitação;
- Aumento das taxas de juro;
- Fim do crédito bonificado;
- Contexto de crise económica e social.

4.2 - HABITAÇÃO – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Existência de habitações degradadas e sem infraestruturas básicas;
- Inexistência de habitação social;
- Mercado de arrendamento escasso e de custos elevados;
- Emigração/migração (dificuldade em manter a população no concelho);
- Habitações devolutas.

4.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante a década de 90 do séc. XX, o parque habitacional do concelho de Figueiró dos Vinhos conheceu um significativo incremento, materializado no número de novos fogos habitacionais construídos, no número de habitações recuperadas e na crescente oferta de terrenos loteados e infra estruturados colocados no mercado. Na sede do concelho e em diversas zonas rurais, demonstrou-se essa realidade, associada à importância económica do setor da construção civil, através da existência de empresas geradoras de emprego e de negócio.

Atualmente assiste-se a uma grande dificuldade no acesso ao crédito, aliado ao custo extremamente elevado de terrenos para construção, que se traduz na diminuição da procura de habitação própria, que justifica a recessão que se tem vindo a verificar no setor da construção civil, determinando o encerramento de pequenas empresas que se movimentavam na economia local e que beneficiava desse dinamismo.

O setor do arrendamento é pouco expressivo no concelho. A oferta é escassa e os preços praticados são, por norma elevados.

Tem-se também assistido à degradação de alguns dos edifícios mais antigos existentes no centro histórico da vila e a um decréscimo acentuado das condições de habitabilidade dos mesmos, quer devido à saída de efetivos e consequente aumento dos fogos devolutos, quer devido ao natural envelhecimento estrutural dos edifícios e à falta de intervenção urbanística para a recuperação dos mesmos, apesar dos incentivos colocados ao dispor da população, para esse fim. Esta realidade verifica-se um pouco por todo o concelho, com o aumento do número de habitações desocupadas e/ou em ruína e a quase desertificação de algumas povoações rurais. Acresce ainda que, muitos dos prédios devolutos são propriedade de cidadãos ausentes do concelho e que residem noutras regiões ou até noutros países, o que muitas vezes dificulta todo este processo.

Noutro segmento, persistem na área do concelho casos em que se assinalam habitações desprovidas de infraestruturas básicas e de deficientes condições de habitabilidade, quer pelo facto de o território concelhio ainda não garantir a existência dessas infraestruturas[28], quer pelo facto de se tratar em regra de habitações com décadas de existência, que nunca mereceram por parte dos seus proprietários intervenções de beneficiação ou modernização, porventura resultado de incapacidade financeira, ou ainda falta de motivação pessoal para o efeito, não considerando este tipo de investimento prioritário ou reprodutivo, pese embora o investimento contínuo e crescente da Autarquia nos últimos anos, para dirimir este tipo de situações.

Constata-se a existência de um outro segmento da população desprovida de recursos económicos que não tem capacidade de aceder à aquisição de habitação própria, nem aos valores praticados atualmente no mercado de arrendamento, impondo-se por essa circunstância a necessidade da promoção de medidas materializadas em investimentos na área da Habitação Social ou políticas de arrendamento a custos controlados, que, apesar de já realizados (área do Cabeço do Peão com a construção de Habitação a Custos Controlados) ainda se revelam insuficientes face às necessidades a satisfazer.

Ainda neste segmento refira-se a intervenção das entidades locais com responsabilidade em matéria de ação social e habitação (Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia), que procuraram dar o seu contributo e a sua particular atenção, através da promoção e execução de projetos comunitários[29] (essencialmente entre 1993 e 2013), dirigindo de forma coerente e articulada, grande parte do seu investimento para a resolução de situações mais problemáticas previamente diagnosticadas e sinalizadas, em matéria de reabilitação/melhoria das condições habitacionais.

Importa acrescentar a esta realidade agora descrita, que também o parque habitacional sofreu com os incêndios de 2017, com repercussão, uma vez mais, nas zonas rurais.

Falamos obviamente da perda total ou parcial de primeiras habitações[30] cuja reabilitação já se encontra efetuada, quer através do programa REVITA, quer doutras entidades, mas também das denominadas "segundas habitações", que foram ou totalmente ou parcialmente destruídas e que não lograram, até ao momento, obter o financiamento/apoio desejado por parte dos respetivos proprietários visando a sua recuperação. As medidas a este respeito anunciadas pela administração central, não têm suscitado a adesão dos particulares, com todas as consequências nefastas que daí resultarão. Falamos da degradação da paisagem, e sobretudo do êxodo rural que por esta via ganha forma, na medida em que muitas famílias residentes fora do concelho, aqui

[28] Referimo-nos à necessária expansão de infraestruturas básicas no território do concelho de Figueiró dos Vinhos, dando prioridade, à construção de infraestruturas ligadas ao saneamento e tratamento de águas residuais, bem como garantir a sua eficácia e a sua eficiência.
[29] Projeto de Luta Contra a Pobreza, PROGRIDE e, mais recentemente Programa de Conforto Habitacional para Idosos/as – PCHI.
[30] Nos incêndios de junho de 2017 foram afetadas 30 habitações próprias permanentes (8 com perda total e 22 com danos parciais).

regressavam aos fins de semana, feriados, e férias, contribuindo com a sua presença para a dinamização dos lugares, para a economia local e para o movimento físico que deixou de se registar em variadíssimas áreas.

Acresce que, do ponto de vista psicológico, a perda das segundas habitações acaba por provocar marcas negativas e dolorosas naqueles que vão resistindo, mas que têm cada vez menos oportunidade de receber os familiares e amigos, que transportavam consigo afeto, companhia e apoio social.

Importará refletir sobre esta problemática de forma racional e pragmática visando naturalmente o repovoamento destes territórios, cujo impacto no concelho de Figueiró dos Vinhos ascende a 110 habitações, valor este muito significativo para um território com as nossas caraterísticas.

Noutro âmbito, a revisão do **Plano Diretor Municipal** do concelho, aprovado pela Assembleia Municipal na sua versão final, tem-se revelado um instrumento fundamental e imprescindível para potenciar investimentos particulares na área da Habitação.

Os objetivos estratégicos deste Plano são os seguintes:

a) *Promover o desenvolvimento sustentado de áreas de localização empresariais, articulado com a potencialidade das acessibilidades existentes, designadamente a A13 e o IC8;*

b) *Promover a aplicação da estratégia de desenvolvimento, incentivando modelos de atuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e privada;*

c) *Concretizar a aposta nos setores do turismo (natureza, ativo e cultural), na floresta e património natural (biodiversidade, entre outros), no turismo, na saúde e nas atividades ligadas aos produtos endógenos, promovendo novas oportunidades de investimento e apoio ao empreendedorismo;*

d) *Reforçar o potencial dos espaços de ocupação turística, em particular os de forte relação com os recursos hídricos (rios e ribeiras), com o restante património natural, cultural e construído;*

e) *Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de caráter social, cultural, educativo e de saúde, às necessidades da população;*

f) *Reforço e manutenção da política de infraestruturação e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliado com sistemas intermunicipais;*

g) *Consolidar a vila de Figueiró dos Vinhos enquanto sede de município, reforçando a sua função urbana. (artigo 2º do Regulamento – do Plano).*

Todos estes objetivos se encontram interligados e se consideram forças e oportunidades de desenvolvimento para a habitação, podendo criar novas condições de fixação de pessoas no concelho e de criação de novas oportunidades de trabalho permitindo uma melhoria da qualidade de vida das famílias.

A expansão dentro da vila da zona urbana e de outras áreas do concelho vai permitir ainda uma maior oferta e disponibilização de terrenos urbanizáveis podendo favorecer o mercado de arrendamento escasso e de baixar os seus custos.

Para fazer face a alguns dos constrangimentos já identificados em termos habitacionais, a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, definiu alguns programas/regulamentos de apoio à reconstrução de habitação degradada:

- Através de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana na vila de Figueiró dos Vinhos, publicada a sua aprovação sob o Aviso n.º 9234/2016 em DR, 2ª série – N.º 141 a 25 de julho de 2016, que vai permitir a reabilitação integral de

edifícios de habitação ou para outros usos, a qual trará benefícios para os particulares e para o Município integrando um conjunto de apoios e incentivos de diversa natureza, nomeadamente:

1 - Isenções de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT);

2 - Benefícios fiscais (IRC);

3 - Benefícios financeiros e outros apoios e incentivos (isenção em 75% das taxas urbanísticas referentes ao controlo prévio de operações urbanística de reabilitação urbana e isenção em 100% da taxa referente a ocupação da via pública durante o decorrer das obras).

- Através do programa de incentivos criado pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos para a **"Recuperação de Habitações na zona Histórica da Vila"**, procura-se preservar o património edificado na zona urbana mais antiga da Vila, através da recuperação de habitações na zona histórica, mantendo a sua arquitetura e materiais originais. Este sistema de incentivos, apesar de não financiar a totalidade das obras a realizar, pretende estimular o interesse dos proprietários e inquilinos para a recuperação das habitações, tanto no que respeita ao aspeto exterior como interior, por forma a melhorar as condições de conservação e habitabilidade.
- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que permite a isenção total ou parcial do pagamento de taxas previstas no regulamento quando efetuem pedidos referentes a operações urbanísticas, a ocupação da via pública para efeitos de obra, a vistorias e outros atos administrativos associados.

Noutra vertente foi criado, em 2004, o **"Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada",** como forma de garantir a existência de habitação condigna, como um dos fatores essenciais para a qualidade de vida dos munícipes que não disponham de recursos económicos que lhes permitam suportar o custo das obras necessárias à criação de condições mínimas de conforto e salubridade. Sensível a esta problemática e face ao grande número de pedidos que surgem nos serviços para apoio habitacional, o Município de Figueiró dos Vinhos não pôde ficar alheio a esta realidade, e optou por tomar medidas visando minorar tais dificuldades, intervindo no presente domínio, através da concessão de apoios que permitam uma resposta adequada que contribua para a melhoria das condições habitacionais de munícipes carenciados, promovendo por esta via a diminuição de edifícios degradados e sem condições mínimas de habitabilidade no concelho.

Este regulamento viria a ser alterado em abril de 2017 passando a designar-se **"Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas"**. Esta alteração procurou definir critérios mais abrangentes de forma a aumentar a elegibilidade dos destinatários, ampliar a natureza e a tipologia dos apoios a conceder e, por outro lado, clarificar e simplificar o processo de candidatura, análise e tomada de decisão, bem a assim como a definição de um limite para a concessão dos apoios às famílias. As situações apoiadas em cada ano civil dependem da dotação financeira para o efeito.

Ainda no campo dos apoios, desta vez por parte do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, destaca-se o **Programa SOLARH** com enquadramento legal no Decreto-Lei nº 7/99, de 8 de Janeiro e Decreto-Lei nº 39/2001, de 9 de Fevereiro, que permite a concessão de empréstimos sem juros pelo IHRU, para realização de obras de conservação em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares, em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais e as cooperativas de habitação e construção e em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

Apesar deste programa ainda não ter sido revogado, devido aos constrangimentos financeiros existentes, não é garantida a sua continuidade.

Para além dos referidos existem outros **Instrumentos Financeiros de Apoio – Reabilitação Urbana protocolados com o IRHU:**

- **Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível -** tem como objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, que após reabilitação deverão destinar-se predominantemente a fins habitacionais. Estas frações destinam-se a arrendamento em regime de renda condicionada.

- **IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas -** O IFRRU 2020 consiste num instrumento financeiro que mobiliza as dotações aprovadas pelos Programas Operacionais Regionais (POR), do Continente e das Regiões Autónomas, e do programa temático Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), do PORTUGAL 2020, com os objetivos de revitalizar as cidades, apoiar a revitalização física do espaço dedicado a comunidades desfavorecidas e apoiar a eficiência energética na habitação.

O IFRRU 2020 pretende, assim, facilitar o acesso a financiamento por parte dos promotores de investimentos na área da reabilitação urbana, melhorando as condições de financiamento, adequadas às circunstâncias e especificidades dos projetos, e diversificando a oferta de soluções de financiamento em condições mais favoráveis do que as disponíveis no mercado.

Este Instrumento Financeiro disponibiliza empréstimos nas condições mais favoráveis, face às do mercado, para a reabilitação integral de edifícios, destinados à habitação ou a outras atividades, incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

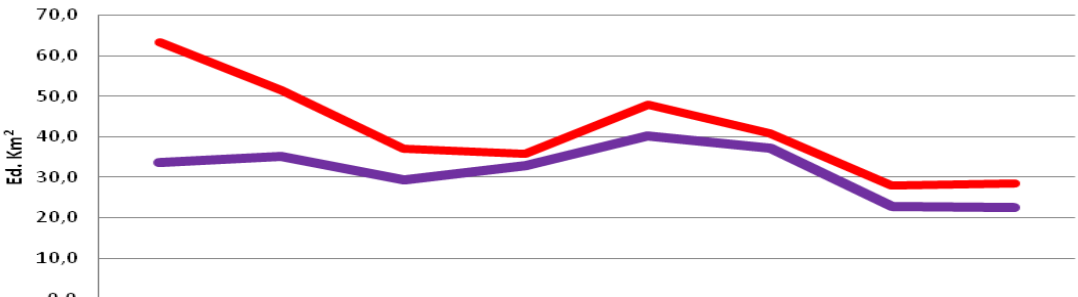
4.4 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DISPONÍVEL

Não obstante a indisponibilidade de estatísticas da habitação atualizadas, optou-se, neste capítulo, por manter grande parte da informação constante no Diagnóstico Social de 2015, cuja base de análise incidiu essencialmente sobre a comparação dos resultados dos últimos Censos.

A evolução do parque habitacional pode, numa primeira fase, ser aferida pelo número de edifícios por Km².

Em Portugal Continental, o número de edifícios por Km² quase que duplicou quando comparados os resultados dos últimos Censos, atingindo, em 2011 os 63,3 por Km². Na NUT II e III o aumento da densidade de edifícios foi menos expressivo e abaixo do registado a nível nacional. Na NUT III a densidade de edifícios era apenas de 37,1 por Km², registando um aumento de 7,7 edifícios por km² relativamente a 2001.

G. 25 - N.º de Edifícios por Km² 2001/2011



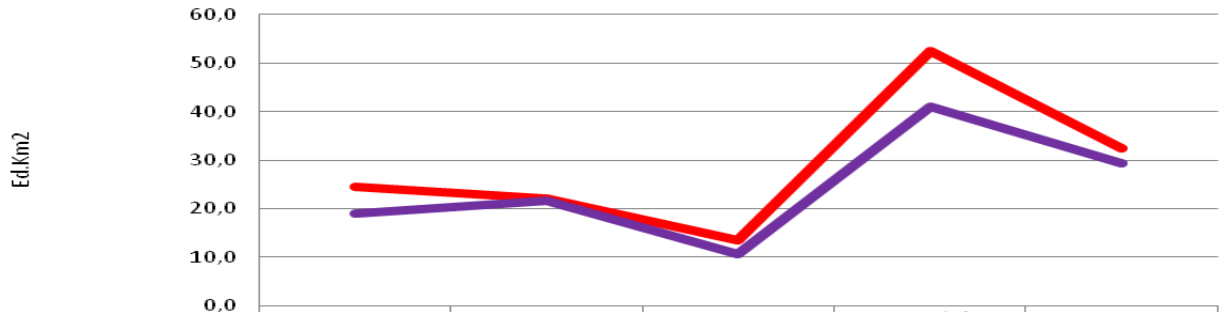
	Cont.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011 N.º/ km²	63,3	51,4	37,1	35,7	48,0	40,9	28,1	28,4
2001 N.º/ km²	33,6	35,1	29,4	33,0	40,3	37,1	22,9	22,6

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011.

Nos concelhos da zona norte do distrito de Leiria, a diferença entre os valores registados em 2001 e 2011 atinge menor expressão e os valores registados nos concelhos são também bastante dispares (de 28,1/Km² a 48/Km²) fruto da própria dimensão e desenvolvimento concelhio. Os concelhos que apresentam uma maior densidade de edifícios por Km² são os de Castanheira de Pera e Ansião. O primeiro talvez devido à sua área geográfica, a mais reduzida dos 5 concelhos (66,78 km²) e o segundo pelo seu desenvolvimento económico e por ter sido, dos cinco, o que menos população perdeu, relativamente aos Censos de 2001.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a densidade de edifícios por Km² era, em 2011, de 28,1 tendo registado um aumento de 5,2 edifícios por km², relativamente a 2001.

G. 26 - N.º de Edifícios por Km² 2001/2011, Figueiró dos Vinhos, por freguesia



	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011 N.º/ km²	24,5	22,1	13,4	52,4	32,5
2001 N.º/ km²	19,0	21,7	10,5	41,1	29,4

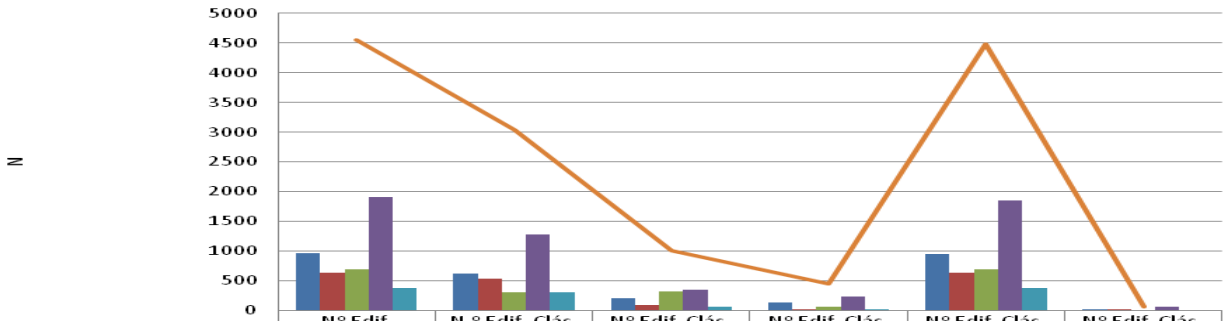
Fonte: INE – Censos 2001 e 2011.

Nas freguesias todas registaram um aumento, ainda que ligeiro, no período em análise, sendo a mais representativa a freguesia de Figueiró dos Vinhos, a mais urbana e que por isso apresenta uma maior densidade de edifícios por Km² (52,42 Km²).

4.5 - EDIFICADO

Efetuando uma análise do edificado por tipologia, verificamos que dos 4.560 edifícios clássicos registados no concelho aquando dos Censos de 2011, 3035 eram edifícios clássicos isolados. Os edifícios geminados e em banda surgem em menor número (1002 e 451, respetivamente) e com maior predominância nas freguesias de Figueiró dos Vinhos, Aguda e Campelo.

G. 27 - N.º de Edifícios por tipologia - 2011



	Nº Edif. Classicos	N.º Edif. Clás. Isolados	Nº Edif. Clás. Geminados	Nº Edif. Clás. em Banda	Nº Edif. Clás. 1 ou 2	Nº Edif. Clás. 3 ou + 4
Aguda	956	616	199	138	953	3
Arega	632	534	86	10	630	2
Campelo	689	304	322	63	689	0
Figueiró dos Vinhos	1910	1273	340	230	1843	61
Bairradas	373	308	55	10	373	0
Total	4560	3035	1002	451	4488	66

Fonte: INE – Censos 2011.

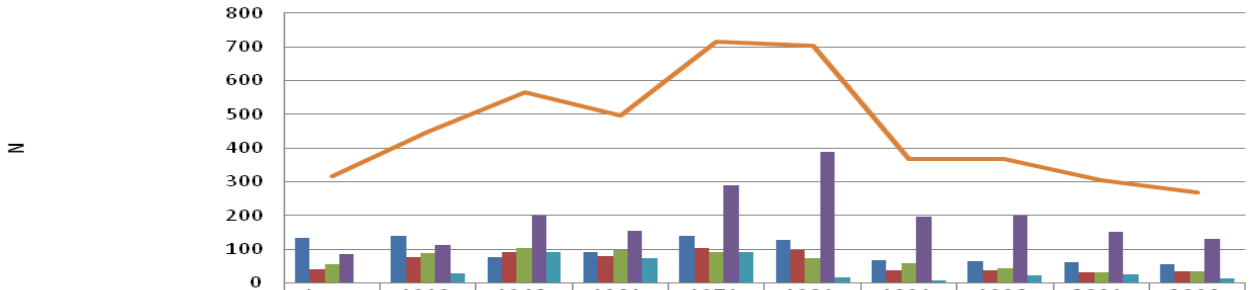
Relativamente ao número de alojamentos por edifício, predominavam os edifícios clássicos com 1 ou 2 alojamentos (4488). Os edifícios de maior dimensão e que possuíam 3 ou mais de 4 alojamentos eram em muito menor número (66) e situam-se maioritariamente na freguesia de Figueiró dos Vinhos, que apresenta características semiurbanas.

Comparando o número de edifícios clássicos registados em Figueiró dos Vinhos em 2011 (4560) com o número de famílias clássicas na mesma altura (2581), parece não existir qualquer necessidade em termos habitacionais, de facto, o número de edifícios é quase o dobro do número de famílias clássicas residentes. Não nos podemos no entanto esquecer que o concelho tem sido bastante fustigado pela emigração/migração, deixando muitas das habitações desabitadas constituindo uma segunda habitação de férias e fins-de-semana e outras abandonadas e/ou em situação de ruina.

Centrando a nossa análise nos 4560 edifícios clássicos identificados no concelho, pelos Censos de 2011, podemos verificar, no gráfico seguinte, a sua evolução temporal relativamente ao ano de construção, em séries de anos.

De uma forma geral, em todos os intervalos de classes temporais apresentados, a freguesia de Figueiró dos Vinhos, enquanto sede de concelho, foi a que mais evoluiu em termos de construção, há exceção do período antes de 1919 e de 1919-1945, onde a freguesia de Aguda se destacou.

G. 28 - N.º DE EDIFÍCIOS POR ANO DE CONSTRUÇÃO



	Antes 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2011
Aguda	133	140	78	91	139	127	67	64	62	55
Arega	40	77	91	79	103	97	39	39	33	34
Campelo	57	90	105	98	93	74	60	43	33	36
Figueiró dos Vinhos	85	113	201	155	289	389	196	200	152	130
Bairradas	2	30	91	73	91	18	7	22	26	13
Total	317	450	566	496	715	705	369	368	306	268

Fonte: INE

As décadas mais prósperas em termos de construção foram as de 70, 80 e 90, começando observar-se um decréscimo a partir dessa data até 2011. Entre 2006 e 2011, registou-se o período com menos edifícios construídos (268, num horizonte temporal de 5 anos).

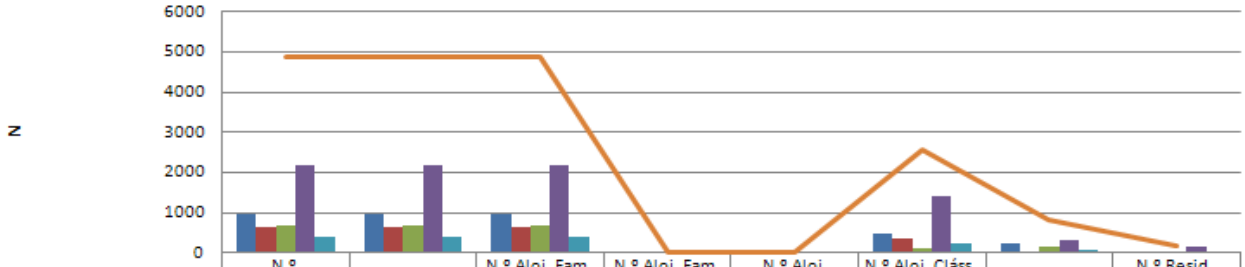
4.6 - ALOJAMENTO E FORMA DE OCUPAÇÃO

Para uma melhor compreensão das considerações que temos vindo a empreender relativamente ao setor habitacional do concelho de Figueiró dos Vinhos, e no que aos alojamentos diz respeito, sugerimos a análise dos gráficos a seguir apresentados, segundo informações mais recentes do INE (Censos 2011).

De acordo com os resultados dos últimos Censos (2011), podemos verificar pelo gráfico supra representado que, dos 4871 alojamentos existentes no concelho, a quase totalidade correspondia a alojamento familiar clássico (4856 - 99,7%), sendo que

apenas 2 alojamentos eram considerados como familiares não clássicos[31] e 13 como alojamentos coletivos[32]. Podemos ainda aferir que, dos alojamentos familiares clássicos, pouco mais de metade se destinava a residência habitual das famílias (2559 – 52,5%).

G. 29 - Número de Alojamentos por Tipologia e Forma de Ocupação, segundo os Censos



	N.º alojamentos	N.º Aloj. Fam.	N.º Aloj. Fam. Class.	N.º Aloj. Fam. Não Class.	N.º Aloj. Coletivos	N.º Aloj. Cláss. Resid. Habitual	N.º Aloj. Vagos	N.º Resid. Arrendadas
Aguda	972	972	971	1	0	466	242	8
Arega	634	632	632	0	2	357	50	3
Campelo	693	693	692	1	0	131	153	0
Figueiró dos Vinhos	2195	2184	2184	0	11	1390	317	172
Bairradas	377	377	377	0	0	215	67	3
Total	4871	4858	4856	2	13	2559	829	186

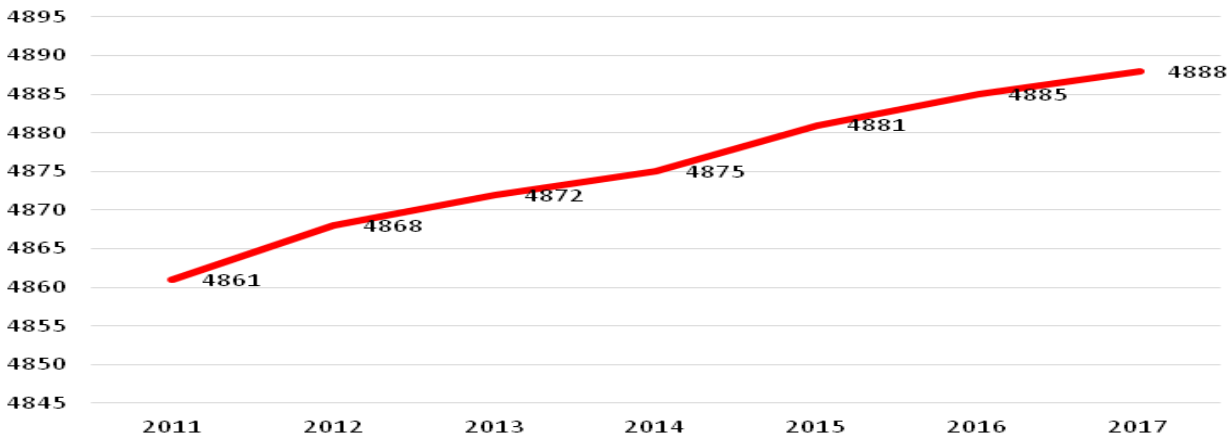
Fonte: INE – Censos 2011

O número de alojamentos vagos representava cerca de 17% (829).

O número de residências arrendadas atingia as 186, concentrando-se estas, quase na totalidade, na freguesia de Figueiró dos Vinhos.

Efetuando uma análise mais detalhada dos resultados dos últimos Censos (2011) e das estimativas do INE de 2012 a 2017, pode verificar-se no gráfico seguinte, um aumento muito ligeiro e progressivo do número de alojamentos familiares no concelho.

G. 30 – Evolução do N.º de Alojamentos Familiares em Figueiró dos Vinhos 2011-2017



Fonte: INE – Indicadores Estatísticos

Reportando-nos apenas ao ano de 2011 e analisando, no gráfico seguinte, a forma de ocupação do total dos alojamentos familiares, por freguesia, verificamos que Aguda e Campelo apresentavam uma taxa de ocupação em residência habitual inferior a

[31] Tipo de alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico, pelo tipo e precariedade de construção. São alojamentos que não foram construídos para habitação mas, provisoriamente funcionam como tal (ex. barracas, casa rudimentar em madeira, alojamento improvisado ou outro).

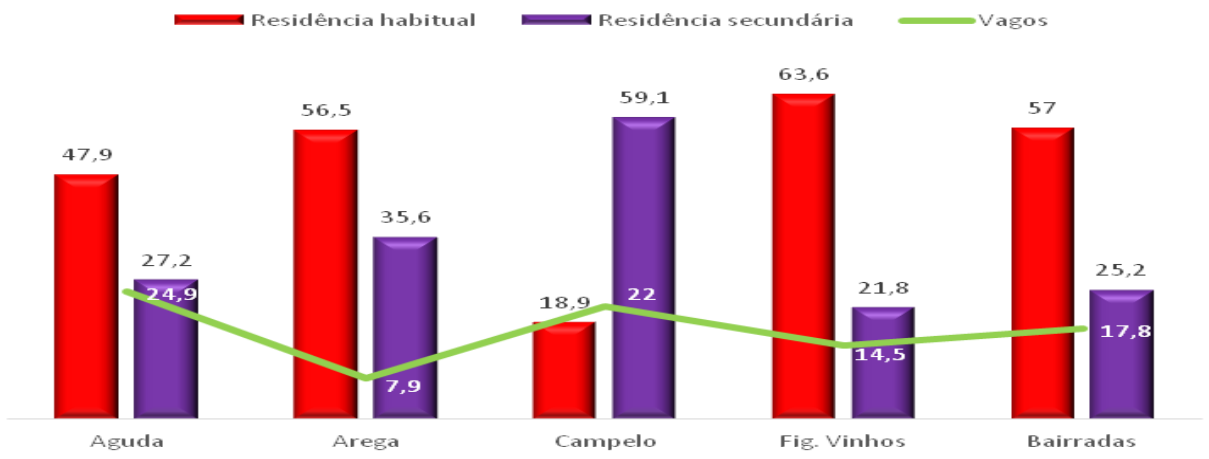
[32] Tipo de alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família. Pode entender-se por alojamento coletivo os estabelecimentos hoteleiros ou similares e outros alojamentos de convivência (lares, residências, etc.).

50%, o que evidenciava o esvaziamento destas freguesias fruto dos fenómenos já mencionados[33]. Efetivamente, o somatório da percentagem de alojamentos devolutos e de residência secundária nestas freguesias, era superior à de residência habitual.

As freguesias mais urbanas e periurbanas (Figueiró dos Vinhos e Bairradas), foram as que mais população conseguiram conquistar e manter. Em 2011, Figueiró dos Vinhos e Bairradas, concentram a maior percentagem de alojamentos familiares de residência habitual do concelho mas, ainda assim, a percentagem de alojamentos vagos e de residência secundária era, nestas freguesias, superior a 35%. A freguesia de Aguda indicia já alguma preocupação pela elevada percentagem de edifícios vagos, cerca de 25%. Efetivamente, as aldeias mais afastadas da sede de freguesia, de menor dimensão e de mais difícil acesso, começam já a evidenciar alguns sinais preocupantes de esvaziamento e desertificação.

A freguesia de Arega era a que apresentava a menor percentagem de alojamentos vagos (7,9%).

G. 31 – Percentagem de Alojamentos Familiares por freguesia e forma de Ocupação - 2011



Fonte: INE – Censos 2011 (adaptado)

Sendo certo que o território de Figueiró dos Vinhos oferece todo um conjunto de características atrativas para a instalação de 2.ª residência, (condições naturais, procura de um estilo de vida de características mais rurais, fatores emocionais e familiares, etc.), este fenómeno é particularmente significativo na freguesia de Campelo, na qual cerca de 59% dos alojamentos são de residência secundária ou uso sazonal. A Arega também se destaca com 36% dos alojamentos dedicados a esta forma de ocupação. A proximidade de Campelo à vertente da serra da Lousã e a Arega ao Rio Zêzere, são também fatores que pesam na decisão de instalação de 2.ª residência.

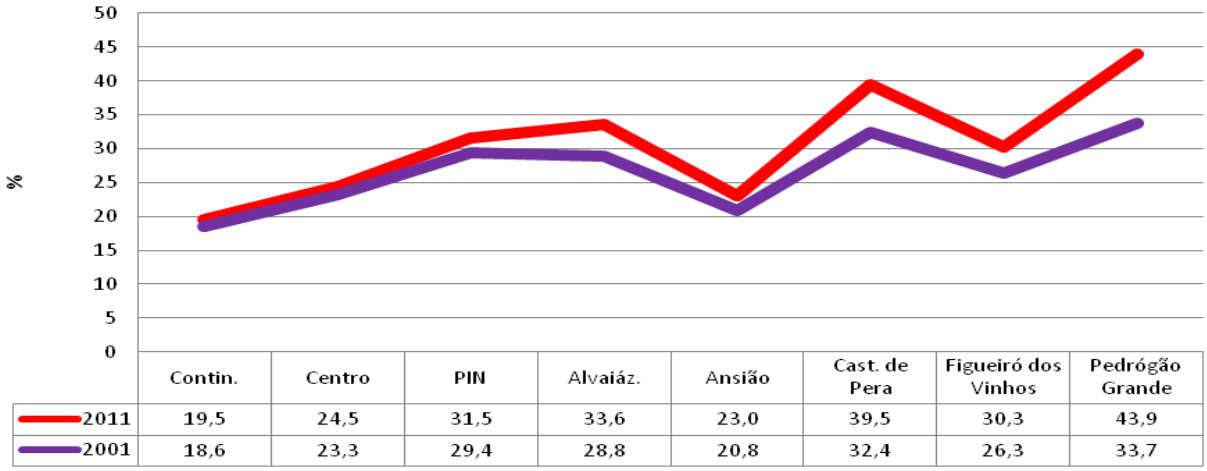
O gráfico seguinte que evidencia a proporção de alojamentos familiares clássicos para uso sazonal, ilustra bem os fenómenos acima mencionados, mas não podemos também esquecer os relacionados com a emigração e migração que se verificavam, com maior expressão, na zona do Pinhal Interior Norte e nos concelhos da zona Norte do Distrito de Leiria, que apresentavam valores muito superiores aos registados na NUT I, II e III (à exceção do concelho de Ansião que registe, em 2011, valores inferiores à média nacional e regional).

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a proporção de alojamentos familiares de uso sazonal representava, em 2011, cerca de 30% do parque habitacional disponível, valor superior à média nacional e regional da altura mas, ainda assim, inferior ao registado na NUT III (Pinhal Interior Norte) e dos concelhos em análise (exceto Ansião).

Efetuando uma comparação dos resultados entre Censos, verificou-se um aumento da proporção de alojamentos familiares de uso sazonal em todas as unidades geográficas em análise, ainda de sem grande expressão na maioria dos casos.

[33] Emigração, migração, diminuição da população, envelhecimento da população, desertificação de lugares rurais e consequente abandono das casas.

G. 32 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal 2001-2011

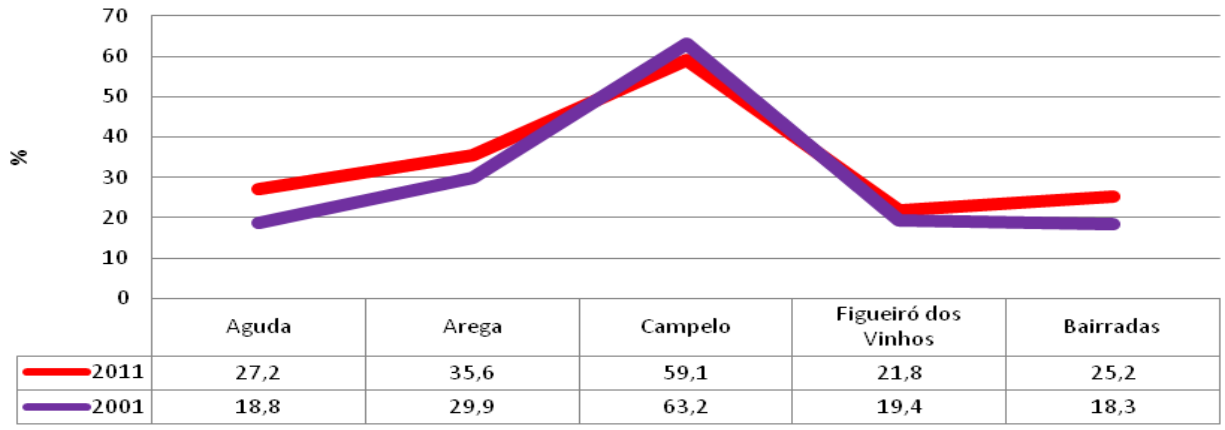


Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

A proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, por freguesia, atinge, para o mesmo período, o valor mais elevado na freguesia de Campelo, a mais fustigada pelo fenómeno da emigração/migração. Em 2001, 63,2% da proporção de alojamentos familiares clássicos era de uso sazonal e, em 2011, baixou ligeiramente para os 59,1%, o que evidencia algum retorno desta população ao seu local de origem e consequente reocupação destas habitações.

A proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal aumentou, em todas as outras freguesias, no período em análise, com especial incidência nas freguesias de Aguda e Arega, o que revela que, muitas famílias continuam a sair do concelho, em busca de oportunidades de trabalho, regressando apenas nos períodos de férias.

G. 33 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal por freguesia 2001/2011



Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

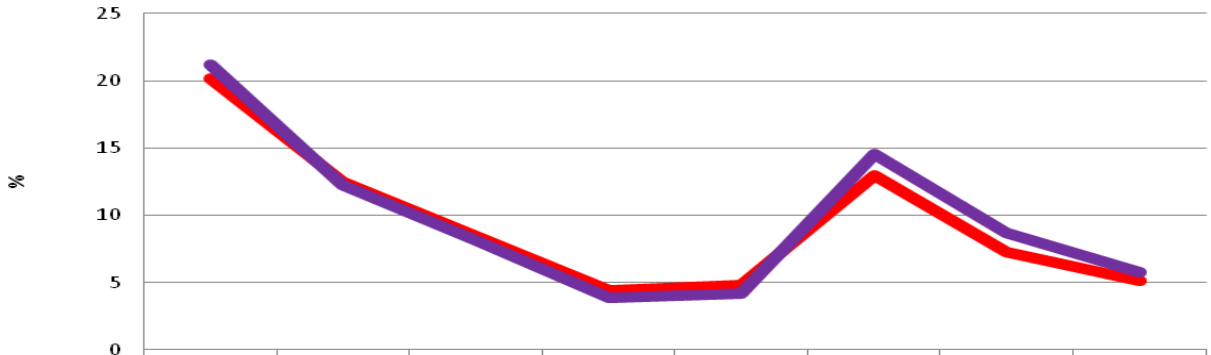
4.7 - MERCADO DE ARRENDAMENTO

Quanto ao mercado de arrendamento, verifica-se, no gráfico seguinte, uma diminuição ligeira do número de alojamentos familiares clássicos arrendados entre os anos de 2001 e 2011 a nível nacional, cuja proporção em 2011 atingiu os 20,2%, denotando-se uma clara preferência pela aquisição de habitação própria.

Nas NUT II e III, registou-se um aumento residual da proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados no período em análise, mas, nos dois casos bem inferior à média nacional (12,5% na NUT II e 8,5% na NUT III em 2011).

Quando efetuamos uma análise dos municípios do norte do distrito de Leiria, verificamos que a proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados atinge proporções bastantes inferiores à registada a nível nacional e mesmo regional na maior parte dos casos, sendo que em Ansião, Alvaiázere e Pedrogão Grande a proporção não chega a ultrapassar os cerca de 5% e a variação no período em análise não é significativa. Nos concelhos de Castanheira de Pera e de Figueiró dos Vinhos assistiu-se a um decréscimo (ainda que pouco significativo) da proporção de alojamentos arrendados ou subarrendados no período em análise mas, mesmo assim, foram os que registaram a maior proporção de alojamentos arrendados em 2011 (13% e 7,3%, respetivamente).

G. 34 - Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados 2001-2011

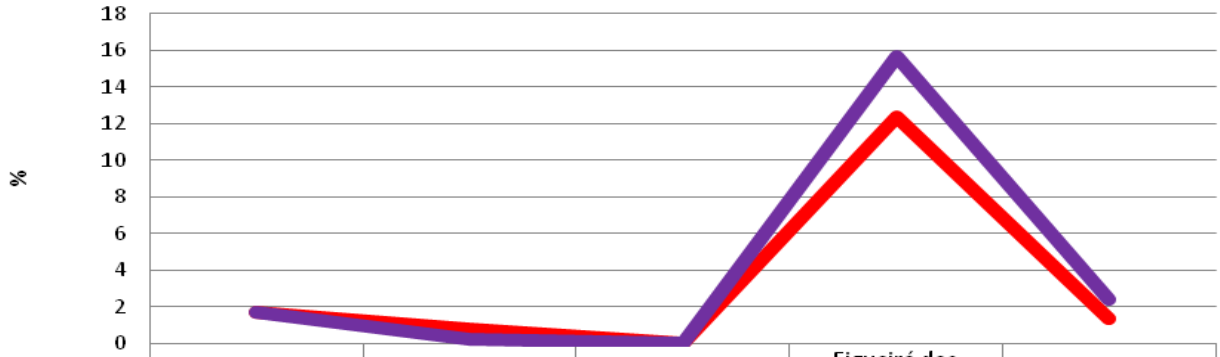


	Contin.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	20,2	12,5	8,5	4,4	4,8	13,0	7,3	5,1
2001	21,2	12,2	8,1	3,9	4,2	14,6	8,7	5,8

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

Efetuando uma análise das freguesias do concelho de Figueiró dos Vinhos, verifica-se, no mesmo período, algumas oscilações, ainda que pouco significativas, nomeadamente um decréscimo mais acentuado do número de alojamentos familiares clássicos arrendados na freguesia de Figueiró dos Vinhos (a mais urbana do concelho), um decréscimo de cerca de 1% na freguesia de Bairradas e, com menor expressão, um ligeiro aumento nas freguesias de Aguda e Arega, relativamente a 2001. Quanto à freguesia de Campelo, não existem registos de arrendamento durante o período em análise.

G. 35 - Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados por freguesia 2001-2011

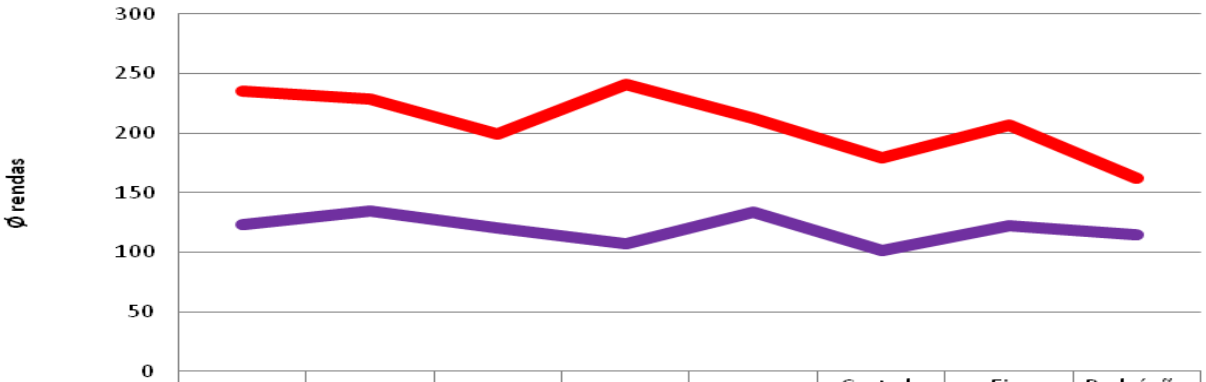


	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	1,7	0,8	0,0	12,4	1,4
2001	1,7	0,2	0,0	15,7	2,4

Fonte: INE – Censos 2001 a 2011

Quanto ao valor médio das rendas de casa suportado pelas famílias, podemos verificar no gráfico seguinte, um acréscimo significativo no período intercensitário em análise, transversal a todas as NUT representadas e também aos concelhos da zona norte do Distrito de Leiria.

G. 36 - VALOR MÉDIO MENSAL DAS RENDAS DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS (€) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA – 2001-2011



	Cont.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Fig. Vinhos	Pedrógão Grande
2001 €	123	135	120	107	134	101	122	115
2011 €	235	229	200	241	213	180	207	163

Fonte: INE – Censos 2001, 2011

Em 2011 o valor médio das rendas de casa situava-se nos 235€ a nível nacional. Nas NUT II e III assiste-se a um ligeiro decréscimo, para 229€ e 200€ de valor médio mensal, respetivamente. A nível concelhio, os concelhos de Alvaiázere, Ansião e Figueiró dos Vinhos, são os que apresentam a média mensal mais elevada, acima dos 200€. Alvaiázere ultrapassa mesmo o valor registado a nível nacional e Ansião e Figueiró dos Vinhos a média registada na NUT III.

Refira-se, neste âmbito, que o mercado de arrendamento não é muito vasto no concelho de Figueiró dos Vinhos. A oferta é limitada e o valor das rendas não é muito acessível, essencialmente quando falamos de famílias de baixos recursos.

Por outro lado, a oferta de alternativas em termos de habitação social ou habitação a custos controlados com um regime de renda apoiada, é inexistente no concelho.

4.8 - RECURSO A HABITAÇÃO PRÓPRIA

O crédito para aquisição ou construção de habitação própria ainda constitui, em Portugal, a principal fonte de endividamento das famílias, pese embora algumas reservas colocadas pela banca nos últimos anos no acesso ao crédito à habitação.

O gráfico que se segue evidencia bem o recurso a habitação própria nas ultimas duas décadas, com recurso ao crédito à habitação em todas as áreas geográficas em análise.

Na NUT I, a proporção de alojamentos próprios com encargos, aumentou cerca de 11% no período em análise, tendo passado de 31,8% em 2001, para 42,8% em 2011.

Nas NUT II e III o aumento inter décadas é semelhante, se bem que bastante inferior aos valores registados a nível nacional. Mesmo assim, atingiu um aumento de 12,5% na NUT II (região Centro) e 11,6% na NUT III (PIN), entre 2001 e 2011.

A proporção de alojamentos do próprio com encargos também aumentou em todos os concelhos da zona norte do distrito de Leiria, com maior incidência nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, onde a diferença entre 2001 e 2011 rondou valores entre os 10 e os 12%, fruto talvez de um maior incremento da construção cível neste período e de um consequente aumento da oferta do mercado imobiliário e do recurso à contrução de habitação própria permanente.

O concelho que registou o menor aumento da proporção de alojamentos do próprio com encargos foi o de Castanheira de Pera, porém, neste concelho e no de Alvaiázere, já se assistia, em 2001, a uma proporção bastante rmais reduzida da proporção de alojamentos do próprio com encargos relativamente aos outros.

O concelho de Figueiró dos Vinhos a par com Ansião e Castanheira de Pera, foram os que registaram a maior proporção de alojamentos do próprio com encargos no ano de 2011, entre os 23 e os 24%, mesmo assim proporções consideravelmente inferiores às registadas a nível nacional e regional.

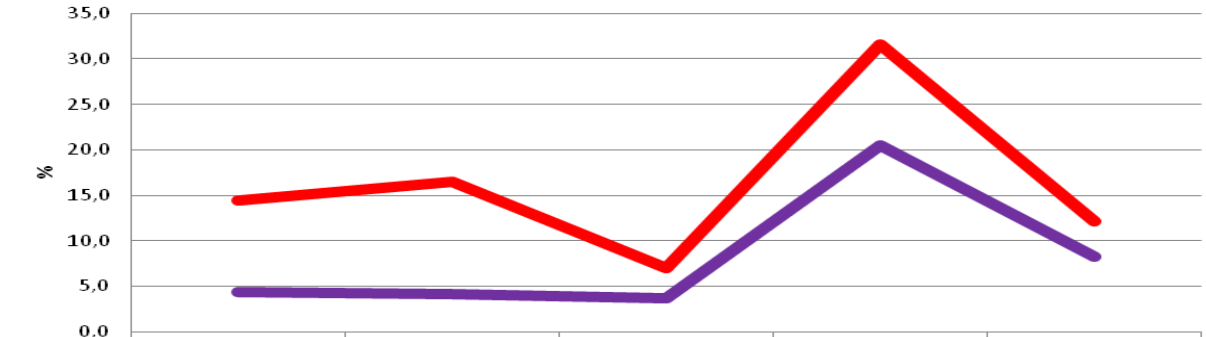
G. 37 - Proporção de Alojamentos do Próprio com encargos 2001 a 2011

	Contin.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	42,8	33,4	28,7	18,3	22,8	23,8	22,9	20,5
2001	31,8	21,2	17,1	10,6	12,9	15,7	12,2	8,8

Fonte: INE – Censos 2001 a 2011

Pese embora a desatualização dos dados, efetuando uma análise mais detalhada ao concelho de Figueiró dos Vinhos verifica-se que o maior aumento da proporção de alojamentos do próprio com encargos registada entre 2001 e 2011, se verificou na freguesia de Arega cujo aumento rondou os 12,4%, seguida de Figueiró dos Vinhos (+11,1%) e Aguda (+10,4%). Nas freguesias de Bairradas e Campelo, apesar de também se ter verificado um aumento da proporção de alojamentos do próprio com encargos, a expressão não é tão significativa no período em análise, rondando os 3 a 4%.

G. 38 - Proporção de Alojamentos do Próprio com encargos por freguesia 2001 a 2011



	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	14,4	16,5	7,0	31,6	12,1
2001	4,4	4,1	3,7	20,5	8,2

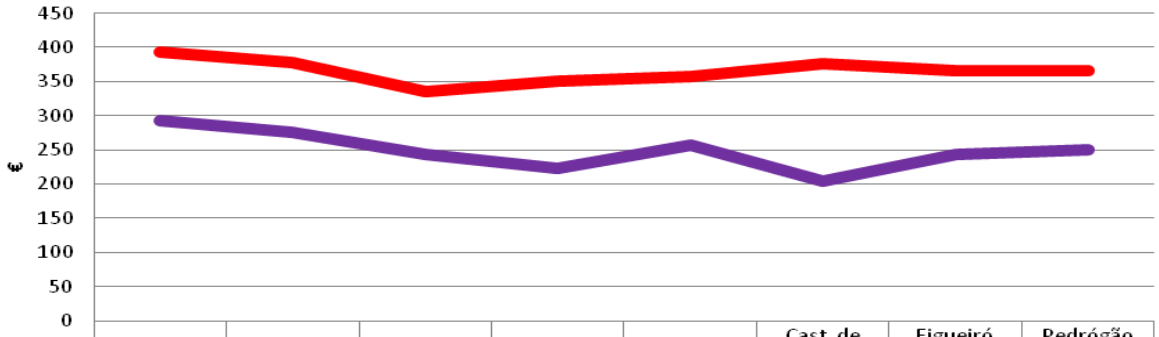
Fonte: INE – Censos 2001 a 2011

Relativamente ao valor médio de encargos por aquisição de habitação própria, verifica-se um aumento significativo em todas as NUT e concelhos identificados, de aproximadamente 100€, no período intercensitário apresentado.

Em 2011, em Portugal Continental, o valor médio mensal dos encargos com a aquisição de habitação própria era de 393€, o que representava uma fatia significativa no orçamento das famílias, considerando como referência o valor do salário mínimo nacional

(485€) naquela altura. O valor vai diminuindo nas NUT II e III (378€ e 335€, respetivamente) e, nos concelhos da zona norte do distrito de Leiria, o valor mais baixo é registado no concelho de Alvaiázere (350€) e o mais alto em Castanheira de Pera (376€). Figueiró dos Vinhos regista um investimento médio mensal das famílias, em habitação, de 367€ (123€ acima do valor registado em 2001). Refira-se, ainda, que todos os concelhos registam um valor médio de encargos com habitação superior ao registado na NUT III e bastante aproximado ao registado na NUT II.

G. 39 - ENCARGOS MÉDIOS MENSAIS POR AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA (€) - 2001-2011



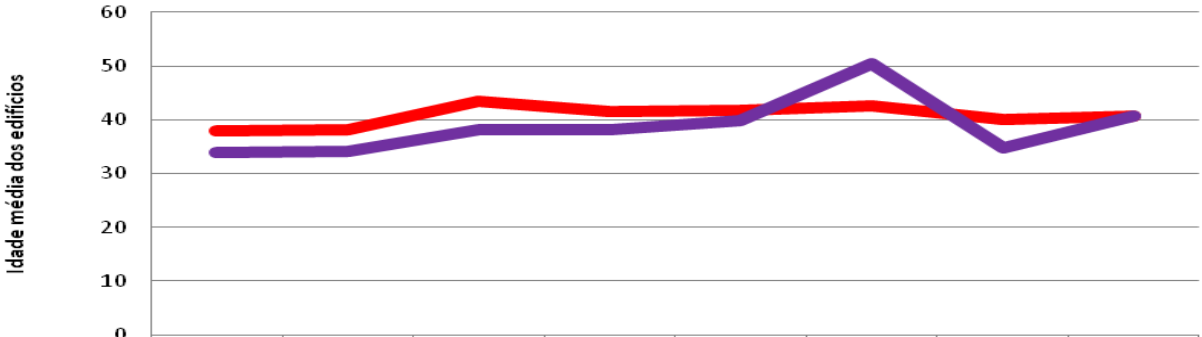
	Cont.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011 €	393	378	335	350	357	376	367	366
2001 €	292	275	244	223	257	204	244	250

Fonte: INE – Censos 2001-2011

4.9 - IDADE DO PARQUE HABITACIONAL

A dinâmica de construção das últimas décadas faz com que uma parte muito significativa dos edifícios seja relativamente jovem, principalmente quando nos referimos às NUT I e II, onde a média de idade dos edifícios se situa nos 38 anos.

G. 40 - IDADE MÉDIA DOS EDIFÍCIOS 2001-2011



	Contin.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	38	38	43	42	42	43	40	41
2001	34	34	38	38	40	50	35	41

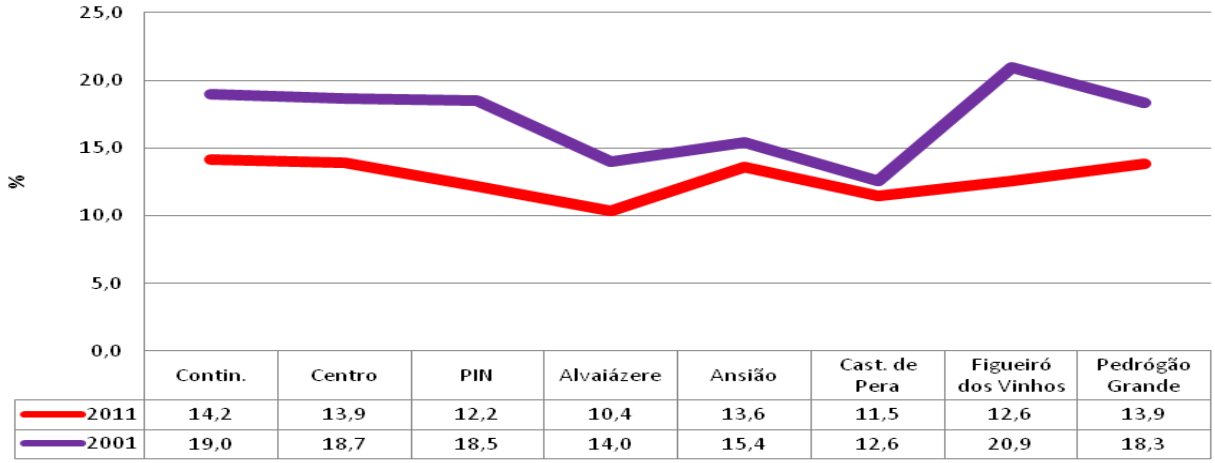
Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

Quando nos referimos à NUT III (Pinhal Interior Norte) e aos concelhos da zona norte do distrito de Leiria, que dele fazem parte, verificamos que a média de idade dos edifícios é ligeiramente superior à média nacional (entre os 40 e os 44 anos), resultado das assimetrias regionais verificadas também ao nível da construção civil, com um maior incremento nas zonas do litoral do país. Apenas Castanheira de Pera conheceu algum rejuvenescimento do seu parque habitacional na última década mas centrando-se, ainda assim, acima da média nacional.

A proporção de edifícios construídos[34] nas últimas décadas diminuiu também consideravelmente nas NUT I e II, como se pode observar no gráfico seguinte, com maior expressão nos resultados apresentados referentes aos Censos de 2011.

Na NUT III mantem-se a mesma tendência, se bem que mais acentuada quando se comparam os resultados dos Censos de 2001 e 2011 (onde se verifica uma redução na ordem dos 6%).

G. 41 - Proporção de Edifícios construídos 2001-2011

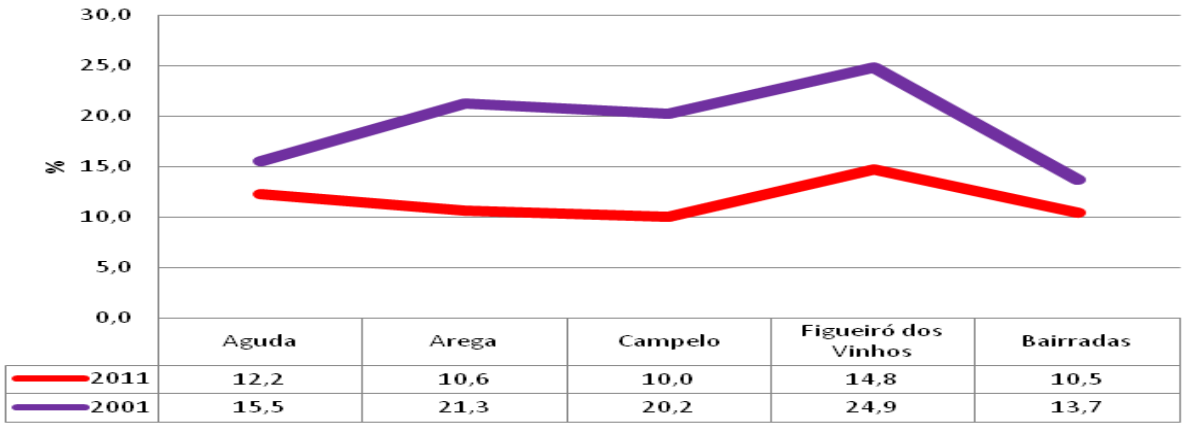


Fonte: INE – Censos 2001 a 2011

Os concelhos da zona norte do distrito de Leiria acompanhavam também a tendência nacional e regional de decréscimo da proporção de edifícios construídos, com maior expressão no concelho de Figueiró dos Vinhos, que em 2001 registou a proporção de edifícios construídos mais elevada (20,9%), mesmo acima da média nacional e regional e, em 2011, registou o maior decréscimo, com uma diminuição da proporção de edifícios construídos de cerca de 8,8% (12,6%).

Em termos da análise concelhia, a proporção de edifícios construídos no período em análise acompanha os resultados verificados a nível nacional e regional, apresentando uma diminuição bastante acentuada em 2011, relativamente aos registos de 2001, essencialmente nas freguesias de Figueiró dos Vinhos, Campelo e Arega (cerca de -10%) e com menos expressão em Aguda e Bairradas (cerca de -3%).

G. 42 - Proporção de Edifícios construídos, por freguesia 2001/2011



Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

[34] Edifícios construídos/total edifícios x 100.

4.10 - INDICADORES DE CONFORTO, HIGIENE E SALUBRIDADE

Relativamente aos indicadores de conforto e condições de habitabilidade, podemos afirmar que, nas últimas décadas, se tem vindo a assistir a melhorias consideráveis das condições de higiene e salubridade do parque habitacional no país, como se pode observar no gráfico seguinte.

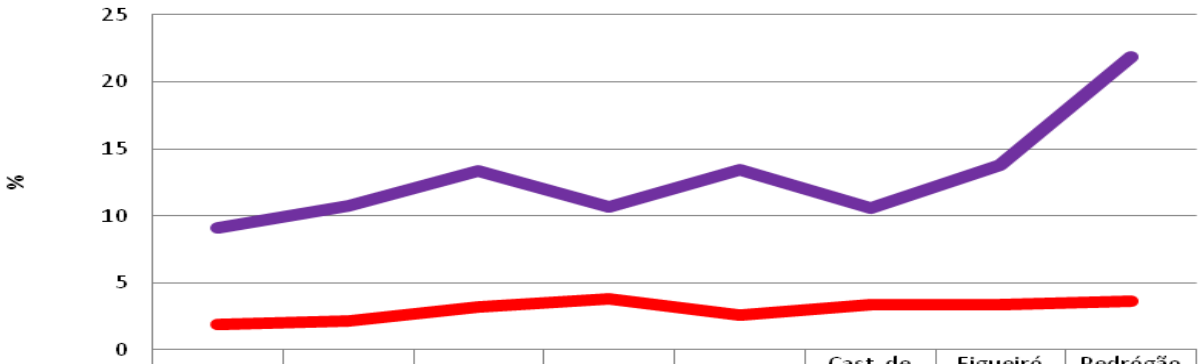
A proporção de alojamentos familiares sem pelo menos uma infraestrutura básica, tais como água canalizada, sistema de esgotos e casa de banho com banho ou duche, era, em 2011 para a NUT I de 1,9%, valor bastante reduzido quando comparado com o registado em 2001 (9,1%), denotando-se uma melhoria considerável.

Na NUT II observa-se uma redução semelhante, ainda que o valor registado em 2011 seja ligeiramente superior ao registado a nível nacional (2,1%). Porém, quando comparado com os valores registados no período anterior, verifica-se uma melhoria mais acentuada, tendo em conta a proporção de 10,8% registada em 2001.

A NUT III e os concelhos da zona norte do distrito de Leiria acompanham a tendência nacional e regional, ainda que a percentagem de alojamentos familiares sem pelo menos uma infraestrutura básica, apresente valores acima dos 3% (à exceção do concelho de Ansião).

Os concelhos de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande foram os que mais evoluíram em termos de infraestruturas[35], tendo reduzido a percentagem de alojamentos nas condições acima identificadas de 13,8% em 2001, para 3,4% em 2011 no caso de Figueiró dos Vinhos e de 21,9% para 3,7%, em Pedrogão Grande (a melhoria mais significativa registada neste período).

G. 43 - PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES SEM PELO MENOS UMA INFRAESTRUTURA BÁSICA 2001-2011



	Continen.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	1,9	2,1	3,2	3,8	2,6	3,4	3,4	3,7
2001	9,1	10,8	13,4	10,7	13,5	10,6	13,8	21,9

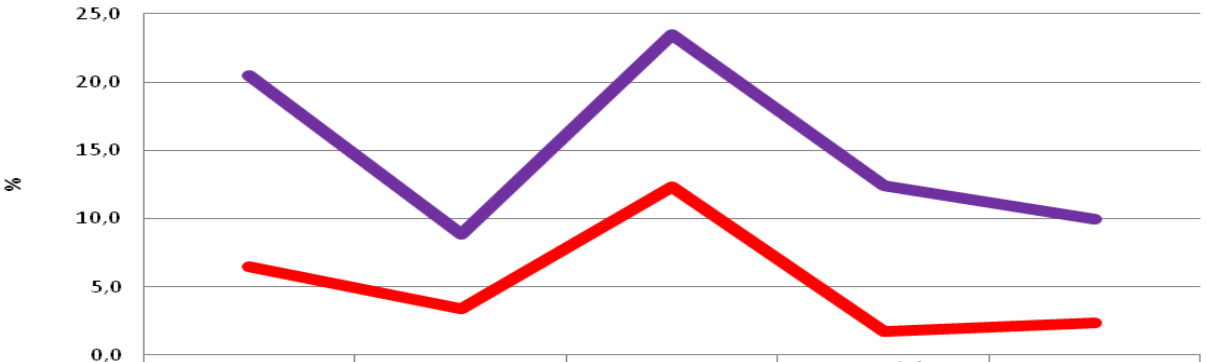
Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

Analisando os resultados por freguesia no concelho de Figueiró dos Vinhos, verifica-se também uma melhoria considerável em termos de infraestruturas, em todas as freguesias, quando se efetua uma comparação intercensitária.

As freguesias de Campelo e Aguda foram as que mais progrediram no período em análise, porém, foram também aquelas que ainda apresentavam valores superiores aos registados no concelho em 2011 (3,4%) e onde, seguramente, ainda muito haverá a fazer neste domínio. Nas freguesias de Figueiró dos Vinhos, Arega e Bairradas, as melhorias foram também muito significativas, quando comparadas com os valores registados em 2001 com 2011.

[35] Refira-se, porém que os Censos de 2011 identificavam ainda 43 habitações sem sanita, no concelho de Figueiró dos Vinhos (20 em Aguda, 7 em Arega, 7 em Figueiró dos Vinhos, 7 em Campelo e 3 em Bairradas).

G. 44 - Proporção de alojamentos familiares sem pelo menos 1 infraestrutura básica, por freguesia 2001/2011



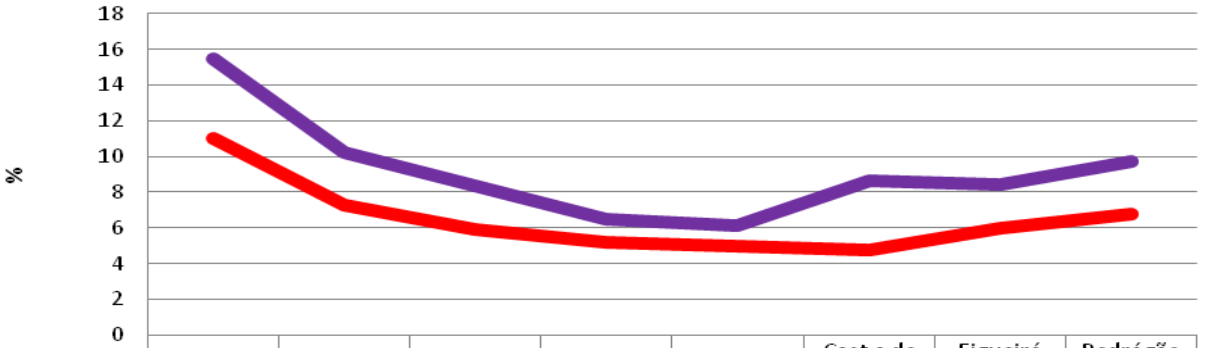
	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	6,5	3,4	12,3	1,7	2,3
2001	20,5	8,8	23,5	12,4	10,0

Fonte: INE – Censos 1991, 2001, 2011

A melhoria das condições habitacionais da população pode também aferir-se pela diminuição da proporção de edifícios superlotados, que evidencia um maior e melhor acesso à habitação e à adequação desta à dimensão da família. Por outro lado, deve também considerar-se que a dimensão média das famílias clássicas tem vindo a diminuir nas últimas décadas.

Analisando o gráfico que a seguir se apresenta, verificamos que a proporção de edifícios superlotados diminuiu, entre 2001 e 2011, nas NUT I, II e III e em todos os concelhos da zona norte do Distrito de Leiria, apresentando estes últimos valores consideravelmente inferiores aos registados a nível nacional.

G. 45 - Proporção de Edifícios superlotados 2001-2011



	Continen.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast.a de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	11,0	7,3	5,9	5,2	5,0	4,8	6,0	6,8
2001	15,5	10,2	8,3	6,5	6,2	8,7	8,4	9,7

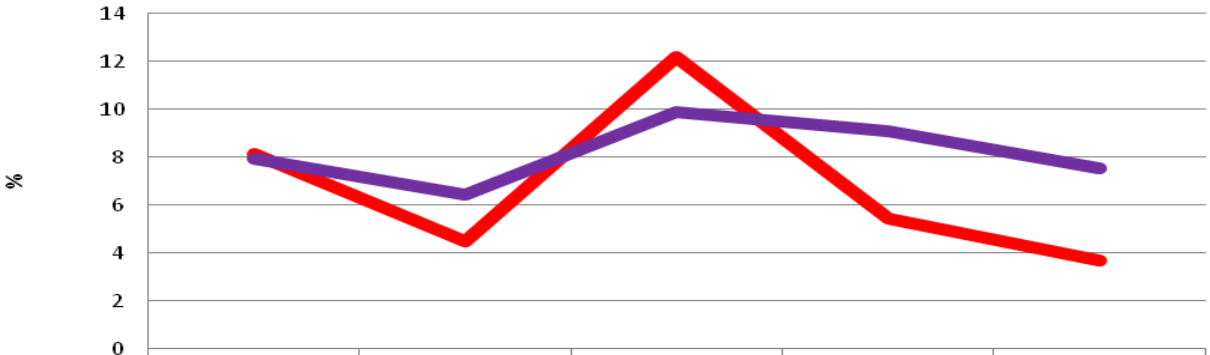
Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

Os concelhos de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos foram os que registaram a descida mais acentuada no período intercensitário em análise (entre os 2 e os 4%), apresentando, em 2011, valores bastante inferiores ao registado a nível nacional e mesmo da região centro.

Efetuando uma análise às freguesias do concelho de Figueiró dos Vinhos, cuja proporção de edifícios superlotados era, em 2011 de 6%, verifica-se que apenas as freguesias de Campelo e Aguda, assumiam, em 2011, valores de superlotação dos edifícios superior aos registados em 2001, com um aumento da superlotação de 2,3% para Campelo, que passa a registar uma proporção de edifícios superlotados de 12,2% em 2011 e, sem grande expressão na freguesia de Aguda que atinge, em 2011, os 8,2% (mais 0,2% que nos Censos anteriores).

A freguesia de Bairradas foi a que registou a descida mais acentuada (cerca de -4%), seguida de Arega (-1,9%).

G. 46 - Proporção de Edifícios superlotados por freguesia 2001-2011



	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	8,2	4,5	12,2	5,5	3,7
2001	8,0	6,4	9,9	9,1	7,6

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

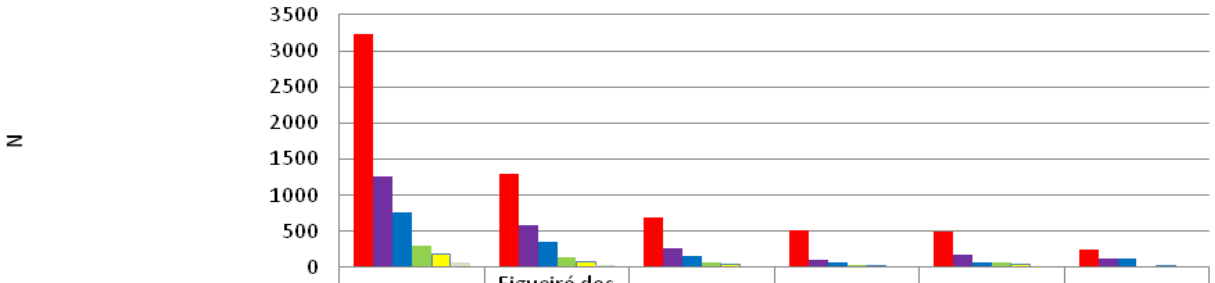
4.11 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

Independentemente das melhorias registadas em termos habitacionais nos últimos anos, refira-se que o parque habitacional do concelho continua a evidenciar sinais preocupantes quanto à sua conservação.

No gráfico a seguir apresentado, podemos observar que existia no concelho um número considerável de edifícios a necessitar de pequenas reparações (768), reparações médias (308), grandes reparações (178) ou em estado muito degradado (75).

As freguesias mais afetadas eram as de Figueiró dos Vinhos, Campelo e Aguda.

G. 47 - Edifícios por Estado de Conservação, Concelho de Figueiró dos Vinhos e freguesias, 2011



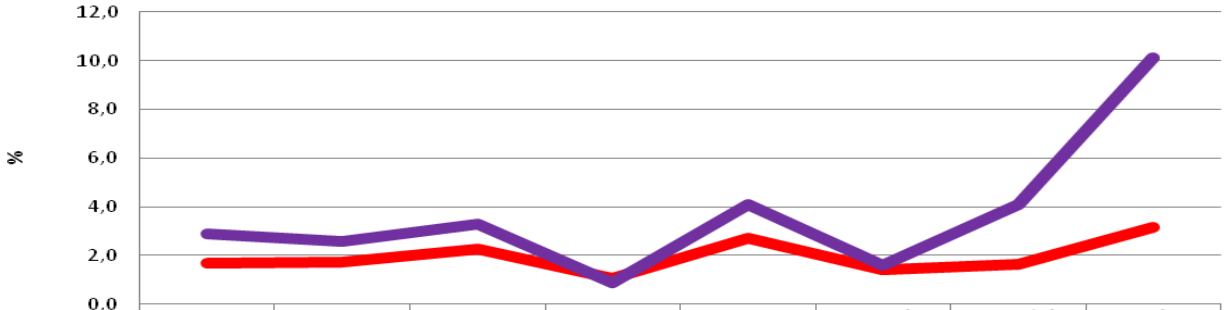
	Concelho	Figueiró dos Vinhos	Aguda	Arega	Campelo	Bairradas
Sem necessidade de reparação	3231	1296	683	515	489	248
Com necessidade de reparação	1254	585	257	111	176	125
Pequenas reparações	768	354	157	67	70	120
Reparações médias	308	148	63	29	64	4
Grandes reparações	178	83	37	15	42	1
Muito degradado	75	29	16	6	24	0

Fonte: INE – Censos 2011

Apesar de tudo, pela observação do grafico que a seguir se apresenta, podemos verificar que a proporção de edifícios muito degradados baixou a nível nacional, no período intercensitário em análise, de 2,9% para 1,7%.

As NUT II e III, apresentavam valores superiores à media nacional. Na NUT III, a proporção de edifícios muito degradados era, em 2011, de 2,3%.

G. 48 - Proporção de Edifícios muito degradados 2001-2011



	Contin.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedr. Grande
2011	1,7	1,7	2,3	1,0	2,7	1,4	1,6	3,2
2001	2,9	2,6	3,3	0,9	4,1	1,6	4,1	10,1

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011.

Nos concelhos da zona norte do distrito de Leiria, apenas em Alvaiázere se registou um aumento da percentagem de edifícios muito degradados, ainda que residual e inferior ao verificado a nível nacional.

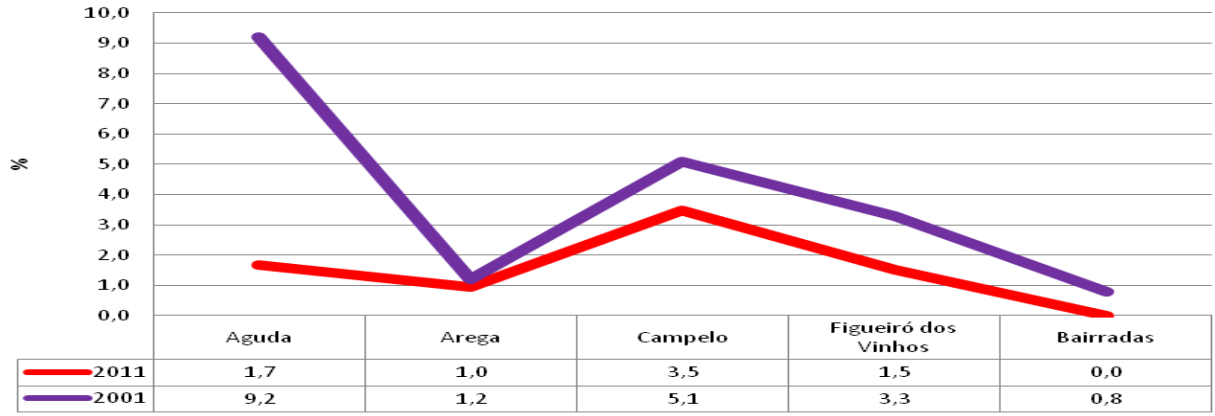
Os concelhos de Ansião e Pedrogão Grande eram os que ainda registavam a maior percentagem de edifícios nestas condições, consideravelmente superiores aos verificados a nivel nacional, sendo certo que no caso de Pedrógão Grande, a diminuição observada comparativamente aos censos de 2001, foi bastante acentuada (de 10,1% para 3,2% em 2011).

Figueiró dos Vinhos apresentava valores semelhantes à média nacional e registou também um decréscimo significativo (de 4,1% em 2001 para 1,6% em 2011).

Saliente-se que a redução percentual de edifícios degradados entre 2001 e 2011, que se verificou, de uma forma geral em todas as NUT e concelhos da zona norte do distrito de Leiria, deveu-se também ao aumento da construção no mesmo período e não a uma melhoria do parque habitacional existente.

O gráfico seguinte permite-nos aferir a evolução da proporção de edifícios muito degradados no concelho, por freguesia.

G. 49 - Proporção de Edifícios muito degradados por freguesia 2001/2011



	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	1,7	1,0	3,5	1,5	0,0
2001	9,2	1,2	5,1	3,3	0,8

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011.

Relativamente ao concelho de Figueiró dos Vinhos e, apresentando uma leitura dos resultados por freguesia no mesmo horizonte temporal, podemos também observar uma melhoria transversal, se bem que na freguesia de Campelo, sendo uma das mais envelhecidas, rurais e desertificadas, foi também a que apresentava ainda uma maior proporção de edifícios muito degradados

(3,5%), contrastando com a freguesia de Bairradas, que, em 2011, não registava qualquer frequência. A freguesia de Aguda foi aquela onde se verificou, no período em análise, a melhoria mais expressiva, registando-se uma redução da proporção de edifícios muito degradados de 9,2% em 2001, para 1,7%, em 2011.

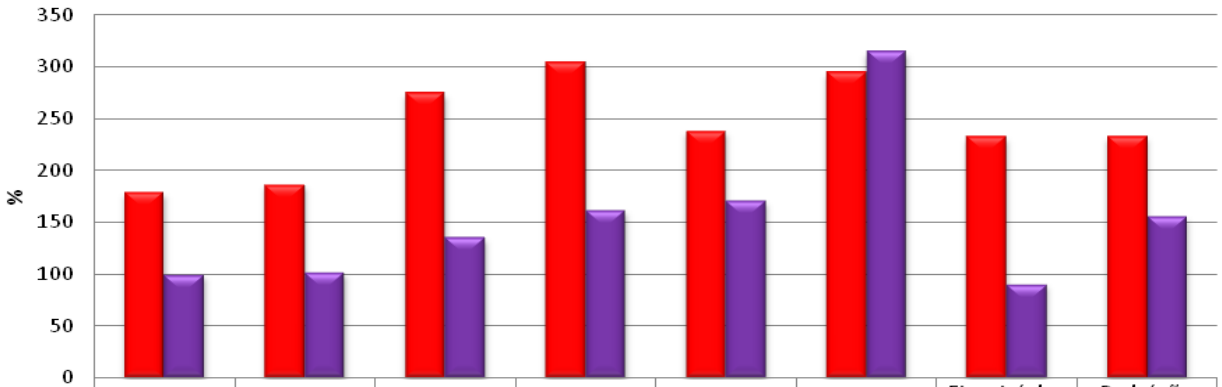
4.12 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS

O gráfico seguinte – Índice de Envelhecimento dos Edifícios – mostra-nos a relação entre o número de edifícios construídos até 1960 e o número de edifícios construídos após 2001.

A nível nacional, o índice de envelhecimento dos edifícios apurado em 2011 foi de 178,4%, valor bastante superior ao registado em 2001 (99,3%).

Na Região Centro deparamo-nos já com um ligeiro aumento em relação à média nacional (186,3%) uma vez que, para além da região abranger uma faixa litoral significativa, onde o desenvolvimento habitacional e urbano é superior, engloba também uma zona de interior considerável. Como é sabido, o parque habitacional nas regiões do interior, encontra-se, por norma, mais envelhecido do que na zona do litoral. Desta forma, na NUT III, o índice de envelhecimento dos edifícios, para além de ser muito superior à média nacional e regional, duplicou relativamente a 2001, situando-se nos 274,5%.

G. 50 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS 2001[36]/2011[37]



	Continente	Centro	PIN	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	178,4	186,3	274,5	304,8	238	294,5	232,2	232,6
2001	99,3	101,4	135	161,6	170,4	314,7	90,2	155,1

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011.

Efetuando uma análise dos concelhos do norte do Distrito de Leiria, verifica-se a tendência de aumento do índice de envelhecimento do parque habitacional acima dos 200% em todos eles. Castanheira de Pera, que em 2001 apresentava um índice de envelhecimento dos edíficios de 314,7%, foi o único que desceu em 2011, ainda que de forma residual (para 294,5%), valor este justificado pela idade média dos edíficios, já evidenciada, que confirma o rejuvenescimento do parque habitacional neste concelho.

Figueiró dos Vinhos é o concelho que apresenta o índice de envelhecimento dos edifícios mais elevado em 2011 (232,2%) comparativamente ao registado em 2001 (90,2%), o que mostra a degradação gradual do parque habitacional do concelho, justificando grande preocupação e necessidade de intervenção a curto prazo, neste dominio.

[36] O Índice de Envelhecimento dos Edifícios em 2001 é expresso pelo n.º de Edifícios construídos até 1945/Edifícios construídos após 1991x100.
[37] O Índice de Envelhecimento dos Edifícios em 2011 é expresso pelo n.º de Edifícios construídos até 1960/Edifícios construídos após 2001x100. Verificou-se um ajustamento na fórmula de cálculo do índice, entre 2001 e 2011, motivado pelo facto de não ser possível apurar o número de edifícios construídos até 1955, uma vez que a recolha desta informação nos Censos é feita por intervalo de classes de idade e para os Censos 2011 este intervalo abrange os anos de 1946 a 1960.

4.13 - EDIFÍCIOS LICENCIADOS E CONCLUÍDOS PARA HABITAÇÃO

Noutro âmbito, quando nos referimos ao número de edifícios licenciados para habitação familiar, podemos verificar através da leitura da tabela seguinte, uma diminuição bastante acentuada destes, com maior expressão nas construções novas, mas também nas ampliações, alterações e reconstruções, transversal a todas as NUT, quando comparados os anos de 2011 e 2017.

A nível nacional o total de obras de edificação diminuiu, em termos de variação percentual, cerca de 27% no período em análise. A diminuição é ainda maior nas NUT II e III, onde atinge os 34% e os 45%, respetivamente. Quando nos centramos apenas no total de obras de edificação para habitação familiar, a diminuição atinge também, em termos de variação percentual, valores ligeiramente superiores, 30% na NUT I, 36% na NUT II e 47% na NUT III. Como já foi acima referido, segue-se a mesma tendencia de decrescimo quer nas construções novas, quer nas ampliações, alterações e reconstruções.

Os concelhos em análise seguem a tendencia observada nas NUT, assistindo-se a um decrescimo do número total edifícos licenciados em todos os concelhos, exceto no concelho de Ansião que registou um aumento de cerca de 15%, quando comparados os dados relativos a 2011 e 2017.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a diminuição observada no mesmo período não atinge grande expressividade (-6%) quando comparada com os outros concelhos, no entanto, quando observamos os valores absolutos apresentados, verificamos que o concelho é um dos que regista o menor número de licenciamentos.

Referindo-nos ainda ao concelho de Figueiró dos Vinhos, registou-se, em 2017, um aumento do número de licenciamentos para construções novas. Do total de 17 edifícios licenciados em 2017, 15 eram para construções novas (mais 4 que em 2011), sendo 10 para habitações do tipo familiar (mais 1 que em 2011).

T. 4 - EDIFÍCIOS LICENCIADOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR: TOTAL E POR TIPO DE OBRA 2011-2017

	Total de obras de edificação				Construções novas				Ampliações, alterações e reconstruções			
	Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar	
	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017
Continente	22461	16406	16031	11308	15354	12071	11293	8446	7107	4335	4738	2862
Centro	7536	4972	4909	3137	5180	3643	3481	2414	2356	1329	1428	723
PIN	564	311	361	193	334	200	204	115	230	111	157	78
Alvaiázere	29	18	22	13	16	10	13	8	13	8	9	5
Ansião	55	63	38	33	51	45	35	21	4	18	3	12
Cast. de Pera	15	4	12	1	10	4	8	1	5	0	4	0
Figueiró dos Vinhos	**18**	**17**	**15**	**12**	**11**	**15**	**9**	**10**	**7**	**2**	**6**	**2**
Pedrógão Grande	37	20	18	14	15	10	4	7	22	10	14	7

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas

Efetuando uma análise do mesmo indicador, por freguesia, verificamos no gráfico seguinte que os 17 edifícios licenciados em 2017, 12 localizavam-se na União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, 3 na freguesia de Arega e 2 na freguesia de Aguda.

Dos 12 edifícios licenciados na União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, 10 eram construções novas (sendo 6 para habitação familiar) e 2 eram de obras de ampliação, alteração ou reconstrução, ambas para habitação familiar.

Os 3 edifícios licenciados na freguesia de Arega eram todos construções novas, sendo 2 para habitação familiar.

Por último, os 2 edifícios licenciados em 2017 na freguesia de Aguda, eram ambos construções novas, para habitação familiar.

T. 5 - EDIFÍCIOS LICENCIADOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR POR FREGUESIA: TOTAL E POR TIPO DE OBRA 2011-2017

Freguesia	Total de obras de edificação				Construções novas				Ampliações, alterações e reconstruções			
	Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar	
	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017
Aguda	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
Arega	5	3	5	2	3	3	3	2	2	0	2	0
Campelo	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Figueiró dos Vinhos	9	0	7	0	5	0	4	0	4	0	3	0
Bairradas	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
UFFVB	0	12	0	8	0	10	0	6	0	2	0	2

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas

Pese embora a diferença pouco expressiva registada no número de edifícios licenciados no concelho, no período em análise, a sua diminuição e, como se constatará a seguir, a dos edifícios concluídos para habitação familiar, expressa bem o abrandamento do setor da construção civil, não só no concelho de Figueiró dos Vinhos, mas em todo o país.

Relativamente ao número total de obras de edificação concluídas, assistimos a um decréscimo em todas as áreas geográficas em análise, quando comparados os totais registados no ano de 2011 e 2017. Em termos de variação percentual, assistimos a uma diminuição entre os 51% e os 58% em todas as NUT no período em análise, variação esta que apresenta valores superiores quando nos referimos a habitação concluída do tipo familiar, cujo decréscimo atinge valores entre os 57% e os 66% nas NUT.

A nível concelhio, verificamos decréscimos acentuados no número de edifícios concluídos em 2017, em todos os concelhos.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, foram concluídos apenas 9 edifícios em 2017 (menos 17 que em 2011), todos construções novas e destes, apenas 3 para habitação familiar.

T. 6 - EDIFÍCIOS CONCLUÍDOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR: TOTAL E POR TIPO DE OBRA, 2011-2017

	Total de obras de edificação				Construções novas				Ampliações, alterações e reconstruções			
	Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar		Total		Habitação familiar	
	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017
Continente	24588	12081	18721	8091	18315	8514	14460	5785	6273	3567	6273	2306
Centro	8234	3908	5855	2395	6139	2794	4578	1781	2095	1114	2095	614
PIN	584	245	404	138	369	158	248	81	215	87	215	57
Alvaiázere	26	16	18	11	13	4	9	3	13	12	13	8
Ansião	56	38	43	17	53	26	41	10	3	12	3	7
Cast. de Pera	12	2	10	0	10	2	9	0	2	0	2	0
Figueiró dos Vinhos	26	9	19	3	11	9	8	3	15	0	15	0
Pedrógão Grande	29	15	18	7	15	10	9	5	14	5	9	2

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas

4.14 - RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS

Como foi referido no início deste capítulo, o Município de Figueiró dos Vinhos, no âmbito das suas competências em matéria de habitação e ação social, tem vindo, ao longo dos últimos anos, a prestar apoio na melhoria das condições habitacionais, a famílias com comprovada carência económica, através da aplicação do "Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas".

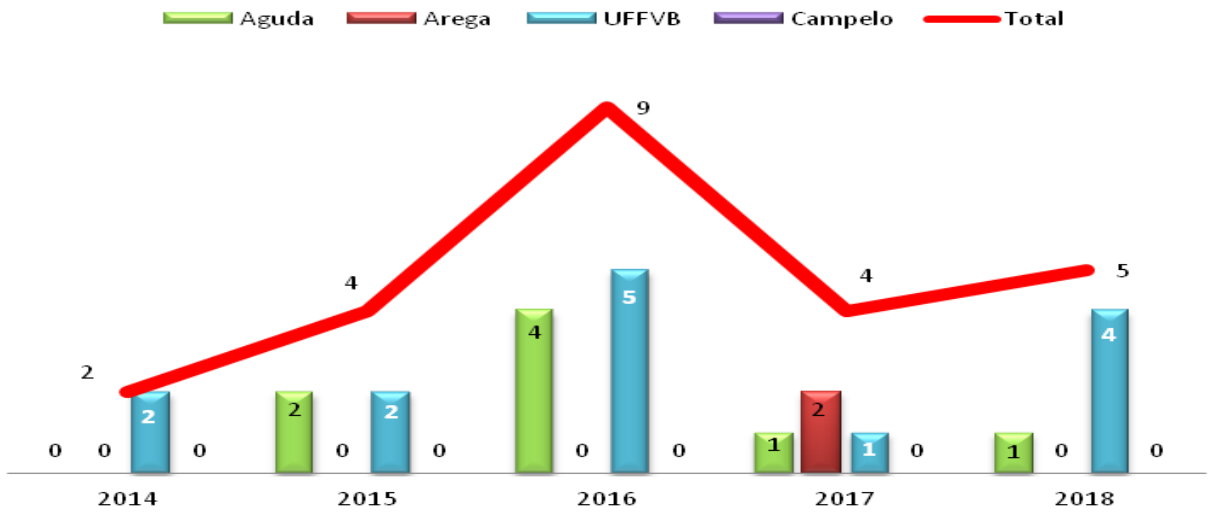
Os apoios atribuídos são sempre concedidos em espécie (num valor máximo por obra de 5.000,00€), nomeadamente através da cedência de materiais de construção; disponibilização de mão-de-obra da Autarquia ou contratualização com entidade externa;

elaboração de projetos ou estudos de natureza técnica que se revelem necessários ao licenciamento de obras, nomeadamente na elaboração de projetos de arquitetura e especialidades por técnicos da Autarquia e acompanhamento técnico e/ou ações de vistoria que se integrem na disponibilidade dos serviços técnicos da Câmara Municipal.

O número de intervenções efetuadas tem sido variável e depende de candidatura dos interessados efetuada nos primeiros meses do ano, mas destacou-se o ano de 2016 e 2018, com a intervenção em 9 e 5 habitações, respetivamente.

Nos anos em análise, verifica-se uma predominância das intervenções na União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e na freguesia de Aguda. Na freguesia de Arega foram efetuadas intervenções apenas em 2 habitações no ano de 2017 e, na freguesia de Campelo, não se registaram pedidos.

G. 51 - N.º Habitações Apoiadas ao Abrigo do Regulamento, total e por Freguesia, 2014-2018



Fonte: GAS, 2019

Refira-se ainda que nem todos os pedidos são passíveis de apoio, dependendo de análise prévia dos serviços. No ano de 2017 deram entrada 9 processos e apenas 4 foram apoiados. Dos restantes, 3 não eram elegíveis, 1 foi arquivado por institucionalização da requerente e 1 foi apoiado no âmbito do programa REVITA (por perda total da habitação aquando dos incêndios de 2017). No ano de 2018 deram entrada 11 processos e apenas 5 foram apoiados (2 aguardam documentação em falta, 2 não eram elegíveis e 2 aguardam final da audiência dos interessados e apresentação de orçamentos).

No ano de 2019 deram entrada nos serviços apenas 3 processos que se encontram na fase de análise.

Quanto à natureza das obras efetuadas, estas incidiram maioritariamente na substituição/reparação de telhados, construção de casas de banho e reparações de portas e janelas.

4.15 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último período intercensitário verificou-se no concelho de Figueiró dos Vinhos um crescimento do número de alojamentos, com especial destaque para os alojamentos clássicos e a uma melhoria generalizada nas condições habitacionais da população.

Registada que está essa evidência, importa em sede deste Diagnóstico constatar com o pragmatismo e a objetividade que se impõe, resultante da análise levada a efeito, que parecem subsistir parcelas importantes da comunidade que ainda viviam/vivem em condições precárias e indesejáveis, ocupando habitações em avançado estado de degradação física, o que se reflete naturalmente nos índices de conforto que importa melhorar, em nome da defesa da dignidade da pessoa humana, aliás assumida na Lei

Fundamental do nosso País. Muitas dessas habitações não dispunham (há data do seu recenseamento) de um conjunto de infraestruturas básicas, como aliás tivemos oportunidade de assinalar neste trabalho, pese embora a também assumida desatualização dos dados face à realidade atual e tendo também em conta o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Autarquia neste âmbito. Referimo-nos essencialmente a famílias com elevadas carências económicas, que as impedem de realizar por si só as obras que permitam melhorar as condições habitacionais de que dispõem. Por outro lado, a falta de recursos financeiros elimina-lhes a possibilidade de sonhar com a aquisição ou arrendamento de espaços de habitação condignos.

Este Diagnóstico Social tem naturalmente a função também neste domínio de não escamotear a realidade com que todos nos confrontamos, sendo nossa convicção que também neste domínio de atuação, só a necessária e urgente convergência entre as diversas entidades públicas e privadas, locais e nacionais, poderá dar resposta efetiva aos anseios e dificuldades dos aglomerados mais vulneráveis.

Só com uma conjugação de esforços e de estratégias assertivas se conseguirá intervir neste vetor, seja por via de programas que estimulem o investimento em habitação social, seja por via de programas que tornem a habitação acessível a custos controlados ou em domínios que permitam o realojamento daqueles que vivem em situação de precaridade extrema.

Esta nossa convicção parece começar a ganhar forma tendo em linha de conta a produção Legislativa que desde 2018 vem sendo empreendida e que merece natural destaque pela atualidade de que se reveste, no contexto deste trabalho.

Deste modo, importará referenciar desde logo o Decreto-Lei nº. 37/2018, de 4 de junho, que cria o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Este Decreto-Lei cria um novo programa de apoio público à habitação para pessoas que vivem em más condições e não podem pagar uma casa e estabelece ainda que os Municípios devem planear as soluções de habitação que preferem para o seu território, identificando as pessoas que vivem em más condições e gerindo os seus pedidos de apoio.

Por outro lado, a Resolução do Conselho de Ministros nº. 57/2018, de 8 de Maio, veio aprovar o programa Chave na Mão – Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial, que visa promover mecanismos de facilitação da mobilidade habitacional, tanto ao nível territorial, como no que respeita ao regime de ocupação da habitação, de agregados familiares atualmente residentes em áreas de forte pressão urbana em matéria de mercado habitacional, que se queiram fixar em territórios de baixa densidade, favorecendo, simultaneamente, a atração e fixação de população, nomeadamente de jovens famílias no interior e a oferta de habitação para arrendamento a custos acessíveis nas áreas de maior pressão da procura.

Já no corrente ano de 2019 foram aprovados e publicados dois importantes Diplomas Legais que de algum modo complementam aqueles a que nos referimos anteriormente, estes agora vocacionados para a atribuição de incentivos ficais visando a concretização dos objetivos enunciados. Deste modo registamos com natural expectativa positiva, tendo em conta as preocupações deixadas neste Diagnóstico no que à habitação se refere, a publicação da Lei nº. 2/2019, de 9 de janeiro, que autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação que preveja a isenção de tributação dos rendimentos prediais decorrentes do arrendamento ou subarrendamento habitacional no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível e a Lei nº. 3/2019, de 9 de janeiro, que vem alterar o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e cria condições de acesso a incentivos fiscais em Programas de construção de habitação para renda acessível.

Dito isto, importará reconhecer que a aprovação destes instrumentos legais poderá abrir portas e constituir uma importante oportunidade para promover a mudança de paradigma que se deseja vir a ser consubstanciada no futuro próximo, cumprindo-se no essencial o que neste domínio a Constituição da República Portuguesa já consagra.

Será porventura essencial mudar o paradigma da abordagem desta temática, refletindo e equacionando medidas que possam contrariar a escassez de fogos para arrendamento a preço acessível ou numa outra vertente, criar condições para que a habitação própria no concelho possa ser adquirida com mais facilidade, por parte de quem dela precisa.

O Município através do compromisso traçado como objetivos estratégicos e da proposta de expansão urbana, vertidos na 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal e perante a definição de programas e regulamentos, irá proporcionar uma melhoria das fraquezas habitacionais do concelho, criando condições de infraestruturas básicas, potenciando o desenvolvimento económico das famílias através da criação de oportunidades de trabalho e através de criação de Áreas de Reabilitação Urbana – ARU, capazes de potenciar a reabilitação urbana de habitação degradada.

Continuará também, por via de projetos com financiamento comunitário e de regulamentos próprios da sua esfera de competência, a dar as respostas possíveis aos casos mais problemáticos identificados nesta área, mas sublinha-se e reitera-se que importa acima de tudo conjugar esforços e vontades de todos aqueles que detêm responsabilidades em toda esta matéria.

Para terminar a análise que encetámos ao capítulo da Habitação, não podemos deixar de referir que em Janeiro de 2019 os Órgãos Autárquicos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) deliberaram aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais neste domínio. Esta decisão consubstanciou-se no facto do Município de Figueiró dos Vinhos ter concretizado, em auto de cessão datado de 9 de Agosto de 2011, a transferência de determinados imóveis para a sua posse e gestão, no âmbito do processo de transferência de património entre o IHRU e a Câmara Municipal, dispondo atualmente de cinco frações autónomas em regime de arrendamento, três na tipologia T2 e duas na tipologia T3.

De acordo com a análise efetuada ao parque habitacional disponível no território do concelho de Figueiró dos Vinhos e observados os termos do Decreto-Lei nº. 105/2018, de 29 de Novembro, constata-se atualmente a inexistência de imóveis destinados a habitação social que integrem o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado.

Os Órgãos Autárquicos assumiram esta posição na sequência do que já havíamos manifestado em parágrafos anteriores, considerando o interesse desta temática e pese embora a inexistência de habitações enquadráveis nesta medida, pareceu benéfica a aceitação de transferências nesta área, tanto mais que daí decorrem matérias relativas quer à gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e reabilitação urbana, circunstância que pese embora a atual ausência de informação quanto ao principio inscrito na Lei-Quadro que pressupõe o propósito de assegurar a estabilidade de financiamento do exercício das atribuições cometidas, presume-se estarmos perante um Quadro que porventura determinará contrapartidas financeiras compensatórias por parte do Estado.

5 – EDUCAÇÃO

5.1 - ANÁLISE SWOT – EDUCAÇÃO

FORÇAS

- Corpo docente experiente e qualificado;
- Cultura de autoavaliação e autorregulação para melhoria dos desempenhos pedagógicos;
- Cultura de inclusão, traduzido no trabalho consistente articulado do Agrupamento;
- Valorização do mérito escolar, através dos quadros de mérito e excelência;
- Diversidade da oferta educativa e formativa, incluindo a Educação Pré-escolar e todos os níveis de ensino da esc. obrigatória e cursos da via profissionalizante;
- Dedicação e profissionalismo do pessoal não docente, propiciando ambientes favoráveis à aprendizagem e às relações interpessoais, facilitando a deteção e resolução de problemas;
- Espírito de iniciativa na adesão a projetos de qualidade e a programas inovadores com impacto na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem;
- Inexistência de abandono escolar;
- Dinamização e eficácia dos SPO, e outros técnicos especializados, no apoio aos alunos/as e na articulação e parceria com as demais estruturas educativas;
- Bom sistema de comunicação, facilitador do acesso às informações do Agrupamento, em tempo útil;
- Parque escolar do AE com boas instalações e condições privilegiadas em termos de espaço e equipamentos adequados, face às exigências do currículo;
- Rede de BE, com bibliotecas nas 2 escolas do AEFV e articulação com a rede de Bibliotecas Monsalude e plano de atividades atrativo, enriquecedor e de proximidade com todos os estabelecimentos de ensino do AE e com as necessidades dos alunos/as;
- Desenvolvimento e divulgação de protocolos de cooperação e parcerias com instituições que prestam os serviços necessários para a formação e acompanhamento da comunidade educativa (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia; Instituições de Saúde; empresas e outras organizações);
- Participação da Associação de Pais e da Associação de Estudantes em atividades escolares, promovendo interação entre a escola e a comunidade envolvente.
- Estrutura organizacional do Agrupamento de Escolas que favorece o percurso sequencial e articulado na transição entre níveis e ciclos de ensino;
- Polo de Formação e Cursos do IEFP;
- GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e á Família e GAJ – Gab. Apoio ao Jovem;
- Conselho Municipal de Educação;
- Carta Educativa;
- Cobertura e gratuitidade da rede de transportes escolares;
- Oferta de manuais escolares e fichas de trabalho aos alunos/as do 1º e 2º Ciclo;
- Parceria com CIM-RL em vários projetos intermunicipais na área da Educação;
- Rede de equipamentos de apoio (Casa da Cultura, Biblioteca Municipal, Museu, Piscinas Municipais e outros equipamentos culturais e desportivos);
- Articulação entre as entidades que atuam no âmbito da educação e da ação social.

FRAQUEZAS

- Diminuição do número de alunos/as que optam, muitas vezes, por outros estabelecimentos de ensino existentes nos concelhos limítrofes;
- Heterogeneidade do perfil socioeconómico e cultural da comunidade, podendo criar baixas expectativas em alguns alunos/as;
- Insucesso nos primeiros anos de escolaridade;
- Indisciplina e défice de valores de cidadania revelados por alguns alunos/as;
- Ausência de comprometimento, por parte de alguns discentes, na construção das suas aprendizagens;
- Práticas de trabalho pedagógico colaborativo entre docentes pouco desenvolvidas;
- Débil operacionalização das competências transversais estabelecidas nos currículos;
- Insuficiente formação para pessoal docente e não docente;
- Falta de assunção de competências por parte de algumas estruturas de liderança intermédia;
- Excessiva burocracia imposta pelos diversos diplomas legais;
- Baixa perceção social da escola atual e deficitária cultura de escola;
- Frágil reflexão sobre os dados recolhidos, e dispersão dos mesmos, com vista à futura planificação e gestão das atividades, da organização da escola e das suas práticas;
- Perda de população escolar na transição do 3º ciclo para o ensino secundário;
- Baixos índices de escolaridade, a par da falta de competências parentais e das perspetivas negativas de muitas famílias face ao sistema de ensino;
- Baixos rendimentos das famílias;
- Baixa qualidade do sucesso escolar;
- Iliteracia;
- Conservação do parque escolar;
- Insuficiente acompanhamento familiar às crianças e jovens em idade escolar e suas famílias.

OPORTUNIDADES

- Situação geográfica privilegiada da vila de Figueiró dos Vinhos, equidistante das outras vilas da região, favorável ao acolhimento de alunos/as de outros concelhos;
- Boa Rede de Transportes que serve as necessidades dos alunos/as;
- Encaminhamento de Jovens em risco sócio emocional por estreita ligação entre o AE e a CPCJ;
- Relevância do AE na empregabilidade do Concelho;
- Participação em campanhas de solidariedade e voluntariado com a colaboração de diferentes instituições sociais;
- Relativa estabilidade do corpo docente;
- Renovação de equipamentos escolares;
- Desenvolvimento de uma rede de cooperação com empresas, instituições e outras organizações do concelho de carácter artístico e cultural;
- Património Histórico e Cultural associado a José Malhoa e Escola Naturalista, com tradições ligadas às artes;
- Equipamentos culturais (Museus, Clube Figueiroense e Biblioteca Municipal);
- Potencial de desenvolvimento por explorar (turismo, floresta, entre outros);
- Portugal 2020;
- Proximidade de outros polos de formação (ens. Prof., politécnico e superior);
- Possível instalação de Escola Profissional;
- Definição de um sistema de apoios sociais a alunos/as do concelho e reforço dos apoios prestado no âmbito da Componente de Apoio à Família;
- Aposta na diversificação das AEC;

AMEAÇAS

- Contexto social marcado pela diminuição da população e consequente redução do número de alunos/as;
-Falta de oferta de emprego o que leva à desertificação e perda de alunos/as;
-Desvalorização dos saberes e da cultura por algumas famílias, condicionando baixas expectativas e alguma desmotivação dos seus educandos face à escola;
- Pouca resiliência, de alguns alunos/as, e consequente ausência de comprometimento com a vida escolar;
- Envelhecimento do material informático, face às rápidas transformações informáticas;
- Restrição de recursos financeiros, dificultando a gestão do Agrupamento nas diferentes vertentes;
- Desencanto do pessoal docente face às políticas educativas e ao contexto socioeconómico do país;
- Disparidades significativas na formação e habilitações académicas dos encarregados de educação nos diferentes territórios educativos do Agrupamento;
- Inexistência de um Lar para crianças e jovens;
- Crise económica e social vivida a nível nacional e seus reflexos na organização das famílias;
- Cortes e desinvestimento na Educação por parte do Estado, que dificulta a afetação de recursos humanos especializados e materiais nas escolas do concelho;
- Risco de perda de alunos/as devido à existência de uma oferta educativa muito diversificada na região.

5.2 - EDUCAÇÃO – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

- Baixos índices de escolaridade, a par da falta de competências parentais e das perspetivas negativas de muitas famílias face ao sistema de ensino;
- Baixa qualidade do sucesso escolar;
- Iliteracia;
- Pessoal não docente com formação deficitária;
- Desmotivação do pessoal docente.

5.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise dos indicadores educativos de um concelho, assume particular relevância no contexto do processo de revisão do Diagnóstico Social, considerando a estreita correlação detetada entre a educação, a pobreza e a exclusão social.

Nesta perspetiva, Alda de Carvalho (2010) num estudo recente, analisa que 18,4% dos portugueses que têm como habilitação académica o ensino básico, encontravam-se em risco de pobreza aproximadamente 0,5% acima do registado para o total da população residente 17,9%. Nesse mesmo estudo, verifica-se que a conclusão do ensino secundário ou pós secundário, reduz muito significativamente o risco de pobreza em 9,4%, traduzindo-se numa taxa de 9%. Outros dados apontados permitem afirmar que a obtenção de habilitação académica ao nível do ensino superior concretiza-se num risco de pobreza mais baixo em 14,4% inferior ao observado para o total da população residente.

A leitura atenta dos dados fornecidos permite concluir que o nível de educação e formação de uma população é um importante fator explicativo dos níveis de pobreza registados no país e que, uma aposta consensual neste domínio, constituirá um requisito fulcral em qualquer processo de desenvolvimento local, na medida em que uma população com maiores índices de qualificação estará, indiscutivelmente, mais bem preparada para enfrentar os desafios quotidianos. A aposta na qualificação da população residente, e em particular da ativa, conduzirá à especialização das atividades económicas e, logo, ao desenvolvimento territorial conseguido através do crescimento económico.

Neste âmbito, pretende-se apresentar a evolução do nível de instrução da população residente, da rede escolar, e da oferta educativa nos estabelecimentos de ensino concelhios, abordando as questões da educação não formal, da formação profissional e analisar os fenómenos do analfabetismo e do abandono escolar, procurando, sempre que possível, proceder à comparação com os territórios onde o município figueiroense se encontra inserido.

5.4 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Os dados fornecidos pelo Recenseamento da População e Habitação – Censos de 2011 – permitem o acesso às estatísticas da população residente por nível de instrução completo mais elevado, pese embora, como já vem sendo referido, a sua desatualização face à realidade atual.

Na tabela que a seguir se apresenta, podemos ver a evolução do nível de instrução da população do concelho no último período intercensitário 2001-2011 (dados disponíveis mais recentes).

Grosso modo, os resultados referentes ao concelho permitem-nos aferir que a população sem nenhum nível de ensino, diminuiu cerca de 50% entre 2001 e 2011, embora tenha ainda alguma expressão no segmento da população acima dos 74 anos. Infere-se igualmente que, apesar da diminuição da população escolar a frequentar as escolas do concelho, é o ensino básico que congrega a esmagadora maioria das pessoas com este tipo de escolaridade, com tendência a aumentar nos 2º e 3º Ciclos. Verifica-se um assinalável aumento da população com ensino secundário e pós-secundário, tendo-se registado um significativo incremento de indivíduos detentores de habilitações de nível superior (licenciatura, mestrados e doutoramentos).

T. 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, 2001-2011

	Total		Nenhum		Básico - 1.º ciclo		Básico - 2.º ciclo		Básico - 3.º ciclo		Sec.	Pós-sec.	Ens. Médio		Superior	
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
PIN	131468	138535	29328	46652	41545	44558	16495	18469	20367	14674	14515	9853	955	461	8263	3868
Alvaiázere	7287	8438	1865	3137	2503	2745	849	1095	911	718	708	537	51	14	400	192
Ansião	13128	13719	3150	4688	4004	4406	1555	1887	1901	1304	1566	1049	136	36	816	349
Cast. Pera	3191	3733	732	1269	1189	1403	356	385	454	352	294	233	20	18	146	73
Fig. Vinhos	6169	7352	1458	2535	2040	2380	755	972	861	751	634	481	56	30	365	203
Ped. Grande	3915	4398	980	1709	1326	1394	477	452	490	408	392	322	61	21	189	92

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011.

Estes resultados que são dignos de registo, são reflexo de um novo paradigma da educação e formação de adultos, preconizado no "Memorando da Aprendizagem ao Longo da Vida", da Comissão das Comunidades Europeias e implementado, desde o início de 2000, através dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, mas são também explicados pelo reforço significativo do ensino profissionalizante qualificante, com a efetivação dos cursos de educação e formação, para além do que significam em termos da valorização por parte das famílias e dos jovens, no investimento na educação e na formação, numa sociedade tão competitiva como aquela em que nos inserimos.

5.5 - REDE ESCOLAR E OFERTA EDUCATIVA

Valorizar a diversidade é o grande desafio do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos ao caminhar e convergir para o mesmo fim, o de uma escola inclusiva, promovendo a pedagogia, a eficácia, a qualidade e inovação e tendo como principal desígnio o sucesso educativo de todos e de cada um dos alunos/as, bem como, a sua formação para a cidadania, tendo em conta o aperfeiçoamento de competências numa perspetiva global da pessoa no seu todo.

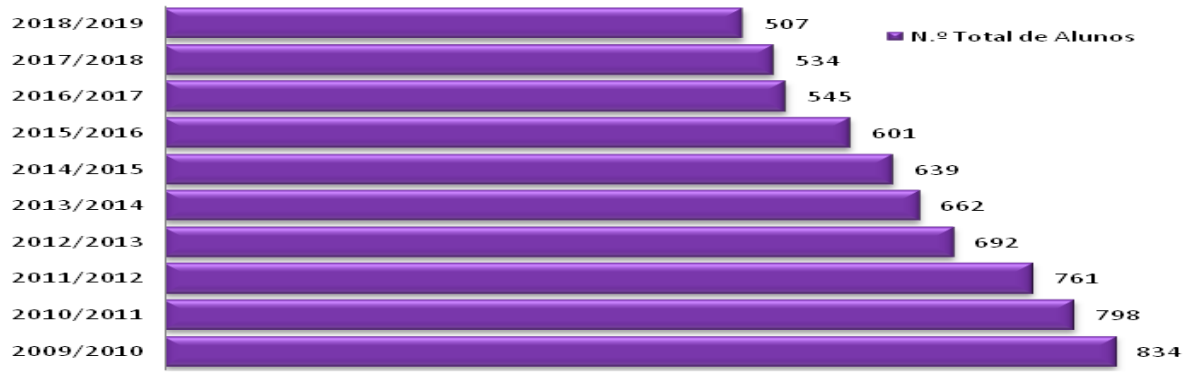
A rede educativa concelhia é constituída atualmente por 4 jardins-de-infância, 3 escolas primárias do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, 1 escola do Segundo Ciclo do Ensino Básico (onde é lecionado também o 1º Ciclo) e 1 escola que ministra o Terceiro Ciclo e Ensino Secundário. O setor privado oferece ainda 1 creche e Jardim de Infância, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia.

5.6 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS/AS NO CONCELHO

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução, em termos globais, do número de alunos/as no concelho de Figueiró dos Vinhos nos últimos 10 anos letivos.

É notório que o número de alunos/as no concelho de Figueiró dos Vinhos tem vindo a diminuir embora esse decréscimo, em alguns anos, não seja muito significativo.

G. 52 - Evolução do N.º de alunos/as, 2009/2010 a 2018/2019

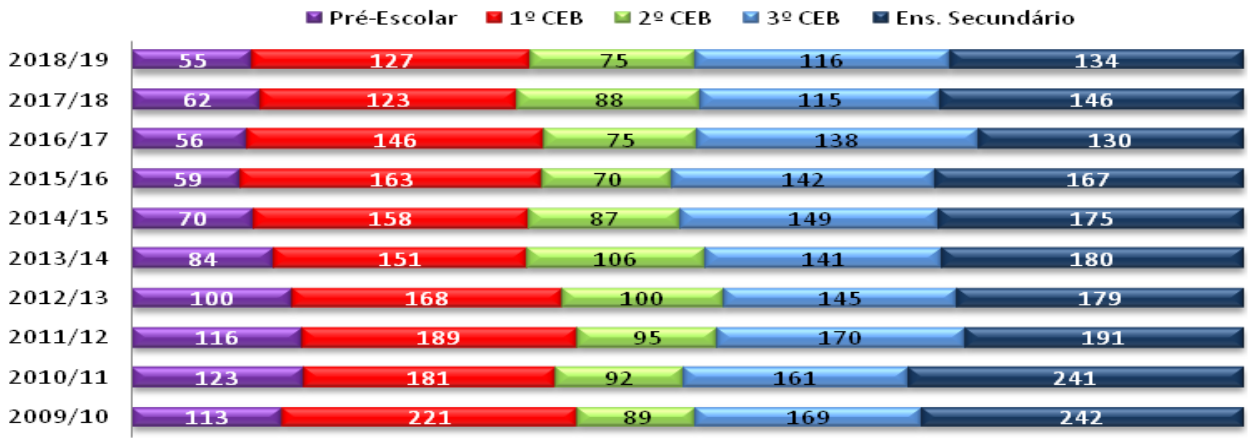


Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2018

No primeiro ano em análise (2009/2010), frequentavam as escolas de Figueiró dos Vinhos 834 alunos/as. Nos anos letivos seguintes este número decresceu gradualmente culminando em 2018/2019 com 507 alunos/as. Em 10 anos assistiu-se a um decréscimo de 327 alunos/as nas escolas do concelho.

No intuito de perceber qual o ciclo de ensino que influenciou os resultados do gráfico acima apresentado analisaram-se os mesmos dados por ciclo de ensino e nível de escolaridade, pelo que, o gráfico seguinte representa a população por cada ciclo de ensino, no mesmo período.

G. 53 - Evolução do N.º de alunos/as por Ciclo de Ensino, 2009/2010 a 2018/2019



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2018

Efetuando uma análise por ciclos de ensino e pese embora algumas oscilações que se observam nos últimos 10 anos entre anos letivos, centraremos a nossa análise apenas na comparação dos dados registados entre topos (2009/2010 e 2018/2019).

Na **Educação Pré-escolar** podemos observar que nos últimos 10 anos letivos se verificou um decréscimo bastante acentuado do número de crianças. Quando comparados os totais de 2009/10 e 2018/19, registou-se uma perda progressiva de 58 crianças.

No **1º Ciclo do Ensino Básico** o cenário é idêntico mas a perda de alunos/as é ainda mais acentuada quando comparados os totais entre topos (2009/10 e 2018/19). Em 10 anos, assiste-se a uma redução 94 alunos/as neste nível de ensino.

Fruto dos resultados anteriores, o **2º ciclo do Ensino Básico** apresenta idêntica tendência, registando-se um decréscimo de 14 alunos/as, no mesmo período (o menor registado em todos os níveis de ensino).

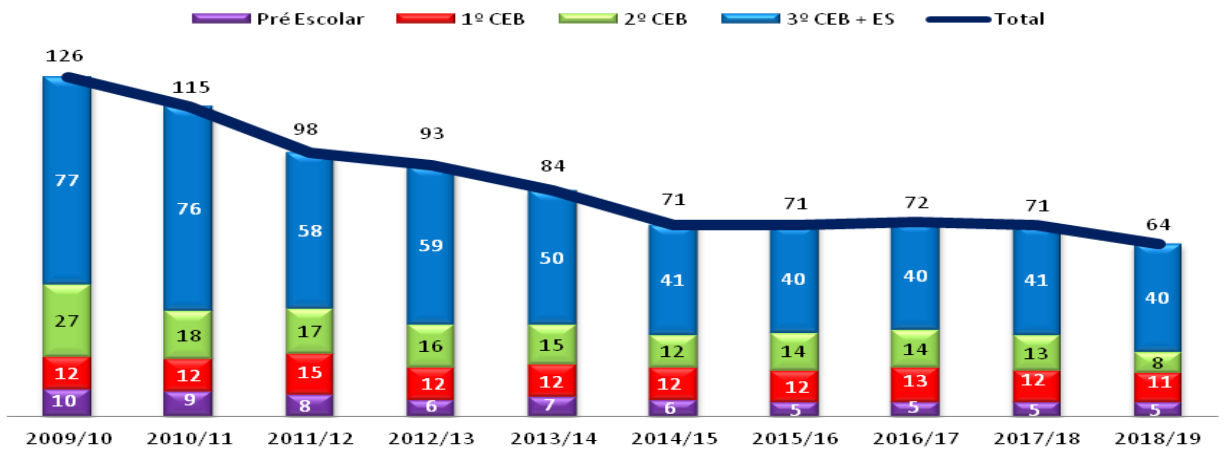
O **3º ciclo** apresenta um comportamento evolutivo semelhante aos anteriores e em 10 anos letivos perde 53 alunos/as.

O **ensino secundário** foi o nível de ensino que mais alunos/as perdeu no período em análise (-108).

5.7 – POPULAÇÃO DOCENTE E NÃO DOCENTE

Através da informação disponibilizada pelo Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, foi possível realizar uma análise transversal sobre a evolução do número de docentes e não docentes, no concelho de Figueiró dos Vinhos, nos últimos 10 anos letivos.

G. 54 - Evolução do Pessoal Docente, 2009/2010 a 2018/2019



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2018

Durante o período em análise temos vindo a assistir a uma diminuição progressiva do número total do pessoal docente. De um total de 126 docentes no ano letivo de 2009/2010, registam-se, 10 anos depois, apenas 64 (pouco mais de metade do registado no período inicial). Esta redução é obviamente explicada pela diminuição do número de alunos/as que frequentavam os vários níveis de ensino, pelo aumento do número de horas letivas aos docentes e redução das horas equiparadas a letivas e também pelo aumento do número de alunos/as por turma, ao nível do Ensino Secundário.

Em termos comparativos, verificamos que a ES/3 é a escola que regista o maior número de docentes, o que é consonante com o facto de assinalar também o número mais elevado de alunos/as, para além de todas as exigências e especificidades curriculares.

Em qualquer ano em análise a Educação Pré-escolar é o nível de ensino onde se verifica o menor número de educadores/as, o que é também justificável pelo facto de assinalar o menor número de alunos/as.

A diminuição do número de professores/as no 1º Ciclo do Ensino Básico foi a que registou a menor variação ao longo dos anos, pese embora o encerramento de 2 escolas (EB1 de Bairradas e EB1 de Aguda em 2010 e 2011, respetivamente).

No 2.º CEB lecionado na EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos, a diminuição do pessoal docente registada no período em análise foi significativa, pese embora algumas variações intercalares. De 27 docentes no exercício de funções em 2009/2010, registam-se apenas 8 no ano letivo 2018/2019.

Relativamente ao pessoal não docente, importa referir que o número de profissionais não docentes inclui o número de auxiliares da ação educativa, assistentes técnicos/as, assistentes operacionais entre outros profissionais.

Durante o período em análise podemos observar no gráfico seguinte (onde estão representados apenas os não docentes contratados pelo ME) que, no total, se têm registado algumas flutuações entre anos, no entanto, a tendência é também de

decréscimo, acompanhando a diminuição do número de alunos/as e de pessoal docente. De um total de 64 não docentes no ano letivo 2009/2010, registam-se no ano letivo 2018/2019, 55.

Em qualquer dos anos em análise, a Escola Secundária é a que apresenta um total de não docentes superior aos restantes estabelecimentos de ensino, dada a dimensão da mesma, seguindo-se a EB José Malhoa[38], as EB e o Pré-Escolar (estas últimas com um número de pessoal não docente bastante reduzido, tendo em conta também o reduzido número de alunos/as).

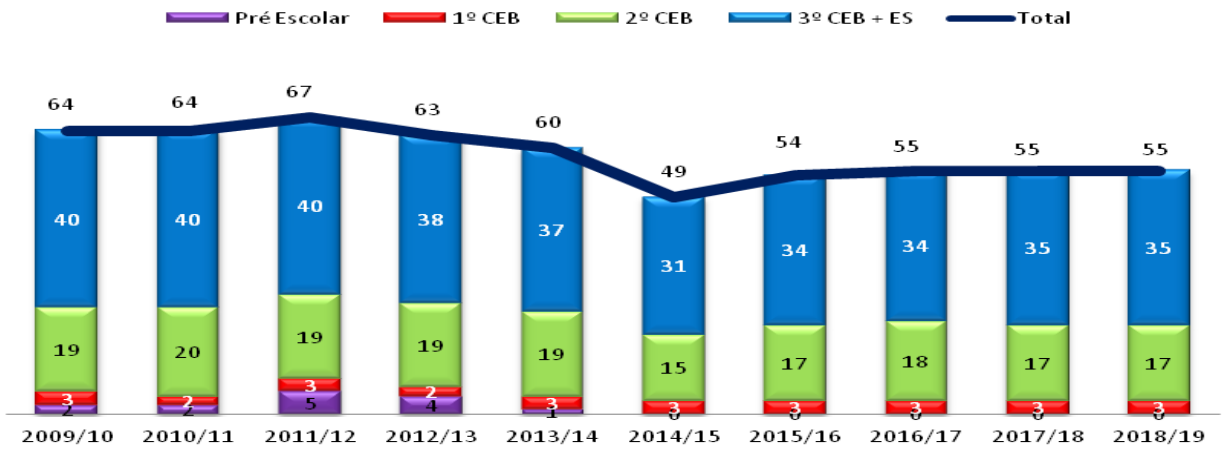
O Agrupamento de Escolas dispõe ainda de uma psicóloga (presente em todos os anos letivos), num total de 20 horas/semanais (desde o ano letivo 2013/2014), o que se revelou claramente insuficiente. Por este motivo foi assegurado aos alunos/as do Agrupamento de Escolas o acompanhamento de outros profissionais da área, proporcionado por parcerias com outras Entidades (CRI da CERCICAPER – Castanheira de Pera, Santa Casa da Misericórdia e Projeto CLDS3G - Agir-Sempre – parceria entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia).

Desde o ano letivo 2017/2018, o Agrupamento de Escolas dispõe de dois psicólogos, num total 70 horas semanais porém, o Agrupamento de Escolas continua a beneficiar do acompanhamento de outros profissionais da área, no âmbito das parcerias com as entidades anteriormente referidas.

Nos anos letivos 2010 a 2013 contou com o apoio de uma terapeuta da fala, para 4 os concelhos. No ano letivo de 2013/2014 deixou de poder contar com este recurso e, presentemente, a terapeuta da fala dispõe apenas de 10h45m para o Agrupamento, tempo este manifestamente insuficiente para suprir as necessidades dos alunos/as.

No ano letivo 2016/2017 e 2017/2018, o Agrupamento de Escolas passou também a contar com o apoio de uma Terapeuta da Fala (a ½ tempo em 2016/2017 e a tempo inteiro a partir de 2017/2018) contratada pela Câmara Municipal, para fazer face às necessidades dos alunos/as e à escassez de horas atribuídas à técnica cedida pela CERCICAPER no âmbito da Intervenção Precoce e que tem assegurado nos últimos anos esta lacuna.

G. 55 - Evolução do pessoal não docente (Min. Educação), 2008/2009 a 2018/2019



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2018

Para além do pessoal docente contratado pelas escolas/ME, a Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições em matéria de educação, assegura também a contratação de pessoal não docente para o pré-escolar e 1.º CEB, num total de 17 colaboradoras distribuídas pelos diversos equipamentos. Este número tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos letivos.

[38] Note-se que a EB José Malhoa integra também o 1º CEB, pelo que o pessoal não docente é comum. O mesmo se passa também nos jardins-de-infância de Almofala de Baixo, Arega e Figueiró dos Vinhos.

A Autarquia disponibiliza ainda o apoio de mais 8 colaboradoras, inseridas através de Contrato Emprego Inserção – CEI, através do IEFP, que se encontram a prestar serviços no ensino pré-escolar e 1.º CEB.

5.8 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Dispõe a Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, que a Educação Pré-escolar enquadra um subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico.

Realiza-se em estabelecimentos próprios designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares onde também é ministrado o Ensino Básico.

O desenvolvimento da Educação Pré-escolar tem-se materializado através da criação de uma rede alargada que integra a rede pública, constituída a partir da iniciativa da administração central e local, e uma rede privada desenvolvida a partir da iniciativa das instituições particulares de solidariedade social, dos estabelecimentos de educação e ensino de natureza particular e/ou cooperativa, e de outras instituições sem fins lucrativos que desenvolvam a sua atividade na área da educação[39].

Com a publicação da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, consagra-se a universalização da Educação Pré-escolar para crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos, implicando ao Estado o dever de garantir a existência de uma rede de Educação Pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas, e o de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuitidade da componente educativa.

O investimento na Educação Pré-escolar torna-se assim imperativo quer para a prevenção do insucesso escolar e da exclusão social, quer para a aquisição das bases necessárias para a prossecução da aprendizagem e para uma boa integração no sistema escolar durante o ensino básico e secundário.

Ao analisar-se a tabela seguinte verificamos que nos 10 anos em análise a variação do número de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar (no regime público e privado) sofreu grandes alterações, apesar da diminuição evidente do número de crianças. Neste período de tempo registou-se uma diminuição de cerca de 52 crianças.

Os jardins-de-infância com maior procura são naturalmente os de Figueiró dos Vinhos (público e privado), pela sua localização na sede concelhia (35 e 33 crianças, respetivamente, no atual ano letivo). O jardim-de-infância público apresenta o maior número de crianças, comparativamente ao jardim-de-infância privado durante o período em análise, porém, ressalve-se que a capacidade de acolhimento do jardim-de-infância público é superior à disponibilizada pelo privado, sendo que este também proporciona o serviço de creche, onde estão atualmente inseridas 31 crianças.

T. 8 - Evolução do N.º Crianças em Jardim-de-Infância (Público e Privado) Idade e Ano letivo 2009/2019

	Idade	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
JI Arega	3	7	13	4	7	5	2	5	2	3	2
	4	4	6	11	13	5	5	1	4	2	3
	5 ou +	1	3	5	10	1	6	4	1	4	2
	Total	12	22	20	20	11	13	10	7	9	7
JI Aguda	3	6	5	4	5	3	2	4	3	0	3
	4	5	2	2	3	4	2	1	4	4	
	5 ou +	2	4	1	2	3	3	2	1	4	3

[39] In Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de junho.

	Total	13	11	7	10	10	7	7	8	8	6
JI Almofala Baixo	3	7	6	3	4	4	1	3	3	3	2
	4	4	5	3	2	3	3	0	2	3	2
	5 ou +	2	3	2	3	2	3	2	0	3	3
	Total	13	14	8	9	9	7	5	5	9	7
JI Figueiró dos Vinhos (público)	3	46	33	20	15	19	9	10	9	10	13
	4	19	30	29	20	15	16	9	12	7	11
	5 ou +	10	13	33	26	20	18	18	15	19	11
	Total	75	76	82	61	54	43	37	36	36	35
JI Figueiró dos Vinhos (privado)	3	6	6	6	12	12	13		11	11	
	4	10	10	11	10	8	9		21	22	
	5 ou +	11	10	10	6	10	12				
	Total	27	26	27	28	30	34	31	32	33	33
Total ano letivoPub. + Priv.		140	149	144	128	114	104	90	88	95	88

Fonte: Agrupamento de Escolas e Santa Casa da Misericórdia, Out./2018

Tomando como referência os dados estatísticos fornecidos pela DGEEC, a Taxa Bruta de Pré-escolarização[40] referente aos anos de 2008/2009 do concelho de Figueiró dos Vinhos era de 113,8%, o que o colocava em destaque comparativamente com o que se verificava em concelhos limítrofes, cujas taxas registadas apresentavam valores inferiores, porém, quer o concelho de Figueiró dos Vinhos quer os concelhos limítrofes, registavam, nesse mesmo ano letivo, taxas superiores à média nacional, regional e sub-regional, no mesmo período.

Dados mais recentes apontam para um decréscimo da Taxa Bruta de Pré-escolarização no concelho, sendo esta, no ano letivo 2016/2017 de 102,4%, valor acima do registado no ano letivo anterior. O registo de uma Taxa Bruta de Pré-escolarização superior a 100% traduz a qualidade dos serviços prestados às crianças e respetivas famílias, tornando-se um fator de atratividade de crianças provindas de outros concelhos, o que poderá constituir-se como um fator potenciador de crescimento e mais-valia para o concelho.

T. 9 - Evolução da Taxa Bruta de Pré-escolarização, 2008/2017

	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Continente	83,2	84,7	87,2	90,9	90,4	89,6	90,8	91	94,5
Centro	92,7	91,4	93,4	97	96,4	96,2	96,5	95,3	97,7
PIN/Região de Leiria	94,7	93,1	93,6	100,8	100,5	95	96,2	96,5	100,9
Alvaiázere	99,3	93,2	94,8	97,9	102,2	100	93,9	79,4	84,3
Ansião	103,3	106,5	103,8	115,4	110	111,9	116,4	122,9	122,5
Castanheira de Pera	106,1	101,6	110,5	105,4	105,8	110,9	101,8	107,3	109,5
Figueiró dos Vinhos	113,8	112,8	104,9	119,4	114,3	106,6	110,9	96,8	102,4
Pedrógão Grande	97,8	109,8	100	109,1	91,3	98,6	108,3	93,4	94,2

Fonte: DGEEC in "Regiões em Números 2016/2017 – Centro, Vol. II – Lisboa, 2018, disponível em http://www.dgeec.mec.pt e INE.

5.9 - ENSINO BÁSICO

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que o Ensino Básico assume a duração de 9 anos e compreende três ciclos de ensino sequenciais, sendo o 1º Ciclo de 4 anos, o 2º Ciclo de 2 anos e o 3º Ciclo de 3 anos. Ingressam no Ensino Básico as crianças que completem 6 anos até ao dia 15 de Setembro.

[40] Taxa Bruta de Escolarização – Relação percentual entre o número de alunos/as matriculados/as num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

A nível local, o Ensino Básico é aquele que reúne maior número de alunos/as matriculados/as. De acordo com a tabela seguinte, no presente ano letivo (2018/2019) encontram-se matriculados/as em Figueiró dos Vinhos 323 alunos/as. Quanto à sua distribuição por nível de ensino, observa-se que 127 alunos/as frequentam o 1º Ciclo, 75 o 2º Ciclo e 116 o 3º Ciclo.

Ao nível da rede escolar, o 1º Ciclo é ministrado em 3 estabelecimentos de ensino, a EB José Malhoa, EB de Almofala de Baixo e EB de Arega. O 2º Ciclo é ministrado nas instalações da EB2 de Figueiró dos Vinhos e o 3º Ciclo nas instalações da Escola Secundária, todas pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos (rede pública de ensino).

A rede escolar concelhia foi alvo de alterações tendo em vista o seu reordenamento, visando a melhoria das condições de aprendizagem. Na sede de concelho procedeu-se à desativação da EB de Figueiró dos Vinhos e foi efetuada a transferência de todos os alunos/as do 1º Ciclo para a Escola Básica José Malhoa (com efeitos a partir do ano letivo 2018/2019), numa lógica de Escola Básica Integrada, uma vez que esta escola já disponibilizava 4 salas para o 1º CEB. Para tal foi necessário proceder-se à reorganização do espaço da mesma, reestruturando e requalificando algumas salas e construindo um novo espaço de funcionamento para a Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos/as com espectro do Autismo, dotando esse espaço com cozinha, instalações sanitárias, rampa de acesso no Piso 0 (bloco A e C) e construção da sala de alunos, acessibilidades e telheiros.

Em termos de apreciação global e no que respeita à evolução do número de alunos/as matriculados/as no Ensino Básico, aferimos uma progressiva diminuição do total de alunos/as inscritos/as no ano letivo de 2009/2010 em comparação com os apurados em 2018/2019.

Tomando como referência os dados disponíveis relativos ao ano letivo 2018/2019, verifica-se que o Ensino Básico perdeu no total, no período em análise, 161 alunos/as. O 1º CEB sofreu uma quebra de 94 alunos/as, o 2º CEB reduziu 14 alunos/as e o 3º CEB teve uma redução de 53 alunos/as.

T. 10 - Alunos/as Matriculados/as por nível de ensino e ano letivo em Figueiró dos Vinhos 2009/2019

	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
1º CEB	221	181	189	168	151	158	163	146	123	127
2º CEB	89	92	95	100	106	87	70	75	88	75
3º CEB	169	161	170	145	141	149	142	138	115	116
Total Ensino Básico	479	434	454	413	398	394	375	359	326	318

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2018

Esta realidade da redução progressiva do número de alunos/as matriculados/as no Ensino Básico não é mais do que o reflexo, já analisado, do envelhecimento populacional, do baixo nível de natalidade e das condições socioeconómicas que não têm favorecido a fixação de famílias, levando à perda de população e à progressiva desertificação humana, como já se referiu.

Analisando as Taxas de Retenção e Desistência disponíveis para os anos letivos 2009/2010 a 2015/2016, podemos constatar na tabela seguinte que o ano letivo de 2010/2011 registou a taxa mais baixa da série,5,1%, estando abaixo dos valores registados na NUT I (7,3%), II (6,5%) e III (8,4%) e demonstrando um decréscimo de 2% relativamente ao ano anterior. No entanto, esta variável voltou a subir nos últimos anos letivos, em especial nos 2º e 3º CEB, apresentando valores consideráveis até ao ano letivo 2013/2014 e decrescendo a partir daí, registando, no ano letivo 2015/2016 6,3% no total, valor acima do registado na NUT III (4,4%), como se comprova pelos dados estatísticos que a seguir se apresentam.

T. 11 - Taxas de Retenção e Desistência por nível de ensino e ano letivo

Ensino Básico	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
PIN/Reg. Leiria	6,9	8,4	10,3	11,0	6,8	4,9	4,4
Alvaiázere	4,2	4,3	8,3	9,7	10,6	3,2	5,7
Ansião	5,8	7,1	7,0	6,9	7,8	5,9	3,9
Castanheira de Pera	3,8	10,8	15,6	8,7	13,6	8,7	17,1
Figueiró dos Vinhos	7,1	5,1	14,0	9,5	10,6	7,4	6,3
Pedrógão Grande	9,8	8,0	5,9	7,8	6,5	8,1	11,7
1º CEB	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
PIN/Reg. Leiria	3,8	3,5	4,8	5,4	3,2	2,8	2,3
Alvaiázere	3,0	2,3	1,5	4,3	3,3	2,2	3
Ansião	2,5	3,5	3,8	1,8	3,6	2,6	4,5
Castanheira de Pera	3,1	7,4	8,2	4,7	6,3	6,3	4,2
Figueiró dos Vinhos	6,8	4,8	5,7	3,0	4,6	5,6	3
Pedrógão Grande	6,5	7,4	7,1	4,2	4	3	2,2
2º CEB	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
PIN/Reg. Leiria	4,6	7,0	9,4	12,5	7,1	5,2	4
Alvaiázere	1,5	3,1	5,1	7,9	1,8	4,3	1,2
Ansião	5,0	7,4	5,7	8,2	9,1	5,3	1,5
Castanheira de Pera	6,2	10,5	18,9	8,7	11,8	3,9	22,9
Figueiró dos Vinhos	6,5	3,2	16,5	14,0	15	8,8	12,5
Pedrógão Grande	5,0	10,1	1,5	9,7	1,4	4,5	8,8
3º CEB	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
PIN/Reg. Leiria	12,8	15,3	17,2	16,4	10,9	7,1	7,2
Alvaiázere	7,8	7,1	17,4	16,0	22,9	3,8	11,3
Ansião	10,6	11,0	11,3	11,6	12	10,1	4,8
Castanheira de Pera	3,1	14,1	22,2	12,6	22,4	15,4	27,2
Figueiró dos Vinhos	7,8	6,6	21,5	14,4	14,2	8,8	7,1
Pedrógão Grande	17,5	7,4	7,1	10,7	13,2	16,3	21,7

Fonte: DGEEC in "Regiões em Números 2016/2017 – Centro, Vol. II – Lisboa, 2018, disponível em http://www.dgeec.mec.pt e INE.

Por outro lado, e no que respeita à evolução da Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Básico, aferimos uma oscilação ao longo dos últimos anos, sendo que no ano letivo 2011/2012 atingiu o pico máximo com 113,2%, valor ainda assim inferior ao registado nas NUT I e II e superior ao da NUT III. No ano letivo 2016/2017 a Taxa Bruta de Escolarização atingiu os 103,6%, valor abaixo do registado nas NUT.

T. 12 - Evolução da Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Básico 2008/2017

	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Continente	127,5	122,4	118,3	112,6	110,1	110,1	109,3	108,8
Centro	126,3	122,3	115,7	110,2	108,5	108,7	108,3	107,9
PIN/Região de Leiria	121,8	117,7	112,4	106,6	106,6	106,6	105,7	106,2
Alvaiázere	107,3	103,4	107,8	103,5	103,8	105,1	103,7	97,6
Ansião	157,4	144,7	136,7	125,2	116,2	119,1	116,5	119,3
Castanheira de Pera	114,4	113,6	106	109	111,4	114,6	113,1	116,6
Figueiró dos Vinhos	100,2	97,7	113,2	99,5	101,7	102	102,6	103,6
Pedrógão Grande	120,3	121,1	100,6	92,5	85,6	86,6	94,3	96,8

Fonte: DGEEC in "Regiões em Números 2016/2017 – Centro, Vol. II – Lisboa, 2018, disponível em http://www.dgeec.mec.pt e INE.

5.10 - ENSINO SECUNDÁRIO

O Ensino Secundário tem a duração de 3 anos (10º, 11º e 12º ano) e organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos ou para a vida ativa, garantindo-se a permeabilidade entre ambos os tipos de curso.

Podem frequentar este nível de ensino todos os alunos/as que completarem, com aproveitamento, o Ensino Básico, sendo que a sua conclusão com aproveitamento confere direito à atribuição de um diploma que certificará a formação adquirida e, no caso dos cursos predominantemente orientados para a vida ativa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de atividades profissionais determinadas.

O Ensino Secundário concelhio é ministrado na Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos que, em termos de oferta formativa tem disponibilizado cursos nas áreas de Ciências e Tecnologia, Ciências Socioeconómicas e de Línguas e Humanidades, essencialmente vocacionados para o prosseguimento dos estudos.

No ano letivo de 2018/2019, encontram-se matriculados no Ensino Secundário 134 alunos/as. Em termos evolutivos, e tendo como base o ano letivo de 2009/2010, observamos alguma oscilação do número de alunos/as neste nível de ensino, denotando-se, no entanto, uma tendência de decréscimo acentuado (nos últimos 10 anos letivos perderam-se 108 alunos/as neste nível de ensino).

T. 13 - Alunos/as Matriculados no Ensino Secundário por ano letivo em Figueiró dos Vinhos

	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Ens. Secundário	242	241	191	179	180	175	167	130	146	134

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2017

A taxa concelhia de retenção e desistência no Ensino Secundário atingiu os 13,3% no ano letivo de 2015/2016, situando-se abaixo do valor registado a nível nacional de 15,5% e registando uma clara diminuição de –6,8% desde o ano letivo de 2009/2010.

T. 14 - Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário por Ano Letivo em Figueiró dos Vinhos

Ensino Secundário	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Continente	18,9	20,5	19,7	18,8	18,2	16,4	15,5
Centro	17,9	19,4	18,9	17,8	17,4	15,3	14
PIN/Reg. Leiria	19,4	18,8	18,8	18,0	17,7	14,8	14
Alvaiázere	21,8	15,7	22,5	16,7	12,6	7,9	17,3
Ansião	14,6	15,2	12,4	11,2	16,7	9,9	9,1
Castanheira de Pera	-	-	-	-	-	-	-
Figueiró dos Vinhos	20,1	21,9	12,8	12,9	10,6	11,9	13,3
Pedrógão Grande	21,6	18,1	19,1	30,6	25,3	10,6	15,9

Fonte: DGEEC in "Regiões em Números 2016/2017 – Centro, Vol. II – Lisboa, 2018, disponível em http://www.dgeec.mec.pt e INE.

Neste domínio, e apesar de nos últimos anos averiguarmos uma evolução positiva no âmbito da redução das Taxas de Retenção e Desistência no Ensino Secundário e, em certa medida, no Ensino Básico, os dados colhidos remetem-nos para a necessidade de continuar a apostar numa estratégia local de combate ao insucesso escolar que incida, particularmente, no 3º CEB e no Ensino Secundário.

Por sua vez, a Taxa Bruta de Escolarização do ensino secundário fixou-se no ano letivo de 2016/2017 em 95,8%, o que significa uma redução de 52,8% em relação ao ano letivo de 2009/2010 e anos subsequentes, onde a Taxa Bruta de Escolarização do ensino secundário foi sempre superior a 100%, demonstrando a capacidade de atração de alunos/as provenientes de concelhos limítrofes. Este facto traduz-se numa progressiva e preocupante perda de alunos/as deste nível de ensino no concelho.

Em 2016/2017 Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere são os concelhos que apresentam a Taxa Bruta de Escolarização no ensino secundário mais baixas, inferiores também à média nacional e regional.

T. 15 - TAXA BRUTA ESCOLARIZAÇÃO ENSINO SECUNDÁRIO 2008/2017

	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Continente	148,4	136,3	126,1	122	116,9	118	115	119
Centro	150,9	133,4	125	118,8	114,2	115,2	112,7	116,4
PIN/Região de Leiria	141,1	116,4	106,6	101,4	110,3	111,1	110,1	114,4
Alvaiázere	79,7	68,6	47,4	62	78,3	97,9	70,9	76,1
Ansião	190,7	180,7	141,5	137,6	132,6	137,3	137,8	170,4
Castanheira de Pera	-	-	-	-	-	-	-	
Figueiró dos Vinhos	**148,6**	**160,1**	**134,2**	**109,8**	**127,5**	**143,8**	**138,5**	**95,8**
Pedrógão Grande	225,2	232,8	235	219,4	187,9	172,2	191,3	168,5

Fonte: DGEEC in "Regiões em Números 2016/2017 – Centro, Vol. II – Lisboa, 2018, disponível em http://www.dgeec.mec.pt e INE.

5.11 - ENSINO PROFISSIONAL

Os cursos de Ensino Profissional constituem uma realidade recente, com duas décadas de existência. Considerado por alguns setores da sociedade como um "ensino de segunda" na oferta formativa do ensino secundário, o certo é que, paulatinamente, vêm construindo caminhos de sucesso e transformaram-se num caminho inevitável na vida de milhares de jovens. Hoje, as forças vivas da sociedade, a exemplo do que se passa já há longos anos nos países nórdicos, veem nesta modalidade de ensino uma aposta de futuro, perspetivando-se uma margem larga de crescimento.

Atualmente, para além do ensino regular, os jovens podem frequentar os Cursos Profissionais, os Cursos de Educação e Formação, Cursos de Aprendizagem, Cursos de Ensino Artístico especializado e Cursos de Especialização Tecnológica.

Os Cursos Profissionais são uma modalidade de educação de nível secundário que privilegiam uma maior articulação entre a teoria e prática e permitem corresponder de uma forma mais adequada, às expectativas e interesses de muitos jovens, promovendo uma estreita relação com o mundo do trabalho. Conferem diploma de equivalência ao Ensino Secundário, "(…)*permitindo o prosseguimento de estudos/formação num curso de especialização tecnológica pós-secundário ou o acesso ao Ensino Superior, mediante o cumprimento de requisitos previstos no regulamento de acesso a este grau de ensino. Os cursos profissionais proporcionam ainda uma certificação profissional, conferindo o nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações"*, que permite e facilita a entrada no mercado de trabalho com uma formação adequada, para aqueles que o desejem, após a conclusão do 12º ano.

Já os Cursos de Educação e Formação são *"(…) percursos formativos e são uma oportunidade para se concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos interesses dos jovens, ou para prosseguir estudos ou formação que permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho*.". Destinam-se preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, *com habilitações escolares inferiores ao 2.º e 3.º ciclos ou ensino secundário ou o ensino secundário já concluído, que não possuam uma certificação profissional ou que tenham interesse na obtenção de uma certificação profissional de nível superior"*, para o ingresso no mercado de trabalho.

No concelho, esta tipologia de cursos é ministrada na Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos desde o ano letivo de 2005/2006, dando equivalência ao Ensino Secundário.

Atualmente, na ES/3 de Figueiró dos Vinhos deixaram de existir cursos financiados para adultos, contudo no ensino regular tem existido pelo menos uma turma por ano, para o 10.º, 11.º e 12.º ano.

Nos últimos anos e analisando os dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas, podemos confirmar que a preferência dos Cursos Tecnológicos e Profissionais ao nível do Ensino Secundário, tem vindo a decair.

A Escola Secundária, no ano letivo de 2017/2018, ministrou o terceiro ano do curso profissional de Técnico de Instalações Elétricas e de Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho com 6 e 8 alunos/as respetivamente, e ainda, o primeiro ano do curso de Técnico de Deporto com 20 e o de Técnico de Apoio à Família e Apoio à Comunidade com 9. No ano letivo de 2018/2019 ministra o segundo ano do curso de Técnico de Desporto e o de Técnico de Apoio à Família e Apoio à Comunidade com 14 alunos/as e 9 alunos/as respetivamente, correspondendo a 17% dos alunos/as inscritos/as no Ensino Secundário, a segunda menor percentagem de alunos/as em cursos técnico-profissionais registada nos anos em análise.

Presume-se também que a nível concelhio, muitos jovens optam por frequentar Escolas Profissionais instaladas em concelhos limítrofes, com oferta diferenciada.

A recente intenção de implementação de uma Escola Profissional no concelho poderá contribuir para uma maior oferta educativa aos jovens do concelho e para a atração de outros jovens provenientes de outros concelhos e, quem sabe, para a sua fixação no concelho e dinamização do tecido económico e social.

T. 16 - Alunos/as Matriculados/as em percursos alternativos de Formação 2009/19

Ano Letivo	Cursos Tecnológicos e/ou Profissionais				Total	% do total
	10º ano	11º ano	12º ano	EFA		
2009/2010	29	22	9	7	**67**	28
2010/2011	35	20	21	5	**81**	34
2011/2012	0	15	17	5	**37**	19
2012/2013	27	0	12	0	**39**	22
2013/2014	31	20	0	0	**51**	28
2014/2015	0	27	19	0	**46**	26
2015/2016	15	0	24	0	**39**	23
2016/2017	0	14	0	0	**14**	11
2017/2018	29	0	14	0	**43**	29
2018/2019	0	23	0	0	**23**	17

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

5.12 - ENSINO SUPERIOR

Pese embora a desatualização dos dados estatísticos relativos ao Ensino Superior, a aposta neste nível de ensino é bem patente na tabela que a seguir se apresenta. Da comparação intercensitária apresentada (2001-2011) podemos observar um aumento generalizado na aposta deste tipo de ensino em todas as NUT e concelhos apresentados, onde se verifica uma evolução para o dobro ou quase dos/as detentores/as de Ensino Superior[41] completo.

T. 17 - População Residente Ensino Superior Completo, por local de Residência, aos Censos 2001 e 2011

	Curso de ensino superior completo 2001			Curso de ensino superior completo 2011		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	674094	283117	390977	1245744	491071	754673
Continente	652510	275214	377296	1199428	474632	724796
Centro	124236	49086	75150	243639	91244	152395
Pinhal Interior Norte	3868	1405	2463	8267	2877	5390
Alvaiázere	192	70	122	401	149	252
Ansião	349	126	223	816	273	543
Castanheira de Pera	73	22	51	146	51	95
Figueiró dos Vinhos	**203**	**60**	**143**	**365**	**110**	**255**
Pedrógão Grande	92	41	51	189	78	111

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011 (adaptado)

[41] Nestes dados estão incluídos os bacharelatos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

De facto, no concelho de Figueiró dos Vinhos, assistiu-se, no período em análise, a uma quase duplicação da população residente com ensino superior completo neste período.

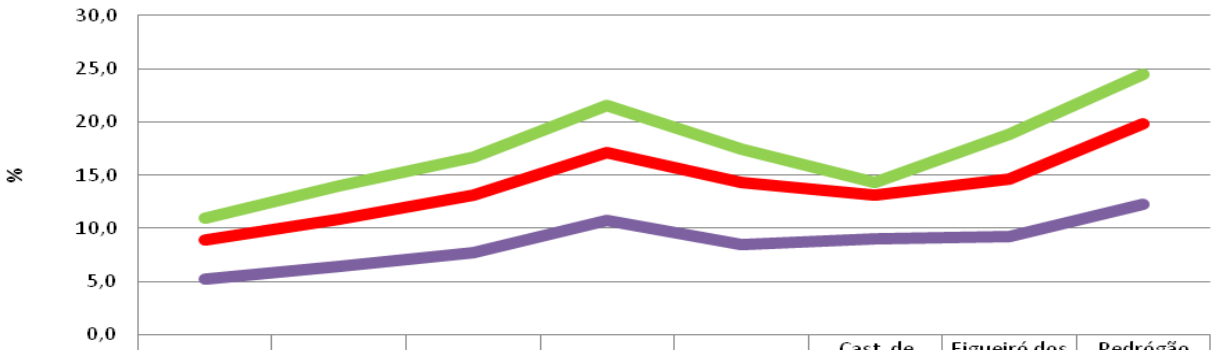
Refira-se ainda que, pela análise dos dados apresentados, se verifica uma predominância de mulheres com este nível de ensino. Esta tendência é também transversal a todas as NUT e concelhos apresentados, contrariando a tendência do analfabetismo predominantemente feminino, que adiante desenvolveremos.

5.13 – ANALFABETISMO

Os últimos dados publicados pelo INE relativos à Taxa de Analfabetismo da população portuguesa em 2011, apontam para a existência de cerca de 500 mil portugueses com 10 ou mais anos, que não sabem ler nem escrever.

O gráfico que seguidamente se apresenta, compreende os valores referentes à Taxa de Analfabetismo, aferidos aos censos de 1991, 2001 e 2011.

G. 56 - Evolução da Taxa de Analfabetismo 1991, 2001 e 2011



	Cont.	Centro	PIN	Alvaiaz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
1991	10,9	14,0	16,7	21,5	17,5	14,4	18,8	24,4
2001	8,9	10,9	13,1	17,1	14,4	13,1	14,6	19,9
2011	5,2	6,4	7,7	10,8	8,5	9,0	9,2	12,3

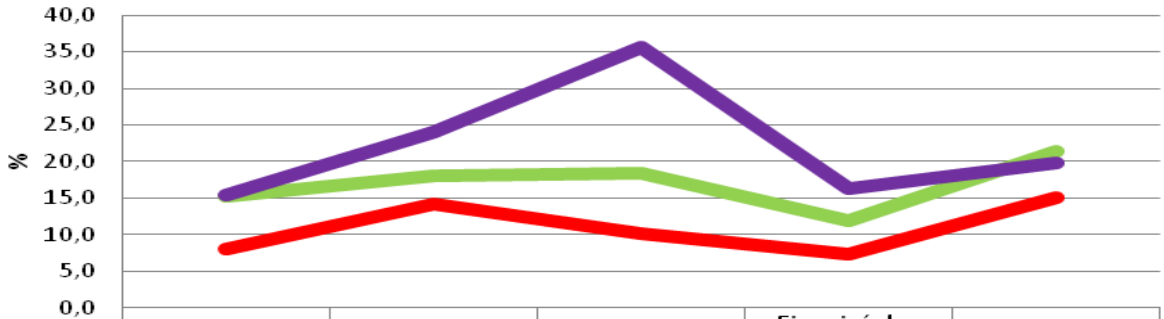
Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011

Como se pode observar, apesar de termos assistido a um decréscimo significativo no que diz respeito à Taxa de Analfabetismo, que se verifica ser transversal em todas as áreas geográficas aqui mencionadas, verdade é também que os níveis apresentados em 2011 eram ainda significativos, ainda mais se diminuindo a escala de análise. Num território que apresenta características marcadamente rurais, as condições de acesso à escolarização sempre se revelaram difíceis e a educação nem sempre teve um valor superlativo.

O concelho de Figueiró dos Vinhos apresentava uma Taxa de Analfabetismo, em 2011 de 9,2%, superior aos valores apresentados para a NUT I (5,2%), NUT II (6,4%) e NUT III (7,7%) respetivamente. Este valor, embora ainda se revele elevado, regista um importante decréscimo quando comparado com o valor de 14,6% registado em 2001. Quanto aos restantes concelhos, Pedrógão Grande e Alvaiázere, registaram taxas de analfabetismo superiores às do concelho de Figueiró dos Vinhos (12,3% e 10,8%, respetivamente).

Efetuando uma análise da Taxa de Analfabetismo por freguesia, verificou-se um decréscimo ainda mais elevado nos períodos em análise, porém, o valor das taxas era ainda, na maioria das freguesias, superior à média registada no concelho (com exceção da freguesia de Aguda e Figueiró dos Vinhos). A freguesia de Campelo, a mais envelhecida no concelho, era a que apresentava a Taxa de Analfabetismo mais elevada em 1991 (35,6%) mas foi também a que mais recuperou, registando em 2011, 10,2%.

G. 57 - Evolução da Taxa de Analfabetismo, por Freguesia, 1991, 2001 e 2011

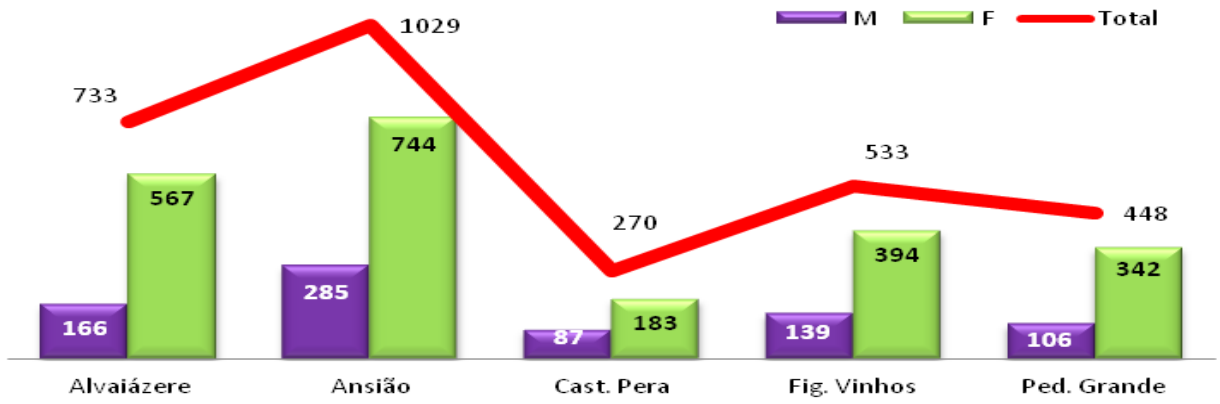


	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	8,1	14,1	10,2	7,4	15,1
2001	15,2	18,0	18,5	11,9	21,4
1991	15,4	24,1	35,6	16,3	19,8

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

Relativamente à população analfabeta com 10 ou mais anos por género, verifica-se que as mulheres eram as mais penalizadas. Em Figueiró dos Vinhos, à data dos Censos de 2011, dos 533 indivíduos analfabetos (8,64% da população total), 394 eram mulheres (o equivalente a 74%). Esta tendência era transversal a todos os concelhos do norte do distrito de Leiria, ainda com maior relevância nos concelhos de Ansião e Alvaiázere.

G. 58 - População residente analfabeta com 10 ou + anos, por género, 2011



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

A iminência de novos Censos à População (2021), trará com certeza dados acrescidos de análise, neste e esperemos que noutros parâmetros, onde prevemos o registo de melhorias significativas.

5.14 - ABANDONO ESCOLAR

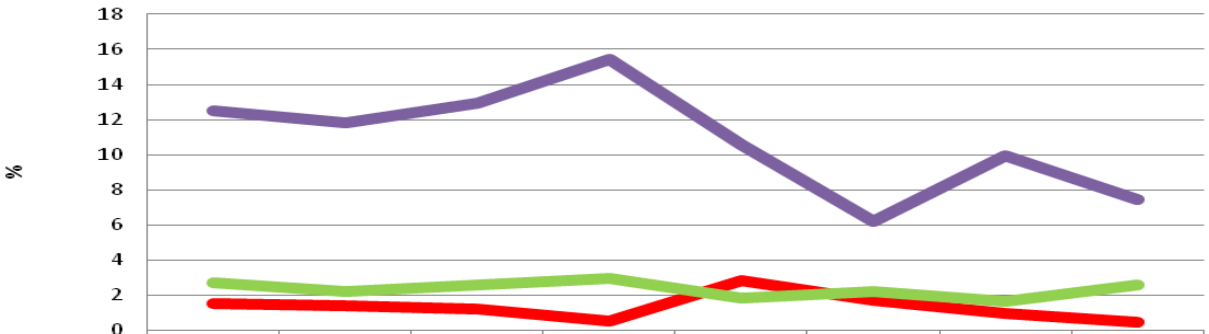
O abandono escolar precoce é um fenómeno complexo para o qual contribuem múltiplos fatores, que tornam difícil a sua compreensão, recorrendo apenas a um modelo explicativo simples. Na opinião de Luís Capucha, num estudo desenvolvido sobre esta questão, é-nos possível identificar, a partir das teorias correntes sobre estas problemáticas relativas ao sucesso e insucesso escolar, quatro conjuntos articulados de variáveis que permitem a reconstrução de situações-tipo do abandono escolar precoce, nomeadamente: o conjunto dos fatores e dinâmicas associadas ao desajustamento entre a linguagem tradicional da escola e o capital cultural das famílias e dos alunos/as; o conjunto dos fatores e dinâmicas associadas à articulação entre os alunos/as e suas

famílias, a escola e o mercado de trabalho; o conjunto de fatores específicos do funcionamento do sistema de educação e formação e o conjunto de fatores e dinâmicas associadas à relação entre os agentes educativos-formativos e comunidades, grupos ou pessoas particularmente problemáticos.

Como podemos observar no gráfico seguinte, em termos da Taxa de Abandono Escolar e segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo INE (Censos 2011) para o concelho de Figueiró dos Vinhos, esta fixava-se, em 2011, em 1%, valor ligeiramente inferior ao verificado na NUT II e III (de 1,4% e 1,2%, respetivamente) e também inferior à média nacional de 1,5%.

Fazendo uma leitura mais atenta dos dados e efetuando uma comparação com os Censos anteriores, nomeadamente os de 1991, verifica-se um decréscimo bastante significativo na Taxa de Abandono Escolar, onde sobressaem os valores apresentados para as NUT I, II e III e para os concelhos de Alvaiázere e Ansião que, de taxas superiores a 10% em 1991, apresentaram nos últimos Censos valores entre os 0,5% e os 2,8%. Relativamente aos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, refira-se que já em 1991, apresentavam valores bastante inferiores à media nacional da altura.

G. 59 - Taxa de Abandono Escolar por local de residência, 1991, 2001 e 2011

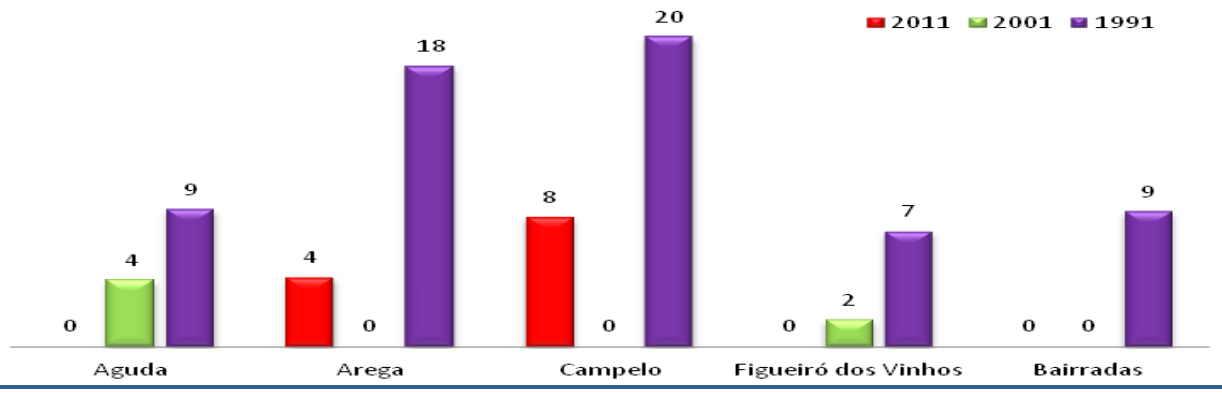


	Cont.	Centro	PIN	Alvaiáz.	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	1,5	1,4	1,2	0,5	2,8	1,7	1,0	0,5
2001	2,7	2,2	2,6	3,0	1,9	2,2	1,7	2,6
1991	12,5	11,8	13,0	15,4	10,6	6,2	9,9	7,5

Fonte: INE – Censos 1991, 2001 e 2011.

Efetuando uma análise do abandono escolar por freguesia verificamos que, contrariamente ao observado em 1991, onde todas as freguesias apresentavam abandono escolar e nalgumas com expressividade (Campelo 20% e Arega 18%), em 2001 assistia-se já a uma redução significativa da taxa de abandono circunscrevendo-se esta apenas às freguesias de Aguda (4,3%) e Figueiró dos Vinhos (1,7%). Em 2011 o cenário voltaria a alterar-se. Campelo apresentava uma taxa de abandono de 8,3% e Arega de 4,4%.

G. 60 - Taxa de Abandono Escolar por freguesia, 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE – Censos 1991, 2001 e 2011.

Os dados estatísticos, ainda que desatualizados, demonstram de forma clara o resultado dos esforços institucionais desenvolvidos nos últimos anos, para a qual pode também ter contribuído a medida de alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos ou à conclusão do Ensino Secundário, preconizado pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. Esta medida tenciona contrariar a desvantagem estrutural portuguesa relativa às qualificações da população, que constituem uma clara desvantagem para o país. Considera-se que o cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural e que, como tal, é necessário assegurar que todos os cidadãos até aos 18 anos devem receber uma educação e formação de qualidade.

5.15 - NECESSIDADES EDUCATIVAS

Sendo a Educação um direito de todos, cabe à escola proporcionar uma educação inclusiva e ser um espaço promotor da igualdade na diferença.

O recente Decreto-lei n.º54/2018, de 6 de julho, veio revogar o Decreto-lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, e, no seu artigo 1.º "(…) *estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos/as, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa."*

O novo Decreto-lei "(…)*identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação*", e tem como princípios orientadores da educação inclusiva no artigo 3.º, a educabilidade universal; a equidade; a inclusão; a personalização; a gestão flexível do currículo; a autodeterminação; o envolvimento parental e a interferência mínima ao nível da intervenção técnica.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são: as medidas universais que "(…)*correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos/as com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens*"; as medidas seletivas que "(…)*visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais"* e as medidas adicionais que "(…)*visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão."*

São consideradas medidas universais, entre outras: a diferenciação pedagógica; as acomodações curriculares; o enriquecimento curricular; a promoção do comportamento pró-social e a intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

Entre as medidas seletivas constam: os percursos curriculares diferenciados; as adaptações curriculares não significativas; o apoio psicopedagógico; a antecipação e o reforço das aprendizagens e o apoio tutorial. Integram as medidas adicionais: a frequência do ano de escolaridade por disciplinas; as adaptações curriculares significativas; o plano individual de transição; o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

No que respeita à intervenção dos docentes do AEFV para com os alunos/as com necessidades educativas, esta assenta em estratégias de diferenciação pedagógica e numa intervenção especializada através do acompanhamento das crianças/jovens por parte de profissionais do ensino, de forma a dotá-los/las de competências fundamentais para a sua autonomia pessoal e social com o desígnio da inclusão. Em bom rigor, a intervenção dos docentes de educação especial abrange as diferentes escolas do concelho que integram alunos/as com necessidades educativas. Para além dos referidos docentes, os/as técnicos/as especializados/as e os/as assistentes operacionais, preferencialmente com formação específica funcionam também como recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão.

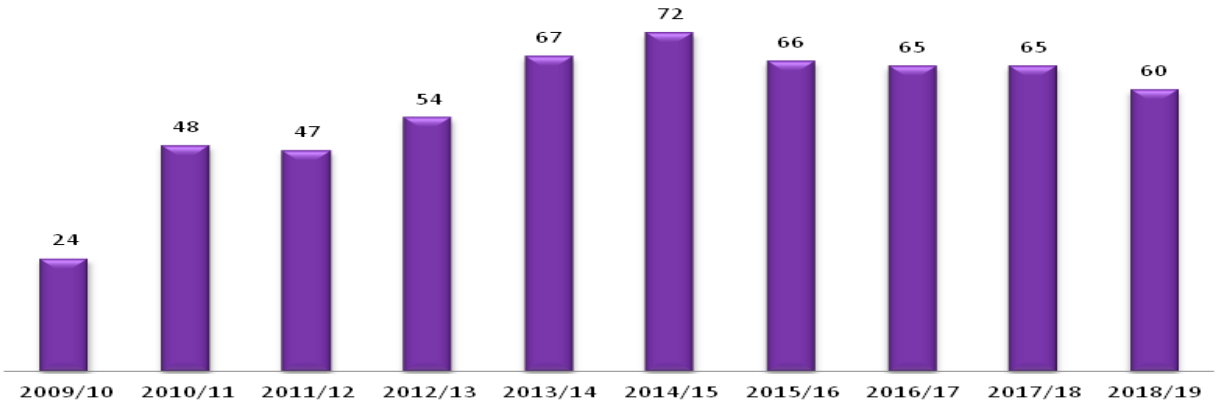
Como uma resposta educativa específica que visava sobretudo, melhorar a qualidade de vida das crianças/jovens com Perturbações do Espectro do Autismo, foi ministrado na EB José Malhoa e na Escola Secundária o ensino estruturado em "UEEA - Unidade de Ensino Estruturado para alunos/as com Autismo- sala TEACCH[42]", sendo que esta última UEEA apenas funcionou no ano letivo de 2017/2018. Ambas as UEEA dispunham de recursos humanos, equipamentos e de algum material didático e pedagógico, essenciais para facilitar um ensino de qualidade, constituindo-se, assim, num recurso pedagógico de excelência de qualquer escola que se assuma como inclusiva.

No ano letivo de 2018/2019, o AEFV deixa de ter as UEEA e, de acordo com preconizado no novo Decreto-lei, passa a possuir como recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, uma Equipa Multidisciplinar e o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), "(…)*funcionando este centro como uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola."*

Este Centro de Apoio à Aprendizagem em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, tem como objetivos gerais de acordo com o artigo 13.º: apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo; promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar; promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

O gráfico seguinte remete-nos para a evolução dos alunos/as com necessidades educativas do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, desde 2009/2010 até à atualidade.

G. 61 - N.º DE ALUNOS/AS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS – NE[43] – 2009/10 A 2018/19



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2018

Apesar de podermos considerar a existência de algum enviesamento dos dados, nomeadamente dos anos letivos onde não foram contabilizados o número de alunos/as com NE em todos os níveis de ensino, é uma realidade o aumento do número de sinalizações, mais notória a partir do ano letivo 2009/2010 até ao ano letivo 2014/2015, o que tem exigido um esforço acrescido por parte das escolas, tendo em conta a cada vez maior dificuldade em contratar pessoal qualificado nestas áreas. No ano letivo 2014/2015, encontravam-se sinalizados com NE 72 alunos/as, cerca de 11,2% do total de alunos/as inscritos/as, acrescendo-se a um decréscimo a partir daí até ano letivo 2018/2019, em que se encontram identificados 60 alunos/as, que têm como resposta educativa medidas universais e seletivas e alguns, ainda, medidas adicionais.

[42] O Modelo TEACCH (tratamento e Educação para Autista e Crianças com Deficiências relacionadas com a Comunicação), foi criado em 1966 pelo professor norte-americano Eric Schopler e sua equipa. Este modelo surgiu com o propósito de promover respostas eficazes de aprendizagem de crianças com autismo, apelando assim a uma intervenção específica, caraterizada por uma adequação do ambiente, no sentido de reduzir a ansiedade e, deste modo, potenciar aprendizagens. Uma sala TEACCH está organizada de modo a aumentar o trabalho independente da criança e, ao mesmo tempo, fornecer padrões de referência que serão garantidos pela estruturação da sala de aula. Para esta estruturação é bastante utilizado o recurso à imagem e a estímulos visuais. In http://conheceroautismo.blogspot.pt/2009/01/ensino-estruturado.html.

[43] Dec.-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e Dec.-Lei nº 54/2018, de 6 de julho – medidas seletivas e adicionais.

São vários os fatores que podem contribuir para a justificação de um número significativo de alunos/as com NE, no entanto, salientamos os seguintes: baixas condições socioeconómicas e culturais das famílias; turmas com número "excessivo" de alunos/as com necessidades educativas em contexto de sala de aula, que nem sempre permitem implementar práticas de prevenção antecipadas e de apoio mais individualizado. Também, o reduzido número de docentes do ensino regular e do crédito horário atribuído ao Agrupamento impossibilitam a implementação extra aula de apoios individualizados e a criação de processos de diferenciação curricular que permitam atender, de forma adequada a toda a diversidade existente de alunos/as com estilos de aprendizagem diferentes.

De acordo com o Dec Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, "(…) *as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno/a e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória."*

Partindo do pressuposto que estas medidas são "(…) *desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos/as."* e tendo em conta, a demanda de uma resposta às necessidades de cada criança ou aluno", constata-se que, em 2018/2019 e de acordo com o antigo Decreto Lei nº 3 de 2008, de 7 de janeiro, 60 alunos/as estavam abrangidos por este decreto. Todavia, e em conformidade com o novo Decreto Lei nº 54/2018, de 6 de julho, estes alunos têm como resposta educativa medidas universais e seletivas, sendo que, 10 têm medidas adicionais, mais concretamente adaptações curriculares significativas, dois alunos/as no 1º ciclo, dois no 2º ciclo, dois no 3º ciclo e quatro no secundário.

Todos os alunos/as, à exceção dos 10 que usufruem das medidas adicionais (adaptações curriculares significativas), seguem o Currículo Comum, igual a todos os outros alunos/as da turma, sendo-lhes apenas aplicadas as medidas definidas no âmbito da sua integração na Educação Inclusiva. Aos alunos/as com adaptações curriculares significativas, é garantida, no centro de apoio à aprendizagem, uma resposta que complemente o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à sua inclusão.

5.16 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Para que a escola possa preparar os cidadãos para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, é desde logo necessária uma visão modernizadora aliada a objetivos e linhas orientadoras claras no que às tecnologias de informação diz respeito. Por outro lado, em termos tecnológicos, há um esforço significativo de dotação a fazer, através da renovação/aquisição de todo um conjunto de equipamentos e de acesso à Internet de banda larga, que possam garantir o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação, colmatando as deficiências dos estabelecimentos de ensino menos apetrechados.

No que aos alunos/as e professores/as diz respeito, é importante continuar a apostar na formação em tecnologia, antecipando no tempo o contacto dos alunos/as com as ferramentas básicas TIC e assegurando que a utilização das TIC não está confinada a disciplinas específicas, mas que faz parte do dia-a-dia da escola e do método de aprendizagem de todas as disciplinas.

A inclusão das TIC nas escolas, tem tido também um importante papel na redução das desigualdades de acesso às novas tecnologias, assumindo-se cada vez mais como um pilar da inclusão digital dos alunos/as e da difusão das TIC junto das famílias.

No que respeita aos principais indicadores de modernização tecnológica (número de alunos/as por computador e número de alunos/as por computador com ligação à internet), apresentamos na tabela seguinte a evolução registada no concelho nos últimos 7 anos letivos, de acordo com os dados estatísticos mais recentes disponibilizados pela DGEEC.

Com efeito, e em relação ao número de alunos/as por computador, observamos nos últimos 7 anos um acréscimo destes, ainda que residual e virtual, tendo em conta que não nos parece ter havido um aumento efetivo do número de alunos/as por computador (a população escolar até tem diminuído), mas sim uma diminuição do número de equipamentos devido à sua degradação fruto da utilização. Pese embora o acréscimo residual registado, em termos globais assistimos a uma disponibilização de 1 computador por cada 2 alunos/as, (exceto no 1º ciclo onde o rácio é de 1 computador para 3 alunos/as).

Relativamente ao número de alunos/as por computador com internet, o cenário é idêntico.

T. 18 - Evolução do Rácio Aluno/Computador, com e sem Internet, por ano letivo

	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Rácio aluno/computador	**1,3**	**1,2**	**1,4**	**1,8**	**1,9**	**1,8**	**1,9**
1º CEB	1,1	1	3,3	2,3	3	2,4	2,7
2º CEB	0,8	0,7	0,7	1,4	1,7	1,3	1,5
3º CEB	1,6	1,6	1,5	1,7	1,6	1,7	1,7
Ensino Secundário	1,7	1,7	1,4	1,7	1,6	1,7	1,7
Rácio Aluno/comp. Intern.	**1,4**	**1,3**	**1,6**	**2,3**	**2,3**	**2,1**	**2,1**
1º CEB	1,1	1	3,4	3,2	4,1	2,8	3,1
2º CEB	1	0,8	0,8	2,1	2,8	1,7	1,7
3º CEB	1,9	1,8	1,6	2,1	1,9	1,9	1,9
Ensino Secundário	1,8	1,8	1,6	2,1	1,9	1,9	1,8

Fonte: DGEEC in "Regiões em Números 2016/2017 – Centro, Vol. II – Lisboa, 2018, disponível em http://www.dgeec.mec.pt e INE.

Atendendo a que a aposta cada vez mais forte nas TIC nos processos de ensino e de aprendizagem e nos sistemas de gestão da escola é condição essencial para a construção da escola do futuro e para o sucesso escolar das novas gerações de Portugueses, foi recentemente efetuada e aprovada uma candidatura cuja implementação decorreu no ano letivo 2016/2017, procedendo-se à aquisição de equipamento informático, englobado na tipologia de TIC, possibilitando-se assim a realização de um ensino de qualidade e a aplicação de novas metodologias de trabalho.

O equipamento adquirido por sala (1 computador, monitor, software básico, impressora multifunções, quadro interativo e videoprojetor) destina-se à aplicação das metodologias de ensino e estão enquadrados nos objetivos pedagógicos e educacionais na medida em que seria inviável a aplicação de metodologias de ensino que tivessem por base a utilização de quadros interativos, simples projetores ou tablets com informação partilhada, se a sala de aula não dispusesse de um equipamento informático mínimo para utilização.

Assim, já durante o ano letivo 2017/2018, viria a ser adquirido material informático diverso que equipou a quase totalidade dos estabelecimentos de ensino do concelho, sendo que a sua inexistência inviabilizava a utilização de recursos fundamentais num ensino que se pretende moderno e de qualidade, vocacionado para uma nova realidade em que as TIC são a pedra basilar de toda a sociedade, com especial enfoque no ensino e na formação.

5.17 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

As medidas de combate à exclusão social e ao abandono escolar e de promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao sucesso escolar são da responsabilidade dos municípios e do Ministério da Educação, abrangendo todos os níveis de ensino.

Estas medidas compreendem a atribuição de benefícios em espécie ou de ordem pecuniária onde se inserem, entre outros, o apoio alimentar, transporte, alojamento e a atribuição de subsídios de auxílio económico.

A Câmara Municipal tem vindo a implementar nos últimos anos o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e 1º CEB ao nível da Componente de Apoio à Família – CAF, que tem como fundamento a prestação de serviços vocacionados para o atendimento à criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família: serviço de refeições escolares e serviço de complemento de horário.

O Despacho Conjunto n.º 300/97, de 4 de Setembro define as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de Educação Pré-escolar. Apenas as refeições são comparticipadas, em parte, pelas próprias famílias em função do escalão.

Acresce referir que todas famílias beneficiam de apoios económicos por parte da Câmara Municipal, não pagando na totalidade o valor proposto para a componente socioeducativa de apoio à família.

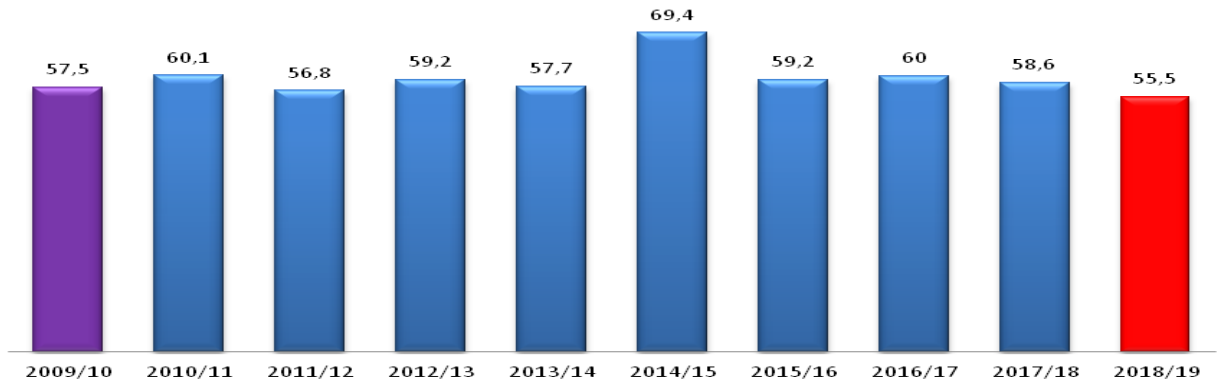
Ademais, a Câmara Municipal assegura gratuitamente a cobertura, em todo o concelho, da rede de transportes escolares e assegura o funcionamento, em parceria com o Agrupamento de Escolas, das Atividades de Enriquecimento Curricular.

A ação social escolar desenvolvida de acordo com Artigo 30º da Lei de Bases do Sistema Educativo – Decreto-lei nº 49/2005, de 30 de agosto, é concretizada através da aplicação de critérios de discriminação positiva, que têm como objetivo a compensação social e educativa dos alunos/as economicamente mais carenciados/as. "(…)*O acesso aos benefícios decorrentes dos apoios no âmbito da ação social escolar são determinados em função da situação dos alunos/as ou dos seus agregados familiares e em particular da respetiva condição socioeconómica que se traduz pelo respetivo posicionamento num determinado escalão de rendimentos e no correspondente escalão de apoio. Aos diferentes escalões de apoio correspondem o acesso a diferentes benefícios, diferentes níveis de benefício ou ainda diferentes graus de comparticipação pelos benefícios recebidos*".

Assim sendo, aos alunos/as é atribuído um escalão da Ação Social Escolar (A,B ou C), de acordo com a regulamentação da aplicação das medidas de ação social escolar, preconizada pelo Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho.

A tabela seguinte demonstra a evolução da percentagem de alunos/as subsidiados/as, nos últimos 10 anos letivos.

G. 62 - Evolução do n.º de alunos/as subsidiados/as (% do total), 2009/10 a 2018/19



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2018.

Pese embora o maior rigor nos critérios de atribuição de escalão imposto pelo Ministério da Educação, a percentagem de alunos/as subsidiados/as tem mantido valores que oscilam entre os 55 e os 70%, valores que consideramos elevados e preocupantes e que refletem sobremaneira as dificuldades económicas das famílias.

No ano letivo de 2014/2015, a percentagem de alunos/as subsidiados/as registou o ponto máximo da série apresentada (cerca de 70%) e, no ano letivo 2018/2019, o valor mais baixo dos últimos 10 anos – 55,5%.

Refira-se ainda neste âmbito que, no ano letivo 2015/2016 e 2016/2017, a Câmara Municipal deliberou a oferta dos manuais escolares a todos os alunos/as do 1º CEB, como forma de reforçar o apoio às famílias.

No ano letivo 2017/2018, face às alterações previstas no Orçamento do Estado, com consequente oferta dos manuais escolares a todos os alunos/as do 1º CEB, a Autarquia alargou o apoio prestado até então, passando a comparticipar os cadernos de atividades do 1º CEB e os manuais do 2º CEB, no remanescente da comparticipação do Estado, sendo a adesão ao benefício facultativa para os encarregados de educação (tendo no entanto existido uma adesão de 100%) e a aquisição dos manuais efetuada nas papelarias/livrarias do concelho.

5.18 – OUTROS APOIOS

Importa no âmbito da Educação, realçar ainda um conjunto de apoios dignos de destaque e que têm contribuído sobremaneira para a dignificação da qualidade do ensino no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Falamos por exemplo na isenção dos transportes escolares em vigor desde o ano letivo 2017/2018. Para além de se manterem os apoios da Câmara Municipal na isenção do pagamento dos transportes escolares a todos os alunos/as até ao 3º CEB, a Câmara Municipal passou a assumir os encargos de todos os alunos/as do Ensino Secundário[44] com os transportes públicos (situação que já se aplicava em anos anteriores neste nível de ensino para alunos/as oriundos de famílias de comprovada carência económica que o solicitassem), assumindo assim os encargos suportados por todos os alunos/as servidos pela rede pública de transportes escolares.

Relativamente aos alunos/as oriundos de outros concelhos, este apoio implica também a comparticipação do passe escolar em cerca de 50% por parte da Câmara Municipal (encargo esse que seria da responsabilidade dos Encarregados de Educação) sendo os outros 50% assumidos pelos municípios dos concelhos de origem.

Por outro lado, a Câmara Municipal deixou de comparticipar os transportes dos alunos/as do concelho para escolas de concelhos limítrofes, como forma de desencorajar o êxodo destes.

Ainda no que concerne aos transportes escolares, no ano letivo 2016/2017 e 2017/2018, foram adquiridos pela Câmara Municipal 2 novos autocarros para assegurar os transportes escolares, garantindo assim um maior conforto e segurança.

Noutros âmbitos, não podemos deixar de destacar a colaboração da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, no âmbito da sua parceria com o Agrupamento de Escolas, em todas as atividades para o qual é solicitada, das quais salientamos:

- A atribuição de subsídios para o desfile de Carnaval;

- A colaboração do CLDS e de técnicos da Autarquia nas atividades realizadas nas pausas letivas (Natal, Páscoa e Férias de Verão), entre outras;

- O apoio financeiro aos alunos/as para visitas de estudo;

- A colaboração no âmbito da geminação com Saint Maximin no intercâmbio de jovens;

- Coadjuvação de professores titulares do 1º CEB na atividade física e desportiva;

[44] Exceto os do Ensino Profissional, uma vez que já são comparticipados com subsídio de transporte.

- O Protocolo celebrado no âmbito das AEC, entre o Agrupamento de Escolas e a Associação Cultural e Musical Sintonia Consequente, para o ensino da Música;

- A atribuição de Prémios de Mérito aos alunos/as do 2º, 3º Ciclo e Secundário;

- A disponibilização de Recursos Humanos (Técnico Superior de Educação Social) a ½ tempo para assegurar o funcionamento do GAAF;

- Desporto Escolar;

- A disponibilização de Terapeuta da Fala, a tempo inteiro;

- Escola Virtual e Curso de Programação Informática;

- Entre outros.

5.19 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e a formação são fatores de extrema relevância para o desenvolvimento dos indivíduos, para a competitividade dos países e para a participação ativa nos processos de mudança social.

Sendo a educação, a qualidade e a inovação elementos centrais para o desenvolvimento económico de um país ou região, a aposta na excelência constitui um aspeto decisivo em qualquer estratégia de desenvolvimento sustentado.

A diminuição da natalidade, fenómeno já abordado e desenvolvido, aliada a fenómenos de emigração/migração, tem contribuído para severas alterações no domínio da educação, não só no concelho mas também um pouco por todo o país, preconizado pelo encerramento de escolas em virtude da diminuição do número de alunos/as.

Por outro lado, em termos da educação e formação de adultos, assistimos ainda à existência de uma franja considerável da população ativa que procura uma segunda oportunidade, que lhes permita aumentar as suas qualificações escolares e profissionais e que lhes possibilite, por essa via, outras condições em termos de competitividade no mercado de emprego.

Sendo certo que muito se tem avançado em termos da qualificação da população, fruto da escolaridade obrigatória, da aprendizagem ao longo da vida e consequente diminuição da Taxa de Analfabetismo, muito haverá ainda a fazer. Referimo-nos, por exemplo, a uma maior valorização da escola por parte da família, à necessidade de criar uma escola atrativa e de qualidade em termos de oferta e de recursos, à diversidade de percursos formativos que vão ao encontro das necessidades dos alunos/as, enriquecimento de atividades extracurriculares (artes, competências sociais e comportamentais), mas também das eventuais ofertas de emprego existentes nas respetivas áreas de influência, entre outros.

6 - SAÚDE

6.1 - ANÁLISE SWOT DA SAÚDE

FORÇAS

- Centro de Saúde e Polos;
- Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos;
- Farmácias;
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados;
- Laboratórios de Análises Clínicas;
- Consultórios Médicos e Clínicas particulares;
- Meios para Telemedicina na área da imagem;
- Equipa de Saúde Mental Comunitária;
- Helipista;
- CAC – Consulta de Atendimento Complementar;
- UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade;
- ECL – Equipa Coordenadora Local;
- Parcerias Comunitárias;
- Cartão Figueiroense Senior.

FRAQUEZAS

- Envelhecimento da população;
- Necessidade de atendimento permanente, SAP 24h;
- Instabilidade do corpo médico;
- Insuficiência de especialidades médicas;
- Fisioterapia;
- Ausência de Técnico Superior de Serviço Social;
- Acessibilidade ao Centro de Saúde (em termos de transportes);
- Falta de viaturas para deslocações;
- Insuficiência de equipamentos e material médico;
- Dificuldades económicas das famílias;
- Falta de suporte familiar dos mais idosos/as;
- Inexistência de Lar para portadores de doença de Alzheimer;
- Diminuição do horário de cobertura assistencial.

OPORTUNIDADES

- Cartão Senior+;
- Reconfiguração dos Cuidados de Saúde Primários;
- Articulação/envolvência com a administração local (Câmaras Municipais e Juntas de freguesia);
- Implementação do Programa Nacional de Acreditação em Saúde;
- Relativa proximidade dos hospitais centrais;
- Boas acessibilidades;
- Complemento Solidário a Idosos/as;
- ACES PIN – Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior.

AMEAÇAS

- Restrições orçamentais na área da saúde;
- Encerramento de Polos e Consulta de Atendimento Complementar;
- Envelhecimento da população;
- Cortes nas Isenções das Taxas Moderadoras e nas credenciais de transporte;
- Emigração da população ativa;
- Transferência de competências para os Municípios no domínio da Saúde - eventual transferência de recursos financeiros insuficientes.

6.2 - SAÚDE - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Envelhecimento da população e consequente aumento da procura em consultas médicas;
- Insuficiência de equipamentos (viaturas para domicílios e material médico diverso);
- Insuficiência de médicos/as e outros profissionais de saúde;
- Fisioterapia.

6.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A reforma dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), da qual resultou a reconfiguração dos Centros de Saúde (CS), iniciou-se em 2005.

No sentido de mediar e orientar a reforma, cujo objetivo principal é a centralização do sistema de saúde nos Cuidados de Saúde Primários, a tutela do Ministério da Saúde criou a Missão para os Cuidados de Saúde Primários, entidade responsável pela conceção e implementação das medidas políticas.

A primeira concretização da reforma, no decurso do ano de 2006, resultou na criação das Unidades de Saúde Familiar (USF), um novo e complexo modelo de organização do trabalho que emergiu dos princípios da Nova Gestão Pública.

A reestruturação mais profunda dos Cuidados de Saúde Primários surge em 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, que determina a agregação dos Centros de Saúde em Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), com base em critérios geodemográficos, e a criação de novas unidades de cuidados e serviços: a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC[45]); a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP); a Unidade de Apoio à Gestão (UAG); a Unidade de Saúde Pública (USP) e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP[46]).

Em consequência da reforma dos Cuidados de Saúde Primários, o Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos foi integrado no ACES do Pinhal Interior Norte (ACES PIN)[47], inicialmente ACES PIN II, posteriormente englobado pelo ACES PIN I, e reorganizado em Unidades Funcionais (UF). Neste Centro de Saúde, foram criadas duas Unidades Funcionais que iniciaram formalmente as suas funções no decurso de 2014, nomeadamente uma UCC e uma UCSP. Além destas duas Unidades Funcionais, existem profissionais que pertencem a URAP, a UAG e a USP, estando as referidas UF representadas no CS de Figueiró dos Vinhos.

No Centro de Saúde está ainda a ECL (Equipa Coordenadora Local) da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Finalmente, importa referenciar que recentemente o horário de funcionamento em vigor no Centro de Saúde foi reduzido em duas horas, estando aberto ao público atualmente de segunda a sexta-feira das 8h às 20h, à quinta-feira das 8h às 22h, funcionando a partir das 18h no regime de consultas de atendimento complementar, para além das consultas normais programadas durante todo o tempo referenciado.

Aos sábados, domingos e feriados o horário praticado é entre as 10h e as 18h.

Os utentes oriundos da freguesia de Campelo que outrora eram atendidos nas extensões de Campelo e Vilas de Pedro, têm atualmente transporte assegurado todas as quartas-feiras para se deslocarem ao Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos.

A USMC – Leiria Norte a que já fizemos referência, encontra-se em pleno funcionamento às terças e quintas-feiras e foi recentemente reforçada com a inclusão de um psicólogo, que veio responder às necessidades diagnosticadas por aqueles serviços visando um melhor acompanhamento clínico dos utentes.

A extensão de Saúde de Aguda encontra-se em funcionamento de segunda a sexta-feira e a extensão de Saúde de Arega está disponível três vezes por semana.

6.4 - PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

O Centro de Saúde é a unidade básica do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para atendimento e prestação de cuidados de saúde à população.

[45] De acordo com a legislação em vigor, a UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

[46] A UCSP tem como missão garantir a prestação de cuidados de saúde personalizados à população inscrita de uma determinada área geográfica, intervindo no âmbito comunitário e de base populacional.

[47] Do qual fazem parte os seguintes Centros de Saúde: CS Figueiró dos Vinhos, CS Ansião, CS Alvaiázere, CS Pedrógão Grande, CS Castanheira de Pera, CS Lousã, CS Penela, CS Arganil; CS Miranda do Corvo; CS Oliveira do Hospital; CS Góis; CS Vila Nova de Poiares, CS Tábua e CS Pampilhosa da Serra.

A intervenção do Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, bem como das suas Extensões, com recurso as UF que o constituem, é assegurada aos três níveis de prevenção (primária, secundária e terciária), por forma a garantir uma prestação adequada e eficiente de cuidados, de acordo com as necessidades da população.

Desta forma, os utentes têm ao seu dispor os seguintes serviços no âmbito de **consultas específicas**: Saúde Materna, Intervenção Precoce, Saúde Infanto-Juvenil, Saúde Adolescente, Saúde Escolar, Saúde do Adulto, Saúde Pública, Diabetes, Vacinação, HTA, Planeamento Familiar e Cessação Tabágica, Cuidados Continuados e Tratamentos ambulatórios e domiciliários.

Na **promoção da saúde**, oferece os seguintes serviços: vacinação (crianças e adultos), rastreios, Saúde Oral e outros programas específicos.

Nos tratamentos e outras atividades: realização de pensos, algaliação, entubação nasogástrica, execução de programas de reabilitação, cedência de produtos de apoio, aspiração de secreções, serviço domiciliário no âmbito da Promoção da Saúde e dos Cuidados Curativos, Promoção/Educação da Saúde no Concelho, avaliação (da Tensão Arterial) de parâmetros vitais, administração e gestão terapêutica, e execução de programas de distribuição de Metadona.

A **Consulta de Atendimento Complementar – CAC –** funciona de segunda a sexta-feira das 18h às 20h, excetuando à quinta-feira que funciona até às 22h e aos sábados, domingos e feriados das 10h às 18h. As situações de urgência são encaminhadas diretamente para os hospitais de referência, através da linha de emergência médica (112).

No Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, integrada na UCC de Figueiró dos Vinhos, existe ainda uma **Equipa de Cuidados Continuados Integrados – ECCI** – pertencente à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) com 15 vagas para acompanhamento de utentes com necessidades de reabilitação, gestão terapêutica ou tratamento diferenciado no domicílio.

Possui ainda um **Gabinete de Apoio ao Utente**, com a presença de uma Técnica Superior de Serviço Social, às quintas-feiras, das 10h às 13h.

No âmbito da Saúde Mental, o concelho conta com a presença da **Equipa de Saúde Mental Comunitária**, a funcionar no Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos desde 2010, sob a alçada do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra – Polo Sobral Cid, abrangendo os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande.

Noutro âmbito, salientamos a existência, desde 2008, da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de média e longa duração da Santa Casa da Misericórdia, pertencente à RNCCI, com capacidade para receber 24 utentes (15 em tipologia de média duração e reabilitação e 9 em tipologia de longa duração).

A tabela seguinte mostra-nos a evolução dos equipamentos ao serviço da saúde no concelho de Figueiró dos Vinhos.

T. 19 – EQUIPAMENTOS DA SAÚDE NO CONCELHO, 2014-2017

Saúde	Figueiró dos Vinhos e Bairradas		Arega		Aguda		Campelo		Total	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Centros de Saúde	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Extensões de Saúde	0	1	1	1	1	1	0	0	2	3
UCCI	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Farmácias	3	3	1	1	1	1	0	0	5	5
Lab. Anál. Clínicas	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Policlínicas	2	3	0	0	0	0	0	0	2	3
Consult. Méd. Part.	12	7	0	0	0	0	0	0	12	7

Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos

Para além dos equipamentos já referidos, em relação à oferta privada, não se verificaram alterações no número de farmácias e postos de venda de medicamentos.

O número de laboratórios de análises clinicas diminuiu para 1, porém, este serviço é disponibilizado também nas 3 policlínicas atualmente existentes.

O número de consultórios médicos particulares diminuiu, abrangendo agora essencialmente as especialidades de Clínica Geral, Medicina Dentária e Ginecologia. Noutras áreas, a oferta de médicos especialistas foi consideravelmente incrementada através das três policlínicas existentes, com um vasto leque de especialidades disponíveis[48], bem como de exames complementares de diagnóstico[49] e outros serviços[50].

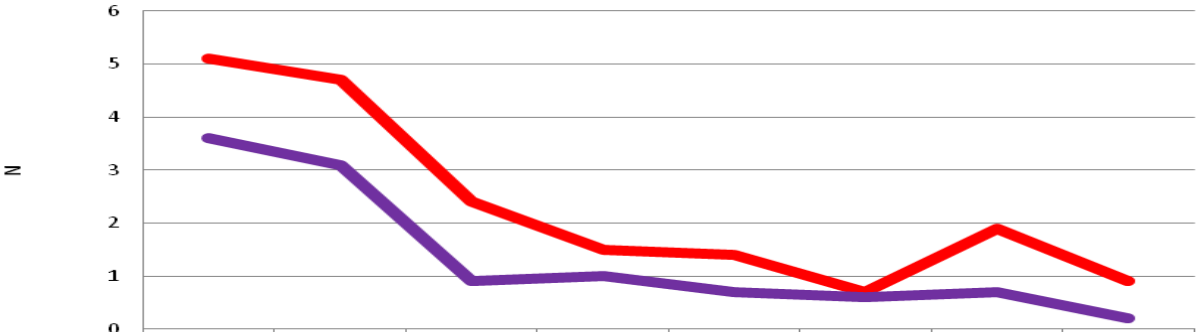
6.5 - RECURSOS HUMANOS AO SERVIÇO DA SAÚDE

De acordo com a informação estatística disponibilizada pelo INE, procurou efetuar-se uma perspetiva da evolução do setor nos últimos 10 anos, analisando-se os registos relativos ao ano de 2007 e 2017 (estimativas).

Relativamente à oferta do número de médicos/as por 1000 habitantes, podemos observar no gráfico seguinte, uma melhoria generalizada no ano de 2017, quer a nível nacional (onde se registou o maior incremento de 3,6‰ para 5,1‰), quer a nível regional e sub-regional.

Esta tendência verifica-se também nas NUT II e III. Nos concelhos do Norte do Distrito de Leiria, o cenário é idêntico, com ligeiro aumento em todos os concelhos, à exceção de Alvaiázere, que tem mantido o número de médicos/as por 1000 habitantes ao longo das séries apresentadas.

G. 63 – MÉDICOS/AS POR 1000/HABITANTES 2007-2017



	Continente	Centro	OIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	5,1	4,7	2,4	1,5	1,4	0,7	1,9	0,9
2007	3,6	3,1	0,9	1	0,7	0,6	0,7	0,2

Fonte: INE – Anuários Estatísticos

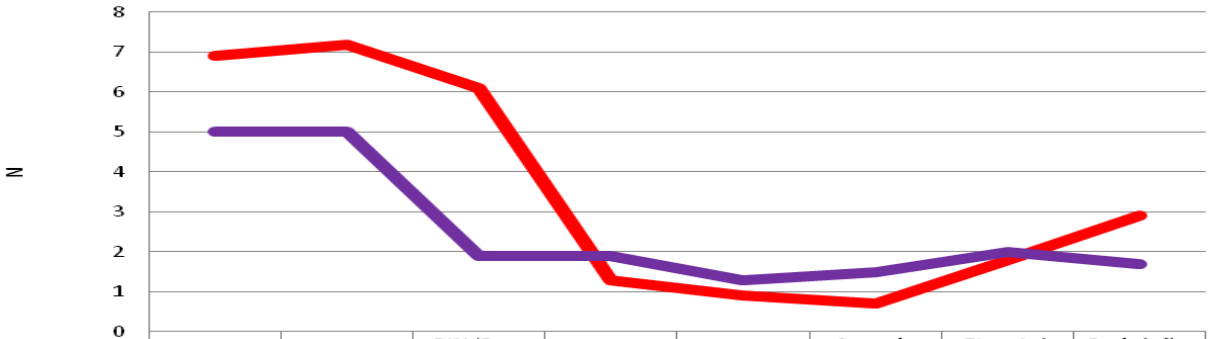
Relativamente aos concelhos do norte do distrito de Leiria, o número de médicos/as disponibilizados/as é bastante inferior à média nacional e mesmo regional, apesar de se ter verificado uma melhoria em todos eles, relativamente ao ano de 2007. O concelho de Figueiró dos Vinhos é o que mais se aproxima dos 2 médicos/as por 1.000 habitantes, porém, estes não são suficientes para dar

[48] Clinica Geral, Cardiologia, Dermatologia, Medicina Dentária, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Fisiatria, Urologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Neurologia, Reumatologia, Gastroenterologia, Nutrição, Podologia, etc.
[49] Análises Clinicas, Eletrocardiograma, Ecocardiograma, Eco Doppler, etc.
[50] Fisioterapia, Terapia da Fala, Medicina Tradicional Chinesa, Serviço de Enfermagem, Rastreios, etc.

resposta ao número de utentes do Centro de Saúde e suas extensões[51]. Verifica-se também que, relativamente aos outros concelhos apresentados, Figueiró dos Vinhos apresenta a proporção mais elevada, ainda que bastante inferior à das NUT I, II e III.

Relativamente ao número de enfermeiros/as por 1000 habitantes, verifica-se também uma tendência de aumento em 2017 nas NUT I, II e III. Na NUT III, o aumento é bastante expressivo porém, deve ressalvar-se que os dados disponibilizados para 2007 dizem respeito ao Pinhal Interior Norte, enquanto que os dados de 2017, dizem respeito à região de Leiria, da qual fazem parte hospitais distritais de referência e outras unidades de saúde de grande dimensão.

G. 64 – ENFERMEIROS/AS POR 1000/HABITANTES 2007-2017



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	6,9	7,2	6,1	1,3	0,9	0,7	1,8	2,9
2007	5	5	1,9	1,9	1,3	1,5	2	1,7

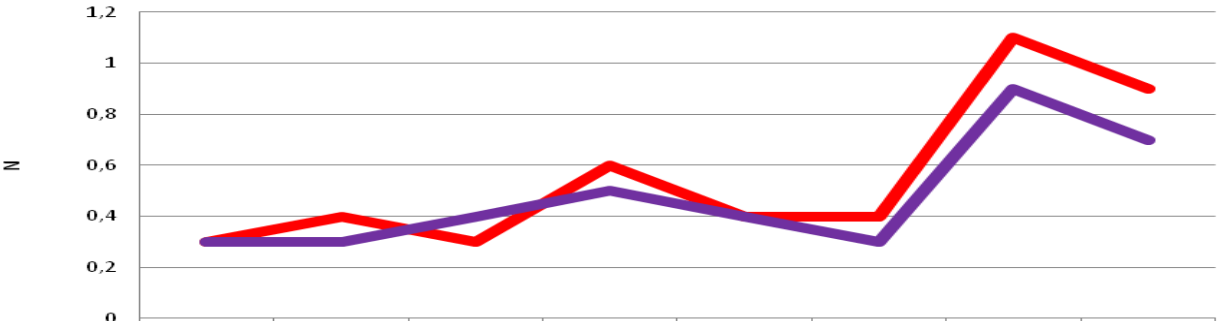
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

A nível concelhio a tendência inverte-se, assistindo-se a uma diminuição do número de enfermeiros/as disponibilizados por 1.000 habitantes, relativamente ao ano de 2007, em quase todos, com exceção do concelho de Pedrogão Grande que atinge, em 2017, quase 3 enfermeiros/as para cada 1000 habitantes, mesmo assim valores bem mais modestos que a média nacional e regional.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, o número de enfermeiros/as por 1000 habitantes que em 2007 atingiu os 2‰, passou a registar, em 2017, 1,8‰, não se podendo falar de uma redução em termos absolutos.

O número de farmácias por 1.000 habitantes manteve-se a nível nacional no período em análise nos 0,3‰. Na NUT II, verificou-se um ligeiro aumento de 0,3 para 0,4‰ e, na NUT III, a uma diminuição de 0,4 para 0,3‰.

G. 65 - FARMÁCIAS E POSTOS FARMACÊUTICOS MÓVEIS POR 1000/HABITANTES 2007-2017



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	0,3	0,4	0,3	0,6	0,4	0,4	1,1	0,9
2007	0,3	0,3	0,4	0,5	0,4	0,3	0,9	0,7

Fonte: INE – Anuários Estatísticos

[51] Alguns médicos/as acumulam responsabilidades acrescidas no Centro de Saúde para além da prática clínica, o que lhes retira tempo para consultas. Este facto tem afetado o funcionamento das Extensões de Aguda e Arega, que têm assistido a uma diminuição dos dias de consulta por decisão de gestão. Isto leva-nos a concluir que, para a população existente no Concelho, não se possa falar numa real insuficiência em termos do número de médicos mas sim de tempo real para a realização de consultas.

Nos concelhos em análise e pese embora algumas oscilações com maior ou menor significado no período em análise, em vez de um efetivo aumento do número de farmácias, deverá considerar-se antes a diminuição efetiva da população e a sua influência no cálculo deste indicador.

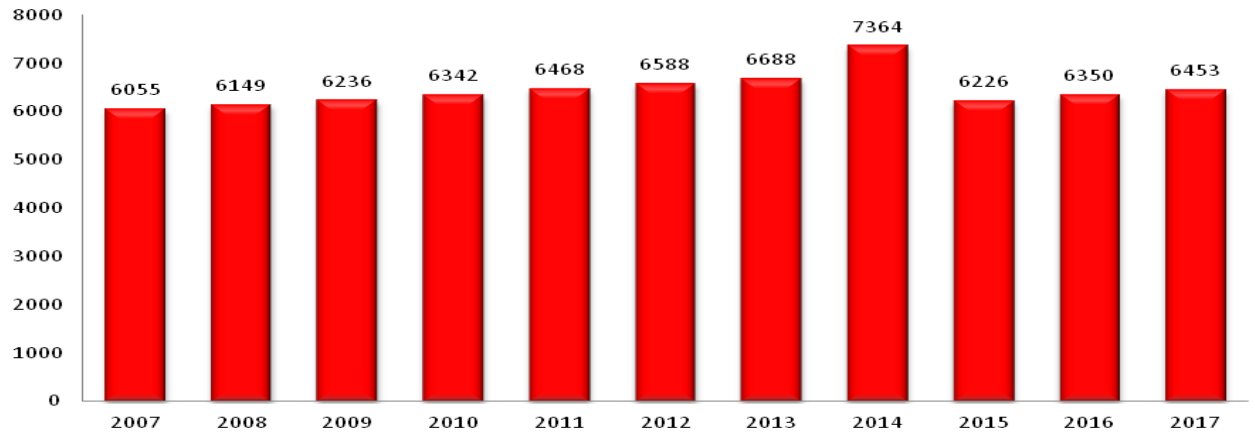
Figueiró dos Vinhos é o único que oferece 1 Farmácia por cada 1000 habitantes, valor acima do registado em todas as NUT e concelhos apresentados, não pelo aumento real do número de farmácias disponíveis mas pela diminuição do número de habitantes.

6.6 - ESTATÍSTICAS DO CENTRO DE SAÚDE DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

As estatísticas disponibilizadas pelo Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, permitem-nos aferir a evolução do número de utentes abrangidos por esta unidade de saúde e suas extensões nos últimos 10 anos, bem assim como a sua divisão pelos/as profissionais de saúde.

No gráfico seguinte, podemos observar a evolução do número de inscritos/as no Centro de Saúde, de 2007 a 2017.

G. 66 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSCRITOS/AS NO CENTRO DE SAÚDE - 2007-2017



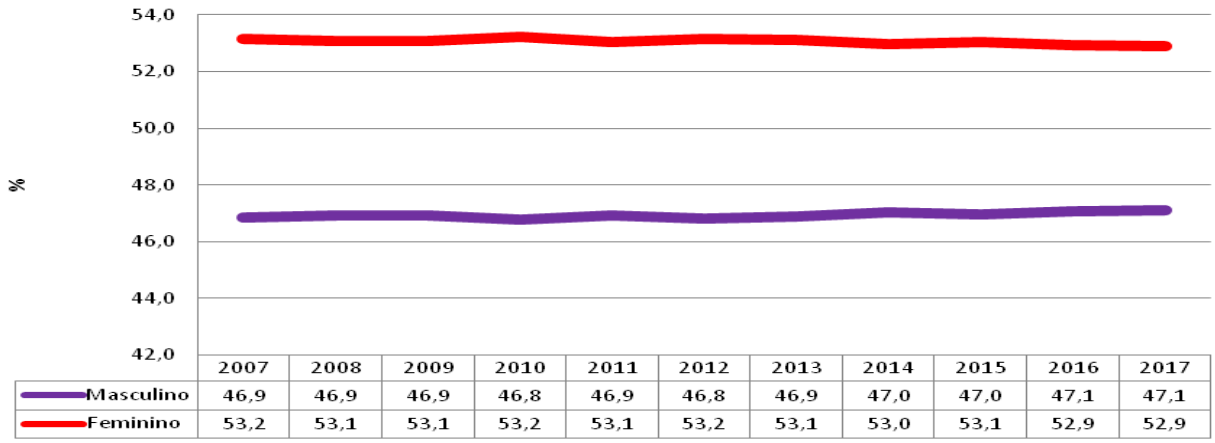
Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

À tendencia de aumento progressivo do número de utentes registada de 2007 a 2014[52], ano em que atingiu o pico máximo (7.364 utentes), viria a seguir-se um decrescimo bastante significativo em 2015 (-1138 utentes). Nos anos de 2016 e 2017 assistiu-se a uma recuperação, ainda que pouco significatica, culminando em 2017, com 6.453 utentes acompanhados.

Quanto à distribuição do número de inscritos/as por sexo, observamos no gráfico seguinte uma predominância das mulheres, com percentagens acima dos 50% em todas as séries de anos apresentadas.

[52] De 2007 a 2014 registou-se um acréscimo de 1309 inscritos/as, pesa embora se tenha observado uma diminuição da população no último período intercensitário. Este aumento do número de utentes do Centro de Saúde deve-se ao facto deste dar resposta a indivíduos de concelhos limítrofes.

G. 67 - Evolução do número de Inscritos/as no Centro de Saúde por sexo 2007-2017

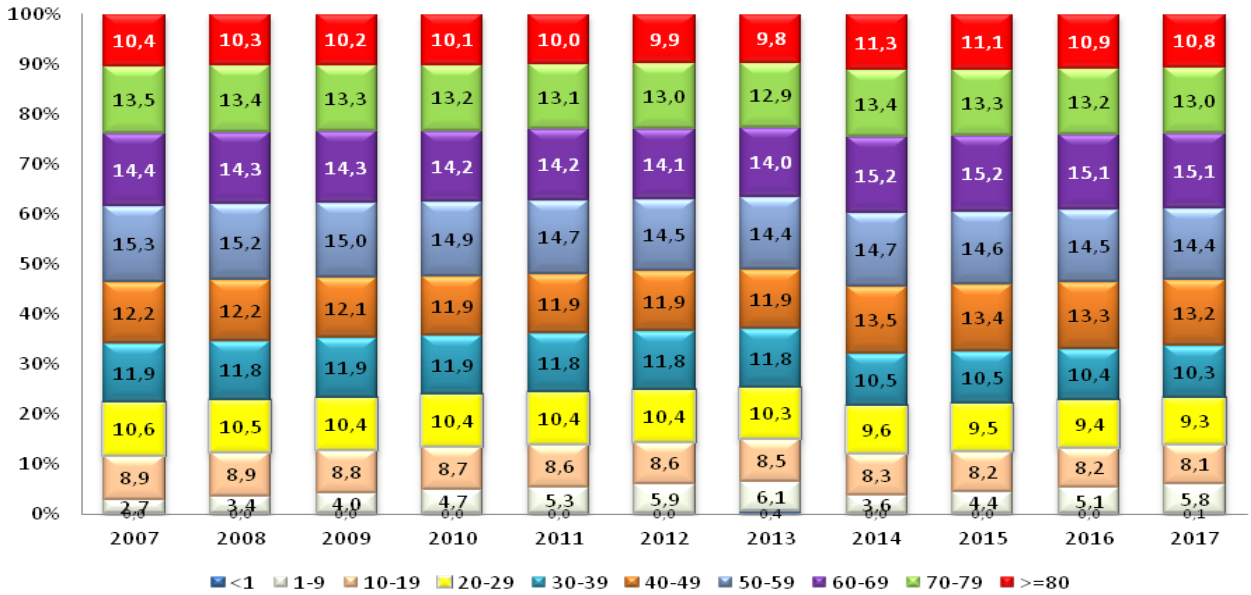


Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

Relativamente à distribuição do número de inscritos/as por faixa etária[53], verifica-se, quando comparados os dados entre topos (2007 e 2017), uma diminuição da percentagem de inscritos/as em todas as faixas etárias abaixo dos 40 anos e um aumento da percentagem de inscritos/as na faixa etária dos 40-49 anos, dos 60-69 anos e dos com 80 e mais anos.

Em todos os anos em análise, as faixas etárias mais representadas situaram-se acima dos 40-49 amos, inclusive, o que demonstra bem o envelhecimento progressivo da população.

G. 68 – Percentagem de inscritos/as por faixa etária 2007-2017

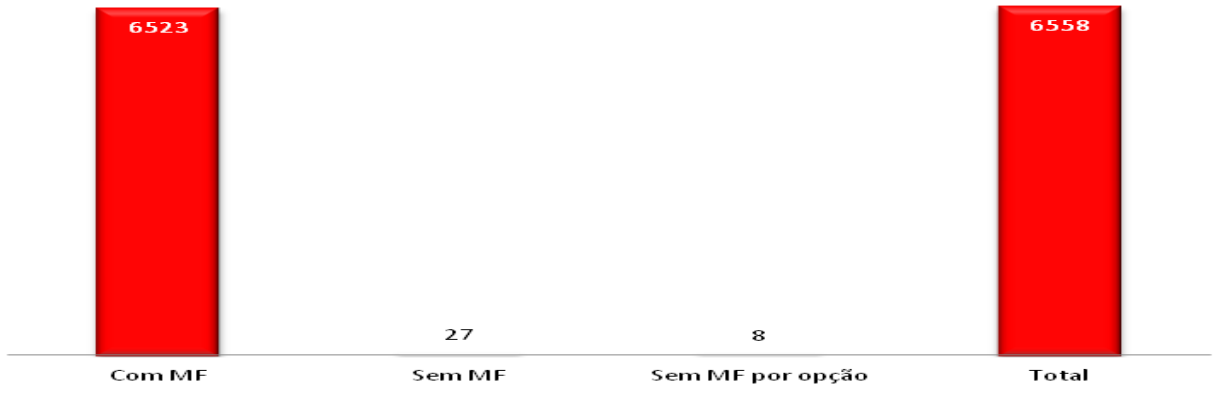


Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

De acordo com as estatísticas mais recentes fornecidas pelo Centro de Saúde, em setembro de 2018, encontravam-se inscritos/as, no total, 6558 utentes, 6523 dos quais com médico de família atribuído.

[53] A inexistência de dados relativos às faixas etárias dos <1ano e dos 1 aos 9 anos, prende-se com a disponibilização de dados na plataforma informática e não com a inexistência de inscritos/as.

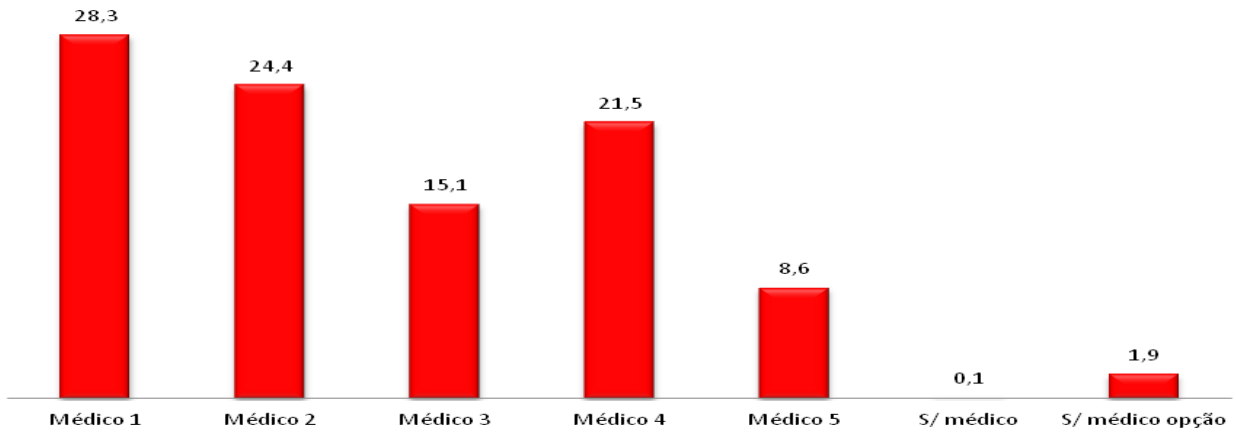
G. 69 - Número de Utentes inscritos/as setembro 2018



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

Quanto à distribuição dos utentes por médico/a, verifica-se pela análise do gráfico seguinte, uma distribuição relativamente heterogénea onde 3 dos 5 médicos/as a exercer funções, atendem entre 21% a 28% dos utentes, 1 médico/a atende cerca de 15% e 1 médico/a atende cerca de 9% dos inscritos/as. Apenas 0,1% não tinha médico/a atribuído e cerca de 2% não tinha médico/a de família por opção.

G. 70 – Distribuição de Utentes por médico/a de família % – 2017



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos

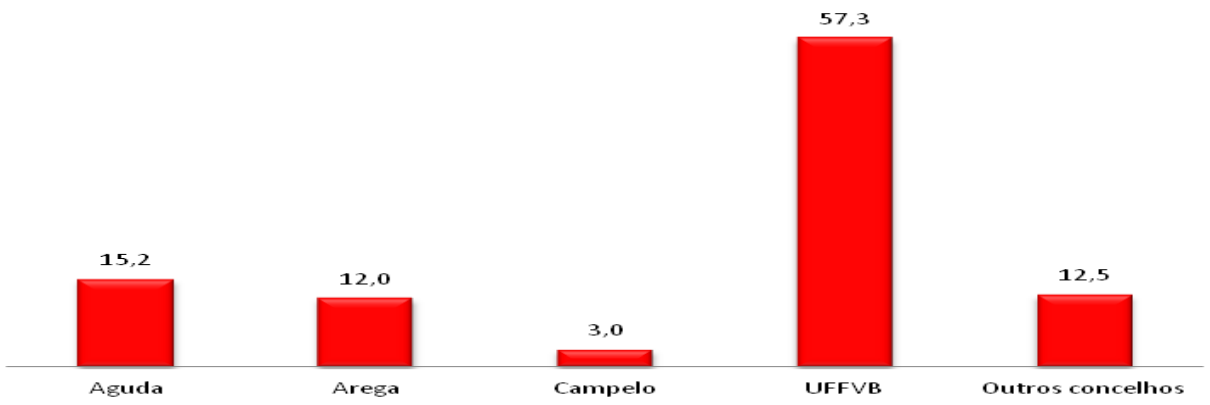
Os 6558 utentes inscritos/as, dividem-se pela sede do Centro de Saúde e seus dois Polos: Arega e Aguda.

Os Polos de Aguda e Arega funcionam com médicos/as com horário reduzido, servindo respetivamente 1000 e 784 utentes. Os utentes das freguesias de Campelo e Bairradas, são deslocados para o Centro de Saúde devido ao encerramento progressivo dos polos de atendimento existentes nestas freguesias.

Relativamente à distribuição dos utentes por freguesia, podemos verificar no gráfico seguinte que, dos 6558 utentes inscritos/as, a maior fatia (57,3%), pertence à União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, seguindo-se a freguesia de Aguda (15,2%), Arega (12%) e Campelo (3%).

Refira-se ainda a existencia de utentes inscritos/as provenientes de concelhos limitrofes que em setembro de 2018 atingiam uma representatividade de 12,5%.

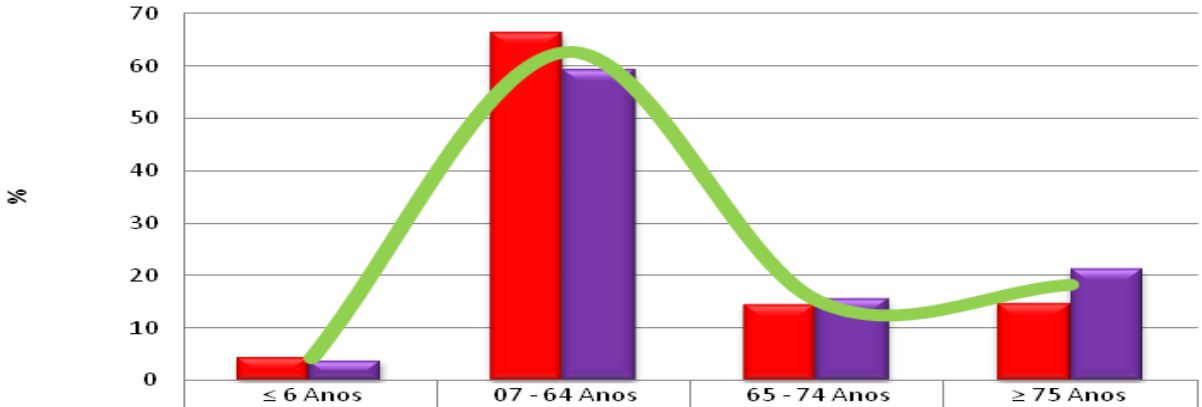
G. 71 – Distribuição de Utentes por freguesia % – 2017



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

Efetuando uma análise da distribuição de utentes por sexo e faixa etária, verificamos desde logo uma percentagem bastante reduzida de utentes da faixa etária dos 0-6 anos, apenas 4%, fruto também da reduzida população destas idades em virtude da diminuição da taxa de natalidade. A maior fatia da população está concentrada na faixa etária dos 7 aos 64 anos (63%), com maior peso de utentes do sexo masculino (66%). Para esta elevada concentração contribui também a dimensão desproporcionada do intervalo relativamente aos restantes. De salientar neste gráfico o peso da população com 65 e mais ano que atinge os 33%, sendo que destes, 18% têm 75 e mais anos.

G. 72 – Distribuição de Utentes por sexo e faixa etária % – 2017

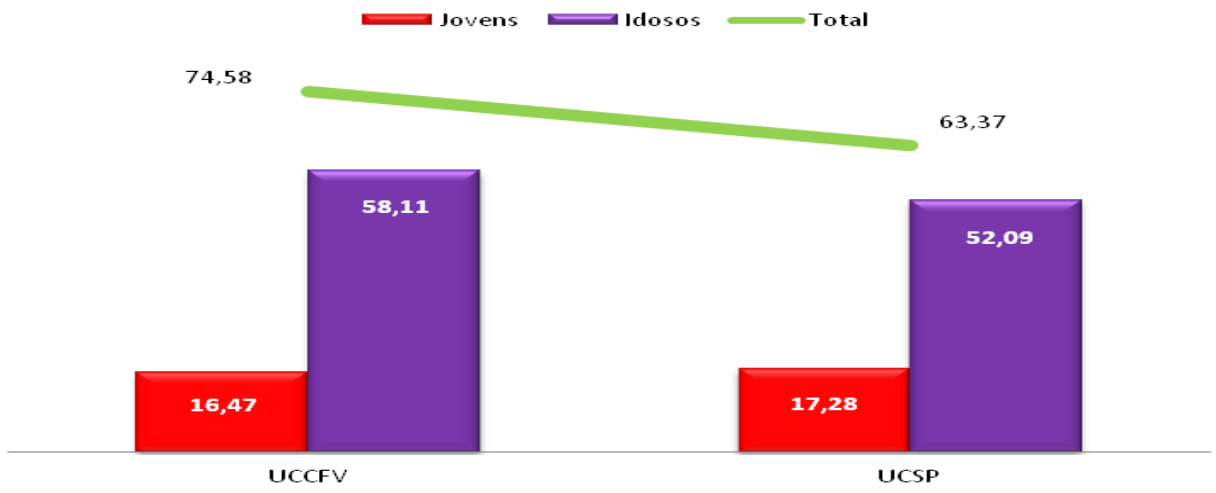


	≤ 6 Anos	07 - 64 Anos	65 - 74 Anos	≥ 75 Anos
M	4	66	15	15
F	4	59	16	21
Total2	4	63	15	18

Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

O gráfico seguinte mostra-nos o índice de dependencia dos/as utentes relativamente à saúde. Quer se trate de um atendimento no âmbito da Unidade de Cuidados na Comunidade, quer na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, o índice de dependência de idosos/as é, em ambos os casos muito mais elevado e superior a 50%, enquanto que o índice de dependência de jovens não chega a atingir os 20%, o que mostra a obvia maior dependência dos idosos/as relativamente à procura de cuidados de saúde.

G. 73 – Índice de dependência dos utentes relativamente à saúde % – 2017

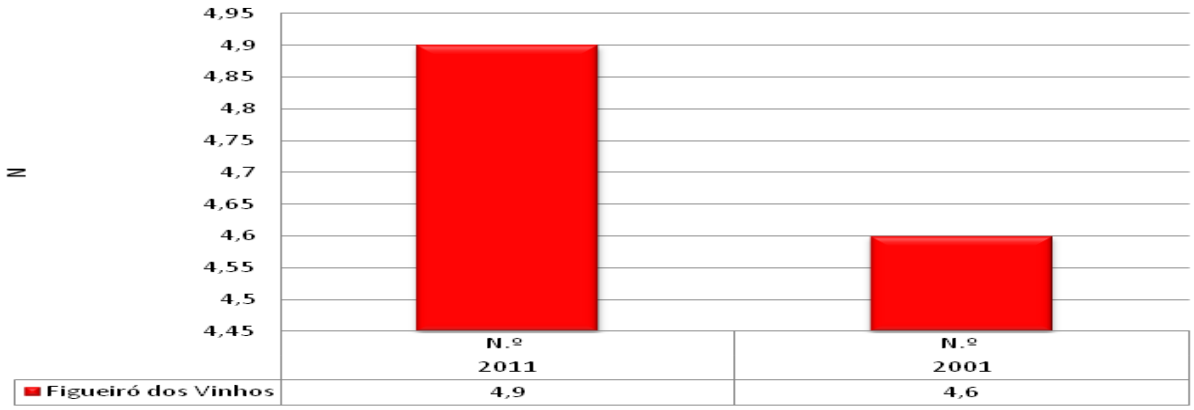


Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos

6.7 - CONSULTAS POR PRINCIPAIS VALÊNCIAS EXISTENTES NO CENTRO DE SAÚDE E POLOS

O gráfico seguinte permite-nos aferir o número de consultas realizadas em Figueiró dos Vinhos, por habitante, de acordo com estimativas do INE, para 2001 e 2011. Pese embora a inexistência de dados mais atuais, observa-se no período em análise um aumento do número de consultas realizadas de 4,6 em 2001 para 4,9 em 2011. Este aumento, ainda que residual, prende-se, por um lado com a diminuição da população no período em análise e, por outro, com o número de médicos/as ao serviço.

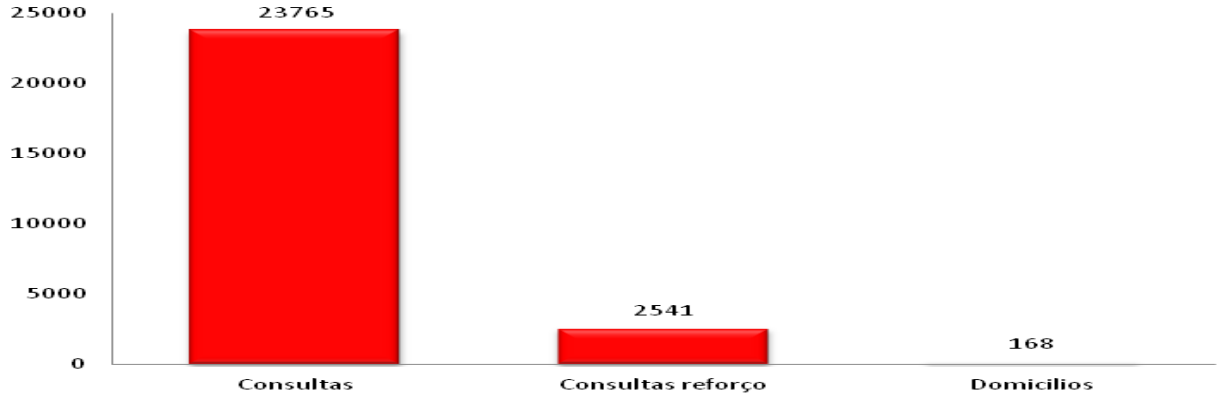
G. 74 - Consultas realizadas por Habitante – 2001-2011



Fonte: INE – Indicadores Demográficos

Reportando-nos às estatísticas mais recentes do Centro de Saúde, podemos aferir que, no ano de 2017, foram realizadas 23.765 consultas, 2541 consultas de reforço e 168 consultas médicas a domicílios, no Centro de Saúde e pólos de Aguda e Arega.

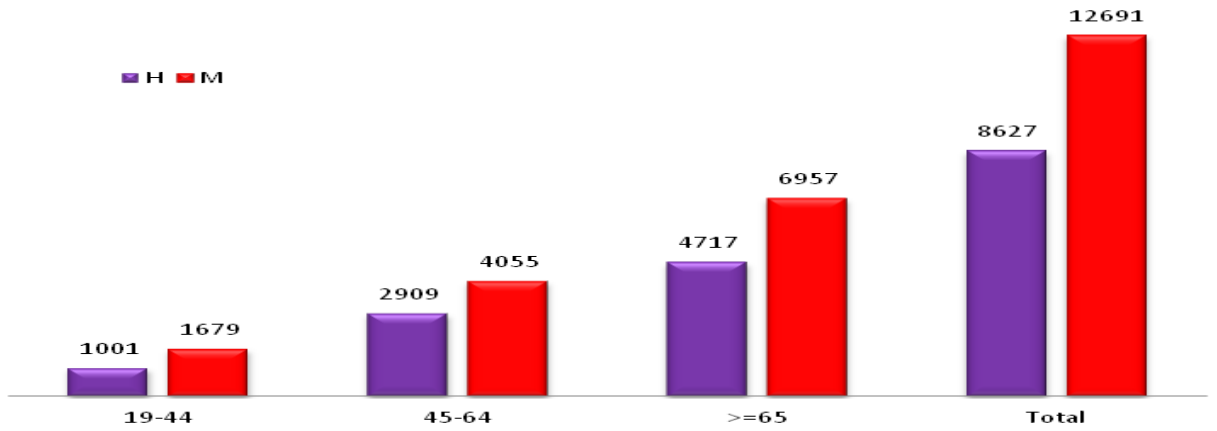
G. 75 - Número de Consultas total e por tipologia - 2017



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

Nas consultas de adultos (Medicina Geral e Familiar), foram efetuadas, no total, 21.318 consultas, maioritariamente a utentes do sexo feminino, com idade igual ou superior a 65 anos. No geral, do total de consultas de adultos realizadas, verifica-se que a maioria foi efetuada nesta faixa etária (55%) o que evidencia, mais uma vez, o envelhecimento da população e o aumento da procura de cuidados médicos.

G. 76 - Consultas de Adultos/Medicina Geral e Familiar por sexo e faixa etária - 2017



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

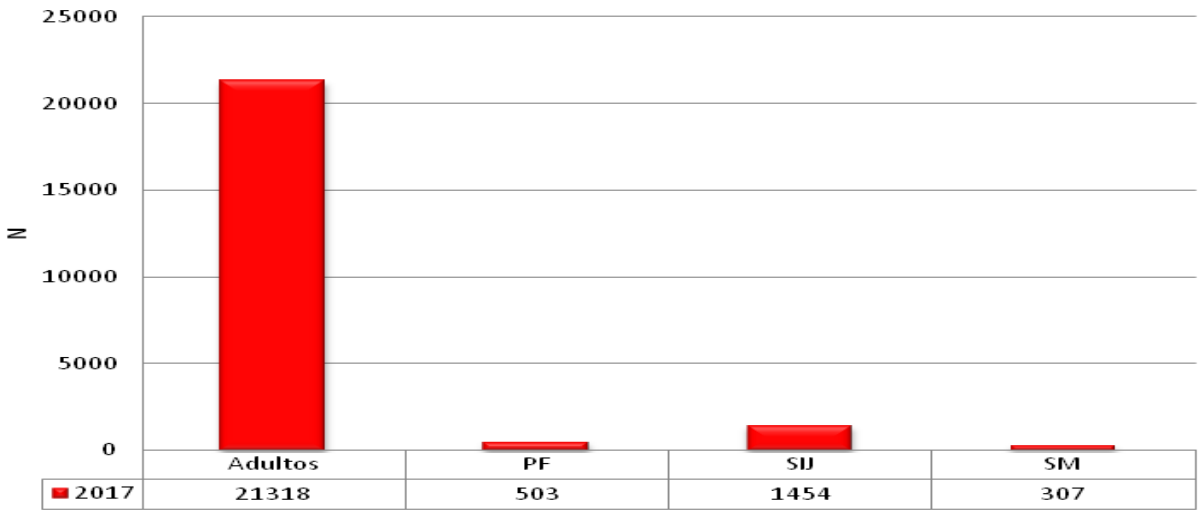
No gráfico seguinte podemos observar a distribuição de consultas por especialidade realizadas no Concelho, em 2017, com uma clara predominância das Consultas de Adultos (21.318), como já foi anteriormente referido.

Quantos às consultas de Saúde Infantil e Juvenil, estas refletem a diminuição do número de crianças e jovens nos últimos anos, tendo sido realizadas, em 2017, 1.454 consultas.

O número reduzido de consultas de Planeamento Familiar pode evidenciar uma diminuição das mulheres em idade fertil. No ano de 2017, foram realizadas 503 consultas nesta especialidade.

Por último, o número de consultas de Saúde Materna, reflete a diminuição do número de nascimentos. Em 2017, foram realizadas nesta especialidade 307 consultas.

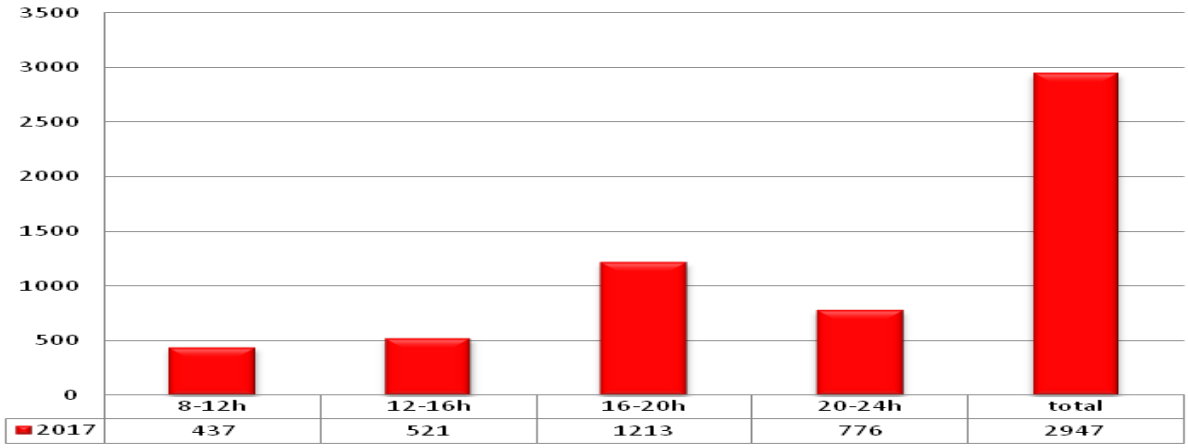
G. 77 – CONSULTAS POR ESPECIALIDADE 2017



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

Relativamente às consultas urgentes (CAC – Consulta de Atendimento Complementar) foram realizadas, no ano de 2017, 2.947 consultas, que ocorreram, maioritariamente, entre as 16h e as 20h (1213 consultas).

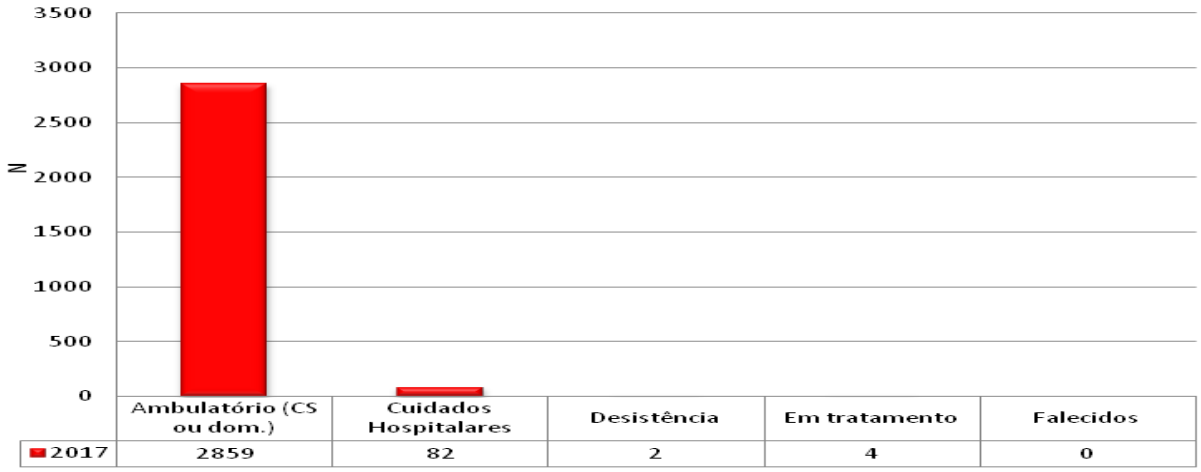
G. 78 - CONSULTAS URGENTES – ATENDIMENTOS POR HORÁRIO DA CONSULTA 2017



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos

Quanto ao percurso destes/as doentes, 2.859 foram tratados em ambulatório (no Centro de Saúde ou domicílio), 82 foram transferidos/as para outras unidades hospitalares (encontrando-se 4 em tratamento à data de recolha dos dados) e 2 desistiram da consulta.

G. 79 – DESTINO DOS DOENTES ASSISTIDOS NA CAC, 2017



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, 2018

6.8 - INDICADORES DA SAÚDE NO CONCELHO

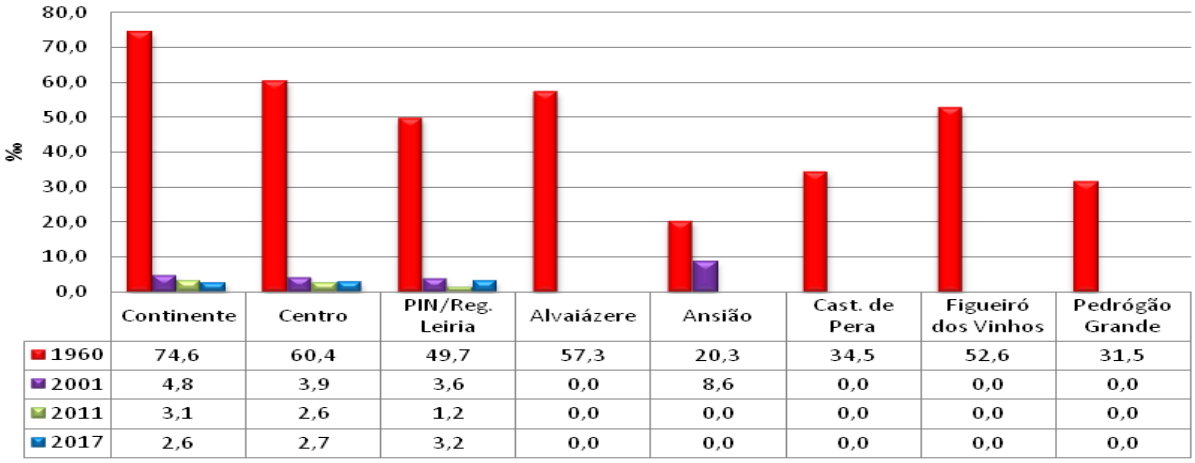
Efetuando uma breve análise dos indicadores da saúde, de uma forma geral, podemos afirmar que, em Portugal, existe cada vez mais uma maior esperança média de vida à nascença (79,78 anos).

É um facto indiscutível que nascem e morrem menos pessoas. O casamento é desvalorizado, há cada vez menos casamentos e mais tarde e, como já pudemos também constatar, as famílias têm cada vez menos filhos/as.

Estes fatores aliados a outros que anteriormente pouco ou nada se faziam notar, tais como a saúde (progressos da medicina e da melhoria da assistência médica), a escolaridade (as pessoas são "intelectualmente" mais preparadas, o que as leva a ter cuidados com a saúde) e o rendimento (apesar de existir um elevado número de desempregados/as, no geral as pessoas vivem melhor), fazem com que as pessoas consigam viver durante mais anos, contrariamente ao que acontecia no passado.

Como forma de ilustrar a melhoria progressiva dos cuidados de saúde, podemos verificar no gráfico seguinte, a evolução da Taxa de Mortalidade Infantil[54], de 1960 até 2017.

G. 80 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

[54] A Taxa de Mortalidade Infantil corresponde ao número de óbitos em crianças com menos de um ano de idade, ocorridos num determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente ao total de nados-vivos no mesmo período. Geralmente é expressa por 1000 nados-vivos.

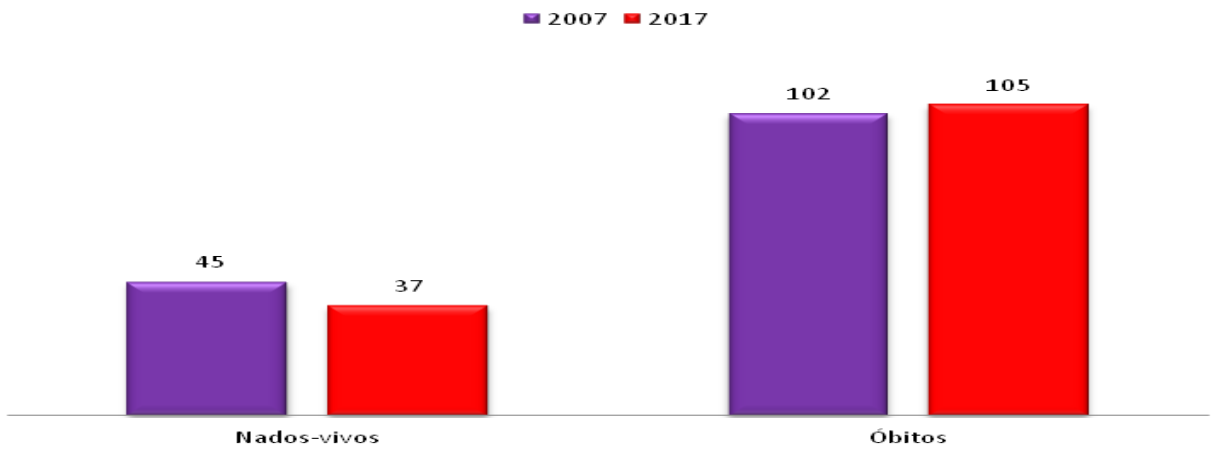
De facto, comparando os valores apresentados em 1960 com os de 2017, verificamos uma diminuição gradual da Taxa de Mortalidade Infantil para valores quase residuais, em todas as NUT. Em Portugal Continental, em 1960, por cada 1000 crianças com menos de um ano de idade, morriam 74,6, o que contrasta significativamente com os 2,6/1000, registados em 2017 e mesmo com os valores dos anos intermédios. Pese embora a inexistência de dados oficiais do INE publicados relativamente ao ano de 2018, tem sido no entanto amplamente divuldado que a Taxa de Mortalidade Infantil aumentou nesse ano, para os cerca de 3,2 óbitos por cada 1000 nados-vivos, valor superior ao registado em 2017 e mesmo ao de 2011.

Nos concelhos do norte do distrito de Leiria, verifica-se que, em 1960, os valores registados eram inferiores aos nacionais e regionais, porém também eles altos, sendo que Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos registaram valores superiores aos da NUT III (57,3/1000 e 52,6/1000, respetivamente) mas inferiores aos da NUT I e II. O concelho que apresentou a menor Taxa de Mortalidade Infantil, em 1960, foi o de Ansião (20,3/1000), porém, continuou a registar valores em 1996 e 2001 (8,6/1000), superiores aos registados em todas as NUT na mesma altura.

A partir de 2001 até 2017, todos os concelhos (à exceção de Ansião em 2001), passaram a apresentar uma Taxa de Mortalidade Infantil de 0, influenciada, sem dúvida pela melhoria dos cuidados de saúde prestados e qualidade de vida, mas também condicionada pela diminuição do número de nascimentos.

Relativamente à relação entre o número de nados-vivos e óbitos, registados entre 2007 e 2017, verifica-se através da análise do gráfico seguinte, a já referida redução do número de nascimentos, e aumento do número de óbitos (se bem que residual no período em análise, mas que reflete o aumento gradual da esperança média de vida).

G. 81 - NADOS-VIVOS E ÓBITOS – 2007-2017



Fonte: INE – Indicadores Demográficos

Efetuando uma breve reflexão acerca das principais causas de morte, os dois gráficos que a seguir se apresentam, permitem aferir a percentagem de óbitos por incidência de tumores malignos[55] e por doenças do aparelho circulatório[56], que se têm afirmado ao longo de anos, como os principais flagelos em termos de saúde pública, quer pelas elevadas taxas de mortalidade, quer pelo seu peso em termos de prestação de cuidados de saúde, prevenção e mesmo em sofrimento dos doentes e familiares.

Relativamente à percentagem de óbitos por doenças do aparelho circulatório, apesar de se verificar no período em análise uma redução da sua incidência, a nível nacional representavam, em 2016, cerca de 30% dos óbitos (menos 1% que o registado em 2011). Nas NUT II e III as percentagens registadas atingiam valores ligeiramente inferiores, na ordem dos 29% e 27%, respetivamente.

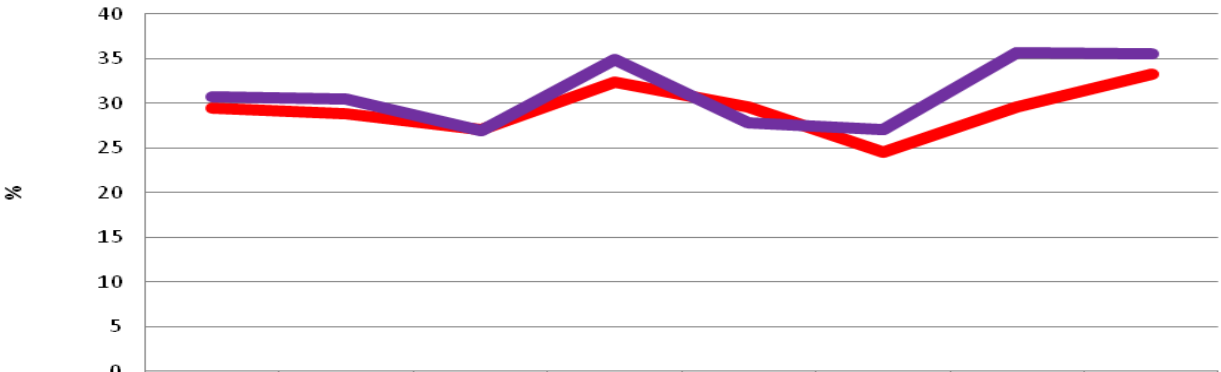
[55] Fórmula de cálculo: (Óbitos por causa de morte no ano civil/Total de óbitos no ano civil) x 100.
[56] Idem.

A nível concelhio manteve-se a tendência de decréscimo apresentada, com exceção do concelho de Ansião onde se verificou, em 2016, um acréscimo dos óbitos por doenças do aparelho circulatório de 2% relativamente ao período anterior, passando de 28% em 2011, para os 30%, percentagem igual à registada a nível nacional e superior à das NUT II e III.

Nos restantes concelhos observou-se uma diminuição da percentagem de óbitos por doenças do aparelho circulatório no período em análise, mais representativa nos concelhos de Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos. O concelho de Figueiró dos Vinhos, foi o que registou o maior decréscimo (6%), passando de 36% em 2011 para os 30% em 2016.

O concelho de Castanheira de Pera foi o que registou a menor percentagem de óbitos por doenças do aparelho circulatório em 2016 (25%), percentagem inferior à registada em todas as NUT.

G. 82 – ÓBITOS POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO %, 2011-2016



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2016	30	29	27	32	30	25	30	33
2011	31	31	27	35	28	27	36	36

Fonte: Pordata

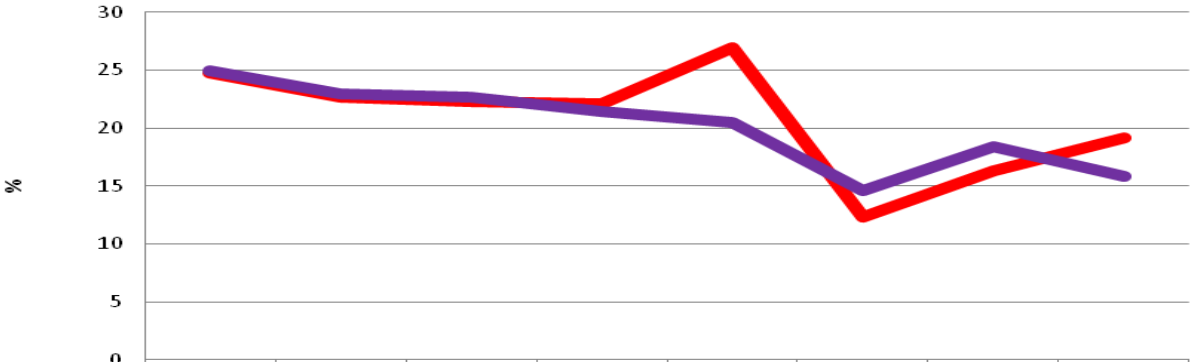
Quanto à percentagem de óbitos por tumores malignos, não se verificaram alterações no período em análise nas NUT I e II que se mantiveram nos 25% e 23%, respetivamente. Na NUT III registou-se, em 2016, um decréscimo de 1% relativamente a 2011, apresentando, em 2016, 22% de incidência.

Nos concelhos do norte do distrito de Leiria, verificam-se algumas discrepâncias no período em análise, com um aumento da incidência nos concelhos de Alvaiázere, Ansião e Pedrogão Grande e diminuição nos concelhos de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos.

O concelho de Figueiró dos Vinhos é um dos que regista a menor percentagem de incidência de óbitos por tumores malignos em 2016 - 16% - valor inferior ao registado nas NUT.

Apenas o concelho de Ansião registou, em 2017, uma percentagem de incidência de óbitos por tumores malignos superior à registada nas NUT (27%).

G. 83 – Óbitos por tumores malignos %, 2011-2016



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2016	25	23	22	22	27	12	16	19
2011	25	23	23	21	21	15	18	16

Fonte: Pordata

Da análise apresentada, verifica-se que a percentagem de óbitos por doenças relacionadas com o aparelho circulatório e com tumores malignos representaram, em 2016, cerca de 55% das causas de morte em Portugal.

Extrapolando esta preocupação para as realidades concelhias, não podemos deixar de referir a necessidade do desenvolvimento de programas intersetoriais de promoção da saúde desde a infância até à idade adulta, em áreas de intervenção chave: alimentação saudável (diminuição do consumo de sal, gordura e açúcar; aumento da ingestão de frutos e vegetais), incremento da atividade física, redução do tabagismo e do consumo de álcool, entre outras.

6.9 - SAÚDE MENTAL

Numa lógica de descentralização, maior acessibilidade ao serviço, envolvimento da família, comunidade e instituições e articulação com os cuidados de saúde primários, surge, no âmbito do Plano Nacional de Reestruturação de Serviços de Saúde Mental, 2007-2016, a Unidade de Saúde Mental e Comunitária Leiria Norte.

O Protocolo foi assinado com a ARS do Centro em 5/11/2010 e o trabalho clínico e assistencial teve início, no Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, em 17/03/2011, abrangendo os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Alvaiázere, Ansião e mais recentemente Pampilhosa da Serra.

Do trabalho clínico assistencialista que tem vindo a ser desenvolvido pela Equipa, destacam-se as Consultas de Psiquiatria, a Intervenção Comunitária, o Treino Assertivo de Competências, a Psicoeducação, o Relaxamento, e o apoio prestado a Lares, CERCI e Escolas.

Relativamente à evolução do número de utentes observados e consultas realizadas pela ESMC, apresentamos os dados (totais do ano) desde 2011 (inicio da atividade da USCM – Leiria Norte) a 2016.

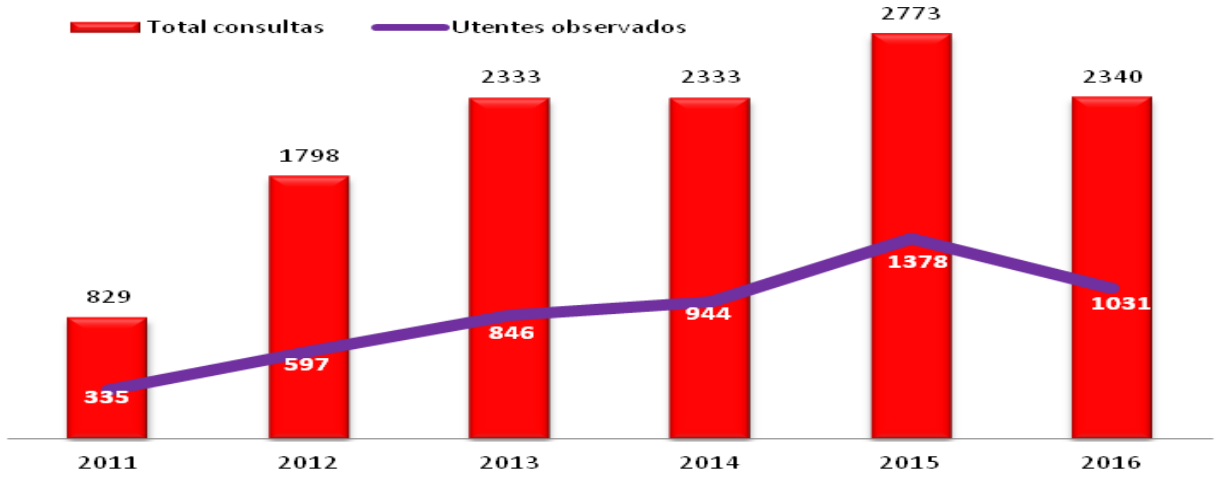
Refira-se que a estatística apresentada se refere ao acumulado dos 5 concelhos, não estando ainda disponível a sua desagregação por concelho, o que nos impede de apresentar um retrato da situação específica de Figueiró dos Vinhos.

Relativamente ao número de utentes acompanhados pela Equipa, efetuamos uma primeira abordagem à sua evolução desde o início da intervenção da ESMC no concelho. Assim, verificamos que o ano de 2011 (ano do início da intervenção), foi o que menos utentes registou (335). A partir daí, verificou-se uma tendência de aumento progressivo do número de utentes até ao ano de 2015

onde atingiu os 1378 utentes, seguindo-se um decréscimo de 347 no ano de 2016. Em 2016, a USMC – Leiria Norte, observou, no total 1031 utentes em consulta de psiquiatria geral.

Relativamente ao número total de consultas de psiquiatria geral realizadas no mesmo período (primeiras consultas e consultas subsequentes), verificamos que o ano de 2011, pelos motivos acima expostos, foi o que registou o menor número de consultas (829), registando-se um aumento quase para o dobro no ano seguinte e aumentos significativos nos anos seguintes, atingindo o pico máximo no ano de 2015 com um total de 2773 consultas realizadas. No ano de 2016 são realizadas menos 433 que no ano anterior, em virtude da diminuição do número de utentes acompanhados no mesmo ano. O total de consultas de psiquiatria geral realizadas no ano de 2016 atingiu as 2340.

G. 84 - Evolução do N.º de Consultas de Psiquiatria Geral e Utentes observados, 2011-2016



Fonte: USMC, 2018

Na tabela seguinte, podemos observar de uma forma mais detalhada a evolução das consultas de psiquiatria geral.

Centrando-nos apenas no ano mais recente (2016), do total de 2340 consultas efetuadas no ano a 1031 utentes, 218 foram primeiras consultas (20 das quais sem agendamento) e 2122 foram consultas subsequentes (39 das quais sem agendamento).

A média de consultas por utente atingiu, no ano, as 2,3.

T. 20 - N.º de Consultas de Psiquiatria Geral por ano (totais – 1ªs consultas e consultas subsequentes) utentes e média consultas/utente USCM – Leiria Norte, 2011-2016

Consultas por ano USMC - Leiria Norte, 2001 a 2016						
Psiquiatria Geral	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1ªs Consultas (rotina)	130	210	267	268	290	198
Consultas subsequentes (rotina)	667	1549	2020	2045	2373	2083
1ªs Consultas (s/ agendamento)	22	27	15	4	30	20
Consultas subsequentes (s/ agendamento)	10	12	31	16	80	39
Total 1ªs Consultas	152	237	282	272	320	218
Total consultas subsequentes	677	1561	2051	2061	2453	2122
Total consultas	829	1798	2333	2333	2773	2340
Utentes observados	335	597	846	944	1378	1031
Média consultas/utente	2,5	3,0	2,8	2,5	2,0	2,3

Fonte: USMC, 2018

Relativamente ao número de utentes acompanhados em consulta de regime compulsivo, observa-se alguma variação no período em análise. No ano de 2011 é acompanhado apenas 1 utente neste tipo de consulta, que aumenta para os 4 no ano seguinte. Em 2013 e 2014 foram acompanhados apenas 3 utentes. Em 2015 regista-se o pico máximo da série com a observação de 6 utentes neste tipo de consulta. No ano de 2016 foram observados 4 utentes.

Tendo em conta a tipologia da consulta, observa-se nos mesmos anos um número mais elevado de consultas, o que subentende o aumento acentuado do número de consultas por utentes, que chega a atingir as 7 no ano de 2014.

O ano de 2015 é o que regista o número mais elevado de consultas de regime compulsivo (24), observando-se, em 2017, um decréscimo para as 17 (-7 que no ano anterior).

G. 85 - Evolução do N.º de Consultas de Regime compulsivo e Utentes observados, 2011-2016

Fonte: USMC, 2018

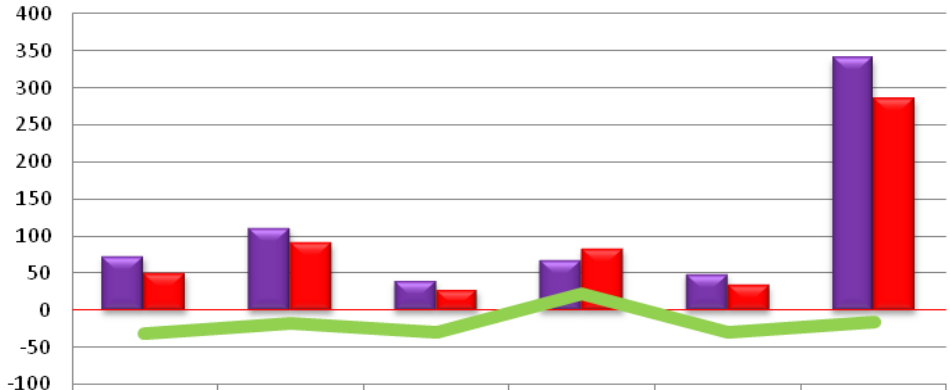
No gráfico seguinte, podemos observar a evolução do número de episódios de internamento realizados a utentes dos concelhos da área de intervenção da Equipa, em dois períodos distintos, antes e depois da criação da USMC – Leiria Norte.

Antes da criação da USMC – Leiria Norte e no período compreendido entre janeiro de 2008 e março de 2011 (3 anos e 2 meses e meio), foram efetuados 341 internamentos nos 5 concelhos, 68 dos quais de Figueiró dos Vinhos.

Após a criação da USMC – Leiria Norte no período compreendido entre 17 de março de 2011 e dezembro de 2016 (5 anos e 9 meses e meio), foram efetuados 286 internamentos (-55 que no ano anterior), 83 dos quais provenientes do concelho de Figueiró dos Vinhos, registando-se um acréscimo de cerca de 22% relativamente ao período anterior.

Tendo em conta que os intervalos dos 2 períodos em comparação são bastante diferentes em termos de duração, representando o primeiro (antes da criação) cerca de 3 anos e 2 meses e o segundo (depois da criação) cerca de 6 anos e 9 meses, permite-nos concluir que a maior proximidade do serviço tem contribuído significativamente para a diminuição progressiva do número de internamentos em todos os concelhos.

G. 86 – Número de Episódios de Internamento antes e depois da criação da USMC – Leiria Norte, 2008-2016



	Alvaiázere	Ansião	Castanheira de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande	Total
01/01/2008 a 16/03/2011	73	111	40	68	49	341
17/03/2011 a 31/12/2016	50	91	28	83	34	286
Variação %	-31,5	-18,0	-30,0	22,1	-30,6	-16,1

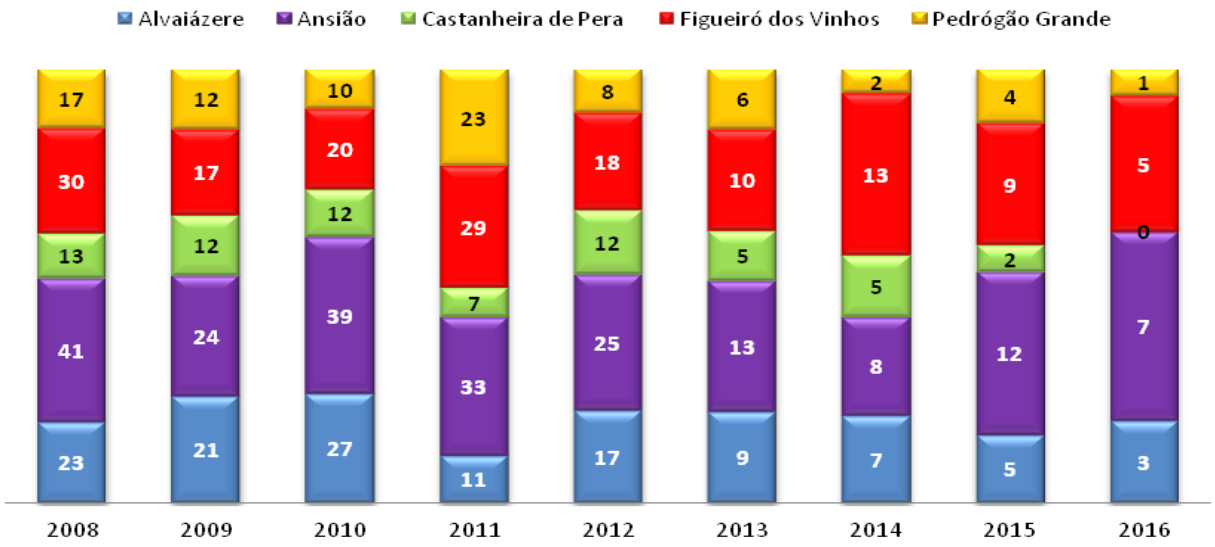
Fonte: USMC, 2018

De facto, quando efetuamos uma análise do gráfico seguinte onde podemos observar a distribuição do número de internamentos por concelho, ano a ano, no período compreendido entre 2008 e 2016, verificamos a existência de um maior número de internamentos entre 2008 e 2011 em todos concelhos relativamente aos anos seguintes.

O concelho de Figueiró dos Vinhos que em 2008 registou 30 internamentos, sofreu nos anos seguintes algumas oscilações, reportando 29 internamentos em 2011 e decrescendo significativamente nos anos seguintes. Em 2016 foram efetuados apenas 5 internamentos no concelho, revelando uma melhoria bastante expressiva relativamente aos 30 efetuados em 2008. A média registada neste 9 anos foi de cerca de 17.

O ano de 2016 foi o que registou o menor número de internamentos em todos os concelhos (16).

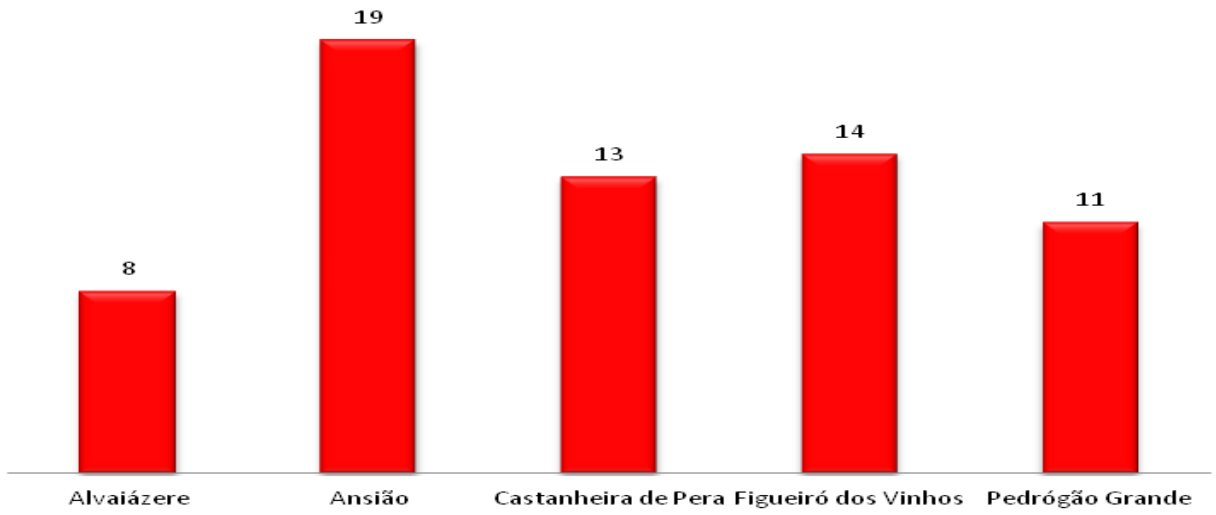
G. 87 - Evolução do N.º Internamentos por concelho – 2008-2016



Fonte: USMC, 2018

Reportando-nos aos dados mais recentes, entre março de 2015 e dezembro de 2017, foram seguidos neste período nos 5 concelhos 65 utentes pelo serviço domiciliário, pertencendo 14 ao concelho de Figueiró dos Vinhos. Os utentes seguidos no domicílio apresentam um quadro de doença mental grave.

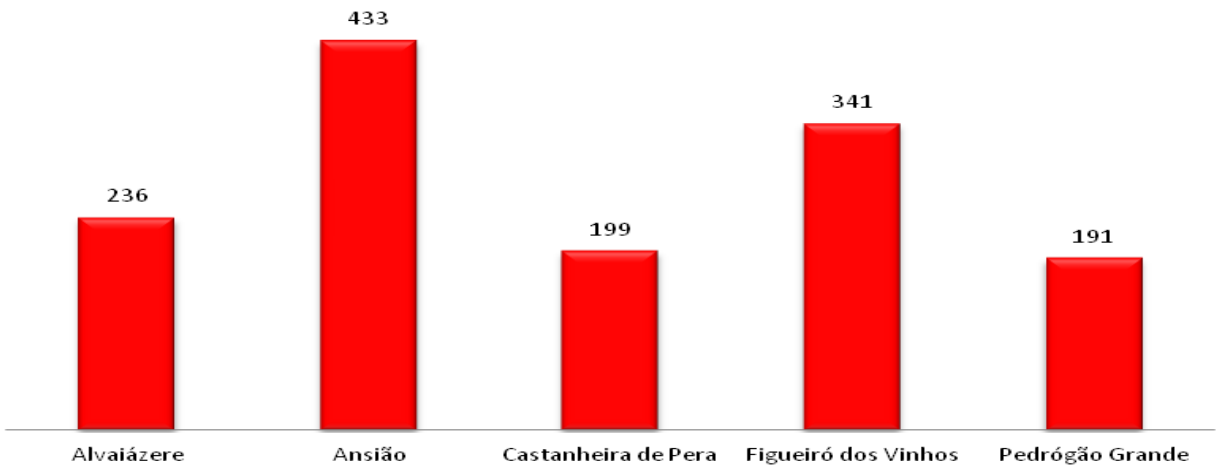
G. 88 - N.º de Utentes seguidos pelo serviço domiciliário 01/03/2015 a 31/12/2017



Fonte: USMC, 2018

Por último e tendo ainda em conta as estatísticas mais recentes disponibilizadas pelo serviço, entre março de 2015 e dezembro de 2017, mantiveram contacto com a Equipa da USMC – Leiria Norte 1400 utentes dos 5 concelhos, pertencendo 341 ao concelho de Figueiró dos Vinhos, o segundo mais representado.

G. 89 - N.º de Utentes com contacto com a Equipa da USMC – Leiria Norte de 01/03/2015 a 31/12/2017



Fonte: USMC, 2018

Comparando o total de utentes acompanhados neste período (cerca de 2 anos e 9 meses) – 1400, com o total de utentes acompanhados entre 2011 e 2016 – 1031[57], verificamos um acréscimo bastante significativo do número de utentes, tendo em conta os incêndios de grandes dimensões que deflagraram em 17 de junho de 2017 e que afetaram sobretudo os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Penela e Sertã, com consequências trágicas e que exigiram um

[57] Ver tabela n.º 20, pag. 128.

trabalho acrescido por parte da Saúde e, em particular da USMC – Leiria Norte, pese embora a indisponibilidade de estatísticas mais detalhadas referente ao ano de 2017, que o comprovem.

De facto, a vivência desta situação traumática e inesperada, afetou direta e indiretamente um conjunto elevado de pessoas nestes concelhos, com consequências que importou colmatar ao nível da prestação de cuidados de saúde e bem-estar psicológico.

Neste âmbito, foram desencadeadas pelo Governo medidas de urgência em vários domínios, de apoio à população atingida pelo incêndio nomeadamente ao nível da saúde, assegurando-se condições para a prestação do apoio continuado e sustentado, nas suas várias dimensões, designadamente na componente da Saúde Mental, através do reforço desta resposta, quer na disponibilização concertada de mais recursos humanos, quer no reforço do tempo de permanência das Equipas nestes territórios.

6.10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema que acabámos de abordar apresenta-se como muito sensível pela natureza que encerra, porque implica uma relação direta com a vida das pessoas e no caso em concreto com a qualidade de vida dos munícipes do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Tivemos oportunidade de deixar vertidas algumas evidências que não podem nem devem ser escamoteadas, em nome do princípio constitucionalmente consagrado, que garante um Serviço Nacional de Saúde a que todos possam ter acesso de forma tendencialmente gratuita.

É visível e deve ser reconhecido o esforço, a dedicação e o trabalho desenvolvido por todos/as os/as profissionais que trabalham neste setor e que dão o melhor de si no dia-a-dia para ir ao encontro das necessidades que a população evidencia.

Contudo, todo esse empenhamento nem sempre consegue satisfazer as necessidades diagnosticadas, em virtude da constatação da insuficiência de meios e recursos materiais e humanos que estão devidamente sinalizados.

De facto, os dados recolhidos e a informação atualizada disponível, revelam que o envelhecimento da população, que naturalmente tem maior necessidade de recorrer aos serviços de saúde, e o facto de na última década se ter verificado um aumento progressivo na procura de consultas e valências disponibilizadas pelo Centro de Saúde, tem tido por resposta a diminuição dos horários de atendimento e a redução de serviços técnicos prestado (Serviço Social e Fisioterapia) naquelas que ainda se encontram em funcionamento.

Acresce ainda que, em certas franjas mais desprotegidas da população (idosos/as e famílias com baixos rendimentos), se verifica cada vez mais a dificuldade no acesso aos serviços de saúde (essencialmente nas consultas de especialidade em Hospitais Centrais), quer pelas limitações em termos de transporte, quer pelas limitações às isenções das Taxas Moderadoras[58], impostas pelo Governo Central. A aquisição dos medicamentos merece também alguma preocupação e reflexão, sendo certo que muitos utentes não têm capacidade financeira que lhes permita adquirir toda a medicação de que necessitam.

Também a Unidade de Saúde Mental em funcionamento no Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos, tem vindo a assumir uma importante relevância nesta área de atuação, preenchendo uma lacuna até há poucos anos existente, assumindo-se como uma mais-valia que se regista.

Por tudo o que tivemos oportunidade de referenciar, importa também neste domínio assinalar a importância decisiva que a administração central deveria ter neste domínio, assente na solidariedade e apoio a estas regiões, com o intuito de atenuar e corrigir as assimetrias existentes.

[58] Regulamentadas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, e suas atualizações nos anos subsequentes.

Este trabalho desenvolve-se num momento crucial ao nível da reforma estrutural que se encontra em curso e que à semelhança de outras áreas da atividade Municipal, serão objeto de deliberação e decisão oportuna por parte dos Órgãos Autárquicos executivo e deliberativo.

Estamo-nos naturalmente a referir à Transferência de Competências que o Governo Central deseja ver concretizada até ao ano de 2021, um horizonte muito próximo facilmente constatável.

Na verdade, assumimos no início deste Capítulo na análise SWOT que empreendemos, que esta decisão de transferir competências para o Poder Local no domínio da saúde pode constituir uma oportunidade única para inverter as dificuldades diagnosticadas, que se refletem na qualidade de vida das populações e que colocam em causa os princípios enunciados do Serviço Nacional de Saúde, para além do que o que refere a nossa Lei Fundamental – Constituição da República Portuguesa, ou inversamente, se as novas responsabilidades não forem acompanhadas do "envelope" financeiro que com estabilidade e segurança possam garantir a sua prossecução futura, poderemos estar perante uma ameaça que coloque em causa os objetivos preconizados e, em última instância, provoque mesmo a diminuição de serviços prestados.

Para sermos mais concretos o que se perspetiva mudar?

1 – Participar na gestão e na realização de investimentos para novas unidades de cuidados de saúde primários, bem como manter e conservar outros equipamentos de cuidados de saúde.

2 – Gerir os/as trabalhadores/as que pertencem à carreira de assistente operacional dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES), que pertencem ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). Os/as trabalhadores/as passam a fazer parte do quadro de pessoal das Câmaras Municipais.

3 – Gerir, em termos logísticos, essas unidades funcionais dos ACES, tais como tratar, por exemplo, de questões relacionadas com os serviços de limpeza, fornecimento de eletricidade e deslocação de doentes.

4 – Colaborar com o SNS, tendo em vista a prevenção de doenças, promovendo uma alimentação mais saudável e a prática de exercício físico, por exemplo.

Vemos com cautela estes princípios e intenções anunciadas, apesar de acreditarmos que os Municípios farão uma gestão mais eficiente e adequada dos recursos afetos a este desiderato, dada a natural proximidade e conhecimento concreto da realidade quotidiana dos/as cidadãos/ãs do concelho e das necessidades por eles/as evidenciadas.

Preocupa-nos, no entanto, não se verificarem transferências de competências ao nível da gestão dos horários de funcionamento dos serviços de saúde nem da gestão dos recursos médicos e de técnicos de saúde.

Posto isto, concordamos que este Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de Janeiro, manifesta uma intenção de garantir a todos um melhor acesso ao SNS, que vimos reclamando desde o Diagnóstico precedente, a promoção da eficácia na gestão de recursos na área da saúde e a possível melhoria dos resultados em saúde no nosso concelho.

Permita-se-nos contudo, que aguardemos com natural expectativa o que será a necessária correspondência dos meios financeiros, imprescindíveis à concretização de tão ambiciosos objetivos.

7 - EMPREGO/DESEMPREGO

7.1 - ANÁLISE SWOT DO EMPREGO/DESEMPREGO

FORÇAS

- IEFP, Polo de Formação do IEFP e CQEP;
- Oferta de formação profissional por outras entidades;
- Espaços de instalação empresarial (Parque do Carameleiro, Zona Industrial da Ladeira da Calça e Complexo Empresarial SONUMA (em construção) – expansão de espaços de atividades económicas;
- CENTRO INVESTE – Centro de apoio ao investimento, empreendedorismo e incubadora;
- Diversidade de equipamentos e serviços;
- Incentivos, apoios e benefícios fiscais ao investimento e à criação de emprego.

FRAQUEZAS

- Desemprego estrutural;
- Desemprego jovens qualificados;
- Desemprego de longa duração;
- Desarticulação entre a oferta de emprego e a procura (lugares por preencher versus desemprego);
- Tecido industrial débil – falta de empresa industrial com volume de emprego significativo (>50);
- Interioridade;
- Baixas qualificações escolares e profissionais da mão-de-obra e dificuldades de adaptação a novas situações;
- Precaridade;
- Falta de consciência empreendedora;
- Dificuldades de transporte público dos lugares mais isolados, para a sede de concelho e outros polos de atração de mão-de-obra.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020 (POCH);
- Melhoria das acessibilidades;
- Possibilidade de atração de novas empresas através da requalificação do Parque Empresarial do Concelho;
- Rede de parcerias com entidades locais, regionais e nacionais (Pinhais do Zêzere, CIMRL, Dueceira, ADXTUR, AREAC, CCDRC, etc);
- CLDS-4G.

AMEAÇAS

- Contexto de crise económica;
- Regressão e envelhecimento populacional;
- Diminuição da população em idade ativa;
- Incêndios florestais.

7.2 - EMPREGO/DESEMPREGO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Desemprego estrutural;
- Falta de consciência empreendedora;
- Falta de mão-de-obra qualificada.

7.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

O desemprego representa uma problemática transversal e de intervenção indireta por parte da Rede Social, cujo contexto de crise económica nacional e internacional não contribui para perspetivar a inversão, a curto prazo, do cenário atual.

O emprego apresenta-se como uma das condições relevantes para a inserção social, sendo que a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho conduz a um acréscimo da procura nos serviços de ação social, IPSS e instituições de cariz religioso e humanitário do concelho, ao aumento da pobreza e exclusão social, à maior incidência de problemas de saúde mental, ao sobre endividamento das famílias, entre outros. Por todos estes motivos, deve constituir uma das principais preocupações de qualquer concelho e em particular do interior do país, uma vez que a falta de oportunidades de emprego leva ao abandono e desertificação dos territórios e a situações de exclusão e de carência social.

7.4 - ESTRUTURA DO EMPREGO NO CONCELHO

Pese embora a desatualização dos últimos dados oficiais disponibilizados pelo INE (Censos 2011), no que concerne às taxas de desemprego/atividade e outros indicadores de análise relevantes, não podemos deixar de contextualizar esta análise com a sua apresentação, que compararemos, de seguida com os últimos dados dos inscritos/as no Centro de Emprego (totais e/ou médias anuais registadas em 2011 e 2018 nos concelhos do norte do Distrito de Leiria).

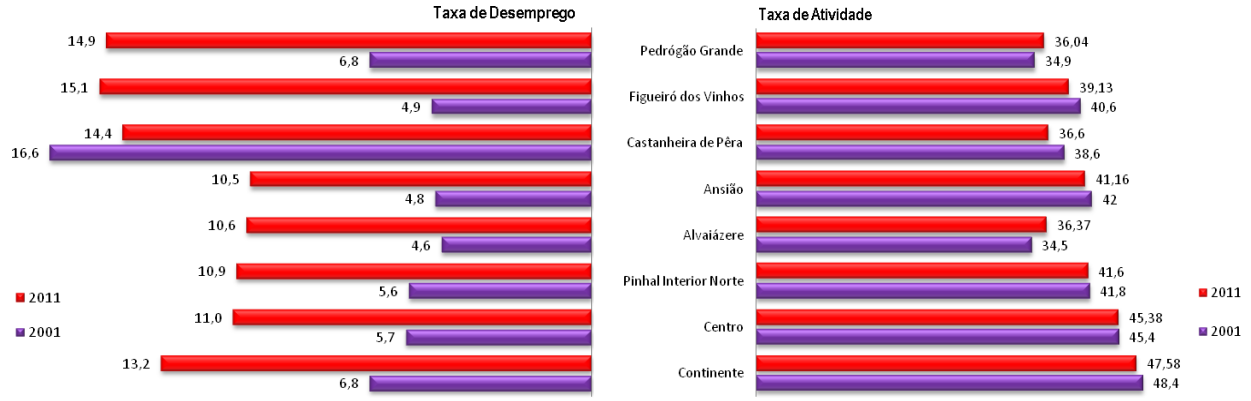
Em 2011, os dados do Recenseamento Geral da População, apresentavam um total de 2050 indivíduos empregados e 364 desempregados/as no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Nesta vertente, e no intuito de analisar a população ativa e desempregada, utilizaram-se os seguintes indicadores: Taxa de Atividade, Taxa de Desemprego e a situação perante a procura de emprego e o principal meio de vida.

A Taxa de Atividade[59] permite-nos avaliar o peso que a população ativa exerce sobre a população total. Assim, é-nos possível verificar que, entre 2001 e 2011, se observou um decréscimo residual da Taxa de Atividade nas NUT I, II e III, que atingiram, em 2011, os valores máximos de 47,6%, 45,4% e 41,6%, respetivamente.

Relativamente ao comportamento dos concelhos em análise, mantinha-se a mesma tendência de descida residual nos concelhos de Ansião (41,2%), Figueiró dos Vinhos (39,1%) e Castanheira de Pera (36,6%). Pedrógão Grande e Alvaiázere registavam um ligeiro aumento no período em análise (36% e 36,4%, respetivamente). A Taxa de Atividade foi inferior à média nacional e regional em todos os concelhos.

G. 90 - TAXA DE DESEMPREGO E ATIVIDADE 2001-2011



Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

A Taxa de Desemprego[60], traduz o total de desempregados/as em relação ao total de ativos.

Durante o período em análise, verificou-se um crescimento bastante expressivo da Taxa de Desemprego em todas as unidades territoriais, fruto da crise económica registada a nível nacional nessa altura. Com efeito, a Taxa de Desemprego na NUT I, II e III duplicou no período intercensitário apresentado.

A nível concelhio, as diferenças eram ainda mais expressivas e díspares. Se, por um lado, Castanheira de Pera conseguiu inverter a tendência nacional, diminuindo a sua Taxa de Desemprego no período intercensitário, por outro, Figueiró dos Vinhos registava a Taxa de Desemprego mais elevada das unidades territoriais em análise[61] (15,1%), superior à registada a nível nacional e regional, tendo aumentado 10,2% relativamente ao valor registado em 2001. Pedrógão Grande apresentava resultados similares. Já Ansião e

[59] Taxa de Atividade: Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população residente.
[60] Taxa de Desemprego: Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.
[61] O período em análise coincide com o encerramento de uma das maiores empresas da indústria têxtil que laborava no concelho e empregava mais de 100 trabalhadores/as. O seu encerramento ocorreu em 2009 e lançou no desemprego mais de 100 trabalhadores, principalmente do sexo feminino.

Alvaiázere, apesar de também terem registado um aumento considerável das suas taxas de desemprego, registaram valores abaixo da média nacional e regional.

Efetuando uma análise das Taxas de Atividade e Desemprego por freguesia, verificou-se que no período intercensitário 2001-2011, apenas a freguesia de Aguda registou um aumento residual da Taxa de Atividade (de 38% para 40,5%). As restantes freguesias registaram uma diminuição desta taxa, tendo sido a freguesia de Campelo a registar o decréscimo mais expressivo (35,3% para 25,2%).

Relativamente à Taxa de Desemprego, o seu aumento foi bastante expressivo em todas as freguesias. Bairradas registou em 2011 a Taxa de Desemprego mais elevada (25,3%) e sofreu o aumento mais significativo relativamente a 2011 onde se situou nos 4%. Campelo registou a Taxa de Desemprego mais baixa (8,6%), e, de todas as freguesias, foi a que apresentou a menor redução relativamente ao valor registado em 2001 (6,2%).

T. 21 - Taxa de Atividade e de Desemprego por Freguesia 2001-2011

Freguesia	Taxa de Atividade		Taxa de Desemprego	
	2001	2011	2001	2011
Aguda	38	40,5	6	17,6
Arega	35,5	34,1	2,4	15,8
Campelo	35,3	25,2	6,2	8,6
Figueiró dos Vinhos	42,9	41,6	5,3	13,2
Bairradas	44,4	35,7	4	25,3

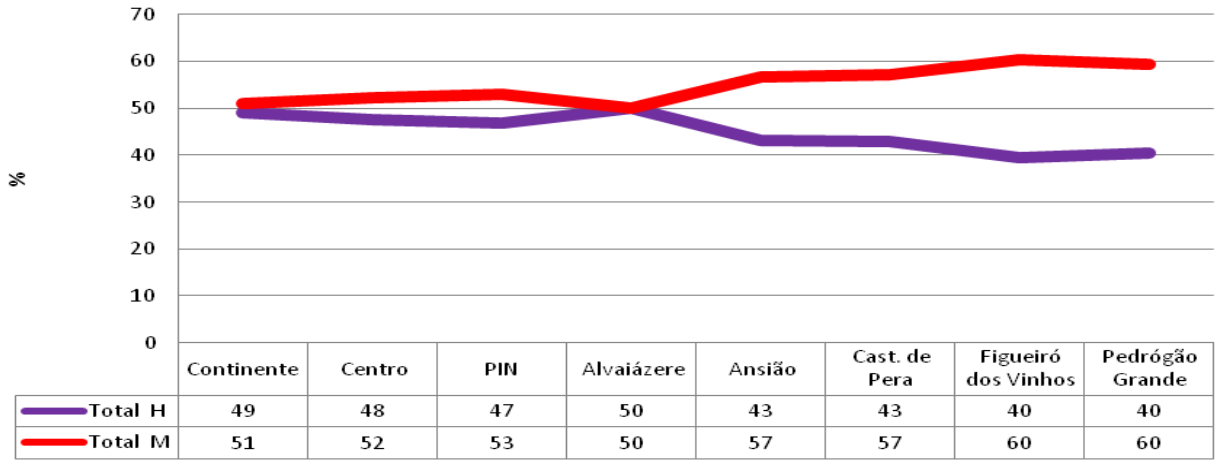
Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

Relativamente à procura de emprego, há duas situações que é necessário clarificar: a população residente que anda à procura do primeiro emprego e a população que anda à procura de novo emprego. A população que procura o primeiro emprego é provavelmente mais jovem e será pela primeira vez integrada no mercado de trabalho. Pelo contrário, a população que procura novo emprego, é mais envelhecida, e pretende ser reintegrada no mercado laboral.

Importa ainda efetuar uma caraterização dos desempregados/as por género.

Da análise do gráfico seguinte, podemos constatar que, em 2011, predominava o desemprego feminino em todas as unidades territoriais, que atingia valores entre os 50% e os 60% da população desempregada. No sexo masculino a percentagem de desempregados/as variava entre os 40% e os 49% (registados na NUT I).

G. 91 - População desempregada por género, 2011



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Relativamente à condição destes/as desempregados/as perante a procura de emprego, podemos verificar na tabela seguinte que a procura de novo emprego correspondia à maioria dos desempregados/as. Na NUT I, dos 630711 desempregados/as registados, apenas 18% procuravam o 1º emprego. Na NUT I e II o cenário é idêntico (19%).

Os concelhos em análise seguiam a mesma tendência; a procura centrava-se também no novo emprego, principalmente no sexo feminino.

No concelho de Figueiró dos Vinhos onde foram registados, em 2011, 364 desempregados/as, 21% procuravam o 1º emprego (42% do sexo masculino e 58% do sexo feminino). Dos 79% que procuravam um novo emprego, 39% eram do sexo masculino contra 61% do sexo feminino.

T. 22 - DESEMPREGADOS/AS POR CONDIÇÃO PERANTE A PROCURA DE EMPREGO, 2011

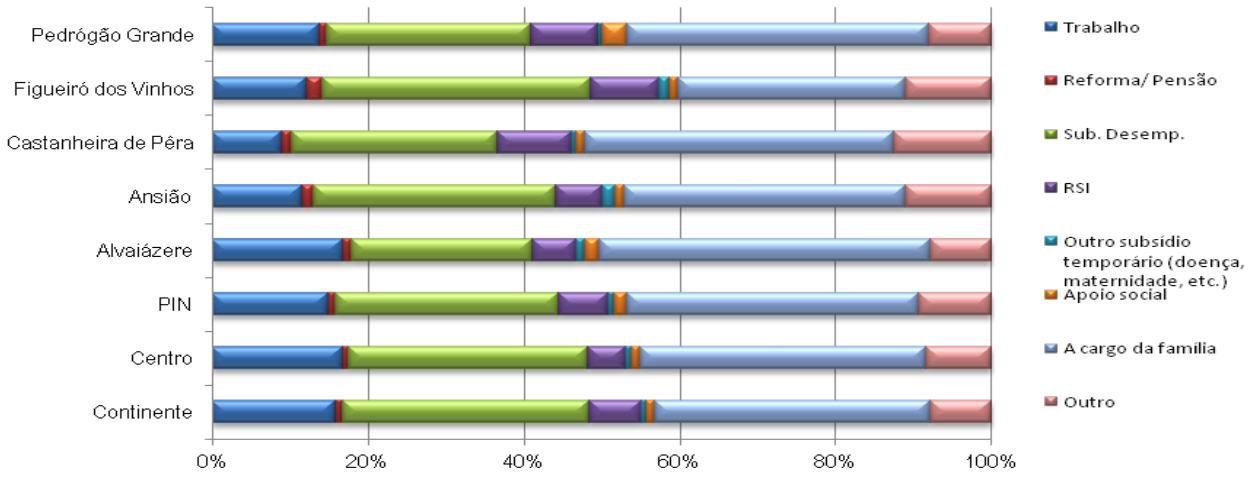
Unidade Territorial	Total de Desempregados/as	Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego		
		HM	H	M	HM	H	M
	N	%	%	%	%	%	%
Continente	630 711	18	46	54	82	50	50
Centro	116 014	19	45	55	81	48	52
PIN	5 953	19	46	54	81	47	53
Alvaiázere	280	21	44	56	79	52	48
Ansião	565	17	38	62	83	44	56
Castanheira de Pera	168	9	60	40	91	41	59
Figueiró dos Vinhos	364	21	42	58	79	39	61
Pedrógão Grande	210	19	41	59	81	40	60

Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Da análise dos dados respeitantes à população residente desempregada por principal meio de vida podemos aferir que, em todas as unidades territoriais em análise, a maior percentagem vivia a cargo da família ou de subsídio de desemprego. Relativamente ao Rendimento Social de Inserção, este atingia, em todas as NUT, valores entre os 5% (NUT II) e os 10% (Castanheira de Pera).

No concelho de Figueiró dos Vinhos, os beneficiários/as de subsídio de desemprego apresentavam, nesta altura, um peso superior, correspondendo a 34% da população desempregada (o valor mais elevado em todas as unidades territoriais). Os dependentes da família atingiam os 29% (correspondendo ao valor mais baixo registado em todas as unidades territoriais).

G. 92 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR PRINCIPAL MEIO DE VIDA (% DO TOTAL), 2011



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Analisando a Taxa de Emprego[62] por género, para as mesmas séries temporais, verificava-se em todas as zonas geográficas apresentadas, uma crescente participação da mulher no mercado de trabalho, fruto da mudança de mentalidades, dos hábitos de consumo e da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e realização profissional.

Como já foi anteriormente abordado, a mulher tem investido mais na sua formação, o que lhe tem permitido conquistar o seu lugar no mundo do trabalho e cada vez mais em profissões que anteriormente lhe eram vedadas e onde competem cada vez mais em igualdade de circunstâncias com os homens.

A evolução dos próprios paradigmas sociais de representação da mulher no trabalho e na família, têm permitido a consolidação desta mudança, que se conquistou com inevitáveis custos ao nível da maternidade e consequente diminuição da população.

Apesar do crescente peso da mulher no mundo do trabalho, também é verdade que a percentagem de emprego masculina sempre suplantou a feminina e, em 2011, esta realidade continuava a manter-se, se bem que com um diferencial mais reduzido, essencialmente nas NUT I e II. Na NUT III e nos concelhos do norte do distrito de Leiria, a diferença rondava os 12 a 16%.

No concelho de Figueiró dos Vinhos a Taxa de Emprego feminina era, em 2011, de 30,2% e a masculina de 45,3%. Observava-se uma diminuição da Taxa de Emprego em ambos os géneros, mais acentuada quando comparada com a Taxa de Emprego masculina que, de 2001 para 2011, decresceu cerca de 11%. Este cenário era transversal aos restantes concelhos em análise.

T. 23 - TAXA DE EMPREGO POR GÉNERO 2001-2011

	2011		2001	
	M	F	M	F
Portugal	53,6	43,9	62,6	45,1
Continente	53,5	43,9	62,5	45,4
Centro	52,5	41,7	60,4	41,3
Pinhal Interior Norte	49	36,8	57	36,5
Alvaiázere	45	29,1	51	26,4
Ansião	50,5	35,1	58,7	35,2
Castanheira de Pera	40,8	29,8	48,9	26,9
Figueiró dos Vinhos	**45,3**	**30,2**	**56**	**34,4**
Pedrógão Grande	41,8	28,2	46,2	28,4

Fonte: INE – Censos

A tabela seguinte permite-nos aferir a Taxa de Desemprego por género registada nos mesmos períodos. Verificava-se a predominância de uma Taxa de Desemprego feminina em todas as NUT e concelhos em análise e em todos os períodos intercensitários apresentados, à exceção do concelho de Castanheira de Pera onde se verificava uma diminuição desta em 7,5 pontos percentuais no período intercensitário em análise.

Nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, a Taxa de Desemprego masculina apresentava, em 2011, valores ligeiramente abaixo da média nacional nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande e abaixo da media regional nos concelhos de Alvaiazere e Ansião. A Taxa de Desemprego feminina apresentava valores idênticos à média nacional e regional nos concelhos de Alvaiázere e Ansião e bastante superiores a estas nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande[63].

[62] A Taxa de Emprego reflete a proporção da população empregada no total da população em idade ativa pelo que difere ligeiramente da Taxa de Atividade.
[63] Como já foi anteriormente referido, verificou-se nas últimas décadas, nestes concelhos, a desativação de inúmeras fábricas do setor têxtil, setor este onde a mão-de-obra é predominantemente feminina. Salienta-se o valor apresentado em 2001, em Castanheira de Pera, que apresentava uma Taxa de Desemprego feminino de 25,1%.

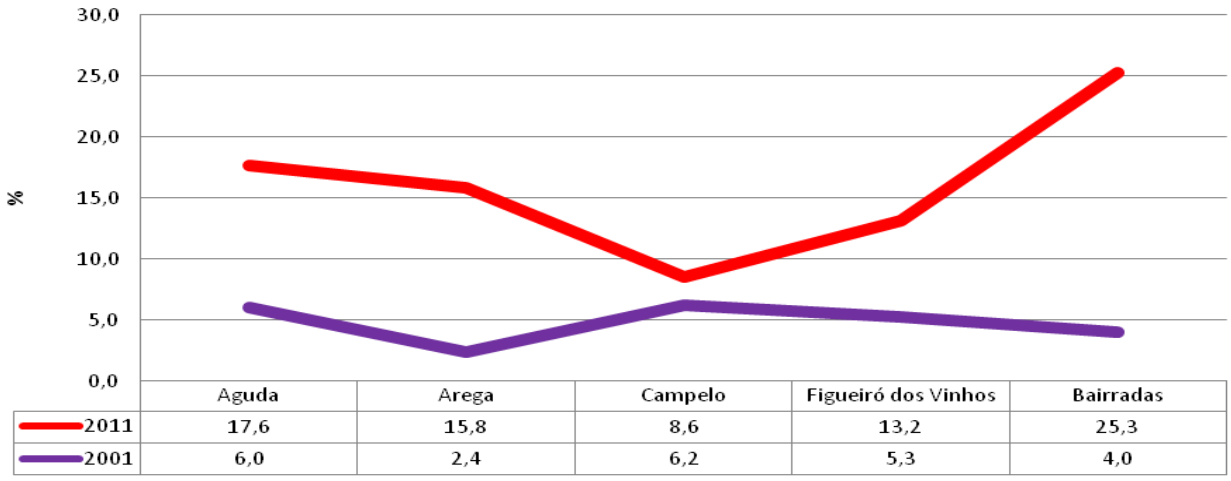
T. 24 - TAXA DE DESEMPREGO POR GÉNERO 2001-2011

	2011		2001	
	M	F	M	F
Portugal	12,6	13,8	5,2	8,7
Continente	12,5	13,9	5,3	8,7
Centro	10	12,1	3,9	8,1
Pinhal Interior Norte	9,6	12,4	3,5	8,5
Alvaiázere	9,4	12,1	2,7	7,9
Ansião	8,3	13	2,7	8
Castanheira de Pera	11,5	17,6	10,1	25,1
Figueiró dos Vinhos	11,1	19,7	3,7	6,8
Pedrógão Grande	11,2	19,3	4,5	10

Fonte: INE – Censos

Relativamente à evolução da Taxa de Desemprego por freguesia, no mesmo período intercensitário, verificava-se, no gráfico seguinte, um aumento bastante significativo desta taxa em todas as freguesias, em especial em Bairradas, Arega e Aguda. Um dos fenómenos que poderia ajudar a explicar estes dados, poderia relacionar-se com o encerramento de indústrias ligadas ao setor têxtil, não só no concelho, como em concelhos limítrofes (Ansião e Castanheira de Pera).

G. 93 - TAXA DE DESEMPREGO POR FREGUESIA 2011



Fonte: INE – Censos

A freguesia que registava a menor Taxa de Desemprego, bem assim como o menor aumento no período intercensitário em análise, era a freguesia de Campelo, a menos povoada, mais envelhecida e onde se concentrava a menor proporção de população em idade ativa.

7.5 – PANORAMA DO DESEMPREGO NOS CONCELHOS DO NORTE DO DISTRITO

Para melhor se perceber a evolução da situação do desemprego no concelho, apresentaremos uma análise comparativa dos dados mais recentes disponibilizados pelo PORDATA, baseados nas estatísticas fornecidas pelo IEFP – MTSSS, para os anos 2011 e 2018, nos concelhos do norte do distrito de Leiria.

O IEFP, IP, está presente no concelho de Figueiró dos Vinhos através do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria. Este Centro desenvolve a sua atividade através do Serviço de Emprego e do Polo de Formação, ambos localizados em Figueiró

dos Vinhos. Da sua área de intervenção, fazem também parte os concelhos limítrofes de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Alvaiázere e Ansião, nos quais centraremos a nossa análise.

O gráfico que a seguir apresentamos permite-nos comparar a percentagem de desempregados/as inscritos/as nos Centros de Emprego no total da população dos 15 aos 64 anos.

Numa primeira análise, é possível verificar um decréscimo da percentagem de inscritos/as em todas as unidades geográficas em análise, quando comparados os dados disponíveis de 2011 e 2017.

A nível nacional, a percentagem de desempregados/as inscritos/as baixou 1,5 p.p., de 7,9% em 2011 para 6,4% em 2017. As NUT II e III seguem a mesma tendência e apresentavam, em 2017, 5,3% e 4,2%, respetivamente.

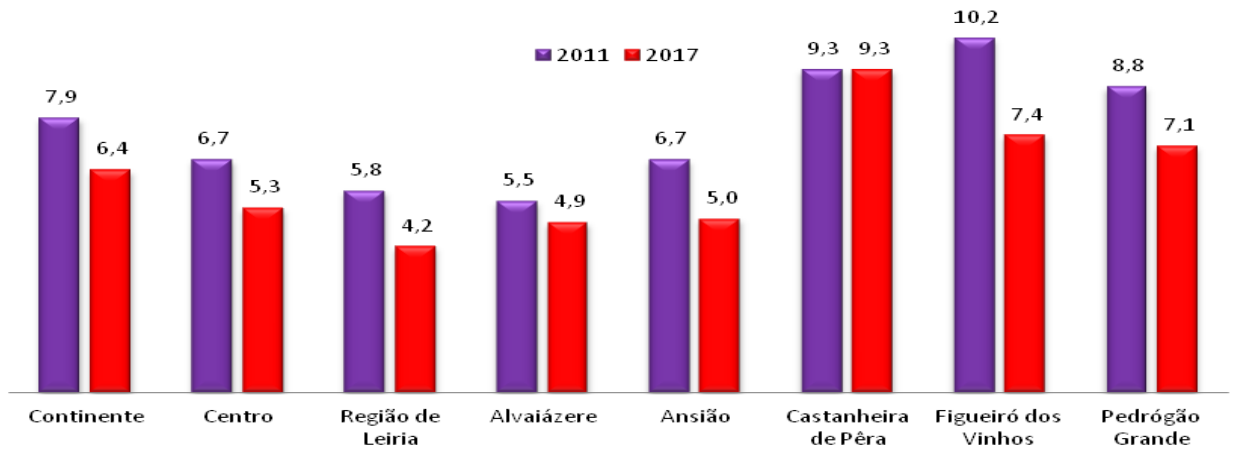
Nos concelhos do norte do distrito, apenas Castanheira de Pera manteve a mesma percentagem de inscritos/as no mesmo período (9,3%), suplantando ainda a média nacional e regional.

O concelho de Figueiró dos Vinhos que em 2011 apresentava a maior percentagem de desempregados/as inscritos/as (10,2%), registou, em 2017, uma melhoria considerável, baixando para os 7,4%, valor ainda assim superior à média das NUT.

Os concelhos de Ansião e Alvaiázere registaram, em 2017, valores inferiores à média das NUT I e II (5% e 4,9%, respetivamente) e superior ao da NUT III.

Por último, Pedrógão Grande registou, em 2017, 7,1% de desempregados/as inscritos/as, valor também superior ao registado nas NUT.

G. 94 - DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 A 64 ANOS (%)

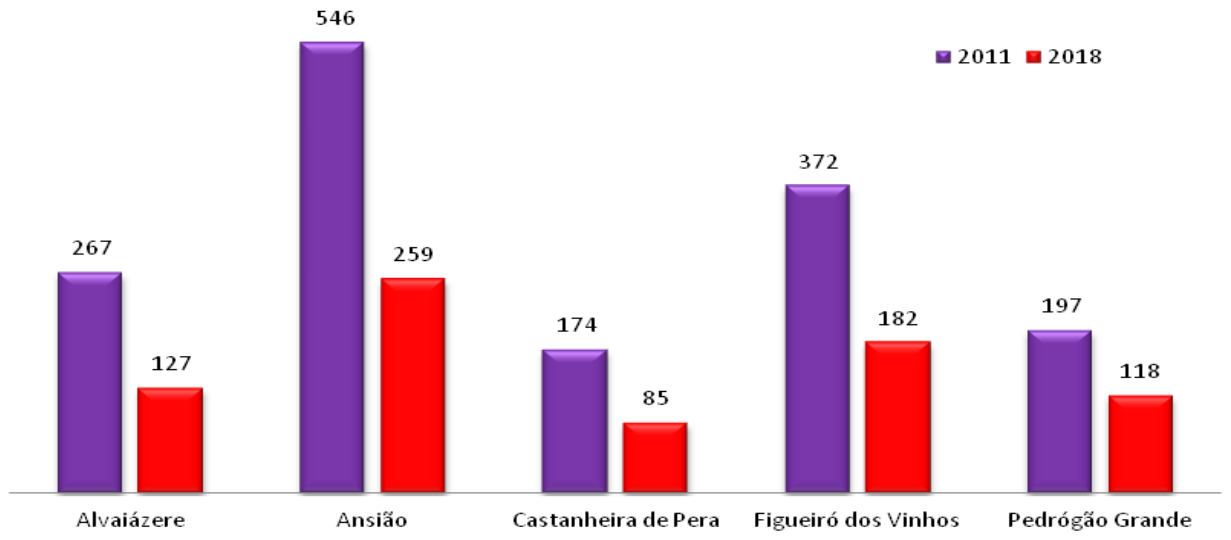


Fonte: PORDATA (última atualização 5/02/2019)

Passando a uma apresentação mais detalhada com os dados mais recentes para os cinco concelhos (2018), começamos por fazer uma abordagem à evolução do número de inscritos/as no Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, por concelho, comparando-os com os dados de 2011.

De uma forma geral, verificou-se uma redução bastante significativa do número de inscritos/as em todos os concelhos. Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, reduziram o número de inscritos/as, no período em análise, para menos de metade.

G. 95 - DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (TOTAL EM DEZEMBRO)



Fonte: PORDATA (última atualização 5/02/2019)

As tabelas seguintes, permitem-nos comparar as médias anuais de desempregados/as inscritos/as no Centro de Emprego registadas no final do ano, para os vários indicadores (sexo, grupo etário, habilitações, setores de atividade, tipo de desemprego e tempo de inscrição).

Relativamente à média anual total de desempregados/as inscritos/as registada por concelho, na sequência do que já foi acima enunciado, verifica-se uma clara melhoria em todos os concelhos.

O concelho de Figueiró dos Vinhos registou em 2018 uma média de desempregados/as inscritos/as de 175,4, valor acima do registado em Alvaiázere, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande e abaixo do registado em Ansião que atingiu, no mesmo período, uma média de 299 (Ansião é também o concelho com mais população).

Quanto à média total registada por sexo, predomina, em todos os concelhos, o desemprego feminino.

T. 25 - DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR SEXO, 2011-2018

	Total		Masculino		Feminino	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Alvaiázere	232,0	150,3	96,0	58,8	136,0	91,5
Ansião	541,7	299,0	200,5	119,1	341,2	179,9
Castanheira de Pera	173,9	106,1	70,3	47,8	103,6	58,3
Figueiró dos Vinhos	**370,6**	**175,4**	**125,4**	**73,7**	**245,2**	**101,8**
Pedrógão Grande	189,9	117,1	65,8	47,3	124,2	69,8

Fonte: PORDATA (última atualização 5/02/2019)

No que concerne à média de inscritos/as por grupo etário, a média mais elevada registada em todos os concelhos em 2018, foi a dos 55 e mais anos, o que revela a dificuldade acrescida de acesso ao emprego nas idades mais avançadas. Em 2011 a média mais elevada registada tinha sido a dos 45 aos 54 anos, o que revela a natural transferência de grupo etário no intervalo em análise, e o consequente envelhecimento da população.

No sentido oposto encontravam-se os desempregados/as inscritos/as com menos de 25 anos, cuja média assume os valores mais baixos, evidenciando também o reflexo do que tem sido a diminuição progressiva da população nestes concelhos, com consequências, no médio e longo prazo, na população em idade ativa.

T. 26 - DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR GRUPO ETÁRIO, 2011-2018

	Total		<25		25-34		35-44		45-54		55+	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Alvaiázere	232,0	150,3	37,6	21,5	52,0	30,3	50,8	24,6	49,9	30,1	41,7	43,8
Ansião	541,7	299,0	57,3	35,5	100,0	54,9	109,9	49,8	125,4	73,3	149,0	85,6
Castanheira de Pera	173,9	106,1	21,2	23,2	30,8	14,9	30,0	11,3	48,8	24,0	43,2	32,7
Figueiró dos Vinhos	**370,6**	**175,4**	**56,9**	**28,1**	**66,6**	**29,3**	**59,3**	**27,6**	**104,8**	**33,8**	**83,0**	**56,7**
Pedrógão Grande	189,9	117,1	25,8	16,8	33,1	15,5	35,8	13,8	57,3	32,6	38,0	38,3

Fonte: PORDATA (última atualização 5/02/2019)

Relativamente ao nível de escolaridade completo, observava-se uma melhoria significativa da média de desempregados/as inscritos/as sem nível de escolaridade ou com o 1º CEB em todos os concelhos, o que evidencia, por um lado uma melhoria em termos que qualificação e, por outro, a eventual saída de ativos menos qualificados do mercado de emprego.

Em 2018 a média de desempregados/as inscritos/as predominante em todos os concelhos, possuía habilitações de nível secundário ou 3º CEB.

Os/as desempregados/as com habilitações de nível superior representavam, em 2018, uma minoria nos concelhos de Pedrógão Grande e Castanheira de Pera, no entanto, com alguma melhoria relativamente a 2011. No concelho de Ansião, a média de desempregados/as inscritos/as com habilitação de nível superior atingiu alguma expressão em 2018 (42,8) relativamente aos restantes. No concelho de Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos, verificou-se, em 2018, um decréscimo desta média relativamente ao registado em 2011.

T. 27 - DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO, 2011-2018

	Total		Sem nível de escolaridade		1º CEB		2º CEB		3º CEB		Secundário		Superior	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Alvaiázere	232,0	150,3	14,4	8,1	63,8	35,6	40,9	18,2	48,3	32,8	42,3	41,3	22,3	14,5
Ansião	541,7	299,0	29,0	10,7	170,4	45,3	76,5	34,5	133,4	66,1	92,3	99,7	40,1	42,8
Castanheira de Pera	173,9	106,1	15,6	11,6	68,3	18,7	22,0	13,0	35,4	23,8	27,0	29,3	5,7	9,8
Figueiró dos Vinhos	**370,6**	**175,4**	**22,5**	**13,4**	**113,3**	**31,2**	**58,3**	**25,6**	**86,7**	**42,5**	**62,3**	**46,1**	**27,6**	**16,7**
Pedrógão Grande	189,9	117,1	12,0	14,9	56,9	19,0	34,5	12,1	40,6	26,8	40,4	37,3	5,5	7,0

Fonte: PORDATA (última atualização 5/02/2019)

No que concerne à inscrição de acordo com o setor de atividade, o setor primário foi o menos requisitado em todos os concelhos em 2018, à semelhança do que já acontecia em 2011.

A maior média de desempregados/as inscritos/as em 2018 em todos os concelhos atingiu o setor terciário, verificando-se um decréscimo significativo relativamente a 2011. Também no setor secundário se registou uma diminuição significativa da média de desempregados/as inscritos/as em todos os concelhos, com especial destaque para Figueiró dos Vinhos e Ansião.

T. 28 - DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL À PROCURA DE NOVO EMPREGO (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA, 2011-2018

	Total		Primário		Secundário		Terciário		Ignorado	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Alvaiázere	195,8	125,2	9,5	10,5	80,8	35,9	104,7	75,1	0,9	3,7
Ansião	492,8	267,2	21,8	12,1	253,6	82,3	216,9	168,3	0,4	4,5
Castanheira de Pera	159,5	93,4	8,9	8,4	70,7	34,4	79,9	49,7	0,0	0,9
Figueiró dos Vinhos	322,1	151,6	23,1	10,1	130,1	43,4	168,4	94,1	0,5	4,0
Pedrógão Grande	164,6	102,8	8,8	6,3	63,3	32,7	91,3	61,1	1,2	2,7

Fonte: PORDATA (última atualização 5/02/2019)

Relativamente ao tipo de desemprego, predominavam, em 2018, os/as desempregados/as à procura de novo emprego em todos os concelhos, à semelhança do que já acontecia em 2011, ainda que com um claro decréscimo, tendo também em conta a diminuição da média de inscritos/as nos anos.

A média total de desempregados/as inscritos/as à procura de 1º emprego também baixou no período em análise.

T. 29 - DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR TIPO DE DESEMPREGO, 2011-2018

	Total		À procura do 1º emprego		À procura de novo emprego	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Alvaiázere	232,0	150,3	36,2	25,2	195,8	125,2
Ansião	541,7	299,0	48,9	31,8	492,8	267,2
Castanheira de Pera	173,9	106,1	14,4	12,7	159,5	93,4
Figueiró dos Vinhos	370,6	175,4	48,5	23,8	322,1	151,6
Pedrógão Grande	189,9	117,1	25,3	14,3	164,6	102,8

Fonte: PORDATA (última atualização 5/02/2019)

Por último, relativamente ao tempo de inscrição, verificaram-se algumas assimetrias. Em Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Castanheira de Pera, a média de desempregados/as inscritos/as de longa duração suplanta a média de desempregados/as inscritos/as com menos de um ano. Em Ansião e Alvaiázere verifica-se o oposto.

T. 30 - DESEMPREGADOS/AS INSCRITOS/AS NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL): TOTAL E POR TEMPO DE INSCRIÇÃO, 2011-2018

	Total		Menos 1 ano		1 ano ou mais	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Alvaiázere	232,0	150,3	147,9	82,4	84,1	67,9
Ansião	541,7	299,0	309,8	167,3	231,9	131,8
Castanheira de Pera	173,9	106,1	96,4	50,7	77,5	55,4
Figueiró dos Vinhos	370,6	175,4	196,3	83,3	174,3	92,1
Pedrógão Grande	189,9	117,1	102,4	53,7	87,5	63,4

Fonte: PORDATA (última atualização 5/02/2019)

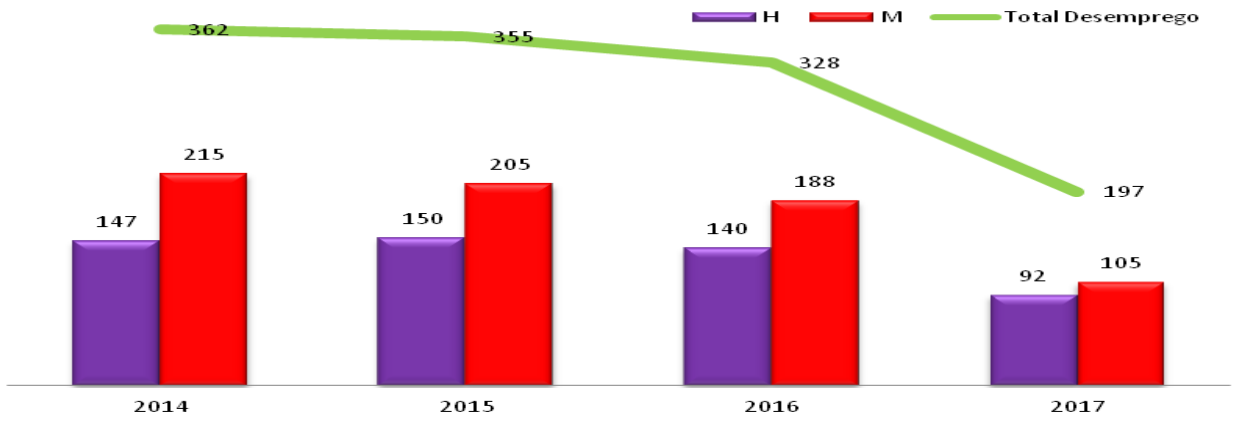
Em suma, o desemprego, seja de grande, média, ou pequena dimensão, agrava brutalmente os desequilíbrios sociais ao lançar uma parte da população na precaridade, na pobreza e na exclusão. Por outro lado, apesar das melhorias registadas, as relações entre desemprego, pobreza e violência são cada vez mais claras e mais sentidas na nossa região.

7.6 – DESEMPREGO REGISTADO NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Efetuando uma análise da evolução do desemprego registado no concelho de Figueiró dos Vinhos nos últimos 4 anos (2014-2017), podemos verificar no gráfico seguinte um decréscimo do número de desempregados/as inscritos/as no Centro de Emprego, com particular destaque no ano 2017, que registou 197 desempregados/as -131 que no ano anterior.

Relativamente à distribuição por sexo, observava-se, em todos os anos, uma predominância de desemprego feminino. Em 2017, dos 197 inscritos/as, 105 eram do sexo feminino e 92 do sexo masculino.

G. 96 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, total e por sexo, 2014-2017



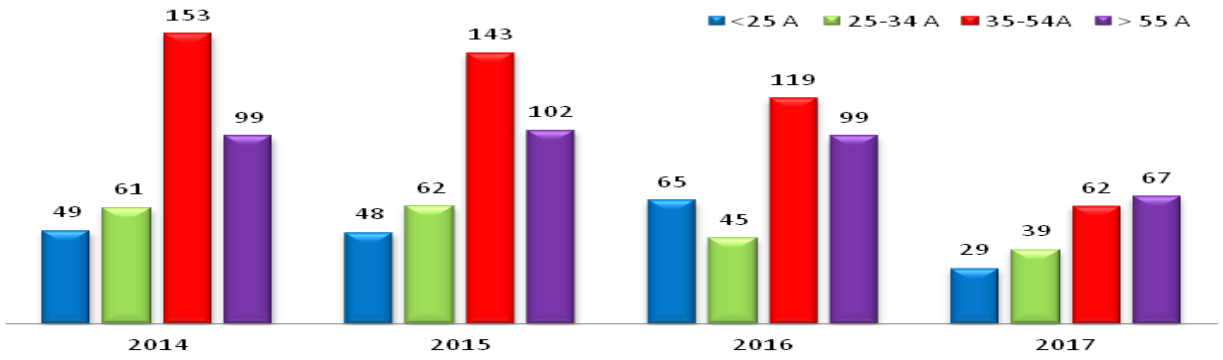
Fonte: IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, 2017

Relativamente à faixa etária dos/as desempregados/as do concelho, observava-se uma predominância de desempregados/as da faixa etária dos 35 aos 54 anos em 2014, 2015 e 2016, seguida dos com 55 e mais anos. Em 2017 registava-se uma inversão, com a predominância de incritos com 55 e mais anos (com dificuldade acrescida na reintegração no mercado de trabalho), seguida da faixa etária dos 35 aos 54 anos.

A faixa etária dos 25 aos aos 34 anos manteve mais ou menos estável entre 2014 e 2015, decrescendo nos anos seguintes.

A faixa mais jovem da população (com menos de 25 anos) tem sido a menos representada em quase todos os anos em análise (com exceção do ano 2016).

G. 97 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, faixa etária, 2014-2017



Fonte: IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, 2017

A escolaridade é, a nível individual, não só um caminho para obter competências para o mercado de trabalho, mas também é uma escolha pessoal que toma em consideração mais do que um mero objetivo profissional. Adicionalmente, a escolaridade de uma população tem uma forte correlação com o nível de desenvolvimento da própria região onde se insere.

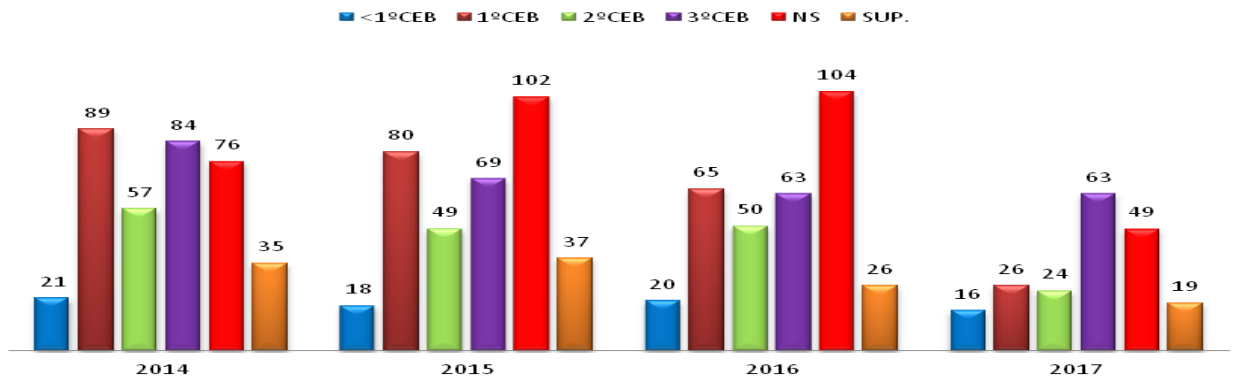
Neste âmbito, não podemos deixar de referir a elevada predominância que ainda se registou, essencialmente entre 2014 e 2016, de níveis de escolaridade baixos, com destaque para o 1º e 2º CEB e mesmo com escolaridade abaixo do 1º CEB. Apenas um cruzamento deste indicador com a faixa etária poderia facultar uma melhor compreensão destes dados, tendo em conta que, atualmente, a escolaridade obrigatória culmina no nível secundário.

Pese embora esta realidade, que não será muito diferente de outros concelhos do interior, refira-se uma clara predominância em quase todos os anos, de desempregados/as com habilitações de nível secundário e, com menos expressão, do 3º CEB.

No ano de 2017 a tendência é mais atípica quando comparada com os anos anteriores, prevalecendo os inscritos/as com habilitações ao nível do 3º CEB, seguindo-se o nível secundário. Refira-se porém que, neste ano, o número de inscritos/as foi também muito menor comparativamente com os anteriores.

O número de desempregados/as com formação de nível superior (presumindo-se, por isso, mais jovens e mais qualificados), tem vindo a decrescer nos anos em análise, registando em 2017 o valor mais baixo (19). Espera-se obviamente que as pessoas com um nível de escolaridade mais elevado, sejam aquelas que mais participam no mercado de trabalho, porém, como já foi referido noutro capítulo, a colocação de mão-de-obra mais especializada/qualificada, nem sempre é fácil em territórios onde o dinamismo económico é mais débil e, por conta disso, a procura é mais limitada.

G. 98 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, nível de escolaridade, 2014-2017

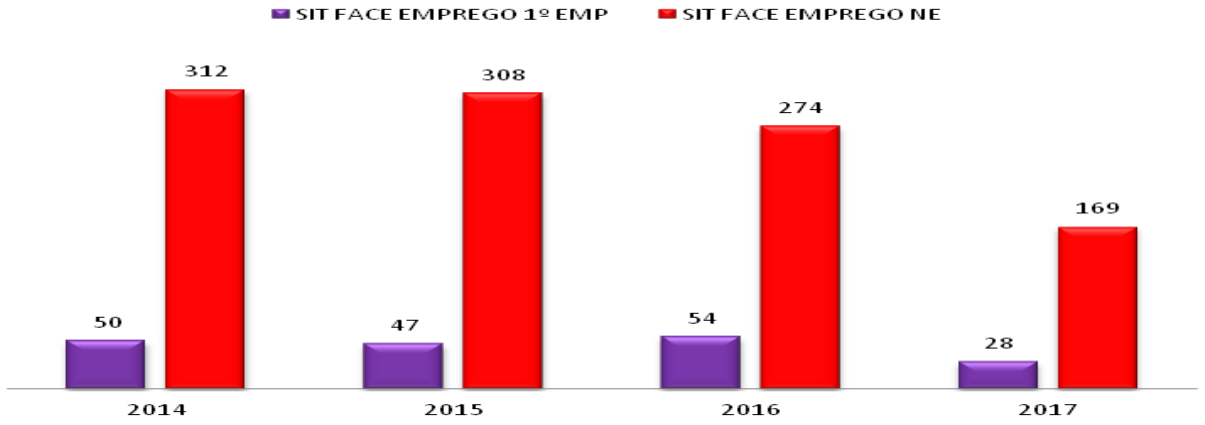


Fonte: IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, 2017

Quanto à duração do tempo de inscrição, verificava-se uma clara predominância da procura de novo emprego em todos os anos em análise. Como já foi anteriormente referido, só um cruzamento entre os vários indicadores apresentados nos poderia dar uma leitura mais objetiva dos dados, porém, atrevemo-nos a deduzir que a procura do 1º emprego diga respeito à franja mais jovem da população, que concluiu a sua qualificação e pretende, por essa via, entrar no mercado de trabalho.

Por outro lado, o peso considerável dos desempregados/as entre os 35 e 54 anos e, essencialmente dos com 55 e mais anos, que pelo fator idade têm maior dificuldade em reintegrar o mercado de trabalho, inflaciona consideravelmente o total de desempregados/as à procura de novo emprego.

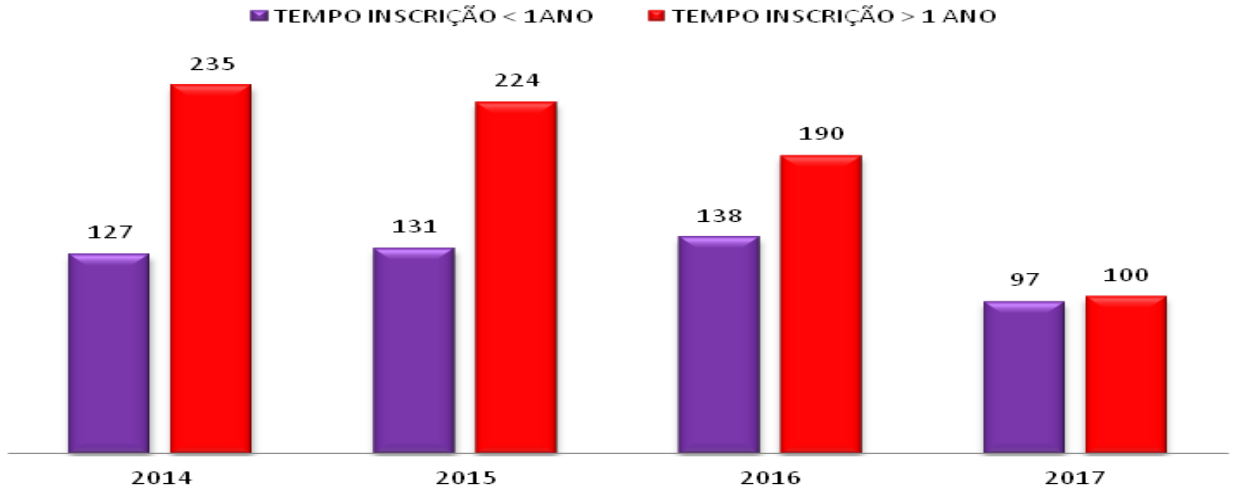
G. 99 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, situação face ao emprego, 2014-2017



Fonte: IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, 2017

Relativamente à duração do tempo de inscrição, predominavam as inscrições superiores a um ano (desemprego de longa duração), em todos os anos em análise, porém, em 2017, o número de inscritos/as há menos de um ano quase iguala o número de inscritos/as de longa duração (97 e 100, respetivamente).

G. 100 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, tempo de inscrição, 2014-2017



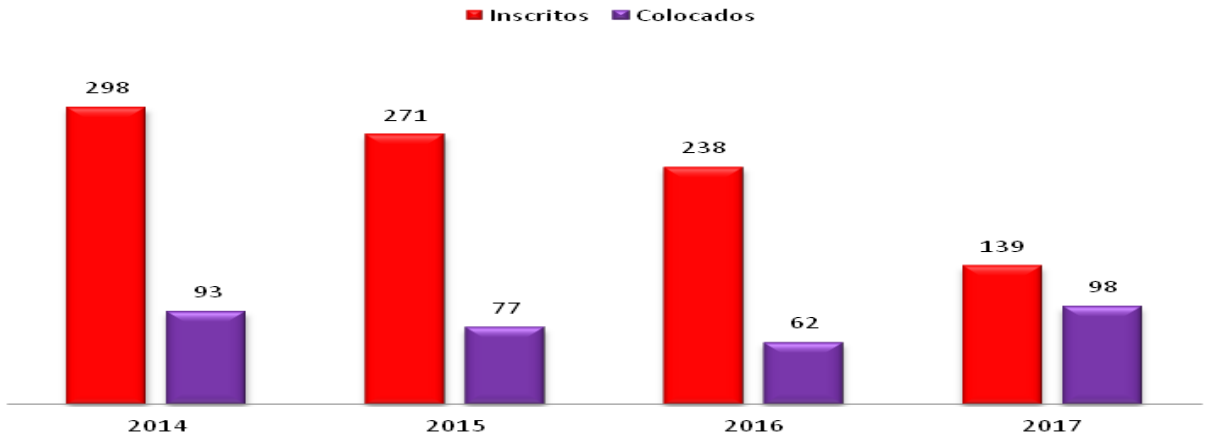
Fonte: IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, 2017

Por último, efetuando uma breve análise sobre a relação entre o número de inscritos/as no ano e o número de colocados/as, pode aferir-se a relação entre a procura e a oferta de emprego, aferida pelo número de colocações efetuadas.

No gráfico seguinte verificávamos que nos anos de 2015 a 2016, a diferença entre inscrições e colocações atingia valores bastante elevados, sendo obviamente as colocações em muito menor proporção, denotando uma clara predominância da procura em relação às ofertas de emprego recebidas.

No ano de 2017, assistia-se novamente a uma melhoria também neste indicador. Nesse ano, foram efetuadas 139 novas inscrições e foram colocados/as 98 inscritos/as, o que demonstrava uma clara melhoria no cômputo geral da empregabilidade no concelho.

G. 101 – Evolução N.º Inscritos/as no IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos – Concelho de Figueiró dos Vinhos, total e por sexo, 2014-2017



Fonte: IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos, 2017

7.7 - ATIVIDADE FORMATIVA DESENVOLVIDA NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, PELO CEFP DE LEIRIA – SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A componente do IEFP, não se esgota apenas na área do emprego e abarca também a área da formação, onde exerce uma forte atuação no contexto concelhio e da região. Para o cumprimento deste desiderato conta também com o apoio da Autarquia de Figueiró dos Vinhos, através da utilização do Polo de Formação.

De facto, a educação de adultos e a formação ao longo da vida constituem, como não podia deixar de ser, uma importante resposta às novas exigências da empregabilidade para os desempregados/as de longa duração e para os/as trabalhadores/as que não tiveram oportunidade de adquirir os níveis de qualificação indispensáveis à sua permanência no mercado de trabalho.

Neste âmbito, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, através do Polo de Formação de Figueiró dos Vinhos, tem disponibilizado, ao longo dos últimos anos (2015-2018), uma oferta constante de formação (essencialmente Cursos de Aprendizagem - APZ[64], Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA[65], Formação Vida Ativa - VA[66], Formação em Competências Básicas – FCB[67] e Formações Modulares - FM[68]) que tem procurado dar resposta às necessidades do mercado de trabalho, em áreas e saídas profissionais com maior viabilidade de emprego no concelho e na região, numa perspetiva de qualificar profissionais com vista à promoção do aumento da competitividade das empresas, potenciando, por esta via, a empregabilidade.

[64] Legislação de enquadramento: Portaria n.º 1497/2008 de 19 de Dezembro. Público-alvo: Os cursos de aprendizagem são cursos de formação profissional inicial, em alternância, dirigidos a jovens, privilegiando a sua inserção no mercado de trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. Têm acesso aos cursos de aprendizagem os jovens com idade inferior a 25 anos, que concluíram com aproveitamento o 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente e que não detenham uma habilitação escolar de nível secundário ou equivalente.

[65] Legislação de enquadramento: Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro; Portaria n.º 230/2008, de 7 de março, que define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (EFA) e das formações modulares e Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que regulam o seu funcionamento. Relativamente ao público-alvo: "Os cursos de educação e formação de adultos (Cursos EFA) têm vindo a afirmar- se como um instrumento central das políticas públicas para a qualificação de adultos, destinado a promover a redução dos seus défices de qualificação e dessa forma estimular uma cidadania mais ativa, e melhorar os seus níveis de empregabilidade e de inclusão social e profissional …". Os Cursos EFA e as formações modulares destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário. Os Cursos EFA de nível secundário, só podem ser frequentados por adultos com idade igual ou superior a 23 anos.

[66] Legislação de enquadramento: Portaria n.º 203/2013, de 17 de junho. Público-alvo: A **medida Vida Ativa - Emprego Qualificado** permite potenciar o regresso ao mercado de trabalho de desempregados/as, através de uma rápida integração em ações de formação de curta duração.
Esta medida integra uma **estratégia de formação** designada por **Vida Ativa - QUALIFICA+**, destinada a pessoas desempregadas com muito baixas qualificações.

[67] Legislação de enquadramento: Portaria n.º 1100/2010, de 22 de outubro e Portaria n.º 216-C/2012, de 18 de julho. Público-alvo: Adultos com idade igual ou superior a 18 anos que não tenham frequentado ou não tenham concluído 4 anos de escolaridade; tenham frequentado e concluído os 4 anos de escolaridade, mas não tenham conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo.

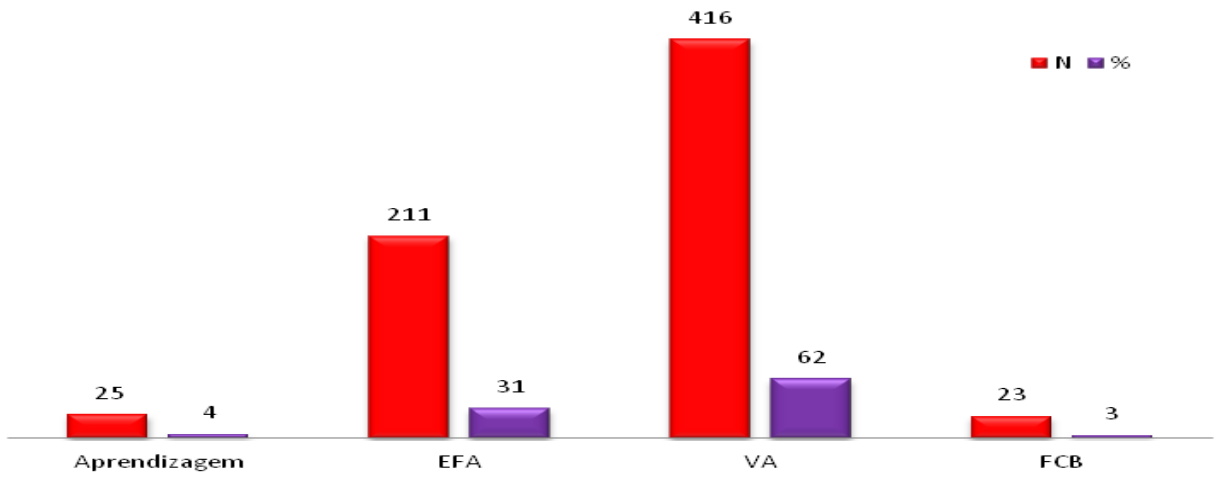
[68] Legislação de enquadramento: Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro; Portaria n.º 230/2008, de 7 de março e Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro. Público-alvo: Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, empregados ou desempregados/as que queiram melhorar as suas competências em domínios de âmbito geral ou específico de uma profissão.

Os planos anuais de atividades do Serviço de Formação Profissional de Leiria são elaborados com base nas orientações e procedimentos emanados pelo Departamento de Formação do IEFP, IP e Delegação Regional do Centro, passando pela auscultação das necessidades de Qualificação Profissional sentidas pelo tecido empresarial e outros parceiros locais, reportadas aos serviços de emprego da região ou diretamente ao serviço de formação.

De acordo a informação prestada pelo IEFP, no período 2015-2018 foram desenvolvidas no Polo de Formação Profissional de Figueiró dos Vinhos um total de 32 ações de formação profissional, nas modalidades Aprendizagem (APZ), Educação e Formação de Adultos (EFA), Formação Vida Ativa (VA) e Formação em Competências Básicas (FCB).

Foram abrangidos neste período um total de 675 formandos/as, com a seguinte afetação por modalidade:

G. 102 – Formandos/as Abrangidos entre 2015 e 2018, por modalidade, Total e %



Fonte: IEFP, 2019

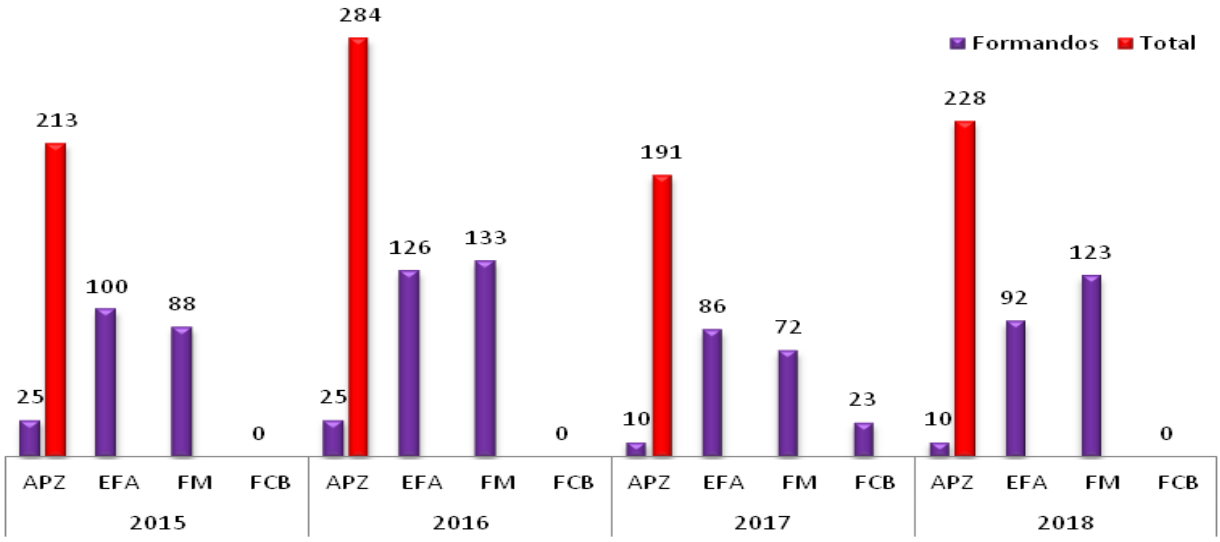
A modalidade com maior expressão foi a Vida Ativa, caraterizada pela sua curta duração (25 a 300h), onde se pretende melhorar competências transversais associadas à aprendizagem de ferramentas informáticas, línguas estrangeiras, abordagens mais eficazes ao mercado de trabalho para obtenção de emprego, fomentar competências empreendedoras e criação de ideias de negócio.

Seguiu-se a modalidade EFA, com uma duração média de 18 meses, que possibilita a aquisição de um perfil completo de competências, associado a uma certificação de nível 2 ou 4, dependendo do nível de habilitações escolares dos formandos/as à saída, 3º ciclo ou 12.º ano respetivamente. Como se pode verificar na tabela acima apresentada, as áreas profissionais que têm vindo a ser implementadas, pretendem dar resposta às necessidades de qualificação nas áreas sociais, saúde, ou áreas em que os formandos possam exercer uma atividade por conta própria, dada a escassez de tecido empresarial ou empregadores locais. O IEFP tentou também implementar formação em áreas ligadas à construção civil e metalomecânica para as quais não houve adesão de candidatos/as.

As modalidades com maior dificuldade de implementação são as dirigidas ao público jovem (Aprendizagem) e ao público menos escolarizado (Competências Básicas). Este acumula maiores níveis de desmotivação, dificuldade de deslocação à sede do Concelho e encontram-se, maioritariamente, em idade de pré-reforma.

A contabilização do número de abrangidos no ano superou o número de abrangidos por modalidade no período em análise, já que nas modalidades de longa duração os formandos tendem a ser contabilizados tantas vezes quanto o número de anos em que estão inseridos nas ações de formação. Nesta contagem e por tal motivo, atingiu-se um total de 913 formandos/as distribuídos da seguinte forma:

G. 103 – Formandos/as Abrangidos por modalidade de formação, 2015-2018, concelho de Figueiró dos Vinhos



Fonte: IEFP, 2019

Podemos constatar que o ano 2016 foi o ano com maior expressão de abrangidos/as em ações de formação. Verifica-se uma quebra acentuada no ano de 2017, coincidente com a catástrofe dos incêndios.

Em termos de empregabilidade, os cursos que se têm revelado com maior absorção de ex-formandos/as pelo mercado de emprego local são os cursos de Geriatria, Apoio Familiar e à Comunidade e Técnico Auxiliar de Saúde.

7.8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão o IEFP tem contribuído para que, nesta região, o desemprego seja combatido com as melhores armas, isto é, dotando as pessoas com as competências necessárias para a sua entrada ou reentrada no mercado de trabalho, disponibilizando serviços gratuitos, presenciais e interativos, adaptados aos diferentes públicos.

Promove as condições de empregabilidade dos/as candidatos/as a emprego e apoia-os/as na sua integração no mercado de trabalho. Responde às necessidades das entidades empregadoras em termos de recrutamento e seleção de profissionais e faculta incentivos para a dinamização dos seus projetos de desenvolvimento.

A qualificação dos recursos humanos, com particular relevância para a elevação das qualificações da população ativa constitui uma das prioridades do IEFP, por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento, que assegure a renovação do modelo competitivo da nossa economia e promova uma cidadania de participação.

Neste âmbito, não podemos deixar de referir que as políticas ativas de emprego devem ser mais efetivas, seletivas e dirigidas aos segmentos e grupos mais atingidos pelo desemprego e com especiais dificuldades de entrada ou reentrada no mercado de trabalho, como os jovens e os desempregados/as de longa duração, realçando-se o desenho e/ou ajustamento de programas de emprego jovem que, com os recursos adequados, favoreçam a inserção sustentada dos jovens no mercado de trabalho.

A estabilidade e a promoção do emprego, o direito ao trabalho e o combate ao desemprego e à precariedade devem constituir um fator de progresso e desenvolvimento da região. Isso só se consegue com uma maior diversificação das atividades económicas e a instalação de novas empresas que criem novos postos de trabalho que permitam fixar pessoas e combater de uma forma eficaz a desertificação.

8 - ATIVIDADE ECONÓMICA

8.1 - ANÁLISE SWOT DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS

FORÇAS

- Centralidade no contexto da região e boas acessibilidades (IC8, A13, A1);
- Espaços de Instalação Empresarial (Parque do Carameleiro, Zona Industrial da Ladeira da Calça, e Complexo Empresarial SONUMA (em construção) Expansão de Espaços de Atividades Económicas;
- Rede de infraestruturas, equipamentos e serviços nas áreas da educação/formação, saúde e apoio social, formação/emprego e turismo e cultura, importantes para o desenvolvimento económico;
- Existência do CENTRO INVESTE. Centro de Apoio ao Investimento, Empreendedorismo e Incubadora;
- Património Natural e Biodiversidade e diversidade paisagística: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais e albufeira e recursos associados ao Turismo de Natureza (Serra da Lousã, Ribeira de Alge, Praias Fluviais, Foz de Alge, etc);
- Património Histórico e Cultural;
- Diversidade e regularidade de atividades culturais e desportivas;
- Integração na Rede das Aldeias do Xisto;
- Qualidade ambiental.

FRAQUEZAS

- Tecido industrial débil – falta de empresa industrial com volume de emprego significativo (> 50);
- Dificuldade de atração de investimentos e de pessoas, que funciona como obstáculo a uma nova dinâmica de desenvolvimento social e económico;
- Reduzida dimensão do mercado e baixo poder de compra das famílias;
- Desarticulação entre oferta de empregos e a procura (lugares por preencher versus desemprego);
- Desemprego de jovens qualificados;
- Falta de cultura empreendedora e dinamismo económico;
- Baixas qualificações (escolares e profissionais) da mão-de-obra e dificuldades de adaptação a novas situações;
- Impacto causado pelos incêndios florestais ao longo dos anos, com maior enfoque nos incêndios de 2017
- Falta de gestão integrada dos espaços florestais;
- Declínio da atividade agrícola.

OPORTUNIDADES

- Apoios do Portugal 2020 / PDR2020 (GAL PZ) / Turismo de Portugal, com avisos dedicados ao "interior";
- Existência de apoios a START UPS, incubadoras, etc;
- Novo enfoque no "interior": Plano de Revitalização do Pinhal Interior;
- Integração na CIMRL;
-PDM-FV atualizado à luz das novas exigências;
- Nova imagem associada a Figueiró dos Vinhos (logomarca, site, APP´s, AX etc…) com impacto no Turismo;
- Inserção em Redes e Parcerias regionais;
- Floresta: novo ordenamento;
- Proximidade com centros de ensino superior e de investigação (Univ. de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Aveiro, ISCTE, Institutos Politécnicos e Instituto Pedro Nunes);
- Investimentos públicos no Turismo potenciador de iniciativa privada (passadiço, CRER…) e aproveitamento do potencial turístico e atividades correlacionadas.

AMEAÇAS

- Condicionantes associadas à interioridade;
- Imagem de destruição e morte associada aos incêndios de 2017;
- Envelhecimento da população e consequente diminuição da população ativa;
- Reduzido espírito empreendedor e de inovação;
- Falta de RH qualificados para alimentar projetos de investimento, em áreas específicas;
- Dificuldade de fixação e atração de população;
- Falta de opções em termos de habitação;
- Concorrência com outros municípios com zonas industriais instaladas e com maior proximidade ao litoral;
- Falta de terrenos de propriedade da autarquia;
- Falta de Entidade associativa dinâmica e representativa do tecido empresarial.

8.2 - ATIVIDADES ECONÓMICAS - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Tecido empresarial pouco expressivo e dificuldades na captação de novas empresas e investimentos, nomeadamente no setor industrial.
- Necessidade de reforçar a dinâmica empresarial, o empreendedorismo e o surgimento de novos negócios.
- Desarticulação entre a oferta e a procura de emprego visível na existência de ofertas de emprego não preenchidas e na existência de desempregados/as.

- Baixas qualificações (escolares e profissionais) da população desempregada geradoras de dificuldade de empregabilidade;
- Dificuldade de absorver jovens qualificados que uma vez concluídos os estudos não conseguem obter um emprego com remuneração esperada.

8.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

O concelho de Figueiró dos Vinhos, a par de outros localizados no interior do País, tem vindo a enfrentar um conjunto de condicionantes inerentes à "interioridade", que resultaram em grande medida da ausência de uma discriminação positiva relativamente às oportunidades disponibilizadas e oferecidas aos territórios que se situam no litoral.

Esta circunstância reflete-se naturalmente no dinamismo económico a que se tem assistido ao longo dos anos, que se considera ténue e pouco expressivo, traduzido na ausência de oportunidades de emprego mais qualificado em número que pudesse contribuir para a fixação da população, nomeadamente a mais jovem, ou o seu "regresso" após conclusão dos estudos no ensino superior.

De facto, e pese embora o esforço, empenho e prioridade dada pela Autarquia a este desígnio, torna-se muito difícil competir com outras zonas do território nacional, que pela sua localização geográfica e proximidade dos grandes centros, a que se juntam excelentes acessibilidades rodoviárias, conseguem mais facilmente atrair investimento produtivo que se reflete desde logo na criação de postos de trabalho. A aposta tem que passar pela diferenciação e pelas condições oferecidas a potenciais investidores, seja em espaços de instalação complementados com benefícios financeiros e fiscais.

Tragicamente, face à ocorrência dos incêndios no ano de 2017, a questão do modelo de desenvolvimento dos territórios do interior assumiu uma importância fulcral face ao impacto que aquelas catástrofes constituíram, consciente que ficou o país da importância que tinha a aplicação de um novo modelo de desenvolvimento que não "esquecesse" uma parte substancial do território que, por estar mais longe dos grandes centros urbanos e por ter uma densidade populacional muito inferior, não podia ser deixada "ao abandono" e apenas lembrado aquando da ocorrência de acontecimentos trágicos.

Em boa verdade, antes ainda do ano de 2017 estas questões ganharam ênfase através da criação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior[69] com o propósito de apresentar uma vasto plano para alteração do modelo de desenvolvimento dos territórios do Interior e o crescimento sustentado destes.

Com a publicação do **Programa Nacional para a Coesão Territorial**[70] e fundamentalmente do **Plano de Revitalização do Pinhal Interior** surge um quadro legal diametralmente oposto e agora sim com um conjunto de medidas específicas que podem contribuir para o desenvolvimento sustentado do Interior.

A título exemplificativo, a criação de novos benefícios fiscais com impacto direto na vida das pessoas e na atividade das empresas, a criação de avisos de candidaturas a fundos comunitários específicos para os promotores desta região, o reforço da dotação de verbas para programas específicos (CENTRO2020, SI Inovação, SI2E, etc), entre outros, são medidas concretas cuja implementação terá resultados no curto/médio prazo.

Mas o contexto atual ainda reflete muito do que foi a evolução com aspetos altamente penalizadores verificada nos anos passados. O concelho de Figueiró dos Vinhos consciente de toda essa realidade, tem procurado pelos seus próprios meios, dar sinais e passos no sentido de contribuir para inverter esta tendência.

[69] Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016.
[70] Ver em https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-.aspx

A título de exemplo, o importante investimento assumido com a reconversão e ampliação do Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos, a reabilitação de um espaço devoluto para instalação de uma Área de Localização Empresarial (ALE) ainda no ano de 2019 (Complexo Empresarial SONUMA), a criação e disponibilização de um conjunto de infraestruturas, serviços, apoios diretos e benefícios concedidos à fixação de empresas[71], a disponibilização de instalações físicas para apoio a empresários e a prestação de apoio técnico especializado[72], representam medidas amigas de um clima favorável aos negócios e ao investimento.

Por outro lado, é de realçar o elevado investimento público feito em intervenções que são potencialmente geradoras de negócios associados, ou seja, a aplicação de fundos públicos em projetos que depois podem alavancar a concretização de investimentos privados. Citamos a título de exemplo, os investimentos na área do Turismo que permitiram a criação de diversas unidades de alojamento turístico que criam dinâmica económica e desenvolvimento.

Esta estratégia contempla ainda o projeto pioneiro relativo à criação da Incubadora de Empresas/CENTRO INVESTE, que se pretende que funcione como um instrumento inovador e facilitador de ideias de negócio que possam vir a ser materializadas.

A conjuntura económica recessiva que se instalou nos territórios do Interior nos últimos 20/30 anos, teve também no concelho de Figueiró dos Vinhos reflexos visíveis, traduzidos no encerramento de unidades fabris que pela sua dimensão contribuíam para um importante dinamismo económico e social e para a criação de riqueza por via do emprego. As duas maiores unidades fabris, empregadoras de um considerável número de pessoas, nunca foram "substituídas" por unidades de dimensão similar, e esse é um dos obstáculos claros ao desenvolvimento do concelho na medida em que a quebra de emprego acarretou quebra de rendimento, redução de poder de compra, incapacidade de atrair e fixar população, entrando-se num ciclo em que outras iniciativas empresariais e ligadas ao terceiro setor apenas limitaram estas perdas. Fácil é concluir que, sem estas outras iniciativas que foi sendo possível executar, o cenário seria hoje muito pior.

A este propósito citamos algumas iniciativas de empreendedorismo, ligadas a Start-ups cujo nascimento e crescimento se apoiou no CENTRO INVESTE (serviço do município dedicado ao empreendedorismo e às empresas) que tem permitido fixar e atrair alguma população qualificada[73]

Importa neste contexto referir também que, nos últimos tempos se tem assistido ao declínio da atividade agrícola e florestal, por via do abandono dos campos e dos incêndios florestais, que têm ao longo dos anos fustigado o concelho mas que no ano de 2017 tiveram um impacto que se irá estender ao longo dos próximos anos.

Em face desta nova realidade e deste novo paradigma, podemos observar que o setor público e dos serviços têm vindo a ganhar margem de progressão e peso na economia local.

Cabe ainda no âmbito deste Diagnóstico, não escamotear o problema estrutural resultante do baixo nível de qualificações académicas e profissionais, localizado na faixa da população em idade ativa, constatando-se, por outro lado, que existe um *deficit* de capacidade de iniciativa e empreendedora por parte de um segmento que, dispondo de formação, receia e resiste à possibilidade de criar a sua própria empresa ou o seu próprio negócio ou reconverter e modernizar negócios de família.

É certo que têm surgido alguns bons exemplos nos últimos nos, exemplos esses que podem servir de "inspiração" e conforto a quem possa enveredar por esta via empreendedora uma vez que ao contrário do que acontecia há largos anos em que o percurso educativo era focado na possibilidade de obter qualificações no sentido de trabalhar por conta de outrem, a nova realidade impôs

[71] O "Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento", aprovado em 2015, define um conjunto de medidas, normas de gestão e funcionamento, para a concessão de benefícios e apoio ao investimento, empreendedorismo, dinamização da atividade económica, etc.
[72] Através do CENTRO INVESTE – Município de Figueiró dos Vinhos.
[73] ver em http://www.centroinveste.pt/index.php/portfolio-2/empresas-incubadas.

que o sistema educativo já esteja também vocacionado para, pelo menos, ter a via do "empreendedorismo" e iniciativa própria no quadro de possibilidades futuras dos jovens.

8.4 - ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL - EMPRESAS E SOCIEDADES

Analisando a informação disponibilizada pelo INE e acessível no PORDATA, o último ano para o qual existem dados referentes a Empresas, Sociedades e indicadores associados, é o ano de 2016.

Realçamos que, no contexto da atualidade e face ao ritmo de evolução - 2 anos é um tempo muito longo para se tirarem conclusões absolutamente fidedignas acerca duma realidade que evolui a um ritmo acelerado - corremos assim o sério risco de estar a trabalhar sob uma base "irrealista" se apenas atendermos aos dados estatísticos disponíveis.

O quadro seguinte apresenta de forma resumida alguns dos principais dados.

T. 31 - EMPRESAS COM SEDE NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, PESSOAL AO SERVIÇO E VOLUME DE NEGÓCIOS – 2013-2016

Designação	Ano 2013			Ano 2016			Variação %		
	N.º empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios	N.º empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios	N.º empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	43	70	7 667	65	97	10 155	51%	39%	32%
Indústrias extrativas	0	0	0	0		,,,	0%	0%	0%
Indústrias transformadoras	36	124	6 669	34	,,,	,,,	,,,	,,,,	,,,,
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0		0	,,,	,,,	0%	0%	0%
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0	0		1	,,,	,,,	0%	0%	0%
Construção	88	209	10 047	81	174	4 253	-8%	-17%	-58%
Comércio por grosso e a retalho (...)	162	276	28 257	162	274	27 535	0%	-1%	-3%
Transporte e armazenagem	24	37	1 822	24	48	2 168	0%	30%	19%
Alojamento, restauração e similares	54	80	1 968	58	91	3 024	7%	14%	54%
Atividade de Informação e comunicação	6	12	244	5	19	718	-17%	58%	194%
Atividades imobiliárias	8	8	100	8	10	108	0%	25%	8%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	46	72	1 058	43	75	1 164	-7%	4%	10%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	26	26	125	33	45	2 909	27%	73%	2227%
Educação	26	27	99	22	24	166	-15%	-11%	68%
Atividades de saúde humana e apoio social	30	42	884	38	49	1 065	27%	17%	20%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	6	6	51	8	8	48	33%	33%	-6%
Outras atividades de serviços	32	37	435	31	42	407	-3%	14%	-6%
Total	587	1 026	59 426	613	956	53 720	4%	-7%	-10%

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas e PORDATA (ultima atualização 16/01/2019)
Nota: Conforme consta na respetiva Fonte, os setores Indústrias extrativas, Indústrias transformadoras, Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e Captação, tratamento e distribuição de água (...) não têm dados pelo que, para os dados totais, estes setores, não têm valor.

Os setores que mais se destacam são a *Construção*, *Comércio por grosso e a retalho (...)*, *Alojamento, restauração e similares e atividade de consultoria, científicas, técnicas e similares*. A ausência de dados no quadro (verificável diretamente na fonte) não nos impede de referir que ao nível da indústria transformadora existem ainda um conjunto assinalável de empresas que no setor da

floresta estão incluídas em "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" mas que para além disso têm existência no Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos e noutros locais do Concelho, ainda que, manifestamente em número insuficiente capaz de alavancar o desenvolvimento económico por via do emprego.

O setor de "Transporte e armazenagem" é aqui também referido pelo número de pessoas ao serviço, uma vez que no contexto estatístico global e pela realidade diretamente observável, é importante à escala local.

A análise do quadro referente às Empresas e Sociedades sediados no concelho permite completar a visão global deste parâmetro:

T. 32 - EMPRESAS E SOCIEDADES COM SEDE NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – 2016

Designação	Ano 2016			
	N.º empresas	%	N.º Sociedades	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	65	10,6%	15	7,9%
Indústrias extrativas	0	0,0%	0	0,0%
Indústrias transformadoras	34	5,5%	21	11,1%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0,0%	0	0,0%
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	1	0,2%	1	0,5%
Construção	81	13,2%	25	13,2%
Comércio por grosso e a retalho (...)	162	26,4%	52	27,5%
Transporte e armazenagem	24	3,9%	15	7,9%
Alojamento, restauração e similares	58	9,5%	18	9,5%
Atividade de Informação e comunicação	5	0,8%	3	1,6%
Atividades imobiliárias	8	1,3%	7	3,7%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	43	7,0%	13	6,9%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	33	5,4%	4	2,1%
Educação	22	3,6%	1	0,5%
Atividades de saúde humana e apoio social	38	6,2%	6	3,2%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	8	1,3%	2	1,1%
Outras atividades de serviços	31	5,1%	6	3,2%
Total	613	100,0%	189	100,0%

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas e PORDATA (ultima atualização 16/01/2019)

Analisando as sociedades, as conclusões são similares.

Naturalmente que a análise do número de empresas e sociedades, do pessoal ao serviço das mesmas e do volume de negócios associados é de alguma forma consonante relativamente aos setores relevantes, pelo que se apresenta um quadro em que estes setores são "isolados" dos demais e permitem uma visualização mais fina dos dados e do que representam na sua globalidade.

T. 33 - EMPRESAS E SOCIEDADES COM SEDE NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – 2016

Designação	Ano 2013			Ano 2016		
	N.º empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios	N.º empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	43	70	7 667	65	97	10 155
Construção	88	209	10 047	81	174	4 253
Comércio por grosso e a retalho (...)	162	276	28 257	162	274	27 535
Transporte e armazenagem	24	37	1 822	24	48	2 168
Alojamento, restauração e similares	54	80	1 968	58	91	3 024
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	46	72	1 058	43	75	1 164
Outras atividades de serviços	32	37	435	31	42	407
Total	449	781	51 254	464	801	48 706

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas e PORDATA (ultima atualização 16/01/2019)

8.5 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE

Neste parâmetro, importa realçar que sendo nosso propósito referenciar e dar a conhecer a estrutura económica do concelho de Figueiró dos Vinhos, importa proceder a uma análise dos diferentes setores de atividade, que nos permita aferir do grau de desenvolvimento do Município nesta vertente.

Ao tentar analisar os dados que se reportam ao setor primário, secundário e terciário, monitorizando a correspondente população em atividade, surge desde logo uma dificuldade estatística insanável: esta informação apenas está disponível no âmbito dos Censos, ao contrário do que acontece com alguns outros indicadores/dados.

Assim sendo, faremos uma análise comparativa no que concerne ao período intercensitário 2001-2011, com as limitações que daí advêm, desde logo por passarem 7 anos desde essa realidade (2011) e pelas alterações decorrentes desde esse período de que são exemplo a intervenção da Troika e as condicionantes associadas, a ocorrência dos trágicos incêndios de 2017 e da própria evolução verificada no território.

Cremos portanto que a análise que fazemos deve ter estas condicionantes em atenção uma vez que não se pode de forma alguma transpor do ano de 2011 para o ano de 2018 uma realidade que é dissonante, como já afirmámos noutros capítulos.

Na tabela que a seguir apresentamos, podemos verificar a distribuição da população empregada pelos diferentes setores, de acordo com as unidades territoriais apresentadas.

De uma forma geral, podemos concluir que o setor primário é o que ocupa a menor percentagem da população em todas as unidades territoriais, seguido do setor secundário e do terciário (com especial enfoque no setor terciário ligado à economia). Estabelecido o paralelismo entre as séries temporais apresentadas, verificamos uma redução da população no setor primário e secundário e um aumento no setor terciário, em todas as unidades territoriais.

T. 34 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE 2001-2011

Unidade Geográfica	Setor 1º		Setor 2º		Setor 3º (social)		Setor 3º (econ.)		Setor 3º (total)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Continente	5	3	36	27	25	28	34	42	59	70
Centro	7	4	38	30	25	29	30	37	55	66
PIN	7	3	41	33	25	30	27	34	52	64
Alvaiázere	8	4	42	34	21	28	29	34	50	62
Ansião	5	2	48	37	20	26	27	35	47	61
Castanheira de Pera	3	4	47	37	30	31	21	28	51	59
Figueiró dos Vinhos	11	4	38	27	26	35	25	34	51	69
Pedrógão Grande	8	6	29	24	35	37	28	33	63	70

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

O setor primário está relacionado com a exploração de recursos da natureza (agricultura, pescas, pecuária, etc.) e apresenta-se como um dos setores mais vulneráveis da economia portuguesa, que tem vindo a perder expressão ao longo dos anos. Este setor empregava em 2011, a nível nacional, apenas 3% da população. O cenário é idêntico nas NUT II e III e nos concelhos em análise (Ansião empregava apenas 2% da sua população e Pedrógão Grande 6%). Comparativamente às restantes unidades territoriais consideradas, o concelho de Figueiró dos Vinhos era o que registava, em 2001, a maior percentagem de ativos empregados no setor primário (11%) e foi também o concelho que mais população perdeu neste setor em 2011 (4%).

O setor secundário é o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos acabados ou semi acabados (inclui atividades ligadas à industria, construção civil, obras públicas, etc.). Este setor empregava, em 2011, 27% da população a nível nacional, tendo perdido 9% relativamente a 2001. A NUT II e III apresentava uma percentagem um

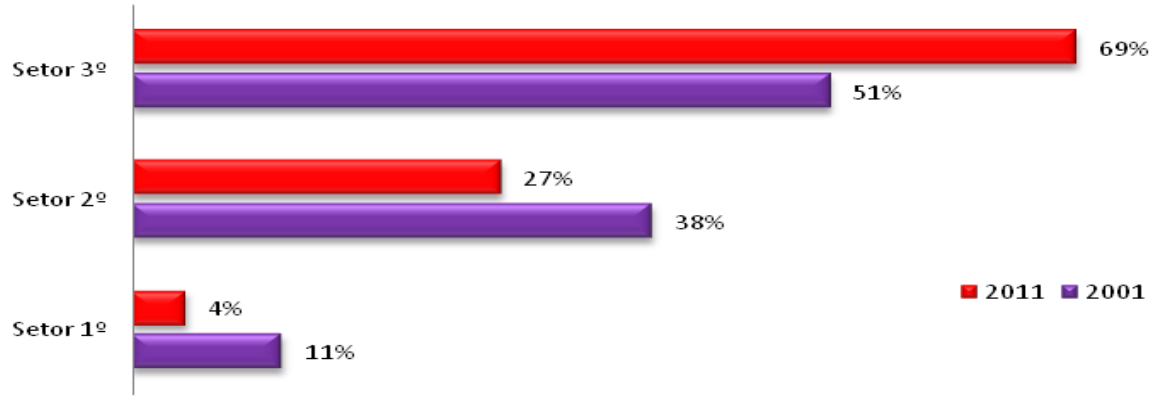
pouco superior (30% e 33%, respetivamente) e uma perda idêntica relativamente ao ano de 2001. A nível concelhio, os resultados apresentados não fogem muito à tendência nacional e regional e centram-se nos 24% a 37%. As perdas relativamente ao período intercensitário anterior rondam, em média, os 10%.

É o setor terciário que obtém maior expressão em todas as unidades geográficas, registando, em 2011, 70% dos ativos na NUT I Continente, 66% na NUT II e 64% na NUT III, representando em média um aumento de cerca de 11% relativamente aos dados de 2001.

O comportamento dos concelhos em análise aproxima-se da média nacional e regional. A percentagem de população empregada neste setor ronda, em média, os 65% nos 5 concelhos.

Analisando a evolução da população empregada por setores de atividade em Figueiró dos Vinhos, em 2001 e 2011, observava-se um aumento de 18% no setor terciário[74], enquanto que o setor secundário e primário registava um decréscimo na ordem dos 11% e 7%, respetivamente.

G. 104 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2011



Fonte: Censos, INE, Portugal, 2001-2011.

Quer em 2001, quer em 2011, o setor predominante é o terciário, sendo que já em 2001 representava mais de metade da população ativa, o que é resultado do crescimento do pequeno comércio local e da proliferação dos serviços públicos.

Porém, foi no setor secundário que se assinalou o maior decréscimo, sendo que a indústria transformadora tem vindo a perder importância, fruto do encerramento de algumas empresas bastante representativas na empregabilidade. Paralelamente, tem-se assistido a um abrandamento do setor da construção civil e obras públicas, transversal a todo o território nacional, reflexo da diminuição do investimento público e privado.

8.6 - ATIVIDADE AGRÍCOLA E FLORESTAL

A área agrícola e florestal do concelho ultrapassa os 13.000ha, correspondendo a mais de 70% da superfície total do concelho.

O concelho de Figueiró dos Vinhos é um concelho predominantemente florestal, representando a superfície agrícola apenas 11,4% da área total do concelho (1.963ha). Tendo por referência o último Recenseamento Agrícola promovido pelo INE, a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) representava em 2009, 382 hectares, distribuída por 256 explorações agrícolas, na sua maioria de pequena dimensão. Referimo-nos concretamente a pequenas explorações do tipo familiar, que se afirmam como complemento da

[74] Refira-se que as maiores entidades empregadoras do concelho pertencem ao setor terciário (Câmara Municipal e as instituições ligadas à economia social).

economia doméstica e de outras atividades exercidas nomeadamente no setor secundário e terciário. As culturas predominantes têm sido, para além dos produtos hortícolas e animais para consumo próprio, a vinha, olival e cereais de grão.

Confrontamo-nos com uma população agrícola envelhecida e com um baixo nível de instrução, onde apenas uma pequena percentagem (3%), exerce a atividade a tempo inteiro. Os restantes dispõem de uma atividade principal, dedicando-se à agricultura como forma de complementar os seus rendimentos.

Sendo a floresta o principal recurso natural existente no concelho, a importância das atividades que lhe estão associadas, reflete-se também no volume de emprego que se consegue promover e no volume de receitas com reflexo na economia.

Com uma área de cerca de 11.000ha, verifica-se um domínio da cultura do eucalipto (70%) e do pinheiro bravo (25%).

O número total de trabalhadores adstritos às empresas ligadas à agricultura, produção animal, caça e floresta, era de 47 indivíduos, em 2012.

O forte impacto que os incêndios de 2017 tiveram no território, colocam sérias condicionantes à evolução futura do setor nomeadamente pela questão da destruição de muitas explorações familiares ligada à pequena agricultura (ainda que informais …) e pela destruição de recursos florestais que, no médio prazo, vão escassear.

Mau grado esta constatação, sempre diremos que também nesta área económica, a mudança de paradigma com incidência na produção Legislativa que desde 2017 tem vindo a fazer o seu caminho, permite-nos encarar esta realidade com algum otimismo, naturalmente moderado e realista.

Na verdade, a Administração Central tem assumido finalmente a necessidade de legislar, contemplando um conjunto de domínios que poderão consubstanciar-se em oportunidade, incentivos e meios capazes de despertar em todos quantos se interessam pelas atividades agrícolas e florestais, curiosidade, interesse e motivação, nomeadamente a população mais jovem.

Destacamos para contextualizar o que nos permitimos afirmar, entre outros, os Diplomas Legais que resultam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2018, de 12 de outubro, que aprovou o Programa Nacional de Regadios, o Decreto-Lei nº. 64/2018, de 7 de Agosto, que consagra o Estatuto da Agricultura Familiar, a Resolução da Assembleia da República n.º 270/2018, de 13 de Agosto, que recomenda que se promova o acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas e o Decreto-Lei nº. 9/2019, de 18 de janeiro, que criou o Estatuto do Jovem Empresário Rural definindo o respetivo procedimento de reconhecimento.

No domínio estritamente florestal, não podemos ficar indiferentes ou deixar de assinalar neste trabalho, matérias também elas objeto de uma nova abordagem no que se refere a esta temática, e que permitirão olhar para este setor com uma visão mais realista, racional, prudente e necessariamente ambiciosa no que respeita a uma política de ordenamento florestal mais consentânea com as alterações climáticas com que hoje as sociedades modernas se confrontam.

A este propósito, fará todo o sentido registar a disponibilidade demonstrada pelo Estado para instalar neste concelho a Empresa Pública de Gestão de Recursos Florestais Florestgal SA, que aqui se sediou recentemente e que contou com a adesão e apoio material, logístico e financeiro da Autarquia para que esta realidade se tornasse possível, a que nos voltaremos a referir mais adiante. Trata-se de uma verdadeira descentralização de serviços em regra instalados na capital do país, para o interior, o que naturalmente merece registo e referência.

A par desta importante medida que implica criação de postos de trabalho e da definição de uma nova estratégia para a defesa da floresta contra incêndios, assistimos já no corrente ano de 2019 à publicação de Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos-lei, na sequência de Resoluções aprovadas na Assembleia da República em 2018, que retratam novas linhas orientadoras para

uma política florestal diferente, que infelizmente ao longo das duas últimas décadas não produziu os efeitos desejados, nomeadamente no que se refere à diminuição da área florestal ardida.

A título de exemplo foi aprovado o relatório de diagnóstico e as medidas de atuação para a valorização do território florestal e de incentivo à gestão florestal ativa, alteração do regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal, o regime jurídico que disciplinam as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais, a alteração das normas até aqui aplicáveis à produção e comercialização de materiais florestais de reprodução utilizados para fins florestais, clarificando finalmente os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Em 2017 através do Decreto-Lei 85/2017, de 27 de Julho, já havia sido publicado um importante Diploma que criava um regime excecional que agiliza os processos aquisitivos, administrativos e financeiros para o desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado. Neste seguimento foi implementado um projeto piloto no qual o Concelho de Figueiró dos Vinhos foi integrado, com a criação do BUPI – Balcão Único do Prédio.

8.7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS

No que ao comércio diz respeito, verificamos que existe no concelho uma diversidade de oferta de estabelecimentos comerciais, com uma expressão mais significativa no setor do alojamento e restauração.

Assiste-se ainda ao predomínio de pequenas lojas, muitas delas funcionando dissociadas de modelos de gestão, por vezes como modo de ocupação dos respetivos proprietários, constatando-se a necessidade deste setor investir na imagem, modernização das instalações, qualidade dos serviços prestados e promoção dos produtos, questões que, reconheça-se, não têm constituído objeto de prioridade, tendo em vista uma melhor e maior rentabilização dos espaços existentes.

A Vila de Figueiró dos Vinhos detém a maior concentração de comércio, quer pela sua densidade populacional, quer pela sua localização e sede de concelho.

Como já foi anteriormente referido, o peso das empresas ligadas ao comércio e serviços, em termos de emprego, é também bastante significativo, salientando-se o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, nas atividades relacionadas com o alojamento, restauração e similares e nas atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares. As atividades administrativas e os serviços de apoio, bem como as atividades relacionadas com a saúde e apoio social, refletem também um número considerável de efetivos.

Relativamente aos serviços, são os serviços públicos que maior relevância têm, quer pela empregabilidade e pela diversidade de ofertas que apresentam, quer enquanto importante vetor de suporte às empresas e à própria dinâmica local que protagonizam. O concelho dispõe de alguns serviços de amplitude intermunicipal (Tribunal, Serviços de Finanças e Centro de Emprego e Formação Profissional), a par com outros de elevada importância, dos quais destacamos a Câmara Municipal, Espaço do Cidadão, CENTRO INVESTE, Biblioteca Municipal, Casa da Cultura, Museu e Centro de Artes, Museu do Xadrez, Casulo de Malhoa, Turismo, Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial, Notário Privativo, CTT, Serviço Local da Segurança Social, Guarda Nacional Republicana, Agrupamento de Escolas, Centro de Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associação Produtores Agroflorestais, Terminal Rodoviário, Serviço permanente de táxis ente outros).

8.8 - MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO

Instituições Bancárias

O concelho é atualmente servido por 3 instituições bancárias: Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco e Caixa de Crédito Agrícola.

Terminais de Multibanco

Em 2018 existiam no concelho 5 terminais de multibanco, 3 na sede de concelho, 1 na freguesia de Aguda e 1 na freguesia de Arega.

A existência de instituições bancárias de referência com uma rede de balcões que engloba Figueiró dos Vinhos reveste-se da maior importância face ao enquadramento socioeconómico.

Por outro aldo, face à existência de vias de comunicação que possibilitam o acesso fácil a centros urbanos próximos, não se efetuam análises com base em movimentos bancários ou levantamentos em Terminais Multibanco porquanto, os dados dai retirados, não configuram uma análise real dos hábitos de consumo nem da própria componente financeira associada.

8.9 - PODER DE COMPRA CONCELHIO

A análise deste indicador genericamente designado Índice de Poder de Compra envolve sempre alguma celeuma uma vez que os resultados obtidos no Estudo publicado pelo INE, nem sempre são reconhecidos como consonantes com a realidade diretamente observável.

O indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. O poder de compra concelhio representa assim o peso de cada concelho no contexto do total nacional, refletindo a distribuição do poder de compra pelo país e a repartição da população.

O Poder de Compra *per capita* do concelho de Figueiró dos Vinhos, aumentou de 49 para 67,24 no período em análise, valor bastante equiparado ao dos restantes concelhos do norte do distrito de Leiria.

T. 35 - PODER DE COMPRA *PER CAPITA* 2000-2015

Designação/ Valor	2000	2002	2007	2009	2011	2013	2015
Alvaiázere	52,63	51,51	58,33	58,47	63,45	69,12	66,90
Ansião	62,11	58,19	62,58	65,03	69,10	73,93	72,84
Batalha	85,08	71,46	82,71	80,68	86,82	86,19	83,84
Castanheira de Pera	50,80	54,86	59,93	59,91	60,07	69,59	69,78
Figueiró dos Vinhos	48,97	50,15	55,61	57,07	63,07	70,34	67,24
Leiria	103,83	95,35	99,87	99,91	102,92	103,18	102,92
Marinha Grande	98,67	110,42	101,99	91,56	95,79	99,98	99,33
Pedrógão Grande	54,48	52,38	58,61	60,30	61,45	68,78	68,24
Pombal	68,44	63,99	73,80	73,43	81,98	85,32	82,79
Porto de Mós	66,29	67,66	67,87	68,72	79,40	81,96	80,25

Fonte: INE – Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio e PORDATA (ultima atualização 2017)

Comparando o poder de compra *per capita* do concelho com o poder de compra médio do país, verificamos que apesar de se ter registado um aumento considerável deste indicador no concelho, entre os anos 2000 e 2015, ainda se verifica a uma diferença considerável relativamente à média nacional.

Este indicador tem para Figueiró dos Vinhos o quantitativo de 67,24, muito superior ao registado no ano 2000 (48,97) mas relativamente mais baixo ao considerado no ano de 2013 (70,34).

Face à nova realidade das Comunidades Intermunicipais, nomeadamente no facto de Figueiró dos Vinhos pertencer à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, apresenta-se o quadro comparativo entre os Municípios que a compõem.

8.10 - ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS

Neste item, a noção de "estruturas de apoio" é considerada em sentido lato, englobando não só as infraestruturas físicas mas também os mecanismos de apoio imaterial, traduzidos em serviços de apoio ou outros que potenciam a atividade económica.

CENTRO INVESTE – Centro de Apoio ao Investimento e ao Empreendedorismo e Incubadora

No âmbito da sua estratégia para o concelho em termos do que deverá consubstanciar o desenvolvimento económico, o município de Figueiró dos Vinhos criou o CENTRO INVESTE[75] com o propósito de desenvolver um conjunto de sinergias, de apoio às iniciativas empresariais e do desenvolvimento de novas oportunidades de negócio estruturantes para o concelho, através da prestação de serviços de apoio direto ao investidor no aconselhamento, na localização empresarial, no apoio à elaboração do plano de negócio, no acesso a fontes de financiamento e apoios comunitários, partilha do networking e desenvolvimento sustentado de start-ups.

A criação de uma Incubadora de Empresas/Centro de Apoio ao Empreendedorismo, assumiu-se como uma prioridade num quadro alargado de apoio às iniciativas empresariais, representando uma aposta do Município de Figueiró dos Vinhos num contexto de manifesta necessidade de implementar estratégias de apoio ao emprego e à economia. Mais do que a disponibilização de instalações físicas, a aposta numa vertente de empreendedorismo, incentivando a contribuir para o desenvolvimento sustentado, por via da criação de emprego, gerador de riqueza e bem-estar, proporcionando um ambiente adequado para a passagem da ideia ao negócio, apoiando o arranque através de condições físicas, apoio logístico e apoio técnico que contribuam para o sucesso da criação de empresa.

Inaugurado formalmente em outubro de 2016, na atualidade o balanço é positivo, traduzido no número de projetos incubados por empreendedores[76], no apoio à instalação de empresas e no apoio à instalação em áreas empresariais, sendo fortes as expectativas para o futuro próximo.

Programa de Apoio ao Investimento

O "Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento", aprovado pelo Município em 2015, concretiza um conjunto de medidas e define as normas de gestão e de funcionamento que permitem ao Município de Figueiró dos Vinhos concretizar a sua estratégia, ao nível do empreendedorismo, da concessão de benefícios e apoio ao investimento, da dinamização da atividade económica (industria, comércio e serviços), entre outros.

Estes benefícios traduzem-se numa primeira fase num apoio direto ao promotor no enquadramento do seu projeto de investimento, das diversas fontes de financiamento e condicionantes a cumprir. Em termos de benefícios financeiros concretos citam-se a cedência de espaços temporários, a cedência de lotes de instalação a custos bonificados, a isenção total de derrama, a isenção parcial de taxas urbanísticas e administrativas, entre outros.

[75] www.centroinveste.pt.
[76] Idem.

ARU – Área de Reabilitação Urbana da Vila de Figueiró dos Vinhos

Consciente da necessidade de intervir sobre o edificado e numa perspetiva de valorização da Vila de Figueiró dos Vinhos, o Município procedeu à delimitação e posterior aprovação de uma ARU – Área de Reabilitação Urbana. Este processo permite a concessão de um conjunto de benefícios municipais, fiscais, financeiros e outros que constituem um atrativo para a recuperação de imóveis para fins habitacionais e para fins empresariais, inscritos/as dentro desta área[77].

Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento

A Pinhais do Zêzere é uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 1994, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural da região, de uma forma integrada, através do aproveitamento e rentabilização dos seus recursos endógenos, promovendo a participação e integração da comunidade. A Associação tem ainda como objetivo a elaboração de estudos e projetos, bem como a atuação no âmbito do desenvolvimento local e regional, em cooperação com outras entidades públicas e privadas que prossigam o mesmo fim.

A Zona de Intervenção da Pinhais do Zêzere abrange a totalidade da área geográfica dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra.

É Entidade Gestora do PDR2020, *Medida 10 – Abordagem Leader*, tendo-se constituído como GAL – Grupo de Ação Local para o efeito.

Associação de Produtores Agroflorestais do Concelho de Figueiró dos Vinhos

Esta Associação tem como objetivo um serviço de extensão agrícola e florestal que vise o desenvolvimento Agroflorestal da região na perspetiva do desenvolvimento rural integrado, através da formação e informação dos proprietários agroflorestais, da elaboração de projetos de (re)arborização, beneficiação e infraestruturas agroflorestais no concelho de Figueiró dos Vinhos, de apoio aos associados na valorização dos recursos agroflorestais e ambientais, do reforço da cooperação institucional com o Município, Juntas de Freguesia, Cooperativas Agrícolas, Corporações de Bombeiros, Técnicos Agroflorestais, e outras entidades de interesse para assegurar uma efetiva prestação de serviços de gestão agrícola e de gestão e defesa florestal, da representação dos seus associados junto da Administração Pública e de Organizações Agrícolas e Florestais similares de âmbito Regional ou Nacional, bem como em negociações com outros parceiros da Fileira Agrícola e Florestal quer diretamente quer por intermédio de estruturas associativas de grau superior e do fomento de outras iniciativas tendentes à valorização, proteção e conservação da floresta, bem como das estruturas produtivas de âmbito agrícola num contexto do desenvolvimento rural e todas as demais compatíveis com os estatutos e a legislação em vigor.

FICAPE – Cooperativa Agrícola do Norte do Distrito de Leiria

A FICAPE é uma cooperativa agrícola criada em 1980, com sede em Figueiró dos Vinhos. A sua área de intervenção abrange os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e ainda os concelhos limítrofes e ou com eles confinantes.

A secção florestal da FICAPE representa uma das suas principais áreas de atuação, promovendo o setor florestal na sua área de intervenção e trabalhando como intermediária entre os empresários/produtores florestais e os Grupos mais representativos da Indústria de Celulose.

A FICAPE presta serviço de consultoria técnica florestal, com apoio e assessoria à gestão de explorações agroflorestais.

[77] Ver em http://www.cm-figueirodosvinhos.pt/index.php/reabilitacao-urbana.

Além da seção florestal, a área comercial da FICAPE disponibiliza os mais variados e diversificados fatores de produção agrícola, procurando encontrar soluções adequadas às novas necessidades dos Clientes e Associados em paralelo com a evolução dos mercados nacional e internacional.

FLORESTGAL – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal

Esta nova empresa pública sedeada em Figueiró dos Vinhos, tem como objetivo fundamental demonstrar como é possível gerir de forma rentável a floresta, particularmente nas zonas de minifúndio.
Esta nova empresa servirá como uma espécie de modelo e de incentivo às entidades privadas de gestão florestal, cujos ativos devem ter uma área mínima de 100 hectares, segundo a legislação em vigor. A entidade pública vai poder arrendar várias propriedades de pequenos proprietários para tentar rentabilizá-las em economia de escala.

8.11 - ESPAÇOS DE INSTALAÇÃO EMPRESARIAL

Como já foi anteriormente assumido, a localização geográfica de Figueiró dos Vinhos no contexto regional, pode considerar-se bastante atrativa uma vez que a sua centralidade lhe confere vantagens competitivas acentuadas.

No contexto nacional, as boas acessibilidades rodoviárias que servem Figueiró dos Vinhos (A13, IC8 e IC3) permitem uma ligação rápida à A1 (autoestrada do Norte que liga Lisboa ao Porto) e à A23 (autoestrada da Beira Interior que liga a A1 à A25 e à fronteira com Espanha, sucessivamente), bem como o IC8 que permite uma ligação direta ao porto da Figueira da Foz. Figueiró dos Vinhos está ainda ligado aos principais centros urbanos do país a menos de 2 horas - Lisboa cerca de 1h45m, Porto cerca de 1h30m de viagem - e de Coimbra e Tomar a menos de 30 minutos. A par das ligações rodoviárias, merece ainda destaque a proximidade a ligações ferroviárias com a Linha do Norte e portuárias com o porto da Figueira da Foz.

Estes elementos positivos da sua localização permitem afirmar um potencial de ligação a um vasto território, proporcionando oportunidades de crescimento e de desenvolvimento económico que, num processo de desenvolvimento sustentado assume uma efetiva mais-valia aliada à presença de um ambiente favorável ao investimento, onde estão sediados um conjunto de serviços públicos fundamentais ao setor empresarial, que tornam este território especialmente atrativo ao investidor nacional e estrangeiro.

A existência de parques destinados à implementação de atividades económicas, nomeadamente o Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos, a Zona Industrial da Ladeira da Calça e novas áreas previstas pela revisão do PDM, afirmam-se como fatores importantes para o aumento da competitividade e desenvolvimento do setor empresarial.

Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos

Localizado junto ao Nó do IC8, com 35 lotes destinados a indústria, comércio e serviços, concretiza um dos vetores fundamentais da estratégia de desenvolvimento preconizada pelo município. Foi objeto de requalificação concluída em 2015, com novas acessibilidades e zonas de expansão, disponibilizando lotes adicionais face aos anteriormente existentes, novas acessibilidades e orientação, estando previstas zonas de expansão.

Zona Industrial da Ladeira da Calça

Localizada no limite poente da Vila de Figueiró esta zona industrial possui 5 lotes de terreno destinados à instalação de indústria, tendo algumas condicionantes associadas nomeadamente a falta de visibilidade e acessibilidades que tem inviabilizado a cedência de lotes e a instalação industrial.

CENTRO INVESTE – Incubadora de empresas e projetos

O CENTRO INVESTE é mais do que um edifício e um mero serviço. Constitui um espaço de incubação[78] integrado no Município de Figueiró dos Vinhos, funcionado em instalações próprias, num imóvel que foi adaptado face à sua subutilização para uma incubadora de empresas e projetos e um centro de apoio ao empreendedorismo.

Dispõe de espaços de incubação individualizados e outros em co-*work*, contemplando o acesso a toda a infraestrutura e serviços disponibilizados, permitindo aos incubados desenvolver os seus projetos de investimento em condições de apoio e acolhimento propícias e com acesso a "ferramentas" essenciais.

São desenvolvidas atividades de apoio ao empreendedorismo e apoio ao investimento privado, sob diversas formas, desde o apoia ao empreendedorismo nas escolas à divulgação de oportunidades de investimento e financiamento.

Complexo empresarial SONUMA (em construção)

No seguimento da apresentação de uma candidatura ao CENTRO2020, foi aprovado o financiamento comunitário para a criação de uma área industrial – o Complexo Empresarial SONUMA, que se encontra em construção e estará concluído no ano de 2019.
Esta obra traduz-se na transformação daquele espaço devoluto e que há muito anos se encontrava ao abandono e que o Município de Figueiró dos Vinhos adquiriu. Tem um Investimento aprovado superior a 1 milhão de euros comparticipados por fundos comunitários em 85%.
Este projeto permitirá criar um conjunto de 7 espaços amplos, com possibilidade de serem agregados, flexíveis, de solução tipo "chave na mão" possibilitando a instalação rápida de empresas, mediante simples adaptação do espaço e instalação do equipamento.
O reconhecimento desta oferta diferenciadora e da valia do projeto apresentado pelo Município de Figueiró dos Vinhos possibilita uma gestão integrada da oferta de espaços às empresas, considerado o Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos e agora o Complexo Industrial SONUMA e o CENTRO INVESTE – Incubadora de Ideias e Projetos, que presta apoio direto e faz a gestão integrada desta oferta.

8.12 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese que o desenvolvimento económico do concelho terá que claramente ser consonante com a nova realidade que decorrer de um conjunto de acontecimentos e políticas cujo impacto é de extrema relevância:

- A nova forma de olhar os "**Territórios de Baixa Densidade**" ;

- O **Programa Nacional para a Coesão Territorial;**

- O **Plano de Revitalização do Pinhal Interior**, com impacto direto em Figueiró dos Vinhos, um dos 7 municípios integrantes;

- Os **incêndios de 2017** que tornaram premente a necessidade de a Administração Central, contribuir para inverter um conjunto de constrangimentos e dificuldades que tivemos oportunidade de destacar, permitindo novas respostas e soluções em áreas prioritárias com potencial de crescimento, como o comércio, o turismo e necessariamente a indústria.

A necessidade de criar riqueza por via do emprego, apostando em projetos geradores de emprego preferencialmente jovem e qualificado, bem como em iniciativas que pelo seu potencial de crescimento possam fixar e atrair população jovem, terá que ser

[78] Ver em http://www.centroinveste.pt/index.php/portfolio-2/a-incubadora.

complementada com investimento privado em unidades produtivas nas áreas empresariais existentes e em construção, possibilitando assim o efeito multiplicador do investimento público.

Paralelamente, deverá ser assumida a necessidade de promover o emprego no setor dos serviços, mantendo e ampliando os serviços públicos, e possibilitando o incremento da iniciativa privada, incluindo a que resulta de novas formas de comércio, entre as quais o comércio on-line.

Em jeito de conclusão, importará reforçar a ideia da perspetiva que já havíamos defendido no Diagnóstico Social precedente, que tem vindo a alcançar eco e proatividade por parte da Administração Central, no sentido de se darem passos que permitam aos territórios de baixa densidade como o nosso, acalentar algumas esperanças no sentido da reversão de uma realidade económica que durante décadas teimou em alargar as distâncias e as assimetrias relativamente a zonas localizadas no Litoral.

Ainda em 2017 foi criado um Regulamento do Sistema de Incentivos ao empreendedorismo e ao emprego, que sinaliza alguma mudança no paradigma com que nos habituámos a conviver.

Porém, tendo em perspetiva o que sempre se defendeu no tocante à fixação de pessoas neste território, atratividade de empresas, investimento e necessariamente emprego, constatamos que finalmente podemos observar na agenda politica nacional a importância decisiva que merecem os benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do interior, medidas que não podemos de deixar de assinalar como positivas no contexto da valorização de um território coeso e mais equilibrado, afirmando-se como um pilar fundamental para a criação de riqueza.

Por esta via, estamos em crer que a par da iniciativa do poder local será possível antever melhores dias e sinais de esperança e de confiança, fundados nesta complementaridade que poderá produzir os efeitos que todos ambicionam.

9 – AMBIENTE

9.1 – ANÁLISE SWOT DO AMBIENTE

FORÇAS

- Município de Figueiró dos Vinhos;
- Juntas de Freguesia;
- Serviço Municipal de Proteção Civil;
- Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos (Equipa de Intervenção Permanente);
- Associação de Produtores Agroflorestais do concelho;
- Mata Municipal do Cabeço do Peão e outros espaços de lazer;
- Rede de Praias Fluviais;
- Recursos florestais, cinegéticos, hídricos e eólicos;
- ETAR;
- Parceria com as Águas do Centro, SA
- Ficape – Cooperativa Agrícola do Norte do Distrito de Leiria;
- Florestgal – Empresa Pública de Desenvolvimento e Gestão Florestal;
- BUPI (Concelho Piloto na realização do cadastro);
- IEFP – Centro de Emprego e Polo de Formação;
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos;
- Clube de Caçadores Bairradense;
- Secção de Pesca Associativa Desportiva;
- Estrutura dos GIPS da GNR no Concelho;
- Centro de meios aéreos.

FRAQUEZAS

- Falta de gestão dos espaços florestais;
- Insuficiente sistema de esgotos e tratamento de águas residuais;
- Degradação dos solos (como consequência dos incêndios);
- Falta de pontos de recolha de resíduos de construção e demolição;
- Deficit de educação ambiental da população;
- Ausência de cadastro da propriedade rústica.

OPORTUNIDADES

- Aposta da Autarquia em medidas e ações de prevenção ambiental;
- Projeto ALJIA;
- Adesão à Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior EIM, SA;
- Incentivos fiscais para o investimento e gestão sustentável da floresta;
- Lei n.º 77/2017 – Novo Regime de Arborização e Rearborização do Eucalipto;
- Adesão do Município à Carta das Cidades e Vilas Europeias em direção à Sustentabilidade (Carta de Aalborg);
- Portugal 2020;
- Distinção do concelho como símbolo de excelência ambiental e qualidade de vida;
- Parcerias com ERSUC, Sociedade Ponto Verde, Águas do Centro, AREAC, Rede das Aldeias de Xisto, etc.;
- Distinção do concelho com o Selo de Qualidade Exemplar da Água para consumo humano, em 2018;
- Plano Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode;
- Novos povoadores (nacionais e estrangeiros);
- Pólo da Escola Profissional.
- Rede NATURA 2000 – Áreas com potencial para a conservação da Natureza;
- Projeto Vale do Rio – Associação dos Amigos do lugar do Vale do Rio;
- Recuperação dos principais cursos de água (Projeto Ambiental);
- Aprovação do projeto CRER – Criação de Trutas assilvestradas.

AMEAÇAS

- Alterações climáticas e sua repercussão no agravamento das condições de risco de incêndio;
- Restrições orçamentais;
- Falta de preocupação com as questões ambientais;
- Despovoamento do concelho;
- Envelhecimento da população;
- Encerramento de serviços públicos;
- Encerramento de empresas;
- Monocultura do eucalipto e perda de diversidade biológica;
- Pragas e doenças em espécies florestais de maior valor económico (pinheiro bravo e eucalipto).

9.2 - AMBIENTE - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

- Incêndios florestais;
- Insuficiente sistema de esgotos e tratamento de águas residuais;
- Falta de planeamento e ordenamento florestal.

9.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas de ordem ambiental têm constituído uma preocupação para a Autarquia, que consciente da sua dimensão e do impacto que assumem na qualidade de vida da população, tem vindo a prosseguir um conjunto de investimentos ao nível das infraestruturas, nomeadamente no que se refere ao aumento da cobertura da distribuição de água ao domicílio a novos agregados, o alargamento da rede de recolha de resíduos sólidos, ampliação do número de Ecopontos e sensibilização da opinião pública para as vantagens decorrentes da separação dos resíduos e da sua posterior reciclagem.

Na vertente ambiental e sendo certo que importa refletir acerca de um conjunto de questões, que desenvolveremos nas páginas seguintes, torna-se imperativo e pertinente assinalar a importância que decorre da assinatura do Protocolo para a Gestão Integrada da Ribeira de Alge - ALJIA e que elegemos como uma oportunidade que se colocará no futuro. Trata-se desde logo de um projeto estrutural, que visa e contempla a criação de um Centro de Reabilitação em ecossistemas ribeirinhos, cujo financiamento já se encontra aprovado e que se refletirá a prazo na melhoria da qualidade de vida em temos ambientais, que o concelho poderá vir a experimentar e a beneficiar em termos económicos, por via do turismo ambiental.

Este plano de gestão integrada da Ribeira de Alge visa contribuir para a valorização sustentável do concelho, que assentará na requalificação ambiental e cultural da Ribeira de Alge e área envolvente, potenciando e promovendo a valorização ecológica, cultural, social e económica daquele curso de água e abrangerá infraestruturas e elementos de superior interesse natural, económico e sociocultural, destacando-se nestes domínios o posto aquícola de Campelo, as Fragas de S. Simão e a Foz de Alge.

O projeto está ainda orientado para a implementação de boas práticas de gestão e manutenção de galerias ripícolas e dos recursos piscícolas da região.

Importa por isso assinalar neste Diagnóstico esta importante medida, que poderá, uma vez materializada, responder a todo um conjunto de deficiências e constrangimentos ambientais que têm impedido nas últimas décadas rentabilizar da melhor forma os importantes recursos naturais de que o concelho dispõe.

Na sequência do processo de investimento orientado para dotar os aglomerados populacionais do concelho de água potável nos respetivos domicílios, atingindo a taxa de cobertura os 100% da área do Município, importa destacar a recente distinção que a Autarquia recebeu através da atribuição de selo de qualidade exemplar de Água para consumo Humano 2018, titulo atribuído em 22 de Novembro de 2017, no âmbito da iniciativa “Prémios e Selos de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos”.

Convém realçar que esta iniciativa é realizada, anualmente, pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e resíduos, em parceria com o Jornal Águas & Ambiente, contando ainda, com a colaboração de entidades representativas do setor.

Trata-se de um excelente incentivo, que naturalmente se traduz numa maior confiança por parte dos/as consumidores/as, com repercussões positivas óbvias no consumo de água potável e concomitantemente em termos ambientais, na medida em que esta iniciativa fomenta o contínuo desenvolvimento e melhoria da qualidade da água para consumo humano, bem como o aumento da cobertura e acesso aos serviços, a par com a redução da poluição que as atividades humanas geram no ambiente.

Este desiderato tem constituído uma preocupação constante da Câmara Municipal, que com a atribuição deste Selo de Qualidade, vê os esforços e investimentos que têm vindo a ser desenvolvidos, recompensados, constituindo um estímulo para dar continuidade a este propósito que se traduz numa Oportunidade como aliás assinalámos na análise SWOT.

Importa ainda sublinhar que também se deve prosseguir a mesma atitude relativamente ao sistema de esgotos e o seu tratamento através do seu alargamento a zonas do concelho que ainda não dispõem desses serviços, abrindo-se agora uma janela de oportunidade a que também já nos referimos na análise SWOT e que desenvolveremos em dois momentos distintos mais à frente.

Refira-se que o sistema de águas residuais cobre cerca de 30% da população, estando previsto, a prazo, a construção de duas novas ETAR (Foz de Alge e Bairradas) que vão absorver os sistemas respetivos, bem como a construção de um terceiro sistema na Freguesia de Aguda que terá ligação à ETAR localizada em Vale de Tábuas.

Este problema estrutural terá que ser equacionado de forma racional, como uma verdadeira prioridade em termos mais vastos e abrangentes, tendo em conta o volume de investimento a realizar e a ausência de recursos financeiros próprios suficientes para lhe fazer face, sendo decisivo também neste domínio o apoio por parte das entidades nacionais e europeias, que permitam concretizar esta necessidade básica sentida por uma parte significativa da população do concelho.

Na verdade, a inexistência de saneamento básico implica à população a busca de outras soluções, que se traduzem, no caso dos resíduos domésticos, no recurso às "fossas", com todos os inconvenientes ambientais que poderão resultar da sua existência e utilização.

Neste domínio, e pela atualidade que esta matéria assume para o Município, importa destacar neste contexto a recente decisão dos Órgãos Autárquicos em aderir à Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior a que nos referiremos de forma mais desenvolvida e apropriada, quando procedermos às considerações finais deste capitulo, enquanto instrumento capaz de, no futuro próximo, responder às preocupações e necessidades diagnosticadas, pelo efeito de escala que proporcionará, nomeadamente a um acesso mais facilitado ao investimento comunitário, que se considera imprescindível para reverter o quadro deficitário que nesta área se regista há décadas, justificado pela incapacidade financeira própria da Autarquia para fazer face, de forma isolada, aos avultados investimentos que se colocam.

Na gestão dos resíduos sólidos urbanos, verifica-se ainda alguma necessidade de persistir na sensibilização da população, nomeadamente a mais jovem e em idade escolar, para as questões relacionadas com a defesa do meio ambiente, nomeadamente no que respeita às vantagens decorrentes da utilização dos Ecopontos e dos hábitos de reciclagem.

Um outro aspeto que tem originado transformações ambientais, paisagísticas e económicas profundas ao longo dos últimos anos, são os incêndios florestais. Estes devem-se em grande parte à falta de limpeza das matas, constrangimento este a que não será alheio o abandono dos campos motivado pelo êxodo rural que há décadas fustiga o interior onde nos localizamos e ainda, naturalmente, pela expressiva dimensão da área florestal.

Finalmente, a ausência de planeamento da área florestal do concelho por parte da generalidade dos proprietários, constituirá um fator acrescido de perturbação neste domínio.

Os incêndios florestais representam efetivamente um flagelo provocando consequências negativas no tecido económico por via do condicionamento que causa à vertente turística, na natureza e na economia doméstica, por via da delapidação do património e do desemprego que gera.

9.4 - EVOLUÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Nas últimas décadas, o concelho de Figueiró dos Vinhos assistiu a um reforço significativo do alargamento da rede de abastecimento domiciliário de água, garantindo, desde 2001, o acesso a este bem essencial a toda a população.

Como forma de melhorar o sistema de abastecimento de água, a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos começou por celebrar um Protocolo com a Câmara Municipal de Ansião, aprovado em Reunião de Câmara em 30/06/1981 e revisto em 12/06/1997, para assegurar o abastecimento de água e respetivos ramais de ligação, na maioria dos lugares da Freguesia de Aguda[79]. A captação de água que abastece o concelho de Ansião, é efetuada na Ribeira d'Alge (Freguesia de Aguda – Figueiró dos Vinhos), pelo que a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, aproveitando as infraestruturas já feitas naquela zona pela Câmara Municipal de Ansião, considerou mais plausível efetuar o protocolo supracitado do que efetuar um investimento próprio de raiz, para o mesmo fim.

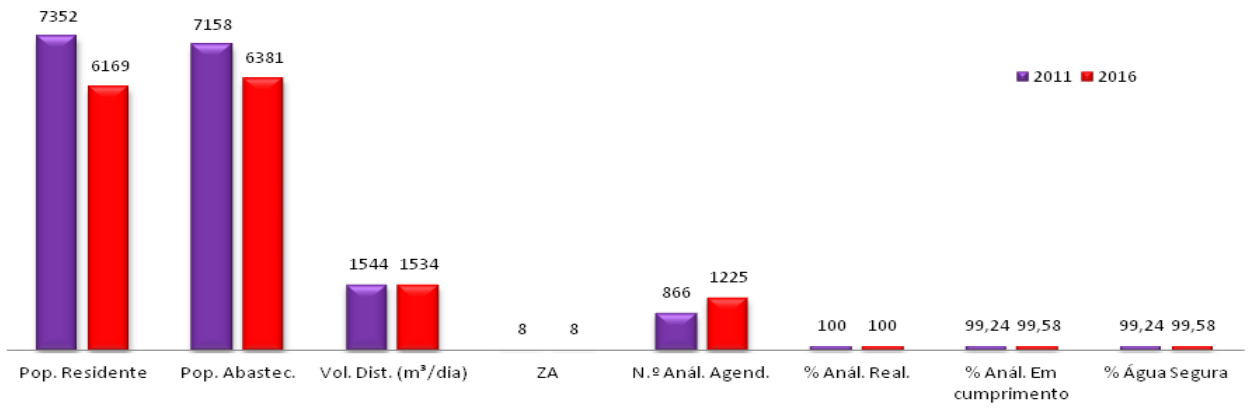
Posteriormente, a autarquia assinou a 7 de Julho de 2001, um protocolo de adesão ao Sistema Municipal de Abastecimento e de Saneamento de Águas Residuais (consórcio liderado pela empresa Águas do Centro, S.A), juntamente com outros 12 concelhos[80] da Raia/Zêzere e Nabão, com vista à criação de um sistema de abastecimento de água multimunicipal, o que contribuiu para assegurar uma maior quantidade e qualidade da água, bem como para garantir a proteção dos recursos hídricos existentes[81].

O abastecimento de água em baixa é efetuado pelo Município sendo constituído por uma rede de distribuição de 223.9km de condutas e 5065 ramais de ligação e 6 captações próprias (Alge, Póvoa, Azeitão, Abrunheira, Cercal e Lomba da Casa) até aos pontos de consumo, abrangendo 100% da população.

Quanto à origem do caudal captado, quer nas captações próprias, quer da água fornecida pelas Águas do Vale do Tejo, do total da água que abastece o concelho (538 milhares de m3), 524 milhares de m3 tem origem em água captada à superfície e 14 milhares de m3 são águas de captações subterrâneas

Relativamente à cobertura da população abastecida pela distribuição de água ao domicílio, ao volume de água distribuído e à qualidade da água para consumo humano, podemos verificar no gráfico seguinte que, o diferencial entre a população residente e a população abastecida já era muito reduzido em 2011 e, em 2016, a população servida é mesmo superior à população residente.

G. 105 - POPULAÇÃO ABASTECIDA E QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO – 2011-2016



Fonte: ERSAR, 2018

O volume de água distribuído por dia, que era em 2011, de 1544 m³, desce ligeiramente para os 1534 m³. Verifica-se, como não podia deixar de ser, uma proporcionalidade dos consumos relativamente à população residente.

[79] Almofala de Cima, Almofala de Baixo, Bairro Industrial, Casal Ruivo, Casal do Castanheiro, Mosqueiros, Quinta da Ribeira, Olival, Lameirinha, Fato, Casal de S. Simão, Sigoeira, Pereira, Ponte Brás Curado, Bacelo, Além da Ribeira e Saonda.
[80] Este sistema abrange também os concelhos de Alvaiázere, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere, Idanha-a-Nova, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sertã, Tomar e Vila Velha de Ródão.
[81] Fonte: Notícias do Pinhal, Julho 2001, P:3.

Quanto ao cumprimento dos valores paramétricos e, consequentemente à qualidade da água para consumo, verifica-se que a percentagem de água controlada e de boa qualidade é de cerca de 99,58% em 2016 (ligeiramente acima do registado em 2011), evidenciando que a qualidade da água na torneira dos consumidores apresenta de uma forma consistente índices elevados.

Refira-se que em Portugal Continental, a percentagem de água segura registada em 2017 atingiu os 98,72%.

9.5 – DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS[82]

O concelho de Figueiró dos Vinhos integra o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais de Raia, Zêzere e Nabão. O sistema de saneamento é constituído por uma rede de coletores e emissários de 202 km com 81 ETAR.

Este sistema é dimensionado para uma população de 5571 habitantes-equivalentes com um caudal tratado médio diário de 804 m3/dia. Deste sistema fazem parte duas ETAR: ETAR de Figueiró dos Vinhos e a ETAR de Vale Tábuas, que serve as freguesias de Avelar e Chão-de-Couce do Município de Ansião e irá servir a freguesia de Aguda (quando a rede em baixa se encontrar executada) do Município de Figueiró dos Vinhos e as freguesias de Avelar e Chão-de-Couce do Município de Ansião. Está prevista a construção da ETAR da Foz de Alge, ETAR das Bairradas e ETAR de Arega.

A ETAR de Figueiró dos Vinhos foi projetada para proceder à recolha e tratamento dos efluentes das localidades de Castanheira de Figueiró, Carameleiro, Colmeia, Figueiró dos Vinhos, Ribeira de São Pedro, Douro, Lavandeira, Portela, Quinta do Mouchão, Santarém e Várzea Redonda. Dimensionada para servir uma população de 2876 habitantes-equivalentes, a ETAR tem uma capacidade de tratamento de 418 m3/dia de águas residuais.

O tratamento e destino final de águas residuais constituem, conjuntamente com a drenagem e coleta, um serviço público de importância vital em diversos domínios, nomeadamente no sanitário.

O sistema de recolha de águas residuais é constituído por uma rede de 25 Km de Condutas e 1088 ramais. As restantes possuem um sistema de rede e de tratamento privado de esgotos, fossas sépticas ou outras situações. Apenas as habitações mais recentes possuem fossas sépticas adequadas (capazes de tratar o efluente residual doméstico), as mais antigas requerem limpeza frequente por parte do município (fossas sépticas estanques). Em determinados casos, as fossas sépticas têm necessariamente de ser estanques para evitar contaminação das águas subterrâneas ou fluviais, como é o caso de zonas perto da Albufeira de Castelo de Bode, aglomerados urbanos compactos, ou habitações cujos terrenos não possuem espaço suficiente para a construção de fossas sépticas adequadas.

Nesta matéria, o concelho tem sofrido um desenvolvimento nos últimos anos, uma vez que em 2001, 1,8% dos alojamentos não tinha sistemas de esgotos e em 2011 esse valor desceu para 0,6%[83].

Contrastando com a realidade assente no facto do abastecimento de água abranger praticamente a totalidade da população, a taxa de cobertura do sistema de saneamento básico da rede pública, apresenta indicadores mais modestos. De uma taxa de cobertura de cerca de 22% registada em 2001, o concelho continua a apresentar, em 2017, uma taxa de cobertura que não ultrapassa os 31%[84].

As razões apontadas para a deficiente cobertura do serviço de saneamento básico prendem-se, como já foi referido, com vários fatores, mas predominam os de ordem técnico-financeira materializados por opções políticas que ao longo de décadas neste

[82] Dados relativos ao ano 2001. Fonte: GADEL - Câmara Municipal Figueiró dos Vinhos.
[83] In PDM, Figueiró dos Vinhos, 2015.
[84] Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

domínio em concreto têm vindo a ser protagonizadas pela Administração Central, ao nível das prioridades definidas para o interior onde o concelho de Figueiró dos Vinhos se localiza.

Naturalmente, a problemática do tratamento dos efluentes líquidos requer uma abordagem mais integrada e abrangente que também se encontra diagnosticada. De facto, devido à orografia deste extenso território, os projetos são de difícil execução. Ao nível do Ordenamento do Território, a ocupação dispersa contribui para o aumento de custos e ineficiência das redes. Acresce aquele que nunca deixará de ser o principal constrangimento e que se traduz na escassa disponibilidade financeira. Os custos inerentes e calculados fazem aumentar a dificuldade de avançar com as obras necessárias à melhoria e alargamento da rede de saneamento básico. Assim, grande parte da população continua a utilizar fossas sépticas e a aguardar pela recolha feita pelos serviços das respetivas Câmaras Municipais.

9.6 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Manter um eficaz Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos, implica um forte investimento ao nível de recursos humanos, logísticos, equipamentos e infraestruturas, devidamente organizados, estruturados e articulados de modo a realizar com sucesso e eficiência todo um conjunto de operações inerentes à gestão dos resíduos urbanos produzidos.

De acordo com informação disponível no Naturlink[85], "…até ao final dos anos 90 a gestão de resíduos urbanos em Portugal resumia-se à recolha de resíduos e à sua deposição nas mais de 300 lixeiras distribuídas pelo país, pelo menos uma por cada concelho". Na sequência da aplicação do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU)[86], as lixeiras foram encerradas e construídas novas infraestruturas de tratamento, valorização e deposição final de resíduos. Ao contrário das lixeiras geridas individualmente por um único município, as novas infraestruturas são utilizadas simultaneamente por vários concelhos.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, o tratamento dos resíduos sólidos urbanos compreende os indiferenciados e diferenciados e é assegurado pela ERSUC, empresa multimunicipal, desde 1997.

Os resíduos indiferenciados (resíduos não recicláveis) são depositados pelos munícipes nos contentores para o efeito, que estão distribuídos nos aglomerados populacionais e noutros locais onde se considere necessária a sua colocação (num total de 827 contentores com uma capacidade de 800 a 1000l). Estes resíduos são recolhidos pelo Município de Figueiró dos Vinhos, através de camiões, e entregues na Estação de Transferência de Ansião. O Município de Figueiró dos Vinhos tem disponível um sistema de circuitos de recolha composto por um total de 7 circuitos, com frequência de recolha trissemanal (2.ª, 4.ª e 6.ª feira) em horário noturno na zona urbana e periférica da vila, sede de concelho (envolvendo habitações, comércio e serviços) e frequência semanal em todas as freguesias (Figueiró dos Vinhos/Bairradas Aguda, Arega e Campelo). Ao Sábado é efetuada no comércio e mercado da Vila de Figueiró dos Vinhos.

Relativamente à recolha seletiva, podemos afirmar que esta tem evoluído nos últimos anos devido, em grande parte, à grande sensibilização por parte da autarquia e das escolas conjuntamente com as diversas entidades relacionadas com as questões ambientais. Para este tipo de recolha diferenciada, o concelho é servido por 28 Ecopontos (papel, embalagens e vidro) completos e 33 vidrões isolados, 1 papelão e 1 embalão. A gestão dos ecopontos, destinados à recolha seletiva de resíduos de papel/cartão, vidro e embalagens de plástico e metal, para reciclagem, é da responsabilidade da ERSUC.

[85] Disponível em http://naturlink.sapo.pt.

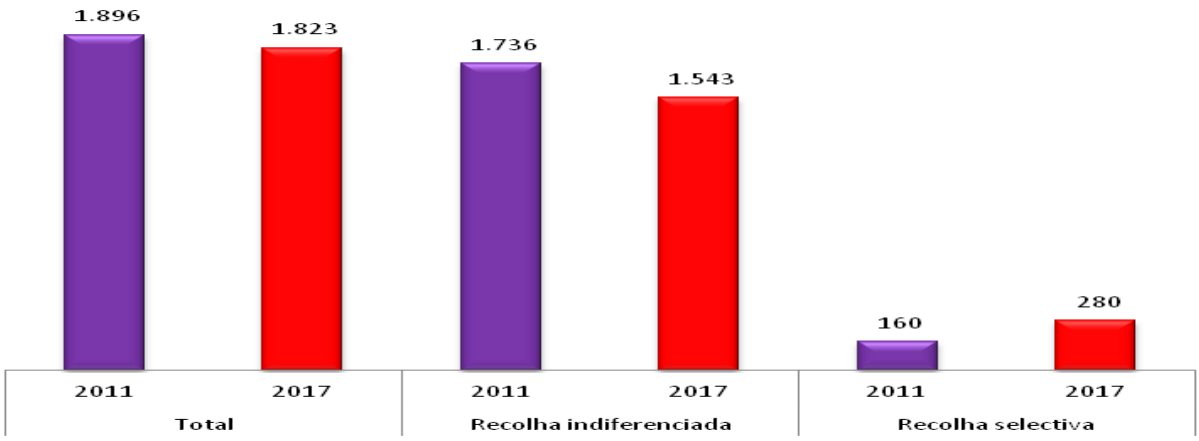
[86] O Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) define a estratégia de gestão dos resíduos sólidos urbanos, a nível nacional. Estabelece as prioridades no domínio da gestão dos RSU, as metas a atingir e as ações a implementar, e as regras orientadoras dos planos de ação nesta matéria (In "Agência Portuguesa do Ambiente").

O gráfico seguinte permite efetuar uma comparação da evolução da recolha em 2 períodos distintos, 2011 e 2017. Em termos globais, apesar de se ter verificado em 2017 uma redução do total de resíduos recolhidos, esta é residual. Em 2017 foram recolhidas 1823 toneladas de resíduos, menos 73 toneladas que em 2011.

Relativamente ao tipo de recolha, predomina a recolha indiferenciada e verificou-se, também em 2017, um decréscimo pouco significativo relativamente ao período anterior (-193 toneladas).

Na recolha seletiva, registou-se um acréscimo com alguma expressão, de 160 toneladas em 2011, para 280 toneladas em 2017.

G. 106- Resíduos Total e por tipo de recolha, 2011-2017



Fonte: INE

O gráfico seguinte permite-nos aferir a evolução entre 2011 e 2017 da quantidade de resíduos urbanos produzidos e respetiva operação de destino.

No intervalo em análise, verificou-se um decréscimo do número total de toneladas de resíduos urbanos produzidos. Em 2017, foram produzidas no concelho 1631 toneladas de resíduos urbanos, menos 265 toneladas que no ano de 2011.

Quanto ao destino dos resíduos produzidos, verificou-se uma diminuição bastante acentuada dos resíduos enviados para aterro (-1242 toneladas). Por outro lado, a quantidade de resíduos para reciclagem aumentou registando, em 2017, 275 toneladas (+115 que em 2011), o que poderá estar relacionado, por um lado com a colocação de ecopontos e vidrões em locais estratégicos e, por outro, com uma maior consciencialização ambiental por parte da população em geral.

Os resíduos para valorização orgânica atingiram, em 2017, as 863 toneladas.

G. 107 - Resíduos urbanos produzidos: total e por tipo de operação de destino (ton.), 2011-2017

Fonte: INE

Tendo em conta fatores que se prendem com a diminuição da população e alteração de hábitos de consumo que a crise económica global tem vindo a impor, arriscamo-nos a afirmar que a tendência será de diminuição.

De facto, a natureza dos materiais utilizados na vida quotidiana doméstica permite que os resíduos daí resultantes e que assumem uma expressiva percentagem, possam e devam ser rentabilizados e valorizados, aumentando de forma racional o tempo de vida no circuito de consumo a que acresce ganhos em termos energéticos.

A política traçada pelo PERSU vai diretamente ao encontro desse superior objetivo, introduzindo o conceito que deve mobilizar a comunidade no sentido de uma consciência ambiental assente nos princípios de Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Ora, estes novos hábitos traduzem-se na prática, na necessidade de reduzir a produção de resíduos em casa, na escola, no trabalho, reutilizando um produto para o fim para que foi criado mais do que uma vez ou para outro que se julgue conveniente e ajustado e que finalmente se assuma a reciclagem como o método mais eficaz de recuperar e valorizar componentes dos RSU, que uma vez regenerados originam novos produtos.

Esta nova consciência ambiental permitirá que por via da reciclagem se obtenham ganhos significativos ao nível da poupança energética, da rentabilização de matérias-primas e preservação de recursos naturais e naturalmente, na significativa redução de resíduos sólidos urbanos direcionados para aterros sanitários, prolongando desta forma a vida útil dessas mesmas infraestruturas.

Quanto à média de resíduos sólidos urbanos recolhidos por habitante no concelho de Figueiró dos Vinhos, a quantidade recolhida por habitante em 2011 atingiu os 308,4 kg. Em 2017, a média aumentou ligeiramente para 318,3 Kg (cerca de 10kg).

Não podemos deixar também de salientar a parceria com outras entidades na recolha de outro tipos de residuos. Referimo-nos concretamente à recolha de roupa e calçado, com diversos pontos de recolha (roupões) distribuidos pelo concelho, à distribuição de pontos de recolha de óleos alimentares usados (Oleões) na Vila de Figueiró dos Vinhos e nas sedes das restantes freguesias, à disponibilização de um oleão para a recolha de óleos lubrificantes usados e, também no estaleiro municipal um local para a deposição de resíduos verdes. Estas parcerias com entidades privadas, para além de promoverem uma maior consciência ambiental retirando este tipo de residuos de difícil tratamento dos contentores de recolha indiferenciada, tem também subjacente uma perspetiva humana, através do reaproveitamento dos artigos em bom estado.

9.7 - A FLORESTA

A floresta assume-se, sem dúvida, como a grande riqueza desta região e o seu maior potencial, porém, o seu crescimento anárquico, sem um ordenamento e adequado das áreas, sem a definição das espécies alternativas ao pinheiro bravo e eucalipto, tem-na colocado perante o perigo dos incêndios.

A área florestal abrange cerca de 67% da área total do concelho, daí a importância e relevo que representa para a economia local e concomitantemente para todas as atividades diretamente relacionadas com o recreio e o lazer, enquanto fatores determinantes da qualidade de vida dos cidadãos em geral.

A área florestal total corresponde a 10.958 hectares, predominantemente ocupada por eucalipto (70,4%). O pinheiro bravo outrora espécie dominante, resume-se hoje a pequenos núcleos (25,4%). Podemos ainda encontrar uma variedade de outras espécies florestais, principalmente folhosas, que ocupam uma área de apenas 4,2%.

Neste contexto, e em sede de elaboração deste Documento, importa assumir que a situação florestal do concelho e os processos de desertificação física e humana do mundo rural que lhe estão associadas, implicam uma atuação profunda e cada vez mais

articulada, enfrentando este desígnio com medidas à escala regional e municipal de carácter estrutural, visando naturalmente a sustentabilidade das florestas e o seu enquadramento no meio agrícola e rural.

Ao nível do Ordenamento e Gestão Florestal, afigura-se cada vez mais premente a necessidade dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal enquanto instrumentos estruturantes para a definição da politica florestal que se encaixem definitivamente e se articulem de modo cada vez mais próximo com os outros instrumentos de planeamento e ordenamento, nomeadamente com o PDM recentemente revisto e aprovado para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

A este propósito, importa referenciar a publicação já em Fevereiro de 2019 no Diário da república da Portaria nº. 56/2019, de 11 de fevereiro, que aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL) que abrange o território do Concelho de Figueiró dos Vinhos, que expressamente, concretiza, no seu âmbito e natureza, o Programa Nacional da Politica de Ordenamento do território, compatibilizando-se com os demais programas setoriais e com os programas especiais, assegurando a contribuição do setor florestal para a elaboração e alteração dos restantes instrumentos de gestão territorial.

As normas do PROF Centro Litoral que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal.

Este diagnóstico deseja ainda assinalar a necessidade de desenvolver fórmulas específicas para as áreas públicas e baldias, para a obtenção da dimensão ótima à boa gestão florestal, encontrando-se formas de associação flexível com áreas privadas confrontantes. O Emparcelamento de áreas florestais contíguas poderá assumir neste contexto uma importante dimensão, convidando os agentes locais a abraçar uma nova estratégia e uma abordagem mais racional e eficiente do uso dos solos, tendo em vista criar as necessárias condições para uma prevenção mais eficaz dos incêndios florestais e ao mesmo tempo uma gestão equilibrada e controlada do território, para além do retorno económico e sustentável que daí advirá.

Por outro lado, a reflorestação das áreas ardidas deve constituir uma prioridade da política florestal, devendo ser planeada por equipas multidisciplinares e enquadrar-se nos respetivos Planos Municipais.

É importante e decisivo avançar com o cadastro predial da propriedade rústica, sendo porventura essencial aproveitar o potencial de proximidade das associações e dar prioridade às áreas organizadas. Atrevemo-nos a sugerir a necessidade do reforço na prioridade ao associativismo florestal, cabendo naturalmente ao Estado, promover maior estabilidade e maior responsabilidade no que concerne às Associações de Produtores Florestais, através de um regime de contratualização com o estado, em "modelo de subvenção global", com plafonamento e autorregulação, criando concomitantemente um sistema de certificação e avaliação de desempenho das atividades.

9.8 - INCÊNDIOS FLORESTAIS

Ano após ano, Portugal continua a ser flagelado por vagas de grandes incêndios que têm vindo a consumir uma parte significativa da floresta nacional. Na Zona do Pinhal também os grandes incêndios têm feito enormes devastações causando a desmotivação económica dos proprietários para novos investimentos.

"Os incêndios ocorridos na Região Centro, no período compreendido entre os dias 17 e 21 de junho, atingiram grandes dimensões com efeitos particularmente graves nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Sertã, Góis e Penela. Ilustrativo dessa gravidade foi a ocorrência de 64 vítimas mortais, a elevada extensão da área ardida e o elevado impacto na vida e bens da população das áreas atingidas.

No que respeita a estimativas de áreas ardidas, segundo dados publicados pelo ICNF, os cinco grandes incêndios ocorridos em 17 de Junho, contabilizam de forma conjunta cerca de 45.979 hectares, em: Sertã, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

Dos 9 concelhos referenciados no Relatório do ICNF, 7 foram particularmente afetados e alvo de inventariação particular de danos e prejuízos. Os concelhos de Alvaiázere e Ansião registaram uma área ardida com pouco significado, cerca de 3% da área florestal ardida e 1% de área agrícola ardida.

Por outro lado, no concelho de Pedrógão Grande ardeu 81% da sua floresta, sendo este valor de 66% para Figueiró dos Vinhos e de 56% para Castanheira de Pera. Nos restantes concelhos, embora em termos absolutos a floresta ardida corresponda a valores significativos, representa, no entanto, uma percentagem menor da respetiva área de floresta.

Para além da área florestal ardida com maior impacto, os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande verificaram igualmente uma área agrícola ardida com significado (25% em média, sendo de 40% no concelho de Pedrógão Grande)"[87].

De acordo com dados da Autoridade Nacional da Proteção Civil, as causas dos incêndios florestais são várias mas, na sua grande maioria estão relacionadas com fatores de origem humana, quer por negligência e acidente (queimadas, queima de lixos, lançamento de foguetes, cigarros mal apagados, linhas elétricas, etc), quer intencionalmente. Os incêndios de causas naturais correspondem a uma pequena percentagem do número total de ocorrências.

As condições meteorológicas e climatéricas, podem condicionar fortemente o risco de incêndio e a sua rápida propagação (direção e intensidade do vento, humidade relativa do ar, temperatura), do grau de secura e do tipo do coberto vegetal, bem assim como a orografia do terreno e acessibilidades ao local do incêndio.

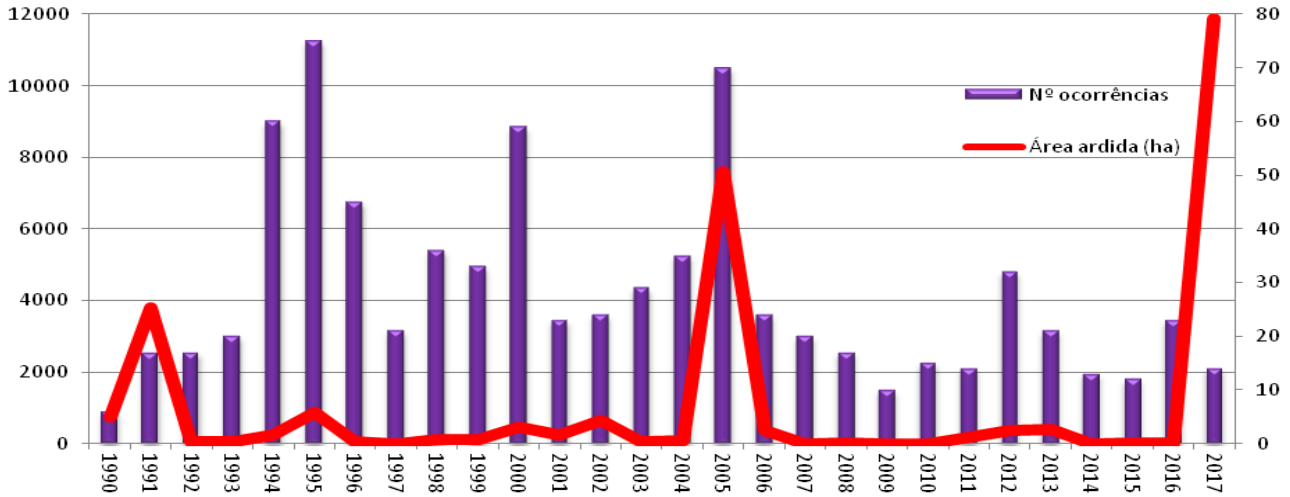
Em termos de acessibilidades às zonas florestais, o concelho de Figueiró dos Vinhos é servido por 186 troços de caminhos florestais, com larguras cujos valores variam num intervalo entre os 3 e os 5m, totalizando uma extensão de cerca de 285 Km, acrescendo ainda a rede viária classificada (IC3, IC8, EN347 e a rede de estradas e caminhos municipais), que totalizam cerca de 226 Km.

Relativamente ao número de ocorrências e áreas ardidas registadas no concelho, nos últimos anos (1990-2017), podemos verificar pela análise do gráfico seguinte que, o maior número de ocorrências registadas ocorreu em 1994 (60), 1995 (75) e 2005 (60). No total, neste intervalo temporal, foram registadas 785 ocorrências, com uma área ardida de 28.243,5 ha de floresta.

Quanto à área ardida, o ano de 2017 foi, sem dúvida, o mais devastador, tendo ardido, no total, 11.870 ha de floresta, mato e terrenos agrícolas.

[87] In **Relatório de Incêndios na Região Centro 17 a 21 de junho de 2017**, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra, 30 de junho de 2017.

G. 108 - Incêndios florestais no concelho de Figueiró dos Vinhos no período 1990/2017.



Fonte: INE e PORDATA

No combate e prevenção dos incêndios florestais, para além da vasta rede de caminhos já mencionada mas que é necessário manter e reforçar, a existência de estruturas de armazenamento de água, constitui um elemento absolutamente decisivo nas ações de combate a incêndios.

Os pontos de água identificados no concelho de Figueiró dos Vinhos são ao todo 38[88] e subdividem-se em estruturas de armazenamento de água fixas e planos de água. As estruturas de armazenamento de água, são estruturas cuja localização é independente da rede hidrográfica, e que no caso deste concelho correspondem a tanques construídos em exclusivo para o efeito e piscinas cujas características se tornam aptas para ações de combate a incêndios. Os planos de água são massas de água, cuja dimensão pode ser muito variável e que se encontram geralmente integradas na rede hidrográfica natural, de que são exemplo as albufeiras e os açudes.

O concelho possui ainda 1 posto de vigia situado no Cabeço do Peão e é servido por outras 3 torres de vigia que se encontram na extremidade dos concelhos vizinhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Miranda do Corvo.

Salientamos ainda a existência de um Centro de Meios Aéreos no concelho, que foi alvo de ampliação em 2018 e que se tem revelado sobejamente importante no combate aos fogos florestais, permitindo a presença de um helicóptero para vigilância e intervenção durante os meses de Verão.

Relativamente aos meios humanos, os Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, com sede na vila têm ao seu serviço uma EIPE (Equipa de Intervenção Permanente), três equipas ECIN (Equipa de Combate a Incêndios) constituídas por 5 elementos e que atuam 24 horas por dia. Para além de realizarem a primeira intervenção e combate a incêndios, estas equipas realizam ainda ações de vigilância.

Paralelamente à ação dos bombeiros existe o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro que se encontra, na dependência do comando-geral da GNR e iniciou as suas funções no ano de 2006. O GIPS tem como missão específica a execução de ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente na ocorrência de incêndios florestais. Em Figueiró dos Vinhos, aquele grupo encontra-se sedeado no C.M.A (Centro de Meios Aéreos) sendo constituído por 12 elementos que operam em toda a região norte do Distrito de Leiria, podendo eventualmente prestar apoio a outras regiões do Distrito ou fora deste.

[88] Os pontos de água encontram-se distribuídos no concelho da seguinte forma: 11 em Aguda, 8 em Arega, 8 em Campelo, 3 em Bairradas e 8 em Figueiró dos Vinhos.

Importa ainda sublinhar o papel importante dos Sapadores Florestais, sendo fundamental apostar na sua qualificação profissional e ter um protocolo claro com a ICNF, nomeadamente, ao nível das obrigações emergentes da relação laboral no período em que prestam serviço público. Os cinco Sapadores Florestais que neste momento integram a Associação de Produtores Agroflorestais do concelho de Figueiró dos Vinhos, têm vindo a desenvolver um trabalho meritório traduzido na limpeza e manutenção dos espaços silvícolas e ainda do espaço florestal, procurando-se, por essa via, atenuar a tendência natural do espaço florestal poder vir progressivamente a invadir e a ocupar solo predominantemente agrícola que deverá ser salvaguardado e preservado em nome do equilíbrio ecológico e da própria economia local.

A prevenção de incêndios tem constituído uma prioridade para a Autarquia, materializada na abertura de novos caminhos florestais, construção de pontos de água, como na vigilância florestal, que se tem procurado reforçar, destacando-se neste domínio o trabalho desenvolvido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

No entanto, o combate aos fogos florestais, como o temos vindo a assinalar, passa pela prevenção e pela sensibilização da população para a preservação deste recurso natural tão precioso.

A criação e aplicação de Planos de Ordenamento Florestal pela Câmara Municipal poderão, como já evidenciámos, contribuir para atenuar este problema e este flagelo.

Concentrando-nos neste relevante objetivo, identificados que estão os problemas e as suas causas, atrevemo-nos a deixar alguns contributos que se poderão revelar pertinentes no âmbito desta reflexão:

- Necessidade de prosseguir o propósito de sensibilizar os cidadãos para a importância do seu envolvimento, através da comunicação imediata dos alertas, utilizando para o efeito os números de emergência.
- É essencial mobilizar a iniciativa dos proprietários florestais, das suas organizações e das populações locais para a gestão ativa e defesa da floresta contra incêndios e captar novos investidores para a floresta, através de uma política fiscal desenhada pela Administração Central, que contemple a componente financeira e de garantia de risco, articulada com os novos e já existentes instrumentos de organização e gestão florestal.
- Continuar o esforço na promoção de campanhas que contrariem os comportamentos de risco durante o período crítico dos incêndios florestais, designadamente o lançamento de foguetes e a queima de sobrantes da atividade agrícola e florestal.
- Dotar de mais e melhores acessos as áreas que apresentam elevada vulnerabilidade aos incêndios, privilegiando a conservação e limpeza dos existentes, facilitando por essa via a intervenção e a operacionalização dos meios terrestres envolvidos no combate aos incêndios florestais.
- Apostar numa política de gestão de combustíveis com recurso à técnica do fogo controlado, numa perspetiva de cooperação plena, quer com a equipa de sapadores florestais, com o Poder Local, e com as populações que habitam em áreas mais expostas ao risco, quer naturalmente com os Bombeiros Voluntários, num esforço concertado e tutelado pelo ICNF, Entidade que superintende nesta matéria.
- Importará ainda assegurar e aperfeiçoar a cooperação institucional designadamente com a GNR (SEPNA/GIPS) Autoridade Nacional da Proteção Civil, Policia Judiciária e ICNF.

Dito isto, e tendo em consideração o forte impacto económico, paisagístico e social que o incêndio de Junho de 2017 provocou no concelho de Figueiró dos Vinhos, permita-se-nos uma breve reflexão que tem no âmbito deste capítulo e deste trabalho interpelar o nosso futuro coletivo.

De facto, na nossa perspetiva a ameaça que incide sobre a nossa floresta tem de ser encarada como uma ameaça ao futuro do País.

Independentemente da pertinência de um conjunto de questões que se podem colocar acerca das causas que originaram esta tragédia coletiva, o País tem de ir muito para lá das perguntas de contexto.

O País precisa de agir com determinação e de um conjunto de instrumentos legislativos, que como temos vindo a observar ao longo dos últimos anos têm vindo finalmente a ser produzidos, para além de meios capazes de debelar o problema que parece estar para lá das nossas capacidades atuais e é aqui que reside o ponto em que se deve reposicionar o interminável debate em torno do ordenamento florestal, quase ausente nas últimas décadas.

O ordenamento florestal é naturalmente uma prioridade nacional, mas não deixa de ser uma medida paliativa para um problema de dimensões colossais aliado a outros fatores de ainda mais difícil controlo – o aquecimento global. O planeta está a aquecer, Portugal está a aquecer e as nossas florestas, altamente permeáveis ao fogo, parecem ser as primeiras vítimas dessas mudanças profundas.

De facto, o incêndio que atingiu o concelho em Junho de 2017 com as proporções que assumiu, era algo inimaginável há uns anos atrás e não houve defesa natural possível a um fenómeno de tal intensidade.

De forma pragmática e sabendo nós que há um terço da área do País em risco e milhares de pessoas residentes em zonas mais vulneráveis, não conseguimos aferir se teremos recursos, energia, meios humanos, ciência ou perseverança para responder a este dramático desafio.

Finalmente, e em jeito de conclusão no que a este capitulo se refere, não podemos deixar de referir que a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos atenta que está a toda esta complexa e problemática matéria, sensibilizados que estão os autarcas do concelho para a importância da floresta no contexto económico, ambiental, turístico e paisagístico, tem vindo a promover uma estratégia de gestão e ordenamento do espaço rural, nomeadamente ao nível da interface urbano-florestal, promovendo designadamente a elaboração dos pertinentes instrumentos de ordenamento do território que permitam no futuro consolidar e assegurar a concretização desses mesmos superiores objetivos.

9.9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O concelho de Figueiró dos Vinhos tem desenvolvido nas últimas décadas um esforço considerável para dotar o concelho de infraestruturais e equipamentos que correspondam às exigências impostas pelas políticas comunitárias de ambiente. Trata-se de um caminho que não está acabado, sendo que a sensibilização e consciencialização dos cidadãos para as questões ambientais deverá ter um incremento permanente.

A floresta no concelho de Figueiró dos Vinhos marca a matriz da paisagem, sendo considerada um polo fundamental para a conservação da natureza, no entanto as alterações socioeconómicas registadas nas últimas décadas, nestes territórios do interior, influenciaram alterações dos ecossistemas, e trouxeram o despovoamento humano e o aumento da carga combustível, com os inevitáveis incêndios florestais.

A floresta assume, naturalmente, um papel preponderante no âmbito dos recursos naturais, destacando-se por uma importância cada vez maior a nível ecológico, económico e social. As suas funções repercutem-se na produção de um vastíssimo número de bens com realce para a influência na regularização dos regimes hídricos, diminuição dos teores de dióxido de carbono na atmosfera, proteção do solo, habitat de animais, lazer, etc.

Estamos em crer, que neste domínio da Defesa e Proteção da Floresta que tem vindo ciclicamente a ser fustigada no nosso concelho com a propagação dos incêndios florestais a que nos temos vindo a referir noutros domínios do presente trabalho, começam a existir sinais fortes que poderão contribuir para atenuar a dimensão deste problema que tem penalizado o ambiente, a paisagem e naturalmente a economia local.

Referimos a título de exemplo duas questões que inseridas que estão na reforma do ordenamento florestal em curso, poderão constituir oportunidades de intervenção prática e consequente, tendo em vista os superiores interesses da defesa futura do património florestal.

Desde logo a vinda para o concelho de Figueiró dos Vinhos de uma Empresa Pública que supostamente poderia estar localizada na capital do País e que aqui foi implementada, para naturalmente conviver mais de perto e estar mais próxima desta realidade. A Florestgal - Empresa Pública de Desenvolvimento e Gestão Florestal, constitui só por si um excelente sinal de uma nova abordagem e visão para uma nova política de prevenção e ordenamento florestal.

Por outro lado, inserida neste contexto, sinalizámos também como uma oportunidade a importância de que se reveste a publicação da Lei 77/2017, de 19 de julho, que consubstancia um novo regime de arborização e rearborização do eucalipto e que naturalmente conduzirá à implementação de um novo mosaico neste contexto concreto, no médio/longo prazo. Sucintamente o objetivo do novo Regime aplicável às ações de arborização e rearborização, não é impedir a plantação, mas sim travar a expansão de eucalipto que como sabemos do ponto de vista técnico tem o inconveniente de possuir características intrínsecas, como óleos essenciais inflamáveis, e um tipo de casca que lança projeções incandescentes até centenas de metros e que provocam focos secundários. Não se trata portanto de impedir a sua plantação, mas sim obrigar a que as novas plantações sejam realizadas com a libertação dos terrenos usados para produzir eucalipto, de forma a poder albergar outro tipo de árvores.

Este é também o princípio enunciado e defendido pela Estratégia Nacional Florestal em curso que transfere a responsabilidade da gestão nacional da área global do eucalipto para o Instituto Nacional da Conservação da Natureza e das Florestas - INCNF, medida esta que nos parece assertiva.

Concluímos, com um sentimento de esperança no que ao ambiente se reporta, nomeadamente ao vetor que tem reflexo imediato e direto na qualidade de vida da população do concelho e na saúde pública, e que se traduzirá, no futuro, numa mudança de paradigma que só a interação, conjugação de esforços e entendimento supra municipal, poderão permitir e consentir.

Figueiró dos Vinhos irá ainda integrar conjuntamente com Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Gois, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares a Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA.

Este projeto visa o desenvolvimento de uma gestão económico-financeira eficiente e sustentável dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos urbanos através de uma única entidade profissional representativa dos municípios e centrada exclusivamente neste serviço público que se pretende melhorar, otimizar ao nível dos tarifários e gerar oportunidades de atratividade para empresas ou famílias que se queiram vir a fixar neste Território.

Será este o caminho desejável e do ponto de vista racional e pragmático o modelo adequado à concretização de infraestruturas básicas, entre outras a construção/reabilitação de sistemas de abastecimento de água potável e sistemas de tratamento de águas residuais, numa lógica de direcionar melhor qualidade de vida para as populações que aqui residem.

Como oferta de bens e recursos, Figueiró dos Vinhos, dispõem de diversos espaços dedicados ao recreio e lazer, os quais por natureza, são mais utilizados na época estival (praias fluviais e parques de merendas). Dispõem de uma rede de percursos de

natureza, no sentido de proporcionar a quem nos visita uma autonomia na circulação por alguns dos sítios mais belos no nosso território.

Neste âmbito, destacamos a Grande Rota do Zêzere, projeto liderado pela ADXTUR e que conta com um traçado pedonal desde a nascente em Manteigas até à Foz em Abrantes. Esta rota percorre o concelho de Figueiró dos Vinhos na sua parte sul, moldando os contornos do Rio Zêzere.

Das paisagens panorâmicas, destacamos a parte norte do concelho que integra a Rede Natura 2000, sitio Serra da Lousã, com passagem pelas aldeias típicas de xisto em que realçamos o lugar do Casal de São Simão e a sua natureza envolvente de uma riqueza geológica e botânica impar.

Destacamos também as condições para a prática de BTT e TT, onde são realizados regularmente eventos e provas dinamizados por associações locais, havendo também empresas de animação turística que oferecem soluções à medida de cada grupo ou visitante.

Deixamos no entanto uma preocupação, que atendendo à emergência social e ambiental que acarreta não pode ser desvalorizada, trata-se do combate às alterações climáticas, como um dos desafios fundamentais do século XXI, sendo que as atividades humanas libertam para a atmosfera gases com efeito de estufa, o mais significativo dos quais é o dióxido de carbono (CO2). O aumento da concentração destes gases está já a afetar o clima e as previsões apontam para que os efeitos sejam cada vez mais sensíveis: aumento da temperatura global, furacões mais frequentes e destruidores, retração das calotes polares do Ártico e seca extrema em algumas regiões do globo, enquanto outras são cada vez mais afetadas por inundações.

Importa por isso reforçar a qualidade ambiental do Município, participar nos compromissos do Estado Português face ao Tratado das Alterações Climáticas e promover a importância que a Floresta tem para o concelho e para a região.

10 - AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

10.1 - ANÁLISE SWOT DA AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

FORÇAS

- Existência de 3 instituições de cariz social dinâmicas e interventivas (Santa Casa da Misericórdia e Comissão de Melhoramentos de Aguda e Arega);
- Diversidade de equipamentos sociais (ERPI's, SAD, Cantina Social; Centro de Dia, Centro de Convívio, CAO, Lar Residencial, Centro Comunitário, Creche, Jardim-de-Infância e UCCI);
- Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos;
- Serviço Local de Segurança Social;
- Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos;
- Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos;
- Rendimento Social de Inserção, Complemento Solidário a Idosos/as e Prestação Social de Inclusão;
- Cartão Figueiroense Senior;
- Balcão da Inclusão;
- Conselho Local de Ação Social – CLAS;
- CPCJ e Intervenção Precoce;
- PO APMC (antigo PCAAC);
- Ass. SSVP – Soc. S. Vicente de Paulo;
- IEFP e Centro de Formação Profissional do IEFP;
- Parque Empresarial.

FRAQUEZAS

- Desemprego;
- Fraco tecido empresarial estrutural;
- Falta de hábitos e oportunidades de trabalho;
- Escassez de mão-de-obra especializada/qualificada;
- Insuficiência de rendimentos de algumas famílias;
- Dependência dos serviços;
- Famílias multiassistidas;
- População envelhecida e com reformas baixas;
- Falta de consciência empreendedora para a criação do próprio emprego;
- Habitação degradada;
- Barreiras arquitetónicas;
- Dependências – alcoolismo e aumento do consumo de drogas;
- Existência de listas de espera em valência de ERPI, Centro de Dia e Creche;
- Isolamento sociogeográfico de idosos/as;
- Inexistência de resposta para doentes de Alzheimer e outras demências.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020;
- CLDS-4G;

AMEAÇAS

- Envelhecimento da população.

10.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

- Insuficiência de rendimentos de algumas famílias;
- Listas de espera em ERPI, Centro de Dia e Creche;
- Insuficiência de serviços de proximidade à população mais isolada e carenciada;
- Isolamento sociogeográfico de idosos/as;
- Inexistência de resposta para doentes de Alzheimer e outras demências.

10.3 – CONTEXTUALIZAÇÃO

A crise económica e financeira mundial e europeia que atingiu nos últimos anos o País, as regiões e os concelhos, as novas dinâmicas sociais, o acentuar da desigualdade, da pobreza e da exclusão social, a falta de condições satisfatórias de vida que atinge uma multiplicidade de agregados, o desemprego, o isolamento e a solidão, a ausência de perspetivas de futuro para os mais jovens, a quebra de determinados valores assentes na justiça e na solidariedade, o clima de insegurança assente na proliferação de crimes violentos, os níveis assustadores traduzidos no aumento da violência doméstica, e uma sociedade que se revela cada vez mais materialista e egocêntrica, constituem por si só justificação para a necessidade premente de uma reflexão aprofundada que permita inverter toda esta trajetória negativa, assumindo os poderes públicos e os diversos agentes sociais com responsabilidade na sociedade civil estes enormes desafios que se colocam nos dias de hoje.

Toda esta problemática que concorre para o enfraquecimento da sociedade a todos os níveis, implica encetar um esforço coletivo, devidamente organizado e articulado, aproveitando o conjunto de sinergias existentes, no sentido de responsavelmente e com a determinação que se impõe, materializar e concretizar soluções que vão ao encontro das necessidades diagnosticadas, nomeadamente no que concerne ao empreendimento de politicas assertivas nas áreas da saúde, do emprego, da educação, da habitação e de outras correlacionadas com as preocupações evidenciadas.

Torna-se imperativo encarar o território como um espaço de solidariedade que importa aprofundar, criando as condições indispensáveis para que na prática se torne possível o estabelecimento de formas dinâmicas de parceria que possam contribuir para a prevenção e erradicação da pobreza, onde ela subsista, e que concomitantemente possam concorrer para auxiliar os grupos de cidadãos mais vulneráveis como sejam as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência os idosos/as ou outros.

Importa referenciar no enquadramento que estamos a encetar, que estes mesmos grupos vulneráveis que acabamos de descrever têm merecido do Poder Local e das Instituições existentes com responsabilidades em matéria de ação social, prioridade de atuação, através da aplicação de políticas sociais concretas e adequadas, no sentido de atenuar muitas das situações problemáticas sinalizadas, contribuindo desse modo para um desenvolvimento social mais justo e integrado, pese embora os constrangimentos financeiros conhecidos.

Como temos vindo a defender noutros capítulos e a propósito de outros temas, também neste domínio crucial para um verdadeiro desenvolvimento do concelho, importa conjugar esforços e agir concertadamente a nível local, regional e nacional.

Aliás, é a própria Lei Fundamental do País que consagra o princípio da proteção social, assumindo no seu art.º 63º, que as políticas sociais de âmbito nacional, visam garantir à população um conjunto de direitos e de proteção em determinadas situações de risco social, motivadas pelo desemprego, pela doença, pela velhice e pela falta de recursos económicos.

Desejamos neste capítulo dedicado à proteção e ação social, referenciar e dar a conhecer o trabalho levado a efeito pelas Instituições locais que prestam apoio à população do concelho, prestando ao mesmo tempo informação estatística relativa aos/às pensionistas, beneficiários/as do Complemento Solidário para Idosos/as (CSI), Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (RSI), Atividades Socialmente Úteis (ASU), desempregados/as, para além de outras medidas implementadas no âmbito da ação social, designadamente no que se refere à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

10.4 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS:

SANTA CASA DA MISERICORDIA

A Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos é uma instituição histórica, cuja existência remonta ao séc. XVI, e que tem desempenhado ao longo dos tempos, um papel essencial no apoio aos mais desfavorecidos.

Na sequência da reabilitação da sua atividade, que se registou há cerca de trinta anos, a Santa Casa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e tem como objetivos o apoio à família, à criança, à velhice, a pessoas portadoras de deficiência e também à comunidade em geral.

Para concretizar a sua missão dispõe das seguintes valências: Estrutura Residencial para Idosos – ERPI, ERPI - para Dependentes, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Apoio Domiciliário Integrado, Creche e Jardim de Infância, Centro de Atividades

Ocupacionais, Lar Residencial, Unidade de Cuidados Continuados[89] e Centro Comunitário. Mais recentemente integrou, no âmbito do Programa de Emergência Social, a Rede Solidária de Cantinas Sociais e o FEAC.

T. 36 - Utentes dos Serviços da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos (2018).

Assistência	Utentes		Total
	Masculino	Feminino	
Creche	17	14	31
Jardim-de-Infância	19	14	33
Centro Comunitário	65	123	188
ERPI	18	44	62
Centro de Dia	7	5	12
SAD	33	28	61
Lar Residencial	7	9	16
CAO	16	16	32
UCCI	7	17	24
Cantina Social	2	0	2
Total	**191**	**270**	**461**

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos, 2018

O alargamento dos serviços prestados tem vindo a ser assegurado de forma gradual e articulada e tem acompanhado, em certa medida, o desenvolvimento que a área social tem registado nas últimas décadas, nomeadamente no que diz respeito ao investimento em novos equipamentos.

A atividade desenvolvida abrange todas as áreas de assistência e o seu alcance engloba a população do concelho e da região, conforme as atribuições que foram assumidas no âmbito dos Acordos de Cooperação, celebrados com o Instituto da Segurança Social, e da articulação de responsabilidades decorrentes da participação na Rede Social do concelho, porém, a existência de listas de espera é uma realidade nalgumas valências, com especial destaque para a ERPI, que em 2019 tinha 195 possíveis utentes em lista de espera (80 do sexo feminino e 11 do sexo masculino), Creche com uma lista de espera de 9 crianças e Centro de Dia, com uma lista de espera de 5.

A Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos dispõe atualmente de um quadro de pessoal com cerca de 130 funcionários/as com vínculo permanente e cerca de 20 prestadores de serviços. O quadro de pessoal é estável e flexível e é composto, na sua maioria por profissionais qualificados na área de apoio direto aos utentes das diversas respostas sociais. A instituição dispõe também de um conjunto de técnicos/as com qualificação superior em áreas sociais e administrativas, que prestam apoio ao funcionamento das valências, de forma exclusiva ou partilhada, conforme as necessidades da instituição.

Importa ainda realçar o papel determinante desta instituição no desenvolvimento de projetos sociais de âmbito comunitário, na qualidade de entidade promotora e em parceria com a Câmara Municipal e outras instituições, dos quais salientamos o PAII, o PLCP, Ser Criança, POEFDS, Progride, CLDS, entre outros, que nas últimas décadas têm feito a diferença no apoio social aos públicos mais vulneráveis.

Relativamente à Unidade de Cuidados Continuados Integrados - U.C.C.I. da (RNCCI) Rede Nacional de Unidades Continuados Integrados, criada no âmbito do Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, constitui a resposta socialmente

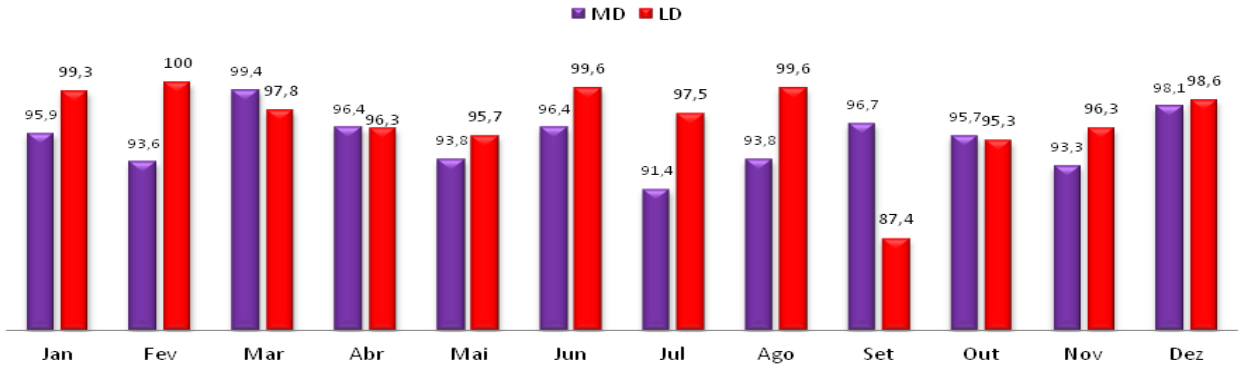
[89] A UCC de Figueiró dos Vinhos disponibiliza 9 camas na ULDM – Unidade de Longa Duração e Manutenção e 15 camas na UMDR – Unidade de Média Duração e Reabilitação.

organizada no nosso país para fazer face às necessidades das pessoas com dependência funcional, dos doentes com patologia crónica múltipla e das pessoas com doença incurável em estado avançado e em fase final de vida.

A U.C.C.I. de Figueiró dos Vinhos tem 2 tipologias: Media Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

A proveniência dos utentes é essencialmente de fora do concelho. Durante o ano de 2018, a origem dos utentes são: 8 do concelho e 45 de outras áreas geográficas. A média de idades é de 79 anos, durante o ano de 2018. A Taxa de ocupação é variável mas atinge sempre valores muito próximos dos 100%. A tabela seguinte permite verificar a taxa de ocupação mensal da resposta durante o ano de 2018.

G. 109 – Taxa de Ocupação Mensal da UCCI da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos (2018).



Fonte: Santa Casa da Misericórdia, 2019

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA FREGUESIA DE AGUDA

A Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda serve apenas esta freguesia e possui atualmente 2 valências: Apoio Domiciliário[90] e Centro de Convívio[91].

Noutro âmbito, a Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda oferece também à comunidade envolvente o serviço de "Loja Social" e o "Centro Local de Ajudas Técnicas", através da cedência de ajudas técnicas a quem delas necessite.

Com estatutos aprovados e registados desde Maio de 1992, constitui-se como IPSS e iniciou em Fevereiro de 1994 a valência de Apoio Domiciliário, no sentido de minimizar as disfunções familiares e sociais existentes na população idosa e carenciada, quer ao nível da quebra do isolamento a que se viam confinadas, quer à melhoria da sua qualidade de vida. De um acompanhamento inicial prestado a 7 utentes, atualmente são acompanhados 56 nesta valência.

Em 2002 teve início a valência de Centro de Convívio. Com capacidade para 20 utentes presta apoio a 15 e tem-se revelado uma mais-valia para a população idosa, proporcionando-lhes a possibilidade de sair das suas casas e de conviver com outras pessoas com os mesmos problemas, numa lógica de partilha, num espaço central e privilegiado.

Ao nível dos Recursos Humanos, fazem parte dos quadros desta Instituição 14 funcionárias (1 Técnica Superior de Serviço Social, 1 administrativa (1/2 tempo), 1 cozinheira, 1 Ajudante de Cozinha, 1 trabalhadora auxiliar (1/2 tempo), 1 lavadeira e 7 ajudantes de ação direta) 1 diretora técnica (meio tempo e avença/prestação de serviços).

Importa ainda referir que a Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda, para além da sua vertente social, desenvolve também atividades noutros âmbitos, cultural, recreativo, desportivo, defesa do património e outros de interesse local.

[90] A valência de Apoio Domiciliário tem capacidade para 62 utentes e presta apoio a 56, comparticipados pela Segurança Social.
[91] A valência de Centro de Convívio tem capacidade para 20 utentes e presta apoio a 15, comparticipados pela Segurança Social.

A Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda presta assistência através do Centro de Convívio a 15 utentes e do Apoio Domiciliário a 56 utentes, num total de 71 utentes.

A capacidade total do estabelecimento é de 82 utentes dos quais 62 podem receber o apoio domiciliário (56 com acordo de comparticipação) e 20 centro de convívio (15 com acordo de cooperação). Esta capacidade é tida como suficiente nas duas valências e, nos últimos 5 anos, não houve qualquer potencial utente que tenha ficado em lista de espera.

O estabelecimento possui 4 viaturas para o serviço de apoio domiciliário e 2 carrinhas de 9 lugares que asseguram o transporte dos utentes para o Centro de Convívio.

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS E APOIO SOCIAL DA FREGUESIA DE AREGA

A Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega foi criada em 1996, sendo a sua área de abrangência a freguesia de Arega.

Iniciou a sua atividade com a valência de Serviço de Apoio Domiciliário, alargando mais tarde a sua intervenção face à necessidade sentida pela população idosa, com a criação das valências de Centro de Dia, Centro de Convívio e, mais tarde, de Estrutura Residencial para Idosos/as - ERPI, tendo em conta que a maioria dos/as idosos/as permanecia sozinha e isolada, manifestando vontade de sair de suas casas.

A Comissão dispõe hoje de uma estrutura de dimensão assinalável, prestando apoio a um número crescente de utentes. Tem procurado acompanhar a evolução, modernizando-se e apostando na qualidade do serviço prestado como garante da sustentabilidade.

O conjunto de valências torna hoje a Comissão de Melhoramentos a maior entidade prestadora de serviços da freguesia de Arega e uma das maiores do concelho e integra-se plenamente no conjunto das instituições da área social, estabelecendo parcerias e participando em projetos globais.

Dispõe de um quadro de recursos humanos de 33 funcionários/as, estável, diversificado, competente e flexível, capaz de se constituir como uma mais-valia na execução das suas atividades, composto por 1 Técnica Superior de Serviço Social (Diretora Técnica), 8 trabalhadoras auxiliares, 14 ajudantes de ação direta, 1 animadora, 3 cozinheiras, 2 ajudantes de cozinha, 1 lavadeira e duas enfermeiras.

Para além deste quadro de pessoal, existe ainda a possibilidade de recorrer a programas de emprego específicos uma vez que o âmbito da sua atuação implica a existência de pessoal operacional que se encarregue da execução de tarefas sob coordenação e orientação superiores e no cumprimento das determinações legais.

T. 37 - Utentes dos Serviços da Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega.

Assistência	Utentes		Total
	Masculinos	Femininos	
Centro de Dia	1	4	5
ERPI	8	23	31
Apoio Domiciliário	20	23	43
Centro de Convívio	5	7	12
Total	**34**	**57**	**91***

* Alguns utentes de SAD integram também a valência de Centro de Convívio.
Fonte: Comissão de Melhoramentos e Apoio Social de Arega – 2018.

Esta entidade presta apoio a um total de 91 indivíduos, dos quais 43 em Serviço de Apoio Domiciliário – SAD, 31 em ERPI – Estrutura Residencial para Idosos/as, 12 em Centro de Convívio e 5 em Centro de Dia.

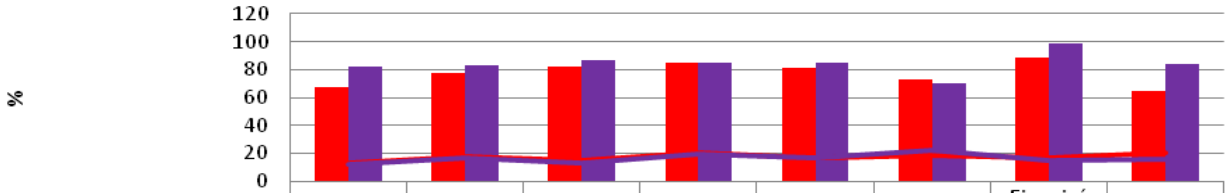
À semelhança do verificado na Santa Casa da Misericórdia, também a ERPI da Comissão de Melhoramentos e Apoio Social de Arega, apresenta uma lista de espera de 114 possíveis utentes, em 2019.

10.5 - TAXA DE COBERTURA E UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS:

De acordo com informação disponibilizada no DATACENTRO – CCDR, a taxa de cobertura[92] de respostas sociais para idosos/as (ERPI's, Centros de Dia, Centros de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário) no concelho era, em 2017, de 16% (tendo sofrido um aumento de 1% relativamente ao registado em 2011). Verifica-se que a taxa de cobertura de respostas sociais para idosos/as no concelho apresenta um valor superior à média regional registada no mesmo ano (13%) e da NUT III (15%), mas acima da média da região centro (18%). A taxa de cobertura de respostas sociais para idosos/as registada em 2017 em Figueiró dos Vinhos, foi a mais baixa dos 5 concelhos do norte do distrito.

Relativamente à taxa de utilização[93] das mesmas respostas sociais, esta representava, em 2017, 89%, tendo registado uma quebra de 10% relativamente a 2011. Apesar de se verificar uma tendência generalizada de diminuição da taxa de utilização destas respostas sociais nos dois períodos apresentados, que não se coaduna com o envelhecimento da população, verificamos que nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Alvaiázere e Ansião, as taxas de utilização são, mesmo assim, superiores à média nacional. Figueiró dos Vinhos registava, em 2017, a taxa de utilização mais alta dos 5 concelhos do norte do distrito e acima da média registada nas NUT no mesmo período.

G. 110 - Taxa de Cobertura e Utilização das respostas sociais para idosos/as (centros de dia, ERPI e SAD)



	Cont.	Centro	Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
Taxa utilização 2017	68	78	82	85	82	73	89	65
Taxa utilização 2011	83	83	86	85	85	70	99	84
Taxa cobertura 2017	13	18	15	21	17	18	16	21
Taxa cobertura 2011	12	16	14	20	16	22	15	16

Fonte: Datacentro – CCDR, 2018

10.6 - APOIOS SOCIAIS

PENSIONISTAS

O principal desafio com que atualmente se depara o estado social português, reflete a realidade do envelhecimento demográfico, o consequente aumento do número de pensionistas e a sustentabilidade do próprio sistema de Segurança Social.

Por pensão entende-se todo o montante atribuído mensalmente ao beneficiário da segurança social (ou de outro regime) por velhice ou incapacidade ou a familiares após o falecimento. São consideradas pensões, todos os eventos que dão origem a pagamentos

[92] Capacidade das respostas sociais centros de dia, lares de idosos/as e serviço de apoio domiciliário / População alvo (população com 66 e mais anos de idade) x 100.
[93] Utentes das respostas sociais centros de dia, lares de idosos/as e serviço de apoio domiciliário / Capacidade das respetivas respostas sociais x 100.

devido ao facto de a pessoa que aufere o rendimento deixar de ser capaz, por morte ou incapacidade, de proporcionar um rendimento para si próprio e para os seus dependentes.

É pensionista quem recebe uma ou mais pensões, tais como a pensão de velhice ou de sobrevivência. No caso específico da Caixa Geral de Aposentações, distingue-se entre quem recebe pensão de aposentação (aposentado), pensão de reforma (reformado) e outras pensões (pensionista).

O Regime Geral da Segurança Social estabelece, entre outros, a atribuição de pensões em caso de velhice, invalidez e morte (pensão de sobrevivência).

A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos/as que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

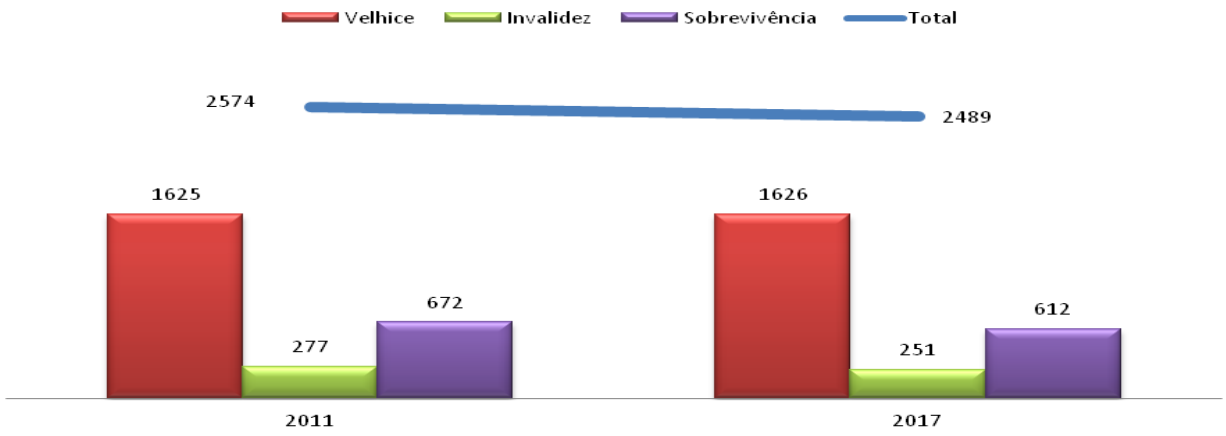
A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar mas não tem idade para se reformar.

A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

O gráfico seguinte permite-nos aferir a evolução do número de pensionistas no concelho de Figueiró dos Vinhos, entre 2011 e 2017. De uma forma geral, assistimos a uma diminuição, ainda que ligeira, do número total de pensionistas no período em análise. Em 2017 o número total de pensionistas no concelho era de 2489, menos 85 que o registado em 2011.

Apesar de no intervalo em análise ter sido publicada a Portaria n.º 277/2014, de 26 de março, que alterou a idade normal de acesso à pensão de velhice para os 66 anos e 2 meses, que viria a ser revogada pela Portaria n.º 67/2017, de 1 abril, que a altera novamente para os 66 anos e 3 meses, tal parece não ter contribuído para um decréscimo efetivo destes, pelo contrário, observamos um aumento, ainda que residual do número de pensionistas por velhice (+1 que em 2011) e uma diminuição do número de pensionistas por sobrevivência (-60 que em 2011) e uma diminuição do número de pensionistas por invalidez (-26 que em 2011).

G. 111 - Pensões da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice 2011-2017



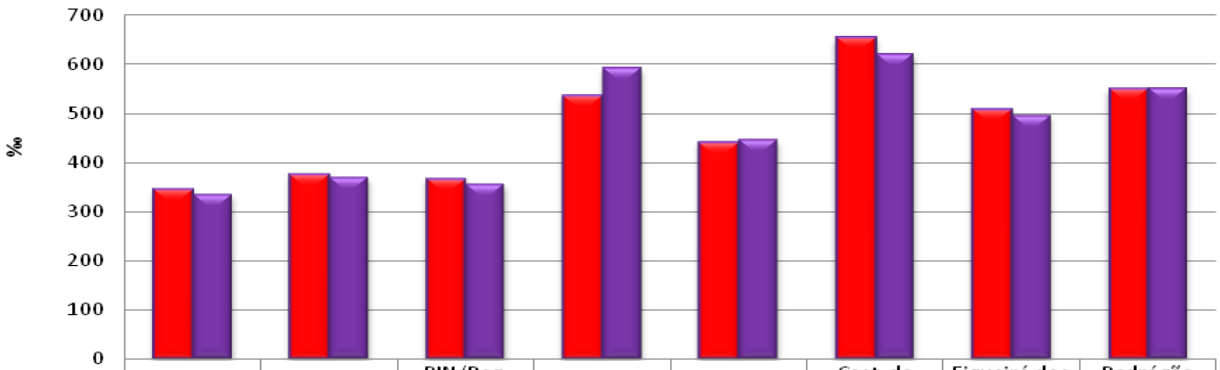
Fonte: Pordata

Efetuando uma análise mais abrangente e comparativa da evolução do número de pensionistas relativamente à população em idade ativa, podemos verificar no gráfico que a seguir se apresenta que, em 2017, a nível nacional, por cada 1000 indivíduos em idade ativa, existiam 344 pensionistas, valor ligeiramente superior ao registado em 2011 (335‰). Os valores registados aumentam ligeiramente nas NUT II e III relativamente aos registados na NUT I e também relativamente aos registados em 2011.

A nível concelhio registam-se valores bastante mais elevados relativamente à média nacional e regional. No concelho de Figueiró dos Vinhos, por cada 1000 indivíduos em idade ativa registados em 2017, existiam 507 pensionistas, mais 12‰ que em 2011. Nos restantes concelhos do norte do Distrito de Leiria, o cenário é semelhante. Castanheira de Pera regista o valor mais elevado com 653 pensionistas em 1000 habitantes em idade ativa, em 2017.

Efetuando uma comparação das séries temporais apresentadas (2011-2017), apenas os concelhos de Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera registaram um acréscimo do número de pensionistas por 1000 habitantes em idade ativa, ainda que ligeira. Nos restantes registou-se um ligeiro decréscimo neste período.

G. 112 - Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa – 2011-2017



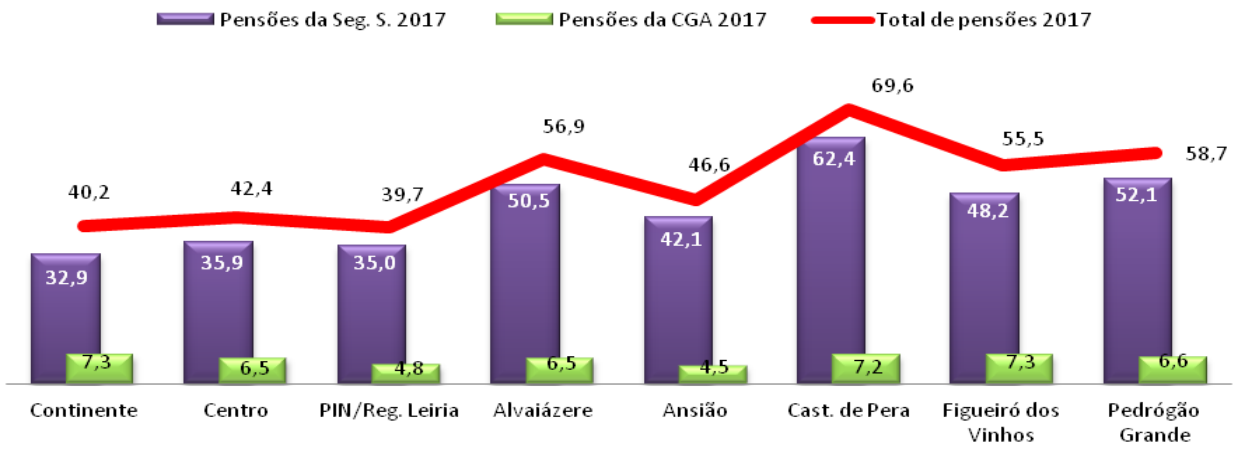
	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017 ‰	344	376	365	534	440	653	507	549
2011 ‰	335	369	355	592	447	621	495	551

Fonte: INE – Anuários Estatísticos.

Relativamente à distribuição dos pensionistas pelos regimes mais comuns (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações), verificamos no gráfico seguinte, uma predominância de pensões atribuídas no âmbito do Regime Geral da Segurança Social. Em 2017, por cada 100 indivíduos em idade ativa, existiam cerca de 40,2 pensionistas a nível nacional. Destes, 32,9% auferiam uma pensão pelo Regime Geral da Segurança Social e 7,3% pela Caixa Geral de Aposentações.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, dos cerca de 55,5 pensionistas por 100 indivíduos em idade ativa registados em 2017, 48,2% auferiam de pensão do Regime Geral da Segurança Social e 7,3% da Caixa Geral de Aposentações (valores superiores aos registados nas NUT I, II e III). Nos restantes concelhos do Norte do Distrito de Leiria, o cenário é idêntico.

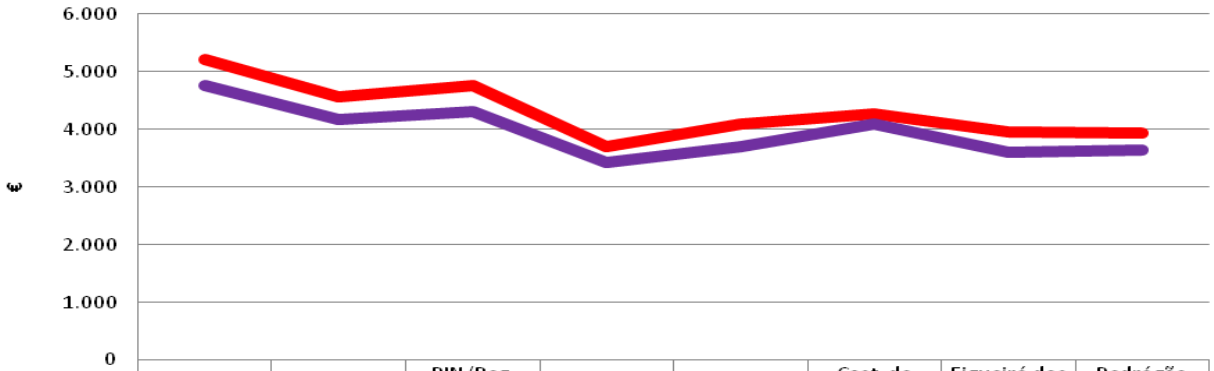
G. 113 - Pensionistas da SS e CGA no total da população residente com 15 e mais anos (%) – 2017



Fonte: Pordata

O gráfico seguinte permite-nos aferir o valor médio anual das pensões auferidas pelos beneficiários/as. Este rondava, em 2017, os 5.207,00€ a nível nacional (representando um aumento de cerca de 9,2% nos últimos 6 anos). O valor médio das pensões desce à medida que diminuímos a escala de análise, com especial relevo nos concelhos do norte do Distrito de Leiria. De facto, os valores médios observados nos concelhos em análise, apresentam valores abaixo dos registados a nível nacional e regional, pesando, nestes casos, as pensões provenientes do regime não contributivo e dos trabalhadores agrícolas (pensões com valores consideravelmente mais baixos). No caso do concelho de Castanheira de Pera, observamos uma discrepância positiva no valor médio anual das pensões (4.280,00€/ano), valor superior ao registado nos outros concelhos e mais próximo da média da NUT III mas, ainda assim bastante abaixo da média nacional e regional. Este facto está relacionado com a proliferação de indústrias do setor têxtil, que laboraram no concelho (e cujo declínio se dá, com maior severidade, a partir da década de 90), contribuindo assim para o incremento do número de pensionistas com carreira contributiva.

G. 114 - Evolução do valor médio das pensões da Segurança Social (€) por Local de residência 2011-2016



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2016	5.207	4.569	4.757	3.694	4.093	4.280	3.959	3.939
2011	4.769	4.177	4.314	3.427	3.699	4.097	3.606	3.640

Fonte: CCDRC - Datacentro

No concelho de Figueiró dos Vinhos, o valor médio anual das pensões assume um dos valores mais baixos dos 5 concelhos do norte do Distrito de Leiria – 3.959,00€/ano – valor bastante abaixo da média nacional e regional, contribuindo para a sua leitura os fundamentos acima expostos.

10.7 - COMPLEMENTO SOLIDÁRIO A IDOSOS/AS – CSI

O Complemento Solidário para Idosos/as (CSI)[94] é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos/as de baixos recursos, residentes em Portugal, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 5 meses[95].

Têm direito ao Complemento Solidário para Idosos/as, os idosos/as titulares de pensões de velhice e sobrevivência ou equiparadas de qualquer sistema de proteção social nacional ou estrangeiro, que residam legalmente em território nacional há mais de 6 anos, de acordo com os critérios previstos na lei. Quem beneficia desta prestação tem também benefícios adicionais na área da saúde (medicamentos, óculos, lentes e próteses dentarias).

Relativamente à evolução do número de beneficiários/as de CSI registada nos últimos 10 anos, no concelho de Figueiró dos Vinhos, podemos verificar no gráfico seguinte que o ano em que se registou o maior número de beneficiários/as foi o de 2010 (418

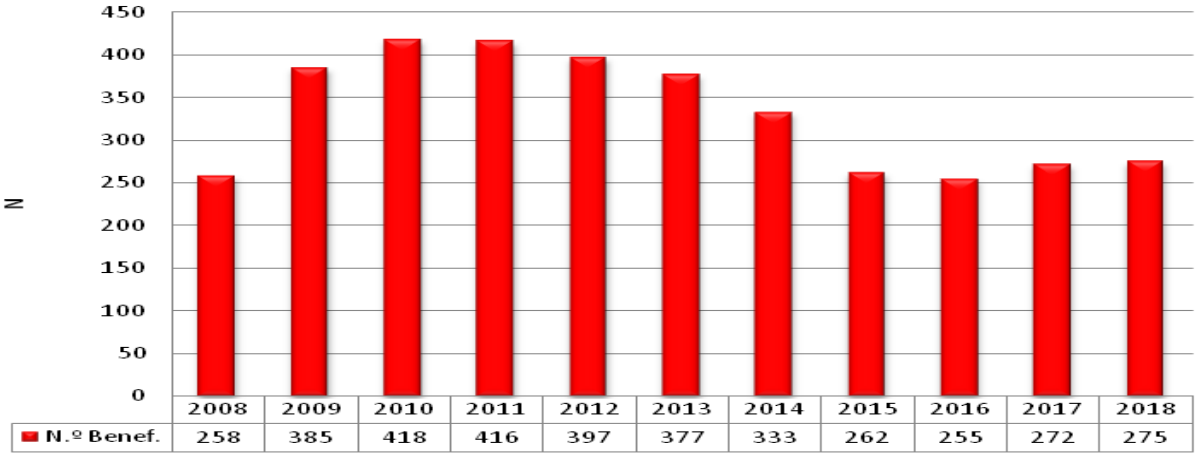
[94] O complemento solidário para idosos/as (CSI), criado em 2005, através do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro.
[95] Em 2019 foi novamente alterada a idade da reforma através da entrada em vigor da Portaria n.º 50/2019, de 8 de fevereiro.

beneficiários/as). A partir daí verificou-se um decréscimo[96] com algum significado até 2016, ano em que foram registados 255 beneficiários/as.

Nos anos de 2017 e 2018 o número de beneficiários/as de CSI aumentou ligeiramente para 272 e 275 beneficiários/as, respetivamente. Para este aumento contribuiu o trabalho contínuo realizado no terreno no pós-incêndio de 2017, por técnicos da Segurança Social e outros serviços, que, ao identificarem situações de maior carência, procediam ao esclarecimento e à devida instrução dos processos.

O número elevado de beneficiários/as de CSI, expressa bem o baixo valor das pensões aferidas por grande parte dos idosos/as do concelho.

G. 115 - N.º DE BENEFICIÁRIOS/AS DE CSI DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 2008-2018



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI), fev./2019

10.8 - CARTÃO FIGUEIROENSE SENIOR

O Cartão Figueiroense Sénior é uma medida de Politica Social promovida pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, destinada a melhorar a qualidade de vida da população com idade igual ou superior a 65 anos.

Com regulamento próprio aprovado em 2007 (data da sua instituição), prevê uma diversidade de apoios em serviços camarários, dos quais destacamos o acesso gratuito a iniciativas culturais e desportivas, redução de 50% no pagamento de consumo de água, saneamento e tarifas de recolha de resíduos sólidos, comparticipação de 25% na parte que cabe ao utente em medicação, mediante receita médica e descontos nos estabelecimentos comerciais locais aderentes, entre outros.

No período compreendido entre junho de 2015 e dezembro de 2018, foram instaurados 52 processos, dos quais, 45 estão em curso.

10.9 - UNIVERSIDADE SENIOR

Desde a Cerimónia de Abertura, no dia 12 de novembro 2010, a Universidade Sénior, adiante designada USFIG, teve exclusivamente objetivos de valorizar e integrar as pessoas de idade maior, disponibilizando uma oferta de aprendizagem informal e não certificada.

[96] Este decréscimo que se observa no número de beneficiários/as de CSI, poderá estar relacionado com a alteração dos critérios de acesso à medida, protagonizadas pelas alterações ao Decreto-lei n.º 232/2005, de 29 de maio, que criaram o CSI e ao Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de fevereiro, que o regulamenta e alterações subsequentes.

A Direção da USFIG concebeu um conjunto de disciplinas e atividades que fossem ao encontro das expectativas dos alunos/as, completando conteúdos mais teóricos com aulas de carácter mais prático, onde os conhecimentos e a experiência de vida pudessem ser divulgados e valorizados.

Assim foi possível aos alunos/as seniores escolherem as disciplinas que mais lhes interessavam nas ofertas de aprendizagem: Artes, Línguas, História, Saúde, Tecnologias, Desporto, Motricidade, etc.

No que concerne às áreas mais procuradas foi possível verificar-se um maior número de inscrições nas disciplinas de Saúde e Bem-estar, Sítios e Caminhos, Nutrição e Dietética, Canto e História Local.

Para além das atividades curriculares como aulas e visitas de estudo, foram ainda implementadas atividades extracurriculares tais como: ações de promoção/sessões de esclarecimentos, concertos musicais, exposições, intercâmbios, palestras com convidados denominadas de "*Terça à tarde com…",* viagens, workshops temáticos, etc.

As atividades letivas da USFIG decorrem em horário laboral e pós–laboral de segunda a sexta-feira, entre as 10h00 e as 19h45, com interrupções letivas no Natal, Carnaval e Páscoa.

Relativamente à evolução e caracterização dos alunos/as da Universidade Sénior, podemos verificar na tabela seguinte que, o primeiro ano de funcionamento (2010/2011), foi o que acolheu o maior número de inscritos/as (106). No ano seguinte, não existem dados disponíveis devido ao facto de, nesse ano, não se ter estipulado a obrigatoriedade de inscrição nem a renovação de inscrições do ano anterior. De 2012 até 2015 observou-se um ligeiro aumento do número de inscrições sendo que, a partir do ano letivo de 2014/2015 até à data, o número de alunos/as inscritos/as estabilizou numa média de 71 alunos/as sendo que, atualmente estão inscritos/as 68 alunos/as.

T. 38 - Evolução do número de alunos/as da USFIG e caraterização por género

	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Mulheres	65	-	37	45	51	51	62	46	51
Homens	41	-	19	23	24	18	19	17	17
Total	106	-	56	68	75	69	81	63	68

Fonte: Universidade Sénior – Dezembro 2018

No que concerne ao género dos alunos/as, pode dizer-se que o sexo feminino tem sido presença predominante. Quanto ao seu perfil por áreas de residência, Figueiró do Vinhos é mais representado, seguindo-se Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.

No que respeita à caracterização por faixa etária, pode dizer-se que a maioria se situa nos 50 anos (idade mínima), nos 72 anos (idade média) e nos 94 (idade máxima).

Relativamente aos professores/as que colaboraram com a USFIG, importa referir que todos eles prestam serviço em regime de voluntariado e que o recrutamento dos mesmos resultou de convite e/ou da disponibilidade manifestada por parte de alguns alunos/as.

Evidencia-se as habilitações de todos os docentes e sua experiência profissional, a partilha e colaboração dos alunos/as, a conquista de intercâmbios com a Academia de Tábua, o Instituto D. António Ferreira Gomes, a Universidade Sénior de Tomar, Universidade Sénior de Guimarães (UNAGUI) e, ainda, com o Município de Saint Maximin (França), assim como o esforço feito pelo Município de Figueiró dos Vinhos, por serem aspetos fundamentais para o sucesso alcançado.

10.10 - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - RSI

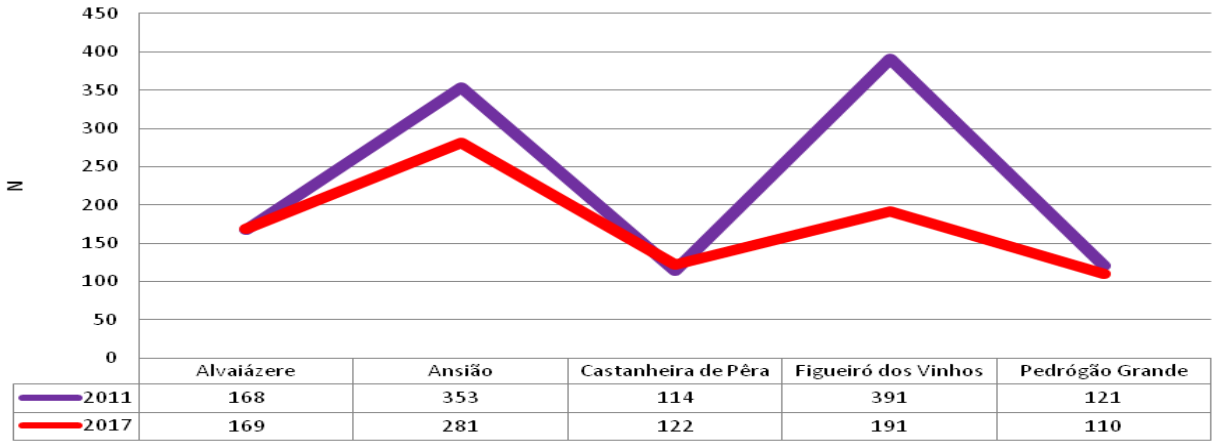
O Rendimento Social de Inserção (RSI) foi criado em 2003, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido (RMG)[97]. É uma prestação pecuniária de caráter transitório que a Segurança Social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. Têm direito a esta prestação pessoas ou famílias em situação de carência económica grave, que cumpram as condições de atribuição previstas na legislação em vigor.

Efetuando uma análise da evolução do número de beneficiários/as de RSI nos anos de 2011 e 2017, nos 5 concelhos do norte do distrito, verificamos pela análise do gráfico que a seguir se apresenta, uma diminuição bastante acentuada do n.º de beneficiários/as no concelho de Figueiró dos Vinhos que atingiu, em 2017, os 191 beneficiários/as, menos de metade do que os registados em 2011 (391).

No concelho de Ansião também se verificou um decréscimo, mas com menor expressão. Ansião registou em 2017 o n.º mais elevado de beneficiários/as de RSI dos 5 concelhos (281).

Os concelhos de Alvaiázere e Castanheira de Pera registaram um acréscimo residual no mesmo período e Pedrógão Grande foi, dos 5, o que registou o menor número de beneficiários/as inscritos/as (110), tendo-se mesmo verificado um decréscimo, ainda que com pouca expressão, relativamente ao registado em 2011 (121).

G. 116 - BENEFICIÁRIAS/OS DO RSI POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2011-2017)



Fonte: PORDATA

Efetuando uma analise comparativa dos beneficiários/as de RSI por 1000 habitantes em idade ativa por NUT e concelhos no mesmo período, verificamos que a nível nacional, em 2017, por cada 1000 habitantes em idade ativa, 31 beneficiavam desta prestação. A NUT II e III apresentavam valores inferiores à média nacional (22 e 17 por 1000, respetivamente). Nas III NUT, observou-se também um decréscimo com alguma expressão relativamente aos registos de 2011.

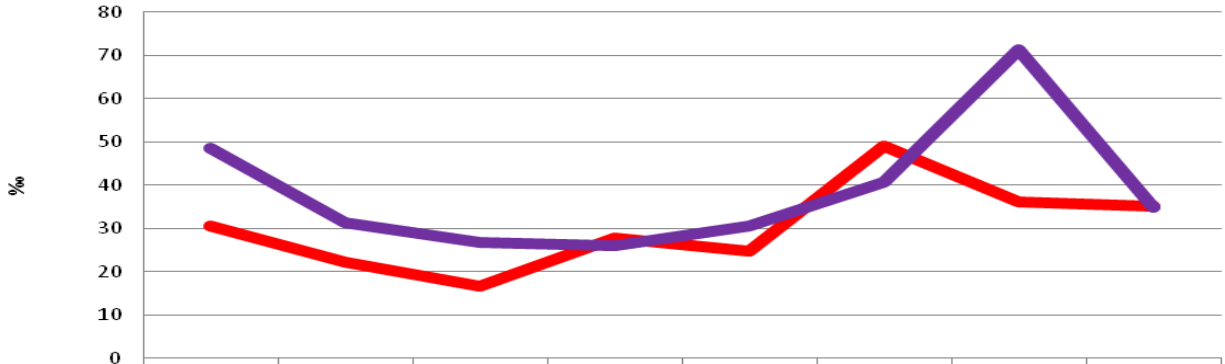
A nível concelhio verificou-se, no período em análise, um decréscimo bastante expressivo dos beneficiários/as de RSI por cada 1000 habitantes em idade ativa no concelho de Figueiró dos Vinhos, em consonância com os dados apresentados no gráfico anterior. Em 2017, por cada 1000 habitantes em idade ativa, 36 eram beneficiários/as RSI (contra 71 em 2011). Ainda assim, o valor registado no concelho é superior à média das NUT.

O concelho de Ansião segue a mesma tendência de decréscimo e registou, em 2017, o menor número de beneficiários/as de RSI por 1000 habitantes em idade ativa (25), valor inferior à média nacional mas superior à das NUT II e III. Pedrógão Grande manteve em 2017, os 35‰ que já havia registado em 2011.

[97] A Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, veio revogar o Rendimento Mínimo Garantido e criar o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Nos concelhos de Alvaiázere e Pedrógão Grande registou-se um acréscimo deste indicador, com maior expressão em Castanheira de Pera que registou, em 2017 o maior número de beneficiários/as por cada 1000 habitantes em idade ativa – 49.

G. 117 - BENEFICIÁRIAS/OS DO RSI POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA (2011-2017)



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	31	22	17	28	25	49	36	35
2011	49	31	27	26	31	41	71	35

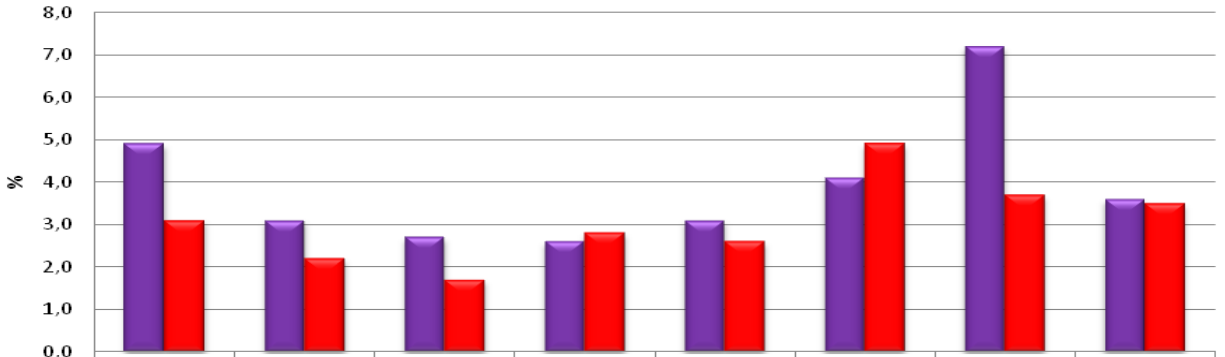
Fonte: INE

Quanto ao peso dos beneficiários/as de RSI no total da população residente, verificou-se, no período em análise, um decréscimo em todas as NUT, com maior expressão na NUT I. Em 2017, 4,9% dos portugueses eram beneficiários/as desta prestação social (-1,8% que em 2011). A NUT II e III registam percentagens inferiores à média nacional (3,1% e 2,7%), respetivamente.

Analisando a situação dos concelhos do norte do Distrito de Leiria, Figueiró dos Vinhos apresentou em 2017, o decréscimo mais expressivo da percentagem de beneficiários/as de RSI – 3,7% (-3,5% que em 2011), valor inferior à média nacional mas ligeiramente acima da média das NUT II e III.

As variações registadas nos outros concelhos foram residuais (diminuição em Ansião e Pedrógão Grande e aumento em Castanheira de Pera e Alvaiázere).

G. 118 - BENEFICIÁRIOS/AS RSI EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE - 2013



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	4,9	3,1	2,7	2,6	3,1	4,1	7,2	3,6
2017	3,1	2,2	1,7	2,8	2,6	4,9	3,7	3,5

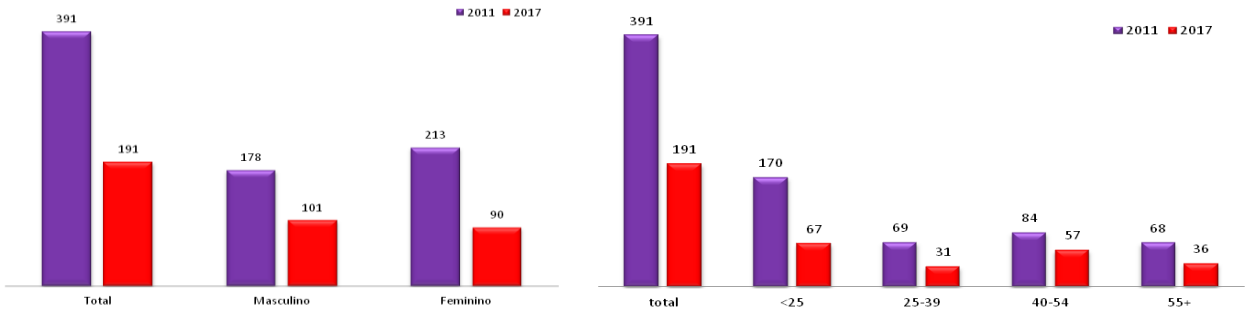
Fonte: Pordata

Efetuando uma breve caraterização dos beneficiários/as de RSI do concelho de Figueiró dos Vinhos, por género e faixa etária, podemos verificar pelo gráfico que a seguir se apresenta que, dos 191 beneficiários/as (titulares) registados em 2017, 101 eram do sexo masculino e 90 eram do sexo feminino. Relativamente à faixa etária verificamos que a maioria dos beneficiários/as tinha, no

mesmo ano, idade igual ou inferior a 25 anos (67 – 35%). Dos restantes, 57 tinham idade compreendida entre os 40 e os 54 anos (30%), 36 tinham 55 ou mais anos (19%) e 31 tinham idade compreendida entre os 25 e os 39 anos (16%).

Verificou-se também um decréscimo destes indicadores quando comparados os dois períodos em análise.

G. 119 - Beneficiários/as de RSI por género e faixa etária – Figueiró dos Vinhos – 2011-2017



Fonte: Pordata

10.11 – ATIVIDADES SOCIALMENTE ÚTEIS - ASU

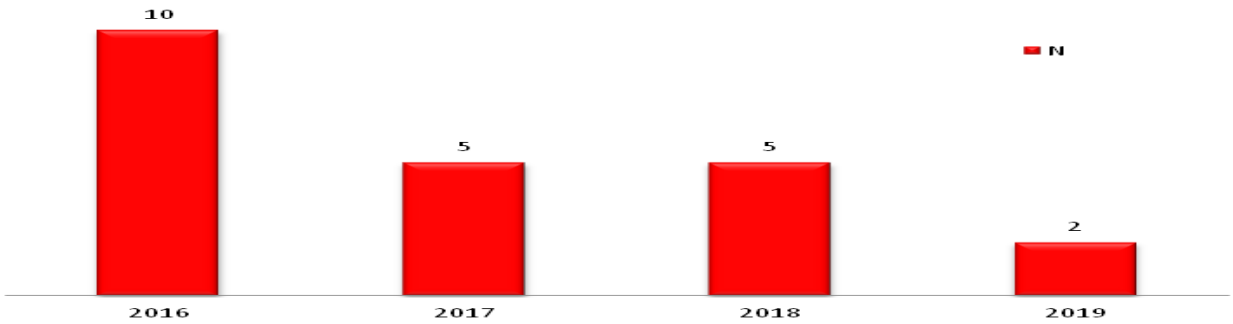
A Atividade Socialmente Útil (ASU) consiste na ocupação temporária a que ficam sujeitos os beneficiários/as de RSI, desenvolvida a favor de entidades sem fins lucrativos ou de setor da economia social (entidades promotoras), com vista à satisfação das necessidades sociais e comunitárias.

As ASU caraterizam-se pela realização de tarefas que, na sua grande maioria, não integram o conteúdo funcional dos lugares previstos no quadro de pessoal ou nos instrumentos de regulamentação aplicáveis ou não se sobreponham às desenvolvidas pelos trabalhadores da entidade promotora.

A ASU é compatível com as aptidões, com as habilitações académicas, qualificação e experiência profissional dos beneficiários/as, e respeita as normas gerais e específicas relativas às condições de trabalho, designadamente no que concerne à segurança, higiene e saúde no trabalho.

Da análise do gráfico seguinte, pode aferir-se o número de indivíduos inseridos pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos nesta medida, nos últimos anos.

G. 120 - Beneficiários/as de ASU – Figueiró dos Vinhos – 2016-2019



Fonte: GAS – CMFV, abril/2019

10.12 - SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

O subsídio de desemprego é uma prestação paga mensalmente a quem perdeu o emprego de forma involuntária, e que se encontre inscrito para emprego no Instituto de Emprego e Formação Profissional. O subsídio de desemprego destina-se a compensar a perda das remunerações de trabalho, devendo o requerente reunir vários requisitos previstos na lei. O subsídio social de desemprego destina-se a compensar a perda das remunerações do trabalho. Este subsídio é pago quando não estão reunidas as condições para receber o subsídio de desemprego (subsídio social de desemprego inicial) ou já recebeu todo o subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subsequente) e quando o rendimento mensal do agregado familiar, por pessoa, não ultrapassa 80% do IAS.

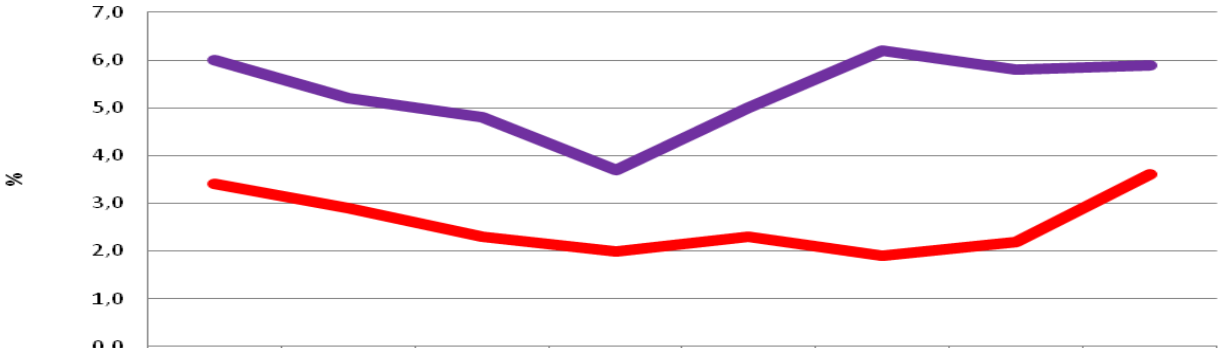
Da análise do gráfico seguinte, podemos observar que, a nível nacional, a percentagem de desempregados/as no total de beneficiários/as ativos, atingiu, em 2017, os 3,4%, valor inferior aos 6% registados em 2011. As NUT II e III seguem a mesma tendência de decréscimo registando, em 2017, 2,9% e 2,3%, respetivamente.

Nos concelhos em análise, observou-se a mesma tendência de decréscimo no período em análise em todos eles e, em 2017, a maioria registou valores abaixo dos registados nas NUT (exceto Pedrógão Grande onde apesar de também se ter verificado um decréscimo, o valor registado em 2017 (3,6%), era superior à média nacional, regional e sub-regional.

O concelho de Castanheira de Pera regista a menor percentagem de beneficiários/as de subsídio de desemprego no total de beneficiários/as ativos dos 5 concelhos em 2017 (1,9%) e foi também o que mais decresceu comparativamente ao ano de 2011.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a percentagem de beneficiários/as de subsídio de desemprego no total de beneficiários/as ativos atingiu, em 2017, os 2,2%, menos 3,6% que em 2011 e abaixo da média das NUT.

G. 121 - BENEFICIÁRIOS/AS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO NO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS/AS ATIVOS 2011-2017



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	6,0	5,2	4,8	3,7	5,0	6,2	5,8	5,9
2017	3,4	2,9	2,3	2,0	2,3	1,9	2,2	3,6

Fonte: Pordata

Relativamente à proporção de beneficiários/as de subsídio de desemprego com 55 ou mais anos, falamos de uma franja da população ativa que, pelo fator idade, têm mais dificuldade em reentrar no mercado de trabalho e encontram-se, por outro lado, muito longe da idade de reforma.

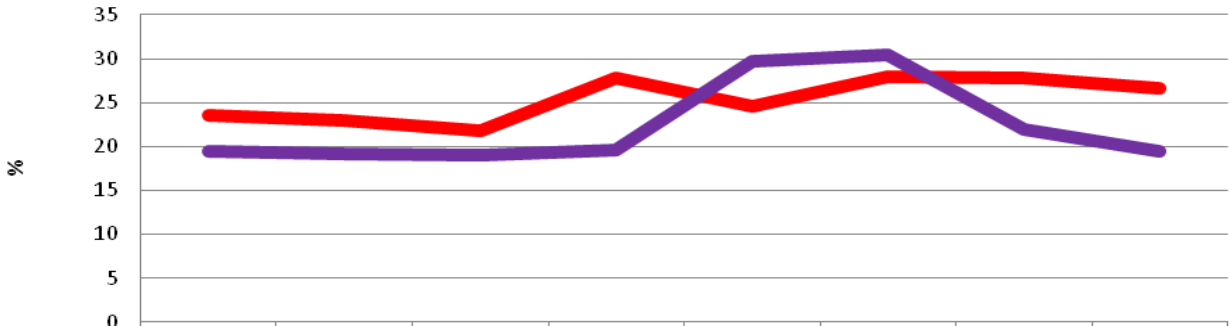
A inexistência de dados estatísticos que demonstrassem a distribuição dos beneficiários/as de subsídio de desemprego por faixa etária, inibe-nos de ter um termo de comparação, porém, os dados expostos no gráfico seguinte, permitem-nos afirmar que as proporções registadas são elevadas, quer a nível nacional onde atingiu quase os 25% em 2016, quer a nível concelhio, onde todos os concelhos ultrapassam a média nacional, regional e sub-regional.

De facto, quando comparamos os dois intervalos em análise, a proporção de beneficiários/as de subsídio de desemprego com 55 e mais anos, aumentou em todas as NUT.

Nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, apenas Ansião e Castanheira de Pera registaram, em 2016, um decréscimo da proporção de beneficiários/as com 55 e mais anos, no período em análise. Ansião registou, em 2016, a menor proporção dos 5 concelhos (25%).

A proporção mais elevada é registada nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere e Castanheira de Pera, onde mais de ¼ dos beneficiários/as têm 55 ou mais anos (28).

G. 122 - Proporção de beneficiários/as do subsídio de desemprego com 55 ou mais anos 2011-2016



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2016	24	23	22	28	25	28	28	27
2011	19	19	19	20	30	30	22	19

Fonte: CCDRC - Datacentro

10.13 - INFÂNCIA E JUVENTUDE

CRECHE

A creche é uma resposta social de natureza socioeducativa, desenvolvida em equipamento próprio para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário, correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família.

No concelho de Figueiró dos Vinhos existe apenas uma valência de creche (Santa Casa da Misericórdia), que dá resposta às crianças do concelho e algumas de concelhos limítrofes cujos progenitores se encontram a trabalhar em Figueiró dos Vinhos.

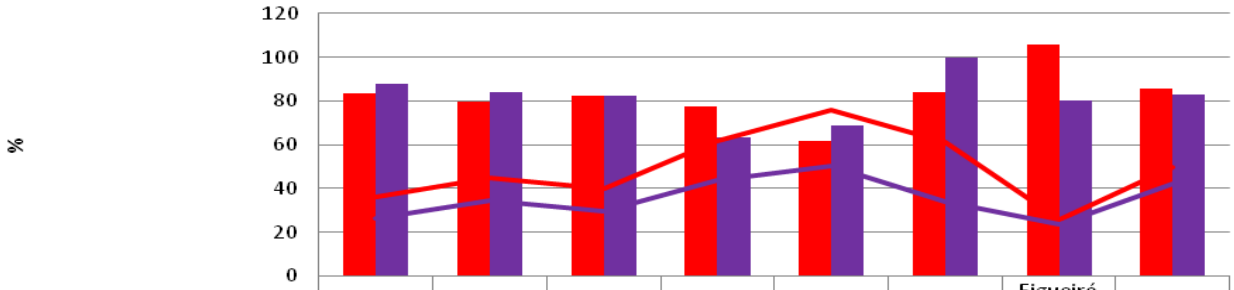
Desta forma, e no que concerne à taxa de cobertura[98], esta correspondia a 26% (2017), no concelho de Figueiró dos Vinhos, a mais baixa registada nas unidades territoriais em análise, abaixo da registada a nível nacional (36%) regional (45%) e da NUT III (40%). Quanto à taxa de utilização[99] registada em 2017, esta atingia os 106% em Figueiró dos Vinhos, a mais elevada dos 5 concelhos e superior à registada a nível nacional (84%), regional (80%) e da NUT III (82%).

Comparando as duas séries temporais apresentadas, verifica-se um aumento, ainda que ligeiro, das taxas de cobertura em todas as unidades territoriais em análise.

[98] Capacidade da resposta social creche / População alvo (população dos 0 aos 3 anos de idade) x 100.
[99] Utentes da resposta social creche / Capacidade da resposta social creche x 100.

Quanto à taxa de utilização, assistimos a uma diminuição, ainda que pouco significativa, a nível nacional, regional, da NUT III e dos concelhos de Ansião e Castanheira de Pera. Nos restantes, onde Figueiró dos Vinhos se inclui, registou-se um aumento com alguma expressão.

G. 123 - Taxa de Cobertura e utilização da valência de Creche 2011-2017



	Continente	Centro	Reg.Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pêra	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
Taxa de utilização 2017	84	80	82	77	62	84	106	86
Taxa de utilização 2011	88	84	83	63	69	100	80	83
Taxa de cobertura 2017	36	45	40	62	76	61	26	50
Taxa de cobertura 2011	27	35	29	44	50	34	24	42

Fonte: Datacentro – CCDR, 2018

A diminuição do número de crianças até aos 3 anos de idade, para além da atual conjuntura económica com efeitos no poder de compra das famílias, podem constituir algumas das explicações para a redução do número de crianças em creche. Para além da diminuição progressiva do número de nascimentos, a preferência pela rede informal para os cuidados nos primeiros meses de vida da criança e os efeitos da crise económica, poderão explicar o menor peso de crianças integradas em valências de creche.

10.14 – INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA - IPI

A Intervenção Precoce está regulamentada pelo Decreto-lei n.º 281/2009, de 6 de Outubro, e é da responsabilidade do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância – SNIPI tem por objetivo "garantir condições de desenvolvimento das crianças dos 0 – 6 anos, com funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias[100]".

De acordo com o mesmo Decreto, considera-se Intervenção Precoce na Infância – IPI, o conjunto de medidas de apoio integrado dirigido à criança e família, incluindo ações, de natureza preventiva e reabilitativa, no campo da educação, da saúde e da ação social.

O SNIPI integra, para atuação a nível local, Equipas Locais de Intervenção (ELI's), neste caso a ELI de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

São objetivos da ELI:

- Identificar as crianças e famílias elegíveis para serem apoiadas no âmbito do SNIPI;
- Intervir junto das crianças e famílias em função das necessidades identificadas, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso de desenvolvimento;

[100] De acordo com o disposto no artigo 1º, ponto 1, do Dec-lei n.º 281/2009, de 6 de outubro.

- Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas de segurança social, de saúde e de educação.

T. 39 - Crianças/Famílias abrangidas dos Concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande - 2017

	Castanheira de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrogão Grande	Total
N.º Crianças/famílias acompanhadas	15	17	25	57

Fonte: ELI 2017

Das 17 crianças acompanhadas em 2017 no concelho de Figueiró dos Vinhos, 11 eram do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

O contexto da intervenção efetuada decorreu maioritariamente em contexto escolar (13 crianças). Foi também efetuada a intervenção no domicílio (3 crianças) e na creche (1 criança).

A idade mais predominante das crianças acompanhadas foi a dos 5 e 6 anos (com 5 crianças cada), seguindo-se os 2, 3 e 4 anos de idade (com 2 crianças em cada). Registou-se ainda 1 criança com 1 ano de idade.

10.15 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - CPCJ

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens[101] (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens existe em Figueiró dos Vinhos desde 1997[102] (então designada Comissão de Proteção de Menores, e abrangia, na altura, 3 concelhos: Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande). Foi reorganizada em Dezembro de 2000[103], ficando a partir de Janeiro de 2001 limitada apenas ao concelho de Figueiró dos Vinhos.

A CPCJ funciona nas modalidades Restrita e Alargada. Aos membros da Comissão Restrita, com formação interdisciplinar, compete genericamente, a intervenção nas situações identificadas como de perigo para a criança ou jovem, procedendo à respetiva avaliação/diagnóstico e instrução do processo, decisão, aplicação, acompanhamento e revisão das medidas de promoção e proteção.

Aos membros da Comissão Alargada compete o desenvolvimento de ações de carácter geral de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens e, principalmente, de prevenção das situações de perigo, nomeadamente junto da comunidade local.

De acordo com a legislação em vigor, as medidas de promoção e proteção podem ser executadas em meio natural de vida[104], ou de colocação[105]. Existe uma outra medida de promoção e proteção – confiança na pessoa selecionada para a adoção ou na instituição

[101] Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro e atualizações subsequentes (Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, Lei nº 142/2015 de 8 de, Lei n.º 23/2017 de 23 de maio e Lei 26/2018, de 5 de julho)
[102] Instalada pela Portaria n.º 409 de 23/07/1997, publicada no DR n.º 3059. Iniciou o seu funcionamento em 25/07/1997.
[103] Portaria de reorganização da CPM em CPCJ n.º 1226 de 30/12/2000, publicada no DR n.º 300.
[104] As medidas em meio natural de vida englobam o apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para autonomia de vida.

com vista a futura adoção – que pode ser considerada a executar no meio natural de vida, no primeiro caso, ou medida de colocação no segundo.

Relativamente à intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem, esta deve obedecer aos seguintes princípios básicos: superior interesse da criança; privacidade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; prevalência da família; obrigatoriedade da informação; audição obrigatória e participação e subsidiariedade.

O processo de promoção e proteção (PPP) inicia-se com a receção de comunicações escritas ou verbais ou através de factos de que a CPCJ tenha conhecimento. No cumprimento da legislação em vigor, a CPCJ na modalidade restrita, deverá proceder à apreciação liminar dessas situações de perigo sinalizadas, à instauração de processo sempre que se justifique e à consequente aplicação, acompanhamento e execução da medida de promoção e proteção.

Efetuando uma análise da intervenção da CPCJ de Figueiró dos Vinhos nos últimos 8 anos, podemos verificar na tabela que a seguir se apresenta, a evolução do volume processual.

T. 40 - CARATERIZAÇÃO PROCESSUAL DA CPCJ, 2010-2017

	Global	Ativos	Transitados	Instaurados	Reabertos	Arq. Lim.	Arquivados
2010	41	**16**	26	10	5	11	14
2011	28	**17**	16	9	3	9	2
2012	30	**18**	17	10	3	2	10
2013	25	**7**	13	8	4	4	14
2014	42	**24**	7	26	9	7	11
2015	46	**17**	24	15	7	2	26
2016	41	**15**	19	14	8	0	26
2017	30	**22**	15	9	6	0	8

Fonte: CPCJFV, 2018.

O **volume global de processos**[106] acompanhados por ano é pautado por oscilações subsequentes. O ano de 2013 foi o que registou o menor número de processos (25) e o de 2015 o que mais processos acompanhou (46). A média global de processos acompanhados no período em análise rondou os 35.

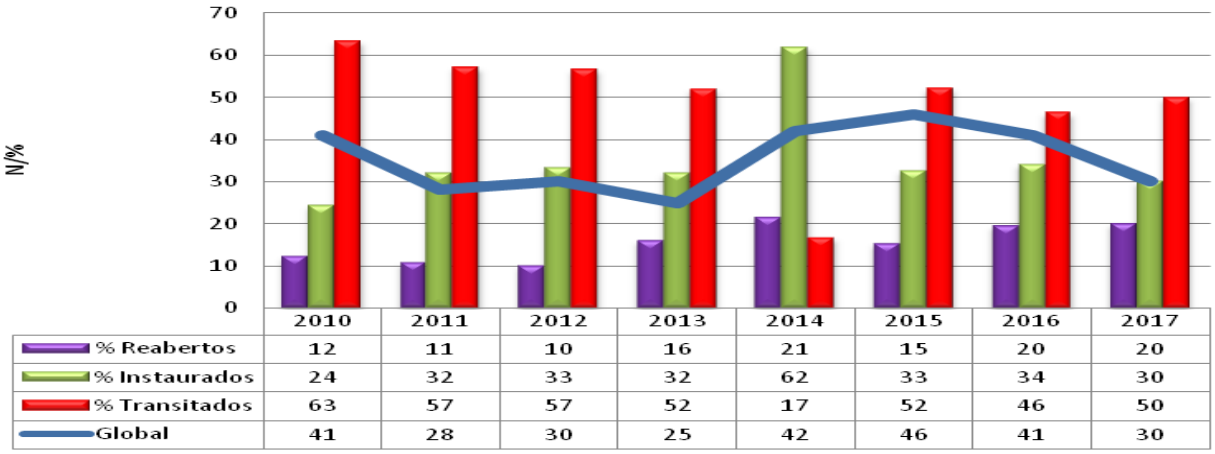
No ano de 2017 a CPCJ de Figueiró dos Vinhos acompanhou 30 processos (15 transitados do ano anterior, 9 instaurados no ano e 6 reabertos). Procedeu também no ano ao arquivamento de 8 processos, terminando o ano com 22 processos ativos.

Relativamente ao número de **processos ativos** no final do ano, verificam-se algumas oscilações nos anos em análise, porém, quando comparados com o volume global, é notória a sua diminuição, o que evidencia um maior número de situações de arquivamento ou arquivamento liminar. Apesar do ano de 2017 ter sido um dos que se destacou pelo menor número de processos acompanhados (30), a percentagem de processos ativos no final do ano foi a maior da serie apresentada (73%). A média de processos ativos no final do ano atingiu os 17, no período em análise.

Refira-se que em 2016 e 2017 se observou aumento da percentagem de processos reabertos (de 15% em 2015, para 20% em 2016 e 2017). Trata-se de processos onde a CPCJ já interveio e que haviam sido arquivados e onde voltou a ser necessária a intervenção.

[105] As medidas de colocação podem ser de: acolhimento familiar e acolhimento em instituição.
[106] Volume de Processo Global: inclui todos os processos que foram trabalhados durante todo o ano a que a estatística diz respeito (processos ativos/pendentes do ano anterior e todos aqueles que se iniciaram durante o ano, incluindo processos reabertos no ano).

G. 124 – Volume global de Processos (e por % Transitados, Instaurados e Reabertos no ano), 2010-2017



Fonte: CPCJFV, 2018.

Do número total de processos sinalizados, nem todos se mantém ativos ao longo do ano, podendo, no decurso da sua apreciação liminar, ser efetuado o seu arquivamento liminar[107] ou o seu arquivamento[108], na sequência do acompanhamento efetuado após o consentimento dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto (e verificando-se a não oposição da criança ou jovem com mais de 12 anos).

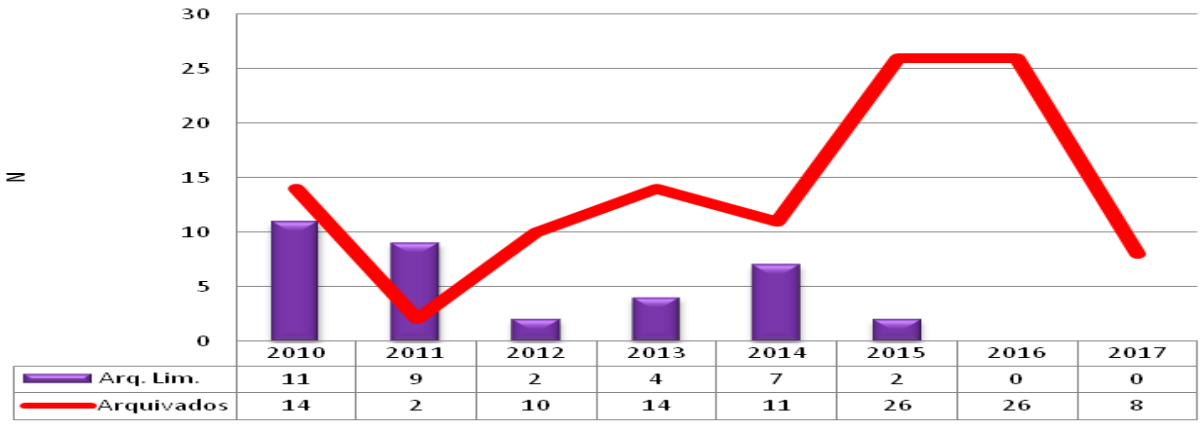
O arquivamento pode ocorrer por motivos que determinem a cessação da intervenção da CPCJ ou pela extinção da situação de perigo, seja porque a competência para intervir passou a ser do Tribunal, ou outro.

No gráfico seguinte, podemos verificar que dos 30 processos acompanhados em 2017, 8 foram arquivados e não se registaram arquivamentos liminares (encontram-se 22 processos ativos no final do ano).

Nos anos anteriores predominaram os arquivamentos que atingiram os valores mais expressivos em 2015 e 2016 (26).

Os arquivamentos liminares, pela sua especificidade são em muito menor número.

G. 125 - Arquivamento, 2010-2017



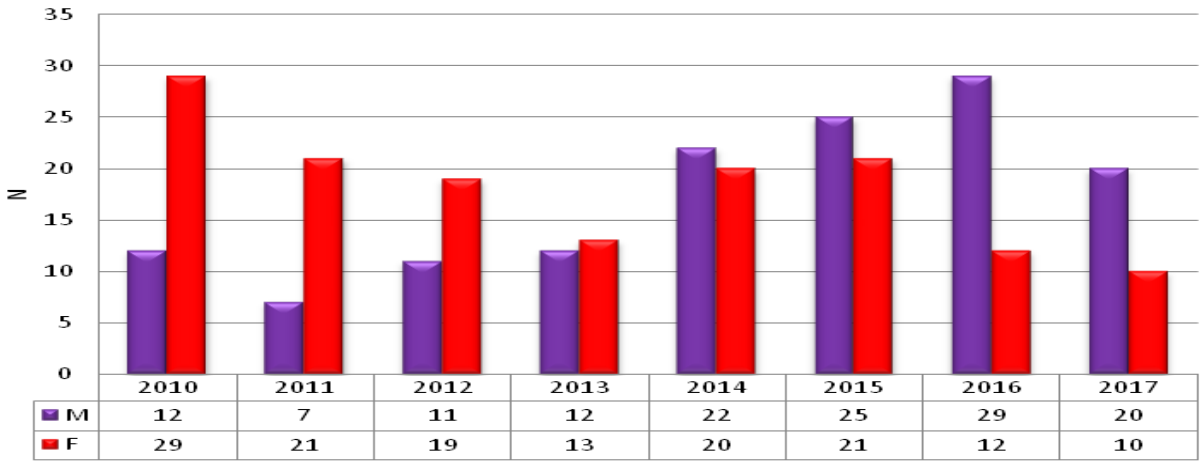
Fonte: CPCJFV, 2018.

[107] O Arquivamento liminar ocorre, principalmente, por quatro motivos: a situação de perigo não se confirma, ausência de consentimento para a intervenção, a situação de perigo já não subsiste e encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude.

[108] O Arquivamento ocorre quando o processo de promoção e proteção se encontra na fase de avaliação diagnóstica ou na fase de deliberação ou de contratualização do acordo de promoção e proteção, pelos seguintes motivos: a situação de perigo já não subsiste, a situação de perigo já não se confirma ou os pais retiraram o consentimento para a intervenção ou, no que respeita ao arquivamento ou cessação da intervenção da CPCJ em processos que se encontravam na fase de execução e acompanhamento da medida de promoção e proteção, por: cessação da medida por a situação de perigo já não existir, não cumprimento reiterado do acordo de promoção e proteção e cessação da medida por decurso do prazo máximo de duração ou de prorrogação e superação da situação de perigo. Nalguns casos, o processo é remitido ao Tribunal.

Relativamente à caraterização das crianças e jovens acompanhados nos últimos 8 anos, podemos verificar no gráfico seguinte uma predominância do sexo feminino até ao ano de 2013. A partir do ano 2014 até 2017, predominam as crianças e jovens do sexo masculino.

G. 126 - Crianças/Jovens acompanhados por Sexo, 2010-2017



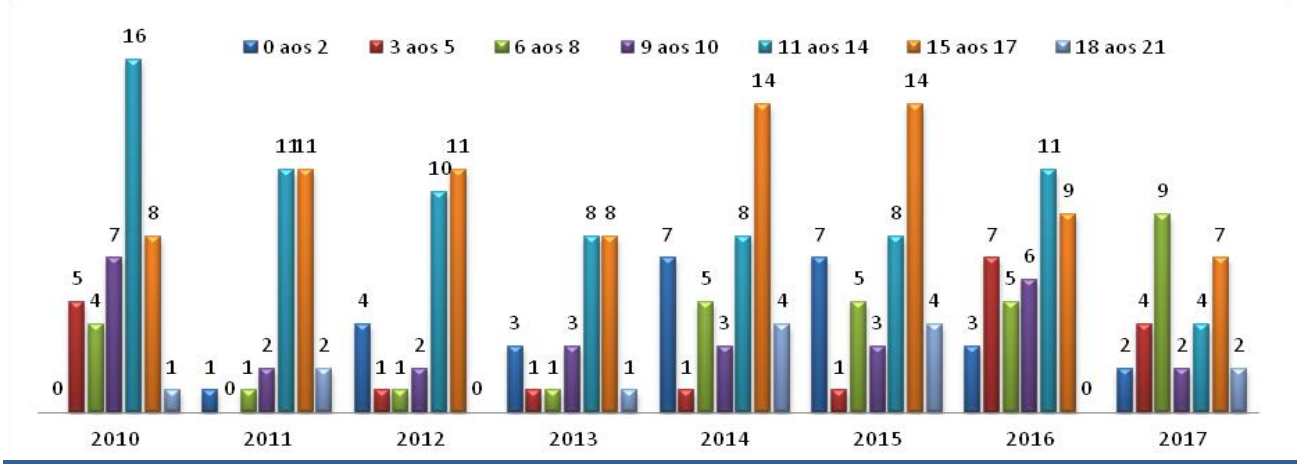
Fonte: CPCJFV, 2018.

Apesar de se verificar alguma heterogeneidade entre ano nas faixas etárias das crianças e jovens acompanhados, predominam as dos 15-17 e dos 11-14 anos.

No ano de 2014 e 2015 sobressai também o número de crianças acompanhadas na faixa etária dos 0-2 anos (7 crianças em cada), que destacamos aqui por se tratarem das crianças mais pequenas e, por isso, mais vulneráveis.

As crianças dos 6-8 anos e dos 9 aos 10, têm também alguma expressividade em quase todos os anos em análise.

G. 127 - Crianças/Jovens acompanhados por faixa etária, 2010-2017



Fonte: CPCJFV, 2018.

Da análise dos relatórios de atividade da CPCJ, verificou-se que as principais entidades sinalizadoras são as forças de segurança (GNR) e os estabelecimentos de ensino. Com menor expressão surge a saúde, os próprios pais e os vizinhos.

Centrando-nos agora nas situações de perigo que estão na origem da sinalização da criança/jovem à CPCJ, começamos por enumerá-las por categorias:

- AS – Abuso Sexual (aliciamento sexual, importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de caráter exibicionista ou constrangimento a contacto, pornografia Infantil, prostituição Infantil, violação ou outro ato sexual);

- NEG – Negligência (face a comportamentos da criança/jovem, falta de supervisão, ao nível psicoafectivo, ao nível educativo, ao nível da saúde);
- CAESP – A criança está abandonada ou entregue a si própria (abandono à nascença ou nos primeiros meses de vida, abandono após os 6 meses de vida, ausência permanente de suporte familiar ou outro, ausência temporária de suporte familiar ou outro, crianças e jovens não acompanhados);
- ECPCBEDC – Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (Consumo de álcool, consumo de estupefacientes, violência Doméstica);
- CJACABED – A Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina, bullying, consumo de bebidas alcoólicas, consumo de estupefacientes, outros comportamentos);
- MT – Mau Trato Físico (ofensa física, ofensa física em contexto de violência doméstica, ofensa física por castigo corporal);
- MTPIA – Mau Trato psicológico ou indiferença afetiva (castigos não corporais que afetem o bem-estar a integridade da criança, depreciação/humilhação, discriminação, exercício abusivo de autoridade, hostilização e ameaças, privação de relações afetivas e de contacto sociais próprios do estádio de desenvolvimento da criança, instigação a condutas da criança contrario a valores morais);
- PFQC – Pratica de facto qualificado pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos;
- SPDE – Situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação (abandono escolar, absentismo escolar, insucesso escolar);
- ETI – Exploração do Trabalho Infantil;
- MND – Mendicidade (pratica de mendicidade, utilização da criança na pratica da mendicidade);
- OUTR – Outras situações de perigo.

Neste contexto, efetuando uma análise da tipologia de situação de perigo que originou a sinalização dos processos ativos no ano, verificamos, na tabela seguinte, que as sinalizações foram efetuadas maioritariamente por "negligência", seguindo-se a "exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança" e "criança/jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada", independentemente das subcategorias e ano em análise. As restantes tipologias assumem valores bastante baixos e algumas não chegam a ter sequer representatividade.

T. 41 - Tipologia da situação de perigo, 2010-2017

	Outra	MTPIA	AS	CJACABED	SPDE	NEG	ECPBEDC	MT	CAESP	PFQC	NAP
2010	0	4	0	0	2	4	4	0	0	1	26
2011	1	2	1	7	1	0	0	0	0	0	16
2012	0	0	0	2	1	6	4	0	0	0	16
2013	0	1	0	5	2	2	0	0	1	0	14
2014	3	1	0	8	3	11	6	1	0	0	9
2015	1	2	0	4	1	6	5	2	0	0	25
2016	1	0	0	2	0	7	11	0	0	0	20
2017	0	2	0	1	0	2	8	0	0	0	17

Fonte: CPCJFV, 2018.

Quanto à problemática efetivamente diagnosticada (avaliação diagnóstica e procedimentos subsequentes) nos processos ativos, podemos concluir pela análise da tabela seguinte que predomina a a "exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança" e a "negligência", seguindo-se os "maus tratos psicológicos ou indiferença afetiva", a "criança/jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada" e "situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação". As restantes categorias assumem valores menos expressivos, mas ainda assim preocupantes tendo em conta a população a que se referem.

T. 42 - PROBLEMÁTICA DIAGNOSTICADA, 2010-2017

	Outra	MTPIA	AS	CJACABED	SPDE	NEG	ECPBEDC	MT	NAP
2010	0	6	1	0	0	8	2	2	0
2011	0	2	0	0	0	2	4	1	0
2012	0	3	0	0	1	1	5	0	0
2013	0	3	0	2	3	2	3	0	0
2014	1	1	0	5	3	8	5	0	0
2015	2	4	0	5	4	8	10	0	0
2016	0	4	0	3	1	3	4	0	0
2017	0	4	0	3	1	2	6	0	0

Fonte: CPCJFV, 2018.

A avaliação diagnóstica efetuada deve permitir a confirmação da problemática sinalizada e levar à aplicação de uma medida de promoção e proteção adequada, que permita remover a situação de perigo em que a criança se encontra.

As medidas aplicadas pelas CPCJ (ou em processo judicial, por decisão negociada), integram um acordo de promoção e proteção e, como já foi anteriormente referido, podem ser aplicadas em meio natural de vida ou de colocação.

As medidas de promoção e proteção das crianças tem como objetivo afastar a criança/jovem do perigo em que estes se encontram, proporcionando-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral bem assim como garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

As medidas de promoção e proteção, são as seguintes:

a) Apoio junto dos pais;

b) Apoio junto de outro familiar;

c) Confiança a pessoa idónea;

d) Apoio para a autonomia de vida;

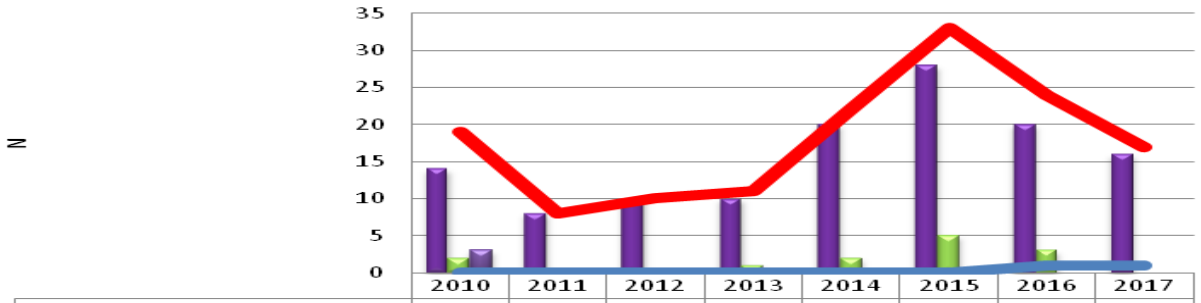
e) Acolhimento familiar;

f) Acolhimento em instituição.

Na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Figueiró dos Vinhos, as medidas de promoção e proteção aplicadas nos últimos anos, têm sido essencialmente as medidas em meio natural de vida.

Pela análise do gráfico que a seguir apresentamos, podemos verificar que do total de acordos de promoção e proteção assinados no ano, tem predominado a medida de apoio junto dos pais[109]. Com muito menor expressão tem também sido aplicada a medida de apoio junto de outro familiar ou de confiança a pessoa idónea[110].

G. 128 - Acordos de Promoção e Proteção celebrados no ano, por medida, 2010-2017



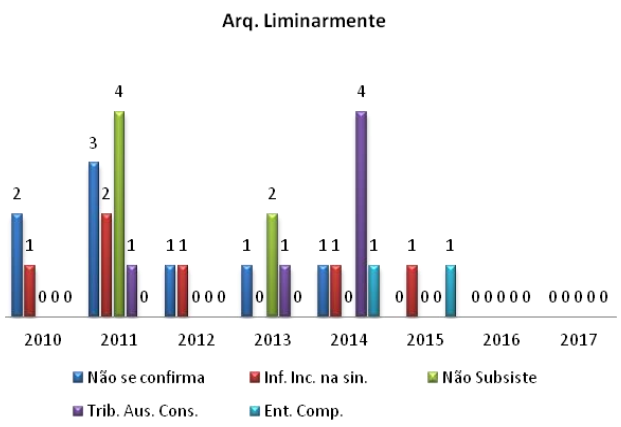
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Apoio junto pais	14	8	10	10	20	28	20	16
Apoio junto outro familiar	2	0	0	1	2	5	3	0
confiança pessoa idónea	3	0	0	0	0	0	0	0
Apoio Aut. Vida	0	0	0	0	0	0	1	1
total	19	8	10	11	22	33	24	17

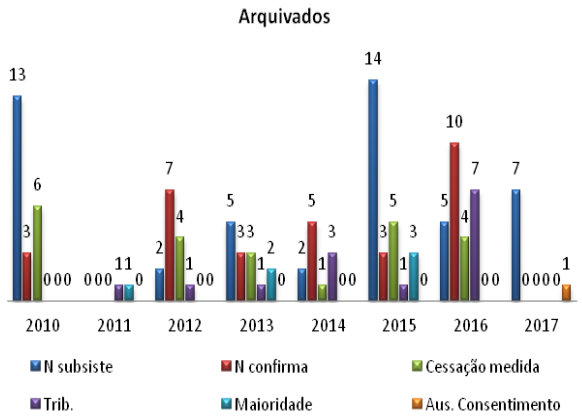
Fonte: CPCJFV, 2018.

Por último, relativamente ao arquivamento de processos (liminar, por cessação ou outro), verificado nos anos em análise, verificamos que dos processos arquivados liminarmente, em grande parte ou não se confirma ou não subsiste a situação de perigo ou a sinalização da situação é efetuada de forma incorreta, podendo o problema ser encaminhado e resolvido por uma entidade de primeira instância (escola, saúde, etc.). No último ano (2017), sobressaem os arquivamentos por já não subsistir a situação de perigo.

As situações de arquivamento (pós aplicação de medida de promoção e proteção), tiveram maior expressão no ano de 2015 (26) e 2010 (22). Neste âmbito, destaca-se o arquivamento por cessação da medida de promoção e proteção por já não subsistir a situação de perigo. Nalguns casos, o processo é remetido a tribunal por incumprimento reiterado do acordo de promoção e proteção.

G. 129 - Processos Arquivados por motivo, 2010-2017





Fonte: CPCJFV, 2018.

[109] A execução da medida de apoio junto dos pais deve ser orientada no sentido do reforço ou aquisição por parte destes, das competências para o exercício da função parental adequadas à superação da situação de perigo e suas consequências e à conveniente satisfação das necessidades de proteção e promoção da criança.

[110] A execução da medida de apoio junto de outro familiar e de confiança a pessoa idónea deve ser orientada no sentido do acompanhamento afetivo, responsável e securizante da criança ou do jovem, para aquisição, no grau correspondente à sua idade, das competências afetivas, físicas, psicológicas, educacionais e sociais que lhe permitam, cessada a medida, prosseguir em condições adequadas o seu desenvolvimento integral, de preferência junto dos pais ou em autonomia de vida.

10.16 – POAPMC – PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas pretende ser um instrumento de combate à pobreza e exclusão social, numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar, bem como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão. Visa ainda, com a sua atividade, diminuir situações de vulnerabilidade que coloquem em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis.

Atualmente, o POAPMC apoia 42 pessoas distribuídas por um total de 12 agregados familiares, das quatro freguesias do concelho.

Os agregados familiares apoiados são selecionados em colaboração direta com o organismo local da Segurança Social. A entidade mediadora (Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos) identifica os agregados familiares que apresentem critérios de carência económica e risco de exclusão, dando preferência aos agregados que tenham a seu cargo crianças, jovens, idosos/as e/ou pessoas com deficiência e cuja rede de suporte social e familiar seja insuficiente.

A distribuição dos produtos alimentares (que deverá ter um periodicidade mensal) iniciou em março de 2018 (mas com retroativos a outubro de 2017).

10.17 – BALCÃO DA INCLUSÃO

Em dezembro de 2008, entrou em funcionamento o Serviço de Informação e Mediação a Pessoas com Deficiência – SIMPD, resultante de um protocolo de cooperação então assinado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o Instituto Nacional para a Reabilitação – INR.

Este protocolo viria a ser revisto em 2019, passando o serviço a designar-se Balcão da Inclusão e a funcionar nos mesmos moldes que o anterior e de onde se destacam os seguintes objetivos:

- Atender os munícipes com deficiência/incapacidade e respetivas famílias, bem como dos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvem qualquer tipo de atividade neste domínio (reabilitação e participação), assegurando-lhes uma informação integrada sobre os direitos e benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas colocados;

- Proceder ao seu correto encaminhamento e desenvolver uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas que seja facilitadora da sua intervenção junto destes utentes;

- Desenvolver e valorizar as parcerias locais que permitam articular soluções de atendimento mais eficazes;

- Divulgar junto dos serviços, instituições e outras estruturas locais a apropriação e divulgação de boas práticas no atendimento do munícipe com deficiência/incapacidade;

- Recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local das pessoas com deficiência/incapacidade, identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.

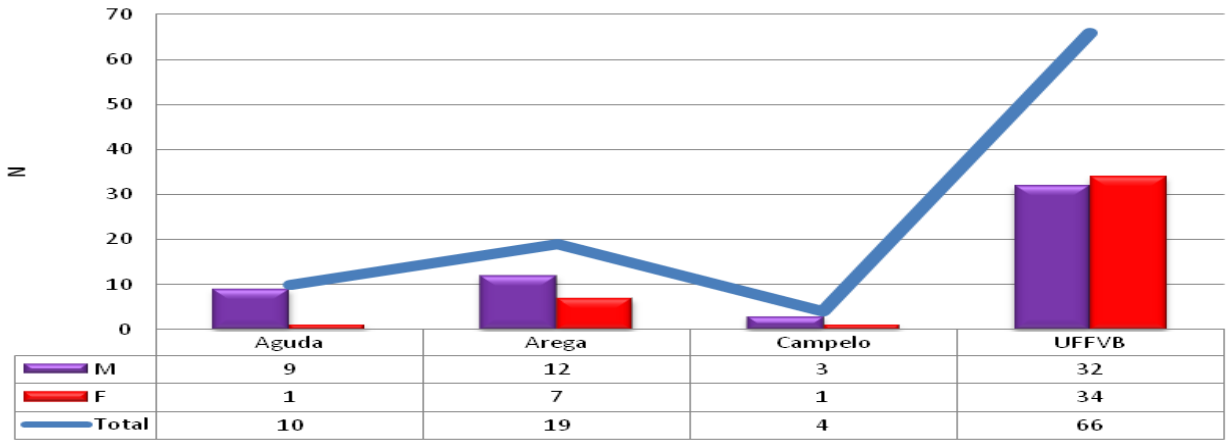
Ainda no âmbito do SIMPD, foi atualizado, em 2017, o levantamento das pessoas portadoras de deficiência do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Em 2009, existiam no concelho de Figueiró dos Vinhos 126 indivíduos portadores de deficiência, 47 do sexo feminino e 79 do sexo masculino.

Em 2017, foram identificados 99 indivíduos portadores de deficiência, 56 do sexo masculino e 43 do sexo feminino. Destes, 29 encontravam-se institucionalizados.

O gráfico seguinte permite-nos aferir, no total, a sua distribuição por freguesia.

G. 130 – POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA POR GÉNERO E FREGUESIA, 2017



Fonte: SIMPD/GAS/CMFV - 2018

A freguesia com maior número de indivíduos portadores de deficiência é a União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, onde foram identificados 66, 34 eram do sexo feminino e 32 do sexo masculino.

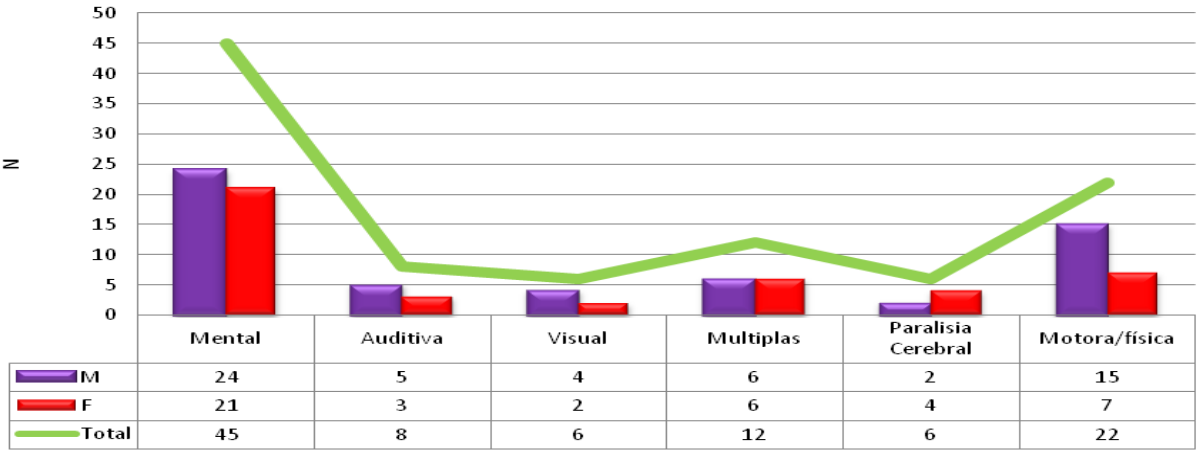
Na freguesia de Arega foram identificados 19, 7 do sexo feminino e 12 do sexo masculino.

Na freguesia de Aguda, dos 10 identificados, 9 eram do sexo masculino e 1 do sexo feminino.

A freguesia de Campelo, a menos habitada do concelho, é a que regista o menor número de portadores/as de deficiência 4 (1 do sexo feminino e 3 do sexo masculino).

Quase todos os tipos de deficiência apresentam um referencial numérico maioritariamente masculino visível no gráfico que a seguir se apresenta.

G. 131 - POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA POR GÉNERO E TIPO DE DEFICIÊNCIA, 2017



Fonte: GAS/CMFV – 2017

A deficiência mental regista a maior incidência em relação a todas as outras modalidades apuradas, verificando-se uma representatividade de 45 indivíduos, sendo 24 do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

A deficiência motora/física é a segunda mais representada, 22 indivíduos, sendo 15 do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

As múltiplas deficiências dizem respeito à associação de mais do que uma deficiência em simultâneo e foram identificados 12 indivíduos, 6 do sexo feminino e 6 do sexo masculino.

A deficiência visual e a paralisia cerebral foram as de menor incidência, tendo sido apurados 6 indivíduos em cada. A paralisia cerebral foi o único tipo de deficiência com prevalência do sexo feminino (4) em relação ao sexo masculino (2).

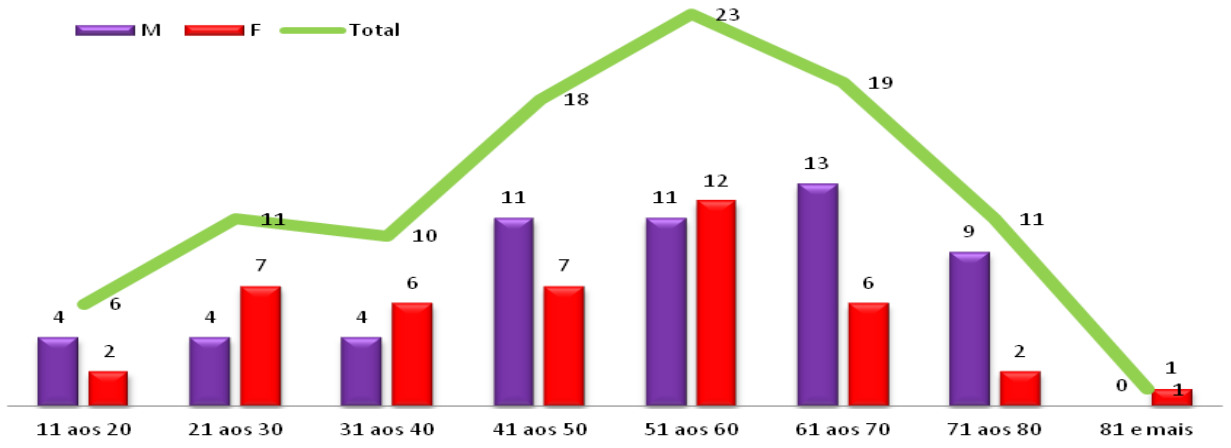
Relativamente à distribuição dos indivíduos portadores de deficiência por género e faixa etária, verifica-se, desde logo, uma predominância das faixas etárias mais elevadas (41 aos 70 anos).

A faixa etária dos 51 aos 60 anos apresentava a maior porção de portadores/as de deficiência 23, sendo 12 do sexo feminino e 11 do sexo masculino, seguindo-se a faixa etária dos 61 aos 70 com 19 indivíduos (maioritariamente do sexo masculino) e a faixa etária dos 41 aos 50 anos, com 18 indivíduos (também maioritariamente do sexo masculino).

A faixa etária dos 71 aos 80 anos apresentava também uma representatividade significativa no total, com 11 indivíduos (maioritariamente do sexo masculino).

As faixas etárias mais baixas (11-20, 21-30 e 31 aos 40 anos) são a menos representadas.

G. 132 - POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 2017



Fonte: GAS/CMFV – 2017

Pode-se afirmar que, a incidência da deficiência na população residente no concelho, se reflete maioritariamente na fase adulta, em idades compreendidas entre os 41 e os 80 anos.

Da análise efetuada à situação dos 29 portadores/as de deficiência institucionalizados, verificou-se que 15 eram do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Destes, 25 tinham idades compreendidas entre os 41 e os 89 anos.

Tendo em conta todas as especificidades desta população, podemos afirmar que o apoio familiar desempenha o papel mais importante na autonomização ou na melhoria da qualidade de vida destes cidadãos, porém, também as redes de vizinhança acabam por ter um papel significativo. De uma forma geral podemos afirmar que existe uma boa articulação entre os vários agentes da comunidade, em prol da melhoria da qualidade de vida do cidadão portador de deficiência.

Para além do apoio informal, verifica-se a existência de uma intervenção ativa por parte das entidades institucionais, quer a nível concelhio (através do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Lar Residencial da Santa Casa da Misericórdia) quer a nível supraconcelhio (através da CERCICAPER e CERCIPENELA).

No decorrer deste estudo não foi identificado nenhum cidadão portador de deficiência excluído das redes de apoio social, quer de nível formal quer informal, despistando-se assim situações de relevo ao nível de exclusão social.

Uma das preocupações da Autarquia no domínio da deficiência, prende-se com a existência de múltiplas barreiras arquitetónicas no espaço urbano e no acesso a algum comércio e serviços.

Também em termos habitacionais se deteta esta fraqueza, essencialmente quando, por motivos de idade, doença ou acidente, as famílias se confrontam com situações de incapacidade temporária, permanente ou mobilidade condicionada, que levam à necessidade de adaptações muitas vezes não comportadas pelos baixos orçamentos das famílias.

Em conformidade com esta situação, a maioria das pessoas portadoras de deficiência e consequentemente das suas famílias, vivem com baixos recursos económicos limitando ainda mais o acesso, tanto aos serviços básicos de saúde, incluindo os serviços de reabilitação, como a outros serviços da comunidade (como serviços de informação, cultura e lazer).

Neste âmbito salientamos a recente criação da Prestação Social para a Inclusão[111], que reconhece a inclusão das pessoas com deficiência como uma prioridade, procurando atuar na melhoria da sua qualidade de vida e das suas famílias através da compensação dos encargos acrescidos no domínio da deficiência, com vista a promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência e do combate à pobreza desta franja da população.

Por outro lado, aguarda-se com expectativa a eventual criação do Estatuto do Cuidador Informal, como forma de reconhecer a sua atividade, que é transversal a todas as áreas onde se verificar uma dependência total ou parcial de outro, em termos de cuidados e que, por ser efetuada normalmente por familiares (deficiência, demências, apoio a idosos/as, etc), que não auferem qualquer remuneração, gera importantes benefícios quer para aqueles que são cuidados e que podem permanecer no ambiente familiar, quer para a sociedade no seu todo.

10.18 – POPULAÇÃO IDOSA

O Contrato Local de Desenvolvimento Social, CLDS 3G Agir Sempre, de Figueiró dos Vinhos, no âmbito do seu plano de Ação (Eixo de Intervenção 2 – Intervenção Familiar e Parental), concluiu, no ano de 2018, o *Levantamento da População Idosa e da Habitação do concelho,* que tinha já sido anteriormente iniciado pelo CLDS, Gerações Ativas.

A metodologia de recolha de dados utilizada foi o inquérito por questionário que permitiu, através do contacto direto com a população, retratar o envelhecimento no Concelho de Figueiró dos Vinhos.

Os inquéritos foram aplicados em todas as freguesias mas em momentos diferentes. O primeiro entre 2012 e 2013, pelo projeto CLDS Gerações ativas (freguesias de Aguda, Bairradas e Campelo) e o segundo entre 2016 e 2018, pelo CLDS-3G Agir Sempre (freguesias de Figueiró dos Vinhos e Arega).

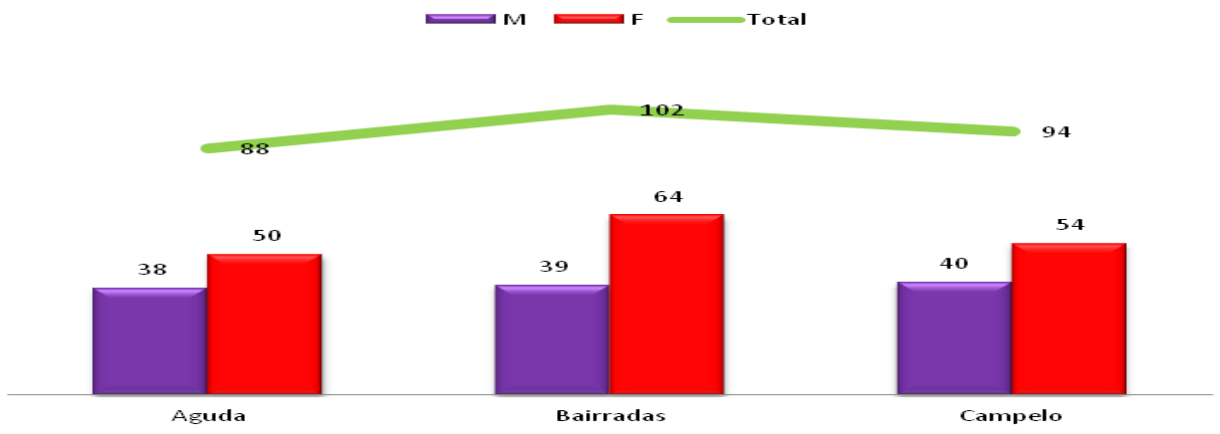
O diagnóstico das freguesias de Aguda, Bairradas e Campelo, foi concluído em 2014 pelo que, 5 anos volvidos, os dados apresentados carecerão obviamente de nova atualização, quer devido ao número de óbitos ocorridos, quer devido à natural transferência de parte da população que entretanto atingiu os 65 anos (idade de referencia utilizada no estudo).

A caraterização da população idosa que a seguir apresentamos refere-se apenas a estas 3 freguesias.

Relativamente à distribuição total dos/as idosos/as inquiridos em Aguda, Bairradas e Campelo (e por género), foram identificados 88 seniores em Aguda (50 mulheres e 38 homens), 102 em Bairradas (64 mulheres e 39 homens) e 94 em Campelo (54 mulheres e 40 homens). A predominância, nestas 3 freguesias, em 2014, era maioritariamente do sexo feminino.

[111] Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro.

G. 133 - POPULAÇÃO IDOSA EM AGUDA, BAIRRADAS E CAMPELO, TOTAL E POR GÉNERO, 2014

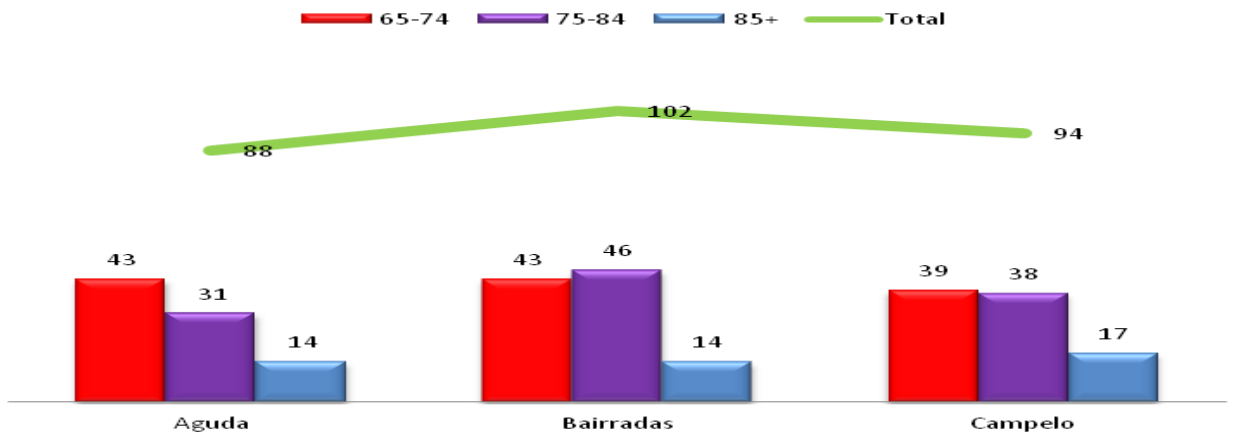


Fonte: CLDS-3G – Agir Sempre, 2018

Efetuando uma análise por faixa etária, em Aguda predominavam os seniores na faixa etária dos 65 aos 74 anos (43 idosos/as). Já em Bairradas, a faixa etária predominante era a dos 75 aos 84 anos (46). Em Campelo, a faixa etária dos 65 aos 64 anos e dos 75 aos 84, atingiram valores muito aproximados (39 e 38, respetivamente).

A faixa etária menos representada em todas as freguesias foi a dos 85 e mais anos, tendo registado uma frequência de 14 em Aguda e Bairradas e 17 em Campelo.

G. 134 - POPULAÇÃO IDOSA EM AGUDA, BAIRRADAS E CAMPELO, TOTAL E POR FAIXA ETÁRIA, 2014

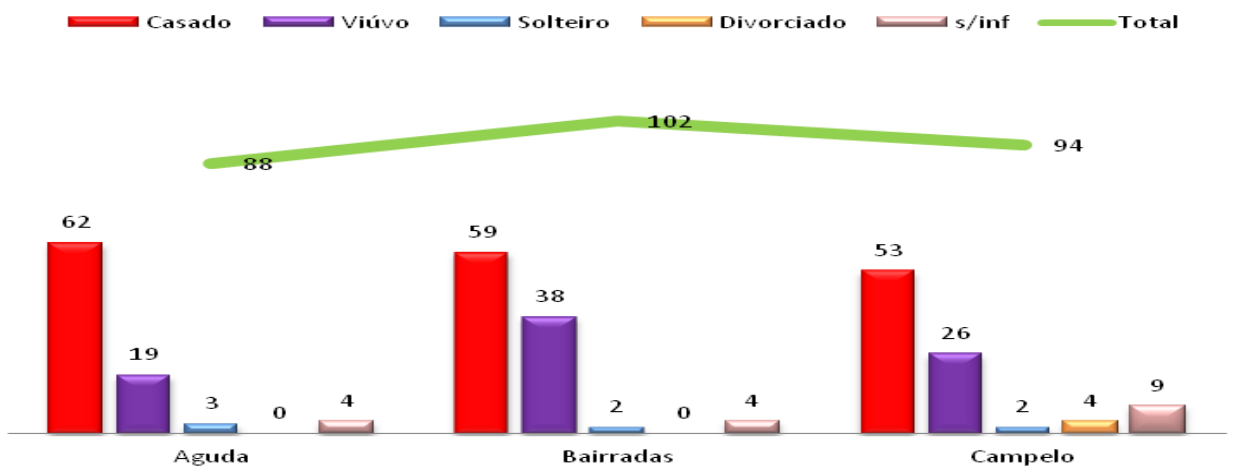


Fonte: CLDS-3G – Agir Sempre, 2018

Quanto ao estado civil dos/as inquiridos/as, verificou-se, em todas as freguesias, que a maioria era casada (62 em Aguda, 59 em Bairradas e 53 em Campelo), seguindo-se os/as viúvos/as (19 em Aguda, 38 em Bairradas e 26 em Campelo).

Os/as solteiros/as e divorciados/as inquiridos/as, foram uma minoria sem expressão.

G. 135 - População Idosa em Aguda, Bairradas e Campelo, total e por estado civil, 2014



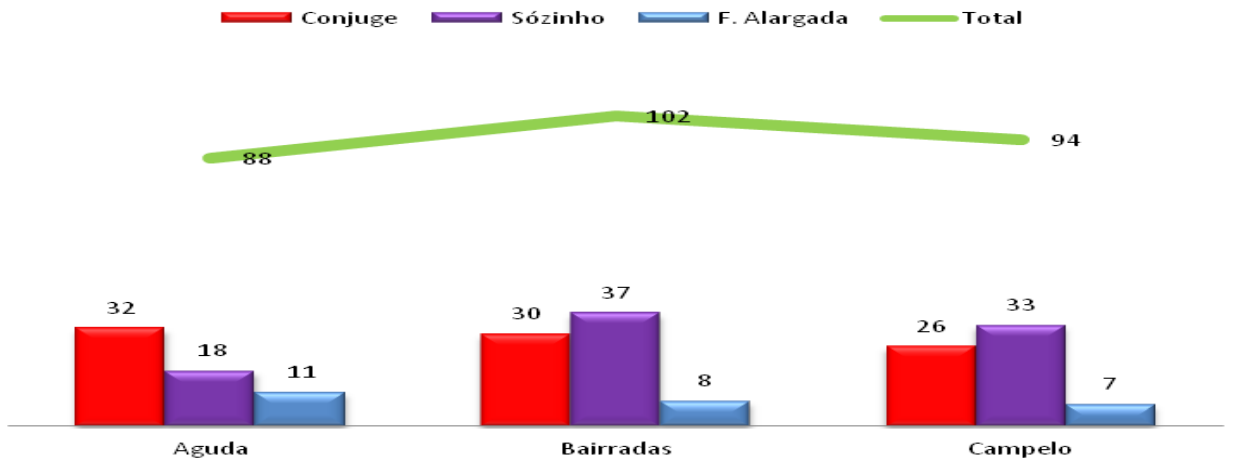
Fonte: CLDS-3G – Agir Sempre, 2018

Efetuando uma análise á tipologia de família, verificou-se que, nas freguesias de Bairradas e Campelo, a maioria vivia sozinho (viúvos/as, solteiros/as e divorciados/as) ou maritalmente.

Na freguesia de Aguda predominaram as famílias nucleares (os/as casados/as) com uma representatividade de 32.

A proporção de idosos/as que coabitavam com familiares em família alargada foi a mais reduzida em todas as freguesias.

G. 136 - População Idosa em Aguda, Bairradas e Campelo, total e por tipo de família, 2014



Fonte: CLDS-3G – Agir Sempre, 2018

No que à caraterização da população sénior diz respeito, foi também possível apurar as suas habilitações literárias e verificou-se que a grande maioria tinha frequentado apenas o ensino primário que muitos nem chegaram a concluir. A proporção de seniores que não tinham qualquer habilitação era também significativa.

Quanto à saúde, foram referidos maioritariamente problemas relacionados com a diabetes, problemas cardíacos e nos ossos e articulações, em todas as freguesias.

Apesar de se terem verificado em todas as freguesias situações de isolamento (social e/ou geográfico), a maioria dos utentes afirmou ter suporte familiar ou institucional.

Por último, as condições habitacionais apuradas foram entre o bom e o satisfatório. A grande maioria dos/as inquiridos/as residia em habitação própria permanente do tipo casa/moradia.

Na freguesia de **Aguda**, segundo os censos 2011, existiam 326 seniores, sendo que apenas 88 foram abrangidos pelos questionários.

Na freguesia das **Bairradas**, segundo os censos 2011, existiam 151 seniores e 102 foram abrangidos pelos questionários.

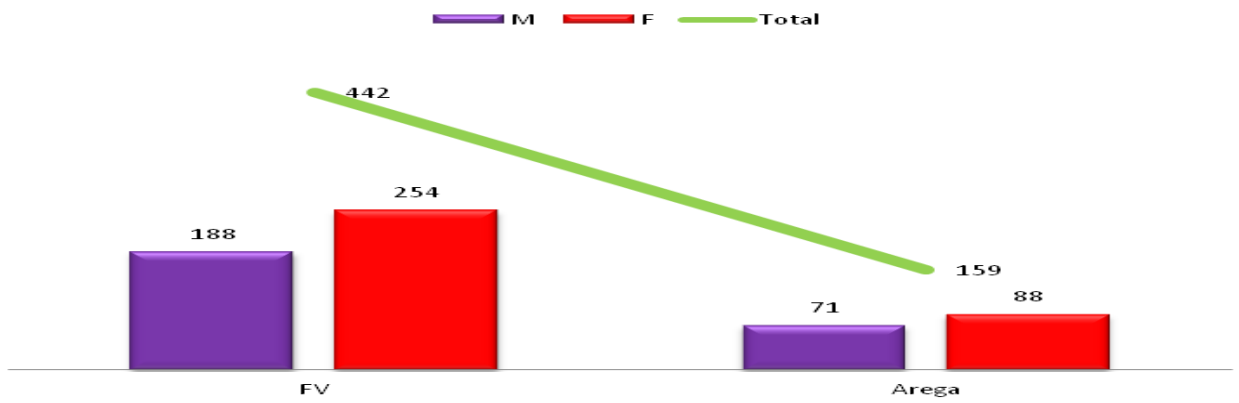
Na freguesia de **Campelo**, segundo os censos 2011, existiam 121 seniores, sendo que 94 foram abrangidos pelos questionários.

Em 2018 foi concluído o inquérito à população sénior nas freguesias de Figueiró dos Vinhos e Arega, cuja análise se segue.

Pese embora a maior atualidade dos dados que passaremos a apresentar, não podemos deixar de referir, como nas freguesias anteriores, a desatualização permanente dos mesmos, quer devido ao número de óbitos ocorridos, quer devido à natural transferência de parte da população que entretanto atingiu os 65 anos (idade de referencia utilizada no estudo).

Relativamente à distribuição da população sénior, total e por género, nas freguesias de Figueiró dos Vinhos e Arega, em Figueiró dos Vinhos foram sinalizados 442 idosos/as, (254 do sexo feminino e 188 do sexo masculino) e, em Arega 159 idosos/as (88 do sexo feminino e 71 do sexo masculino).

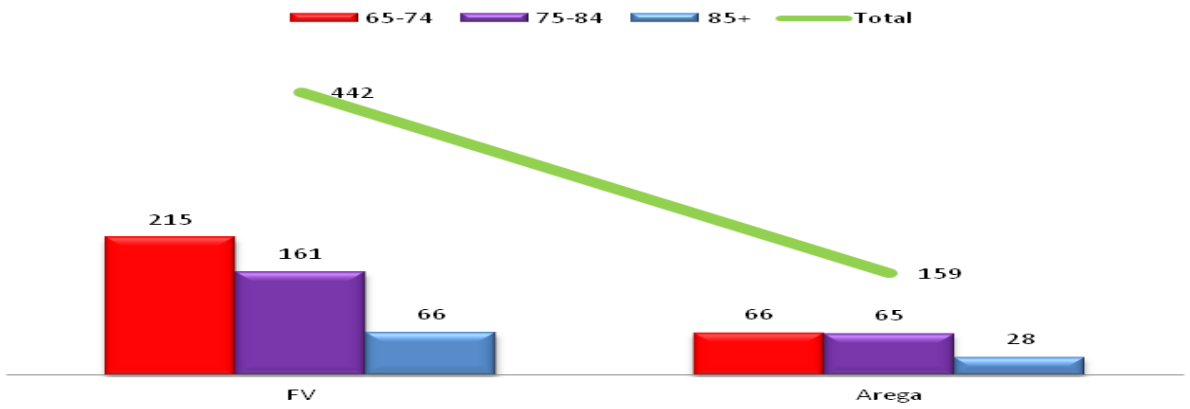
G. 137 - População Idosa em Figueiró dos Vinhos e Arega, total e por Sexo, 2018



Fonte: CLDS-3G – Agir Sempre, 2018

Na distribuição dos seniores destas freguesias por faixa etária, em Figueiró dos Vinhos predomina a faixa etária dos 65 aos 74 anos (215) seguida da faixa etária dos 75 aos 84 anos (161). Na freguesia de Arega, a faixa etária dos 65 aos 74 anos e a dos 75 aos 84 anos, assumem quase o mesmo valor, com predominância da primeira (66 e 65, respetivamente). A faixa etária dos 85 e mais anos é a menos representada nas 2 freguesias, à semelhança do que já havia acontecido nas freguesias de Aguda, Campelo e Bairradas.

G. 138 - População Idosa em Figueiró dos Vinhos e Arega, total e por faixa etária, 2018



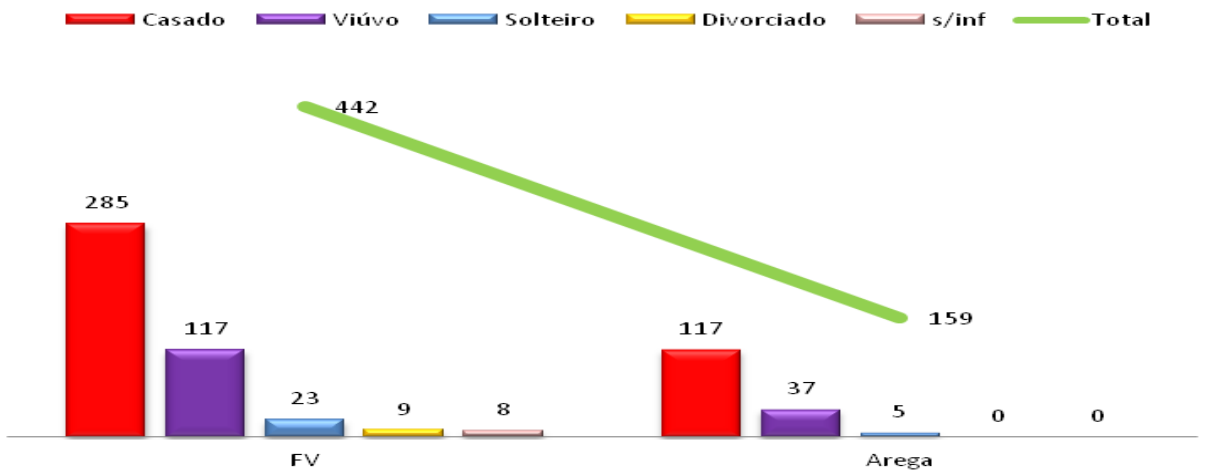
Fonte: CLDS-3G – Agir Sempre, 2018

Relativamente ao estado civil, predominam os/as casados em ambas as freguesias (285 em Figueiró dos Vinhos e 117 em Bairradas).

O número de viúvos/as assumem a segunda frequência mais registada em ambas as freguesias (117 em Figueiró dos Vinhos e 37 em Arega).

O número de solteiros/as, divorciados/as regista uma frequência com pouca expressão em ambas as freguesias.

G. 139 - População Idosa em Figueiró dos Vinhos e Arega, total e por estado civil, 2018



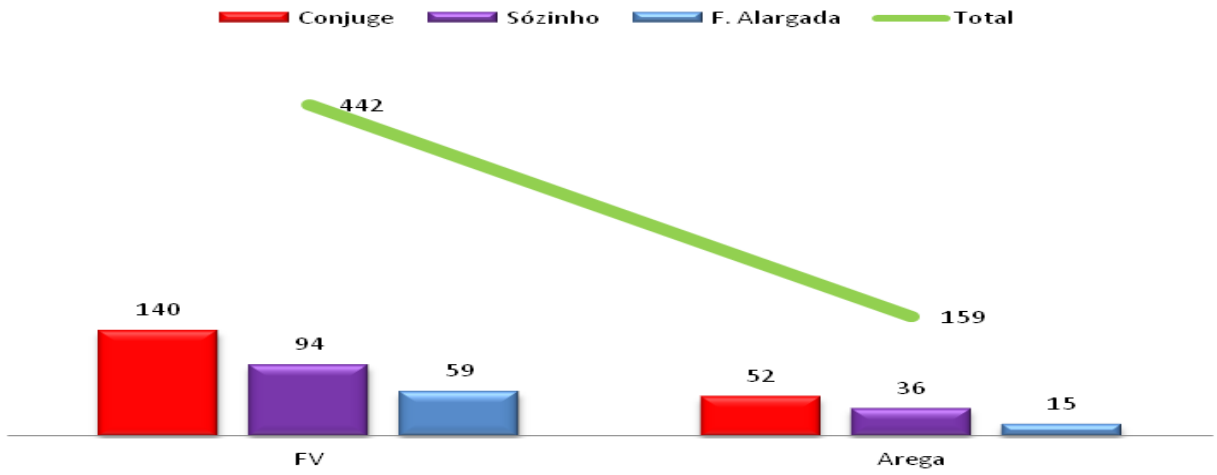
Fonte: CLDS-3G – Agir Sempre, 2018

Quanto à tipologia de família, predominam os idosos/as inseridos/as em famílias nucleares em ambas as freguesias (140 em Figueiró dos Vinhos e 52 em Arega).

As famílias unipessoais (idosos/as a residir sozinhos/as) assumem também uma representatividade razoável nas 2 freguesias, tendo em conta os valores acima apresentados de viúvo/as e solteiros/as (94 em Figueiró dos Vinhos e 15 em Arega).

Os idosos/as inseridos/as em família alargada são uma minoria em ambas as freguesias (59 em Figueiró dos Vinhos e 15 em Arega).

G. 140 - População Idosa em Figueiró dos Vinhos e Arega, total e por coabitação, 2018



Fonte: CLDS-3G – Agir Sempre, 2018

À semelhança dos indicadores que haviam sido apresentados para as freguesias de Aguda, Campelo e Bairradas, também em Figueiró dos Vinhos e Arega foi possível apurar as suas habilitações literárias e verificou-se a mesma tendência. A grande maioria

dos/as inquiridos/as tinha frequentado apenas o ensino primário. A proporção de seniores que não tinham qualquer habilitação era também significativa.

Quanto à saúde, foram também referidos maioritariamente problemas relacionados com a diabetes, problemas cardíacos e nos ossos e articulações, nestas freguesias.

Apesar de se terem verificado em todas as freguesias situações de isolamento (social e/ou geográfico), a maioria dos utentes afirmou ter suporte familiar ou institucional.

Por último, as condições habitacionais apuradas foram entre o bom e o satisfatório. A grande maioria dos/as inquiridos/as residia em habitação própria permanente do tipo casa/moradia.

Na freguesia de Figueiró dos Vinhos existiam, em 2011, 952 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos na freguesia de Figueiró dos Vinhos e foram sinalizados 442 seniores. Na freguesia de Arega existiam, no mesmo ano 275 e foram sinalizados através da aplicação do inquérito 159.

Em jeito de conclusão refira-se que, segundo os censos 2011, no Município de Figueiró dos Vinhos existiam 1825 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, no entanto, não foi possível realizar o inquérito a todos devido à falta de confiança por parte dos seniores em abrir a porta a estranhos para responder a inquéritos, ao número elevado da mortalidade que se refletiu nesta faixa etária da população, à ausência de idosos/as (por estarem já institucionalizados, em casa de familiares ou porque na data do inquérito não se encontravam na sua habitação) e também por motivos de escassez de tempo no terreno.

Mesmo assim, o inquérito foi aplicado a cerca de 49% da população com 65 e mais anos nos 2 períodos (885 inquéritos a idosos/as ou a agregados familiares onde residiam idosos/as), com os naturais desvios que poderão ocorrer, pelos motivos já referidos e com maior expressão nas freguesias de Aguda, Bairradas e Campelo, cuja data de conclusão da aplicação dos inquéritos se reporta ao ano de 2014.

10.19 - ESPAÇO SOCIAL

O Espaço Social foi criado em 2012 pelo Projeto “Gerações Ativas”, no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

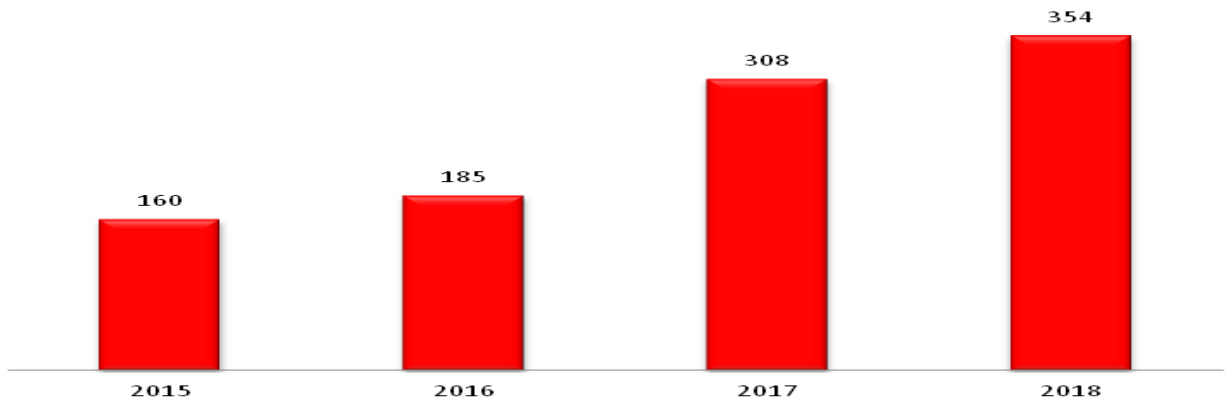
O Espaço Social tem como objetivo suprir as necessidades imediatas dos indivíduos e/ou famílias carenciadas através da doação de bens, doados por particulares ou empresas. Pretende ainda desenvolver um trabalho de diagnóstico, encaminhamento e apoio no encontro de soluções adequadas aos problemas sentidos pelos indivíduos e/ou famílias.

Para o desenvolvimento do projeto conta com o envolvimento dos parceiros sociais locais, nomeadamente os que integram a Rede Social, para melhorar a articulação com o meio envolvente, através da distribuição de bens a famílias desfavorecidas, e assim, contribuir para atenuar os efeitos da pobreza e exclusão social.

Relativamente ao número de beneficiários/as apoiados/as desde a sua criação, podemos verificar, pelo gráfico que a seguir se apresenta, uma tendência para um aumento progressivo. É notório que ao longo dos anos tem-se notado um acréscimo de famílias apoiadas por este serviço, sendo no entanto de referir que entre 2017 e 2018, esse acréscimo foi significativo, em virtude do incêndio de junho de 2017.

O ano de 2015 contou com o apoio a 160 indivíduos. Em 2016, foram apoiados 185 munícipes (mais 25 que no ano anterior). Em 2017 foram apoiadas 308 indivíduos, denotando-se um acréscimo de 123, pelos motivos acima expostos, tendo o Espaço Social passado a funcionar no Polo de Formação. No ano de 2018 foram apoiadas 354 indivíduos, mais 46 que no ano de 2017.

G. 141 - N.º DE INDIVÍDUOS APOIADOS PELO ESPAÇO SOCIAL 2015-2018



Fonte: Ação Social MFV – 2019

10.20 - ARMAZÉM SOCIAL

O Armazém Social de Figueiró dos Vinhos foi criado em finais de 2009, pelo Projeto Social "Figueiró Construir para a Inclusão" promovido pela Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos, no âmbito do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE).

Este espaço pretende, essencialmente, promover a melhoria das condições de vida da população mais carenciada do concelho, através da atribuição de bens e equipamentos, bem como potenciar o envolvimento da sociedade civil, empresas e cidadãos na recolha de bens, numa lógica de corresponsabilidade social.

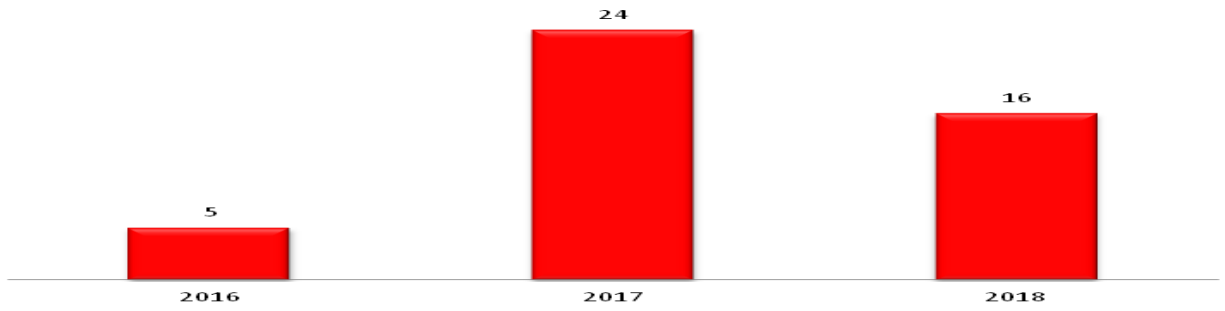
Para a prossecução dos seus objetivos têm sido realizadas campanhas ao abrigo da Lei do Mecenato Social, junto de empresas do concelho e da região, angariando-se alguns bens (materiais de construção, móveis e eletrodomésticos), que são posteriormente distribuídos pelas famílias mais carenciadas do concelho, que os solicitam.

Nos últimos anos, o Armazém Social contou com a parceria com uma associação sem fins lucrativos sediada na Suíça que, a título gracioso, remetia para o concelho, um conjunto significativo de artigos (móveis, eletrodomésticos, etc.).

A tabela seguinte permite-nos aferir o número de famílias/entidades apoiadas entre 2016 e 2018.

Refira-se que o aumento significativo do número de famílias apoiadas durante o ano 2017 (24) e mesmo 2018 (16), teve também por fundamento os incêndios de 2017. Neste âmbito registou-se um aumento considerável dos apoios recebidos, também em termos de mobiliário e eletrodomésticos, o que permitiu dar resposta às solicitações de um maior número de famílias.

G. 142 - N.º DE FAMÍLIAS APOIADAS PELO ARMAZÉM SOCIAL 2016-2018



Fonte: GASMFV – 2019

10.21 – GABINETE DE APOIO AO JOVEM - GAJ

O Gabinete de Apoio ao Jovem – GAJ é um espaço de atendimento e aconselhamento confidencial, gratuito e pessoal, aberto a todos/as os/as jovens do concelho, com idades a partir dos 12 anos.

Os principais objetivos do GAJ centram-se na criação de um espaço de atendimento e aconselhamento ao jovem, que lhe permita a livre expressão de sentimentos e problemas, favorecer a informação, esclarecimento, orientação e apoio ao jovem de acordo com as suas necessidades, prevenir o abandono escolar precoce, orientar os jovens na tomada de decisões conscientes e responsáveis, prevenir comportamentos de risco e melhorar as competências psicossociais.

No que concerne à prevenção de comportamentos aditivos, o GAJ desenvolve várias atividades em contexto escolar, nomeadamente debates, sessões de sensibilização e outras estratégias de trabalho continuado como programas de promoção de competências pessoais e sociais, com o objetivo de melhorar e modificar a formação integral e a qualidade de vida dos jovens, fomentando o autocontrolo individual e a resistência coletiva face à pressão do grupo, através de um contexto psicoafectivo saudável e seguro.

10.22 – CONFERÊNCIA VICENTINA DE S. JOSÉ

A Conferência Vicentina de S. José, com sede nas instalações do antigo edifício do GAT, pauta a sua atividade pelo auxílio a pessoas desprotegidas, desde 1965, o ano da sua fundação, e conta com cerca de 22 associados.

Com uma ação que se estende a todo o concelho de Figueiró dos Vinhos, as suas atividades quotidianas passam por atendimentos e visitas domiciliárias aos assistidos, pela distribuição de géneros alimentícios (fruto da parceria existente há vários anos com o Banco Alimentar com o qual colabora também na recolha de donativos), roupas e outros artigos de primeira necessidade.

A Conferência Vicentina auxilia ainda as famílias mais carenciadas na aquisição de medicação, óculos, transportes, etc, bem como no auxílio na habitação, quer através da disponibilização a custo zero de algumas habitações de que é proprietária, quer através da parceria com a Câmara Municipal no apoio à reabilitação de habitações degradadas.

O trabalho em parceria e articulação com outras entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Segurança Social, IPSS, etc, facilita também o encaminhamento e/ou sinalização de situações às quais não conseguem dar resposta, para as entidades competentes.

Noutro âmbito salienta-se a participação nos acontecimentos culturais do concelho e a colaboração com outras coletividades locais na realização de atividades.

A Conferência Vicentina possui o apoio financeiro de entidades privadas, seja em géneros (alimentos e roupas), seja em numerário. É também apoiada pela Câmara Municipal e pela União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.

Em abril de 2019 a Conferência Vicentina prestava apoio a 92 agregados familiares do concelho (227 indivíduos), sendo 75 da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, 8 da freguesia de Arega, 6 da freguesia de Aguda e 3 da freguesia de Campelo.

10.23 – APOIO SOCIAL PRESTADO NO PÓS INCÊNDIOS DE 2017

Como temos vindo a registar neste Diagnóstico, os incêndios que assolaram o concelho em junho 2017, para além da devastação do património florestal, deixaram todo um rasto de destruição que atingiu transversalmente todo o setor económico-social.

Falamos também de perdas de vidas, habitações, história individual e coletiva, empresas, equipamentos, culturas, alfaias agrícolas, árvores de fruto, animais domésticos e importante fauna e flora, veículos, etc..

Foram referidos neste documento alguns apoios que foram entretanto colmatando as perdas nalgumas áreas (sendo os mais importantes o apoio económico às empresas e os apoios na reconstrução de primeiras habitações).

Não podemos no entanto deixar de referir que também na área da Ação Social muito foi feito e que a solidariedade do povo português (no país e no estrangeiro), foi determinante para o sucesso do apoio prestado à população do concelho, que em todas as freguesias, sentiu, com maior ou menor intensidade, os efeitos desta catástrofe.

O apoio à população foi prestado desde o primeiro momento, através de equipas multidisciplinares que se deslocaram ao terreno e que efetuaram um levantamento rigoroso e exaustivo das necessidades da população. A Segurança Social teve, neste âmbito, um papel determinante, através da conceção imediata de subsídios eventuais para fazer face a despesas imediatas com alojamento, alimentação, óculos, próteses dentárias, medicação, entre outros.

Da mesma forma, a solidariedade chegou um pouco de todo o lado, através de donativos de particulares e empresas e da organização (formal ou informal) de grupos de voluntários que se deslocaram ao concelho e colaboraram ativamente, alguns durante meses, na triagem de bens, para facilitar o seu escoamento, tendo sido criados para o efeito 2 polos de receção de donativos no concelho, 1 no Polo de Formação e outro no Pavilhão Gimnodesportivo de Bairradas.

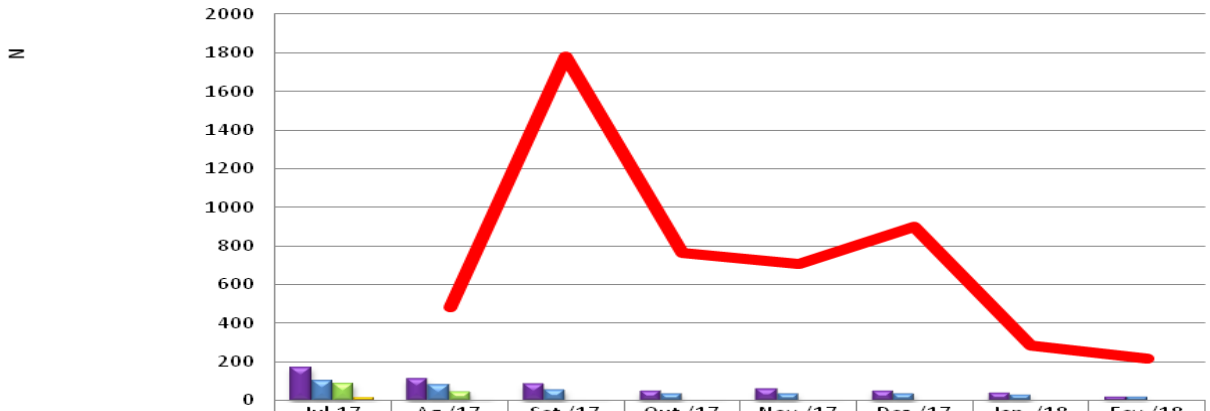
A distribuição de alimentos, roupa, produtos de higiene, medicamentos, rações para animais e outros donativos, à população afetada pelos incêndios, foi uma das prioridades.

O gráfico seguinte permite efetuar uma leitura do trabalho efetuado nos 8 meses após os incêndios.

Os meses de julho, agosto e setembro concentraram o maior número de visitas efetuadas, bem como o maior número de agregados familiares apoiados, pese embora estes se tenham prolongado no tempo, com menor incidência a partir de outubro.

Os meses de julho e agosto foram também aqueles em que se prestou maior auxílio à população em termos de distribuição de géneros alimentares e de alimentação para animais, nalguns casos quase diariamente, não nos podemos esquecer que algumas famílias perderam tudo.

G. 143 – Apoio prestado às vítimas do incêndio entre julho/2018 a fevereiro/2019



	Jul-17	Ag./17	Set./17	Out./17	Nov./17	Dez./17	Jan. /18	Fev./18
N.º Visitas	172	111	86	49	59	49	38	19
N.º Agreg. Apoiados	103	79	57	36	36	37	32	17
Kit Alimentação	89	45	6	4	5	0	0	0
Kit Animais	13	9	1	2	2	0	0	0
Outros Artigos		480	1780	765	709	899	283	216

Fonte: CMFV, 2018

Na rúbrica outros artigos, salientamos a distribuição de roupas, calçado, artigos para o lar, produtos higiene pessoal e limpeza, fraldas, etc.

A distribuição de vestuário e calçado foi também facilitada nos meses seguintes, através da colaboração do CLDS-3G, na realização de Feiras Solidárias (descentralizadas também nas freguesias).

Para além dos apoios sociais através da distribuição de todo um conjunto de bens essenciais, foi também prestado um importante apoio à população noutras áreas, a que já foi feita referencia mas que importa aqui também sublinhar, pelo seu impacto na comunidade. Falamos da Saúde e Educação.

Na área da Saúde, foi assinado um Protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação Dignitude (de setembro a dezembro 2017) e foi prestado apoio à medicação a 56 beneficiários/as, num total de 1331,52€, assumidos em partes iguais pelas 2 entidades.

Através de uma parceria com a Vodafone, foram entregues aparelhos de teleassistência – 12 famílias.

Foi recebido um importante apoio em donativos em artigos hospitalares (soro, compressas, pomadas, etc).

A Equipa de Saúde Mental – Centro Saúde de FV, efetuou (e ainda efetua) o apoio psicossocial em colaboração com a Cruz Vermelha, tendo sido reforçadas as equipas e o tempo de permanência no terreno. Foram também efetuadas isenções das taxas moderadoras a todas as pessoas atendidas no âmbito dos incêndios.

Foi efetuado um Rastreio de Psicologia aos Funcionários da Autarquia (45 funcionários) na área do stress pós traumático.

Na área da Educação, para além do alargamento da oferta de manuais escolares pela Câmara Municipal aos alunos/as do 2º CEB e dos Cadernos de Atividades do 1º CEB, foi também efetuado o reforço do apoio na área da Psicologia Clínica (com especialização na área do trauma) por parte do Ministério da Educação.

De salientar também todo o apoio logístico prestado pelos bombeiros a todas as corporações de bombeiros de outros concelhos e Cruz Vermelha, Voluntários, Escuteiros, e, posteriormente, ao apoio prestado pelo Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos que deu continuidade ao fornecimento de almoços e jantares confecionados na Cantina da EB José Malhoa, que esteve a servir refeições em julho, agosto e setembro.

10.24 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurámos neste capítulo identificar os principais constrangimentos e necessidades que se fazem sentir no concelho de Figueiró dos Vinhos ao nível da Proteção e da Ação Social.

Referenciámos os públicos-alvo que se apresentam numa condição de maior debilidade e fragilidade, para os quais se torna necessário, nos tempos que correm acentuar redobrada atenção que implique a continuidade do esforço que tem vindo a ser desenvolvido por parte das entidades públicas e privadas, locais, regionais e nacionais.

Neste contexto destacámos o papel preponderante que tem vindo a ser assumido neste domínio por parte das IPSS sediadas no concelho, que se tem revelado decisivo para apoiar e atenuar as dificuldades dos mais carenciados, das crianças, dos idosos/as, das pessoas portadoras de deficiência, de pessoas com problemáticas específicas e das famílias em geral.

Tem sido muito importante o investimento em equipamentos sociais, realizado ao longo dos anos por estas entidades, que se traduzem em respostas efetivas (ainda que naturalmente insuficientes) nomeadamente através da construção de lares, centros de convívio, creches, centros de dia, entre outros, disponibilizando serviços nas mais diversas valências, designadamente ao nível do apoio domiciliário que abrange no concelho um significativo número de utentes a quem é fornecida a alimentação, os cuidados básicos de higiene pessoal e o próprio apoio no que à limpeza doméstica diz respeito.

Referimos ainda o importante contributo e atenção que a Câmara Municipal tem demonstrado no combate às desigualdades sociais, fazendo desse desígnio a sua principal prioridade, nomeadamente socorrendo-se dos instrumentos legais que lhe advêm das suas atribuições e competências. A este propósito destacámos neste capítulo a iniciativa relativa ao Cartão Figueiroense Sénior, a Universidade Sénior, o Armazém Social, apoio à recuperação de habitação degradada e projeto CLDS-3G “Agir Sempre”, para além de naturalmente investir noutras áreas correlacionadas através da disponibilização de um conjunto de serviços e projetos e do apoio às instituições locais neste domínio.

Tivemos ainda oportunidade de avaliar a expressão que o grupo dos pensionistas assume no concelho, evidenciando essa realidade através dos elementos estatísticos que aqui trouxemos.

Finalmente, sublinhámos a importância dos instrumentos que hoje são disponibilizados a nível da administração central como sejam o Complemento Solidário a Idosos/as, o Rendimento Social de Inserção, o Subsidio de Desemprego e o Fundo Europeu de Auxilio a Carenciados, entre outros.

Terminamos, reiterando a convicção expressa inicialmente, que cada vez mais se afigura necessário a articulação, parceria, solidariedade e entre ajuda entre todos os agentes envolvidos, empenhados nesta luta em prol dos mais desfavorecidos, representando este o objetivo primordial da Rede Social.

11 – ACESSIBILIDADES

11.1 – ANÁLISE SWOT DAS ACESSIBILIDADES

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Localização estratégica no espaço de intermediação / espaço charneira: transição Norte / Sul (A13) – Litoral / Interior (IC8); - Boas acessibilidades externas às principais vias de comunicação e aos principais centros urbanos do país e da região (A13, IC3 e IC8);	- Insuficiência de transportes públicos; - Matriz de povoamento rural disperso; - Pagamento de portagens na A13.
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
- Portugal 2020.	- Posição geográfica de transição contrariada pela evolução socioeconómica com características de interioridade; - Dependência de financiamentos públicos/privados externos.

11.2 – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

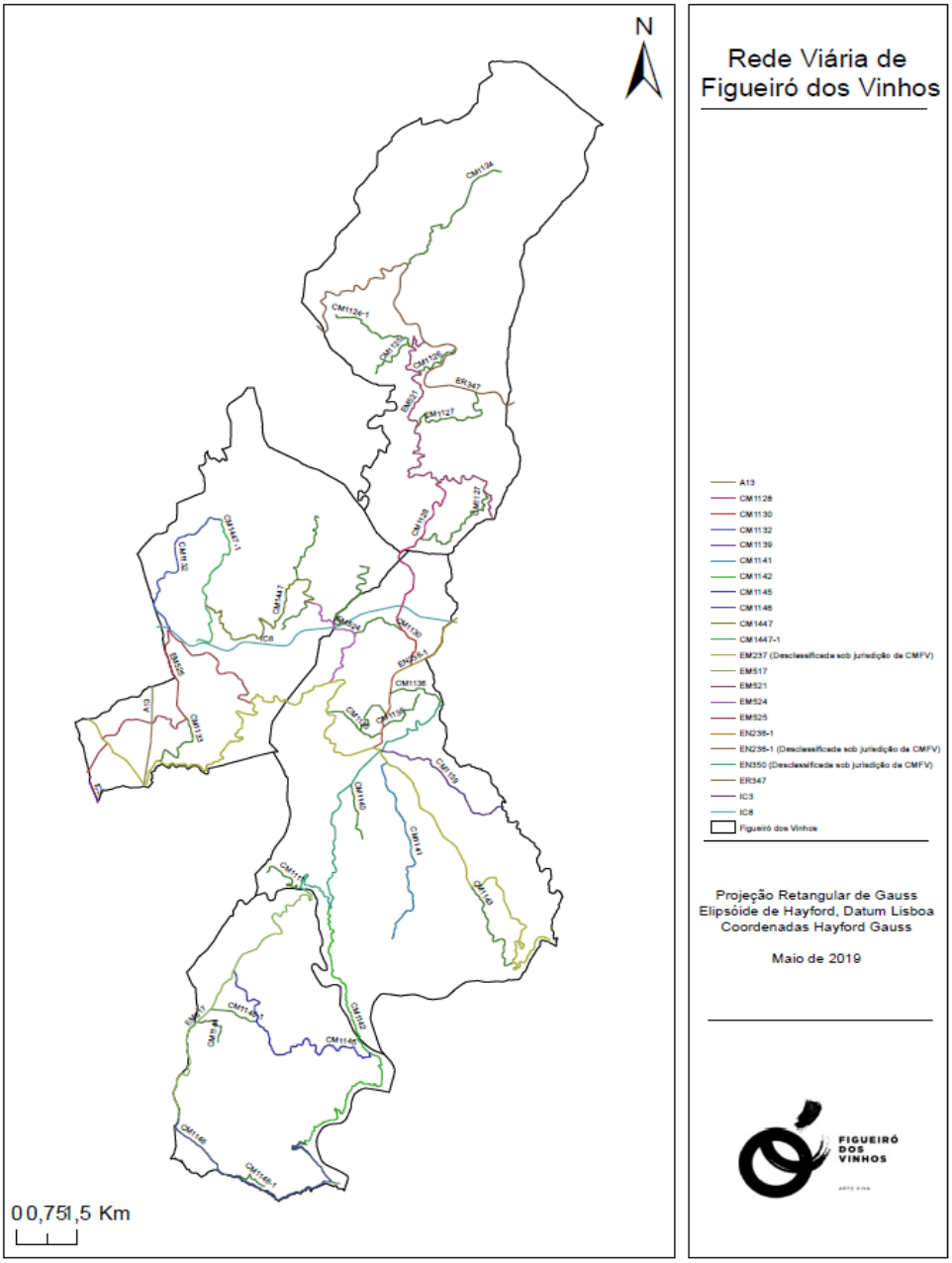
- Deficientes acessibilidades internas;
- Dificuldades de mobilidade interna e de acesso aos serviços (por parte dos mais idosos/as e famílias em situação de carência económica);
- Rede de transportes públicos.

11.3 – CONTEXTUALIZAÇÃO

A rede viária é um dos elementos estruturantes de um território e um dos fatores mais importantes de atração de investimento gerador de emprego.

Neste sentido, o presente capítulo tem como principal objetivo disponibilizar uma leitura breve e simplificada sobre a rede viária que atravessa o concelho de Figueiró dos Vinhos, bem como os movimentos pendulares de e para a sua área geográfica.

O concelho de Figueiró dos Vinhos beneficia de uma localização geográfica privilegiada no contexto regional, mercê das boas acessibilidades externas que o servem, nomeadamente o IC8 e a A13 permitindo a rápida ligação à A1 (Autoestrada do Norte) e à A23 (Autoestrada da Beira Interior), bem como à Linha Ferroviária do Norte em Pombal, e a Centros Urbanos como Coimbra, Tomar, Leiria e Castelo Branco. Pode afirmar-se que esta melhoria progressiva em termos de acessibilidades, contribuiu para retirar o concelho do isolamento geográfico em que se encontrava outrora.



11.4 – CARACTERIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA

A rede viária do concelho de Figueiró dos Vinhos é relativamente suficiente para ligar as principais povoações do concelho, não obstante a heterogeneidade de tipologias de povoamento verificadas, face à diversidade topográfica e de relevo que o território possui desde a zona mais a norte do concelho à zona mais a sul.

No contexto municipal, importa realçar no âmbito deste capítulo o contrato estabelecido entre a Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL e o Município de Figueiró dos Vinhos, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2017, de 6 de Julho, que reconheceu, como condições excecionais, os incêndios florestais registados neste território concelhio.

O contrato de auxílio financeiro a que nos referimos traduziu-se num forte investimento elegível com enorme impacto, quer pelos montantes envolvidos (mais de três milhões de euros), quer pelo assinalável contributo dado no sentido da reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios que tiveram início em 17 de junho de 2017. Neste

domínio foi possível proceder à reabilitação de um importante conjunto de estradas municipais, reposição de marcas longitudinais brancas contínuas ou tracejadas, incluindo pré-marcação.

No âmbito da segurança rodoviária procedeu-se à reabilitação da sinalização rodoviária da rede viária municipal e substituição e colocação de proteções metálicas e de madeira ao longo de um significativo número de vias municipais.

Apesar das características orográficas do concelho condicionarem o desenvolvimento de uma rede viária adequada, as vias existentes, permitem deter um conjunto razoável de acessibilidades, traduzindo-se numa mais valia com consequências diretas e imediatas na forma de comunicar, comercializar e distribuir.

A rede viária concelhia é composta por três níveis hierárquicos: a nacional (através da rede nacional e rede regional) designada por Estradas Nacionais (EN) e Regionais (ER), as anteriores estradas nacionais (a que já nos referimos, desclassificadas no âmbito do PRN2000 passam a integrar a rede municipal) e, finalmente, a rede municipal, constituída por Estradas Municipais (EM) e Caminhos Municipais (CM).

O concelho de Figueiró dos Vinhos é servido por dois Itinerários Complementares - IC (IC3 e IC8), duas Estradas Nacionais (EN 347, EN 236-1), seis Estradas Municipais (EM 521, EM 524, EM 525, EM 517, ex-EN 237 e ex-EN 350) e 30 Caminhos Municipais (CM).

O IC8 atravessa o concelho de Figueiró dos Vinhos, permitindo a ligação aos concelhos de Pedrógão Grande, Sertã, Proença-a-Nova e Castelo Branco, sendo a partir daqui facilitado o acesso ao IP2.

O IC3 estabelece a ligação entre Tomar e Coimbra atravessando o concelho de Figueiró dos Vinhos no extremo sudoeste da freguesia de Aguda, prosseguindo em direção aos concelhos de Penela e finda em Condeixa, no Distrito de Coimbra. Estes eixos, pelo facto de estarem integrados na rede complementar, estabelecem as ligações de maior interesse regional.

Mais recentemente o concelho passou a beneficiar do acesso à A13, que atravessa o concelho na freguesia de Aguda, onde se localiza um nó de ligação (Fato), o que permitiu encurtar significativamente as distâncias para Tomar e para Coimbra. De facto, este investimento rodoviário realizado recentemente constituía uma necessidade há muito sentida no concelho e no norte do distrito de Leiria, tendo contribuído para "desencravar" este território e abrir-lhe outras perspetivas de desenvolvimento que se desejam confirmadas no futuro. Não podemos contudo deixar de referir, que sendo certo que esta via constitui uma oportunidade clara de afirmação para a região e naturalmente o concelho de Figueiró dos Vinhos, o valor que é pago pelos utentes ao nível das portagens é considerado excessivo, nomeadamente aquelas que são cobradas entre concelhos limítrofes, onde apesar da racionalidade económica que justificará a sua cobrança, importaria verificar se o retorno alcançado se justifica e se a ligação entre concelhos próximos não teria mais a ganhar se esta questão fosse devidamente equacionada. Estamos a referir-nos concretamente ao lanço de portagem que se reporta ao trajeto entre Figueiró dos Vinhos e Penela.

No que se refere às estradas nacionais, integram igualmente a Rede Complementar, pelo que asseguram ligações de elevada importância regional. A EN 236-1 estabelece a ligação entre o concelho de Castanheira de Pera e o concelho de Figueiró dos Vinhos.

A ex-EN 350 possibilita a ligação com o concelho de Pedrógão Grande, percorrendo a freguesia de Figueiró dos Vinhos longitudinalmente.

No que se refere às estradas municipais estas estabelecem a ligação entre as estradas nacionais e as povoações. A EM 525 tem início na ex-EN 237, para novamente reencontrar esta via. Atravessa as principais povoações da freguesia de Aguda.

A EM 524 resulta do entroncamento com a ex-EN 237, no acesso à Aldeia Ana de Aviz, ligando esta povoação à Aldeia da Cruz (localidades da freguesia de Figueiró dos Vinhos), e posteriormente a Chimpeles (freguesia de Aguda), na qual entronca com o Caminho Municipal (CM) 1134. A EM 521, é entroncada pela EN 236-1, passa inicialmente no concelho de Castanheira de Pera, atravessando posteriormente a freguesia de Campelo, onde se cruza com o CM 1125.

A ex-EN 237 atravessa as freguesias de Aguda, Figueiró dos Vinhos, Bairradas, continuando em direção ao concelho da Sertã.

A EM 517 permite o acesso ao IC3, já no concelho de Alvaiázere. No concelho de Figueiró dos Vinhos o traçado da EM 517 percorre as principais povoações da freguesia de Arega, na qual bifurcam três caminhos municipais: CM 1144, CM 1145 e CM 1145-1. Após o atravessamento da Ribeira de Alge, já na margem direita, cruza-se com a ex-EN 350.

11.5 – MOVIMENTOS PENDULARES

A análise dos movimentos intra-concelhios permite avaliar o peso das deslocações casa/trabalho e vice-versa, contextualizadas no mesmo concelho. Importa avaliar a expressividade dos movimentos internos, ou seja a população que se desloca para trabalhar ou estudar noutra freguesia, que não aquela que constitui a sua residência.

Em termos metodológicos, será utilizada informação estatística concernente a:

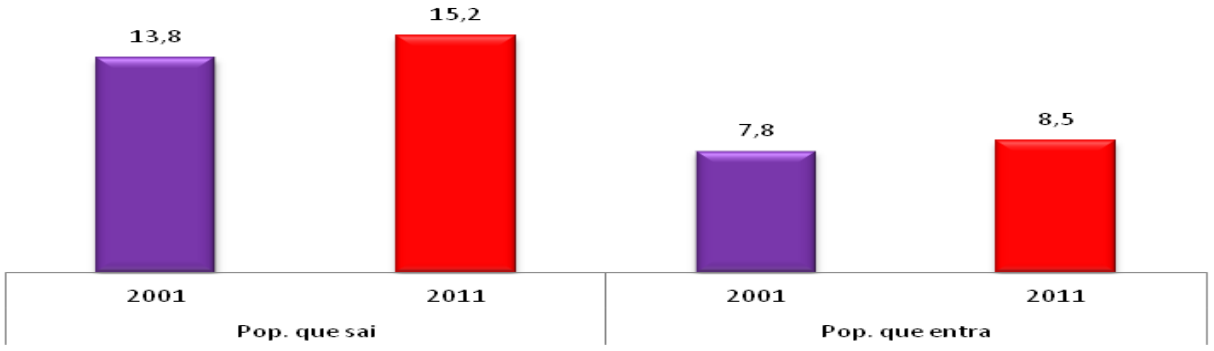
- Movimentos pendulares: população que entra e sai do concelho;
- População residente ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo;
- População residente segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo;
- População residente segundo o tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho ou estudo.

O primeiro ponto permitirá avaliar os movimentos pendulares, a população que entra e sai do concelho, para trabalhar ou estudar.

Da análise do gráfico seguinte, verificamos que, por um lado aumentou a população que sai do concelho de 13,8 para 15,2% (+1,4%) e aumentou ligeiramente a população que entra de 7,8 para 8,5% (+0,7%).

Relativamente à proporção da população do concelho que trabalha ou estuda noutro município, verificamos que em 2011, 32% da população, se deslocava para outro concelho para trabalhar ou estudar. Esta percentagem sofreu um aumento de 10% relativamente à registada em 2001 e de 7% relativamente a 1991.

G. 144 - MOVIMENTOS PENDULARES – POPULAÇÃO QUE ENTRA E SAI DO CONCELHO, 2001-2011



Fonte: Censos 2001 e 2011 – INE, Portugal

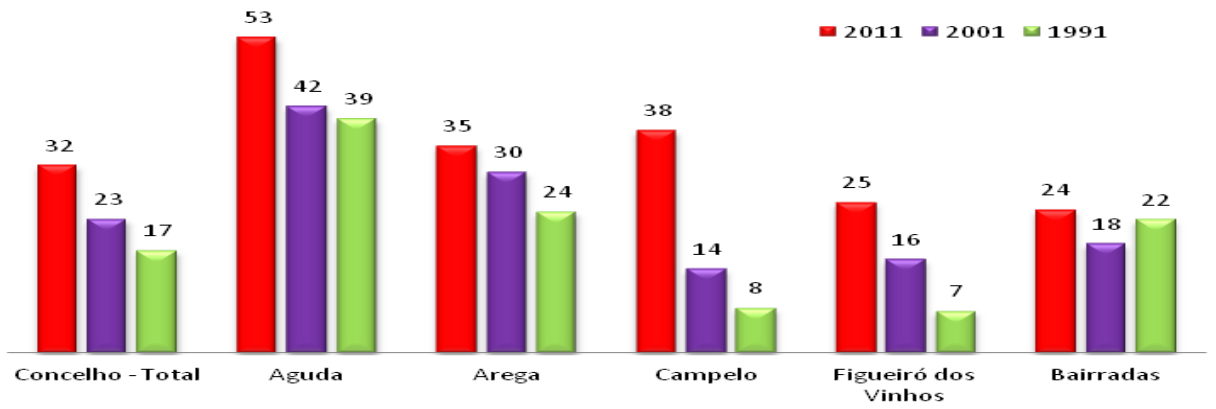
Quanto ao comportamento das freguesias, a freguesia de Figueiró dos Vinhos, pelo facto de ser sede concelhia, e a de Bairradas (a geograficamente mais próxima) são naturalmente as localidades que oferecem um conjunto mais diversificado de oportunidades de emprego e estudo. Este é um dos principais fatores justificativos para fixarem o maior número de residentes, que simultaneamente trabalha/estuda e reside na mesma freguesia, registando-se nestas as menores percentagens de população que tem de sair para trabalhar ou estudar noutros locais (25% e 24%, respetivamente). Mesmo assim, a freguesia de Figueiró dos Vinhos, agora União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, viu aumentar consideravelmente a percentagem de população que se desloca para fora, nos últimos anos.

A freguesia de Aguda, por se encontrar mais próxima do concelho de Ansião, polo mais industrializado e com uma oferta mais diversificada de emprego e educação, é a freguesia que revela a percentagem mais elevada de população a trabalhar ou estudar fora (53% em 2011).

Campelo, por ter menos oportunidades de trabalho localmente e por ter visto nos últimos anos as suas escolas encerradas, foi também uma das que viu aumentar substancialmente a percentagem de deslocações para fora, para trabalhar ou estudar (de 8% em 1991 para 38% em 2011).

Por último, a freguesia de Arega foi a que se manteve mais estável nos últimos anos, porém, 35% da sua população, desloca-se também para outro município para trabalhar ou estudar.

G. 145 - Proporção de população que trabalha ou estuda noutro município (concelho e freguesias), 2011



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 – INE, Portugal

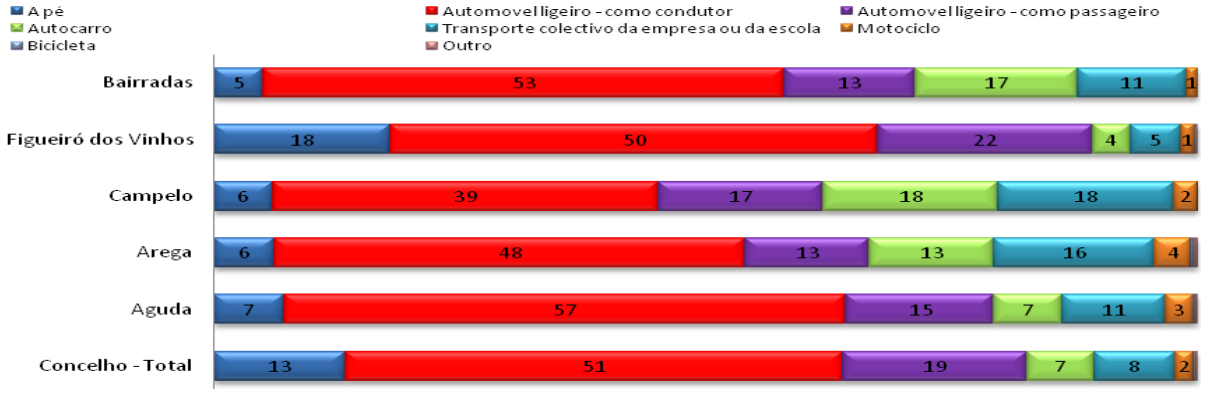
Relativamente ao meio de transporte mais utilizado pela população do concelho nos movimentos pendulares, podemos verificar no gráfico seguinte, uma predominância das deslocações em automóvel próprio e como passageiro, quer a análise seja efetuada em termos do concelho, quer das freguesias.

As deslocações em autocarro, revelam também alguma expressividade, principalmente quando nos referimos às freguesias de Campelo, Arega e Bairradas (entretanto agregada). Da mesma forma, quando nos referimos aos transportes coletivos de empresas ou escolas, verificamos que a freguesia de Figueiró dos Vinhos, sede de concelho e sede do Agrupamento de Escolas, é a que menos utiliza este tipo de transporte, por dele menos necessitar (5%). Já nas outras freguesias e a nível concelhio, a utilização deste meio de transporte assume expressividade (entre 8% a 18%).

As deslocações a pé, são mais frequentes na freguesia de Figueiró dos Vinhos (18%), pelos motivos já mencionados (maior proximidade relativamente a emprego e formação).

As outras alternativas mencionadas (bicicleta, motociclo, outro), não revelam grande expressividade na sua utilização.

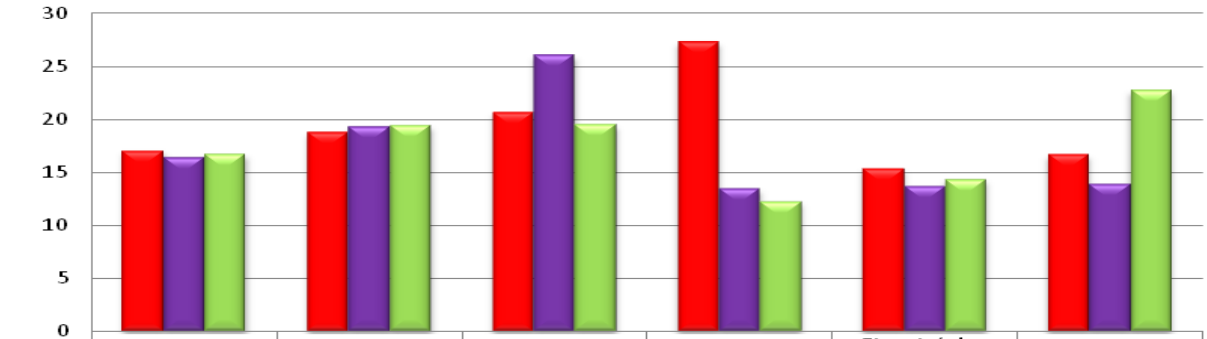
G. 146 - MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES (%), CONCELHO E FREGUESIAS, 2011



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Por último, centramos a nossa análise na duração média dos movimentos pendulares da população trabalhadora ou estudante, por local de residência. Os tempos médios (em minutos) subjacentes às deslocações no trajeto local de trabalho/estudo, versus, local de residência são predominantemente balizados pelas deslocações até 30 minutos, dependendo do local de origem. Ao nível concelhio a população demora até 17 minutos nos movimentos pendulares, valor sem grande alteração, quando comparado com os períodos anteriores apresentados. Os tempos de deslocação mais elevados (de 20 a 30 minutos aproximadamente) são registados pelas freguesias de Aguda, Arega e Campelo (esta ultima mais distante da sede de concelho). As freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, são as que menos tempo perdem nos movimentos pendulares (15 a 17 minutos).

G. 147 - DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES EM MINUTOS, CONCELHO E FREGUESIAS, 1991, 2001 E 2011



	Concelho - Total	Aguda	Arega	Campelo	Figueiró dos Vinhos	Bairradas
2011	17	19	21	27	15	17
2001	16	19	26	13	14	14
1991	17	19	19	12	14	23

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

11.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na generalidade, a rede viária do Município proporciona boas condições à mobilidade de pessoas e bens, quer em deslocações internas, quer em ligações regionais ou nacionais.

"Para além da simples definição de uma proposta de rede viária municipal 'per si', interessa sobretudo a definição de uma rede viária que seja capaz de responder aos desafios que se vão colocando em termos de circulação, bem como à sua fundamental articulação com o desenvolvimento urbano que se programa para o Concelho.

Incontestavelmente aliado à rede viária o entendimento das necessidades e fragilidades em matéria de transportes e mobilidade no panorama do concelho constituem, como já foi referido, ainda mais desafios, e julga-se que quanto maior forem as possibilidades de se oferecer, a todos os níveis, em todos os locais, para todas as idades e para todas as condições, alternativas competitivas ao transporte individual, mais se contribuirá para uma região qualificada.

Atualmente as estratégias que são sugeridas na prossecução de níveis de sustentabilidade do sistema em termos de mobilidade e dos transportes, contam com os conceitos associados:

_ Diversificação de oferta de modos de transporte

_ Redução do espaço automóvel nos centros das cidades e nas urbanizações periféricas

_ Introdução de veículos movidos a energias alternativas

_ Gestão de procura de transportes

_ Informação especializada em matéria de serviços de transportes, suas características, facilidades, preços, sistemas de pagamentos e bilhética.

O aumento da mobilidade das pessoas, reforçando a coesão das estruturas urbanas e suburbanas, promovendo o relacionamento interurbano segundo estratégias assumidas de coesão, e ainda viabilizando a oferta de transportes públicos em territórios de baixa densidade, constitui um grande desígnio, por forma a melhorar as condições de competitividade dos indivíduos e das atividades, ou seja, dos centros urbanos e dos aglomerados, quer isoladamente quer como rede de serviços, sem inviabilizar a sobrevivência de espaços que se encontram à marginalizados relativamente aos principais eixos de comunicação." [112]

Esta facilidade de deslocação no seio do Município deve ser tida em consideração mas depende diretamente de boas acessibilidades.

A este nível convirá, naturalmente atentos aos naturais constrangimentos financeiros, continuar a equacionar a possibilidade do lançamento de intervenções de beneficiação, conservação e reparação das estradas municipais, que delas necessitem, proporcionando às povoações mais isoladas um melhor e mais fácil acesso às sedes de freguesia e à sede do concelho.

Importará ainda referenciar neste domínio que, no âmbito da proposta de Transferência de Competências da Administração Central para a Administração Local[113], em matéria de vias de comunicação, os Órgãos Municipais deliberaram em janeiro de 2019, recusar essa mesma transferência de competências em virtude de no contexto atual da existência de vias abrangidas pelo Diploma Legal, se verificar que o Município de Figueiró dos Vinhos apenas possui, no seu território, duas estradas nacionais, a EN 236-1 e a EN 347. O IC8 encontra-se excluído por força da Lei, constatando-se apenas uma extensão de aproximadamente sessenta metros da EN 347 que atravessa um aglomerado rural na zona da Ribeira Velha, freguesia de Campelo.

Por último, e no que ao IC8 diz respeito, no Diagnóstico precedente havíamos já referido a importância para o concelho e para a região da necessidade da requalificação urgente deste traçado, enquanto via estruturante, capaz de poder contribuir para melhores e mais seguras acessibilidades que permitiriam, também neste domínio, atrair mais investimento, emprego e fixação de população.

Por essa razão, não podemos deixar agora de referir que esta questão suscitou que o Parlamento Português assumisse a pertinência desta necessidade e ambição das populações residentes no norte do Distrito de Leiria, tendo aprovado uma Resolução[114] publicada no Diário da República de 01/08/2018, em que recomenda ao Governo, precisamente a requalificação

[112] In PDM de Figueiró dos Vinhos - Rede viária, mobilidade e transportes.
[113] Decreto-Lei nº. 100/2018 de 28 de Novembro.
[114] Resolução da Assembleia da República n.º 225/2018, de 1 de agosto de 2018.

urgente do IC8 entre Pombal e Ansião, o que se nos afigura como a afirmação de uma vontade inequívoca, no sentido de no domínio das acessibilidades considerar esta obra uma prioridade nacional, até porventura tendo em linha de conta as elevadas taxas de sinistralidade que nos últimos anos se têm vindo a registar neste eixo rodoviário que serve toda a nossa região, promovendo assim a segurança rodoviária e melhorando a fluidez da circulação em todo o traçado.

12 – RENDIMENTOS/DESIGUALDADES

12.1 – ANÁLISE SWOT DOS RENDIMENTOS E DESIGUALDADES

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Rendimento Social de Inserção; - Cantinas Sociais; - POAPMC; - Conferência de S. Vicente de Paulo; - IEFP e Centro de Formação Profissional do IEFP; - Parque Empresarial do Carameleiro; - Centro Investe; - Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos; - Cartão Figueiroense Sénior.	- Desemprego; - Fraco tecido empresarial; - Falta de hábitos e de oportunidades de trabalho; - Insuficiência de rendimentos de algumas famílias; - Dependência dos serviços; - População envelhecida e com reformas baixas; - Falta de consciência empreendedora para a criação do próprio emprego; - Pobreza envergonhada e geracional; - Baixos rendimentos das pensões, predominantemente do regime rural.
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
- Portugal 2020 (POCH); - CLDS-4G.	- Contexto de crise económica global.

12.2 – PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Desemprego;
- Insuficiência de rendimentos das famílias;
- Pobreza envergonhada e geracional.

12.3 – CONTEXTUALIZAÇÃO

A pobreza, enquanto conceito multidimensional, pode ser abordada de diferentes modos e pode ser objeto de várias explicações. A ideia de transmissão intergeracional da pobreza e das desigualdades, assente na hipótese de que o risco de pobreza dos indivíduos tende a reproduzir-se de pais para filhos/as por se encontrar de certa forma associado ao contexto social, económico e educacional da família de origem, merece reflexão pela lógica que encerra.

Afigura-se em nome dessa premissa, analisar com atenção os fatores correlacionados com as origens dos agregados, e bem assim os fatores que justificam a própria mobilidade social dos indivíduos, equacionados que sejam os indicadores socioprofissionais e educacionais que lhes estão inerentes, sem descurar naturalmente os aspetos relativos à dimensão do agregado e situação familiar.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado pelo INE em 2018 sobre os rendimentos do ano anterior em Portugal, revela que 17,3% da população estava em risco de pobreza[115] em 2017, após as transferências sociais (relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social), valor que revela, ainda assim, menos 2,2 pontos percentuais que o valor

[115] A taxa de risco de pobreza calcula-se pela proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.
De acordo com a OCDE entende-se por limiar da pobreza o rendimento que é considerado minimamente suficiente para sustentar uma família em termos de alimentação, habitação, vestuário, cuidados de saúde, etc., estipulado em 2017 em cerca de 468€/mensais.

mais elevado registado nos últimos 10 anos e menos 1 ponto percentual que em 2016. Este valor justifica-se, em larga medida, pela perda de rendimentos dos grupos que integram a base da distribuição dos recursos económicos.

A taxa de risco de pobreza abrange todos os grupos etários. O grupo das/os menores de 18 anos registou em 2017, 18,9% (menos 1 p.p. que o registado no ano anterior) porém, o risco de pobreza aumentou na população idosa relativamente ao ano anterior, registando, em 2017, 17,7%.

A presença das crianças num agregado familiar está associada ao aumento do risco de pobreza, no entanto, em 2017, o risco de pobreza reduziu para os agregados sem crianças dependentes (16,5%, menos 0,4 p.p. em relação a 2016) e, mais acentuadamente, para os agregados com crianças dependentes (18,1%, menos 1,6 p.p. que no ano anterior).

Podemos sem dúvida afirmar que, para o agravamento da desigualdade, concorrem quer a evolução da estrutura demográfica, com peso crescente da população mais idosa, quer o maior alargamento do leque das remunerações do trabalho, além do maior peso relativo das remunerações do capital. A inserção no mercado de trabalho tem um impacto importante na redução do risco de pobreza, sendo certo que o desemprego potencia situações severas de desigualdade e de acesso aos recursos. São também conhecidas as assimetrias existentes em Portugal, no que concerne à distribuição dos rendimentos.

Neste âmbito, os problemas económicos e de acesso ao emprego com que o concelho de Figueiró dos Vinhos se depara são transversais à maioria dos concelhos do interior do país, como já foi anteriormente referido.

Apesar de alguns importantes incentivos nesta área, certo é que não estão ainda a alcançar os objetivos pretendidos e as mudanças que se perspetivam não se compadecem (em questão de tempo) com as necessidades das famílias. Continua a assistir-se a uma contínua escassez de falta de investidores.

Para além dos custos sociais associados ao desemprego, existem outras dimensões que contribuem decisivamente para a intensificação das desigualdades e da vulnerabilidade social, relacionadas por exemplo com a precariedade laboral, que não permite às famílias um rendimento seguro, que lhes permita programar a sua vida num horizonte temporal mais alargado.

Apesar da população desempregada ter vindo a diminuir nos últimos anos, de acordo com os resultados do estudo do INE supra citado, o aumento da linha de pobreza relativa refletiu-se em 2017 num novo aumento do risco de pobreza para a população em situação de desemprego: de 44,8% em 2016 para 45,7% em 2017. Em contrapartida, o risco de pobreza para a população empregada foi de 9,7% em 2017, menos 1,1 p.p. que no ano anterior.

O risco de pobreza para a população reformada aumentou, com uma taxa de 15,7%, superior em 0,6 p.p. em relação a 2016 (15,1%).

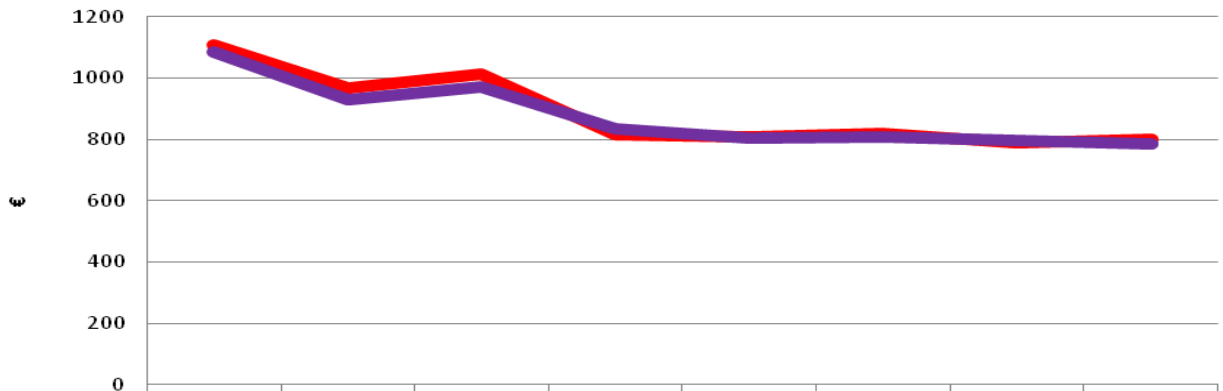
A taxa de pobreza para os adultos em idade ativa foi de 16,7%, menos 1,4 p.p. do que em 2016 (18,1%). Em 2017, o risco de pobreza reduziu-se para ambos os sexos. Contudo, este impacto foi mais expressivo para os homens (-1,2 p.p.) do que para as mulheres (-0,8 p.p.), agravando-se a diferença entre os dois grupos (um risco de 16,6% no caso dos homens, e de 17,9% no caso das mulheres, em 2017).

12.4 – INDICADORES DE RENDIMENTO E DESIGUALDADE

Centrando-nos agora nos principais indicadores de rendimento e desigualdade, passamos a apresentar uma breve análise dos dados mais recentes disponibilizados pelo INE neste domínio, efetuando, sempre que possível, uma comparação com a realidade nacional, regional e dos concelhos limítrofes.

O valor referente ao ganho médio mensal, que por sua vez contribui para o desenvolvimento económico de cada região, centrava-se, em 2016, nos 1.107,90€ mensais, a nível nacional, valor este em que se observou um aumento com alguma expressão relativamente ao ano de 2011 (1.084,60).

G. 148 - GANHO MÉDIO MENSAL, 2011-2016



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2016	1107,9	966,3	1012,2	814,9	806,9	819,1	790,3	799,7
2011	1084,6	931,1	972,4	833,7	804,9	808	797,7	787,3

Fonte: INE – Indicadores demográficos.

Na região Centro começamos já a deparar-nos com um decréscimo do ganho médio mensal, quando comparado com a média nacional. Em 2016 o ganho médio mensal na região Centro apresentava menos 141,60€ do que a nível nacional, atingindo os 966,30€, seguindo a tendência observada em 2011.

Na NUT III observa-se no gráfico acima apresentado uma aparente melhoria em termos do ganho médio mensal na região, que mais não representa do que a consequência do nova versão das NUT (NUTS 2013) que entrou em vigor em janeiro de 2015. Figueiró dos vinhos passa a fazer parte da Região de Leiria, deixando de existir a denominação anterior (Pinhal Interior Norte) bem como a sua composição, passando a integrar um rol de 10 concelhos, 4 dos quais grandes cidades do litoral centro e, consequentemente mais populosos e industrializados.

Nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, verifica-se alguma heterogeneidade nos valores apresentados porém, em todos os concelhos o ganho médio mensal é bastante inferior ao registado a nível nacional e regional, registando o concelho de Figueiró dos Vinhos o ganho médio mensal mais baixo dos 5 (790,30€).

Esta disparidade de valores pode dever-se, segundo o nosso ponto de vista a três fatores. No interior a escassez de empregos é uma constante, vendo-se as pessoas obrigadas a aceitar os empregos que lhes vão surgindo, mesmo que destes possa advir um baixo rendimento; as poucas empresas existentes são essencialmente pequenas e médias empresas que não têm possibilidades de oferecer aos seus trabalhadores salários mais aliciantes; e ainda pelo facto de esta região ser maioritariamente constituída por trabalhadores pouco qualificados, contribuindo para que os rendimentos mensais sejam consequentemente mais reduzidos do que quando comparados com grandes centros urbanos, por exemplo, em que a oferta de emprego apesar de escassa é mais ampla, englobando um pouco de cada área, permitindo a fixação de trabalhadores mais habilitados e que consequentemente conseguem obter um ganho salarial mais elevado.

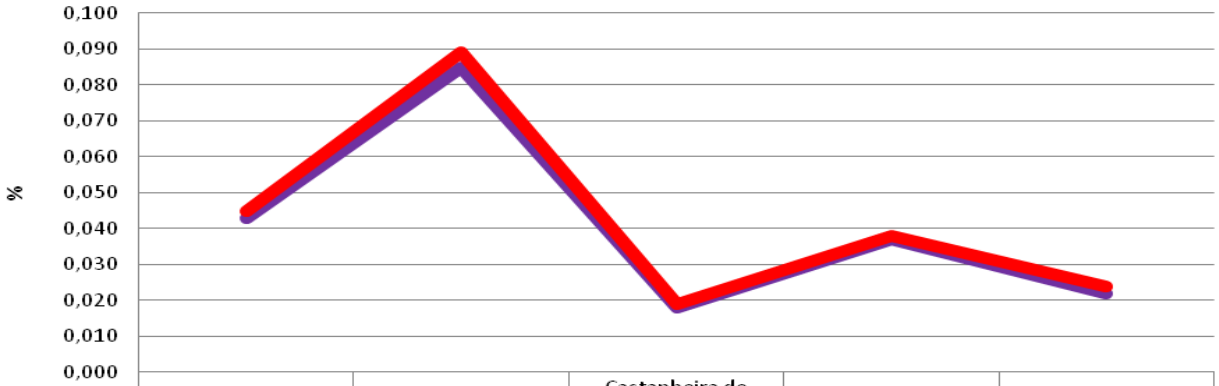
Comparando as duas séries temporais apresentadas (2011 e 2016), de uma forma geral, verificou-se um aumento do ganho salarial médio, em todas áreas geográficas, pesa embora se tenha também verificado um aumento, também generalizado, no custo médio de vida.

Em estreita relação com os valores do ganho médio mensal está a proporção do poder de compra[116] de cada concelho.

A capacidade de poder de compra por parte da população de cada concelho pode ditar o desenvolvimento económico dos concelhos, a manutenção e fixação de empresas e consequentemente a fixação de população nestas localidades.

Como podemos observar no gráfico seguinte, assistimos a uma melhoria generalizada da proporção de poder de compra em todos os concelhos do norte do Distrito de Leiria (ainda que residual), quando comparados os dados nos períodos apresentados (2011-2015). Contudo, quando comparamos a proporção de poder de compra de Figueiró dos Vinhos com os concelhos limítrofes, verificamos que apenas Ansião e Alvaiázere assumem valores superiores, tendo em conta o seu peso superior na economia da região, pela maior concentração industrial. Mesmo assim, o concelho de Figueiró dos Vinhos aumentou a sua capacidade de poder de compra em 0,001 p.p. registando, em 2015, 0,037 (valor acima do registado nos concelhos limítrofes de Pedrógão Grande e Castanheira de Pera).

G. 149 - Proporção do poder de compra concelhio, 2011-2015



	Alvaiázere	Ansião	Castanheira de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2011	0,043	0,085	0,018	0,037	0,022
2015	0,045	0,089	0,019	0,038	0,024

Fonte: INE – Indicadores demográficos.

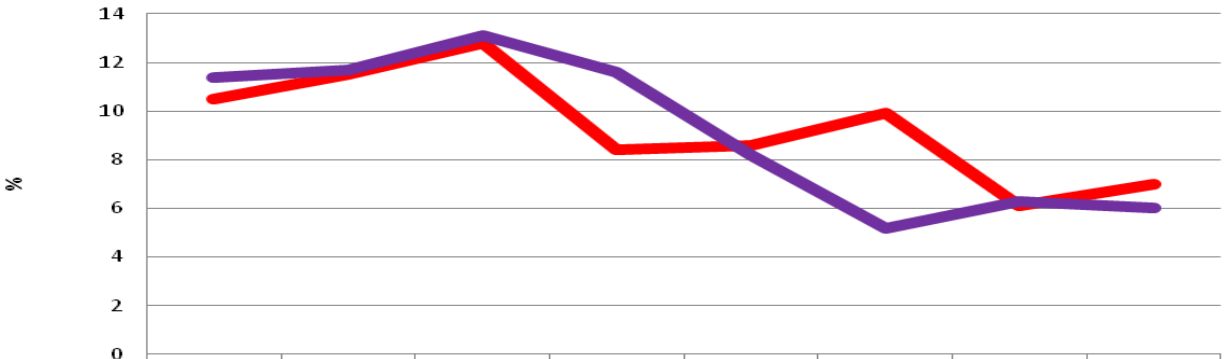
Efetuando uma análise das disparidades em termos do ganho médio mensal, passamos a demonstrar as principais diferenças em termos de género, habilitações, profissões e setores de atividade.

Relativamente ao género, podemos verificar no gráfico seguinte uma redução da disparidade do ganho médio mensal entre géneros, em todas NUT no período em análise, ainda que com pouca expressão. A nível nacional, a disparidade do ganho médio mensal entre géneros, atingia os 10,5% em 2016. Na Região Centro e na Região de Leiria, os valores registados são ligeiramente superiores registando 11,5% e 12,8%, respetivamente.

Nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, observa-se alguma heterogeneidade quando comparadas as séries temporais apresentadas. Os valores registados nos 5 concelhos são também inferiores aos registados em todas as NUT.

[116] Este indicador reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país para o qual a proporção de poder de compra assume o valor de 100%.

G. 150 - DISPARIDADE DO GANHO MÉDIO MENSAL ENTRE GÉNEROS 2011-2016



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2016	10,5	11,5	12,8	8,4	8,6	9,9	6,1	7
2011	11,4	11,7	13,1	11,6	8,2	5,2	6,3	6

Fonte: INE – Indicadores demográficos.

O concelho de Castanheira de Pera que se destacava pela positiva em 2011, registando a mais baixa disparidade do ganho médio mensal entre géneros (5,2%), regista em 2016, 9,9%.

O concelho de Alvaiázere que registava em 2011 o valor mais elevado dos 5 (11,6%), regista, em 2016, a maior descida para 8,4%.

Ansião e Pedrógão Grande registam, no mesmo período, um aumento da disparidade entre géneros, ainda que residual.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a disparidade do ganho médio mensal entre géneros, mantem-se nos cerca de 6% no período em análise, valor bastante inferior à média nacional e regional.

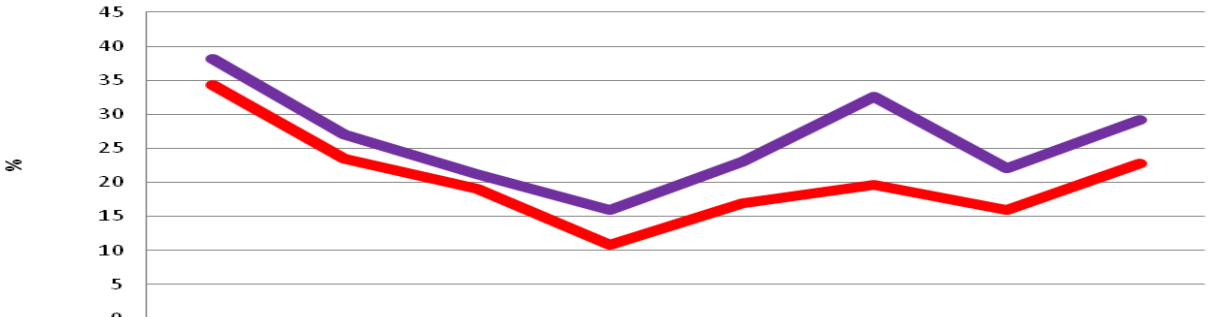
Os níveis de qualificação encontram-se em estreita relação com a disparidade do ganho médio mensal tendo em conta que trabalhadores mais qualificados, têm maiores probabilidades de conseguir empregos mais bem remunerados.

De facto, analisando o gráfico seguinte, a disparidade do ganho médio mensal por nível de habilitação, era a nível nacional de 34,3%, em 2016, valor superior ao registado na NUT II e III no mesmo período nos concelhos do norte do Distrito de Leiria.

De uma forma geral, assistimos no período em análise a uma diminuição da disparidade média salarial em função do nível de habilitações em todas as áreas geográficas, entre 2011 e 2016.

A nível concelhio, a disparidade média salarial em função das habilitações, desceu, no concelho de Figueiró dos Vinhos, de 22% em 2011 para 15,9% em 2016, valor bastante abaixo do registado a nível nacional e regional.

G. 151 - DISPARIDADE DO GANHO MÉDIO MENSAL ENTRE NÍVEIS DE HABILITAÇÃO 2011-2016



	Continente	Centro	Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast.de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2016	34,3	23,5	19	10,8	16,9	19,7	15,9	22,7
2011	38,1	27	21,2	15,9	23	32,6	22	29,2

Fonte: INE – Indicadores demográficos.

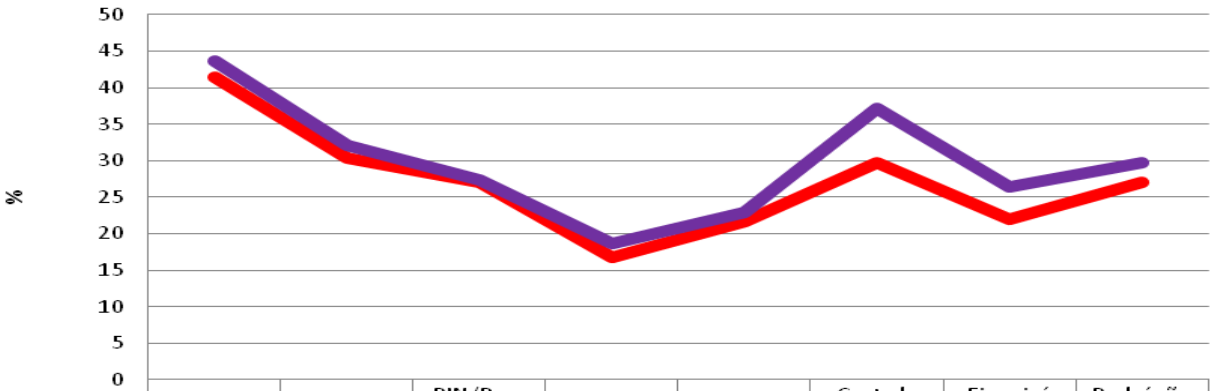
Relativamente à disparidade do ganho médio mensal entre profissões, verificamos também uma diminuição desta clivagem em todas as áreas geográficas, no período em análise.

A nível nacional, a disparidade do ganho médio mensal entre profissões era de 41,5% em 2016, -2,2 p.p. relativamente ao valor registado em 2011.

As NUT II e III apresentam valores consideravelmente inferiores aos registados a nível nacional, 30,4% e 27,1%, respetivamente.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, esta clivagem representa 22% (menos 4,4% que em 2011), e inferior ao registado nas NUT.

G. 152 - DISPARIDADE DO GANHO MÉDIO MENSAL ENTRE PROFISSÕES 2011-2016



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2016	41,5	30,4	27,1	16,7	21,7	29,8	22	27,1
2011	43,6	32,1	27,4	18,6	22,9	37,1	26,4	29,8

Fonte: INE – Indicadores demográficos.

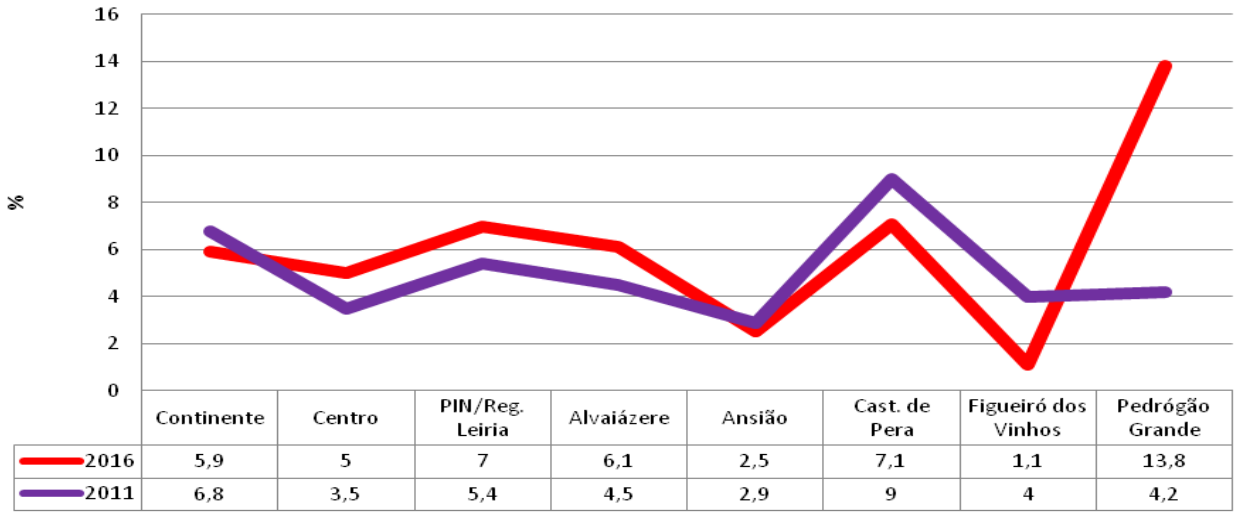
Por último, relativamente à disparidade do ganho médio mensal por setores de atividade, verificamos alguma heterogeneidade na sua distribuição relativamente aos indicadores anteriores.

Se a nível nacional a disparidade do ganho médio mensal por setores de atividade desceu quando comparadas as séries temporais apresentadas de 6,8% para 5,9% em 2016, na região centro e na região de Leiria assistiu-se a um aumento de ambas, registando, em 2016 os 5% e os 7%, respetivamente. Na região de Leiria a disparidade é mesmo superior à registada a nível nacional e na região centro.

A nível concelhio, os concelhos onde a população ativa por setor de atividade se encontra mais distribuída, são os que apresentam a maior disparidade do ganho médio salarial entre setores, como é o caso de Alvaiázere (onde se verifica um aumento de 4,5% para 6,1%), Castanheira de Pera (que regista um decréscimo de 9% para 7,1%) e Pedrógão Grande (que regista o mais expressivo aumento de 4,2% para 13,8%) e acima da média nacional.

Em Ansião e Figueiró dos Vinhos, para além de se verificar uma redução no período em análise (mais ténue no concelho de Ansião), são os que apresentam a disparidade do ganho médio salarial entre setores mais baixa, salientando-se o concelho de Figueiró dos Vinhos que registou apenas 1,1%.

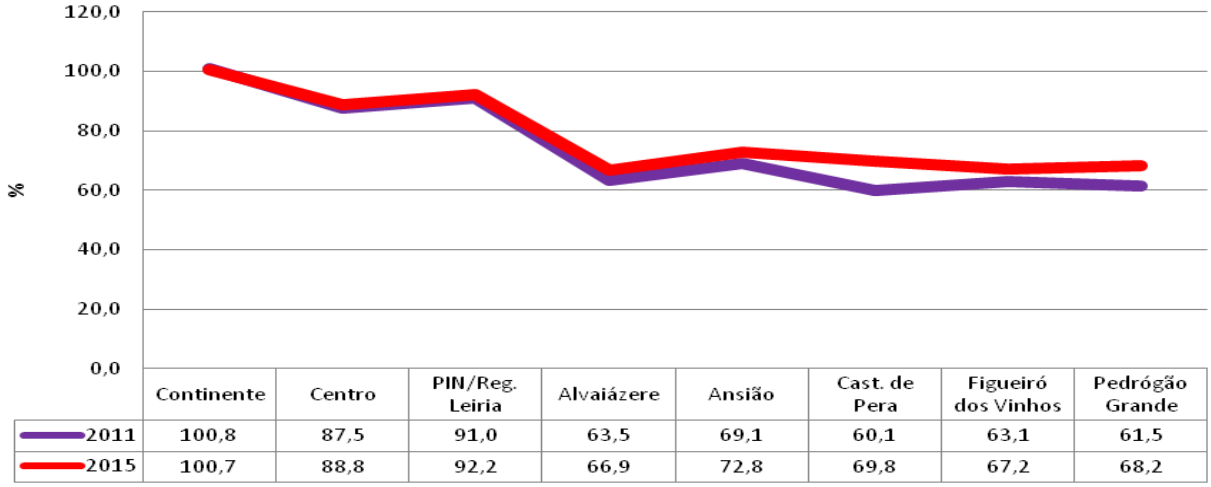
G. 153 - Disparidade do ganho médio mensal entre setores de atividade 2011-2016



Fonte: INE – Indicadores demográficos.

Por último, analisando o Indicador *per capita* do poder de compra que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (=100), podemos observar no gráfico seguinte que as NUT II e III registaram, em 2015, um poder de compra per capita abaixo da média nacional no valor de 87,5% e 91%, respetivamente. Observou-se ainda um aumento residual deste índice, relativamente a 2011.

G. 154 – Poder de Compra *per capita* 2011-2015



Fonte: INE – Indicadores demográficos.

A nível concelhio, podemos observar um aumento generalizado do poder de compra *per capita* em todos os concelhos no período em análise, porém, os valores registados são bastante inferiores à média nacional e regional em todos eles.

O concelho de Ansião foi o que registou o poder de compra *per capita* mais elevado em 2015, no valor de 72,8% mas, mesmo assim, bastante inferior à média nacional e regional. Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere foram os concelhos que apresentaram o poder de compra *per capita* mais baixo, de 67,2% e 66,9% em 2015.

12.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pese embora os dados apresentados, podemos afirmar que relativamente à condição perante o trabalho, é a população desempregada que continua a apresentar um maior risco de pobreza bem assim como as famílias com filhos/as a seu cargo. Também nos agregados com adultos que vivem sós e nas famílias monoparentais com filhos/as menores, o risco de pobreza têm tendência a aumentar, ainda mais se compararmos o valor do ganho médio salarial com o valor do limiar da pobreza, que se centrava em 2015, nos cerca de 468,00€. Se atendermos à análise da pobreza monetária implícita no rendimento individual das famílias, com o limiar de pobreza, concluímos que uma criança é considerada pobre, caso o seu rendimento disponível por adulto equivalente esteja abaixo desse mesmo limiar.

A desigualdade na repartição dos rendimentos entre géneros, apesar de todas as políticas assentes na igualdade de género e na igualdade de oportunidades, também tem aumentado, assistindo-se ainda a fatores de desigualdade entre os extremos e, da mesma forma no acesso e nas oportunidades criadas ao nível da educação, formação contínua, mercado de trabalho, participação cívica e em órgãos de poder e mesmo na partilha de responsabilidades no seio da família, visível nos meios mais rurais.

Porém, para se conciliar prosperidade económica, coesão social e sustentabilidade, não bastam melhorias em termos médios, nem basta assegurar o mínimo aos mais destituídos, é necessário ter em conta o conjunto da distribuição, sendo certo que a desigualdade não é uma mera questão de maior ou menor acesso a recursos por parte de diferentes indivíduos: É uma relação social que afeta a dignidade, a autoestima, a saúde e a longevidade.

Por último, não podemos deixar de referir alguma preocupação com a população mais idosa e desprotegida, cujas baixas pensões se afiguram limitativas no que diz respeito ao acesso aos recursos, aos cuidados de saúde, aos serviços, etc., numa lógica de qualidade de vida aceitável e de retardação do seu processo de envelhecimento.

Neste sentido, é possível constatar que todos estes indicadores se encontram interligados contribuindo como fatores positivos e/ou negativos no que respeita ao estado do concelho e consequentemente aos níveis de vida da sua população.

13 - ASSOCIATIVISMO E DESPORTO

13.1 - ANÁLISE SWOT DO ASSOCIATIVISMO E DESPORTO

FORÇAS

- Existência de espírito associativo e de uma diversidade de associações de cariz cultural, desportivo e humanitário;
- Dinâmica de grande parte das associações existentes;
- Diversidade de espaços desportivos: Piscina Municipal, Pavilhões Polidesportivos, Campo de Ténis, Pista de Pesca, Circuito de Manutenção e Circuito de Manutenção Geriátrico, Centro Hípico, Campo de futebol, Parque do Vale da Pipa, paredes de escalada, Ginásio da Santa Casa da Misericórdia, etc.;
- Associativismo ligado à prática desportiva;
- Associativismo de cariz social (Santa Casa da Misericórdia, IPSS e Conferência S. Vicente de Paulo);
- Valorização do Turismo da Natureza (percursos pedestres, paredes de escalada e praias fluviais);
- Potencialidade para a prática de desportos radicais e de aventura, desportos náuticos e desportos relacionados com caça e pesca;
- Diversidade de oferta de atividades desportivas de continuidade ou pontuais (organização de torneios e outros);
- Baixo custo das mensalidades das atividades desportivas;
- Elevado número de jovens praticantes de desporto;
- Existência de atividades desportivas na escola, para crianças e jovens.

FRAQUEZAS

- Falta de recursos financeiros e de apoios estatais às atividades associativas;
- Dependência excessiva de subsídios camarários;
- Falta de envolvimento dos associados nas atividades das associações, de cariz voluntário;
- Falta de articulação entre as associações do concelho;
- Degradação de alguns equipamentos desportivos existentes no concelho;
- Equipamentos desportivos com custos de manutenção elevados, relativamente à sua utilização (alguns a necessitar de obras urgentes);
- Dificuldade de captação de jovens para as atividades desportivas fora da sede de concelho.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020.

AMEAÇAS

- Insuficiência/inexistência de políticas de apoio ao associativismo;
- Escassez de subsídios;
- Falta de apoios para a realização de obras de beneficiação nos equipamentos desportivos;
- Contexto de crise socioeconómica.

13.2 - ASSOCIATIVISMO E DESPORTO - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Falta de recursos financeiros e de apoios estatais às atividades associativas;
- Degradação de alguns equipamentos desportivos existentes no concelho;
- Equipamentos desportivos com custos de manutenção elevados, relativamente à sua utilização.

13.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o "Guia Para o Associativismo" (2001:5), "O Associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constituiu um importante meio de exercer a cidadania".

Visto nesta vertente, o associativismo representa um peso importante no desenvolvimento de uma determinada comunidade e assume um papel determinante na promoção da inserção, da integração e da participação de todos.

O número de Associações existentes no concelho, a diversidade de ações levadas a cabo por estas, nomeadamente, as relacionadas com a música, o desporto[117], o convívio, a cultura, o voluntariado, o apoio social e outras, permite-nos identificar, talvez por se tratar de um concelho ainda de cariz rural, a existência de um sentimento de "consciência coletiva" e de pertença ao grupo ainda muito forte. Como problemas nesta área identificamos duas grandes necessidades sentidas pelos membros das diferentes associações: a falta de recursos financeiros e a inexistência de sede própria de algumas Associações. As carências ao nível dos recursos logísticos e principalmente financeiros, constituem em alguns casos, um forte entrave à sua sustentabilidade, desenvolvimento de atividades e atração de novos públicos, sócios/membros.

Consciente da importância sociocultural e do grau de intervenção desenvolvido pelo movimento associativo no concelho, o Município de Figueiró dos Vinhos vem apoiando continuamente o desenvolvimento da atividade das várias associações e coletividades, disponibilizando apoio monetário, prestando apoio logístico diverso, cedendo transportes em deslocações pelo país, cedendo instalações para sede própria e desenvolvimento de atividades, incentivando e elaborando candidaturas a diversos projetos, fundos e programas comunitários. No entanto, é de realçar que algumas das associações do concelho desenvolvem as suas atividades com fundos próprios que advêm das inscrições nas próprias atividades, bem como de alguns apoios de publicidade por parte das empresas locais.

No entanto, continua a sentir-se a necessidade de, a um nível de decisão mais elevado, serem adotadas políticas de efetivo apoio e incentivo ao incremento do movimento associativo.

No que concerne à prática de Desporto e Lazer, encontramos neste concelho um amplo leque de entidades que incrementam um conjunto de modalidades desportivas e de lazer diversificadas, destinadas a diferentes públicos.

O papel da Câmara Municipal na promoção de atividades de desporto e lazer, exerce também um impacto importante. Das principais Atividades Desportivas promovidas pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, destacamos os desportos de natureza, nomeadamente o Figueiró Trail, Night Run Urbano, Passeios Pedestres, caminhadas solidárias, festivais de natação, entre outras. É de referir, que para além da promoção das modalidades, o objetivo passa também pela divulgação dos recursos endógenos do concelho de Figueiró dos Vinhos, bem como dos seus recursos naturais de excelência.

É preocupação da autarquia a sensibilização e estimulação dos jovens para a promoção de um estilo de vida saudável e ativa, oferecendo com frequência um conjunto de atividades desportivas, como forma de manter o equilíbrio biopsicossocial dos mais jovens, mas sem nunca esquecer todos os outros grupos em idade ativa e a Terceira Idade, que para além das atividades para eles direcionadas, contam também com atividades de caráter regular, tais como a hidrosenior, passeios temáticos e aulas de natação, inseridas nos projetos CLDS-3G e USFIG, sendo as atividades destes projetos dinamizadas na Piscina Municipal, Pavilhão Gimnodesportivo e noutros locais em atividades de carater ocasional. Os principais objetivos destes projeto são:

- Promoção da atividade física e estilos de vida saudáveis;
- Combate do stress e sedentarismo;
- Prevenção de doenças;
- Proporcionar o bem-estar físico, mental e social;
- Despertar o gosto pela atividade física.

[117] Assumindo desde logo um papel preponderante na dinamização dos equipamentos desportivos, sendo por isso um fator importante na política desportiva municipal.

No que respeita às atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal em parceria com o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, salientamos as "Atividades de Enriquecimento Curricular" desenvolvidas no 1º Ciclo do Ensino Básico e que, no âmbito do desporto, oferecem um conjunto de atividades físicas que decorrem nos pavilhões gimnodesportivos de Arega e da EB José Malhoa. Contudo, os alunos/as das freguesias têm também acesso à piscina municipal, fruto do esforço da Autarquia que, numa lógica de igualdade de oportunidades, assume as deslocações para a sede de concelho.

13.4 – MOVIMENTO ASSOCIATIVO

As Associações refletem, em termos gerais, a forma como a comunidade vive e se organiza.

A tabela que a seguir apresentamos identifica as Associações existentes no concelho e a sua distribuição por freguesia, fazendo também referência à sua tipologia, de acordo com as atividades que promovem/desenvolvem. Refira-se que algumas associações podem enquadrar-se em mais do que uma tipologia (recreativa/cultural/desportiva, entre outras).

T. 43 - DISTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES POR TIPO E FREGUESIA

	União Freg. Figueiró dos Vinhos e Bairradas	Aguda	Arega	Campelo
Sociais e Humanitárias	Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento n.º 148	Com. de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	Com. de Melhoramentos e Apoio Social da Freg. de Arega	
	Ass. SSVP – Sociedade S. Vicente Paulo			
	Assoc. H. Bombeiros Voluntários de Fig. dos Vinhos			
	Núcleo Concelhio da Liga Portuguesa Contra o Cancro			
Desportivas	Clube de Caçadores Bairradense	Grupo Desportivo e Recreativo de Aguda	Associação Recreativa e Cultural de Arega	
	Associação Bairradense Cultura e Desporto	Com. de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	Centro Recreativo e Cultural o Cantinho da Foz de Alge	
	Centro Hípico de Figueiró dos Vinhos			
	Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos			
	Clube Automóveis Clássicos de Figueiró dos Vinhos			
	Clube de BTT "Rodas Voantes"			
	Ass. Desportiva de Fig. dos Vinhos: - Secção de Futebol – Secção de Pesca – Secção de Natação – Secção de xadrez			
Culturais	Grupo Coral de S. João Batista	Rancho Folclórico "Flores de Alegria"	Centro Recreativo e Cultural "O Cantinho da Foz de Alge"	Casa de Convívio "O Penico"
	Associação Bairradense Cultura e Desporto	Com. de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	Associação Recreativa e Cultural de Arega	Associação "O Convívio"
	Jograis e Trovadores	O Convívio da Região de Chimpeles		
	Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueiroense	Associação Recreativa e Cultural da Ribeira de Alge		
	Associação Cultural e Musical Sintonia Consequente	Associação Cultural "Escola dos Moninhos"		
	APEMEA – As. Prom. Ensino Música e outras Exp. Artísticas			
	Comissão de Melhoramentos da Várzea Redonda			
	Ass. Cultural e Recreativa "Amigos do Lugar do Douro"			
	Terractividade – Associação Cultural e Recreativa de Figueiró dos Vinhos			

Recreativas	Ass. Cultural e Recreativa "Amigos do Lugar do Douro"	Associação Recreativa e Cultural da Ribeira de Alge	Centro Recreativo e Cultural "O Cantinho da Foz de Alge"	Associação "A Lareira"
	Ass. Amigos da Aldeia de Vale do Rio	Com. de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	Comissão de Melhoramentos das Cabeças	Casa de Convívio do Povo do Singral - ACCPS
	Centro de Convívio de Aldeia Ana de Aviz	O Convívio da Região de Chimpeles	Associação Recreativa e Cultural de Arega	Associação "O Convívio"
	Terractividade – Associação Cultural e Recreativa de Figueiró dos Vinhos			Casa de Convívio "O Penico"
	Com. de Melhoramentos do Carapinhal - COMELCA			
	Comissão de Melhoramentos da Várzea Redonda			
Outras	Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos/as de Figueiró dos Vinhos	Refúgios de Pedra – Associação de Moradores do Casal de S. Simão		
	Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento	Associação Amiga dos Animais "Pegadas e Bigodes"		
	AEPIN - Associação Empresarial do Pinhal Interior			
	Ass. de Produtores Agro Florestais de Fig. dos Vinhos			
	FICAPE – Coop. Agrícola do Norte do Distrito, CRL			

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos – 2018

Independentemente da sua tipologia, âmbito de atuação ou ano de criação, passamos a apresentar algumas das principais Associações do concelho de Figueiró dos Vinhos, referindo um pouco da sua história, atividades realizadas, fontes de financiamento e alguns dos constrangimentos que identificaram no âmbito da sua atividade, tomando como referencia a informação vertida no PDM de Figueiró dos Vinhos, não descurando ou menosprezando aquelas que não se encontram aqui representadas.

Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueiroense (Filarmónica Figueiroense) – é a coletividade mais antiga de Figueiró dos Vinhos, e até hoje não foi possível saber-se a data da sua fundação, supondo-se que tenha sido no século XIX, pelos anos de 1850 a 1870.

Esta coletividade, que na fundação se chamava Sociedade Filarmónica Figueiroense, tem um historial longo e belo, tendo ao longo dos anos, com altos e baixos, dignificado sempre o concelho de Figueiró dos Vinhos, por todos os pontos do país.

Um dos momentos altos da sua existência foi pelo ano de l900, em que executava peças de real valor, como se vê por algumas peças do seu arquivo, com relevância para uma, que foi composta expressamente para a inauguração do chalé *"O Casulo",* residência de Mestre Malhoa, e que tem o mesmo nome do chalé.

Em 1952, em Assembleia Geral foi alterado o seu nome para *Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueiroense - Filarmónica Figueiroense*, continuando a ser, sem a menor dúvida, o expoente máximo da cultura em Figueiró dos Vinhos.

Do seu historial mais recente fazem parte atuações em diversos pontos do país, em Rádios Regionais (*da sua sede se fez em março de 1988 uma transmissão direta, com duração de três horas, para toda a região de Leiria*, *e dado o impacto que teve foi transmitido novamente em diferido uma semana depois*). Atuações na Rádio Televisão, diversos concertos na cidade de Lisboa e outros pontos do país, fazem igualmente parte do seu historial.

Pela vivência prática da vertente musical da Banda Filarmónica de tantos anos, foram criadas no mês de maio de 1988, as atividades de *Orquestra Ligeira, Teatro, Rancho Folclórico* e *Grupo Coral*, que durariam até 31 de dezembro de 1990.

Grupo Coral de S. João Batista – Fundado oficialmente por escritura pública no Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos, em 15 de maio de 1984, dedicava-se já à atividade de canto litúrgico desde 24 de junho de 1974.

A partir de março de 1991, estenderam a atividade ao canto coral profano e à jogralidade, passando a difundir o seu canto em várias localidades do país.

É um dos grupos sócio culturais mais em evidência no concelho de Figueiró dos Vinhos, e que tem prestigiado o seu nome por muitas terras do país, tendo inclusivamente feito uma digressão por terras de França no ano de 1993, a convite da comunidade portuguesa ali radicada, na divulgação do canto coral do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Corpo Nacional de Escuteiros, Agrupamento 148 – O Escutismo é um movimento que está principalmente ao serviço da juventude em que os mais velhos podem oferecer aos mais novos um ambiente saudável, e instigá-los a praticar atividades que os ajudem a desenvolver o civismo, a promover os valores (como a autonomia de caráter e da sensibilidade, a criatividade, a solidariedade, o voluntariado com o sentido gratuito, o respeito pela natureza e pela vida, a tolerância e a ação em prol da paz e da justiça, enfim, um modelo de desenvolvimento integral da pessoa humana, na sua dimensão intelectual, física e social.

O primeiro agrupamento no nosso país nasceu em Braga, em 27 de maio de 1923, sob a responsabilidade do Dr. Avelino Gonçalves e influência de D. Manuel de Matos.

A Figueiró dos Vinhos chegou em 1959, por intermédio do então Pároco da Freguesia, Padre José da Costa Saraiva, mas a sua fundação oficial foi em 29 de janeiro de 1961, cabendo-lhe o n.º 148, e contam atualmente com 80 associados, tendo a sua sede no Convento do Carmo, em espaço cedido pela Paróquia de Figueiró dos Vinhos.

O Agrupamento 148 realiza as suas habituais reuniões semanais aos sábados e domingos, e procede à realização de acampamentos, raids e acantonamentos de forma mais espaçada. Decorrente da própria natureza das atividades que realizam, estas acontecem sobretudo ao ar livre, em locais variados, sem prejuízo do normal funcionamento das atividades de estrutura e organização, e outros eventos, decorrerem na sua sede, e em outros espaços cobertos.

No espaço onde realizam as atividades denotam a falta de espaço para construções escutistas. Entretanto possuem material de campismo próprio, com uma área coberta de 300 m2. Os apoios financeiros provêm de entidades particulares, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia.

Rancho Folclórico Flores da Alegria (Aguda) – O Rancho Flores de Alegria de Almofala visa a promoção de serviços recreativos, culturais e desportivos, espetáculos, danças e cantares da Região, lutando pela sua promoção no País e no Estrangeiro.

Fundado por escritura pública lavrada no Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos, em 14 de novembro de 1988, a sua sede é no lugar de Almofala de Baixo, da freguesia de Aguda.

Ao longo da sua existência, tem atuado com as suas danças e cantares por toda a região, com deslocações a outras partes do país, sendo um componente precioso na estrutura cultural de divulgação do folclore na região e país.

Grupo Cultural e Recreativo de Aguda – O Grupo Desportivo e Recreativo de Aguda dedica-se à promoção de atividades recreativas, desportivas, culturais e de lazer, e tem como objetivo proporcionar condições para a atividade salutar entre os membros da comunidade da freguesia de Aguda. Fundado em setembro de 2000, tem atualmente 86 membros, e está instalado num espaço cedido localizado na Rua Nossa Senhora de Fátima, em Aguda.

No âmbito das atividades culturais e recreativas, realiza torneios de chinquilho, matraquilhos, sueca, e ainda festivais de folclore. As atividades decorrem sobretudo no Salão cedido pela Igreja Paroquial. As deficiências apontadas são a falta de condições dos balneários e a falta de estacionamento. A sede ocupa uma área de apenas 12 m2 e o salão onde realizam as atividades tem uma área de 70 m2. A Associação é apoiada por particulares, pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal.

Relativamente a infraestruturas de apoio tidas como necessárias ao bom desenrolar das atividades, este Grupo necessita de uma sede própria, para o desenvolvimento das suas condições de trabalho, e defende a isenção do pagamento do aluguer do pavilhão que utilizam, por forma a providenciarem atividades culturais e recreativas a um custo menos significativo para os participantes.

Associação Cultural da Região de Chimpeles (Aguda) – A Associação Cultural de Chimpeles tem como objetivos a promoção de atividades recreativas, desportivas, culturais e de lazer, proporcionando condições para o convívio salutar entre os membros da comunidade. Fundada em julho de 2000, tem atualmente cerca de 60 associados, e tem sede na antiga Escola Primária de Chimpeles, em regime de cedência pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

Esta associação proporciona a existência de um espaço de convívio, aberto de Sexta a Domingo, disponível a todos os moradores da zona, com jogos de entretenimento tais como matraquilhos, cartas, chinquilho, etc. De uma forma mais ocasional, organizam bailes populares, ou festas na comemoração de festas / acontecimentos populares. Organizam ainda 'passeios' a locais diversos.

No campo financeiro, esta associação é apoiada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia de Aguda.

ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Arega – Fundada por escritura pública de 13 de junho de 1980 foi criada tendo em vista a promoção moral, cultural, social, desportiva e recreativa dos seus associados.

Na vertente cultural do desporto tem mantido uma equipa de Futsal, que tem competido por toda a região, dignificando a sua coletividade.

Também na parte recreativa já teve um Rancho Folclórico que atuou em diversos pontos do país.

Tem a sua sede social própria junto à sede da Junta de Freguesia de Arega.

A Lareira – Associação Cultural, Recreativa e Melhoramentos (Campelo) – Sedeada no lugar da Ribeira Velha, freguesia de Campelo, fundada por escritura pública de 30 de abril de 1981, com o objetivo de promover o recreio dos seus associados através de récitas, festas recreativas, saraus, bailes, jogos lícitos e desportivos, teatro amador, e ainda os melhoramentos de utilidade pública do lugar da Ribeira Velha.

O Penico – Casa de Convívio, Desporto, Cultura e Recreio (Campelo) – Associação que visa a promoção moral, cultural, social e desportiva dos seus associados, criada por escritura pública de 29 de agosto de 1980.

Tem a sua sede e funcionamento no lugar de Alge, freguesia de Campelo.

Associação Cultural e Recreativa Amigos do Lugar do Douro – Esta associação dedica-se à realização de diversas atividades, sem fins lucrativos, de âmbito cultural e recreativo. Foi criada em setembro de 2002, e conta com 50 associados. Realiza atividades específicas alusivas a festividades periódicas, como os Reis, o Carnaval, o São Martinho, a Passagem de Ano, e ainda no capítulo desportivo, torneios de futsal. Organiza ainda bailes e também as festividades do Bom Jesus da Sobreira.

As atividades decorrem no Largo da Capela do Bom Jesus da Sobreira, e no local cedido por um particular, onde funciona a sede desta associação, com cerca de 140 m2. A estes locais apontam-se falta de condições, nomeadamente de espaço e de infraestruturas básicas. Os Amigos do Lugar do Douro contam apenas com o apoio financeiro de entidades privadas.

Associação Centro de Convívio de Aldeia de Ana de Avis – Esta Associação foi criada por escritura de 30 de janeiro de 1993, com o fim de promover a convivência, cultura e recreio dos seus associados e a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens, para o que se criaram secções em conformidade.

Constituída em seguimento de um legado do grande benemérito de Aldeia de Ana de Avis, Dr. Manuel Dinis Herdade, que de entre outras dádivas a dotou com uma excelente sede já pronta a funcionar com Sala de Bar, Sala de Convívio, Sala de Biblioteca, onde se podem encontrar boas obras, e uma dependência ao ar livre para lanches.

Dispõe ainda de uma praia fluvial, de um gimnodesportivo e de um salão de festas, onde durante o ano se promovem diversos eventos.

Grupo Jograis e Trovadores – O Grupo "Jograis e Trovadores", fundado como pessoa coletiva em 20 de janeiro de 1993 e com uma atividade anterior a esta data, é constituído por artistas amadores, residentes em Figueiró dos Vinhos. Tem vindo a promover a Música e o Teatro em todas as suas formas, o estudo e a pesquisa regional da Música, da Poesia, do Teatro e da Literatura populares.

Realizou vários espetáculos, dos quais se destacam o "Festival da primavera", desde 1992, um ciclo subordinado ao tema: "O Renascimento e o Tempo das Descobertas", um ciclo de música popular, um ciclo de teatro do princípio do século XX. Mais recentemente, faz pesquisa e trabalha em teatro português dos anos 60. Paralelamente, iniciou em 2000 um estudo sobre teatro musical, para o que deu início a um ciclo sobre este tema, trabalhando em simultâneo a dança jazz, a canção interpretativa teatral e as técnicas de representação deste género de teatro.

Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos – Representante do desporto federado do concelho, foi fundada em junho de 1949, com o fim de promover a cultura desportiva e recreativa dos seus associados.

É a maior coletividade representativa do desporto no concelho, dignificando-o ao longo da sua existência nas modalidades de Futebol (sénior, juniores e iniciados), Futsal, Xadrez, Andebol (camadas jovens), Pesca e Natação, conquistando alguns campeonatos distritais e taças.

Tem a sua sede própria na Rua dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos construída em 1988 e inaugurada em 4 de setembro do mesmo ano, tendo sido posteriormente ampliada com inauguração em 25 de Abril de 2000.

Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos – O Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos dedica-se à prática e fomento de todos os desportos náuticos desde a sua fundação, em 1994. Atualmente encontra-se instalado num espaço cedido na Cova da Eira e conta com 122 associados.

Este Clube desenvolve frequentemente encontros náuticos e convívios periódicos entre os seus membros, assim como outras atividades que decorrem de uma forma mais pontual, destacando-se concursos de pesca, encontros regionais / nacionais de motonáutica, jet-ski e canoagem, bem como atividades de âmbito pedagógico.

As atividades decorrem na Albufeira de Castelo de Bode, mais concretamente na Cova da Eira, onde se situa a sede do Clube e a plataforma. Neste local são apontadas deficiências ao nível da sua iluminação, do seu projeto urbanístico, e ainda de falta de meios de socorro a náufragos do Instituto de Socorros a Náufragos, especificamente nadadores – salvadores.

Como já se fez referência, o Clube está instalado num espaço cedido pela Câmara Municipal, que tem cerca de 40 m2 de área coberta, e possui uma plataforma com 200 m2, da qual é proprietário. Dispõe ainda de um espaço de casas de banho com 20 m2.

O Clube é apoiado pela Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia e pelo Governo.

Clube Desportivo e Recreativo de Arega – O Grupo Desportivo e Recreativo de Aguda desenvolve atividades de âmbito cultural, assim como na vertente desportiva, nomeadamente através da participação no Campeonato Distrital de Futsal da Associação de Futebol de Leiria.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos - A 18 de maio de 1935 é oficialmente criada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, incorporando o Corpo Ativo e conferindo-lhe moldura legal por certidão lavrada pelo Governo Civil do Distrito de Leiria. A partir desta data a Associação passa a ter plena existência jurídica e estatutária, oficialmente reconhecidas pelo Estado Português. Ao Corpo Ativo é conferida a necessária organização e estrutura oficial ao abrigo dos estatutos da Associação, elaborados, entre 1934 e 1935, e aprovados pelo Governo Civil.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos (AHBVFV) uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos.

A AHBVFV, doravante aqui também designada por Associação, tem a sua sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, na Vila de Figueiró dos Vinhos.

A Associação tem como objeto principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável.

A Associação pode também promover festas e sessões culturais, e exercer quaisquer outras atividades conducentes à melhor preparação intelectual, física e moral dos seus associados, ou à angariação de fundos.

Ao nível da sua estrutura organizacional a Associação é constituída pelos Órgãos Sociais de acordo com a sua definição estatutária, que são a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

Ao nível de recursos humanos **atualmente, a Associação** conta nos seus quadros com 233 elementos, sendo 165 do sexo masculino e 68 do sexo feminino.

O quadro permanente/funcionários da Associação é composto por 23 funcionários, incluídos aqui 5 elementos Equipas de intervenção Permanente, também designada por EIP.

A missão da Associação só é, no entanto, cumprida com o apoio incondicional de todos os homens e mulheres que integram o Corpo de Bombeiros e que prestam o seu serviço de forma voluntária.

O Corpo de Bombeiros conta atualmente com 4 elementos do quadro de comando, 76 elementos no quadro ativo, 13 elementos no quadro de honra, 37 elementos no quadro de reserva.

Salienta-se, que os funcionários da Associação também prestam serviço voluntário, para além do seu horário normal de trabalho.

Visto que o quadro de funcionários da Associação não é suficiente para dar resposta às exigências do serviço, só com a dedicação de todos os nossos bombeiros e bombeiras se consegue dar resposta às exigências do serviço que funciona 24 horas por dia.

Fazem ainda parte dos quadros da Associação 80 infantes, estagiários e cadetes.

Na prestação do socorro à população a Associação, é detentora de 29 veículos distribuídos da seguinte forma: 12 Ambulâncias, 9 Viaturas de Combate a Incêndio, 3 Veículo de Comando e Comunicações, 4 Veículos de Apoio e 1 Veículo de Desencarceramento.

Os principais problemas com que a Associação se depara, prendem-se essencialmente com escassez cada vez mais acentuada de voluntariado, com o número elevado de fogos florestais onde são chamados a intervir durante os meses de verão e a escassez de meios económico-financeiros para fazer face às despesas-

No entanto, é de referir que 85% da despesa e atividade da Associação corresponde essencialmente aos serviços de apoio à intervenção na área da saúde e apenas 15% de intervenção dos serviços florestais.

Relativamente às infraestruturas e ao património material, apesar das melhorias que têm vindo a ser continuamente efetuadas, verifica-se, ainda, a existência de alguns projetos aos quais a Associação pretende dar resposta no curto prazo, a saber:

- Eficiência energética em todo o espaço do quartel;
- Recuperação do acervo histórico da Associação, com trabalhos de conservação das viaturas antigas (Bedford e Buick);
- Equipamento do Salão Nobre da Associação e do Salão polivalente;
- Criação de um espaço para Casa Museu dos Bombeiros;
- Geminação com outras Associações homólogas de bombeiros, com data de fundação em 1935;
- Geminação com outras Associações homólogas de bombeiros estrangeiras;
- Conceção de material promocional (merchandising) da AHBVFV;
- Conceção de stand promocional da Associação para participação em eventos e demais festividades promovidas no concelho e fora dele.

A Associação conta atualmente com 1365 sócios pagantes.

Associação SSVP – Sociedade de S. Vicente Paulo – esta associação pauta a sua atividade pelo auxílio a pessoas desprotegidas, desde 1965, o ano da sua fundação, e conta com 22 associados. Tem a sua sede nas instalações do antigo edifício do GAT.

As suas atividades quotidianas passam por visitas domiciliárias aos assistidos, pela distribuição de géneros alimentícios e roupas. A Conferência Vicentina auxilia ainda em termos de farmácia, óculos, transportes, assim como no auxílio na habitação e outros. Outras atividades passam pela participação nos acontecimentos culturais do concelho, e pela colaboração com outras coletividades locais na realização de atividades.

A Conferência Vicentina possui o apoio financeiro de entidades privadas, seja em géneros (alimentos e roupas), seja em numerário. É também apoiada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia.

13.5 – DESPORTO - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS

De acordo com a Carta Desportiva de Figueiró dos Vinhos (2009), as instalações desportivas são espaços de acesso público organizados para a prática de atividades desportivas, constituídos por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviços anexos e complementares.

Os equipamentos desportivos podendo ser organizados em:

- Instalações desportivas de base (que constituem o nível básico da rede de instalações para o desporto, agrupando-se em recreativas e formativas),
- Instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares,
- Instalações especiais para o espetáculo desportivo."

Os equipamentos de base subdividem-se em recreativos e formativos.

Os de base recreativa destinam-se a atividades desportivas com carácter informal, ou que não estão sujeitos a regras permanentes no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer ativo.

Os de base formativa estão vocacionados para a educação desportiva de base e para as atividades introdutórias que garantam o acesso a níveis de atividade desportiva especializada, com características de polivalência e adaptabilidade, no âmbito do ensino e das atividades de formação desenvolvidas no quadro do associativismo desportivo.

As Instalações Desportivas de Base Recreativa são instalações que se destinam a atividades desportivas com carácter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes, no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer ativo.

Os equipamentos especializados são concebidos e organizados para atividades desportivas monodisciplinares, em resultado, da sua específica adaptação para a prática da correspondente modalidade (ex.: campos de tiro, campos de golf, ténis, etc).

As instalações desportivas especiais para o espetáculo estão vocacionadas para a realização de manifestações desportivas integrando a componente espetáculo (ex.: estádios, hipódromos, Kartodromos, etc.)

No que respeita à cobertura espacial dos equipamentos desportivos, podemos constatar na tabela seguinte, que os diversos equipamentos (essencialmente de base recreativa e formativa) se encontram distribuídos pelas quatro freguesias do concelho.

T. 44 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Tipologia		Figueiró Vinhos Bairradas	Aguda	Arega	Campelo
Grandes Campos de Jogos	Campo de Futebol	1	0	0	0
Pequenos Campos de Jogos	Polidesportivos e Ringues	2	0	0	2
	Mini Campo Relvado	1	0	0	0
	Court de Tenis	1	0	0	0
Pavilhões e Salas Desportivas	Pavilhões Gimnodesportivos	4	1	1	1
Piscina	Piscina coberta	1	0	0	0
	Piscina descoberta	0	1	1	1
	Praia Fluvial	1	1	1	0
Parque do Vale da Pipa		1	0	0	0
Instalações Especializadas		1	0	0	0
Instalações de Espetáculo Desportivo		2	0	0	0
	TOTAL	**17**	**3**	**3**	**4**

Fonte: Carta Desportiva – 2009 (adaptado e atualizado)

Destacamos, neste âmbito, a Piscina Municipal (coberta) que garante a realização de variadas atividades desportivas, nomeadamente a natação, a hidroginástica, entre outras, destinadas a diferentes públicos e faixas etárias. Refira-se também a existência de protocolos de utilização deste espaço, por entidades públicas e privadas (Agrupamento de Escolas, Santa Casa da Misericórdia, entre outras), que contribuem não só para a dinamização deste espaço mas também para incrementarem a sua própria oferta, em termos de diversidade de serviços.

Apesar de se verificar que as Freguesias estão equipadas com um conjunto interessante de equipamentos desportivos, tal não se traduz num aproveitamento ideal por parte da comunidade e das associações representativas de cada Freguesia que neles poderiam dinamizar mais atividades, implementando uma outra dinâmica nos seus territórios.

Se é certo que os custos de utilização e manutenção deste tipo de equipamentos são por si só elevados, a sua não utilização e rentabilização, acarretarão, no curto prazo, custos ainda mais elevados, levando ao seu abandono e degradação.

13.6 – PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

- Piscina Municipal de Figueiró dos Vinhos,
- Campo de Ténis de Figueiró dos Vinhos,
- Pavilhão Gimnodesportivo de Figueiró dos Vinhos,
- Polidesportivo de Aguda (coberto),
- Polidesportivo de Arega (coberto),
- Polidesportivo de Bairradas (coberto),
- Polidesportivo de Campelo (descoberto),
- Polidesportivo de Alge (descoberto),
- Polidesportivo de Aldeia Ana de Avis (descoberto),
- Centro Hípico de Figueiró dos Vinhos,
- Pavilhão da Escola Secundária (coberto),
- Pavilhão da Escola José Malhoa (coberto),
- Estádio Municipal Afonso Lacerda,
- Parque do Vale da Pipa,
- Minicampo de Futebol de Figueiró dos Vinhos,
- Parque Radical de Figueiró dos Vinhos,
- Pista de Pesca do Poeiro.

13.7 – DESPORTO: PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESPORTIVAS

- Passeio de Carros Antigos,
- Torneios de Natação,
- Futebol,
- Pesca,
- Xadrez.

13.8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacámos nesta área o importante contributo disponibilizado pelas diversas instituições da sociedade civil, onde se integra um conjunto vasto de associações e coletividades existentes no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Estes parceiros do Município têm desenvolvido um trabalho meritório nos seus domínios de atuação, emprestando os seus dirigentes e associados, à comunidade em geral, um importante e assinalável serviço público, nos domínios do desporto, do recreio,

da cultura, do lazer, que se traduz de uma forma direta no aumento da qualidade de vida dos cidadãos em geral, independentemente da faixa etária em que se integrem.

O esforço, o entusiasmo e a dedicação disponibilizados sem outra contrapartida que não a de servir, tem reforçado o espírito de solidariedade e de bairrismo, ingredientes indispensáveis a uma sociedade que se deseja cada vez mais feliz e realizada.

A Autarquia tem procurado, de acordo com as suas disponibilidades financeiras, complementar o trabalho associativo, quer através do orçamento municipal, quer através de um forte apoio logístico que pode disponibilizar no âmbito das suas atribuições e competências.

Naturalmente, que esta filosofia de atuação é alicerçada em critérios de exigência e de rigor, assente na necessidade seletiva de premiar, reconhecer e motivar os projetos, as ações e o trabalho continuado de todos aqueles movimentos associativos que cumprem os seus objetivos e planos de atividade, havendo consciência de que existe trabalho a fazer sobretudo ao nível da mobilização e sensibilização junto de algumas entidades que estando legalizadas e ativas, poderão melhorar e aperfeiçoar a sua forma de atuação, interiorizando uma maior ambição no que diz respeito ao seu funcionamento.

Independentemente dessa circunstância, que não pode nem deve ser omissa no âmbito deste trabalho, genericamente Figueiró dos Vinhos possui um Associativismo de qualidade, forte, vivo, pujante e consolidado que oferece perspetivas na continuidade de realizações, eventos e acontecimentos futuros que contribuam para projetar o concelho.

14 - TURISMO, CULTURA e GASTRONOMIA

14.1 – ANÁLISE SWOT DO TURISMO, CULTURA E GASTRONOMIA

FORÇAS

- Recursos naturais e paisagísticos, Património arquitetónico (histórico e religioso);
- Diversidade de espaços de lazer (Praias fluviais, Parque Campismo, Viveiro das Trutas, Jardim Municipal, Fragas de S. Simão, Prudência, Alge e Foz de Alge);
- Recursos cinegéticos/Turismo cinegético;
- Valorização do Turismo da Natureza (percursos pedestres, vias de escalada);
- Parceria com a Quercus - Viveiro das trutas de Campelo;
- Incremento da oferta e da qualidade das atividades culturais;
- Associativismo;
- Casal de S. Simão - Projeto das Aldeia do Xisto;
- Doçaria Conventual;
- Potencialidade para o desenvolvimento da gastronomia pela abundância de peixe do rio;
- Pesca desportiva;
- Aposta na promoção turística do Concelho;
- Redes sociais do Município;
- Diversidade de espaços culturais de referência;
- Atividades culturais de relevo de realização anual: Carnaval, Feira da Doçaria Conventual, S. João, Festas da Feira de S. Pantaleão, Feira das Velharias, Exposições, Natal;
- Oferta cultural local produzida pelos Jograis e Trovadores, Coro de S. João Batista, Universidade Sénior, Filarmónica Figueiroense, Orquestra Consequência, Terractividade;
- Boas acessibilidades externas (IC3, IC8, A13);
- Reconhecimento político da importância do turismo para a base económica local.

FRAQUEZAS

- Unidades de Alojamento com pouca capacidade (unidades com poucos quartos);
- Oferta de atividades/espaços de entretenimento (crianças, adultos, idosos/as) e de animação noturna;
- Adesão da comunidade a atividades culturais;
- Conservação e manutenção onerosa de equipamentos culturais;
- Pouca diversidade de produtos endógenos de referência;
- Perda da tradição da produção de trutas;
- Diminuição da oferta e consequente qualidade de restaurantes;
- Descaracterização da paisagem;
- Envelhecimento populacional e fraca capacidade de rejuvenescimento da população;
- Sazonalidade turística;
- Reconhecimento da importância económica do turismo por parte dos privados.

OPORTUNIDADES

- Portugal 2020: Passadiço do Casal de S. Simão; Projeto da Sonuma; ALJIA; Geminações;
- Grande Rota do Zêzere;
- Afluxo crescente de turistas para a vertente de Turismo de Natureza;
- Complementaridade com a oferta turística de outros concelhos ex.: Praia das Rocas (projeto âncora para o Turismo que, por arrastamento, poderá permitir a criação de circuitos turísticos, potenciando o alojamento, comércio, venda de produtos endógenos, gastronomia e a projeção do concelho);
- Valorização da Ribeira de Alge e zona envolvente;
- Aumento do número de turistas nacionais na época alta e baixa;
- Valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento turístico, diversificação da economia regional e dinamização da base económica local;
- Dinamização do Centro Hípico;
- Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e integração no Turismo do Centro de Portugal;
- CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;
- Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento;
- Sistema de Incentivo ao Microcrédito (SIM);
- Centro Investe;
- Aumento da visita de Grupos organizados;
- Aumento do investimento turístico por parte dos privados.

AMEAÇAS

- Diminuição dos rendimentos e das poupanças das famílias;
- Perda de qualidade diferenciadora nos restaurantes locais;
- Incêndios;
- Aumento da oferta turística e cultural diferenciadora nos municípios limítrofes.

14.2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

- Pouco investimento e iniciativas no setor privado do turismo;
- Falta de adesão da comunidade a atividades culturais;
- Conservação e manutenção onerosa de equipamentos culturais;
- Pouca diversidade de produtos endógenos de referência;
- Perda da tradição da produção de trutas.

14.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

O Setor do Turismo constitui atualmente uma alavanca essencial no sentido de potenciar um desenvolvimento económico e social integrado numa estratégia global presente e futura, podendo constatar-se o impacto que tem demonstrado no que concerne à dinamização de atividades económicas tradicionais e ao mesmo tempo permitindo a valorização de especificidades culturais locais, que naturalmente propiciam oportunidades de ocupação pelos mais jovens e também por essa razão contribuir para a estagnação do êxodo rural a que os territórios com as características do concelho de Figueiró dos Vinhos têm vindo a assistir.

Consciente desse desiderato, a Autarquia tem vindo a promover e a valorizar esse objetivo estratégico, tendo sido recentemente aprovados um conjunto de projetos cujo financiamento se encontra assegurado pelos fundos comunitários direcionados para esta área em concreto, importando referenciá-los neste trabalho, ilustrando a importância que terão no futuro próximo nas vertentes que abrangem:

- Restauro da Igreja Matriz, projeto que engloba a matriz do turismo cultural e religioso, criação de um roteiro turístico urbano – "Uma volta à Vila à volta dos 4 artístas", entre outros.

- O projeto transnacional Fish Trail, com o objetivo de reforçar a competitividade da pesca lúdica no turismo transnacional e contribuir para a melhoria, utilização e proteção do meio ambiente natural e cultural.

- Região de Leiria – Rede Cultural, que incide também na vertente do turismo cultural através da ligação a outros municípios com especificidades análogas à do nosso concelho que importa potenciar numa lógica intermunicipal promovida pela respetiva Comunidade intermunicipal que integramos (CIMRL).

- Projeto do reforço da atratividade Turística de Figueiró dos Vinhos – Rede Wi-Fi, que contou com o apoio e reconhecimento do Turismo de Portugal, proporcionando o natural aproveitamento e rentabilização das novas e cada vez mais evoluídas tecnologias ao serviço da ação promocional do concelho em termos da informação e da divulgação. Este Projeto contou também com a parceria, adesão e integração da Comunidade Intermunicipal que tem por objetivo oferecer de forma integrada os produtos turísticos da região de Leiria.

- Finalmente, destacar a importância decisiva para o desenvolvimento deste setor no concelho de Figueiró dos Vinhos objeto de recente aprovação e financiamento que o tornará uma realidade e que respeita à adaptação do Posto aquícola de Campelo para criação experimental de trutas assilvestradas, a que nos referiremos de forma mais detalhada nas considerações finais deste Capitulo, pela importância que assume em termos do que constituirá a notoriedade e visibilidade que trará ao concelho e à região uma vez implementado.

Possível alavanca para o desenvolvimento local de muitas zonas rurais, o Turismo constitui assim um setor em plena expansão, que permite dinamizar atividades económicas tradicionais e valorizar as especificidades culturais locais, proporcionando oportunidades de emprego aos jovens e contribuindo para travar o êxodo rural.

O concelho de Figueiró dos Vinhos reúne um conjunto de características ao nível da paisagem que apresenta, das belezas naturais que ostenta, dos recursos naturais de que dispõe, da luminosidade que apresenta e de um conjunto de equipamentos sociais e de lazer que potenciam a atividade turística, e por essa via o usufruto de uma qualidade de vida cada vez mais procurada.

A valorização de espaços verdes e ribeiras outrora subaproveitadas, em espaços de lazer e praias fluviais, a dotação do concelho de infraestruturas de apoio ao turismo tais como Piscina, Biblioteca Municipal, Casa da Cultura, "Casulo", Museu e Centro de Artes, Museu do Xadrez (único no País), etc., tem contribuído não só para uma oferta mais diversificada de alternativas, como também para uma melhor fruição de espaços e paisagens, capazes de atrair um maior número de turistas e visitantes.

Neste contexto, torna-se importante promover todo um potencial de que este território dispõe e que no futuro poderá funcionar como polo de atração por parte de todos quantos buscam a tranquilidade e o descanso de modo a escapar à vida agitada que os tempos modernos impõem.

Sendo certo que existe hoje uma nova cultura ambiental alicerçada na necessidade de defesa e preservação do meio ambiente e do património arquitetónico, artístico e cultural, importará delinear uma estratégia e uma política de desenvolvimento sustentado, que em definitivo consolide a convicção de que o turismo poderá contribuir para o progresso global do concelho.

Numa outra vertente da oferta turística, a implementação do parque de Campismo em Foz de Alge, no ano de 2004, criou as necessárias condições a um segmento de mercado diferente, assente naqueles que optam por um contacto mais direto com a natureza. Este equipamento tem vindo a contribuir para catapultar, desenvolver e dinamizar a própria comunidade local beneficiando os respetivos agentes locais, que passaram a encontrar um conjunto de novas oportunidades até aí inexistentes.

A Aldeia Tradicional do Casal de S. Simão, inserida na rede das Aldeias do Xisto, tem vindo a preservar a sua arquitetura original, sendo bem visíveis as marcas da ruralidade. Estão por isso criadas as condições para potenciar o turismo na região, desenvolvendo unidades de turismo de aldeia num local que se apresenta renovado, constituindo um excelente exemplo de reabilitação de um património que é de todos.

Na localidade encontramos um restaurante onde o visitante/turista poderá deliciar-se com a boa gastronomia regional e onde também pode adquirir um produto local ou um dos símbolos da Rede das Aldeias do Xisto, na Loja Aldeias do Xisto, espaço de venda de produtos regionais e locais de qualidade.

No âmbito do Programa das Aldeias do Xisto, foi criado um percurso pedestre (PR1FVN), com o objetivo de contribuir para a promoção do Turismo de Natureza, no concelho de Figueiró dos Vinhos e divulgar o valioso património natural, paisagístico e cultural desta região que, cada vez mais, se tem vindo a assumir como um ponto de atração turística da Região Centro.

Aliás, constata-se que um conjunto de operadores turísticos atentos que estão a esta nova realidade, incluem já no seu pacote de oferta turística estes percursos, contribuindo também dessa forma para projetar as Aldeias de Xisto e o concelho de Figueiró dos Vinhos em particular, no País e no Estrangeiro.

Tendo ainda em vista o reforço da oferta, a ADXTUR promoveu em conjunto com os parceiros do território a "Grande Rota do Zêzere", tendo criado uma Grande Rota, modular, com um percurso de cerca de 400 Km, ao longo do Rio Zêzere, e que tem como cariz de intervenção a utilização dos recursos existentes e o envolvimento dos agentes privados.

Finalmente, e tendo merecido natural destaque a referência que vimos fazendo à importância que assumem as Aldeias de Xisto no contexto que agora tratamos, importará ainda destacar a aprovação por parte do Turismo de Portugal da candidatura apresentada pelo Município precisamente tendo por objetivo a valorização turística do Casal de S. Simão, projeto este de forte impacto para o concelho e que se traduz simplificadamente na construção de um passadiço que ligará três pontos de interesse: a Aldeia do Casal de São Simão, o Miradouro das Fragas de S. Simão e a praia fluvial, local este que importava também reabilitar e requalificar.

Este empreendimento, pela natureza que concerne poderá por si só, atrair uma quantidade muito significativa de turistas e visitantes que não deixarão de contribuir para o reforço da economia local e para posteriormente contribuírem para a promoção das nossas belezas naturais e paisagísticas a que já tivemos oportunidade de nos referir.

Em curso e neste âmbito a Autarquia apresentou ainda uma candidatura que incidirá no apoio justificado à renovação de Aldeias que aguarda decisão por parte das Entidades que apreciam a pertinência deste tipo de projetos, no caso em apreço no âmbito do PDR 2020.

14.4 - PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO NO CONCELHO

T. 45 – Pontos de Interesse Turístico do Concelho de Figueiró dos Vinhos

Históricos/Religiosos	Lazer
Circuito do Centro Histórico: - Igreja Matriz – Monumento Nacional séc. XV (Figueiró dos Vinhos), - Casulo de Malhoa – imóvel de interesse Concelhio séc. XIX (Figueiró dos Vinhos), - Torre da Cadeia – Imóvel de interesse público séc. XVI (Figueiró dos Vinhos), - Cruz de Ferro, séc. XIX (Figueiró dos Vinhos), - Fonte das Freiras (Figueiró dos Vinhos) séc. XVII, - Convento do Carmo – Património de Interesse Público séc. XVI (Figueiró dos Vinhos), - Fonte de Guimarães e Fonte dos Amores (Figueiró dos Vinhos), **Outros:** - Capela de Madre de Deus (Figueiró dos Vinhos), - Ruínas da Antiga Fábrica do Ferro na Foz d'Alge séc. XVII (Arega), - Ermida de S. Sebastião (Figueiró dos Vinhos), - Capelinha N.ª Sr.ª da Conceição (Figueiró dos Vinhos), - Pelourinho séc. XVI (Aguda). - Ermida de S.Simão (Sec XVI – Aguda)	- Jardim Municipal (Figueiró dos Vinhos), - Praia Fluvial Aldeia Ana de Avis (Figueiró dos Vinhos), - Miradouro de Madre de Deus (Figueiró dos Vinhos), - Casal de S. Simão (Aguda), - Praia Fluvial das Fragas de S. Simão (Aguda), - Ribeira de Alge (Figueiró dos Vinhos), - Prudência (Bairradas) - Foz de Alge (Arega), - Viveiro de Trutas de Campelo/ Estação aquícola de Campelo (Campelo). - Alge

Fonte: CMFV, 2018

14.5 – ALOJAMENTO

T. 46 – ALOJAMENTO E N.º QUARTOS POR FREGUESIA

Tipo de Alojamento	Freguesia	Capacidade
Casa Amarela- Alojamento Local (AL)	Aguda	1 Suite + 1 quarto duplo
Casa A Lura – Quartos Particulares	Aguda	1 Quarto de casal + 1 quarto duplo + 1 quarto ind.
Quintinha do Casal Ruivo – Casa de Campo	Aguda	5 unidades de alojamento
Bras Curado Center - Alojamento Local	Aguda	2 quartos
Casa da Lomba - Alojamento Local	Aguda	3 quartos
Casa do Pomar - Alojamento Local	Aguda	3 quartos
Casa da Laranjeira - Alojamento Local	Aguda	3 quartos
Casa Branca - Alojamento Local	Aguda	3 quartos
Vivenda Walters-Diaz	Aguda	4 quartos
The Adega Room - Alojamento Local	Arega	1 quarto
Casa do Moinho Novo	Campelo	3 quartos
Cherry Cottage B&B - Alojamento Local	Campelo	3 quartos
Casa da Avó	Alge	2 quartos
Villa Di Luca	Bairradas	2 quartos
Casa da Milhariça - Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	3 Quartos duplos
Alojamento Paris – Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	5 Quartos duplos
Hotel Rota Malhoa 2*	Figueiró dos Vinhos	12 Quartos Duplos Internet
Hotel Rural Solar das Freiras ***	Figueiró dos Vinhos	10 quartos + 1 suite
"Quinta Do Sobral" Casa Brigitte – Casa de Campo (CC)	Figueiró dos Vinhos	2 Quartos
"Quinta do Sobral – O Solar" – Casa de Campo (CC)	Figueiró dos Vinhos	2 Quartos
"Quinta do Sobral – Casa Ouro" – Agroturismo (AG)	Figueiró dos Vinhos	3 quartos
Casa do Moinho - Casa de Campo (CC)	Figueiró dos Vinhos	1 Quarto
"Quinta da Fonte" Turismo em Espaço Rural – Agroturismo (AG)	Figueiró dos Vinhos	2 quartos
Vivenda Festina Lente – Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	1 quarto
Moinho das Fragas – Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	1 quarto
Cova da Eira – Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	2 quartos
Quinta do Cabeço - Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	2 quartos
Quinta de Sº Luís - Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	4 quartos
Casulo - Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	1 quarto
Casa do Olival - Alojamento Local	Figueiró dos Vinhos	3 quartos
Vale das Cúpulas	Figueiró dos Vinhos	DOMUS
Fonte dos Amores	Figueiró dos Vinhos	2 quartos
Quinta da Valada	Figueiró dos Vinhos	4 quartos
Casa da Coutada	Figueiró dos Vinhos	1 quarto
Alojamento Petrus	Figueiró dos Vinhos	1 quarto
Casa da Vila	Figueiró dos Vinhos	2 quartos
Parque de Campismo e Caravanismo de Foz de Alge (***)	Arega	106 campistas, 20 caravanas e autocaravanas

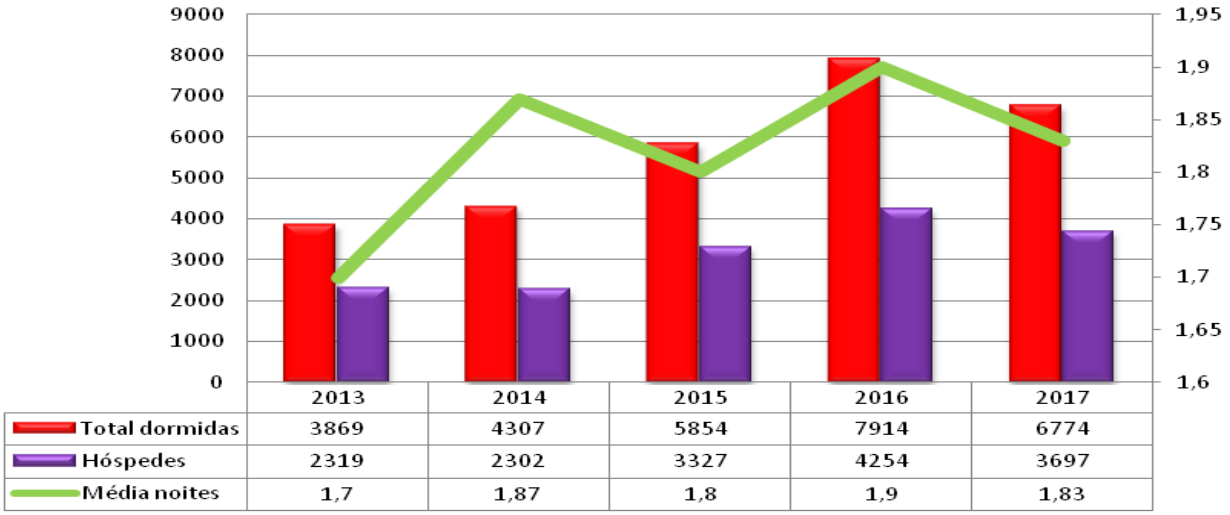
Fonte: CMFV, 2018

Como já foi referido noutro capítulo, o setor do Turismo conheceu, nos últimos anos, um incremento importante, quer através da aposta na construção de uma "marca" associada a Figueiró dos Vinhos assente numa imagem de auto valorização, de preservação e exaltação do que é o concelho, do que o identifica e distingue, quer também através da diversificação da oferta em termos do alojamento disponível.

Neste sentido, foram desenvolvidas várias ações e projetos no âmbito da valorização do bem imaterial figueiroense. A concretização de uma estratégia global de marketing territorial e do reforço da qualificação da oferta turística foi uma dessas ações, que visaram a projeção de Figueiró dos Vinhos como região atrativa turisticamente.

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, desde 2013 que se tem verificado um crescimento expressivo das dormidas e, consequentemente, do número de hóspedes, apenas interrompido em 2017, consequência dos incêndios de junho desse ano que, inevitavelmente, afastaram muitos turistas e visitantes.

G. 155 - Total de Dormidas, hóspedes e média de noites, 2013-2017



Fonte: INE, 2018, adaptado

14.6 – GASTRONOMIA

A Gastronomia do concelho de Figueiró dos Vinhos é outro dos seus cartões-de-visita. Desde a doçaria típica de Figueiró dos Vinhos onde podemos encontrar o Pão-de-Ló, as Castanhas Doces, os Queijinhos Doces e a Seara de Santo António, aos pratos típicos onde destacamos os pratos de peixe do rio (as trutas, achigãs, carpas, enguias, etc.) e nos pratos de carne o Borrego dos Casamentos e o Leitão à Moda de Figueiró.

Anualmente a Câmara Municipal organiza a Feira de Doçaria Conventual, evento onde se reúnem doceiros de todo o país, colocando também a doçaria conventual de Figueiró dos Vinhos na Rota da Doçaria Conventual Nacional.

Com este evento pretende-se não só preservar as receitas conventuais, mas também o património cultural e gastronómico e a dinamização e promoção do Convento do Carmo, importante monumento religioso e arquitetónico do concelho.

Um pouco por todo o concelho ainda que com uma distribuição assimétrica, podemos também encontrar vários espaços ligados ao setor da restauração, predominando os restaurantes e cafés principalmente na freguesia de Figueiró dos Vinhos, a que apresenta maior densidade populacional.

T. 47 - Distribuição dos Equipamentos de Restauração e similares, por freguesia

	Aguda	Arega	Campelo	F. Vinhos/ Bairradas	Total
Restaurantes	2	1	1	6	14
Cafés/Pastelarias e similares	5	3	0	26	34
Bares	0	0	0	3	3
Estabelecimentos mistos (café-mercearia, mistos)	8	5	1	6	20
Total	**15**	**9**	**2**	**41**	**71**

Fonte: Centro Investe - Município de Figueiró dos Vinhos, Dezembro 2018

14.7 - CULTURA

No que à Cultura diz respeito, o município de Figueiró dos Vinhos encontra-se dotado de um conjunto de equipamentos culturais, que imprimem um relevante dinamismo neste domínio, no concelho. Os equipamentos culturais encontram-se concentrados

sobretudo na freguesia sede de concelho e deles destacamos Museu e Centro de Artes, o Casulo, o Museu do Xadrez, a Casa da Cultura[118], espaço utilizado para espetáculos musicais, peças de teatro, entre outros.

Importa destacar neste domínio a existência de um Património Artístico e Cultural que representa uma importante herança do nosso passado coletivo, fazendo dele parte bens imóveis devendo destacar-se a Igreja Matriz classificada de monumento nacional, a Torre da Cadeia, o Casulo de Malhoa, o Convento de Nossa Senhora do Carmo, a Cruz de Ferro, a Torre Comarcã, a Fonte das Freiras, as ruínas das Antigas ferrarias de Foz de Alge e o Pelourinho de Aguda.

Todos estes bens integram a riqueza cultural do concelho, que pelo seu valor próprio, são considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura do Povo, sendo constante o esforço por parte das entidades públicas no sentido de o preservar de modo a transmitir todo esse legado às gerações vindouras.

A Autarquia atenta à realidade cultural tem vindo a empreender um conjunto de ações de divulgação do património artístico, promovendo iniciativas e exposições diversas no âmbito da pintura, escultura, fotografia, cerâmica, etc.

Finalmente, importa sublinhar o importante papel que algumas associações do concelho vocacionadas para a área cultural têm vindo a protagonizar, dinamizando um conjunto de atividades na área do teatro, da etnografia, na recuperação de algumas tradições, usos e costumes do concelho, envolvendo a Comunidade Figueiroense.

14.8 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS

T. 48 – EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Tipo de Equipamento	Freguesia
Museu e Centro de Artes/Turismo	Figueiró dos Vinhos
Museu do Xadrez	Figueiró dos Vinhos
Clube Figueiroense/Casa da Cultura,	Figueiró dos Vinhos
Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio),	Figueiró dos Vinhos
Casulo de Malhoa	Figueiró dos Vinhos
Casa Museu Rego de Vasconcelos	Aguda

Fonte: Município de Figueiró dos Vinhos

14.9 - ACTIVIDADES CULTURAIS

- Teatro (espetáculos ocasionais),
- Conferências (várias),
- Exposições (pintura, escultura, fotografia, desenho, B.D.),
- Espetáculos Musicais.

[118] Com mais de um século de existência enquanto espaço de confraternização e de preservação de algumas manifestações concelhias, o Clube Figueiroense – Casa da Cultura é o espaço cultural por excelência de Figueiró dos Vinhos, guardando a memória de ter registado entre os seus fundadores nomes sonantes, que sendo naturais ou residentes em Figueiró, deram o seu contributo ao desenvolvimento da cultura portuguesa. O Clube Figueiroense dispõe de um auditório com lotação aproximadamente de 175 lugares, podendo ser utilizado para sala de conferências, sala de teatro e como palco para a realização de espetáculos musicais. O Clube dispõe ainda de uma sala polivalente podendo ser utilizada para exposições de pintura, escultura, fotografia, desenho, banda desenhada e artesanato.

14.10 - EFEMÉRIDES

Festa de S. João (Junho – feriado do concelho)

Feira Anual de S. Pantaleão (Julho)

- Comemorações do Carnaval,
- Comemorações do 25 de Abril,
- Dia da Árvore,
- Dia Mundial do Teatro,
- Dia Mundial da Criança,
- Dia Internacional dos Museus,
- Aniversário do Museu do Xadrez.
- Dia Internacional dos Monumentos e Sítios;

14.11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurámos neste capítulo deixar um retrato do potencial turístico de que o concelho dispõe e que cada vez mais deve ser encarado como uma alavanca do desenvolvimento económico que se prossegue em termos globais.

A este propósito destacámos os pontos de interesse turístico da vila e do concelho, da Gastronomia local que tem o Pão-de-Ló como referência obrigatória, assim como das condições naturais e paisagísticas, que numa época remota atraíram a esta terra José Malhoa e Manuel Henrique Pinto, que aqui encontraram a luminosidade ideal e o ambiente propício para se estabelecer e desenvolver uma parte importante da sua grandiosa obra artística.

Tivemos oportunidade de destacar as Praias Fluviais, os espaços de lazer, um conjunto de infraestruturas que permitem desfrutar de uma qualidade de vida cada vez mais procurada e desejada. Atualmente, dois projetos poderão afirmar-se como fundamentais no desenvolver destas potencialidades: Projeto ALJIA e o Projeto associado à Igreja Matriz.

Referimos a Aldeia de Xisto do Casal de S. Simão como um bom exemplo de afirmação da nossa ruralidade e beleza.

Como referimos no início deste Capitulo importa referir com particular ênfase a aprovação da candidatura apresentada pelo Município de Figueiró dos Vinhos ao MAR2020, que se refere ao projeto para a Reabilitação do Posto Aquícola de Campelo que constituirá uma enorme passo no âmbito do desenvolvimento sustentável para Figueiró dos Vinhos.

O mérito da candidatura “CRER - Adaptação do Posto Aquícola de Campelo para criação Experimental de Trutas Assilvestradas, é revelador de um investimento que ultrapassará um milhão de euros e acima de tudo permitirá oferecer um uso eficiente e atrativo ao espaço, centrado na criação de trutas assilvestradas, mas com óbvios impactos no turismo, captação de visitantes, na pesca desportivo, entre outras vertentes que se enquadram nessa estratégia mais global que tem vindo nos últimos cinco anos a ser desenvolvida e prosseguida no âmbito do Plano de Gestão Integrada da Ribeira de Alge (ALJIA).

Este investimento está ainda relacionado com adaptação e modernização do Posto Aquícola de Campelo associado à constituição de um Centro de Reabilitação de Ecossistemas ribeirinhos.

Toda esta operação foi delineada para um horizonte temporal de três anos, com um plano de trabalhos que prevê a execução de quatro ações principais, nomeadamente adaptação e modernização do posto, desenvolvimento do programa de criação experimental de trutas assilvestradas, projeto-piloto de repovoamento da Ribeira de Alge com trutas assilvestradas e finalmente a sensibilização ambiental, divulgação dos resultados e transferência de conhecimentos obtidos no projeto.

Desejamos por estas razões e por outras que poderiam ainda ser aduzidas e que foram desenvolvidas anteriormente, expressar a convicção de que o turismo se apresenta cada vez mais como a indústria do presente e do futuro, havendo necessidade também nesta vertente económica, da conjugação de esforços e vontades a nível local, regional e nacional, que envolva obrigatoriamente a iniciativa privada que aqui pode encontrar boas razões para investir nomeadamente no segmento da hotelaria e alojamento, beneficiando da centralidade do concelho no contexto da Região Centro, das condições impares que possui e do povo generoso e acolhedor que aqui pode encontrar.

Numa só palavra todos podem contribuir para a materialização de uma política de desenvolvimento sustentável geradora de riqueza e de emprego, potenciada que seja esta importante vertente.

Contudo, temos de referir a inexistência de dados estatísticos reais que permitam traçar o perfil de quem nos visita e quem por cá pernoita. No entanto, podemos afirmar:

- O turismo balnear associado às Praias Fluviais tem expressividade, embora a época balnear seja curta;
- O Turismo Cultural, apresentando como argumentos principais o Museu e Centro de Artes, o Casulo de Malhoa e o Museu do Xadrez, que apresentam um potencial de atração de visitantes;
- A aldeia do Casal de S. Simão é o principal ponto de atração de visitantes ao longo do ano, sendo necessário cativar esses visitantes para conhecerem Figueiró dos Vinhos;
- Existência de pouca iniciativa no setor do turismo ativo.

Relativamente à cultura tivemos oportunidade de destacar um conjunto de equipamentos de que a sede do concelho dispõe e que se têm afirmado pela sua modernidade e atualização como infraestruturas adequadas ao desenvolvimento de um conjunto de atividades de âmbito cultural que têm vindo a ser prosseguidas.

A Autarquia continua a apostar nesta área promovendo os usos, os costumes e as tradições do concelho de Figueiró dos Vinhos, apoiando de acordo com as suas disponibilidades financeiras o associativismo que se tem revelado um parceiro fundamental na estratégia delineada para este setor.

Nesta linha de atuação, referenciámos as manifestações de índole cultural que ocorrem de forma periódica no concelho, as efemérides e os acontecimentos mais relevantes que integram a agenda cultural promovida e desenvolvida pela Câmara Municipal.

Refira-se por último que no âmbito da transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo, foi publicado em 28 de Novembro de 2018, o Decreto-Lei nº. 99/2018, Diploma Legal este que mereceu da parte dos Órgãos Autárquicos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos) a respetiva anuência, isto é, o acordo unânime dos autarcas do Município de Figueiró dos Vinhos, tendo em vista dotar a CIMRL destas novas competências que poderão numa lógica de escala e de espírito de entreajuda intermunicipal, contribuir para uma maior facilidade de acesso a futuros programas, projetos e candidaturas aos fundos nacionais e europeus, que possam por esta via também incidir no nosso território, cada vez mais vocacionado, como temos vindo a afirmar, para desenvolver esta importante vertente económica.

15 – SEGURANÇA

15.1 – ANÁLISE SWOT DA SEGURANÇA

FORÇAS	FRAQUEZAS
- GNR e GIPS; - Tribunal Judicial; - Gabinete de Apoio ao Jovem (GAJ); - Direção Geral de Reinserção Social (DGRS) – Equipa do Baixo Mondego 2; - Serviço Local da Segurança Social; - CPCJ; - Serviço Municipal de Proteção Civil; - Conselho Municipal de Segurança; - Comissão Municipal de Proteção Civil.	- Desemprego; - Baixos rendimentos das famílias; - Alcoolismo; - Violência doméstica; - Predominância da ocorrência de furtos; - Aumento dos crimes contra as pessoas (maus tratos e integridade física); - Toxicodependência; - Condução sob o efeito do álcool e sem habilitação.
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
- Medidas de reestruturação das Forças de Segurança implementadas pelo governo; - Julgados de Paz; - Serviços de mediação familiar e laboral.	- Crise económica e social; - Reduzido número de efetivos na GNR que permitam assegurar/reforçar a segurança (tendência geral do país).

15.2 - SEGURANÇA - PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Furtos a residências e estabelecimentos;
- Crimes contra as pessoas (maus tratos, integridade física e condução sobre efeito do álcool);
- Consumo de álcool e droga.

15.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio do direito fundamental à segurança, salvaguardando a liberdade individual como um princípio básico da cidadania e, por essa via, promotor da coesão social.

De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisas pela Paz de Estocolmo[119], Portugal viria a ser considerado, em 2018, o 4º pais mais seguro do mundo, de um total 163 países avaliados.

Não podemos dizer que não existe criminalidade, porém, os crimes violentos são mínimos e o investimento em prevenção é uma das razões para que Portugal seja tão seguro.

Podemos considerar Figueiró dos Vinhos um concelho tranquilo, onde os seus habitantes beneficiam de um bom nível de qualidade de vida e também de segurança.

A prevenção das situações de risco existentes nas sociedades modernas assume-se assim como um vetor fundamental, enquanto meio para evitar ou minorar algumas das problemáticas acima identificadas e que podem provir ou culminar em situações de pobreza, exclusão social e/ou marginalidade.

[119] A revista The Economist em parceria com a Universidade de Sydney, Austrália; Universidade de Londres, Reino Unido; e com a Universidade de Uppsala e o Instituto Internacional de Pesquisas pela Paz de Estocolmo, ambos na Suécia; criaram o Índice Global da Paz para analisar a nível global os esforços pela paz, tanto de caráter interno como externo. O relatório que cobre cerca de 99,7% da população mundial, inclui indicadores como a: segurança pública, violência policial, taxa de homicídios, justiça social, terrorismo, participação em conflitos, grau de militarização e gastos com armas.

15.4 – GNR DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

A manutenção da segurança e ordem pública e a proteção e defesa da propriedade pública e particular, bem como a ação reguladora e de controlo do trânsito, é assegurada, nas áreas rurais e nos aglomerados com menos de 10000 habitantes, pela Guarda Nacional Republicana - GNR.

O concelho de Figueiró dos Vinhos é servido pelo Posto local da GNR (dependente funcionalmente do Destacamento de Pombal) e tem uma irradiação extensiva a todo o território concelhio.

A GNR de Figueiró dos Vinhos conta atualmente com 22 efetivos e está equipada com 1 viatura todo o terreno, 1 ligeiros e um motociclo.

15.5 - CRIMINALIDADE

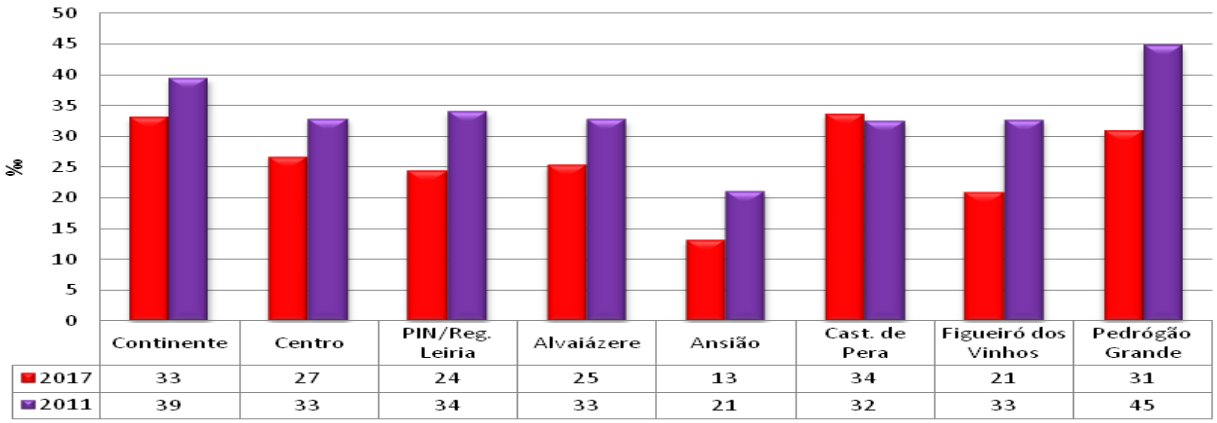
Fazendo referência aos dados estatísticos disponíveis nesta área, podemos verificar no gráfico seguinte que, a taxa de criminalidade tem decrescido nos últimos anos, que a nível nacional, quer regional e mesmo na maioria dos concelhos do norte do Distrito de Leiria.

Em 2017, a taxa de criminalidade atingiu os nos 33‰ a nível nacional. A região centro e a região de Leiria apresentaram ainda melhores resultados com 27‰ e 24‰, respetivamente, valores bastante abaixo dos registados em 2011.

Nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, apenas Castanheira de Pera apresentava em 2017 uma taxa de criminalidade superior à média nacional (no valor de 34‰) e mesmo superior à registada em 2011 (32‰). Nos restantes, salienta-se a melhoria considerável dos resultados relativamente a 2011, com especial destaque para o concelho de Ansião, que registou, em 2017, a taxa de criminalidade mais baixa dos 5 (13‰), apesar de ser o concelho com mais população.

O concelho de Figueiró dos Vinhos registou, em 2017, uma taxa de criminalidade total de 21‰, valor bastante abaixo do registado a nível nacional, regional e mesmo de 2011 (33‰).

G. 156 - Taxa de Criminalidade Total (‰), 2011-2017



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	33	27	24	25	13	34	21	31
2011	39	33	34	33	21	32	33	45

Fonte: INE, Dados estatísticos.

Para efetuar uma caraterização por tipo de crimes cometidos, importa em primeiro lugar enumera-los:

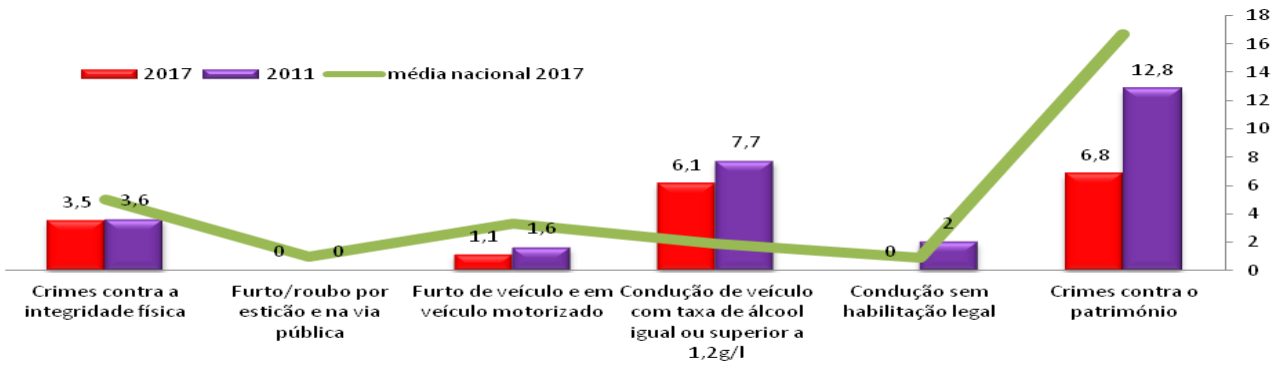
- Crimes contra as pessoas nos quais se incluem os crimes contra a vida (por exemplo os homicídios,…), os crimes contra a integridade física (por exemplo as ofensas à integridade física, a violência domestica,…), os crimes contra a liberdade pessoal (por exemplo o rapto, a ameaça,…) entre outros;

- Crimes contra o património – nos quais se incluem os crimes contra a propriedade (por exemplo os furtos, os roubos,…), entre outros;
- Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal onde se incluem os crimes de descriminação racial, a tortura…, entre outros;
- Crimes contra a vida em sociedade onde se incluem os crimes contra a família (por exemplo a violação da obrigação de alimentos,…), os crimes de falsificação, os crimes de perigo comum (por exemplo o crime de incêndio, o crime de poluição,…), os crimes contra a segurança das comunicações (por exemplo a condução de veiculo com taxa álcool igual ou superior a 1,20 g/l,…), entre outros;
- Crimes contra o estado onde se incluem os crimes contra a autoridade pública (por exemplo a resistência e coação a funcionário, a desobediência,…), entre outros;
- Crimes previstos em legislação avulsa nos quais se incluem os crimes de tráfico de estupefacientes, a fraude fiscal, o abate clandestino, entre muitos outros.

Assim, e utilizando a informação estatística mais recente disponibilizada pelo INE relativamente aos indicadores de crimes mais relevantes, podemos observar no gráfico seguinte a distribuição dos mesmos em 2 períodos distintos, 2011 e 2017, salientando-se, numa primeira análise, a diminuição da incidência em todos eles, no período em análise.

Efetuando uma comparação por tipo de crime, em 2017 continuam a sobressair os crimes contra o património 6,8‰, porém, este foi também o tipo de crime que mais desceu relativamente a 2011, ano em que atingiu os 12,8‰. O crime de condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l continua também a ser o segundo mais registado, tendo atingido, em 2017, os 6,1‰, valor ligeiramente abaixo do registado em 2011. Nos crimes contra a integridade física, verifica-se uma melhoria residual de 3,6‰ para 3,5‰ em 2017. Os restantes apresentaram taxas abaixo dos 1,5‰ em 2017, como foi o caso do furto de veículo e em veículo motorizado (1,1‰), ou não se verificaram (como foi o caso da condução sem habilitação legal e furto/roubo por esticão e na via pública).

G. 157 - Taxa de criminalidade total e por categoria de crime (‰) em Figueiró dos Vinhos, 2011-2017

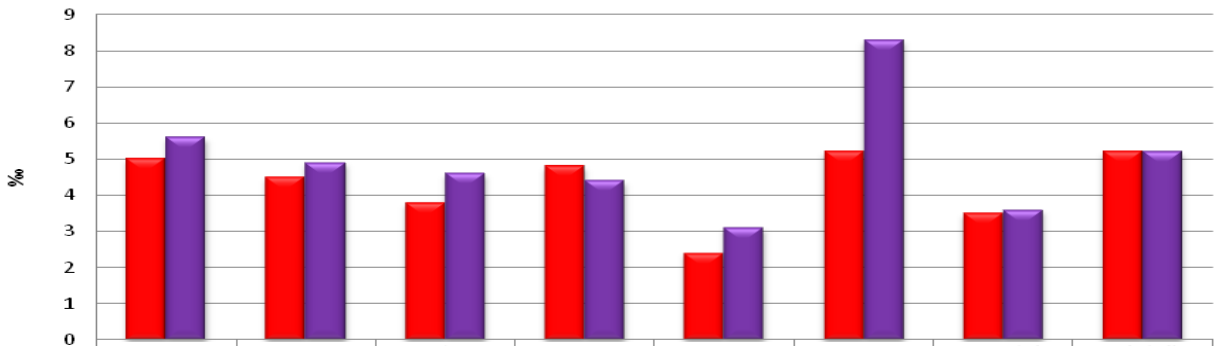


Fonte: INE, Indicadores estatísticos.

Ao efetuarmos uma comparação das duas séries temporais apresentadas por tipologia de crime, relativamente aos crimes contra a integridade fisica, assistimos a uma diminuição destes em todas NUT, ainda que com pouco significado. No Continente, os crimes contra a integridade física atingiram, em 2017, os 5‰. A região centro e a região de Leiria apresentaram, no mesmo período, valores abaixo dos registados a nível nacional, 4,5‰ e 3,8‰, respetivamente e, nos dois casos, também ligeiramente abaixo dos registados em 2011.

A nível concelhio os resultados apresentados são bem mais heterogeneos. Castanheira de Pera regista o maior decrescimo de crimes contra a integridade física, tendo reduzido a sua incidência de 8,3‰ em 2011, para 5,2‰ em 2017, valor igual ao registado no concelho vizinho de Pedrógão Grande (que mantem o valor registado em 2011) e, em ambos os casos, superior à média nacional. Nos concelhos de Ansião e Alvaiázere, observa-se também um decrescimo de incidencia deste tipo de crime no período em análise, que atingiu, em 2017, os 2,4‰ e os 3,5‰, respetivamente, valores abaixo da média nacional e regional. Apenas no concelho de Alvaiázere se registou um aumento da incidência deste tipo de crime, ainda que residual, dos 4,4‰ para os 4,8‰, valores ligeiramente acima do registado nas NUT II e III mas abaixo da média nacional.

G. 158 – Crimes contra a Integridade Física, 2011-2017



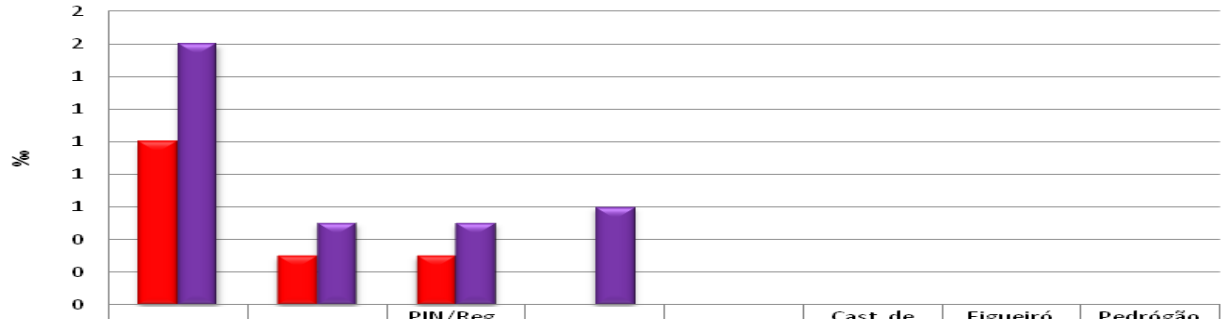
	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	5	4,5	3,8	4,8	2,4	5,2	3,5	5,2
2011	5,6	4,9	4,6	4,4	3,1	8,3	3,6	5,2

Fonte: INE, Indicadores estatísticos.

Quanto aos crimes de furto/roubo por esticão na via pública, estes são os que apresentam menor expressão, quer a nível nacional quer regional e mesmo concelhio. No período em análise assistimos mesmo a uma diminuição residual destes em todas as NUT.

Esta tipologia de crime foi apenas registada no concelho de Alvaiázere em 2011 com uma representavidade de 0,6‰. No ano de 2017, não houve registo deste tipo de crime nos concelhos do norte do distrito de Leiria.

G. 159 - Furto/Roubo por esticão na via pública, 2011-2017



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	1	0,3	0,3	0	0	0	0	0
2011	1,6	0,5	0,5	0,6	0	0	0	0

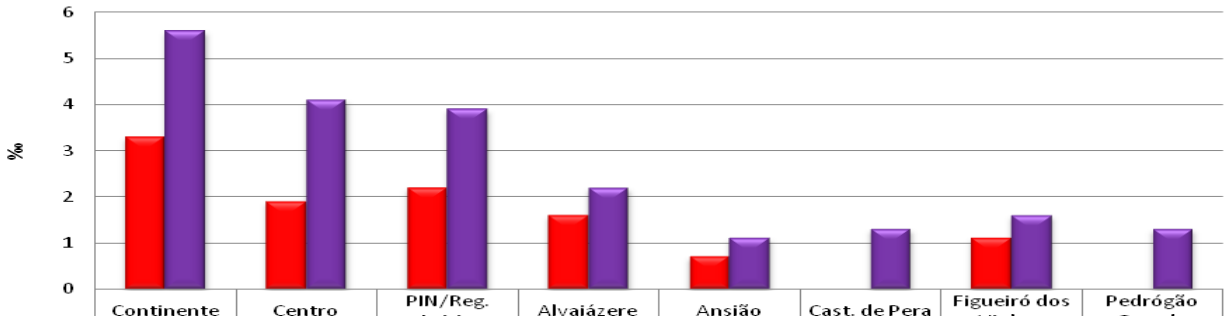
Fonte: INE, Indicadores estatísticos.

O crime de furto de veículo e em veículo motorizado atinge a taxa mais elevada a nível nacional (3,3‰), porém, registou uma diminuição consideravel relativamente ao valor registado em 2011 (de 5,6‰). Nas NUT II e III mantem-se a tendência de decréscimo, atingindo a região centro os 1,9‰ e a região de leiria os 2,2‰, valores abaixo da média nacional.

Relativamente aos concelhos do norte do Distrito de Leiria, a taxa de incidência deste tipo de crime é bastante menor e assiste-se mesmo a um decréscimo em todos eles. O concelho de Alvaiázere é o que apresenta a taxa de incidência mais elevada dos 5

(1,7‰ em 2017), mas ainda assim inferior à media das NUT. Em Castanheira de Pera e Pedrogão Grande não chega a registar-se, em 2017, esta tipologia de crime. Ansião regista um valor residual (0,7‰) e Figueiró dos Vinhos regista, em 2017, 1,1‰, valor ligeiramente abaixo do registado em 2011 e abaixo da média das NUT.

G. 160 - Furto de veículo e em veículo motorizado, 2011-2017

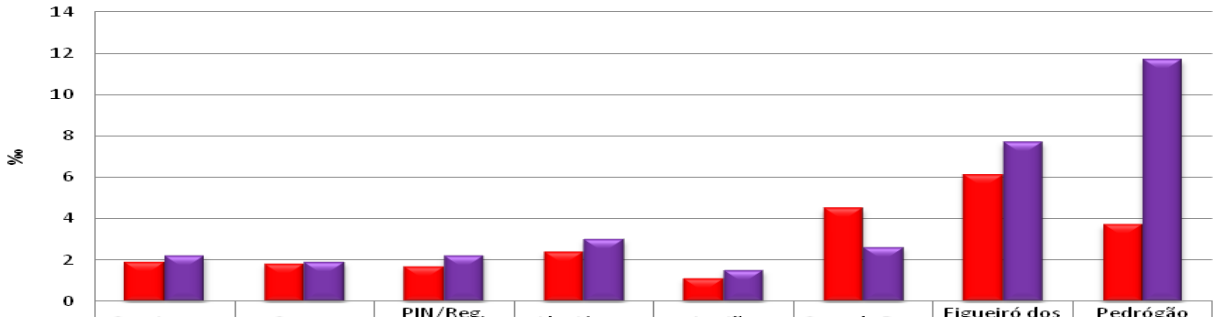


	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	3,3	1,9	2,2	1,6	0,7	0	1,1	0
2011	5,6	4,1	3,9	2,2	1,1	1,3	1,6	1,3

Fonte: INE, Indicadores estatísticos.

A condução de veiculo com taxa de alcoolemia igual ou superior a 1,2g/l, atinge maior expressão nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, onde se registaram valores acima da média nacional (1,9‰), regional (1,8‰) e sub regional 1,7‰). O concelho de Figueiró dos Vinhos foi o que apresentou a taxa mais elevada desta tipologia de crime no ano de 2017, 6,1‰, valor ligeiramente inferior ao registado em 2011. Pedrógão Grande que tinha registado em 2011 a maior incidencia desta tipologia de crime (11,7‰), viria a apresentar em 2017 o decrescimo mais acentuado para 3,7‰. O concelho de Castanheira de Pera foi o único que registou um aumento desta tipologia de crime no período em análise, de 2,6‰ para 4,5‰. Alvaiázere e Ansião são os concelhos com a mais baixa incidência de crimes de condução de veiculo com taxa de alcoolemia igual ou superior a 1,2g/l, valores que reduziram se comparados com os registados em 2011. Ansião foi o único dos 5 concelhos a aprresentar valores inferiores aos registados a nível nacional e regional (1,1‰).

G. 161 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l, 2011-2017



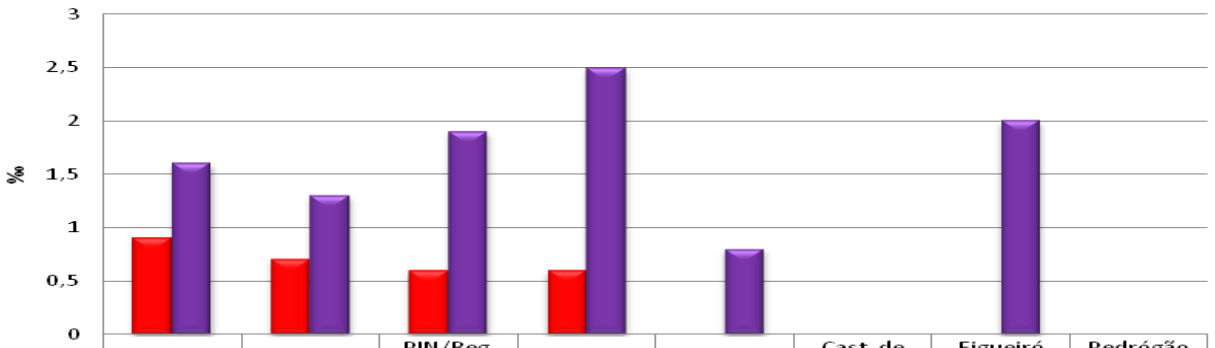
	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	1,9	1,8	1,7	2,4	1,1	4,5	6,1	3,7
2011	2,2	1,9	2,2	3	1,5	2,6	7,7	11,7

Fonte: INE, Indicadores estatísticos.

No que concerne à condução de veículo sem habilitação legal, verificamos a existencia de uma diminuição deste tipo de crime em todas as NUT, no período em análise. Em 2017, o crime de condução de veículo sem habilitação legal era de 0,9‰ a nível nacional. Na região centro e na região de Leiria, os valores registados são ainda mais baixos, atingindo os 0,7‰ e os 0,6‰ respetivamente, no mesmo período.

Nos concelhos em análise, esta tipologia de crime não tem grande expressão, observando-se mesmo, em 2017, uma diminuição da mesma relativamente a 2011, sendo que Castanheira de Pera, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande, não registam, em 2017, crimes nesta tipologia. Apenas Alvaiázere apresenta uma incidência de 0,6‰, valor consideravelmente abaixo do registado em 2011 (2,5‰).

G. 162 - CONDUÇÃO SEM HABILITAÇÃO LEGAL, 2011-2017



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	0,9	0,7	0,6	0,6	0	0	0	0
2011	1,6	1,3	1,9	2,5	0,8	0	2	0

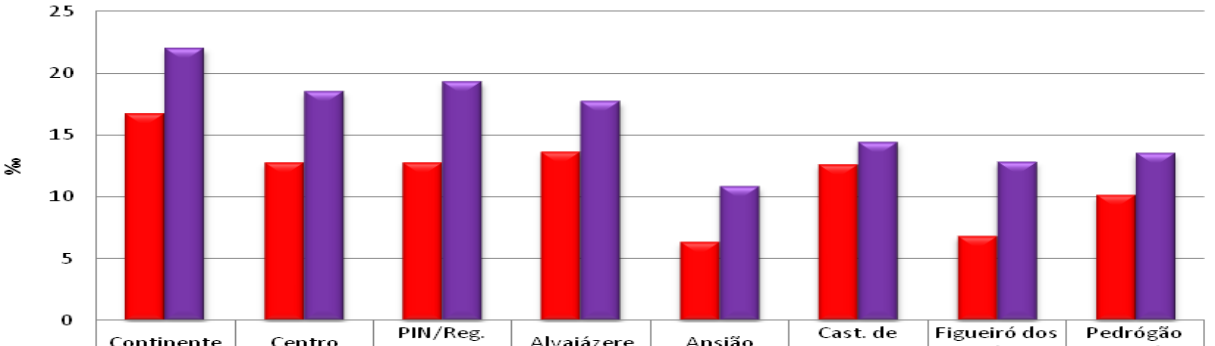
Fonte: INE, Indicadores estatísticos.

Por último, os crimes contra o património (que contemplam por exemplo os crimes de furto e/ou roubo) são os mais representativos em termos da dimensão das taxas que apresentam, em todas as unidades geográficas.

A nível nacional representavam, em 2017, 16,7‰, valor ainda assim abaixo do registado em 2011 (22‰). Nas NUT II e III, observa-se uma diminuição relativamente à média nacional, para 12,7‰ em ambas, e também relativamente aos valores registados em 2011 (18,5‰ e 19,3‰, respetivamente).

Nos concelhos do norte do Distrito de Leiria, observa-se uma diminuição, com algum significado, da incidência desta tipologia de crime, quando comparadas as séries temporais em análise. Apenas o concelho de Alvaiázere registou, em 2017, uma incidência superior à média nacional e regional (13,6‰). No concelho de Figueiró dos Vinhos, a incidência de crimes contra o património reduziu consideravelmente no período em análise, quase para metade (de 12,8‰ para os 6,8‰), registando, a par com o concelho de Ansião, um dos valores mais baixos dos 5.

G. 163 - CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO, 2011-2017



	Continente	Centro	PIN/Reg. Leiria	Alvaiázere	Ansião	Cast. de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande
2017	16,7	12,7	12,7	13,6	6,3	12,6	6,8	10,1
2011	22	18,5	19,3	17,7	10,8	14,4	12,8	13,5

Fonte: INE, Indicadores estatísticos.

Independentemente da tipologia de crime e da área geográfica em análise, importa retirar da interpretação destes dados que as taxas de criminalidade, apesar de terem vindo a reduzir, são ainda elevadas tendo em conta a densidade populacional dos concelhos do norte do distrito de Leiria. Acresce ainda que, nalguns casos, a tendência de crescimento aumenta quando diminuímos a escala de análise (veja-se o exemplo do crime de condução de veiculo com taxa de alcoolemia igual ou superior a 1,2g/).

15.6 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica tem vindo a assumir uma enorme centralidade no debate público, não só pelo aumento do número de crimes ocorridos neste domínio, mas, essencialmente, pelo aumento substancial do número de vitimas e da natureza da violência exercida.

Porém, a discussão relativa ao fenómeno da violência doméstica precisa de ultrapassar o ritmo da ocorrência de fenómenos mediáticos e transformar-se numa preocupação diária de toda a sociedade.

Sendo a violência doméstica um fenómeno com uma expressão muito maior do que a que é traduzida no espaço mediático, com consequências gravíssimas ao nível da saúde das vítimas e com repercussões económicas consideráveis, convém não só promover um debate alargado acerca desta problemática, mas também uma maior consciencialização da sociedade, no sentido de uma abordagem mais próxima das "vítimas", através da denúncia e do apoio possível.

De acordo com o Relatório Anual da APAV relativo ao ano de 2017, foram registados no ano um total de 40.928 atendimentos, que se traduziram em 12.086 processos de apoio, onde foi possível identificar 9.176 vítimas e 21.161 crimes e outras formas de violência. Destes, 16.741 eram crimes de violência doméstica.

A análise do relatório permite ainda aferir os diferentes tipos de vítima: 944 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média 3 por dia e 18 por semana); 810 crianças e jovens (em média 2 por dia e 16 por semana); 5.036 mulheres adultas (em média 14 por dia e 97 por semana) e 775 homens adultos (em média 2 por dia e 15 por semana).

O concelho de Figueiró dos Vinhos não tem sido imune a este fenómeno e, como já foi dito, ele surge muitas vezes associado a outras problemáticas (desemprego, alcoolismo, insuficiência de rendimentos, entre outros).

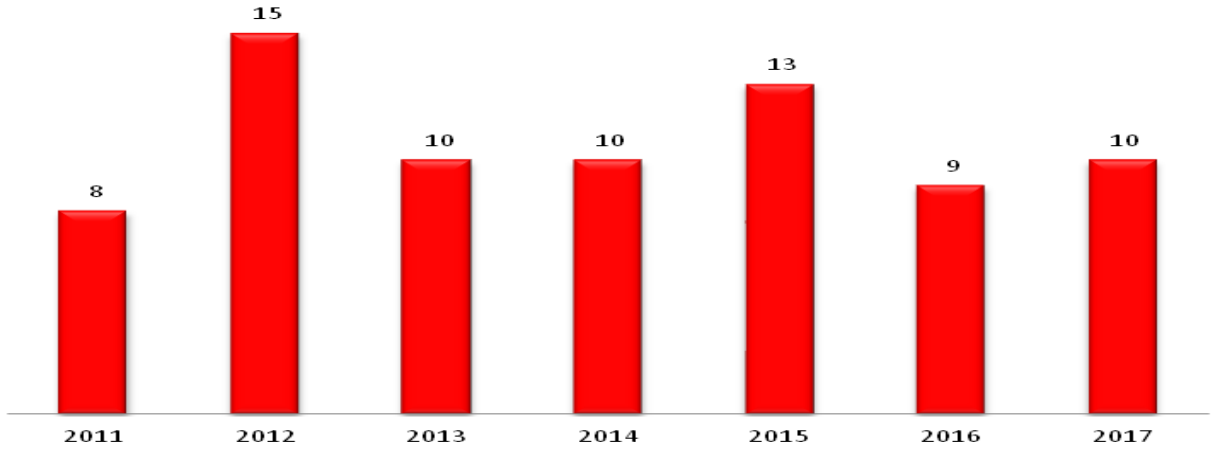
Tendo em conta as características rurais do concelho, a "invisibilidade" da violência doméstica contra as mulheres é favorecida, quer pela distância entre os fogos habitacionais, dificuldade de locomoção, falta de acesso a serviços e informação adequada, quer pela sua "aceitação" cultural e resignação da mulher por falta de alternativas que lhe possibilitem alterar a sua condição de vítima.

O medo de denunciar o agressor, o medo de represálias, a pressão social do meio e a vergonha, condicionam em grande medida este processo de decisão.

Por outro lado, o desemprego feminino e a existência de filhos/as menores, também exercem uma pressão negativa na tomada de decisão. Nos meios rurais a mulher ainda tem um papel secundário no seio da família, dependendo muitas vezes economicamente do agressor.

Efetuando uma leitura dos números da violência doméstica no concelho de Figueiró dos Vinhos, podemos observar no gráfico seguinte uma variação do número total de casos de violência doméstica registados entre 2011 e 2017 sem grande expressão. O número mais elevado de casos foi registado em 2012 (15), ano em que quase duplicou o número de casos relativamente ao ano anterior. A média de casos registados nos anos em análise foi de 10,7.

G. 164 - Evolução dos crimes de violência doméstica, Figueiró dos Vinhos 2011-2017



Fonte: GNR de Figueiró dos Vinhos, 2015

Refira-se que o número de denúncias que chegam aos serviços competentes são diminutos e não ilustram, com toda a certeza, a real dimensão do problema.

15.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à problemática da segurança, recomenda-se que as entidades competentes privilegiem particularmente questões como a segurança e vigilância, dado que uma atuação preventiva pode contribuir para a resolução de muitas das ocorrências registadas.

Necessário se torna ainda o reforço de campanhas de prevenção das toxicodependências (alcoolismo, droga, tabaco), principalmente nas escolas, contribuindo assim para um maior esclarecimento dos jovens relativamente a estes perigos, fazendo com que eles próprios sejam preconizadores de mudança no seio familiar.

Deve ser ainda equacionada a criação de estruturas dirigidas ao convívio dos jovens, desenvolvendo-se ao mesmo tempo atividades formativas e de enriquecimento cultural.

Neste capítulo não podemos deixar de fazer referência ao papel da GNR de Figueiró dos Vinhos, enquanto parceiro ativo em projetos de intervenção social e também no âmbito da suas atribuições e competências, no apoio que prestam à população e em particular à população idosa (programa “Idosos/as em Segurança”), através do policiamento de proximidade, das campanhas de informação/sensibilização sobre burlas, na sinalização de idosos/as isolados, no seu papel ativo no apoio e aconselhamento a vítimas de violência, entre outros.

Destacamos ainda o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), da Unidade de Intervenção da Guarda Nacional Republicana, que tem por missão específica a execução de ações de prevenção e de intervenção de primeira linha em todo o território nacional, em situações de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes ou acidentes graves.

Em jeito de conclusão deste Capitulo torna-se imperioso referenciar e destacar a decisão assumida pelos Órgãos Autárquicos Municipais, que em Janeiro de 2019 aceitaram a transferência de competências no domínio da Justiça (Decreto-Lei nº. 101/2018 de 29 de Novembro).

Estas deliberações foram sustentadas pelo facto do Município de Figueiró dos Vinhos ter vindo a desenvolver uma forte política na área da Justiça em estreita parceria com os demais agentes da Justiça, tendo mesmo avançado com a constituição de um Julgado

de Paz, com a finalidade de regular a instalação, organização e funcionamento do já criado Julgado de Paz do Agrupamento de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, de acordo com o Decreto-Lei nº 289/2009, de 8 de Outubro.

Procedeu-se nesse âmbito à criação de instalações próprias sedeadas no Tribunal Judicial de Figueiró dos Vinhos de forma a centralizar todas as formas de resolução de litígios na mesma localização. O espaço foi objeto de obras de adaptação e beneficiação, adquirido todo o mobiliário indicado como necessário pelo Ministério da Justiça, bem como as infraestruturas de comunicação e tecnologia para o seu regular funcionamento, não tendo, no entanto sido ainda proferido o necessário Despacho para instalação do Julgado de Paz do Agrupamento acima referenciado.

Perante tal, e mais concretamente em 2013, várias foram as diligências tomadas para que a sua instalação viesse a ser uma realidade no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Durante o ano de 2018, considerando o início de mais um mandato autárquico, retomou-se o processo de articulação de esforços no sentido de viabilizar um projeto tão oneroso mas altamente gratificante para as populações dos municípios envolvidos e muito em especial uma mais-valia para o Município de Figueiró dos Vinhos, proporcionando a todos uma Justiça de proximidade e um meio alternativo de resolução de conflitos.

Nesta sequência vislumbrou-se um avanço significativo nesta matéria, em resultado do grande envolvimento e total disponibilidade dos serviços competentes, nomeadamente da Direção-geral da Politica de Justiça e, naturalmente, do Ministério da Justiça, tendo sido apresentado a esta Autarquia, a proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o Ministério da Justiça, bem como o texto de anteprojeto de Portaria que procede à instalação do Julgado de Paz do Agrupamento de Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, e o texto do regulamento interno, aprovado pela mencionada Portaria, definindo a sua composição, organização e regras de funcionamento, tendo na elaboração de ambos os documentos existido o envolvimento do Município de Figueiró dos Vinhos em sintonia com as Entidades competentes.

Por estas razões e motivos, pareceu aos Órgãos Autárquicos ser do interesse local e intermunicipal, a aceitação da transferência das competências previstas no Diploma referenciado, uma vez que se trata de matérias que de forma geral têm merecido ao longo dos anos interesse e motivo de preocupação e atenção por parte dos demais agentes locais.

16 - ANÁLISE SWOT CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

FORÇAS

- Localização estratégica no espaço de intermediação/espaço charneira: transição Norte/Sul (A13) – Litoral/Interior (IC8);
- Boas acessibilidades externas às principais vias de comunicação e aos principais centros urbanos do país e da região (A13, IC3 e IC8);
- Rede de Infraestruturas Básicas e Equipamentos nas áreas da Educação e Formação, Saúde e Apoio Social, Formação e Emprego e Turismo e Cultura, com destaque para os Equipamentos Culturais e Sociais e Serviços Públicos;
- Cobertura de Rede de Abastecimento de Água;
- Rede de equipamentos sociais;
- Vila: manutenção da atmosfera de urbanidade 'pura' dos séculos XIX/XX: jardim público, equipamentos sociais, espaços de convívio ao alcance do percurso pedestre;
- Grande variedade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais e albufeira;
- Áreas naturais de elevado valor ambiental com forte diversidade ecológica e paisagística valorizada pela Serra da Lousã;
- Património Natural e Biodiversidade (Sítio PTCON 0060 - Serra da Lousã, da Ribeira de Alge, da Albufeira de Castelo de Bode e do Rio Zêzere);
- Qualidade Ambiental;
- Património Histórico e Cultural associado a José Malhoa e Escola Naturalista;
- Diversidade e regularidade de atividades culturais, associativas e desportivas;
- Integração na Rede das Aldeias do Xisto (visibilidade do Casal de S. Simão enquanto fator de atração);
- Recursos associados ao Turismo de Natureza (Serra da Lousã, Ribeira de Alge, Praias Fluviais, Foz de Alge);
- Intervenções ao nível da requalificação urbana: PP Centro Histórico de FV;
- Parque empresarial e Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo/Incubadora de Empresas;
- Revisão do PDM-FV.

FRAQUEZAS

- Territórios em processo de perda demográfica: diminuição da população, envelhecimento, incapacidade de fixação de população jovem, desertificação;
- Envelhecimento da população e saldo natural negativo: fragilização dos tecidos produtivos e sociais;
- Baixos níveis de escolaridade/qualificação;
- Massa crítica insuficiente;
- Falta participação e intervenção cívica;
- Desemprego e estagnação;
- População com baixos rendimentos/poder de compra;
- Problemáticas sociais associadas ao desemprego;
- Base económica produtiva em crise: setor agrícola (influente neste território) perde importância;
- Fraco aproveitamento da fileira da floresta;
- Tecido empresarial (escassez de indústrias; comércio reduzido);
- Escasso dinamismo e espírito empreendedor;
- Fraca oferta ao nível das unidades hoteleiras;
- Deficientes acessibilidades internas;
- Deficiente rede de saneamento;
- Matriz de povoamento rural disperso;
- Acesso deficitário a cuidados de saúde;
- Insuficiência de transportes públicos.

OPORTUNIDADES

- Afirmação de Portugal como destino turístico *premium;*
- Afirmação de Portugal como destino para o investimento direto estrangeiro (IDE) fruto das recentes reformas legais e socioeconómicas;
- Crise socioeconómica em destinos concorrentes;
- Valorização internacional de produtos endógenos (agroalimentar, produtos tradicionais como princípio de design etc.);
- PORTUGAL 2020/PDR2020;
- Plano de Reabilitação Urbana (ARU e ORU);
- Integração na CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;
- Criação da Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã;
- Inserção em Redes e Parcerias regionais;
- Afirmação da Rede de Aldeias do Xisto no contexto nacional e internacional;
- Criação da rota turística «Volta dos Artistas»;
- Mão-de-obra qualificada na área do vestuário e confeção;
- Criação de ambiente favorável ao investimento e ao empreendedorismo (Equipamento de Apoio ao Desenvolvimento Económico);
- Aproveitamento da posição no espaço de charneira para fomento da articulação física, económica e social;
- Fileira da Floresta: recurso natural importante e principal fonte de receitas;
- Atração de empresas ligados ao Setor da Saúde e Biotecnologia;
- Proximidade com centros de ensino superior e de investigação (Universidade de Coimbra, Institutos Politécnicos e Instituto Pedro Nunes);
- Processo de concentração nos núcleos com características mais urbanas que permitem a oferta de um conjunto de serviços públicos e privados;
- Aproveitamento do potencial turístico e atividades correlacionadas: paisagem de montanha, floresta, cursos de água, albufeira de Castelo de Bode, praias fluviais, pesca desportiva, desportos aquáticos, etc.;
- Passadiços do Casal de S. Simão e requalificação das Fragas;
- Aposta na introdução de novos equipamentos desportivos, saúde e social;
- Património Natural, Arqueológico e Vernacular: recuperação e valorização paisagística dos vales, linhas de água, aldeias, azenhas, moinhos, levadas, etc;
- Possibilidade de expansão dos Parques eólicos existentes.

AMEAÇAS

- Crise económica à escala nacional;
- Posição geográfica de transição contrariada pela evolução socioeconómica com características de interioridade;
- Concorrência com outros municípios;
- Perspetiva de encerramento de serviços públicos;
- Manutenção da rede de equipamentos públicos;
- Falta de gestão do espaço florestal;
- Floresta monocultural equiénia;
- Abandono das zonas mais periféricas e isoladas, e das atividades tradicionais, da vigilância e cuidados ativos/passivos dos solos agrícolas e florestais, pela concentração nos núcleos mais urbanos;
- Regressão populacional e diminuição da população ativa;
- Peso da população idosa;
- Ausência de capacidade de atração de migrantes;
- Dimensão do mercado e baixo poder de compra;
- Fraca capacidade de atração de investimentos e de pessoas, que funciona como obstáculo a uma nova dinâmica de desenvolvimento social e económico;
- Tendência para o enfraquecimento das freguesias rurais por oposição ao crescente aumento populacional da zona urbana e periurbana;
- Inexistência de estruturas e equipamentos adequados para garantir uma oferta turística de qualidade;
- Dependência de financiamentos públicos/privados externos;
- Alto risco de incêndios florestais.

Fonte: PDMFV, 2015 e Carta Educativa 2015.

17 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO (PRINCIPAIS INDICADORES)

DEMOGRAFIA:

- - Área Geográfica – 173,44 Km²
- - Densidade populacional (2011) – 35,6 hab./Km² / 2017 – 32,8 hab./Km²
- População Residente (2011) – 6169 habitantes / 2017 – 5696 habitantes
- População Residente H (2011) – 2892 habitantes / 2017 – 2657 habitantes
- População Residente M (2011) – 3277 habitantes / 2017 – 3039 habitantes
- População Residente 0-14 anos – 657 habitantes / 2017 – 537habitantes
- População Residente 15-24 anos – 592 habitantes / 2017 – 526 habitantes
- População Residente 25-64 anos – 3095 habitantes / 2017 – 2815 habitantes
- População Residente65 e + anos – 1825 habitantes / 2017 – 1818 habitantes
- Índice de Envelhecimento (2011) – 279,3 / 2017 – 338,5
- Índice de Dependência de Idosos/as (2011) – 49,9 / 2017 - 54,4
- Índice de Dependência de Jovens (2011) – 17,9 / 2017 – 16,1
- Índice de Dependência total (2011) – 67,8 / 2017 – 70,5
- Taxa de Natalidade (2011) – 3,1‰ / 2017 – 6,5‰
- Taxa Bruta de Mortalidade (2011) – 15,9‰ / 2017 – 17,8‰
- Taxa Bruta de Divórcio (2011) – 1,5‰ / 2017 - 1‰
- Taxa de Crescimento Natural (2011) - -1,07% / 2017 - -1,14%
- Famílias Clássicas (2011) – 2586
- Proporção de Núcleos Familiares Monoparentais (2011) – 10,7%
- Proporção de Famílias Clássicas Unipessoais (2011) – 26,7%
- Proporção de Famílias Clássicas Unipessoais Pessoas com 65 ou + anos (2011) – 17%
- Proporção de Núcleos Familiares de Casais com Filhos/as (2011) – 48,2%
- Dimensão Média das Famílias (2011) – 2,4
- Taxa de Crescimento Migratório (2012) - -0,10% / 2017 – 0,07%

HABITAÇÃO

- Edifícios/Km² (2011) – 28,1
- N.º Edifícios Clássicos (2011) – 4560
- N.º Edifícios Clássicos Isolados (2011) – 3035
- N.º Edifícios Clássicos Geminados (2011) – 1002
- N.º Edifícios Clássicos em Banda (2011) – 451
- N.º Edifícios Clássicos com 1 ou 2 Alojamentos (2011) – 4488
- N.º Edifícios Clássicos com 3 ou + de 4 Alojamentos (2011) – 66
- N.º Edifícios Construídos entre 2006 e 2011 – 268
- N.º Alojamentos (2011) – 4871
- N.º Alojamentos Familiares (2011) – 4858
- N.º Alojamentos Familiares Clássicos (2011) – 4856
- N.º Alojamentos Clássicos de Residência Habitual (2011) – 2559
- N.º Alojamentos Familiares Não Clássicos (2011) – 2
- N.º Alojamentos Coletivos (2011) – 13
- N.º Alojamentos Vagos (2011) – 829
- N.º Residências Arrendadas (2011) – 186
- Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos de Uso Sazonal (2011) – 30,3%
- Proporção de Aloj. Familiares Clássicos Arrendados ou Subarrendados (2011) – 7,3%
- Valor Médio Mensal das Rendas (2011) – 207€
- Proporção de Alojamentos do Próprio com Encargos (2011) – 22,9%
- Encargos Médios Mensais por Aquisição Habitação Própria (2011) – 367€
- Idade Média dos Edifícios (2011) – 40,1
- Proporção de Edifícios Construídos (2011) – 12,6%
- Proporção de Alojamentos sem pelo menos 1 infraestrutura Básica (2011) – 3,4%

- Proporção de Alojamentos Superlotados (2011) – 6%
- Edifícios sem necessidade de Reparação (2011) – 3231
- Edifícios com Necessidade de Reparação (2011) – 1254
- Edifícios com Necessidade de Pequenas Reparações (2011) – 768
- Edifícios com Necessidade de Médias Reparações (2011) - 308
- Edifícios com Necessidade de Grandes Reparações (2011) - 178
- Edifícios Muito Degradados (2011) – 75
- Proporção de Edifícios Muito Degradados (2011) – 1,6%
- Índice de Envelhecimento dos Edifícios (2011) – 232,2

EDUCAÇÃO

- População Residente sem Nenhum Nível de Instrução (2011) – 1458
- População Residente com o 1º CEB (2011) – 2040
- População Residente com o 3º CEB (2011) – 861
- População Residente com o Ensino Secundário (2011) – 634
- População Residente com Ensino Médio (2011) – 56
- População residente com Ensino Superior (2011) – 365
- N.º Alunos/as 2014/2015 – 639 / 2018/2019 - 507
- N.º Alunos/as Pré-escolar 2014/2015 – 70 / 2018/2019 - 55
- N.º Alunos/as 1º CEB 2014/2015 – 158 / 2018/2019 - 127
- N.º Alunos/as 2º CEB 2014/2015 – 87 / 2018/2019 - 75
- N.º Alunos/as 3º CEB 2014/2015 – 149 / 2018/2019 - 116
- N.º Alunos/as do Ensino Secundário 2014/2015 – 175 / 2018/2019 - 134
- N.º de Docentes 2014/2015 – 71 / 2018/2019 - 64
- N.º Pessoal Não Docente 2014/2015 – 49 / 2018/2019 - 55
- Taxa Bruta de Pré-escolarização 2012/2013 – 114,3% / 2016/2017 – 102,4%
- Taxa de Retenção e Desistência do Ensino Básico 2012/2013 – 9,5% / 2015/2016 – 6,3%
- Taxa de Retenção e Desistência 1º CEB 2012/2013 – 3% / 2015/2016 – 3%
- Taxa de Retenção e Desistência 2º CEB 2012/2013 – 14% / 2015/2016 – 12,5%
- Taxa de Retenção e Desistência 3º CEB 2012/2013 – 14,4% / 2015/2016 – 7,1%
- Taxa de Retenção e Desistência Ensino Secundário 2012/2013 – 12,9% - 2015/2016 – 13,3%
- Taxa Bruta de Escolarização Ensino Básico 2012/2013 – 99,5% / 2016/2017 – 103,6%
- Taxa Bruta Escolarização do Ensino Secundário 2012/2013 – 109,8% / 2016/2017 – 95,8%
- População Residente com Ensino Superior Completo (2011) – 365
- Taxa de Analfabetismo (2011) – 9,2%
- População Analfabeta com 10 ou + anos (2011) – 533
- Taxa de Abandono Escolar (2011) – 1%
- Alunos/as com NEE (2014/2015) – 72 / 2018/2019 - 60
- Rácio Aluno/computador 1º CEB 2012/2013 – 2,3 / 2015/2016 – 2,7
- Rácio Aluno/computador 2º CEB 2012/2013 – 1,4 / 2015/2016 - 1,5
- Rácio Aluno/computador 3º CEB 2012/2013 – 1,7 / 2015/2016 - 1,7
- Rácio Aluno/computador Ensino Secundário 2012/2013 – 1,7 / 2015/2016 – 1,7
- Rácio Aluno/computador com Internet 1º CEB 2012/2013 – 3,2 / 2015/2016 – 3,1
- Rácio Aluno/computador com Internet 2º CEB 2012/2013 – 2,1 / 2015/2016 – 1,7
- Rácio Aluno/computador com Internet 3º CEB 2012/2013 – 2,1 / 2015/2016 – 1,9
- Rácio Aluno/computador com Internet Ensino Secundário 2012/2013 – 2,1 / 2015/2016 – 1,8
- Proporção de Alunos/as Subsidiados (2014-2015) – 69,4% / 2018/2019 – 55,5%

SAÚDE

- Médicos por 1000/hab. (2013) – 1,3‰ / 2017 – 1,9‰

- Enfermeiros por 1000/hab. (2013) – 2,7‰ / 2017 – 1,8‰
- Farmácias e postos farmacêuticos móveis 1000/hab. (2011) – 1 / 2017 – 1,1
- N.º Inscritos/as no Centro de Saúde (2014) – 7364 / 2017 - 6453
- Proporção de Inscritos/as M (2013) – 46,9% / 2017 – 47,1%
- Proporção de Inscritos/as F (2013) – 53,1% / 2017 – 52,8%
- Total de Inscritos/as com Médico de Família jan/2014 – 6674 / 2017 - 6523
- Total de Inscritos/as sem Médico de Família jan/2014 – 681 /2017 - 27
- Total de Inscritos/as sem Médico de Família por opção jan/2014 – 9 / 2017 - 8
- N.º Consultas por Habitante 2011 – 4,9
- N.º de Consultas por médico – total (2013) – 26913
- N.º Consultas Urgentes (2013) – 7102 / 2017 - 2947
- N.º Consultas Adultos/Medicina Geral e Familiar (2013) – 24336 / 2017 - 21318
- N.º Consultas Planeamento Familiar (2013) – 661 / 2017 - 503
- N.º Consultas de Saúde Infantil e Juvenil (2013) – 1800 / 2017 - 1454
- N.º Consultas de Saúde Materna (2013) – 208 / 2017 - 307
- Taxa de Mortalidade Infantil (2013) – 0 / 2017 - 0
- Nados-vivos (2013) – 24 / 2017 - 37
- Óbitos (2013) – 110 / 2017 – 105
- Óbitos por doenças do Aparelho Circulatório 2016 – 30%
- Óbitos por tumores malignos 2016 – 16%
- Nº Utentes Acompanhados pela Equipa Saúde Mental e Comunitária (jun/2015) – 843 / 2016 - 1031
- N.º Consultas pela Unidade de Saúde Mental e Comunitária (jun/2015) – 1209 /2016 - 2340

EMPREGO/DESEMPREGO

- Taxa de Desemprego (2011) – 15,1%
- Taxa de Desemprego M (2011) – 11,1%
- Taxa de Desemprego F (2011) – 19,7%
- Taxa de Atividade (2011) – 39,1%
- N.º Total de Desempregados/as (2011) - 364
- Taxa de Emprego M (2011) – 45,3%
- Taxa de Emprego F (2011) – 30,2%
- Percentagem de População Desempregada M (2011) – 40%
- Percentagem de População Desempregada F (2011) – 60%
- N.º Desempregados/as à Procura do 1º Emprego (2011) – 21
- N.º de Desempregos à Procura de Novo Emprego (2011) – 79
- Percentagem da População Desempregada com Subsídio de Desemprego (2011) – 34%
- Percentagem da População Desempregada Dependente da Família (2011) – 29%
- Percentagem da População Desempregada com RSI (2011) – 9%
- Habilitações Literárias da População Desempregada (2017)
    - <1º CEB - 16
    - 1º CEB – 26
    - 2º CEB - 24
    - 3º CEB - 63
    - Ensino Secundário – 49
    - Ensino Superior - 19

ATIVIDADE ECONÓMICA

- N.º Empresas (2012) – 594 / 2016 - 613
- N.º Sociedades (2012) – 174 /2016 - 189
- N.º Empresas por Setor de Atividade (2012)

  - Setor Primário – 24
  - Setor Secundário – 134
  - Setor terciário – 436
- N.º de Sociedades por Setor de Atividade (2012)
  - Setor Primário – 7
  - Setor Secundário – 51
  - Setor terciário – 116
- Percentagem da População Empregada por Setor de Atividade (2012)
  - Setor Primário – 4%
  - Setor Secundário – 27%
  - Setor terciário – 69%
- N.º Instituições Bancárias (2013) – 3
- N.º Terminais ATM (2013) – 6
- Poder de Compra *Per Capita* (2011) – 63,1 / 2015 – 67,26

AMBIENTE

- Percentagem da População com Abastecimento de Água ao Domicílio (2017) – 100%
- Percentagem de Água Segura Para Consumo Humano (2013) – 99,5% / 2016 – 99,58%
- Percentagem da População com Sistema de Esgotos (2017) – 99,4%
- Percentagem de População com Sistema de Esgotos da Rede Pública (2001) – 22% / 2017 – 31%
- Resíduos Urbanos – Toneladas (2012) – 1793 ton. / 2017 – 1823 ton.
- Resíduos Urbanos para Reciclagem (2012) – 132 ton. / 2017 – 275 ton.
- Resíduos Urbanos Recolhidos por Habitante (2012) – 295,6 Kg/hab / 2017 – 318,3 Kg/hab.
- Área Agrícola e Florestal do Concelho (2009) – 13.000ha (aprox.) – 70% da Sup. Total do Concelho
- Área Florestal do Concelho (2009) – 10.958ha – 63% da Sup. Total do Concelho

AÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

- N.º Instituições de Apoio Social (2015) – 3
- Taxa de Cobertura das Respostas Sociais para Idosos/as (2013) – 16% / 2017 - 16
- Taxa de Utilização das Respostas Sociais para Idosos/as (2013) – 89% / 2017 - 89
- N.º Pensionistas da Segurança Social (2013) – 2618 / 2017 - 2489
- N.º Pensionistas por Velhice (2013) – 1679 / 2017 - 1626
- N.º Pensionistas por Invalidez (2013) – 273 / 2017 - 251
- N.º Pensionistas por Sobrevivência (2013) – 666 / 2017 - 612
- Pensionistas por 1000/hab. Idade Ativa (2013) - 515‰ / 2017 – 507%
- Valor Médio Anual das Pensões Seg. Social (2013) – 3.765€ / 2017 – 3.959€
- N.º Utentes do Cartão Figueiroense Senior (2015) – 179 / 2018 - 45
- N.º Alunos/as Universidade Senior (2014/2015) – 75 / 2018/2019 - 68
- N.º de Beneficiários/as de RSI (2013) – 308 /2017 – 191 / 2017 - 191
- Beneficiários/as de RSI por 1000/hab. (2013) – 57,2‰ / 2017 – 36%
- Beneficiários/as de RSI em % da População Residente (2013) – 3,7%
- Beneficiários/as de RSI M (2013) – 151 / 2017 - 101
- Beneficiários/as de RSI F (2013) – 157 / 2017 - 90
- Beneficiários/as de RSI por Faixa Etária (2017):
  - <25 anos – 67
  - 25-39 anos – 31
  - 40-54 anos – 57
  - 55 e + anos – 36
- Proporção de Beneficiários/as de Subsídio de Desemprego com 55 ou + anos (2013) – 24% / 2016 – 28%
- Taxa de Cobertura da Valência de Creche (2013) – 29% / 2017 – 26%

- Taxa de Utilização da Valência de Creche (2013) – 86% / 2017 – 106%
- N.º Crianças Acompanhadas pela Intervenção Precoce 2015 – 18 / 2017 - 17
- N.º Crianças Acompanhadas pela CPCJ em 2014 – 24 / 2017 - 30
- N.º Pessoas Acompanhadas pelo FEAC 2014 – 174 / POAPMC 2017 – 42 indivíduos/12 agregados
- N.º Pessoas Portadoras de Deficiência (2009) – 126 / 2017 - 99
- N.º Beneficiários/as do Espaço Social (2014) – 181 / 2018 - 354
- N.º Famílias Apoiadas pelo Armazém Social (2014) – 12 / 2018 - 16

ACESSIBILIDADES

- Principais Vias de Acesso – IC3, IC8, A13
- Movimentos Pendulares (2011):
    - População que sai do concelho – 15,2%
    - População que entra no concelho – 8,5%
- Proporção da População que Trabalha ou Estuda Noutro Concelho (2011) – 25%
- Duração Média dos Movimentos Pendulares (2011) – 17 minutos

RENDIMENTOS/DESIGUALDADES

- Ganho Médio Mensal (2012) – 801,90€ / 2016 – 790,30€
- Proporção de Poder de Compra Concelhio (2011) – 0,037 / 2015 – 0,038
- Disparidade do Ganho Médio Mensal por Género (2012) – 5,7% / 2016 – 6,1%
- Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Níveis de Habilitação (2012) – 21,5% / 2016 – 15,9%
- Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Profissões (2012) – 25,5% / 2016 – 22%
- Disparidade do Ganho Médio Mensal entre Setores de Atividade (2012) – 4,7% / 2016 – 1,1%

ASSOCIATIVISMO E DESPORTO

- N.º de Associações Culturais/Recreativas/Desportivas/Humanitárias/Outras (2015) – 43 / 2018 - 58
- N.º Equipamentos Desportivos (2018):
    - Piscina Coberta – 1
    - Piscinas Descobertas – 3
    - Campo de Futebol – 1
    - Polidesportivos e Ringues – 4
    - Minicampo Relvado – 1
    - Court de Tenis – 1
    - Pavilhões e Salas Desportivas – 7
    - Circuito de Manutenção – 2
    - Instalações Especializadas – 1
    - Instalações de Espetáculo Desportivo – 2
    - Praias Fluviais – 3

TURISMO, CULTURA E GASTRONOMIA

- N.º Unidades Hoteleiras ou Equiparadas (2015) – 14 / 2017 - 21
- Parque de Campismo (2018) – 1
- Equipamentos de Restauração e Similares (2015) – 78 / 2018 - 71
- Equipamentos Culturais (2018) – 6

SEGURANÇA

- Taxa de Criminalidade Total (2013) - 34‰ / 2017 - 21‰
- Taxa de Criminalidade por Tipologia de Crime:

- Crimes Contra a Integridade Física, 2013 – 3,5‰ / 2017 – 3,5‰
- Furto/Roubo por Esticão na Via Pública, 2013 – 0 / 2017 - 0
- Furto de Veículo e em Veículo Motorizado, 2013 – 2,4‰ / 2017 – 1,1‰
- Condução de Veiculo com Taxa de Álcool => 1,2g/l, 2013 – 5,2‰ / 2017 – 6,1‰
- Condução sem Habilitação Legal, 2013 – 2,4‰ / 2017 - 0
- Crimes Contra o Património, 2013 – 14,5‰ / 2017 – 6,8‰

- Crimes de Violência Doméstica, 2014 – 13 / 2017 - 10

18 – CONCLUSÃO

A tarefa de construir o Diagnóstico Social do Concelho de Figueiró dos Vinhos que agora se conclui, tem por ambição assumir-se também como um Documento propositor ao nível dos eixos, estratégias e objetivos de intervenção, baseado nas prioridades nele definidas, devendo, como exortámos no inicio, contribuir para consolidar parcerias num esforço de corresponsabilização nas tomadas de decisão, tendo em mente a aplicação de medidas de desenvolvimento social para o Município de Figueiró dos Vinhos.

Procurámos, que tivesse ficado patente a ideia de que o conjunto de problemas e necessidades identificadas neste Diagnóstico Social não são exclusivo do nosso Território, importando contudo continuar a desenvolver esforços, tendo em vista o atenuar das desigualdades sociais e a resolução de problemas estruturais na área social, com que ainda nos confrontamos e que foram objeto de análise cuidada, que ousámos empreender.

Reforçamos, ao terminar este Trabalho, a convicção que sentimos, e que se traduz na importância de privilegiar e reforçar o envolvimento de todos os Parceiros Locais.

Esta circunstância, permitirá rentabilizar os recursos existentes, bem como os equipamentos e serviços que temos ao nosso dispor, de forma a que, ainda com maior assertividade, consigamos consubstanciar na prática as estratégias adequadas à realidade que aqui procurámos retratar.

Estamos certos que com humildade, entreajuda e conjugação de esforços e de vontades, aliados às potencialidades próprias que evidenciámos, permitirão proporcionar um desenvolvimento social e económico integrado e sustentado, que naturalmente todos os Agentes Locais e as populações em particular, ambicionam ver materializados.

19 - EIXOS PRIORITÁRIOS

O Diagnóstico Social do Concelho deve ser uma ponte para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) para os próximos 3 a 5 anos, na medida em que resultou da interpretação exaustiva dos problemas identificados.

Em consonância com o Diagnóstico Social pretende-se definir as prioridades, os objetivos e as estratégias em sede de PDS, a operacionalizar através de Planos de Ação (PA) anuais, capazes de responder às necessidades e aos problemas identificados.

Na realidade, pretende-se definir uma estratégia coletiva e concertada, e que ao ser realista face aos recursos existentes, permita alcançar uma situação social favorável.

Assim, as prioridades e as estratégias de intervenção a programar serão direcionadas para as problemáticas identificadas, definindo objetivos gerais e específicos a atingir dentro de cada eixo estratégico que serão catalisadores das mudanças pretendidas para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

Neste sentido, é necessário referir o papel fundamental das Instituições/Entidades do concelho na apresentação de respostas eficazes para as necessidades da comunidade, bem como a progressiva tomada de consciência da importância do trabalho em parceria, por parte dos parceiros do CLAS.

As problemáticas/vulnerabilidades identificadas devem ser encaradas como desafios, sobre os quais todas as forças vivas do concelho se devem debruçar e esforçar-se pela minimização e/ou erradicação dos fatores que se apresentam como menos positivos e incremento dos fatores que favoreçam o desenvolvimento do concelho.

Assim, a procura de melhores condições para a resolução dos problemas sociais de âmbito local requer investimentos decisivos na produção e sistematização de conhecimentos e práticas, no trabalho em parceria e numa perspetiva global, integrada e sustentável tendo em vista os desafios do futuro.

Um dos pressupostos mais importantes na busca por melhores políticas públicas ou intervenções sociais que ajudem o processo de desenvolvimento local encontra-se na necessidade de criar e fortalecer organizações e programas que estruturem modelos de gestão que tenham a avaliação entre os seus pilares de sustentação.

Para finalizar, entende-se que todas as questões abordadas no seio do presente Diagnóstico, e concretamente as estratégias de intervenção que venham a ser definidas, deverão ser abraçadas por todos os atores sociais, económicos e políticos.

Sendo certo que dos problemas identificados em cada uma das áreas temáticas abordadas, nem todos poderão ter a abordagem célere no sentido da sua redução/erradicação, pretende-se, nesta fase, selecionar aqueles onde, no curto prazo e tendo em conta os recursos existentes na comunidade, se possa intervir e sobre os quais versará o Plano de Desenvolvimento Social.

Neste contexto, foram definidos os seguintes eixos prioritários de intervenção:

- Eixo 1 – Grupos vulneráveis
- Eixo 2 – Emprego/Formação
- Eixo 3 – Qualidade de Vida
- Eixo 4 – Cidadania e Participação.

BIBLIOGRAFIA

- **AGUILAR IDÁÑEZ**, Maria José; **ANDER-EGG**, Ezequiel, **Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias**, 3ª Ed., Porto, REAPN/Portugal, 2007;
- **Anuários Estatísticos da Região Centro**, (vários anos), INE;
- **Carta Desportiva Município de Figueiró dos Vinhos**, Geoatributo, jan/2009;
- **Carta Educativa de Figueiró dos Vinhos**, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015;
- **1 Relatório de Monitorização da Carta Educativa de Figueiró dos Vinhos,** Abril 2016;
- **2º Relatório de Monitorização da Carta Educativa de Figueiró dos Vinhos,** Maio 2018;
- **CARVALHO**, Alda de Caetano, **Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a privação material em Portugal**, 2010, INE, IP;
- **Censos** 1981, 1991, 2001 e 2011, INE;
- **Estatísticas APAV, Relatório Anual, 2014**, APAV, 2014;
- **GASPAR,** Jorge**, et al, Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos**, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2004;
- **GUERRA,** Isabel, **Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais,** Cascais: Editora: Principia, 2000;
- **MEDEIROS,** Carlos, **Figueiró dos Vinhos Terra de Sonho,** Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2002;
- **NAZARETH**, J. Manuel, **Demografia e a Ciência da População**, Fundamentos, 2007, Lisboa;
- **PDM de Figueiró dos Vinhos**, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015;
- **PESTANA,** Gageiro, **Análise de Dados para as Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS,** Lisboa. Edições: Sílabo, 2000;
- **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios,** Comissão de Defesa da Floresta, Município de Figueiró dos Vinhos, Nov. 2014;
- **PORTUGAL 2020 – Programa Nacional de Reformas**, março 2011;
- **Rede Social – Desafios e Experiencias de um Programa Estruturante**, ISS.IP;
- **Relatório "O combate à pobreza começa localmente"**, Núcleo Distrital de Leiria da EAPN, 2008;
- **Relatório de Incêndios na Região Centro 17 a 21 de junho de 2017**, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC, Coimbra, 30 de junho de 2017.
- **Relatório Proposta de Plano de Ação para a Reestruturação e Desenvolvimento dos Serviços de Saúde Mental em** Portugal – 2007/2016, Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental – Ministério da Saúde;
- **Rendimento e Condições de Vida 2014** (Dados provisórios), Destaque, INE, 2015;
- **SCHIEFER**, Ulrich (coord.), **MAPA – Método Aplicado de Planeamento e Avaliação - Manual de Planeamento de Projectos**, Mem Martins, Editorial do Ministério da Educação, 2000;

- **Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal**, INE, 2010;
- **Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental**, Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS.IP 2005.

WEBGRAFIA

http://datacentro.ccdrc.pt

http://observatorio.nerlei.pt/

http://www.cimregiaodeleiria.pt/

http://www.cm-figueirodosvinhos.pt

http://www.iefp.pt

http://www.ine.pt

http://www.oecd.org

http://www.pordata.pt/

http://www.seg-social.pt

http://www.siej.dgpj.mj.pt